

Maria Aparecida de Aquino

CAMINHOS CRUZADOS
Imprensa e Estado Autoritário no Brasil
(1964 - 80)

*Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo.*

Área: História Social

Orientador: Prof. Dr. ARNALDO DARAYA CONTIER

Universidade de São Paulo
São Paulo
1994

*Ao Elpídio, amor e companheirismo
personificados, ontem, hoje, sempre;*

*A Elias e Lucinda, capacidade de
dedicação incondicional;*

*A Maria Zilda, amizade estimulada
nos caminhos que trilhamos;*

*Ao Pedro, carinho e esperança no
futuro.*

"Já está começando a emergir um incipiente voluntarismo para o combate ao grande mal. Por enquanto, são apenas paliativos. O mal só poderá ser erradicado pela participação global da sociedade que, aparentemente, prefere satisfazer seu ego com as pirotécnicas celebrações do Dia da Criança. Uma vez por ano. E depois vai dormir em seus fofos leitos, ignorando o vulcão que ruge no subsolo do seu comodismo e insensibilidade. Um vulcão que acabará por precipitar tanto o Brasil ideal como o Brasil real no mundo perverso da 'Laranja Mecânica', de Kubrik. E bem mais cedo do que seria lícito supor."

Samuel Wainer, "Laranja Mecânica".
Folha de S. Paulo, 14 de outubro de 1979.

Agradecimentos

A relevância de um trabalho de pesquisa está nas descobertas que carrega fazendo com que, onde antes existiam muralhas inexpugnáveis de certezas, parem as ruínas da indeterminação que, contudo, apontam para novas edificações. Esse caminho de destruição/construção é permeado de companheiros que tornam essa batalha exequível. A eles nossa gratidão.

Ao Prof. Dr. Arnaldo Daraya Contier. A continuidade de sua orientação nesta dupla jornada que encetamos me faz renovar a admiração por seu rigor, capacidade e erudição.

À Profa. Dra. Maria Helena Capelato por suas contribuições tão estimulantes que me acompanham desde o desenvolvimento do Mestrado e que tive a felicidade de renovar na Qualificação do Doutorado.

À Profa. Dra. Ana Maria Camargo de quem recebi observações elucidativas e encaminhadoras na Qualificação do Doutorado e que, gentilmente, concedeu um depoimento que foi de grande auxílio na realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota pelo corajoso amparo em momentos difíceis e pela generosidade desinteressada, digna de admiração.

Às Profas. Dras. Ana Maria Marangoni e Claudete Junqueira pelas conversas sempre tão informais mas que carregam a sua experiência, sabedoria e capacidade de apoio de que poucos são dotados.

À Dra. Mariza Lourenço Victor Santos, Procuradora do Estado - Assessora, pela gentileza, seriedade e competência com que me ajudou a desvendar os meandros do Judiciário.

Aos colegas do Departamento de História da FFLCH/USP. Nos bate-papos, nos encontros, estímulos significativos a cada momento.

Aos meus alunos do curso de Graduação de História da FFLCH/USP, pelas aulas que representaram trocas mútuas, especialmente, através destes ex-alunos e atuais colegas Luís Carlos Eblak de Araújo, Mary Anne Junqueira e Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira, sem cujo concurso este trabalho não seria possível.

Ao Lauro Ávila, do Arquivo do Estado de São Paulo, por seu auxílio inestimável e pela elevada compreensão dos difíceis percalços da realização de uma pesquisa.

Ao pessoal do Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH), em momento algum impeditivos, sempre acessíveis e colaboradores, exemplo a ser seguido pelas instituições de pesquisa deste País.

A Jornalista Joelle Rouchou, companheira de infortúnios que se transformam em admiração pelo objeto de análise, por seu desprendimento e apoio.

A Profa. Maria Sylvia de Melo Castilho pela paciência, carinho e competência na revisão destas mal traçadas linhas.

Ao Prof. Walter Ricardo de Abreu Ribeiro, exemplo raro de magnanimidade e conhecimento no complexo ramo da informática.

Aos personagens dessa história construída que acederam em conceder depoimentos: Pastor Jaime Wright, Jorge da Cunha Lima, Pinky Wainer, Ana Maria Camargo, Paulo Francis, Moacir Werneck de Castro, Fernando Pedreira. Eles foram o sal desta terra árida e desconhecida de um passado que se quis reviver.

In memoriam a dois homens de trajetória e projetos tão distintos, mas que o construir dessa fase da história do Brasil acaba aproximando e cruzando caminhos: Samuel Wainer e Júlio de Mesquita Filho. Minha admiração pela tenacidade, fidelidade às idéias, luta pelo jornalismo. Afinal, parafraseando John Ford em *O homem que matou o facínora*: "Quando a lenda é mais forte que a história, imprima-se a lenda".

Resumo

Este trabalho busca aprofundar a compreensão das relações entre Estado/sociedade no Brasil de 1964 a 1980, através da análise da prática social dos profissionais de imprensa e de um dos instrumentais repressivos montados pelo Estado Autoritário brasileiro pós-64 contra jornais/jornalistas.

Realizamos uma pesquisa acompanhando a dinâmica das posturas, frente ao Estado brasileiro implantado após o golpe de 1964, de diferentes jornais/jornalistas (**O Estado de S. Paulo**, **Última Hora**, **Samuel Wainer/Folha de S. Paulo**), analisando-se artigos/editoriais/columnas.

Estudamos os processos de natureza política movidos, no âmbito da Justiça Militar, contra civis, localizados no Projeto **Brasil: Nunca Mais**, dos quais selecionamos os que buscaram incriminar profissionais da imprensa pelo exercício de sua função.

A análise aponta para uma resistência circunstancial e localizada por parte dos profissionais de imprensa e para o exercício de dominação do Estado que desnuda suas contradições como fruto de conflituosas relações sociais.

Esta é uma das muitas abordagens que a riqueza do material estudado permite. Esperamos que sirva de estímulo a novos pesquisadores.

Palavras-chave

Estado Autoritário, Imprensa, prática social, relações Estado/sociedade.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	01
1. O DESVELAR DE SEMELHANÇAS.....	29
1.1. Aproximações/Distanciamentos.....	36
1.2. Distanciamentos.....	58
1.3. Diferentes jornais/Projetos sociais distintos.....	69
1.4. Oscilações.....	81
2. ACIRRAMENTO DE TENSÕES.....	92
2.1. Aproximações/distanciamentos.....	105
2.2. Distanciamentos.....	120
2.3. Diferentes jornais/Projetos sociais distintos.....	141
2.4. Oscilações.....	158
3. RUMO À "TRANSIÇÃO TRANSADA".....	172
3.1. Aproximações/distanciamentos.....	181
3.2. Aproximações.....	193
3.3. Diferentes jornais/jornalistas / Projetos sociais distintos.....	208
3.4. Oscilações.....	229
4. O ESTADO AUTORITÁRIO BRASILEIRO PÓS-64 SE ARMA.....	236
4.1. Caracterização dos réus.....	241
4.2. Caracterização dos jornais.....	244
4.3. Móviles dos processos.....	248
4.4. Destaques da tramitação.....	256
4.5. As peças incriminatórias.....	262
4.6. As sentenças.....	266
4.7. Observações finais.....	282
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	287
FONTES UTILIZADAS.....	293
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	304

Introdução

O golpe de Estado desencadeado, a partir de 31 de março de 1964, no Brasil, trouxe alterações para os projetos que delineavam diferentes formas de encaminhamento para o País e que se encontravam representados em diversos setores sociais, dentre os quais a imprensa. A partir dessa data, por força das modificações implantadas, principalmente, no plano econômico, as comunicações viram ampliada a sua importância o que leva o Estado, que se constituiu, a pensar tanto em formas de melhor utilização do potencial da informação, como em um controle efetivo do que é veiculado.

Assim, é importante que se busque captar a dinâmica da prática social dos agentes situados na imprensa, bem como a forma de atuação do Estado na construção de instrumentais repressivos para controlar esse setor. Através deles, compreender-se-á melhor o funcionamento das relações Estado/sociedade, num momento determinado.

Por prática social dos agentes situados na imprensa estamos entendendo o que se publica num jornal/hebdomadário/revista/órgãos de divulgação de periodicidade variada. O que se publica é fruto de uma diversidade de relações que incluem referenciais diferentes. Há a linha editorial do periódico que carrega consigo interesses sociais nele representados pelo grupo que o domina. Há o trabalho do repórter/jornalista/editor/redator/colaborador que, além de seus próprios pressupostos sociais, realiza um exercício de aproximação/distanciamento em relação à linha editorial que pode ser mais ou menos claramente definida pelo órgão de divulgação. Localiza-se num artigo/coluna assinada/editorial, portanto, toda uma trama de relações sociais, ao mesmo tempo, complexas e difusas.

No prefácio de sua obra *The Making of the English Working Class*, editado no Brasil como: *A formação da Classe Operária Inglesa*¹, Edward P. Thompson justifica o título utilizado - pode ser traduzido literalmente como algo próximo a *O fazer-se da classe operária inglesa* - observando que *a a classe operária inglesa estava presente ao seu fazer-se*. O mesmo autor, em outro trabalho², ao criticar leituras feitas da obra de Karl Marx que, segundo ele, procuram expulsar o termo *experiência humana*, diz:

"Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, 'individuos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e em sua cultura [grifos no original] (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada." (Thompson, 1981. p. 182.)

Por forma de atuação do Estado, entendemos o que ela realiza na dependência da correlação de forças expressa em momentos determinados no âmbito estatal. Assim, não podemos aceitar a concepção de Estado como monolítico, ou seja, ausente de contradições e tensões e, muito menos, como dissociado da sociedade. Em nosso entendimento, o Estado é fruto de uma rede de ligações com diferentes setores/facções/grupos que, em circunstâncias restritas, assumem maior ou

¹ THOMPSON, Edward P.. *A formação da Classe Operária Inglesa*. RJ, Paz e Terra, 1987.

² THOMPSON, Edward P.. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ, Zahar, 1981.

menor dimensão e conseguem grau maior ou menor de prioridade na realização dos anseios desses mesmos setores/facções/grupos.

Marilena Chauí³, ao trabalhar sobre o Integralismo no Brasil, discute a historiografia produzida acerca do período de 1920-38. Num exercício de confronto entre as mais diversas interpretações encontradas, chega à conclusão de que, apesar das diferenças, o arcabouço conceitual presente nessas obras é quase sempre o mesmo e possui alguns traços gerais. Desses traços, a autora extrai dois problemas:

"O primeiro deles (e isto, por vezes, malgrado os próprios autores) é o pressuposto implícito de que é porque o capitalismo tem que se desenvolver, mas porque o faz com atraso ou tardiamente, o Estado é obrigado a assumir a forma e os compromissos que assume. O segundo é o de que (e isto também malgrado os próprios intérpretes) o Estado assume o papel de sujeito histórico porque a luta de classes não chega a exprimir-se de maneira suficientemente nítida no interior da sociedade civil." (Chauí e Franco, 1978. p. 22)

A partir daí observa encontrar-se, nessas interpretações, a idéia de que a luta de classes não é constituinte do processo histórico e que nenhuma das classes ou frações de classes teria condições para assenhorar-se do poder. Em conseqüência, o Estado preenche esse vazio. Desenvolve-se, então, segundo a autora *"uma concepção demiúrgica da história do Brasil, as interpretações oscilando na escolha do demos ourgoi que ora é o Estado (e há um hegelianismo latente), ora é o empresariado (e a sombra de Schumpeter paira sobre a letra dos textos), ora deveria ter sido o proletariado (e a aura de Lênin refulge no esplendor do ocaso). Essa concepção demiúrgica permite determinar de antemão o indeterminado e faz com que a luta de classes, sempre presente nas análises dos melhores intérpretes [grifos no original], não chegue a assumir a dimensão que lhe é própria, isto é, a da efetuação das relações históricas." (Chauí e Franco, 1978. p. 30)*

Partimos do pressuposto de que o exercício da dominação e da resistência encontra-se presente na efetuação das práticas sociais vivenciadas que se localizam, também, na atuação do Estado compreendido como fruto das contraditórias relações sociais.

Pode-se constatar que, quando se desencadeia o golpe de Estado de 1964, largos setores da imprensa encontravam-se envolvidos na campanha de desestabilização do governo João Goulart.

René Armand Dreifuss⁴, autor de um trabalho que analisa a importância do complexo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) - IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) na articulação do golpe, apresenta dados sobre o comprometimento da imprensa nessa preparação (neste trecho a referência é exclusivamente ao IPES):

"O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como: os Diários Associados (poderosa rede de jornais, rádio e televisão de Assis Chateaubriand, por intermédio de Edmundo Monteiro, seu diretor-geral e líder do IPES), a Folha de São Paulo (do grupo Octávio Frias associado ao IPES), o Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde (do Grupo Mesquita, ligado ao IPES, que

³ CHAUI, Marilena de Souza e FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. Ideologia e mobilização popular. RJ, Paz e Terra:CEDEC, 1978.

⁴ DREYFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

também possuía a prestigiosa Rádio Eldorado de São Paulo). Diversos jornalistas influentes e editores de O Estado de S. Paulo estavam diretamente envolvidos no Grupo de Opinião Pública do IPES. Entre os demais participantes da campanha incluíam-se: J. Dantas, do Diário de Notícias, a TV Record e a TV Paulista, ligadas ao IPES, através de seu líder Paulo Barbosa Lessa, os ativistas ipesianos Wilson Figueiredo e José Carlos Barbosa Moreira do Jornal do Brasil, o Correio do Povo, do Rio Grande do Sul e O Globo, das Organizações Globo do grupo Roberto Marinho, que também detinha o controle da influente Rádio Globo, de alcance nacional. Eram também 'feitas' em O Globo notícias sem atribuição de fonte ou indicação de pagamento e reproduzidas como informação fatural. Dessas notícias, uma que provocou um grande impacto na opinião pública foi a que a União Soviética imporia a instalação de um Gabinete Comunista no Brasil, exercendo todas as formas de pressões internas e externas para aquele fim. Outros jornais do país se puseram a serviço do IPES..." (Dreifuss, 1981. p. 233)

René Armand Dreifuss prossegue na sua longa lista arrolando de poderosas publicações a pequenos jornais até colunas assinadas e vendidas a vários órgãos de divulgação. Assim, os meios de comunicação, em geral, e a imprensa, em particular, tiveram um importante papel na preparação e, mesmo, efetivação do golpe que derrubou João Goulart.

Como explicar, entretanto que, decorridos apenas três anos, setores da imprensa, dentre outros, contribuissem para organizar o movimento da Frente Ampla⁵ o que fez, inclusive, com que o governo tomasse a atitude de proibir qualquer menção às atividades da Frente nos meios de comunicação?

Maria Helena Moreira Alves⁶ que estuda o período de 1964 a 1984, sob a ótica de uma dialética nas relações entre Estado e oposição, fala sobre o confronto entre polícia e população, por ocasião da missa realizada na Igreja da Candelária, em 4 de abril de 1968⁷. Este episódio gerou espancamentos, prisões, ataques da Polícia montada e reação dos padres que, numa segunda cerimônia no mesmo dia, se dispuseram a proteger os populares. A autora observa que:

"A violenta repressão nas missas levou a situação a um climax. A Igreja Católica uniu-se à oposição para protestar publicamente contra a invasão do templo e o ataque premeditado a padres e fiéis desarmados durante serviços religiosos. A firme posição adotada pela hierarquia religiosa propiciou uma aliança informal: os estudantes eram agora abertamente apoiados pela Igreja, a imprensa [grifo nosso] e, de modo geral, as classes médias do Rio de Janeiro que, poucos anos antes, haviam apoiado o golpe militar por medo de uma ditadura comunista. A intensidade da opressão e da violência começara a neutralizar os efeitos da liberalização." (Alves, 1984. p. 119)

⁵ A Frente Ampla foi um movimento de oposição ao regime militar, organizado em 1967, capitaneado por Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e conseguindo a adesão de seus antigos inimigos, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Os quatro assinaram o chamado Pacto de Montevideu (onde Goulart estava exilado) que se constituiu no seu programa. A Frente congregou aliados entre setores civis tradicionais, lideranças conservadoras, setores sindicais e trabalhistas. Pleiteava a redemocratização do País, o fim da legislação de controle, o fim das diretrizes salariais, a restauração do direito dos trabalhadores (incluindo o direito de greve), eleições livres e diretas em todos os níveis. Conseguiu respaldo na sociedade e isso selou seu destino: em abril de 1968, um Decreto-Lei proibia a Frente Ampla.

⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis, Vozes, 1984.

⁷ Missa fúnebre em memória do estudante secundarista, Edson Luís Lima Souto, cuja morte, em 28 de março de 1968, ocorreu em meio a manifestações estudantis pela melhoria da qualidade da alimentação fornecida a estudantes pobres no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. A Polícia Militar havia disparado contra os estudantes e um dos tiros vitimou Edson Luís.

Segundo a hipótese de Maria Helena Moreira Alves setores que apoiaram o golpe, dentre eles a imprensa, retiram essas bases de sustentação ao regime quando o grau de repressão política se intensifica. Haveria, desse modo, na concepção desses setores, um "desvio" da rota traçada após o golpe e esse "desvio" apareceu sob a forma do recrudescer das ações políticas destruindo as liberdades democráticas. Assim, o golpe dado em nome da preservação da democracia contra a ameaça de uma ditadura comunista, na verdade, nessa concepção um contra-golpe preventivo, estaria derrubando as bases dessa mesma democracia. Daí, o afastamento desses setores.

Do ponto de vista da imprensa, essa hipótese parece ser corroborada pelo exemplo do jornal **CORREIO DA MANHÃ (CM)**⁸. Este periódico, fundado em 1901, por Edmundo Bittencourt, em 1964 um poderoso órgão de divulgação, vem fazer coro à imagem construída de um golpe que estaria sendo arquitetado por João Goulart para assegurar a realização das reformas pretendidas por seu governo. No mês de março, produz manchetes e editoriais com chamadas à manutenção da disciplina e da legalidade. E, em 31 de março e 1º de abril, seus dois famosos editoriais "Basta!" e "Fora!" apontavam para o fato de que a "população" teria perdido a paciência com os desmandos governamentais e conclamavam para a saída de João Goulart da Presidência.

O mesmo jornal, porém, apenas dois dias mais tarde, em 3 de abril de 1964, publicava outro editorial - reproduzido, na íntegra, no jornal **ÚLTIMA HORA** do Rio de Janeiro (UH/RJ) - com o título de impacto "Terrorismo, não!" em que se voltava contra a violências cometidas pela polícia da GB e acusava claramente o governador Carlos Lacerda.

A esse editorial seguiram-se muitos outros de oposição às arbitrariedades do regime militar. Em janeiro de 1969, em meio às violências geradas pela edição do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, a proprietária do CM, Niomar Moniz Sodré Bittencourt foi presa e, posteriormente, foi alvo de um processo por uma série de editoriais escritos no periódico ao longo do ano de 1968. No transcorrer desse processo, ela foi obrigada a arrendar o jornal e este, mal administrado e com seu patrimônio dilapidado, deixa de circular definitivamente, em 7 de junho de 1974⁹.

Essa hipótese parece ser ainda corroborada pela atuação do Estado na montagem de um instrumental repressivo para conter a imprensa e os jornalistas. Referimo-nos, de um lado, à criação da legislação autoritária específica e do aparato da censura e, de outro, aos processos de natureza política movidos contra jornalistas¹⁰.

Após 1964, foi construído um aparato repressivo específico para a imprensa que resultou, entre outros fatores, na elaboração de uma legislação controladora¹¹ e no desenrolar do exercício constante da censura. Esta, apesar de algumas investidas desde 1964, vai se estruturar a partir de 1968, no período da edição do AI-5. Atuando de forma diversificada - através de bilhetes e telefonemas, quase sempre apócrifos às redações ou, através da introdução de censores que agiam nos jornais ou nos Departamentos de Polícia Federal de cada um dos Estados e do Distrito Federal -

⁸ Utilizamos, para facilitar a notação, para jornais a que nos referirmos reiteradas vezes, o seu título abreviado na forma de uma sigla.

⁹ A história do CM encontra-se descrita em ANDRADE, Jefferson de. *Um jornal assassinado - a última batalha do Correio da Manhã*. RJ, José Olympio, 1991.

¹⁰ Além disso, jornalistas envolvidos na militância em diferentes grupos de oposição ao regime, foram presos, torturados e mortos.

¹¹ Exemplos disto são a chamada Lei de Imprensa, ou seja, a Lei 5250, de 9 de fevereiro de 1967 (regula a liberdade de manifestação de pensamento e dá outras providências) e ou Decreto 1077, de 26 de janeiro de 1970 (dispõe sobre a execução do art. 153, § 8, parte final, Constituição da República Federativa do Brasil). Este último foi utilizado para dar sustentação legal à ilegalidade da censura prévia à imprensa.

a censura permaneceu ativa, atingindo diversos órgãos de divulgação, até 8 de junho de 1978 / quando, por ordem do presidente Ernesto Geisel, foi cancelada¹².

O levantamento mais completo sobre os processos de natureza política movidos pela justiça militar contra militares e civis encontra-se no Projeto "Brasil: Nunca Mais" (BNM)¹³. O Projeto constituiu-se num esforço de pesquisa desenvolvido, entre 1979 e 1985, envolvendo leigos e religiosos. Implicou na localização, duplicação, microfilmagem desses processos que atingiram o âmbito do Superior Tribunal Militar (STM) e que se desenrolaram entre 1964 e 1979. Envolveu a classificação e análise de 707 processos¹⁴.

Dentre as inúmeras tabelas de classificação dos processos e de seus implicados, BNM aponta uma distribuição cronológica e geográfica dos processos por setores sociais atingidos¹⁵. Nessa tabela, observa-se que os jornalistas (enquanto setor social) foram bastante atingidos, antecedidos na classificação pelos estudantes e sucedidos por militares, políticos, religiosos e sindicalistas.

Acresce a estas considerações o fato de que, no momento em que se empenha em iniciar a chamada distensão política, o presidente Ernesto Geisel se preocupa em restabelecer o diálogo com alguns setores, dentre os quais a imprensa.

¹² Alguns trabalhos desenvolvem, de forma central ou periférica, o estudo da censura política no Brasil durante o regime militar. Dentre eles podemos destacar: ANTÔNIO, João. Escapada - considerações em torno à censura imposta a um jornal alternativo "MOVIMENTO", nos anos de 1975-1981. Nicolau, Secretaria de Estado da Cultura, Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 6, ano I, 1987; AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78) - o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O ESTADO DE SÃO PAULO e MOVIMENTO. SP, FFLCH/USP, 1990 (Dissertação de Mestrado); BARBOSA ASSIS, Sulamita Maria. Censura à Imprensa no Regime Brasileiro Pós-64: seus fundamentos ideológicos e seus parâmetros políticos. BH, UFMG, 1987 (Dissertação de Mestrado); BOCCANERA, Sílvia. An Experiment in Prior Restraint Press Censorship in Brazil, 1972-1975. Califórnia, University of Southern California, 1978 (Dissertação de Mestrado); BRAGA, José Luiz. Pasquim - Hebdo brésilien d'humour. Paris, Université de Droit d'Economie et des Sciences Sociales de Paris, 1984 (Tese de Doutorado); DASSIN, Joan R. Press censorship and the military State in Brazil. In: - Press control around the world. NY, Praeger Publisher, 1982; DASSIN Joan R. Press censorship - how and why. Index on censorship, 8(4): 13-19, July August/1979; DINES, Alberto. trabalho (sem título) apresentado ao Instituto de Estudos Latinoamericanos, Columbia University, 1975; ESPECIAL: a história da censura prévia em MOVIMENTO. Movimento, SP, 12 a 26jun1978; ESPECIAL Domingo - Caderno 2. AI-5. A resistência, 25 anos depois. O Estado de S. Paulo, SP, 12dez1993; FERNADES, Hélio. 10 anos de censura. Tribuna da Imprensa, RJ, 15jun a 25set1978; FERREIRA, Oliveiros S.. "Que jornal subversivo estávamos fazendo". O Estado de S. Paulo (Extra - 30 anos depois...), SP, 31mar1994; GASPARI, Élio. Os documentos da censura. Jornal do Brasil, RJ, 18jun1978; KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários - nos tempos da Imprensa Alternativa. SP, Página Aberta, 1991; MACHADO, J. A. Pinheiro. Opinião x censura. RS, L & PM, 1978; MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira (1968-1978). SP, Global Editora, 1980; PEREIRA, Antônio Aparecido. A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil: 1968-1978. Roma, Centro Internazionale per gli studi sull'Opinioni Publica (CISOP), 1982 (Tesi Giornalismo); SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 4(10): 21-43, jun/1989; SUPLEMENTO do Centenário: A Liberdade de Informação no Brasil. O Estado de S. Paulo, SP, 15nov a 13dez1975; UNIDADE-DEBATE (Publicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo). SP, jul/1978.

¹³ Para facilitar a notação utilizamos a referência ao Projeto pela sigla BNM.

¹⁴ A história de BNM encontra-se publicada no livro Brasil: Nunca Mais (Petrópolis, Vozes, 1985). Este livro foi chamado pelos idealizadores da pesquisa de Projeto "B" e foi elaborado por Ricardo Kotscho e Frei Betto. Maiores detalhes o estudioso encontrará no Projeto "A", uma coleção de 12 volumes contendo a versão ampliada da pesquisa. Outra fonte de entendimento do Projeto, reside no relato de Laurence Weschler, na Parte I do livro Um milagre, um universo (SP, Cia. das Letras, 1990).

¹⁵ Projeto "Brasil: Nunca Mais". A Pesquisa BNM (Os instrumentos de pesquisa e a fonte). Arquidiocese de São Paulo, 1985. (Projeto "A" - Tomo II, Volume I) p. 258-261.

Celina Rabello Duarte¹⁶ estudando o papel da imprensa no que chama de processo de redemocratização do Brasil em dois momentos (1945 e 1974-1978), destaca o diálogo desenvolvido pela assessoria de Geisel e representantes da imprensa:

"Antes de tomar posse, seus principais assessores reuniram-se por diversas vezes com jornalistas proeminentes e donos de jornais a quem apresentavam o projeto político do novo governo e garantiam que a censura seria brevemente suspensa. Esta série de contatos que os assessores de Geisel, notadamente o General Golbery, o Major Heitor de Aquino, o ministro Armando Falcão e Humberto Barreto, mantiveram com os homens da imprensa levou a que se estabelecessem entre os últimos um forte clima de esperança com relação ao novo governo." (Duarte, 1987: p. 90)

A autora prossegue delineando a importância dos contatos com a imprensa para o chamado projeto de distensão política:

"Mas as intenções de melhorar as relações com a imprensa e facilitar o trabalho dos jornalistas não partiram só da Presidência da República. Em maio de 1977, o Ministério da Aeronáutica divulga o documento 'Política de Comunicação Social da Aeronáutica', no qual expõe princípios para um novo comportamento nesse campo cientes que estavam do desgaste que vinha sofrendo a instituição militar em virtude de seu isolamento. (...)

Dos contatos realizados entre os assessores mais diretos do General Geisel e os homens da imprensa, formou-se, no Rio de Janeiro e em São Paulo, um grupo de jornalistas influentes, completamente engajado no projeto político do governo. Esse grupo detinha especial influência nos jornais O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, e nas revistas Veja e Isto É. Esses jornalistas chegavam a participar da elaboração de projetos e estratégias políticas junto com o grupo palaciano." (Duarte, 1987. p. 100-101)

Nesse sentido, a dinâmica das relações entre a imprensa e o regime militar instaurado no País a partir de 1964 poderia ser acompanhada nos seguintes passos. A imprensa constituiu-se em importante elemento de apoio para a desestruturação e derrubada do governo de João Goulart. Esse apoio teria sido retirado devido ao endurecimento da atuação política do regime instituído ao restringir os espaços de participação da sociedade. A imprensa, utilizando seus meios, teria agido através da crítica e denúncia das atitudes governamentais. A reação não se teria feito esperar. O regime militar teria utilizado e adaptado seu instrumental repressivo para coibir a prática social jornalística. A devolução do apoio de setores da imprensa ao regime militar teria ocorrido a partir do chamado projeto de distensão política instaurado no governo Geisel.

Constrói-se, desse modo, uma imagem maniqueísta das relações imprensa/Estado a partir de 1964. À imprensa caberia (apesar de seu apoio ao golpe de Estado hoje convenientemente esquecido) o papel de resistência à repressão, aos ataques às liberdades democráticas defendidas. Ao Estado, caberia o papel de dominação ordenando a repressão política, cancelando os espaços de participação social. Na dinâmica ação/reação, ao segundo caberia a ação e à primeira, a reação.

Dentro de nossa concepção de Estado e das relações entre este e a sociedade, entretanto, esta hipótese maniqueísta não se ajusta às práticas sociais vivenciadas pelos homens em

¹⁶ *Imprensa e Redemocratização no Brasil - um estudo de duas conjuntura, 1945 e 1974 -1978. SP, PUC, 1987 (Dissertação de Mestrado).*

seu cotidiano, pleno de tensões, *espaço*, ao mesmo tempo, *da submissão e da rebeldia*¹⁷. Essas práticas, em nosso entendimento, apontam mais para a diversidade das múltiplas aproximações/distanciamentos no desenvolvimento das relações sociais. Em seu acompanhamento, é possível entrever avanços e recuos, incertezas e indeterminações.

Por isso, constituímos como nosso objeto de análise, de um lado, o acompanhamento de jornais/jornalistas, através da prática social concreta, ou seja, sua produção jornalística, na sua relação com o regime militar brasileiro. De outro, a montagem/desenvolvimento/julgamento de processos de natureza política movidos contra profissionais de imprensa. Com isso, pretendemos captar a construção da dinâmica das relações Estado/sociedade, no que diz respeito à imprensa, em momento determinado.

René Armand Dreifuss, para chegar à eclosão daquele que chama de *golpe de classe*, utiliza como marco 1930, com a *crise do domínio oligárquico* e as mudanças processadas a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder, como momento de alteração da composição de forças. A partir daí a *burguesia industrial* teria estabelecido um novo *compromisso de classe* no poder com os *interesses agrários*, com os *setores agro-exportadores*. Isso levaria ao chamado "*estado de compromisso*" que tentava conciliar setores conflitantes e que, por isso mesmo, era de difícil convivência e sujeito a crises constantes que provocam o estabelecimento do Estado Novo, em 1937. Com ele, o "*estado de compromisso*" foi reformulado traduzindo-se em *formas corporativistas de associação* e a aliando industriais e proprietários de terras sem que, entretanto, se diluíssem seus conflitos de interesses. Nesse momento, segundo o autor, "*tem início o primeiro estágio da nacionalização formal da economia com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como mineração, aço e petróleo. O Estado tornou-se um importante produtor de bens e serviços de infraestrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado do Brasil.*" (Dreifuss, 1981. p. 23)

Em sua análise, René Armand Dreifuss, critica a visão, segundo ele, popularizada pelo Partido Comunista e pelos intelectuais nacionalistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) a respeito da burguesia nacional. Nessa concepção, existiriam duas burguesias: uma, considerada entreguista e ligada ao capital estrangeiro e a outra nacionalista e oposta à ação de interesses externos. A essa visão, o autor opõe a consideração de que a motivação da burguesia brasileira era uma só, o capital, e que os industriais nacionais eram mais agentes de integração do País no capitalismo internacional. Assim, a burguesia brasileira era nacional apesar de não ser, necessariamente, nacionalista.

René Armand Dreifuss ainda aponta para as transformações processadas com a Segunda Guerra Mundial, tanto nas relações do Brasil com o exterior, como na correlação de forças interna. Externamente, fica mais claro o alinhamento político à órbita norte-americana, o que inclui a participação do Brasil na guerra, a aliança entre oficiais brasileiros e dos EUA e a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. Internamente, a criação de novos sindicatos independentes nos Estados mais industrializados, a revitalização do Partido Comunista, o temor das camadas dominantes e seu alinhamento com os interesses das empresas multinacionais fortalecendo, cada vez mais, sua presença no Brasil

¹⁷ Esta imagem foi retirada do trabalho de Maria Helena Souza Patto (*A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. SP, T.A. Queiroz, 1990). A autora, ao analisar o cotidiano de uma escola pública, aplica as concepções sobre o cotidiano desenvolvidas por Agnes Heller (*O Cotidiano e a História*. RJ, Paz e Terra, 1985). Apesar de se relacionar também com a realidade escolar, o trabalho de Maria Aparecida Affonso Moysés e Cecília Azevedo Lima Collares (*Sobre alguns preconceitos no Cotidiano Escolar*. SP, Alfabetização: passado, presente, futuro, FDE, Diretoria Técnica, 1993 - Série Idéias: n. 19) aprofunda o estudo das considerações de Agnes Heller.

Essa conjugação de forças torna-se explosiva no segundo governo de Getúlio Vargas que, para René Armand Dreifuss, quer fomentar uma política de desenvolvimento com base na industrialização nacional buscando combinar crescimento econômico com democracia social, apoiando-se num aparelho administrativo de Estado, relativamente autônomo em relação à influência das camadas dominantes e capaz de limitar os interesses multinacionais. Fiel à sua concepção relativamente à burguesia nacional, o autor observa que os empresários temiam uma forma de desenvolvimento nacionalista liderada pelo Estado e entendiam que a concentração de capital iria se processar junto com a internacionalização da economia que desejavam favorecer.

O governo de Juscelino Kubitschek vem redefinir a política de desenvolvimento utilizada anteriormente por Getúlio Vargas, adotando um padrão de desenvolvimento associado a capitais internacionais. Tendo em vista a lentidão do Congresso Nacional no apoio à medidas de "modernização" da economia, lentidão esta que se prendia aos interesses nele representados - agrários e nacionalistas, além dos multinacionais e associados - criou-se a "administração paralela" com organismos de planejamento, consultoria, comissões de trabalho, os Grupos Executivos. Através dela, os interesses multinacionais e associados conseguiram contornar os canais de representação do Legislativo e implementar as políticas do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Segundo o autor, nesse momento, ocorre *"o que podemos chamar de segundo estágio de 'nacionalização formal' da economia; o Estado transformando-se em produtor direto de bens e serviços estratégicos para a infra-estrutura e tornando-se controlador indireto de substanciais mecanismos da política econômica."* (Dreifuss, 1981. p. 35)

Entretanto, ao mesmo tempo, se dá o florescimento das atividades sindicais, das organizações de classes trabalhadoras, além das mobilizações estudantis e dos debates no interior das Forças Armadas em torno da questão do nacionalismo.

Estava dado o pano de fundo para o *golpe de classe* através da presença de duas formas conflitantes de encaminhamento para o Brasil: de um lado, as classes trabalhadoras industriais e de outro, os interesses multinacionais e associados. O esquema montado por Juscelino Kubitschek, que satisfazia esses últimos interesses, apesar da divergência manifesta no Congresso, apoiando-se na "administração paralela", dependia da anuência do Executivo para seu funcionamento. Isso foi rompido com a chegada de Jânio Quadros ao poder e, posteriormente, com a substituição por João Goulart.

Maria Helena Moreira Alves chama o Estado decorrente do golpe de 1964 de *Estado de Segurança Nacional*. Apoiá-se, inicialmente, no conceito de *desenvolvimento dependente*:

"Em seu sentido econômico fundamental, 'desenvolvimento' designa a capacidade de expansão produtiva de uma sociedade. Considerado de maneira mais ampla, o termo refere-se a todo o espectro de mudanças em procedimentos tecnológicos, sociais, políticos e culturais que acompanham e (em diversos graus) facilitam essa expansão. Um sistema econômico pode ser denominado 'autônomo' quando é capaz de gerar seu próprio crescimento, o que implica acima de tudo a faculdade de criar novas tecnologias, de expandir o setor de bens de capital e de controlar seu sistema financeiro e bancário. As economias dependentes, em contraste, funcionam na periferia do sistema mundial, afastadas dos pontos de concentração dos recursos para o crescimento autogerado. No caso mais extremo, a economia dependente está restrita ao papel de fornecedora de matérias-primas às economias industriais avançadas. E mesmo quando ela não está totalmente limitada a essa função, o mercado internacional restringe drasticamente suas possibilidades de desenvolver a capacidade tecnológica, industrial e financeira necessária ao crescimento autogerado. Deste modo, a industrialização periférica manifesta-se essencialmente

como um reflexo distorcido da expansão das economias avançadas." (Alves, 1984. p. 19-20)

Observa a autora que, em 1964, assomou a crise do modelo de democracia formal instaurado no Brasil, a partir de 1946. E isto devido (pelo conceito de "desenvolvimento dependente") à presença de interesses específicos internacionais e nacionais a ele associados que foram contrariados no governo de João Goulart com suas restrições ao capital estrangeiro, a política de controle da remessa de lucros, pagamento de royalties e transferência de tecnologia, legislação antitruste; além da política nacionalista de apoio e subsídios ao capital privado nacional. Assim:

"Foi em reação a esse tipo de crise que as classes clientelísticas brasileiras vieram a desempenhar um papel decisivo na criação e desenvolvimento de uma forma autoritária de capitalismo de Estado. E é nesse contexto que podemos compreender a ideologia da segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente." (Alves, 1984. p. 23)

Esse é o *Estado de Segurança Nacional* na medida em que encontra na *Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento*, ministrada na ESG, a justificativa necessária para a tomada do Estado e a imposição de uma variante autoritária. Para a autora:

"Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado." (Alves, 1984. p. 26)

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento alicerça-se no binômio: desenvolvimento + segurança interna, entendendo que conquistaria a legitimidade com base no desenvolvimento capitalista e no seu desempenho em relação à defesa da Nação contra os inimigos internos (desestabilizadores da segurança). Entretanto, as contradições do *Estado de Segurança Nacional* fazem com que não consiga eliminar a oposição e controlar o aparato repressivo levando-o ao isolamento e à crise de legitimidade, expressa na defasagem entre a linguagem discursiva de democracia e a realidade de opressão.

Trabalhando com uma análise comparativa e agrupando diversos países em que se deu a emergência de Estados Autoritários em circunstâncias semelhantes, particularmente, na América Latina¹⁸, entre os anos 60 e 70, Guillermo O'Donnell desenvolveu como modelo de análise a "família" dos *regimes autoritário-burocráticos*¹⁹. Tecendo considerações sobre a importância do trabalho de Guillermo O'Donnell e de outros que a ele se seguiram, David Collier, procede a um resumo do modelo, destacando seus pontos centrais²⁰.

¹⁸ Os casos destacados são os do Brasil, 1964; Argentina, 1966 e 1976; Chile, 1973 e Uruguai, 1973.

¹⁹ Existem formulações do autor que remontam à década de 70 contendo suas análises do desenvolvimento desse modelo e foi publicado mais recentemente *Análise do autoritarismo burocrático*. RJ, Paz e Terra, 1990.

²⁰ COLLIER, David. *Resumo do Modelo Autoritário-Burocrático*. In: COLLIER, David (org.). *O Novo Autoritarismo na América Latina*. RJ, Paz e Terra, 1982.

Inicialmente, o autor aponta para a filiação do modelo às análises do capitalismo dependente, desenvolvido em regiões periféricas do sistema capitalista e que vinculam a emergência de regimes autoritários nessas regiões devido às tensões geradas pela modernização capitalista dependente. Esta traria o colapso ao padrão anterior de política populista que promovia a participação da classe trabalhadora e da classe média inferior na coalizão da política nacional dominante constituindo-se em importantes beneficiários da política pública. Os governos autoritários que emergem, afastam o setor popular da arena política, impõem uma diminuição de renda para o mesmo na busca de resoluções dessas tensões. O enfoque de O'Donnell ficaria então localizado na mesma dimensão da literatura populista/pós-populista.

Para David Collier, falando do Brasil (1964) e da Argentina (1966), esses países *"foram governados pelos militares como instituição, em vez de exclusivamente por governantes militares individuais. Além disso, os militares pareceram adotar um enfoque tecnocrático e burocrático na formulação política (ao contrário de um enfoque mais 'político' através do qual as políticas são modeladas pelas exigências econômicas e políticas dos diferentes setores da sociedade, expressas através de canais como eleições, legislaturas, partidos políticos e sindicatos trabalhistas). Este enfoque da formulação política destes regimes levou os estudiosos a juntarem o adjetivo 'burocrático' ao termo 'autoritário' e a chamar estes sistemas de 'autoritário-burocráticos'."*²¹

Preocupado com a incorporação ou exclusão do setor popular, O'Donnell estabelece três tipos de regime: Oligárquico, Populista e *Autoritário-Burocrático*. Este se caracteriza pela exclusão do setor popular, pelo caráter não-democrático e pelo domínio da coalizão da política de tecnocratas de alto nível (militares e civis) em associação íntima com o capital estrangeiro. Esta elite preocupa-se em promover a industrialização avançada (do setor de bens intermediários e de capital) vista como solução para os problemas de dívida externa e inflação que acredita terem sido gerados pela necessidade de importação desses bens. Geralmente, esse processo de industrialização se faz com a filiação a corporações multinacionais e associação a agências internacionais de empréstimos. Estes dois elos de ligação trazem como exigência a adoção de medidas econômicas mais ortodoxas que, segundo sua concepção, criam condições de estabilidade econômica. Na dependência da ativação do setor popular, mais ou menos forte, e do grau de aceitação dos empresários nacionais em relação à desnacionalização da economia, reside o sucesso, duração, estabilidade desses regimes.

Guardadas as devidas proporções, estas três análises que representam, cada qual a seu modo, grandes contribuições para o estudo do período, possuem pontos de contato e, especificamente, originam-se de uma mesma raiz. Para tecer considerações acerca do Estado inaugurado em 1964, privilegiam o estado das forças produtivas no momento em que se desencadeou o golpe, em sua relação com o grau de participação/satisfação das necessidades conferido a amplos setores da população (notadamente, as classes trabalhadoras de extração urbana e, mais especificamente, vinculadas a setores industriais). Além disso, priorizam a inserção do Brasil no chamado Sistema Capitalista internacional, filiando-se às análises do chamado "capitalismo dependente" que distribui as nações vinculadas ao Sistema em "centrais" e "periféricas" e pensa as questões internas aos países "periféricos" à luz de sua relação de dependência com os países "centrais".

Grosso modo, essas análises se originam do pensamento cepalino²² que, segundo José Luis Fiori²³, *"privilegiando os fatores externos - como explicadores em 'última instância' - e*

²¹ COLLIER, David. Introdução. In: - op. cit., p. 12-13.

²² A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi criada em uma reunião de países americanos realizada no México, em 1951. Seu objetivo inicial era o de criar uma política de oposição à Organização dos Estados Americanos (OEA) controlada pelos EUA e buscando impor seu controle. Por voto e pressão do Brasil, Chile e México, criou-se então o organismo (CEPAL) voltado para a defesa dos interesses latino-americanos que procurou alternativas para a região no sentido de eliminar a dependência. O caminho apontado, ao longo dos anos 50, foi o da industrialização, entendida como forma de superar o subdesenvolvimento. As concepções de atraso/avanço,

centrando sua análise na composição da demanda, fez do político e do Estado meros epifenômenos, quando não 'instrumentos' para a realização dos desígnios estruturais definidos pelas alterações na balança de pagamentos." (Fiori, 1990. p. 60-61) Segundo o mesmo autor, esses estudos sobre a dependência retomam a teoria do imperialismo numa releitura em continuidade com a visão definida em 1920 pela III Internacional.

Além desse privilegiar dos fatores externos situado por José Luís Fiori e de um certo "economicismo" que pode ser creditado às análises cepalinas, gostaríamos de destacar um outro aspecto. Nos três autores apontados, encontra-se subjacente a idéia de *crise*. *Crise* esta gerada por uma inadequação de momento o que leva a e explica o golpe.

Marilena Chauí²⁴ observa que a utilização da noção de *crise* carrega consigo uma concepção de história em que o acontecimento é encarado como acidente ou desvio de uma rota pensada como harmoniosa e ordenada. Nesse sentido, portanto, as tensões que são constitutivas das relações entre Estado e sociedade e os conflitos alicerçados nos antagonismos dos interesses que caracterizam as relações sociais não são considerados como integrantes e sim, como frutos de uma circunstância que precisa ser afastada para que a ordem "natural" se restaure.

Procurando pensar o Estado que se instaura a partir de 1964, no Brasil, à luz, não só de fatores externos, mas também, das conflituosas relações internas que o constituem, entendemos vinculá-lo ao conceito de *Autoritarismo* na acepção da estrutura dos sistemas políticos, por compreender que é suficientemente amplo para se adaptar ao estudo que fizemos das relações entre Estado e sociedade no momento analisado.

Interassa-nos destacar os limites entre Autoritarismo e Democracia, bem como estabelecer as fronteiras entre a concepção de Autoritarismo e Totalitarismo.

Mario Stoppino²⁵ ao conceituar Autoritarismo observa que:

"Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas." (p. 94)

Explicitando um pouco mais suas concepções e aprofundando as relações entre Autoritarismo e Democracia, o autor prossegue:

"A oposição entre Autoritarismo e democracia está na direção em que é transmitida a autoridade, e no grau de autonomia dos subsistemas políticos (os partidos, os sindicatos e todos os grupos de pressão em geral). Debaixo do primeiro perfil, os regimes autoritários se caracterizam pela ausência de Parlamento e de eleições populares, ou, quando tais instituições existem, pelo seu caráter meramente

subdesenvolvimento/desenvolvimento, centro/periferia; sempre tendo em mente o Sistema Capitalista mundial como um todo integrado, originam-se dessa matriz teórica.

²³ "Para uma crítica da teoria latino-americana de Estado" (I e II). MG, Síntese (nova fase), 50(XVII): 55-72 e 51(XVII):79-103, jul-set e out-dez/1990.

²⁴ Crítica e Ideologia. In: CHAUI, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. SP, Cortez, 1989.

²⁵ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo*. In: BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de Política*. Brasília/DF, UnB, 1992. (p. 94-104)

cerimonial e ainda pelo indiscutível predomínio do poder executivo. No segundo aspecto, os regimes autoritários se distinguem pela ausência da liberdade dos subsistemas, tanto no aspecto real como no aspecto formal, típica da democracia. A oposição política é suprimida ou obstruída. O pluralismo partidário é proibido ou reduzido a um simulacro sem incidência real. A autonomia dos outros grupos politicamente relevantes é destruída ou tolerada enquanto não perturba a posição do poder do chefe ou da elite governante." (p. 100)

Preocupado com a distinção ente Autoritarismo e Totalitarismo, Mario Stoppino acrescenta:

"Nos regimes autoritários a penetração-mobilização da sociedade é limitada: entre Estado e sociedade permanece uma linha de fronteira muito precisa. Enquanto o pluralismo partidário é suprimido de direito e de fato, muitos grupos importantes de pressão mantêm grande parte de sua autonomia e por consequência o Governo desenvolve ao menos em parte uma função de árbitro a seu respeito e encontra neles um limite para o próprio poder. Também o controle da educação e dos meios de comunicação não vai além de certos limites. Muitas vezes é tolerada até a oposição, se esta não for aberta e pública." (p. 100)

No material de imprensa que analisamos encontramos presentes duas formas diferentes de encarar o desenvolvimento a ser seguido no Brasil, dois projetos sociais para o País. Em ambos a apologia do desenvolvimento econômico, num deles encarado como vinculado ao capital externo, no outro pensado na valorização do capital nacional e dos interesses internos que deveriam ser preservados. O grau de participação conferido à sociedade variava segundo o projeto correspondente: no primeiro, de forma mais restrita, no segundo, de modo ampliado.

Estas duas alternativas encontravam-se postas em 1964 e é no embate entre elas, cada qual representando grupos/facções/camadas sociais diversas, que se instaura, por intermédio de um golpe, um Estado Autoritário.

Nele reconhecemos as características apontadas por Mario Stoppino: tentativa de redução do caráter do Congresso Nacional ao aspecto meramente cerimonial e, por vezes, ausência do Parlamento (fechamento explícito do Congresso quando da edição do AI-5 e por ocasião de abril de 1977, no episódio do "pacote de abril"); eleições populares praticamente reduzidas ao Legislativo dotado desse aspecto restritivo; montagem (a partir de 1965) de um sistema bipartidário (com "situação" e "oposição" criadas pelo governo) com a extinção do pluripartidarismo anteriormente existente; restrição das manifestações de associações estudantis e sindicais.

Na conceituação de Totalitarismo²⁶ há a preocupação em localizá-lo em circunstancial histórico determinado e preso às experiências do Hitlerismo na Alemanha e do Stalinismo na URSS. Destaca-se a sua originalidade conceitual como uma forma específica de penetração e mobilização da sociedade inteira e destruição de sua autonomia, relacionado com a formação da sociedade industrial de massa, a persistência da arena mundial dividida e o desenvolvimento da tecnologia moderna.

Entendemos que as tentativas de mobilização da sociedade no sentido de obter maior legitimidade do regime militar brasileiro foram limitadas (as tentativas mais explícitas localizam-se no ufanismo que se buscou desenvolver em torno do propalado "milagre econômico" e dos slogans - "Brasil, ame-o ou deixe-o" - criados durante o governo Médici). Ao lado disso, a persistência das

²⁶ Ver Mário Stoppino, *Totalitarismo*. In: BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de Política*. Brasília/DF, UnB, 1992. (p. 1247-1259)

críticas ao regime por intermédio da imprensa, ao longo de todo o período que estudamos e o resultado dos processos de natureza política movidos contra profissionais de imprensa vêm demonstrar que, apesar da procura da eliminação das possibilidades de manifestação oposicionista, ela não foi bem sucedida ou não se efetivou de fato.

Para captar a prática social dos agentes situados na imprensa em relação ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 fixamo-nos, inicialmente, em artigos/colunas (assinadas ou não) editoriais de dois órgãos de divulgação que, no momento em que se efetiva o golpe de 1964, se encontravam em posturas distintas: O ESTADO DE S. PAULO (OESP) e ÚLTIMA HORA (UH) e para refletir acerca da forma de atuação desse mesmo Estado no que se refere à imprensa acompanhamos alguns processos localizados dentro do Projeto BNML.

Entendemos que o Estado Autoritário brasileiro pós-64 pode ser seccionado temporalmente no período que vai da eclosão do golpe até o momento em que assume o governo o general João Baptista Figueiredo. E isto porque, em nossa concepção, esta é a fase de montagem, estabelecimento e desmontagem do aparato repressivo mais violento. De 1964 à edição do AI-5, assiste-se à diminuição gradativa dos espaços de participação da população, à redução das regras do jogo democrático. De dezembro de 1968 até a chegada ao poder do general Ernesto Geisel (março/1974), desencadeiam-se, concomitantemente, as tentativas de oposição ao regime por rupturas institucionais (através da luta armada) e a violenta repressão a essas tentativas com o ensejo de fechar os canais oposicionistas. Durante o governo Geisel (até março de 1979), desenrolam-se surdas lutas pelo controle do encaminhamento a ser dado ao regime militar: seja no sentido de manter a restrição dos espaços de atuação, seja no abrandar das relações Estado/sociedade com a reintrodução paulatina das regras do jogo democrático no plano institucional. A partir da chegada ao poder de João Baptista Figueiredo (15 de março de 1979) o projeto de "abertura política" como pensado por parte das Forças Armadas se estabiliza e se prepara para a lenta devolução do poder aos civis.

Maria Helena Moreira Alves observa que, no período por ela estudado (1964-84), de modo geral, a cada fase de acirramento das tensões, sucede uma tentativa de pacificação. Aceitando a própria fala presidencial, ela identifica o governo Geisel como caracterizado por uma fase de "distensão" e o governo Figueiredo (1979-85) como o de "abertura". Embora a autora não aceite a idéia de uma transição para a democracia no governo Figueiredo, admite pensar numa "abertura política". Para ela, somente haveria possibilidade de se falar em "democratização" a partir de uma ruptura completa com o que ela chama de Estado de Segurança Nacional.

Em concordância com as idéias da autora, não entendemos que se processe realmente uma "transição" para a democracia durante o governo Figueiredo, na medida em que para nós a democratização se localiza, não apenas no plano institucional da chamada macropolítica e sim, necessariamente deve atingir o campo das relações sociais cotidianas, a micropolítica.

Paulo Sérgio Pinheiro e Guillermo O'Donnell, ao discutir o autoritarismo e, particularmente, o autoritarismo implantado em nações latino-americanas durante as décadas de 60 e 70, refletindo sobre as possibilidades de sua superação, apontam para a conceituação de um *autoritarismo socialmente implantado*. Paulo Sérgio Pinheiro diz, especificamente, no que diz respeito ao Brasil:

"Depois do final da ditadura, os grupos na sociedade que pretendem aprofundar a democracia, concretizando o rule of law, as garantias dos direitos humanos, se reencontram com a agravante de estarem mais isolados do que no período em que se desenvolveram, depois de 1964, com o padrão elitista, autoritário e hierárquico na sociedade brasileira. Tudo indica que os governos autoritários foram tão bem sucedidos, por um período tão longo, ao simplesmente exacerbarem, com

sustentação social, certos elementos autoritários presentes na cultura política do Brasil. Para entendermos essas resistências nós acreditamos que a abordagem deva se deslocar das microdimensões do poder, as microcenas onde as interações concretas e violentas têm lugar; dos microdespotismos que sobrevivem ao autoritarismo das ditaduras. No caso brasileiro predomina o que se poderia chamar de um 'autoritarismo socialmente existente' que precede e ultrapassa os regimes políticos autoritários e independe da periodização da história política. (...)
O autoritarismo socialmente implantado é a interiorização dos métodos impostos à força (ou doucement) [grifos no original] pelos grupos no poder que corroboram para restringir a representação e limitar as condições de participação política..."
(Pinheiro, 1991. p. 55-56)

Refletindo acerca das possibilidades de democratização da Argentina após o término do regime militar, Guillermo O'Donnell toca na questão das relações entre os planos de ação social:

"Dos clássicos mais antigos até os dias de hoje, poderia se lotar uma biblioteca com textos relevantes para a problemática das relações entre diversos planos da ação social. Embora seguramente após esse esforço chegaríamos à conclusão de que não é muito o que se pode afirmar com razoável certeza, podemos, no entanto, arriscar algumas proposições de interesse para o nosso tema. Uma delas é que essas relações micro-macro não são tão diretas nem tão lineares como para que certo grau significativo (que não sabemos, por outro lado, qual seria) de democratização da sociedade possa ser condição necessária ou suficiente para a implantação [grifos no original] de um regime político democrático." (O'Donnell, 1988. p. 44)

Apesar de partilharmos dessa concepção que se compreende como um avanço inegável na direção de um melhor entendimento da cultura política do Brasil e das dificuldades de consolidação de regimes democráticos, acreditamos que é fundamental aprofundar-se a análise dos mecanismos de repressão em meio às contraditórias/conflituosas relações entre Estado/sociedade nos limites da *"periodização da história política"*, para empregar a terminologia utilizada por Paulo Sérgio Pinheiro. Este aprofundamento auxilia o entendimento do exercício de dominação/resistência da cultura política brasileira, na medida em que se entende Estado/sociedade numa relação de reciprocidade, em contínua tensão/distensão. Pensar as linhas de direção do Estado e da sociedade, numa dimensão considerada como macropolítica, aumenta a compreensão do que se percebe como micro, mesmo porque não se os entende como estanques entre si.

Preocupados com relações Estado/sociedade nesse momento de montagem/estabelecimento/desmontagem do aparato repressivo do Estado Autoritário brasileiro pós-64, pensamos, inicialmente em situar nossa pesquisa entre 31 de março de 1964 e 15 de março de 1979, respectivamente, o momento em que se desencadeia o golpe de Estado e o início do governo Figueiredo. Entretanto, por referência ao corpus documental selecionado, acabamos fixando nossos limites de temporalidade entre 24 de março de 1964 e 2 de setembro de 1980.

Acompanhamos OESP de 31 de março de 1964 a 15 de março de 1979, tendo em vista a sua regularidade e não interrupção durante todo esse período. O Projeto BNM utiliza como periodização própria os mesmos marcos (1964-79). Entretanto, especificamente, os processos que analisamos - se tomarmos como referência a publicação dos artigos para o início da tramitação - começam em 1967 e se encerram em 1975 - se tomarmos por base o julgamento em segunda instância, na alçada do Superior Tribunal Militar (STM). A diversidade temporal se intensifica com o acompanhamento de UH. O jornal, fundado originalmente por Samuel Wainer, o UH do Rio de Janeiro (UH/RJ) e aquele que permaneceu sob seu controle por mais tempo, deixa de pertencer a ele e, conseqüentemente, perde os laços com o seu ideário, em abril de 1971 Assim, optamos por

acompanhar não só a trajetória do jornal, como também a de seu criador, Samuel Wainer seguindo-o e buscando identificar sua marca pessoal e seu posicionamento em relação ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 em duas outras atividades jornalísticas desempenhadas. Seu trabalho como Diretor de Redação do jornal UH de São Paulo (1973-75) então sob o controle do grupo Folhas e sua coluna diária elaborada para o jornal FOLHA DE S. PAULO (FSP) entre 1977 e 1980.

No estudo de um dos instrumentos repressivos utilizados pelo Estado Autoritário brasileiro pós-64 contra a imprensa, optamos por trabalhar com os processos movidos contra jornalistas/colaboradores eventuais, proprietários/responsáveis por periódicos, no e pelo exercício de sua profissão/função, arrolados no Projeto BNM.

Segundo depoimento do Pastor Jaime Wright (ex-Secretário-Geral da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil) - um dos idealizadores do Projeto - a idéia de BNM "*ocorreu primeiramente a alguns advogados que trabalharam corajosamente pelos prisioneiros políticos durante toda a ditadura militar*"²⁷. Isto aconteceu, no ano de 1979, quando foram receber Paulo Freire de volta do exílio. A seguir, o plano foi apresentado e endossado rapidamente pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns - Arcebispo Metropolitano de São Paulo - que sugeriu o envolvimento e a assistência de Philip Potter - ex-Secretário-Geral do Conselho Mundial das Igrejas (CMI), que começou a levantar fundos imediatamente. Assim se formou o núcleo principal de BNM.

O Projeto consistiu em trabalho desenvolvido, ao longo de aproximadamente cinco anos de pesquisa intensiva - levada a efeito por membros da sociedade civil e entidades religiosas - na duplicação, levantamento e análise de dados constantes de cerca de 707 processos oriundos do Superior Tribunal Militar (STM), envolvendo mais de 17.000 atingidos durante os anos do regime militar - segundo periodização utilizada pelos realizadores do Projeto, de 1964 a 1979. A partir de 1979, cercados de segredo inviolável, muitas pessoas trabalharam (às vezes sem o conhecimento dos objetivos do Projeto), até 1985, quando os resultados deste empreendimento foram divulgados com a publicação do livro **Brasil Nunca Mais**.

Após o golpe de 1964, se estabelece a possibilidade de julgamento de crimes civis por Tribunais Militares para casos que afetassem a Segurança Nacional do País. Esses crimes eram julgados, numa primeira instância, pelas Corregedorias Militares (de alguma das três armas: Exército, Marinha ou Aeronáutica) dos respectivos Estados. Se houvesse apelação de qualquer uma das partes (a Procuradoria Militar representando a União, ou a defesa representando o réu) recorria-se, em segunda instância, ao STM, em Brasília. Os processos de BNM foram retirados do STM, o que implica num julgamento de civis não efetuado pela Justiça Comum e, portanto, reservado a crimes que afetam a chamada Segurança Nacional²⁸.

Numa primeira classificação, os processos de BNM foram divididos quanto à sua natureza em: organizações de esquerda, setores sociais e atividades. O primeiro destes níveis classificatórios refere-se a uma distribuição dos processos cujos móveis centrais de acusação dos denunciados relaciona-se diretamente a atividades ligadas a organizações e a partidos. O segundo deles abrange processos que se voltaram para atividades de determinados setores da sociedade que

²⁷ Depoimento citado por Lawrence Weschler no livro *Um milagre, um universo* (SP, Cia. das Letras, 1990) à p. 24.

²⁸ Este tema é estudado no Brasil e em outros países latino-americanos por obras como: ALVES, Maria Helena Moreira. *op. cit.*; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra*. SP, FFLCH/USP, 1985. (Tese de Doutorado); SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. RJ, José Olympio, 1981; STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política - As mudanças de padrões na vida brasileira*. RJ, Artenova, 1975; VARAS, Augusto et alii. *Chile, Democracia, Fuerzas Armadas*. s/l, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 1980.

se opuseram ao regime²⁹. O terceiro dos níveis atinge atividades diversas pelas quais acabaram envolvidos os réus em determinados processos³⁰.

Uma consulta aos quadros do Projeto "A", mostra que dos 707 processos analisados, 177 ligavam-se a setores sociais e, dentre eles, 15 pertenciam a jornalistas. A análise preliminar destes processos, contudo, não apresenta (salvo exceções) nomes notórios e conhecidos por sua combatividade jornalística.

Pesquisando-se outra fonte classificatória, ou seja, o Tomo II, volume 2 do Projeto "A" - *Os atingidos*, encontra-se uma relação geral dos atingidos (total de 17.420) pelos processos, distribuídos em quatro categorias: Denunciados, Indiciados, Testemunhas, Declarantes. O Quadro 99 que relaciona os Denunciados (em número total de 7.367), incluindo entre seus dados a profissão de cada um e o número do processo em que aparecem em BNM, revelou a existência de, aproximadamente, 160 jornalistas que foram alvo de denúncia no STM. Entretanto, nem todos foram processados pelo que escreveram em determinado órgão de divulgação. Quase todos o foram por militância política e, deste modo, estariam incluídos em outros processos classificados dentro dos Inquéritos Policial-Militares da "subversão" (IPM-S).

Para os objetivos de nossa pesquisa decidiu-se priorizar os processos que, dentre os setores sociais, ligam-se especificamente a jornalistas, ou seja, os 15 supracitados que correspondem a denúncias feitas contra profissionais de imprensa por sua prática social específica; por algo que houvessem escrito no exercício de sua profissão/função. Estas denúncias, vindas de diversas ordens e motivações, levaram a um julgamento em primeira instância regionalmente, houve uma apelação e eles atingiram o âmbito do STM, sendo, portanto, alvo da pesquisa de BNM, e, conseqüentemente, nosso.

Para captar a prática social dos agentes situados na imprensa em relação ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 selecionamos OESP e UH/SW³¹. Especificamente, OESP e UH/RJ encontravam-se, no momento do golpe em posturas antagônicas. Isto, entretanto, relaciona-se com suas trajetórias.

OESP³², fundado em 1875, com o título inicial de A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, assumido pela família Mesquita em 1890 e mantendo-se em seu poder até a atualidade, tem uma história que se mescla profundamente com os destinos da história política do Brasil, neste mais de um século de atividades. Criado no bojo do republicanismo, exerce influência marcante na primeira fase da República brasileira, particularmente, no que diz respeito à política cafeeira. Engajado na Revolução Constitucionalista de 1932, contrário ao Estado Novo sofreu uma intervenção direta a partir de 1940, quando a família Mesquita foi obrigada ao exílio só retomando a empresa em 1945, no processo que se segue à queda de Getúlio Vargas. Opositor contumaz do

²⁹ Uma das tabelas contidas no Projeto "A" (Tomo II, volume 1 - *A Pesquisa BNM-os instrumentos de pesquisa e a fonte*, p. 10) relaciona processos distribuídos pelos seguintes setores: estudantes, religiosos, políticos, militares, sindicalistas, jornalistas.

³⁰ O Projeto "A" (Tomo II, volume 1, p. 11) relaciona três atividades centrais que moveram o enquadramento dos acusados deste nível: crítica à autoridade, propaganda e IPM-S (Inquérito Policial Militar da "subversão").

³¹ Utilizamos esta notação para nos referirmos ao corpus documental selecionado de UH/RJ, UH/SP e a coluna diária de Samuel Wainer na FSP.

³² A história de OESP encontra-se documentada em: AQUINO, Maria Aparecida de. *op. cit.*; CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino - Imprensa e ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO*. SP, Alfa-Omega, 1980; CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. SP, Brasiliense, 1989; DUARTE, Paulo. *Pequena história de um grande jornal: de 1875 a 1940*. (datilografado); OLIVEIRA, José Flávio. *Liberalismo & Oligarquia na República Velha: "O ESTADO DE S. PAULO" e a campanha civilista - 1909-1910*. SP, FFLCH/USP, 1976. (Dissertação de Mestrado); RITTER, Marcelino. *A nova fase de vida d'O ESTADO DE S. PAULO: de 1945 a 1964*. (datilografado); SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. SP, Martins Fontes, 1983

chamado modelo "nacionalista-populista"³³ e vinculado ao programa da União Democrática Nacional (UDN), alia-se às conspirações ocorridas no período de 1954-64, tendo participação ativa no movimento de derrubada de João Goulart e na instalação subsequente do regime militar.

Entretanto, não se pode afirmar que a posição de **OESP** relativamente ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 manteve-se inalterada num apoio irrestrito às medidas tomadas pelo governo. O mesmo se pode dizer em relação à contrapartida da atuação do regime militar na direção da empresa jornalística. A relação **OESP/Estado Autoritário brasileiro pós-64**, se caracteriza pela diversidade ao longo da duração dos governos militares.

O ano de 1968, na data da decretação do AI-5, assistiu a uma invasão e bloqueio de distribuição dos jornais **OESP** e **JORNAL DA TARDE (JT)**, ambos pertencentes à empresa. Mais grave do que isso, de agosto/setembro de 1972 até janeiro de 1975, os dois jornais sofreram a ação constante de um censor em sua redação numa manifestação clara de censura prévia.

No que diz respeito à empresa, sua atuação em relação ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 não pode ser vista como linear. Pela pesquisa realizada, o que se observou é uma oscilação constante. Após longas conspirações onde viveu papel ativo na derrubada do presidente constitucionalmente eleito, João Goulart, e depois de um entusiástico apoio inicial ao golpe deflagrado, à edição do Ato Institucional número 1 e à escolha do nome do marechal Castelo Branco para governar o País, nunca há uma aceitação incondicional, sempre um tom de admoestação latente. Aprovação, em relação ao governo, existe somente no que tange à condução da política econômica.

O caso de UH³⁴ é diferente. Fundado no Rio de Janeiro (Estado da Guanabara à época), em 1951, pelo jornalista Samuel Wainer, ainda nos anos 50, o jornal sofre um processo de expansão para outros Estados: São Paulo, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e, para o então, Estado do Rio.

Desde o seu aparecimento até o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, o jornal permaneceu umbilicalmente ligado ao governo federal, defendendo as medidas tomadas por Getúlio e se definindo por uma linha editorial francamente nacionalista, antifascista e de procura de maior justiça social.

É o próprio Samuel Wainer que, em entrevista à Gisela Taschner Goldenstein, em outubro de 1974, que define:

"Tanto no Rio como em São Paulo, a mensagem de Última Hora foi sempre uma só: a mensagem getuliana. Em primeiro lugar, nacionalismo - foi o tempo das grandes campanhas herdadas da 'O petróleo é nosso', da siderurgia, do minério -;

³³Quando nos referimos a este "modelo", neste momento, o fazemos relativamente a uma das muitas denominações que **OESP** utiliza para falar dos caminhos para o desenvolvimento traçados por diferentes chefes de governo, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Embora haja diferenças de perfil político e administrativo marcantes entre eles (de modo que, num ou noutro aspecto não se adaptem ao "modelo" traçado), estas denominações servem para tratar de forma pejorativa as tentativas de estatização ou de controle governamental de setores da economia nacional; de desenvolvimento de uma política social trabalhista vinculada aos sindicatos; das regras de democracia representativa que distinguem os poderes Executivo e Legislativo.

³⁴A história de UH encontra-se documentada em: BARROS, Antônio Magalhães. *Última Hora e a renovação da imprensa brasileira*. RJ, Departamento de Arte e Comunicação Social (Jornalismo), UFF, 1978 (Tese para concurso de Titular); CAMPOS, Anderson (coord.). *A Última Hora de Samuel - Nos tempos de Wainer*. RJ, ABI-Copim, 1993; GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. SP, Summus, 1987; NUNES, Augusto. *Ligações Perigosas*. Playboy, SP, 132, jul 1986; Revista Status, SP, 51:45-46, Ed. Três, out 1978 (Depoimento de Samuel Wainer a Hélio Silva); TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento; Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1992; WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. RJ, Record, 1988.

em segundo lugar, reivindicação social, a defesa do melhor nível salarial, maior justiça salarial; em terceiro lugar, luta pela democracia, pela liberdade, contra o fascismo; em quarto lugar, atendimento aos mitos populares; futebol, espetáculo, tudo aquilo que representava vinculação com o povo, especialmente na área do espetáculo, da literatura, etc.. Mas politicamente era um jornal nacionalista, um jornal de vocação, vamos dizer, patriarcal, do ponto de vista da assistência social, e um jornal antifascista. Tecnicamente usava o esporte, a veiculação dos mitos populares, do show [grifos no original] e, em última instância, a emoção humana que é a polícia." (Goldenstein, 1987. p. 46)

Ainda em vida de Vargas, o jornal e seu proprietário sofreram uma variedade de processos na Justiça envolvendo desde a nacionalidade de Samuel Wainer e, portanto, o direito de possuir uma empresa jornalística, até problemas de concessão indevida de verbas federais.

Dois de seus maiores inimigos foram o grupo representado por Assis Chateaubriand dos *Diários Associados* e o do jornalista - proprietário do jornal **TRIBUNA DA IMPRENSA (TI)** - e político (vinculado à UDN) Carlos Lacerda.

Esta situação acabou gerando uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso e uma prisão para Wainer. O julgamento somente se resolveria, em novembro de 1955, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o recurso favoravelmente a Samuel.

Com a morte de Vargas, a comoção popular que a ela se seguiu e a campanha vitoriosa de Juscelino Kubitschek (apoiada pelo jornal), UH retoma seu fôlego; sofre um arrefecimento com a chegada à Presidência de Jânio Quadros, vinculado à UDN de Lacerda, avessa ao getulismo. Porém, a renúncia do Presidente e a posse de Goulart devolvem, a UH, sua projeção.

Com o golpe militar de 1964, entretanto, o jornal que já vivia problemas financeiros graves, chega ao seu enfrentamento definitivo. Samuel Wainer vai imediatamente para o exílio no Chile. Logo após a vitória dos militares, o periódico seria abalado em diversas frentes, como por exemplo, em São Paulo, cuja sucursal jamais se recuperaria até ser vendida para o grupo *Folhas*, em agosto de 1965. A sucursal de Recife, invadida após o golpe e queda do governador pernambucano Miguel Arraes, não se manteve em atividade. Permaneceu somente o núcleo original do Rio de Janeiro. Depois de diversas sondagens e algumas recusas, o periódico foi vendido para um grupo de empreiteiros - o mesmo que havia comprado o CM - liderado por Maurício Alencar, em abril de 1971³⁵. O jornal seria mantido em atividade durante mais alguns anos (até 1979). Entretanto, os dias de editoriais de defesa de uma linha nacionalista, antifascista e de busca de uma maior justiça social, estavam encerrados.

Seguindo a trajetória de Samuel Wainer, passamos ao seu acompanhamento em dois outros órgãos de divulgação. Ele retorna ao Brasil em 1968. Em maio de 1973, assume a Chefia da Redação do UH/SP, controlado pelo grupo *Folhas*, onde permanece até janeiro de 1975. De junho de 1977 a 2 de setembro de 1980 quando morre, assina uma coluna diária por São Paulo no jornal FSP de propriedade da mesma empresa Folha da Manhã S.A.³⁶.

³⁵ Segundo as memórias de Samuel Wainer, ele perde o controle de UH/RJ a partir de 21 de abril de 1972. Em pesquisa ao Arquivo do Estado de São Paulo, entretanto, descobrimos que existem exemplares do periódico somente até junho de 1970. Para Pinky Wainer (entrevista concedida à autora em 29 de julho de 1993) deve haver engano por parte da compilação das memórias, pois, o que existia da coleção original ia mesmo somente até 1970. O trabalho organizado por Anderson Campos e veiculado pela Associação Brasileira de Imprensa refere-se (diferentes artigos) a abril de 1971, o que foi confirmado por Moacir Werneck de Castro (entrevista concedida à autora em 26 de julho de 1994), amigo e muito ligado a Samuel Wainer até sua morte.

³⁶ A trajetória da Empresa Folha da Manhã S.A. e seu conglomerado de jornais encontra-se delineada no trabalho citado de Gisela Taschner, *Folhas ao vento*. No que se refere à FSP especificamente, obra de consulta necessária é:

O período que separa a venda de UH/RJ e a morte de Samuel Wainer o veria envolvido em outros projetos, além dos dois que assinalamos acima. Deliberadamente não os acompanhamos. As razões desta incidência em UH/SP (1973-75) prendem-se ao fato de que, lado a lado com a análise do discurso verbal, interessava-nos, também a concepção do jornal captando as mudanças introduzidas pelo seu criador.

Em entrevista, Jorge da Cunha Lima³⁷ contou que foi convidado por Samuel Wainer para ser chefe de Redação na fase em que dirigiu o UH/SP. Segundo ele, dirigindo um jornal que pertencia a outro grupo, Samuel abriu o leque editorial trazendo uma nova equipe. Para Jorge da Cunha Lima, era o germe da atual coluna do jornal FSP *Tendências/Debates* que estava nascendo. O entrevistado (que dirigira a Sucursal de UH/SP entre 1963 e 1964, até o desencadear do golpe) entende que as diferenças entre o jornal nas duas décadas (60 e 70) referem-se ao fato de que, na segunda fase (entre 1973 e 1975) o ideário era de responsabilidade do grupo *Folhas* e Samuel Wainer foi articulador de uma equipe.

Além disso, segundo Gisela Taschner³⁸, a compra do jornal UH/SP, pela Empresa Folha da Manhã S.A., em 1965, faz parte de uma estratégia de crescimento do grupo que inclui também a aquisição do diário NOTÍCIAS POPULARES (NP), estratégia fundamental para a definição de sua trajetória futura.

Segundo Augusto Nunes - organizou as memórias de Samuel Wainer para a publicação do livro *Minha razão de viver* - quando escreveu a coluna diária para a FSP, Samuel Wainer se revelou "*um domador de palavras no auge da maturidade*"³⁹. Sua filha, Pinky Wainer⁴⁰, observa que esse (1977-80) foi o momento de maior prestígio social e reconhecimento de Samuel Wainer. Moacir Werneck de Castro⁴¹, admira o seu estilo e concisão na citada coluna da FSP. Entendemos que, por intermédio dessa coluna, Samuel Wainer foi, em momento maduro de sua vida, apresentado a muitos leitores jovens da época, que não tinham podido acompanhá-lo em suas outras empreitadas. Além do prestígio que conferiu ao seu autor popularizou suas iniciais *SW* em todos os locais a que a abrangência do periódico permitiu chegar.

As idéias de Samuel Wainer encontram-se presentes mesmo na sua ausência (exílio de 1964 a 1968). Paradoxalmente, sua presença é uma constante, seja através de suas mensagens enviadas do exterior, seja através da reafirmação das "bandeiras de luta" de UH em colunas (assinadas ou não) do jornal. Encontra-se a defesa dos chamados ideais democráticos e reformistas (por oposição a uma ruptura revolucionária), da manutenção de conquistas sociais da população, do desenvolvimento econômico internalizado sem abertura ao capital externo e à penetração das multinacionais, de devolução das chamadas "liberdades democráticas". Samuel Wainer aparece através da expressão de opiniões, da manifestação de seus articulistas, das reformulações implantadas no jornal.

Interessa-nos captar a dinâmica dessa prática social ao longo do tempo, notadamente no que se refere à sua relação com o Estado Autoritário brasileiro pós-64.

MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. SP, Impres, 1981.

³⁷ Entrevista concedida à autora em 8 de março de 1993.

³⁸ Gisela Taschner acompanha, desde sua primeira obra (*Do jornalismo político à indústria cultural*) o nascimento, através de exemplos jornalísticos, do que se conceitua como indústria cultural (a autora está ancorada na formulação de Adorno e Horkheimer). Em seu segundo trabalho (*Folhas ao vento*), dissecou o desenvolvimento, nestes moldes, do conglomerado jornalístico representado pela Empresa Folha da Manhã S.A..

³⁹ Citado nas memórias de Samuel Wainer, *Minha razão de viver*, p. 282.

⁴⁰ Entrevista citada à autora.

⁴¹ Entrevista citada à autora.

O material selecionado de OESP, do período de 31 de março de 1964 a 15 de março de 1979, origina-se exclusivamente de editoriais. Entretanto, dada a magnitude do material à disposição, resolvemos proceder por amostragem. Tomamos um exemplar por mês e, dentro dele, destacamos o editorial de interesse, a saber, aquele que tecesse comentários relativos ao Estado Autoritário brasileiro pós-64, de forma direta ou indireta (às vezes, editoriais dedicados à política internacional dizem respeito ao regime militar instaurado no Brasil).

O(s) editorial(ais), quando existe(m) - um órgão de divulgação pode optar por manifestar-se em editorial somente em momentos específicos, como foi o caso de UH -, geralmente, é(são) colocado(s) nas primeiras páginas de qualquer periódico. Consiste em artigo não assinado, redigido pela editoria ou redatoria-chefe, ou mesmo pelo proprietário da empresa e representa aquilo que se convencionou chamar de "o pensamento do jornal". Apresentam comentários sobre temas diversificados, invariavelmente, assuntos em voga no momento, podendo apresentar-se em número de um ou mais tópicos, dependendo do momento ou do estilo do periódico em questão. Pode ou não possuir título específico anunciando a(s) coluna(s) editorial(ais).

Pode-se argumentar que, ao lado de ser considerado como "o pensamento do jornal", o editorial é também a forma pela qual os interesses representados na empresa querem ser mostrados a seu público. Portanto, da mesma maneira que, arvorando-se em "formadores de opinião", divulgam seus pontos de vista como se fossem significativos para o conjunto da população, aqui nos encontraríamos frente a outra forma de ocultação dos interesses "de fato" do periódico.

Levando em conta estas dificuldades que tornam o texto do editorial um campo complexo para análise, entendemos que representa material de importância para o pesquisador interessado em acompanhar a dinâmica dos projetos sociais de um órgão de divulgação. Assim como se fala pela ausência, fala-se também, pelo que se oculta ou dissimula. Mesmo que não seja considerado como "o pensamento do jornal" puro e simples, o editorial é o espaço privilegiado escolhido pelo periódico para se dirigir a seu público.

Os editoriais de OESP, tradicionalmente aparecem na página 3 e têm como título geral *Notas e Informações*. Consistiam em 3, 4 ou 5 desenvolvimentos de temas apresentados por um subtítulo específico. De 1964 até a segunda metade dos anos 70, distribuíam-se verticalmente ocupando, em termos de comprimento, praticamente toda a página e, no que se refere à largura, um pouco mais do que a metade da mesma. Entre os meses de setembro e outubro de 1977, houve uma mudança na diagramação. Passaram a ser desenvolvidos, geralmente, 3 editoriais (com o mesmo título geral), distribuídos horizontalmente.

Outra característica dos editoriais, durante fase significativa de nossa pesquisa, relaciona-se à presença de Júlio de Mesquita Filho um dos proprietários e diretores da empresa até sua morte, em 1969.

Até 13 de dezembro de 1968, Júlio de Mesquita Filho redigia, tradicionalmente, o primeiro dos editoriais, destacado com maior tamanho em relação aos demais e, geralmente, dedicado a assuntos de política nacional. Nesta data (edição do AI-5), devido ao editorial de sua autoria, OESP e JT foram invadidos e apreendidos, já como parte de uma série de atitudes repressivas contra a imprensa e o início das atividades da censura prévia no País.

O referido editorial com o sugestivo título *Instituições em frangalhos* admoestava o chefe do Executivo - Marechal Artur da Costa e Silva - pela derrota do governo no Congresso devido à negativa, por parte dos parlamentares, do pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Este proferira, por ocasião do 7 de setembro, um discurso inflamado que, no momento, estava sendo considerado, no âmbito governamental, ofensivo às Forças Armadas Brasileiras. Além disso, o editorial (e daí o seu título) manifestava a preocupação com a

"fragilidade" das instituições políticas do Brasil, tendo em vista a "fraqueza" demonstrada pelo governo no episódio.

A partir desse momento, Júlio de Mesquita Filho se recusa a escrever enquanto persistisse a situação de censura indireta ao jornal. Em julho de 1969, ele morre não tendo tido oportunidade de restaurar sua coluna.

Com a ausência daquele editorial característico, durante muito tempo não são debatidos assuntos de política interna, em âmbito nacional, pelo jornal. As colunas passam a ter todas o mesmo tratamento de diagramação e, de maneira geral, a primeira delas passa a ser ocupada por temas de política internacional.

As relações entre OESP e o Estado Autoritário brasileiro pós-64 se agravam com a instauração da censura prévia em 1972. Quando assume o poder o presidente Geisel há um abrandamento das tensões o que se configura mais claramente com a retirada da censura prévia do jornal, em janeiro de 1975. A partir desse momento, ocorre a retomada da diagramação original e o retorno da primeira coluna editorial para assuntos de política nacional.

Até dezembro de 1968, nossa seleção quase sempre recaiu sobre o editorial escrito por Júlio de Mesquita Filho. A partir desse momento, localizamos, dentre os editoriais aquele que mais se aproximasse de nossas intenções de análise (captar o tratamento dado pelo jornal ao regime político brasileiro).

Procuramos sempre fazer incidir a escolha sobre a mesma fase do mês, especificamente, a segunda semana, na medida em que, geralmente, neste período questões como as de pagamento de trabalhadores já foram efetuadas e o potencial de leitores esporádicos pode aumentar, fato a que os jornais naturalmente são sensíveis, produzindo, conseqüentemente, edições mais trabalhadas. Escolhemos como dia da semana o domingo (portanto, o segundo domingo de cada mês), porque nesse dia, as edições são maiores e contém um condensado de toda a semana. Além disso, este é um dia em que se compram mais jornais existindo, inclusive, pessoas que só o fazem aos domingos.

UH/RJ é um jornal completamente diferente de OESP, inclusive no que toca à regularidade de sua apresentação. Caracterizou-se e quis ser sempre visto como um periódico inovador. Assim, destacou-se pela introdução constante de mudanças. Além disso, na fase em que o analisamos, ocorreu a ausência de seu fundador durante a maior parte do tempo (Samuel Wainer somente volta do exílio em 1968). Ao lado disso, há a alteração, algumas vezes, da direção do jornal e a instabilidade financeira que já rondava a empresa. Isto compõe um quadro de inconstância na forma de apresentação do órgão de divulgação ao seu público.

Acompanhar UH/RJ apresenta o desafio de estar atento à diversidade e, ao mesmo tempo, sentir a constância de um ideário definido. Em suma, buscar-se a permanência através da mudança.

Ao contrário de outros jornais, UH não possuía um editorial diário. Segundo Jorge da Cunha Lima⁴², para Samuel Wainer, o editorial era a soma dos artigos dos grandes colaboradores. De acordo com ele, Samuel Wainer possuía uma equipe de articulistas (isto na década de 60, e com validade para o UH/RJ), cuja massa era oriunda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o jornal era um reduto do Partido. A soma dos artigos produzidos por essa equipe, geralmente, representava a "opinião" do jornal. Somente se houvesse necessidade, em casos especiais, surgia o editorial de primeira página.

⁴² Entrevista citada à autora.

Paulo Francis⁴³ que trabalhava no jornal em 1964, no momento do golpe, diz que os editoriais eram escritos por ele (Paulo Francis) e Moacir Werneck de Castro e (utilizando de ironia) eram a soma das opiniões de Samuel⁴⁴.

Raramente encontramos um editorial. Quando isto ocorreu, o interesse da pesquisa recaiu automaticamente sobre o mesmo. Independentemente da presença de um editorial, checamos a existência de outras matérias, geralmente, localizadas na página 4 (houve variações durante o período analisado) e na coluna *Opinião de "UH"*.

Começamos a acompanhar matérias de UH/RJ, a partir de 24 de março de 1964. Em primeiro lugar, porque nos interessava entender como o jornal pressentira, ou não, o golpe, suas posições frente ao governo Goulart e o desencadear de sua reação frente à derrubada do Presidente e ao novo governo empossado. Em segundo lugar, porque neste dia, o periódico anuncia uma reforma gráfica e editorial⁴⁵.

No dia 2 de abril de 1964, com Samuel Wainer já no exílio⁴⁶, o jornal anuncia que sofreu um atentado terrorista, tendo sua redação depredada e incendiada. Neste dia, a edição do jornal só possui 4 páginas. Durante algum tempo não circula a coluna *Opinião de "UH"* e outras de comentaristas políticos⁴⁷. Mantém-se esporadicamente a coluna de Flávio Tavares que escreve de Brasília. Em 4 de abril, Samuel Wainer renuncia oficialmente à presidência da empresa e o consultor jurídico e acionista, Haryberto de Miranda Jordão, assume o seu lugar. A partir de 14 de abril de 1964, reaparecem, na página 4, as colunas de articulistas políticos e a *Opinião de "UH"*.

Em 1º de fevereiro de 1965, Danton Jobim assume a presidência de UH. Durante parte do tempo assina artigos na primeira página. Em 12 de agosto de 1967, nova mudança: deixa de ser publicada a coluna *Opinião de "UH"* e a matéria assinada de Danton Jobim passa para a página 2.

Em 3 de março de 1969, Danton Jobim renuncia à presidência da Editora UH S.A., para assumir responsabilidades à frente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Para o seu lugar, vai Alínio de Salles que exercera funções correlatas no CM. Danton Jobim se mantém como um dos principais acionistas da empresa e à testa do Conselho Editorial de UH.

⁴³ Entrevista concedida à autora em 28 de março de 1994.

⁴⁴ Quando o jornalista Paulo Francis fez esta afirmação, o fez relacionado à pergunta a ele dirigida, com base nas afirmações de Jorge da Cunha Lima, a saber, se concordava com o fato de que os editoriais representavam a soma das opiniões dos articulistas.

Sobre a influência de Samuel Wainer no jornal, quando perguntado, Jorge da Cunha Lima respondeu que, para ele, UH era um "jornal de dono", ou seja, o ideário desenvolvido era o de Wainer que tinha uma forma indireta (reunia-se com sua equipe, colocava questões e opinava) de dirigir o jornal do qual lia absolutamente tudo. O que, de certa forma, confirma as palavras de Paulo Francis.

⁴⁵ A reforma introduziu a *Revista-UH* e, na página 4, a coluna *Opinião de "UH"*, além da colaboração de comentaristas para colunas assinada: Paulo Francis, Flávio Tavares, Octávio Malta, Adalgisa Nery e Danton Jobim. A partir de então, a página 4, foi reservada para a "opinião" do jornal e a chamada de primeira página se refere à coluna *Opinião de "UH"* como o "editorial de UH".

⁴⁶ Segundo Pinky Wainer (entrevista citada à autora), seu pai, um dia antes do golpe, já se exilara na Embaixada do Chile, mesmo correndo o risco de que ele não se concretizasse. Não estava tão enganado assim. Afinal, na primeira lista de cassados ele ocupava o número 8, dado, segundo sua filha, o caráter de penetração popular (ao contrário de outros periódicos de elite) de seu jornal.

⁴⁷ Lendo o livro de Paulo Francis (*Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. SP, Cia. das Letras, 1994), compreende-se o clima daqueles tempos para as pessoas que possuíam projeção social e que expressavam opiniões contrárias às dos grupos que derrubaram João Goulart. Ele conta que, em 1º de abril de 1964, temeroso de que o Coronel Gustavo Borges (chefe de polícia de Carlos Lacerda), a quem ele criticara publicamente, o prendesse - o que acabou não acontecendo naquele momento -, refugiou-se na *garçonnière* de um amigo e depois veio para São Paulo com Flávio Rangel. (op. cit., p. 13-14)

Selecionamos, geralmente, dois artigos por mês: um da primeira ou segunda páginas (editoriais e artigos escritos por Danton Jobim) e outro da página 4 (coluna *Opinião de "UH"*). Novamente, a preocupação incidiu sobre artigos/colunas/editoriais que expressassem opiniões relativamente ao Estado Autoritário brasileiro pós-64.

O número de artigos/colunas/editoriais selecionado é variado, devido à irregularidade formal do jornal e ao nosso interesse específico⁴⁸.

A sucursal paulista de UH, quando ocorreu o golpe, era dirigida por Jorge da Cunha Lima⁴⁹ que assumira o jornal em 1963 com o compromisso de compatibilizá-lo com o público paulista. Diz que foi escolhido, por suas ligações com Carvalho Pinto, com o cardeal D. Carmelo (D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal-arcebispo de Aparecida) e com a Juventude Universitária Católica (JUC). Samuel Wainer se interessava por suas relações com a chamada burguesia católica e progressista. A contrapartida exigida por Jorge da Cunha Lima foi a não reprodução do editorial do Rio de Janeiro que era absolutamente pró-janguista.

Jorge da Cunha Lima observa que Samuel Wainer havia estabelecido um acordo com o General Amaury Kruei (da Chefia do II Exército de São Paulo) para que o jornal não fosse destruído, uma vez que havia a informação de que o pessoal do Mackenzie viria queimar UH com o golpe de 1964. Daí a idéia da não circulação de UH/SP por algum tempo para impedir a destruição, proteger o patrimônio e dar tempo ao pessoal do jornal de fugir. Jorge da Cunha Lima escreveu uma carta a Samuel Wainer (que nunca chegou, ele estava no exílio) oferecendo-se como elo de ligação e propondo a passagem do jornal para amigos como Carvalho Pinto, ele próprio e Juscelino Kubitschek, uma composição política para ultrapassar o momento crítico. Entretanto, o procurador de Samuel Wainer, Haryberto de Miranda Jordão tinha o controle das ações. Jorge da Cunha Lima teve um desentendimento com ele que não compreendeu o fato de não se garantir a circulação do jornal. Segundo o depoimento de Jorge da Cunha Lima, sua saída decorre da incompatibilidade com o procurador de Samuel Wainer. Quando deixou a direção do jornal, esta passou para as mãos de Rubens Paiva, segundo ele, um empresário importante, bem relacionado com o universo editorial de UH e que conseguiu a sobrevivência do periódico⁵⁰.

Mais tarde, entretanto, completamente inviabilizado, UH/SP foi vendido para o grupo Frias/Caldeira (proprietários da empresa Folha da Manhã S.A.) por Samuel Wainer, no exílio, em agosto de 1965. Desse momento até 24 de maio de 1973, quando Samuel Wainer assume a direção do jornal a convite do mesmo grupo, UH/SP, embora com a mesma denominação, passou por transformações. Em maio de 1973, apresentava um caráter quase que exclusivamente local, voltado para reportagens de interesse paulista. Aos poucos vai adquirindo características de expressão de comentários e opiniões em política nacional, mantendo-se, porém, com a irregularidade formal que sempre marcou o projeto.

Em primeiro lugar, acompanhamos a coluna *Zero Hora*, situada à página 2 e que, apesar de muito fragmentada em diversas pequenas notícias, apresentava comentários de política nacional. Desenvolveu-se depois, na mesma página, a coluna *Política* que assume o lugar privilegiado dos comentários de política interna e que foi alvo de nosso interesse durante a maior parte da pesquisa. A partir de março de 1974, essa coluna registra a assinatura de José Carlos

⁴⁸ De 24 de março a 30 de abril de 1964, uma série de artigos/colunas/editoriais de primeira e quarta páginas, posicionam-se criticamente em relação ao golpe que se anuncia e, finalmente, se configura. Aqui, predominando nosso interesse sobre a regularidade quantitativa do material pesquisado, optamos por acompanhá-los, o que representou uma elevação considerável do número de matérias analisadas.

⁴⁹ Entrevista citada à autora.

⁵⁰ Estas informações constam do depoimento já citado de Jorge da Cunha Lima à autora. Lendo-se as memórias de Samuel Wainer notam-se discordâncias. Embora este não se aprofunde na questão, fica a sensação de que, em sua concepção, a inviabilidade de UH/SP decorre do período em que ficara fora de circulação (21 dias) logo após o golpe, e que se Jorge da Cunha Lima estivesse no comando a *debacle* poderia ter sido evitada.

Bittencourt e, posteriormente, na segunda metade do ano, a página é reestruturada recebendo o título geral de *Opinião* e uma diagramação específica⁵¹. Essa página passa a ocupar o lugar que anteriormente tivera a página 4 de UH/RJ onde existira a coluna *Opinião de "UH"* e onde diversos articulistas tinham sua coluna assinada. E, dentro da concepção de que o editorial é a soma das opiniões dos articulistas, representaria o editorial do jornal.

Essa composição manteve-se relativamente estável, com pequenas alterações. Esporadicamente, apareceu na mesma página, horizontalmente e ao lado direito, uma coluna intitulada *Editorial* que, entretanto, apresentou-se muito fragmentada em pequenas notas. Em determinados momentos, a coluna *Política* passa a ocupar o topo da página e, às vezes, recebe a assinatura de outro articulista⁵².

Na FSP, acompanhamos exclusivamente a coluna assinada pelas iniciais (S.W.) de Samuel Wainer, na página 2⁵³. A média semanal de artigos escritos por Samuel Wainer era de cinco ou seis, deixando de escrever um, no máximo, dois dias por semana (variáveis). Acompanhamos um de seus artigos por mês, geralmente, o do segundo domingo.

Na sua quase totalidade, os artigos de Samuel Wainer representaram opiniões expressas sobre Política Nacional, comentários em torno do Estado Autoritário brasileiro pós-64.

Na análise dos artigos/editoriais/colunas (assinadas ou não)⁵⁴ privilegiamos alguns aspectos⁵⁵.

⁵¹ Segundo Jorge da Cunha Lima era própria do estilo de Samuel Wainer em UH. Era distribuída em duas pequenas colunas (a primeira vertical, a segunda horizontal) nos extremos direito e esquerdo da página. Ao lado direito (verticalizada) a coluna *Disseram* e, ao lado esquerdo (horizontalizada e distribuída em pequenas notas) a coluna *Informação*; ao centro, com maiores dimensões, três colunas assinadas (horizontalizadas). Geralmente, no alto *Economia*, ao centro *Política* (José Carlos Bittencourt), embaixo *Mundo*.

⁵² Tendo em vista o objetivo geral do trabalho, outras reportagens foram acrescentadas, como por exemplo, as matérias da sucessão presidencial de Médici por Geisel, o balanço do governo anterior e a composição do novo governo; exemplar da coluna *Nossa Cidade* assinada por Jorge da Cunha Lima; a série de artigos assinados por Geraldo de F. Forbes, em torno do tema "A Revolução de 1974" sobre o resultado das eleições de novembro desse ano.

⁵³ Entre 1977 e 1980 existiam, geralmente, três colunas assinadas nessa página, representando três Estados, quase sempre, São Paulo (escrita por Samuel Wainer), Rio de Janeiro (assinada por Alberto Dines que, naquela época, dirigia a Sucursal do Rio para a FSP e, aos domingos assinava também a coluna *Jornal dos Jornais* em que analisava a imprensa) e Brasília. Essas colunas localizavam-se no extremo direito da página, enquanto que, os Editoriais ficavam ao centro. Embora o jornal diariamente tenha mantido seus editoriais, apresentava essas colunas assinadas de alguns articulistas, geralmente, os diretores das sucursais de diferentes Estados. O jornal assimilou muito do estilo lançado por UH, o que inclui a presença, na página de *Opinião*, de colunas assinadas (uma repetição da idéia do "pensamento do jornal" como a somatória das "opiniões" de articulistas).

⁵⁴ Embora os denominemos sob o título geral de matérias, fazemos uma distinção entre artigos - cobertura de um tema variado, podendo ser assinado e não possui constância no órgão de divulgação -; editoriais - matérias não assinadas que, geralmente, em locais fixos ficam sob a responsabilidade dos proprietários ou diretores (editores, chefias de redação) do periódico -; colunas - manifestações a respeito de temas específicos (por exemplo, Política, Cultura, Economia, Mundo, Esportes, Polícia, Internacional) presas a uma certa regularidade (de espaço e tempo) podendo receber assinatura ou não.

⁵⁵ Para elaborar essa forma de análise realizamos consulta a algumas obras que se referem a pesquisas com material de imprensa e/ou vinculadas à chamada "análise do discurso". Dentre elas destacamos: BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. SP, Atual, 1988; BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Liberalismo: Ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)*. SP, FFLCH/USP, 1976 (Tese de Doutorado); CAETANO, Eliane Kati. *História, Sociedade e Discurso Jornalístico - análise de alguns jornais veiculados em Corumbá durante o Estado Novo*. SP, FFLCH/USP, 1981 (Dissertação de Mestrado); CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino - Imprensa e ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO*. SP, Alfa-Omega, 1980; CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. SP, Brasiliense, 1989; CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia, 1822-1842*. Petrópolis, Vozes/UNICAMP, 1979; CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Liberalismo e Oligarquia na República Velha: O PAIZ e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909-1910)*. SP, FFLCH/USP, 1976 (Dissertação

De acordo com sua recorrência, selecionamos palavras, expressões, frases que passamos a considerar chaves, na medida em que contribuíram para elaborar um perfil dos jornais/jornalistas em sua relação com o Estado Autoritário brasileiro pós-64. Ao longo do tempo passou a ser significativa a referência à imagem que buscam construir a respeito do golpe de Estado, ora apontando-o como "Revolução", "revolução", "movimento" e mesmo "golpe" parte de uma estratégia de construção de memória acerca do evento⁵⁶. Outro elemento com recorrência marcada refere-se à maneira como a matéria se coloca em sua relação com o público leitor. É comum a referência à "opinião pública", "opinião pública brasileira", "opinião pública nacional", na montagem da concepção de uma imprensa que se pretende "formadora de opinião"⁵⁷. Jornais e jornalistas buscaram também construir personagens⁵⁸ e a imagem desenhada oscilou segundo seus pressupostos e interesses localizados. Assim, ocorreu com Carlos Lacerda, Castelo Branco, Costa e Silva, Ernesto Geisel.

Compreendendo que os efeitos estilísticos não se desvinculam do conteúdo apresentado, buscamos detectar, também, aspectos formais dos textos analisados. Assim, destacamos o tamanho dos parágrafos e das frases, a utilização de discurso indireto ou direto, o

de Mestrado); DUARTE, Celina Rabello. *Imprensa e Redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978*. SP, PUC, 1987 (Dissertação de Mestrado); FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. SP, Contexto, 1992; FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. SP, Ática, 1988; FIORIN, José Luiz. *Regime de 64: discurso e ideologia*. SP, Atual, 1988; GEBARA, Ademir. *Campinas - (1869/1875) - Republicanismo, Imprensa e Sociedade*. SP, FFLCH/USP, 1975 (Dissertação de Mestrado); GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. SP, Cultrix/EDUSP, 1973; GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis, Vozes, 1975; MARSON, Izabel Andrade. *Posições políticas na imprensa pernambucana: 1842-1849*. SP, FFLCH/USP, 1974 (Dissertação de Mestrado); OLIVEIRA, José Flávio. *Liberalismo & Oligarquia na República Velha: "O Estado de São Paulo" e a campanha civilista - 1909-1910*. SP, FFLCH/USP, 1976 (Dissertação de Mestrado); OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. SP, Annablume, 1993; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *A Classe Operária: uma temporada no Paraíso - Rio de Janeiro (1923-1924)*. SP, PUC, 1987 (Dissertação de Mestrado); VIEIRA, Maria do Pilar Araújo et alii. *A pesquisa em História*. SP, Ática, 1989

⁵⁶ Nesse trabalho de constituição de uma memória, preocupamo-nos fundamentalmente com a estratégia de dominação contida no trabalho de construção de uma "memória do vencedor". Alicerçamo-nos nos seguintes trabalhos: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. SP, Brasiliense, 1987; DECCA, Edgar S. de. *1930 - o silêncio dos vencidos*. SP, Brasiliense, 1986; DECCA, Edgar S. de e VESENTINI, Carlos Alberto. *A revolução do vencedor*. *Revista de Ciência e Cultura (SBPC)*, 29(1), jan/1977; VESENTINI, Carlos Alberto. *A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930*. RJ, *Revista Tempo Brasileiro*, 87, out-dez/1986.

⁵⁷ Quando diferentes órgãos de divulgação se expressam em nome de uma *opinião pública* o fazem imbuídos do que consideram uma de suas "missões" de imprensa, ou seja, a de "formadores de opinião". Assim, arvoram-se o direito de falar em nome de uma *opinião pública nacional* como se a "opinião" do grupo de interesses que representam fosse a mesma do público leitor, concebido de forma genérica. Em relação ao conceito de "opinião pública", Jürgen Habermas (*Comunicação, opinião pública e poder*. In: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. SP, Ed. Nacional, 1978) aponta dois caminhos, o primeiro "conduz de volta às posições do liberalismo, que pretendia salvar, em meio a uma esfera pública em desintegração, a comunicação entre um círculo interno de representantes publicamente capacitados e formadores de opinião, que constituiria um público raciocinador em meio àquele apenas aclamador" e o segundo "conduz a uma concepção de opinião pública que não dá qualquer atenção a critérios materiais como a racionalidade e a representatividade, e se limita a critérios institucionais (...). A vontade dos partidos é idêntica à dos cidadãos ativos, de sorte que o Partido majoritário representa a opinião pública". Para o autor, nessas duas versões "no processo de formação da vontade de opinião no contexto da democracia de massa, a opinião popular mal mantém uma função política relevante se tomada independentemente das organizações, pelas quais ela é mobilizada e integrada. Ao mesmo tempo, é nesse ponto que se revela a debilidade dessa teoria: na medida em que ela substitui o público, enquanto sujeito da opinião pública, pelas intâncias indispensáveis à sua capacidade de atuação política, esse conceito de opinião pública torna-se vazio de características." (p. 188-190)

⁵⁸ A esse respeito foi importante a consulta ao trabalho de Maria Rosa Duarte de Oliveira (*João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. SP, Annablume, 1993) em que a autora busca detectar a imagem construída de João Goulart através de sua representação em três órgãos de divulgação distintos: OESP, UH e FSP. Analisa, ao mesmo tempo, o discurso elaborado e a diagramação utilizada pelos periódicos para compor a figura do presidente.

trabalho com palavras ou expressões de fácil/difícil compreensão, o uso de figuras de linguagem como ironias e metáforas; relacionando-os com os temas e os enfoques trabalhados.

Para cada uma das matérias, preocupamo-nos em destacar, tomando por base não só o texto apresentado, como também o título utilizado, o tema central, em torno do qual giram as principais observações feitas. Assim, chegamos à elaboração de unidades temáticas, agrupando-se os temas, de acordo com a sua recorrência. Procuramos também definir, quando a constância permitia, os pares de elementos opostos⁵⁹, mais presentes nos artigos/editoriais/colunas.

O conjunto destes elementos serviu de base para que chegássemos à estruturação do projeto social de jornais/jornalistas, ou seja sua concepção de sociedade, expressa, fundamentalmente em sua relação com o Estado Autoritário brasileiro pós-64. Os jornais/jornalistas possuem um projeto, traduzido em propostas que beneficiam os grupos de interesses que representam e que procuram transformar, pelos artifícios do discurso, em projetos/propostas significativas para toda a sociedade. De acordo com a alteração de seus interesses provocada pela mudança na correlação de forças das relações Estado/sociedade, surgem oscilações nesses projetos/propostas. Por isso, preocuparam-nos suas oscilações, as mudanças processadas, ao longo do período em que os acompanhamos.

Tendo em vista o fato de que, no momento em que se efetua o golpe de 64, OESP e UH encontravam-se em posturas distintas, procuramos acompanhar a dinâmica dessas posições no que se refere ao Estado Autoritário brasileiro pós-64, na dialética de suas aproximações/distanciamentos.

Na análise dos 15 processos de natureza política contra jornalistas/colaboradores eventuais, proprietários/responsáveis por órgãos de divulgação que, no exercício de suas funções, exercendo sua prática social por intermédio da imprensa, foram considerados pelo Estado Autoritário brasileiro pós-64 como passíveis de incriminação por atentarem contra a Segurança Nacional, dois elementos nortearam nossas preocupações: de um lado, a busca do entendimento das relações Estado/sociedade⁶⁰ e, de outro, a aplicabilidade da Legislação⁶¹ repressiva.

⁵⁹ Para isso baseamo-nos, fundamentalmente, nas conceituações expressas por José Luiz Fiorin (*Elementos de uma análise do discurso*. SP, Contexto, 1992) que, na base da construção de um texto, no que chama de nível fundamental (onde se localizam as categorias semânticas), aponta para a presença de elementos opostos. Estes recebem a qualificação semântica de *euforia* (valor positivo) versus *disforia* (valor negativo).

⁶⁰ Na procura do entendimento dessas relações, particularmente, em situações autoritárias, consultamos: ALTHUSSER, Louis et alii. *Discutir el Estado*. México, Folios Ediciones, 1982; ALTHUSSER, Louis. *Posições - 2*. RJ, Ed. Graal, 1980; ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. SP, Cia. das Letras, 1989; BENJAMIN, Walter. *Documentos de Cultura e Barbárie*, Escritos escolhidos. SP, Cultrix/EDUSP, 1986; BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política*. RJ, Paz e Terra, 1987; BOBBIO, Norberto et. alii. *Dicionário de Política*. Brasília/DF, UnB, 1992; CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da Sociedade*. RJ, Paz e Terra, 1982; DELLASSOPPA, Emilio. "Reflexões sobre a violência". SP, *Revista da USP*, 9:65-78, mar-abr-maio/1991; DELLEUZE, Gilles. *Foucault*. SP, Brasiliense, 1988; ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1970; FENELON, Déa Ribeiro. "Estado, poder e classes sociais". SP, *Revista Brasileira de História*, 7:33-57, Marco Zero, 1984; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ, Paz e Terra, 1979; FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1977; GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida*. RJ, Paz e Terra, 1988; HELLER, Agnes e FEHER, Ferenc. *Autonomia de la izquierda occidental*. Barcelona, Ediciones Península, 1985; IGNATIEFF, Michael. *Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico*. SP, *Revista Brasileira de História*, 7(14):185-193, Marco Zero, mar-ago/1987; LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. SP, Brasiliense, 1987; MATTA, Roberto da. *Carnavais, Malandros e Heróis*. RJ, Zahar, 1981; MOISÉS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guillon (org.). *Dilemas da Consolidação da Democracia*. RJ, Paz e Terra, 1989; MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. SP, Martins Fontes, 1983; MOORE JR., Barrington. *Injustiça - as bases sociais da obediência e da revolta*. SP, Brasiliense, 1987; NUNCA Mais (Informe da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina presidida por Ernesto Sábató). RS, L&PM, 1984; O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos, Autoritarismo e Democratização*.

Inicialmente, buscamos esclarecer de que modo o Estado Autoritário brasileiro pós-64 se armou para, legalmente, construir o arcabouço que lhe permitiu o processo e julgamento de civis dentro dos Tribunais Militares, bem como a montagem da Legislação que dispunha sobre os crimes considerados contra a Segurança Nacional.

A seguir, de posse dos processos, foi necessário o entendimento dos meandros da estruturação da busca de imputação da criminalidade, desde a fase Policial Militar até os procedimentos processuais, propriamente ditos, nas instâncias Judiciárias Militares⁶².

Na análise dos processos, preocupamo-nos em caracterizar os réus (jornalistas/colaboradores eventuais, proprietários/responsáveis por órgãos de divulgação); os jornais em que foram escritas as peças incriminatórias (matérias jornalísticas); os artigos/parágrafos/incisos das Leis de Segurança Nacional que foram invocados para a tentativa de imputação de criminalidade aos réus; os ofendidos, ou seja, as pessoas/instituições que se sentiram atingidas pelas publicações jornalísticas; as peças incriminatórias, ou seja, as matérias publicadas que foram alvo das tentativas de incriminação. Além disso, destacamos alguns elementos comuns a alguns processos e que fazem parte de sua tramitação, ao lado da análise das sentenças, no tocante ao seu resultado e às justificativas da parte da defesa, da acusação e do Tribunal propriamente dito.

Entendemos que essa análise possibilitou ampliar a compreensão de um instrumental repressivo utilizado pelo Estado Autoritário brasileiro pós-64 na sua relação com a imprensa, abrindo para o maior entendimento do funcionamento do Estado e da sociedade.

Este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, sendo que os três primeiros procuram analisar o material oriundo da imprensa, suas aproximações/distanciamentos, seus projetos sociais, suas oscilações; e o quarto é dedicado à análise dos processos selecionados dentro do Projeto BNM.

No primeiro capítulo procuramos, inicialmente, caracterizar o golpe de Estado perpetrado em 1964 e o seu significado para projetos sociais existentes e que pensavam o desenvolvimento do País de modo diverso. A seguir, trabalhamos na comparação do material oriundo de OESP e UH/RJ, entre 1964 e 1968 (13 de dezembro com a edição do AI-5). Enfatizamos os marcos cronológicos situados para o golpe em cada um dos periódicos, bem como os termos criados para a designação do evento desfechado, a partir de 31 de março de 1964. Relacionamos as menções a *opinião pública, povo e nação* ao grau de participação da sociedade no desenrolar do golpe. Observamos depois, elementos de distanciamento entre os dois jornais no que se refere à construção da imagem de Carlos Lacerda, ao posicionamento em relação à Frente Ampla e à política econômica desenvolvida pós-64. Comparamos o estilo discursivo de cada um dos jornais. Para caracterizar os projetos sociais dos órgãos de divulgação nesse momento, distribuímos as matérias analisadas em unidades temáticas e situamos os pares de opostos mais recorrentes em

SP, Vértice, 1986; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. SP, Revista da USP, 9:45-56, mar-abr-maio/1991; PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). Estado Autoritário e Movimentos Populares. RJ, Paz e Terra, 1980; POULANTZAS, Nicos. Estado, Poder e Socialismo. RJ, Paz e Terra, 1978; POULANTZAS, Nicos. "Nota de pesquisa sobre o Estado e a Sociedade". SP, Revista Economia e Desenvolvimento, 3:5-16, Cortez, 1982; REIS, Fábio Wanderley e O'DONNELL, Guillermo (org.). A Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas. SP, Vértice, 1988; STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. RJ, Paz e Terra, 1988; THOMPSON, Edward P.. Senhores & Caçadores: a origem da lei negra. RJ, Paz e Terra, 1987.

⁶¹ Com relação à Legislação repressiva constituída sob o Estado Autoritário brasileiro de 1964, preocupamo-nos, especificamente, com: Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965; Lei 5250, de 9 de fevereiro de 1967; Decreto-Lei número 314, de 13 de março de 1967; Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968; Decreto-Lei número 510, de 20 de março de 1969; Decreto-Lei número 898, de 29 de setembro de 1969.

⁶² Consultamos especificamente a Dra. Mariza Lourenço Victor Santos, Procuradora do Estado - Assessora, que nos deu um parecer, do ponto de vista legal, sobre a estrutura desses processos.

cada um deles. Por fim, preocupamo-nos em localizar suas oscilações ao longo do período situando-as, em OESP, na construção da imagem dos marechais-presidentes (Castelo Branco e Costa e Silva) e no tipo de regime que almeja para o País. Quanto a UH/RJ, as oscilações também podem ser encontradas na construção da imagem dos dois presidentes, nas suas considerações em relação ao golpe de Estado e na conceituação de imprensa que veicula.

O segundo capítulo é dedicado à análise do material oriundo de OESP (janeiro/1969 a janeiro de 1975), UH/RJ (janeiro/1969 a junho/1970) e UH/SP (maio/1973 a janeiro/1975). Tem seu início com a busca de compreensão do significado deste momento (janeiro de 1969 a janeiro de 1975) em que a fase de maior repressividade do regime militar se instaura, tanto no que diz respeito às tentativas de oposição por intermédio da luta armada, como especificamente no que tange à imprensa destacando-se o ocorrido com OESP e UH/RJ e UH/SP. Tomando por base as palavras, expressões e frases que consideramos chaves por sua recorrência, buscamos localizar as concepções de imprensa presente nas matérias, o posicionamento em relação ao golpe de 1964 e sua avaliação posterior, o destaque conferido a algumas personagens do regime militar. Distribuimos as matérias analisadas em unidades temáticas semelhantes às trabalhadas no capítulo anterior. Observamos as diferenças que podem ser notadas no estilo de OESP, que passa por transformações nessa fase, e o comparamos com UH/RJ e UH/SP. Destacamos as oposições mais recorrentes (OESP e UH/RJ). Procuramos perceber as alterações/oscilações observadas por comparação ao período anterior relativamente ao projeto social dos jornais (caso de OESP e UH/RJ) e, no que se refere a UH/SP, buscamos localizar elementos de continuidade/ruptura em relação ao projeto original de UH.

No terceiro capítulo, analisamos o material de OESP (fevereiro/1975 a março/1979) e da coluna de Samuel Wainer na FSP (junho/1977 a setembro/1980). Buscamos compreender os rumos dessa "transição transada" que se efetiva entre o governo Geisel e o início do governo Figueiredo e analisar suas implicações no projeto social de OESP e no de Samuel Wainer. Situamos as transformações processadas em termos de estilo discursivo de OESP e da diagramação utilizada procurando estabelecer uma relação entre estas mudanças e a imagem que deseja transmitir de seu posicionamento em relação ao Estado Autoritário brasileiro pós-64. Destacando-se as unidades temáticas, os estilos discursivos, as oposições recorrentes entre os materiais de origem distinta, observamos o encaaminhamento de uma aproximação entre os dois projetos o que pode ser observado, inclusive nas oscilações destacadas nesse período.

O quarto capítulo é dedicado à análise dos processos de natureza política movidos contra jornalistas/colaboradores eventuais, proprietários/responsáveis por órgãos de divulgação localizados no Projeto BNM. Nessa análise, buscamos captar um pouco do funcionamento do Estado e da sociedade, destacando os seguintes tópicos, em que trabalhamos, na busca de pontos comuns entre os processos: caracterização dos réus; caracterização dos jornais; móveis dos processos; destaques da tramitação; as peças incriminatórias; as sentenças.

1. O desvelar de semelhanças

O período compreendido entre 31 de março de 1964 e 13 de dezembro de 1968 é, para o Brasil, um momento de definições. Desde o primeiro governo Vargas (1930-45), acentuara-se a crença no desenvolvimento industrial interno como base para o advento do País como uma Nação autônoma e de potencial considerável no quadro dos países latino-americanos. O Brasil, gestado ao longo desses quatro anos, se anuncia prevendo um futuro brilhante para a potência emergente do hemisfério Sul Ocidental, porém, substituindo, definitivamente, os objetivos de autonomia e auto-suficiência econômica pelos de estreito relacionamento e alinhamento a nações desenvolvidas, ao lado de uma industrialização que se processa às custas da instalação da tecnologia e capital externo multinacional.

Entendemos que estas (desenvolvimento com busca da auto-suficiência econômica e desenvolvimento com alinhamento ao capital externo) são duas formas diferentes de se pensarem os rumos para o futuro do País. Em termos de vinculação partidária, essas duas concepções encontram-se ancoradas na estruturação dos partidos formulada ao final do primeiro governo Vargas.

Thomas Skidmore¹ assim apresenta esta estruturação:

"A divisão mais elementar da política brasileira, em meados de 1945 era entre os 'de dentro' e os 'de fora'. Na terminologia tradicional da política brasileira, o contraste era expresso pelos termos 'situacionistas' (donos do status quo) e 'oposicionistas'. Os 'de dentro', em 1945, eram aqueles que haviam apoiado Vargas tacitamente durante o Estado Novo e que representavam agora um farto manancial de votos para o candidato que lhes parecesse mais disposto a continuar as suas diretrizes básicas. Os 'de fora', eram aqueles que haviam sido excluídos do poder, desde 1937, especialmente os constitucionalistas liberais." (Skidmore, 1976. p. 80)

Continuando sua exposição, o autor acaba identificando aqueles que chama de "de dentro" (apesar de inicialmente identificar três grupos), fundamentalmente, com o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), bem como os "de fora" com a União Democrática Nacional (UDN). Cada um desses agrupamentos merecerá de Skidmore uma explicitação:

"A rede política de Vargas, não testada, naturalmente, por uma eleição durante o seu próprio mando, era formada por três grupos principais. Em primeiro lugar, havia os políticos e os burocratas que se tinham beneficiado dos anos de Vargas e que preferiam um mínimo de modificações no sistema que conheciam. Eram os homens que haviam dirigido as mais importantes criações políticas de Vargas - as novas máquinas estaduais, e a nova aparelhagem governamental, grandemente aumentada. O segundo grupo, entre os 'de dentro', eram os proprietários de terras e industriais que haviam prosperado sob Vargas e que manifestavam grandes incertezas quanto à estabilidade de um sistema político mais aberto. Importantes, nesta categoria, eram os fazendeiros de café, e outros grandes proprietários de terras que apreciavam o completo silêncio de Vargas a respeito da questão agrária. Havia também os banqueiros e os homens de negócios que tinham aprendido a

¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. RJ, Saga, 1976.

operar lucrativamente, com o crescente controle central sobre o crédito e os regulamentos comerciais. O terceiro grupo era o mais novo elemento entre os 'de dentro'. Era formado pelos trabalhadores urbanos, aos quais Vargas dedicou a sua legislação de previdência social e a sua organização sindical paternalística, fortalecida nos primeiros anos da década de 40.

Os dois primeiros elementos entre os 'de dentro', tinham o seu próprio partido par excellence [grifo no original], fundado em 1945. Era o Partido Social Democrático, ou PSD. Não tinha semelhança alguma com um partido social democrático europeu, ficando mais próximo, na política tradicional brasileira, das máquinas políticas estaduais que levavam o rótulo de Partido Republicano durante a República Velha." (Skidmore, 1976. p.80-81)

"Os operários urbanos organizados - uma minoria privilegiada, dentro da força total de trabalho - eram representados entre os 'de dentro' pelo novo Partido Trabalhista Brasileiro, ou PTB. Vargas revelou mais tarde, num momento de franqueza, porque foi fundado o PTB. 'Como a mentalidade dos trabalhadores não se adaptasse bem à dos antigos políticos, criou-se uma nova organização partidária, que se denominaria Partido Trabalhista Brasileiro'. O PTB representava o esforço de Vargas para atalhar a marcha dos comunistas, à esquerda, assegurando em seu próprio benefício o voto da classe operária, de importância crescente." (Skidmore, 1976. p. 82)

"Os 'de fora', de 1945, mostraram ser um grupo menor do que se poderia esperar. Importantíssimos, dentro da oposição heterogênea, eram os constitucionais liberais. Em 1930, eles haviam apoiado Vargas na crença de que estavam iniciando uma nova era democrática no Brasil, dando assim predominância às áreas urbanas em ascensão. Ao invés disso, eles viram as suas esperanças despedaçadas quando Vargas levou o Brasil para o regime autocrático do Estado Novo. Em fins de 1944, à medida que a maré montante da vitória aliada tornava a redemocratização uma esperança palpável, os constitucionais liberais organizaram um novo movimento político, a União Democrática Nacional, ou UDN. O título indicava a sua intenção de formar uma frente unida de oposição, tentativa que se mostrou muito mal sucedida. Com Vargas forçado pelo Exército a resignar, os liberais esperavam retomar a tarefa inacabada de quinze anos atrás." (Skidmore, 1976. p. 83)

Partindo de uma referência ao ano de 1982 e à disputa de partidos (o Partido Democrático Trabalhista - PDT -, de Leonel Brizola e, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB -, no momento, vinculado a Ivete Vargas) engalinhado-se em torno da memória getulista Maria Victória Benevides² elabora sua hipótese de que PSD, PTB e UDN "*foram, de formas diversas, criaturas de Getúlio Vargas*":

"O exemplo de 1982, com a aparente esquizofrenia partidária na reivindicação da memória getulista, confirma a posição sedutora de Vargas 'pairando acima dos partidos' e pessoalmente identificado com o Estado. E lembra a estratégia do ex-ditador que cria simultaneamente um partido de patrões e um partido de trabalhadores e ainda provoca o surgimento de um terceiro, fundado unicamente para combatê-lo.

Costuma-se dizer que Getúlio criou o Partido Social Democrático com a mão direita e o Partido Trabalhista Brasileiro com a mão esquerda. A União Democrática Nacional, por sua vez - e reunindo esquerda e direita - só foi criada

² BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo - 1945-1964*. SP, Brasiliense, 1989.

para derrubar Getúlio e vingar a ditadura estadonovista. É nesse sentido que, por paradoxal e perverso que pareça, a UDN da 'eterna vigilância' acaba sendo, também, uma criatura de Getúlio Vargas [grifo original]." (Benevides, 1989. p. 31).

Quer trabalhemos com o que os separa (a posição de situação X oposição em relação ao governo Vargas) ou com o que os une (o fato de terem sido criados por e devido a Getúlio Vargas), importa destacar que essas agremiações, ao longo do período que vai de sua criação (1945) até o golpe de 1964, acabam por cristalizar alianças e caracterizar apoios que tornam mais próximos os dois primeiros agrupamentos (PSD e PTB) e mais distanciada a UDN e, portanto, com potencial oposicionista.

A forma de desenvolvimento econômico-social, adotada no Brasil desde o primeiro governo Vargas, buscava pensar o desenvolvimento nacional como caminhando para a autonomia em relação ao exterior com base numa industrialização que, aos poucos, substituiria as importações necessárias estruturada numa política de participação - moderada e controlada pela estrutura partidária e sindical - da população nas decisões institucionais e no crescimento do País. Em termos partidários, esta forma aproximava-se das plataformas do PTB e, de modo mais distanciada, do PSD.

Já os grupos, cujos interesses encontravam-se alojados na UDN, entendiam que a saída para o desenvolvimento do Brasil encontrava-se no alinhamento externo, basicamente com a política norte-americana. Isto implicava em construir um desenvolvimento acelerado à custa de vultuosos empréstimos externos, configurando um "aproveitamento da poupança" de outras nações mais desenvolvidas. Para esses setores, as grandes empresas internacionais trariam as *benesses* de seu avanço com um dispêndio de tempo minorado ao lado da sonhada transferência tecnológica. A participação popular era vista com receio, tanto do ponto de vista das tensões sociais provocadas por suas mobilizações - preocupação acentuada com os lemas de ordem e segurança interna -, como no aspecto de sua presença - mesmo que moderada - nos eventuais lucros gerados pelo desenvolvimento.

Nesse sentido, o governo Kubitschek³ representa uma tentativa de acordo entre estes diferentes projetos de desenvolvimento. O ambicioso *Plano de Metas* ancorava-se no empréstimo de capitais externos e na industrialização às custas da penetração das multinacionais. Politicamente, entretanto, suas bases de apoio eram o PSD e o PTB que o elegeram em aliança. Isto obrigaria à construção de uma estratégia social que permitisse, mesmo que moderadamente, a participação da população trabalhadora nas decisões e nos resultados obtidos com o desenvolvimento nacional. O término do governo JK vem mostrar as dificuldades de conciliação desses parâmetros.

A eleição de Jânio Quadros acentua os paradoxos que já se anunciavam. Eleito pela UDN ostenta na vice-presidência alguém que não era de sua chapa: João Goulart (fora vice de Juscelino), com clara base de sustentação no trabalhismo (PTB). Esta insólita união tornar-se-á mais complexa com o desenrolar dos fatos - a presença do imponderável - que acaba por trazer à presidência João Goulart, considerado herdeiro de Getúlio.

Acirram-se as surdas contendas entre as diferentes visões de encaminhamento para o País, temperadas pela presença de fortes interesses externos. Este quadro de acirramento das tensões no âmbito de facções diversificadas acaba por levar, com a queda de João Goulart em 1964, à lenta construção do predomínio de um modelo de desenvolvimento para o Brasil rumo à aceleração

³ Maria Victória Benevides possui obra já clássica sobre o governo JK (*O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. RJ, Paz e Terra, 1976). O período é analisado através da estruturação do Plano de Metas e seus alicerces são destacados na forma do desenvolvimento econômico e estabilidade política alcançada principalmente através da manutenção da aliança partidária PSD + PTB.

desenvolvimentista, com larga abertura ao capital externo e entrada de multinacionais na definição do processo de industrialização e, ao mesmo tempo, um alijar constante da presença da população nas decisões institucionais e à sua progressiva marginalização com a forte concentração da renda nacional.

Nesse processo, o período de 1964 a 1968 ocupa importante papel no encaminhamento das definições dos rumos na direção do modelo pregado pela parcela de interesses ancorada, preferencialmente, nas plataformas da UDN.

Temos uma tendência, principalmente, com o nosso olhar retrospectivo sobre os fatos, de imaginar que o que aconteceu era inevitável, ou seja, já estava predeterminado. Assim, acreditamos que o rumo ao recrudescimento político do regime militar era previsto e não podia ser detido.

Outra tendência é a de pensar que as elites, as camadas dominantes são coesas em todas as suas ações e empreendimentos, e que o mesmo acontece com determinados agrupamentos setoriais como os militares⁴. Dentro dessa tendência, os militares atuariam de forma compacta, sem cisões, alinhados às camadas dominantes no desenvolvimento de um projeto definido no momento da configuração de sua ação em direção à conquista do poder do Estado.

Este período de 1964 a 1968 vem compor, em seus meandros, um quadro diverso, sem certezas ou definições claras, com muitas idas e vindas e divisões entre os grupos que não atuam de forma coesa e sim, muitas vezes, sofrem a ação do imponderável, fruto da indeterminação da experiência humana.

Desse modo, nem tudo é coesão, assim, podemos situar duas grandes tendências dentre os militares. Uma, formada pelo grupo conhecido como "Sorbonne", oriundo do círculo da Escola Superior de Guerra (ESG), herdeiro das transformações processadas pela participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, dos movimentos dos *tenentes* da década de 20 e da tradição positivista da República. Outra, formada pela grupo da "linha dura", composto pela oficialidade jovem e média no momento da derrubada de João Goulart e que vai procurar encaminhar o movimento, daí decorrente, na direção de uma radicalização e endurecimento políticos.

Um trabalho de pesquisa sobre o período, realizado pelo CPDOC - Fundação Getúlio Vargas e organizado por Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro⁵, recolhe

⁴ Na sua conceituação sobre o Estado Fascista, Nicos Poulantzas (*Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Porto, Portugalense, 1972.) se detém nas formulações acerca da Ideologia e dos Aparelhos Ideológicos do Estado polemizando com Louis Althusser que acredita possuir uma "discutível interpretação" para o tema. Entendemos que a exposição de Poulantzas neste trecho é bastante esclarecedora da questão que é nosso objeto detalhar, ou seja, a da existência de frações e contradições em meio às camadas dominantes. *"Numa formação social, não existe apenas uma ideologia dominante: existem várias ideologias ou subsistemas ideológicos contraditórios, reportados às diversas classes em luta. A própria ideologia dominante só se constitui como tal ao conseguir dominar de modo muito particular, estas ideologias e subsistemas ideológicos: o que se faz precisamente por intermédio dos aparelhos ideológicos de Estado. Por sua vez, isso implica que estes aparelhos sejam a expressão condensada de contradições ideológicas muito intensas, que se exprimem por rupturas entre os 'funcionários da ideologia' que deles fazem parte: a autonomia relativa dos aparelhos ideológicos é o seu efeito. (...) ...o poder de Estado é, em geral, constituído por uma aliança de classes ou frações dominantes: bloco no poder numa formação capitalista. Assim, apesar de ser uma classe ou fração que, em geral, detém a hegemonia, o poder político das outras classes ou frações 'no poder' produz defasamentos entre os aparelhos de Estado. (...) O que importa sublinhar é que estes defasamentos do poder de Estado surgem, principalmente, entre os próprios aparelhos ideológicos de Estado, ou entre eles e o aparelho de Estado. Com efeito, apesar de sua unidade interna como subsistema, semelhantes distorções podem produzir-se no próprio seio do aparelho de Estado em sentido restrito. O exército, a administração ou a magistratura podem, por vezes, constituir as sedes privilegiadas de poder de classes ou frações diferentes do bloco no poder..."* (vol. II, p. 94-96).

⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina et alii (org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. RJ, Relume-Dumará, 1994.

depoimentos de militares pretendendo construir uma memória militar e *Visões do Golpe*. Esta pesquisa assim apresenta estas cisões:

"Dois grupos principais de conspiradores foram percebidos com certa clareza por vários depoentes: um mais intelectualizado, ligado às escolas superiores das Forças Armadas, apelidado pejorativamente de 'Sorbonne', composto por oficiais como Golberi do Couto e Silva, Ademar de Queirós, Cordeiro de Farias e Jurandir Bizarria Mamede, e outro mais ligado à tropa. A composição desse segundo grupo seria, a contar pelos depoimentos, menos orgânica se comparada ao primeiro. Seria formado por pequenos conjuntos de oficiais de baixa ou média patente, com tênue coordenação, enquanto no grupo de 'intelectuais' haveria vários generais, com maior entrosamento entre si e com grupos políticos e empresariais. (...) Comum é o fato de que todos teriam passado grande parte da conspiração à procura de líderes. O processo conspiratório levou o grupo troupier a fixar-se em torno do general Costa e Silva, então chefe do Departamento de Produção e Obras, enquanto o grupo mais 'intelectualizado' só pouco antes do golpe conseguiu cooptar o general Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército e de indole legalista. (...) ...definição das duas principais tendências no interior do regime militar: uma representada pelos oficiais ligados ao grupo da 'Sorbonne', que desejava uma intervenção rápida encerrando-se com a devolução do poder aos civis, agrupada em torno do presidente Castelo Branco, e outra representada pelos oficiais mais radicais, agrupada em torno do ministro da Guerra [do governo Castelo Branco] Costa e Silva. Esta última transformou-se na 'linha dura' do regime e impôs a escolha de Costa e Silva para suceder a Castelo Branco de modo a aprofundar as medidas 'saneadoras'. Os dois grupos irreconciliáveis até hoje, voltariam a se enfrentar no governo Geisel em torno do projeto de 'abertura'. (...) Houve 'duros' e 'moderados', duas tendências expressivas dentro dos quartéis, mas é demasiado simplista a tese de que pura e simplesmente eles se revezaram no poder. Os dois grupos estiveram juntos no governo Castelo Branco - não esquecer que o ministro da Guerra era o próprio Costa e Silva -, mas com predominância dos moderados. Os termos se inverteram com Costa e Silva, com a ascensão dos duros. Manter a coesão militar obrigou a composições constantes, e não deixa de ser revelador o fato de que as primeiras contensões dos duros tenham começado no governo Médici, ainda que com muita timidez." (D'Araújo, 1994. p. 16-20)

⁴A impossibilidade de adoção dessa tese considerada simplista pelos organizadores deste trabalho, bem como a inviabilidade de esposar as tendências acima arroladas foram fartamente observadas na leitura e análise das fontes materiais com as quais trabalhamos. Concordâncias e discordâncias igualmente inesperadas são apenas alguns dos elementos presentes no material analisado. Isso aponta a impossibilidade de uma única leitura dos órgãos de divulgação e dos instrumentais repressivos utilizados pelo Estado Autoritário brasileiro pós-64.

Tanto a série documental sobre a qual nos debruçamos como a opinião dos especialistas consultados trabalham com uma diversidade de denominações para o que ocorreu no Brasil a partir de 31 de março de 1964 dentre as quais gostaríamos de destacar os termos: golpe, revolução, contra-golpe e contra-revolução.

O verbete "Revolução" do Dicionário de Política registra que esta é a "tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de substituir, a fim de efetuar as profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento

*jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica*⁶. Ao caracterizar a revolução de massa, o autor diz que é feita para subverter as esferas política, social e econômica, para o que necessita de grande participação popular carreando, conseqüentemente, um vasto potencial de oposição gerando um processo de lutas prolongado com elevado índice de violência interna. Desse modo, o termo revolução é, geralmente, utilizado para momentos de ruptura e de grande aceleração de mudanças carregando atrás de si um índice mobilizatório que atinge parcela significativa da população da região envolvida.

Por oposição, o verbete busca definir contra-revolução. Observa que esta *"pode ser entendida não só como movimento subsequente a uma Revolução vitoriosa, com o objetivo de destruir suas vantagens, mas também como um movimento orientado tanto a impedir que se dê uma Revolução, quanto a pôr obstáculo a mudanças de grande envergadura que ameaçam seriamente as bases do poder de certos grupos dominantes"*⁷.

No mesmo verbete encontra-se a preocupação em estabelecer as fronteiras entre a revolução e o golpe de Estado. Contraposto ao primeiro, o segundo termo, segundo Gianfranco Pasquino, *"configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e sócio-econômicos"* sendo *"levado a efeito por escasso número de homens já pertencentes à elite, sendo por conseguinte, de caráter essencialmente cimeiro"*⁸. O autor chega a distinguir entre dois tipos de golpe: o reformista (mudanças importantes na política ao lado de transformações sócio-econômicas limitadas. Escassa participação popular, pouca luta e violência interna) e o palaciano (apenas substituição de líderes políticos. Participação popular ausente, luta e violência interna quase inexistentes).

Analisando-se o verbete "Golpe de Estado" no mesmo Dicionário de Política encontramos, entretanto, inicialmente a observação de que o termo viveu diversas configurações ao longo do tempo sendo que o único traço comum entre elas reside no fato de que ele é *"um ato realizado por órgãos do próprio Estado"*⁹. Para este autor procurar diferenciar golpe de Estado de revolução com base no fato de que o primeiro realizaria somente mudanças de pequeno porte (uma "revolução menor") enquanto que o segundo geraria um processo em que seria instaurado um novo ordenamento político e jurídico, traz um impasse. A saber, o golpe de Estado implica na instauração de um novo poder de fato que imporá a legalidade, portanto, leva a um novo ordenamento jurídico. Barbé conclui que a melhor definição de golpe de Estado é aquela que se apóia em suas manifestações históricas concretas. Constrói assim, alguns indicadores. O golpe de Estado é efetuado por órgãos de Estado e, contemporaneamente - avalia que, nos anos 70, mais da metade dos países do mundo tinha governos oriundos de golpes de Estado - geralmente, levado à cabo pelas Forças Armadas ou conta com a sua cumplicidade. Pode ou não ser acompanhado de mobilização política e/ou social e tipicamente promove a eliminação ou dissolução dos partidos políticos. De modo geral, as conseqüências dos golpes mais habituais são as simples mudanças efetuadas na liderança política.

Deste modo, caracterizar a mobilização das tropas do General Olympio Mourão Filho em 31 de março de 1964 e os acontecimentos subsequentes como revolução faz parte de uma tentativa de conferir legitimidade e positividade aos eventos, levada a efeito por seus participantes diretos ou pelos que, com ele, de um modo ou de outro, coadunam.

Gianfranco Pasquino observa que, tanto entre estudiosos conservadores como entre os de tendência progressista, encontra-se em crise a idéia de revolução, a esperança de mudanças

⁶ PASQUINO, Gianfranco. "Revolução". In: BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília/DF, UnB, 1992. (p. 1121).

⁷ Idem, p. 1129.

⁸ Idem, p. 1121.

⁹ BARBÉ, Carlos. "Golpe de Estado". Op. cit., p. 545.

totais. Segundo ele, isto se deve, de um lado, às melhorias observadas no que se refere à democracia política, igualdade social e desenvolvimento econômico nos países que não experimentaram revoluções se comparados aos que as vivenciaram, notadamente no século XX. De outro, chegou-se à conclusão que, nos complexos sistemas modernos, somente se poderia caminhar para uma revolução mediante uma desagregação total o que tornaria mais difícil a introdução de melhoramentos para vastos setores da população.

Não são diferentes as observações feitas por Daniel Aarão Reis Filho¹⁰, ao notar que, nos anos 60, a idéia de revolução encontrava-se na ordem do dia, ao passo que, atualmente, o mesmo não ocorre e a revolução "saiu de moda". Para ele, o fato de a mesma possuir, anteriormente, uma imagem positiva que se manifestava em movimentos diferenciados no Brasil e no exterior, contribui para explicar porque o conceito foi apropriado pelos promotores da ruptura institucional de 1964.

Entender 1964 - Brasil como um contra-golpe implica em compreender a derrubada de João Goulart como tentativa de deter uma manobra continuísta do Presidente, que estaria em curso. A queda de João Goulart seria, portanto, derivada da própria atuação presidencial: a uma tentativa de golpe do Presidente no poder, a resposta seria o contra-golpe preventivo. Entender como contra-revolução implica em avaliar a composição das forças sociais, em jogo no momento da emergência da destruição da ordem vigente, como passível de provocar uma convulsão social de monta capaz de romper com esta mesma ordem e instaurar uma nova em que haveria grande alteração desta correlação de forças com a tendência de predomínio de interesses da parcela majoritária da população.

⁽¹⁾ Ao qualificar o que ocorreu no Brasil, a partir de 31 de março de 1964 como golpe de Estado entendemos que grupos diferenciados internos - como setores empresariais, setores médios de profissionais liberais de diversas ordens, parte do clero, parcela significativa dos militares - conspiraram e conseguiram derrubar o Presidente João Goulart, em claro atentado à ordem institucional vigente que não foi seguido de intensa mobilização popular. Com a vitória da articulação, ocorre o encaminhamento no sentido do predomínio de um modelo de desenvolvimento econômico alinhado ao capital externo. Transformações de fundo na estrutura social do País não seriam empreendidas. Os partidos políticos organizados antes de 1964, posteriormente (1965) foram dissolvidos originando uma estrutura bipartidária.

A idéia de um contra-golpe parte mais das colocações dos próprios golpistas na tentativa de justificar a ruptura institucional como necessária para deter uma eventual manobra continuísta do Presidente João Goulart. A hipótese de uma contra-revolução preventiva é negada pelo desenrolar dos acontecimentos, caracterizados pela ausência quase completa de reações de resistência ao golpe de Estado perpetrado.

Entendemos como fundamental, para se avançar na compreensão da realidade brasileira, o levar em conta que os dois modelos para o desenvolvimento econômico em choque basicamente a partir de 1945, interessavam aos grupos dominantes, que deles partilhavam na defesa de seus interesses momentaneamente abalados pelo encaminhamento num ou noutro sentido. É necessário questionar-se: as condições de vida e de trabalho da maioria da população brasileira, no sentido de uma ampliação de sua participação efetiva nas decisões e nos lucros gerados, foram afetadas pelo posicionamento na direção de um ou de outro modelo? A resposta negativa a esta questão talvez ajude a explicar a ausência de reações populares ao golpe desfechado em 1964. Que identificação havia, de fato, entre as camadas menos favorecidas da população com o modelo desenvolvido nos governos de Getúlio Vargas, parte do de Juscelino Kubitschek e de João Goulart?

¹⁰ Referimo-nos a observações feitas por Daniel Aarão Reis filho em Conferência intitulada "A experiência da luta armada nas esquerdas brasileiras", parte de uma semana de debates sob o tema geral: 1964: Nunca Mais!, promovida pelo Departamento de História, da FFLCH/USP. Realizou-se no dia 16 de setembro de 1994, nas dependências do Anfiteatro do referido Departamento.

Neste sentido, o golpe de 1964 vem revelar a ilusão construída de participação, organização popular, projetos antitéticos, alternativas diversificadas para o desenvolvimento do País e de ruptura revolucionária. Desvela, ainda mais, onde se pensa existir a distância, a aproximação esclarecedora.

1.1. Aproximações/Distanciamentos

Entendemos que OESP e UH/RJ, entre 1964 e 1968, apesar de terem projetos antitéticos, possuem pontos de aproximação. Acreditando falar em nome da população genérica do País e ir ao encontro das aspirações do "povo", expressam desejos de parcelas minoritárias, frutos de interesses diversos e que, conseqüentemente, enxergam alternativas diferentes para o encaminhamento da sociedade brasileira.

Tomemos dois elementos recorrentes no discurso dos dois periódicos, ao longo do dessa fase: o cuidado na representação verbal do golpe de 1964 e o interlocutor privilegiado dos jornais.

Uma diferenciação básica relaciona-se com a localização temporal assinalada. Quando se refere ao golpe de Estado, OESP sempre utiliza a data do 31 de março de 1964 ou genericamente o mês de março, como marco cronológico. Nesse sentido, compreende que as alterações provocadas teriam como elemento divisor de águas o apressado - o levante estava marcado entre os conspiradores para 2 de abril - Manifesto do General Olympio Mourão Filho que comandava a 4ª Região Militar de Juiz de Fora, revoltando suas tropas na madrugada desse dia. Dentre os conspiradores civis, os governadores de São Paulo, Ademar de Barros, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, incentivaram esta antecipação.

Na realidade, esta ação foi antecedida, no dia 30, pela de outro conspirador militar: o General Carlos Luis Guedes, comandante da IV Infantaria Divisionária de Belo Horizonte, ao saber que seria afastado de seu posto, reuniu os oficiais de sua guarnição e anunciou que, a partir daquele momento, não iria mais obedecer ao governo federal: *"Na tarde de 30 de março, Guedes determinou que soldados fechassem o trânsito na vizinhança de seu quartel-general, prendeu adversários políticos e organizou uma tropa que, batizada de Força Revolucionária, seria enviada a Brasília."*¹¹

Sabendo da rebelião de seu inferior hierárquico, o General Mourão não teria gostado. Influenciado ou não por ela, entretanto, horas mais tarde, na madrugada do dia 31, Olympio Mourão Filho rebela suas tropas que, nessa mesma noite, seriam comandadas pelo General Antonio Carlos Muricy, anteriormente contatado por Mourão para a missão, rumo ao Rio de Janeiro.

Em seu Diário, o General Olympio Mourão Filho¹² assim descreve estas horas:

"Deixei Maria na sala e me retirei. Não queria ouvi-lo¹³. Não me convinha, pois eu ia partir contra ele às 4 horas do dia 31 e já eram quase 22 hs. do dia 30. Mas, minha Senhora insistiu comigo, alegando que eu devia ouvi-lo, precisamente porque ia me revoltar. Deste modo, fiquei.

¹¹ O golpe na estrada. SP, Veja, 30mar1994. p. 38.

¹² Citado por Hélio Silva em 1964: Golpe ou Contragolpe? RS, L&PM, 1978.

¹³ O General aqui se refere à sua esposa Maria e ao discurso, transmitido pela TV, do Presidente João Goulart, na homenagem que lhe foi prestada pelos sargentos (rebelados), no Automóvel Clube do Rio de Janeiro.

Ao término do discurso, cerca de 1,30 da manhã do dia 31, acendi meu cachimbo e pensei comigo mesmo que dentro de 3 horas eu iria revoltar a 4ª RM e a 4ª DI contra ele." (Silva, 1978. p. 369)

O General prossegue seu relato confirmando que desencadeou o "movimento" entre 4 e 5 horas. A Guanabara, segundo ele, entretanto só iria saber da mobilização das tropas às 17 horas quando leu o seu Manifesto e quando o Destacamento Vanguarda já se achava articulado para caminhar em direção à antiga capital da República.

Já UH/RJ, ao se referir ao golpe, somente utiliza como marco cronológico o dia 1º de abril, ou mesmo o mês de abril. Para Paulo Francis¹⁴, estes diferentes marcos atuam mesmo como divisores entre as avaliações acerca do que aconteceu em 1964:

"A linha divisória do gramado fica entre quem chama 1964 de revolução e quem chama de golpe, com o corolário de que, para os revolucionários, aconteceu em 31 de março, e para os contestadores, em 1º de abril, o dia mundial dos bobos." (Francis, 1994. p. 11)

Em termos cronológicos, o que aconteceu em abril de 1964?

Ainda no dia 31 de março, sabedor do levante do General Mourão, o Presidente João Goulart reúne-se com os Ministros da Marinha e da Aeronáutica, os Comandantes do I Exército e da Vila Militar e o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

No dia 1º de abril tomam-se decisões importantes e definitivas.

O General Amauri Kruehl, Comandante do II Exército (região de São Paulo), de quem se esperava a lealdade a João Goulart com quem possuía relações pessoais (eram compadres), após algumas hesitações, adere ao movimento golpista e ordena a suas tropas que se movam para o Rio de Janeiro a fim de se unir às do General Mourão. Caio Navarro de Toledo¹⁵ assim explica este momento:

"Relata a 'crônica do golpe de 1964' que, antes de tomar a sua 'grave decisão', o gal. Kruehl telefonou para o presidente da República instando-o para 'abrir mão de suas bases políticas'. Em outras palavras, Kruehl exigia que Goulart proibisse o CGT, o PUA, a UNE e todas as demais 'entidades subversivas'. Em troca, prometia o militar, teria ele garantido o seu mandato presidencial. Diante da recusa de Jango, o gal. Kruehl teria 'lavado as mãos' ..." (Toledo, 1993. p. 105)

Na mesma data, o General Morais Âncora - substituto interino no Ministério do Exército do General Jair Dantas Ribeiro que havia adoecido -, acompanhado por dois outros generais, vai ao Palácio das Laranjeiras sugerir ao Presidente João Goulart que deixe a Guanabara por falta de segurança. O Presidente dirige-se então para Brasília.

¹⁴ FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. SP, Cia. das Letras, 1994.

¹⁵ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. SP, Brasiliense, 1993.

No mesmo dia, o General Âncora reúne-se com o General Krueel na Academia Militar de Agulhas Negras, desiste do combate e, conseqüentemente, da defesa da legalidade. Ele passa, com suas tropas, para o lado dos golpistas.

Na madrugada do dia 2 de abril, horas depois de ter chegado a Brasília, João Goulart dirige-se para Porto Alegre. Entretanto, o dia 2 seria marco de mais um importante passo rumo à consolidação da situação ilegal. Na presença, em território nacional, do legítimo Presidente da República, o Congresso declarou vaga a Presidência e empossou o Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli, gesto rapidamente saudado pela diplomacia norte-americana. Indignado, Moniz Bandeira¹⁶ assim descreve a situação:

"Não obstante, sabendo que ele se encontrava em território nacional e não renunciara, o Senador Auro Moura Andrade, Presidente do Congresso, convocou uma sessão extraordinária e, ao abri-la, declarou em breves minutos, violentando as normas constitucionais e o próprio Regimento Interno da Casa, a vacância do cargo. Consumou-se, assim, o golpe de Estado. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, chegou dessa maneira ao Palácio do Planalto. Não se observou qualquer formalidade legal, como, por exemplo, a votação do impeachment. Mas bastou para que Gordon recomendasse o reconhecimento do novo Governo, ilegítimo e inconstitucional, e Johnson telegrafasse imediatamente a Mazzilli, felicitando-o pela sua investidura na Presidência da República¹⁷." (Bandeira, 1983. p. 183)

Dois dias mais tarde, a 4 de abril, o Presidente João Goulart, parte do Rio Grande do Sul e cruza a fronteira para o Uruguai, onde se asila.

Voltando aos dois periódicos em questão, é importante assinalar que, mais do que, reconhecer o golpe posteriormente como ocorrido em abril, UH/RJ somente assume publicamente a existência de uma nova situação em termos político-administrativos, no dia 2 de abril, ou seja, ao mesmo tempo em que ocorre a saída de João Goulart do Palácio do Planalto e sua viagem rumo ao Rio Grande do Sul; em que foi declarada vaga a Presidência ilegalmente pelo Congresso Nacional e empossado o "novo" Presidente; em que se prepara o reconhecimento norte-americano do "novo" governo. A partir dessa data as referências (ácidas, críticas, ou mesmo, elogiosas) ao golpe serão cronologicamente datadas de abril.

Paralelamente a isto, OESP, conspirador de primeira hora, imediatamente reconhece a mudança de situação e fará suas representações (elogiosas, críticas, ou mesmo, ácidas) ao golpe referindo-se, em termos de datação, ao 31 de março.

Até nas exceções o paralelismo acompanha os dois órgãos de divulgação. Encontramos somente uma citação em cada um dos jornais referindo-se de forma contrária à costumeira. OESP, uma única vez, fala em "*movimento de abril*"¹⁸, enquanto que UH/RJ, também, por uma vez, se refere ao "*movimento armado de 31 de março de 1964*"¹⁹.

¹⁶ BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964). RJ, Civilização Brasileira, 1983.

¹⁷ Os personagens Gordon e Johnson referidos pelo autor do texto são, respectivamente, Lincoln Gordon embaixador dos EUA no Brasil, no momento, e, Lyndon Johnson, presidente norte-americano, empossado após a morte de John F. Kennedy, em novembro de 1963.

¹⁸ Em editorial intitulado "O único poder revolucionário"(SP, OESP, 11out1964. p. 3), localizado na primeira das colunas. Neste artigo, o editorialista critica parlamentares por não aceitarem que a Comissão de Inquérito aponte irregularidades. Proclama as Forças Armadas como "*o único poder revolucionário*" apesar da reafirmação de civil e

Ligada a esta questão da temporalidade do golpe, encontra-se a temática da denominação utilizada para representá-lo. Por mais paradoxal que possa parecer, o termo mais usado para apresentar o golpe é *revolução*, tanto em OESP como em UH/RJ, com uma pequena, mas muito significativa, diferença. OESP trabalha com o termo em maiúsculas, enquanto que UH/RJ o situa em letras minúsculas. Em ambos os jornais, em termos quantitativos, o próximo termo mais utilizado é *movimento*. UH/RJ faz acompanhar de aspas a palavra *revolução* um bom número de vezes, além do que lança mão do termo *revolucionário*, devidamente aspeado, em diversas circunstâncias. OESP recorre algumas vezes, para denominá-lo, à palavra *vitória*, enquanto que UH/RJ trabalha com a expressão *golpe*.

Como se vê, apesar das semelhanças entre os dois órgãos de divulgação, podem ser percebidas diferenças. Entendemos que ao utilizar minúsculas, ou fazer-se valer do recurso de aspas para o termo *revolução*, UH/RJ, no primeiro dos casos, procura minorar a importância ou positividade que a palavra carrega, assim como no segundo, ao aspeá-la, faz uso da ironia, para dizer que a palavra não estaria sendo aplicada no seu sentido correto, até por referência à construção deliberada do termo pelos apólogos do golpe.

Os quadros²⁰ abaixo, apresentam em termos percentuais a utilização da datação em cada um dos periódicos, bem como as denominações diversas usadas para representar o golpe de Estado de 1964.

participante e conclama-as a não retrocederem nas "*conquistas nacionais e populares*" como o foram as de março/abril.

¹⁹ Em artigo intitulado "Generais Políticos" (RJ, UH, 10jun1967. p. 4), na coluna *Opinião de "UH"*, em que critica, indiretamente a intervenção dos militares na política brasileira desde 1930, através de uma frase proferida pelo General Mourão Filho: "*Todo general é um político*".

²⁰ Neste capítulo, uma vez que e a data do evento e a denominação que o mesmo recebe, aparecem em grande frequência, tendo em vista o momento de tentativa construção de uma memória para o golpe, recorremos a uma quantificação das datas e dos termos. Nos outros capítulos, ao analisar palavras, expressões e frases-chave, não destacaremos prioritariamente a sua dimensão numérica, pois, diminui muito o número de vezes em que os termos são utilizados. Entretanto, para possibilitar a localização dos mesmos, em nota de rodapé apontaremos a data de sua publicação de modo a que possam ser acompanhados, pelo glossário colocado ao final, os artigos/editoriais correspondentes.

Quadro 1

Marcos cronológicos utilizados por OESP e UH/RJ relativamente ao golpe

(março/1964 a dezembro/1968)

OESP	Frequência ²¹	% ²²	UH/RJ	Frequência	%
31 de março ²³	22	39	1º de abril ²⁴	10	07
março ²⁵	05	09	abril ²⁶	07	04
abril ²⁷	01	02	março ²⁸	01	01

²¹ Este dado corresponde ao número de vezes (em artigos e não dentro de cada um deles) que a referida data/termo aparece.

²² É importante levar-se em conta o número total de matérias analisadas em cada periódico que foi a base sobre a qual estebelecemos o dado percentual. Entre 1964 e 1968 destacamos 57 (cinquenta e sete) artigos de OESP, enquanto que, na mesma época, selecionamos 151 (cento e cinquenta e um) de UH/RJ. Portanto, os percentuais retirados incidem sobre esta numeração.

²³ Data utilizada em abril, maio, junho, julho, novembro, dezembro/1964; fevereiro, março, abril, maio, julho, setembro/1965; fevereiro, março, abril, junho, julho, setembro/1966; fevereiro, março, abril, outubro/1967.

²⁴ Tendo em vista o fato de que selecionamos, ao contrário de OESP (apenas um editorial por mês), para UH/RJ, mais de um artigo mensalmente, localizado em Editorial ou coluna variada, faremos uma especificação mais detalhada que facilite a localização do mesmo. A referência a 1º de abril aparece destacada em: Editorial (p. 1) de 14abr1964; Editorial (p. 1) de 15abr1964; Coluna *Opinião de "UH"* de 23abr1964 (p. 4); Editorial de 30abr1964 (p.1); Coluna *Opinião de "UH"* de 8ago1964 (p. 4); dois artigos diferentes da Coluna *Opinião de "UH"* de 10ago1964 (p. 4); Coluna *Opinião de "UH"* de 6fev1965 (p.4); Coluna *Opinião de "UH"* de 14jun1965 (p. 4); Coluna *Opinião de "UH"* de 9ago1965 (p. 4).

²⁵ Utilizou-se somente a referência a março, sem fixar o dia, nos editoriais de outubro/1964; novembro/1965; outubro/1966; fevereiro, maio/1967.

²⁶ Utilizam a referência a abril sem especificar o dia, os seguintes artigos: Coluna *Opinião de "UH"* (p. 4) de 20abr1964; Coluna *Opinião de "UH"* (p. 4) de 10ago1964 (artigo "O STF e os inquéritos"); Coluna *Opinião de "UH"* (p. 4) de 12out1964; Coluna *Opinião de "UH"* (p. 4) de 11jan1965; Coluna de Danton Jobim (p. 1) de 2abr1964; Coluna *Opinião de "UH"* (p. 4) de 10maio1965; Coluna *Opinião de "UH"* (p. 4) de 10jun1967.

²⁷ Em editorial já citado, em outubro de 1964.

²⁸ Em artigo já citado, de 10 de junho de 1967.

Quadro 2

Denominações enfocadas por OESP para o golpe de Estado de 1964

(abril/1964 a dezembro/1968)

Termos usados	Freqüência	%
Revolução ²⁹	26	46
movimento ³⁰	18	32
vitória ³¹	06	11
revolução ³²	03	05
levante ³³	03	05
regime discricionário ³⁴	02	04

²⁹ Termo utilizado em abril, maio, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro/1964; fevereiro, março, maio, julho, agosto, setembro, outubro/1965; janeiro, fevereiro, março, abril, julho, outubro, novembro/1966; fevereiro, abril, maio, junho/1967.

³⁰ Publicado nos editoriais de abril, maio, julho, outubro, dezembro/1964; fevereiro, março, maio, setembro, novembro/1965; abril, agosto, setembro, outubro/1966; abril, junho, agosto, outubro/1967.

³¹ Presente nos editoriais de novembro/1964; maio, julho, setembro/1965; fevereiro, outubro/1966.

³² Termo utilizado em abril e agosto/1964 e fevereiro/1966.

³³ Utilizado nos editoriais de abril/1964; maio/1965, abril/1966.

³⁴ Palavra citada nos editoriais de junho e julho/1966.

Quadro 3

Denominações enfocadas por UH/RJ para o golpe de Estado de 1964

(março/1964 a dezembro/1968)

Termos usados	Frequência	%
revolução ³⁵	33	22
movimento ³⁶	16	11
"revolucionário" ³⁷	11	07
"revolução" ³⁸	10	06
golpe ³⁹	06	04
Revolução ⁴⁰	04	03
vindita revolucionária ⁴¹	02	01
ditadura ⁴²	01	0,7
tutela ⁴³	01	0,7
revolução "redentora" ⁴⁴	01	0,7
contra-revolução ⁴⁵	01	0,7
Contra-Revolução ⁴⁶	01	0,7

³⁵ Termo utilizado nos seguintes editoriais: 14abr1964, 15abr1964, 1mar1967; nas colunas *Opinião de "UH"*: 16abr1964, 23abr1964, 13jul1964, 8ago1964, 10ago1964 (dois artigos diferentes), 12dez1964, 13mar1967, 10jun1967, 10abr1967; nos artigos assinados por Danton Jobim: 15mar1965, 1abr1965, 2abr1965, 3abr1965, 1jun1965, 7agr1965, 9out1965, 11out1965, 10jan1966, 12fev1966, 15mar1966, 9abr1966, 2set1966, 4out1966, 10out1966, 7fev1968, 8fev1968, 10ago1968, 9nov1968, 9dez1968; no artigo de primeira página de 30abr1964.

³⁶ Palavra citada nos editoriais de: 14abr1964, 1mar1967; na coluna *Opinião de "UH"* de: 20abr1964, 22abr1964, 23abr1964, 24abr1964 (dois artigos diferentes), 10ago1964, 8nov1965, 10jun1967; nos artigos assinados por Danton Jobim de: 2abr1965, 11dez1965, 15mar1966, 6ago1966, 14ago1967 e 11nov1968.

³⁷ Presente na coluna *Opinião de "UH"* de: 11jan1965, 6fev1965, 12abr1965, 10mai1965, 9ago1965, 6mai1967; nos artigos assinados de Danton Jobim de: 12abr1965, 15mar1966, 11abr1966, 6ago1966, 11nov1967.

³⁸ Palavra utilizada na coluna *Opinião de "UH"* de: 8fev1965, 12mar1965, 1abr1965, 14jun1965, 9ago1965, 4out1966, 12nov1966; nos artigos assinados de Danton Jobim de: 15abr1965, 15mar1966, 12nov1966.

³⁹ Termo utilizado na coluna *Opinião de "UH"* de: 12out1964, 12mar1965, 9ago1965; nos artigos assinados de Danton Jobim de: 15mar1966, 13jun1966, 11nov1967.

⁴⁰ Presente na coluna *Opinião de "UH"* de: 20abr1964, 8jun1964, 12dez1964, 12mar1965.

⁴¹ Expressão presente na coluna *Opinião de "UH"* de 10abr1967 e no artigo assinado de Danton Jobim de 1abr1965.

⁴² Palavra utilizada no artigo assinado de Danton Jobim de 12fev1966.

⁴³ Termo presente no artigo assinado de Danton Jobim de 15abr1965.

⁴⁴ Expressão localizada no artigo assinado de Danton Jobim de 2set1966.

⁴⁵ Expressão utilizada pelo artigo assinado de Danton Jobim de 9abr1966.

⁴⁶ Expressão presente na coluna *Opinião de "UH"* de 20abr1964.

Estabelecer como marco cronológico do golpe, 31 de março de 1964, significa, antes de mais nada, conferir legitimidade a toda a articulação golpista, desde seu início, ou seja, a atribulada intervenção do General Olympio Mourão Filho. Já, localizá-lo em abril, além do aspecto pejorativo que o costume popular atribui ao dia 1º, representa recobri-lo de uma aura de ilegalidade que de fato possuiu. Inclusive a sua configuração "legítima" através da vacância da Presidência e posse do "novo" Presidente se deveu a uma não resistência institucional que poderia ter ocorrido a qualquer momento. Esta vacância e posse poderiam ter sido impedidas por via legal, caracterizando-se a presença de João Goulart no País. Firmar o golpe em 31 de março, representa mais uma manobra de construção da memória de legalidade para algo absolutamente fortuito e circunstancial.

OESP e UH encontravam-se em lados opostos no momento da eclosão do golpe.

OESP vinha de uma longa conspiração e aberta campanha contrária ao governo de João Goulart.

Esta narração de Ruy Mesquita, referindo-se a seu amigo Carlos Lacerda, dá mostras da conspiração assumida. Aqui ele procura separar Lacerda, colocando-o como conspirador de última hora:

"Estávamos da fazenda de Louveira, meu pai, meus irmãos, eu e outras pessoas de que não me recordo. Uma noite, sem avisar, chega Carlos Lacerda, então Governador da Guanabara, que naquele tempo andava sendo 'caçado' (com c cedilha mesmo) por sicários de Jango Goulart. Deixara a Guanabara meio clandestinamente para despistá-los e, depois de passar por vários lugares, foi até a fazenda de Louveira onde sabia que meu pai se encontrava. E os dois conversaram longamente sobre a situação brasileira, meu pai tentando convencê-lo de que não havia alternativa para o movimento militar contra Jango e o Carlos não querendo aceitar esse caminho. Não me lembro exatamente das palavras que ele empregou, mas o que disse foi mais ou menos isto:

Eu tenho o direito de terminar minha vida política na Presidência da República, Dr. Júlio, e se os militares assumirem o poder desta vez permanecerão nele o tempo suficiente para que isso não seja possível [grifos no original].

*Foi somente algum tempo depois, algumas semanas, apenas, antes do 31 de março de 1964, que ele aquiesceu em encontrar-se, pela primeira vez, com os oficiais do II Exército com os quais vínhamos conspirando havia quase dois anos [grifos nossos]."*⁴⁷

UH/RJ, de acordo com a sua tradição getulista, considerava João Goulart o legítimo herdeiro das plataformas desenvolvimentistas e nacionalistas e realizava, na imprensa, uma campanha praticamente solitária de defesa de seu governo.

A sutileza da alteração de uma notação, ou seja, utilizar-se a palavra *revolução* com letra maiúscula ou minúscula carrega consigo algumas intenções. Ao termo *revolução*, apesar da conhecida característica de ruptura institucional, é acrescida a legitimidade conferida pela anuência da participação popular. Dotá-lo de letras maiúsculas significa conferir uma aura de diferenciação ao movimento social. UH/RJ, vencido tardiamente aceita a realização do golpe chamando-o de *revolução* ou "*revolução*". As aspas aqui podem ser compreendidas como má utilização de um termo, portanto, ao aspeá-lo, um quê de crítica ao movimento e à própria representação que dele vinha sendo feita em parcela da imprensa (OESP incluído). O uso do termo *revolução* sem aspas

⁴⁷ Trecho do Prefácio de Ruy Mesquita escrito em 12 de agosto de 1977 para o livro *Depoimento de Carlos Lacerda*. Publicado no Caderno de Sábado Especial do JT, excepcionalmente lançado em 31/03/1994.

corresponde a uma aceitação de que é retirado o caráter de distinção que as maiúsculas lhe conferem.

No que se refere à trajetória de OESP, no período destacado (1964-68), relativamente à representação nominativa do golpe de Estado pode-se observar, durante a maior parte do tempo, a insistência em denominá-lo, ora de *Revolução*, ora de *movimento*. O termo *movimento* traz a idéia de progressividade, evolução, mudança. Em nossa concepção, o jornal adota esta forma para firmar o entendimento de uma alteração no estado de coisas que estabeleceria, em 1964, um marco divisório para o Brasil.

Entretanto, pouco dura a euforia do periódico pelo golpe desencadeado. A partir da escolha do vice do presidente Castelo Branco, incidindo num político civil, José Maria Alkmim, começa a decepção que será a tônica deste período.

"Por várias vezes procuramos demonstrar a legitimidade do papel que, devido às peculiaridades da nossa formação social e à prematura implantação da República no Brasil, as nossas Forças Armadas se têm visto obrigadas a desempenhar na vida política do País. E essa contingência imperativa nunca ficou mais convincentemente demonstrada do que na ação que desencadearam contra os inimigos das instituições vigentes, liderados pelo presidente deposto. Foi inegavelmente, por delegação popular que as forças comandadas pelos generais Mourão Filho e Amaury [sic] Krueel saíram de seus quartéis sobre a Guanabara. E não tem outra explicação o fato de caber ao Parlamento nacional, legitimamente eleito em pleito livre, a homologação da vontade coletiva por meio da votação que ontem proclamou presidente da República um dos mais destacados chefes militares das forças revolucionárias.

Não se poderia, pois, desejar um coroamento mais feliz para o movimento que, contra a iminente bolchevização do País, se processou em doze dias apenas. Juntamente com o preenchimento do cargo de presidente da República, foi homologado também para vice-presidente o nome do sr. José Maria Alkmim. Dessa decisão, tomada pela maioria dos parlamentares que ontem participaram do pleito, não podemos dizer o mesmo. A própria natureza da revolução, a cujo desenvolvimento estivemos ligados, estava a aconselhar aos deputados e senadores a escolha de um nome que melhor afinasse com a personalidade do novo chefe do governo, como seu companheiro de chapa. A ação desenvolvida pelo já agora vice-presidente da República em toda a sua carreira política, e o papel de primeira grandeza que lhe coube no governo nefasto do sr. Juscelino Kubitschek, era quanto bastava para impedir s. exa. de participar de uma administração à qual irá caber a erradicação dos vícios e costumes que o seu partido encarna e que tão decisivamente concorreram para que o País se levantasse em armas contra a situação deles decorrente. O governo a quem vai caber a abertura do novo ciclo da vida cívica da Nação deveria ser composto de homens sem nenhuma ligação com o passado, isento, portanto, do vírus causador do estado mórbido contra o qual acabou por reagir o organismo nacional. A presença do sr. José Maria Alkmim na alta posição para que acaba de ser eleito significa que nem todos os elos se quebraram com a situação extinta. E é pena. Embora o PSD, levado, como era de esperar, pela sua irresistível 'vocação governista', tivesse aceito o candidato nacional à Presidência, tudo aconselhava que nenhum de seus membros participasse do primeiro governo da República nova. A imensa responsabilidade que assumiu perante a história, ao ter-se tornado numa força sempre à disposição do caudilho, tornou o PSD incompatível com a nova ordem de coisas. De um modo geral, cabe-lhe, nos desmandos praticados pelo homem da fronteira, parte igual à que naqueles tenebrosos dias coube ao PTB. Nessas condições, como admitir-se que

*a UDN tenha sufragado também o nome do sr. José Maria Alkmim no pleito de ontem?*⁴⁸

Interessa observar que esta citação foi retirada do primeiro dos artigos, destacados por nossa seleção, publicado imediatamente após o golpe e nele já se nota o tom de desconsolo e inconformismo que será característico desses quatro anos em que esta crônica política encontrava-se dominada pela personalidade de Júlio de Mesquita Filho. Aqui fala o conspirador Udenista que não se conforma com o resultado daquela que considera como sua criação.

Percebe-se a preocupação em legitimar o golpe em cima dos erros cometidos pelos governos anteriores (*"os inimigos das instituições vigentes", "Parlamento nacional, legitimamente eleito em pleito livre", "homologação da vontade coletiva por meio da votação", "contra a iminente bolchevização do País", "governo nefasto do sr. Juscelino Kubistschek", "erradicação dos vícios e costumes", "vírus causador do estado mórbido contra o qual acabou por reagir o organismo nacional", "força sempre à disposição do caudilho"*). O periódico cria para o golpe a representação *salvacionista*. Utiliza a estratégia de se pretender "salvador da Pátria em perigo" e intérprete dos desejos da "Nação".

Quanto às Forças Armadas, nesse momento elas representam os atores sociais que partem para o sacrifício em prol da Nação, sendo, portanto, justo que ocupem o lugar que os civis não souberam bem desempenhar (*"se têm visto obrigadas a desempenhar na vida política do País", "um dos mais destacados chefes militares das forças revolucionárias", "Não se poderia, pois, desejar um coroamento mais feliz"*).

Já José Maria Alkmim, o vice "eleito", tem contra si o fato de ter participado do governo de JK e, portanto, de ser comprometido com o anterior estado de coisas que se quer erradicar; além de pertencer ao PSD, partido de *"vocaçào governista"*, *"sempre à disposição do caudilho"* (refere-se a João Goulart).

Esse trecho se encerra com uma cobrança - tom característico e sempre presente no discurso de Júlio de Mesquita Filho - ao Partido que se afina com as concepções do jornal, a UDN. Como teria acatado o nome de José Maria Alkmim?

Como já observamos, quase nada dura a euforia pela vitória do golpe. Sentindo-se frente ao dilema lúdico do *"ganha, mas não leva"*, pouco a pouco, vai se aprofundando o fosso entre o jornal e o Estado Autoritário brasileiro pós-64.

Em novembro de 1965, após a recente edição do Ato Institucional número 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965 e, em meio ao clima gerado pelas eleições para governadores estaduais, que deram vitória a governadores oposicionistas em dois Estados, o jornal, referindo-se a um discurso do presidente Castelo Branco em que este procurava mostrar as vitórias de seu governo, divide a fala presidencial em dois aspectos: o campo econômico em que, segundo o periódico, os sucessos eram indiscutíveis e o campo político em que se concentram as críticas. Traça então um quadro para que o governo do primeiro presidente militar pudesse ser considerado realmente bem sucedido:

"...se o presidente Castelo Branco se dispusesse a proceder, relativamente ao campo onde prosseguem na sua obra destruidora os representantes do regime passado, com a mesma energia com que soube reconstruir a ordem econômica e financeira da Nação. Não se caracterizasse a ação de s. exa. por um dualismo inadmissível, do qual não poderá senão resultar em breve tempo o retorno de tudo quanto a Revolução pretendia expulsar de nossa terra, e não teríamos dívida nenhuma em

⁴⁸ A etapa final da revolução. SP, OESP, 12abr1964. p. 3.

colocar a sua administração entre as que mais se assinalaram por suas realizações ao longo do regime republicano. Tivesse, por outro lado, s. exa. submetendo-se aos imperativos do Movimento de março, afastado do Supremo Tribunal os ministros adeptos do marxismo e levado às suas últimas conseqüências o expurgo que iniciou no Congresso Nacional; não se houvesse limitado a aplicar a umas poucas personalidades do regime passado a pena de cassação dos direitos políticos, e abalançado a destruir partidos que há mais de duas décadas se vinham empenhando fortemente na luta pela redemocratização do País, como a UDN, o PL e o PSB; não se mostrasse tão inclinado a aceitar a colaboração de velhos e empedernidos simpatizantes do 'estado novo', e então, sim, participaríamos também da confiança e do entusiasmo com que ainda ontem s. exa. anunciou à Nação os planos econômicos e financeiros destinados a constituir a cúpula da política com tanto sucesso levada a cabo por s. exa. neste primeiro ano e meio de governo. Tivesse sido esse o seu empenho, repetimos, e já nesta altura nos teríamos convencido de que andara com acerto e visão o Movimento de Março quando escolheu s. exa. para seu chefe supremo.⁴⁹

Neste artigo de UH/RJ, de outubro de 1965, Danton Jobim, ao falar de novas tentativas de golpe de Carlos Lacerda, ajuda-nos a explicitar a dificuldade desse momento para OESP, cujas proximidades com o líder udenista são incontestes:

"A Nação respira aliviada ante as notícias sobre o esvaziamento da situação militar. Não que ela admitisse que o golpe imaginado pelo Sr. Carlos Lacerda poderia tornar-se triunfante. Entretanto, o incitamento à indisciplina junto à oficialidade e a ofensiva contra a autoridade do Presidente da República poderiam gerar um novo Aragarças, desta vez nas fileiras do próprio Exército. Nas circunstâncias atuais, uma aventura desse tipo, não tenhamos dúvida seria o estopim de uma guerra civil.

Sempre sustentamos que o Sr. Lacerda não tem condições psicológicas ou higidez mental para suportar uma derrota como a que lhe estava destinada. Derrota forjada por ele próprio, mas que ele procura descontar nas costas do Marechal Castelo Branco, General Costa e Silva e outros generais, que ele responsabiliza pelo 'crime' de não o haverem mantido na posse da Guanabara com o apoio das armas da revolução e contra o voto popular. A baleia arpoada procuraria fatalmente virar o barco, nos estertores da agonia. O 'show' subversivo do Sr. Lacerda foi, na sua substância, um desesperado apelo aos jovens oficiais sensibilizados pela 'Linha Dura' e aos coronéis revolucionários a ver se proclamavam em rebelião contra seus chefes.⁵⁰

Neste artigo encontram-se presentes a questão da não aceitação do resultado das eleições que, na Guanabara, deu a vitória ao oposicionista Negrão de Lima, e a temática da "linha dura" (oficialidade jovem) cuja atuação, nesse momento, atendia aos interesses do grupo a que pertencia o ex-Governador Lacerda. Esses interesses são delineados com mais clareza nesta matéria de novembro do mesmo ano em que são abertas e irônicas as referências a Júlio de Mesquita Filho:

"O Sr. Júlio de Mesquita Filho, um dos luminares da nova ordem instaurada em 1º de abril de 1964 e patrono do Sr. Carlos Lacerda, acaba de chegar dos Estados Unidos falando mal do Ato número 2. Quem só visse o título da notícia poderia perguntar: que deu no Sr. Mesquita? Teria sido ele atacado, na América do Norte,

⁴⁹ AS duas falas presidenciais. SP, OESP, 14nov1965. p. 3.

⁵⁰ JOBIM, Danton. O Governo e a Provocação de Lacerda. RJ, UH, 11out1965. p. 1.

*do mal de democracia? A ilusão, entretanto, logo se esclarece. O defeito do Ato nº 2, para o chefe do clã paulista, consiste em ter vindo com um ano de atraso. Ele queria maior dureza, e mais cedo.*⁵¹

Em concordância com esse ponto de vista expresso por UH/RJ, pudemos observar que, nas discordâncias de OESP em relação ao regime militar, as eleições de outubro de 1965, para governo estadual, são um divisor de águas, na medida em que o jornal entendeu como concessão desnecessária ao processo "revolucionário" (de quem vinha sucessivamente cobrando medidas de coerência - leia-se, endurecimento) que possibilitou a eleição, particularmente, na Guanabara, curral eleitoral de Carlos Lacerda, da oposição. Esta "fraqueza" do regime, pelo acompanhamento de seus pontos de vista expressos ao longo do tempo, a partir de abril de 1964, é o alvo prioritário de suas críticas. Entretanto, há uma proximidade entre as eleições (3 de outubro) e a edição do AI-2 (27 de outubro). Este aumenta os poderes do Executivo e extingue os partidos políticos, além de estabelecer eleições indiretas para a Presidência da República. A proximidade entre os dois eventos, ao lado do acirrar das críticas de OESP, a partir do final de 1965, auxilia a reconstrução futura de uma imagem de resistência ao arbítrio do regime militar por parte do periódico, o que não é demonstrado pela seqüência de suas manifestações na época.

Em janeiro de 1968, pode-se observar uma ampliação das críticas do jornal dirigidas ao Partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ao Presidente da República e ao regime criado pelo golpe de 1964:

*"Incorrigivelmente otimistas, pois aqueles que de modo geral aparentam um grande pessimismo no fundo não são mais do que otimistas insatisfeitos, não foi sem uma certa e longínqua esperança que aguardamos a reunião do diretório nacional da ARENA realizada anteontem no Palácio Tiradentes. No íntimo de nós mesmos, obstinadamente crentes nas virtudes da Democracia, esperávamos qualquer coisa que nos anunciasse nem tudo estar perdido no terreno da política nacional. Os resultados da reunião, como quase sempre, foram um desmentido à nossa expectativa, pois que, recusando-se a encarar a realidade de frente, os que manobram o grande conglomerado amorfo, ao qual o sr. Rafael de Almeida Magalhães aplicou com justiça o termo genérico de rebanho, conseguiram facilmente incutir-lhe uma atmosfera morna, indiferente, levando os participantes à aceitação do mot d'ordre [grifo no original] oficial do protelamento dos debates para o mês de maio futuro e terminando todos por se encaminharem a Petrópolis, onde os receberia, entre displicente e desinteressado pelos destinos da agremiação, o sr. presidente da República. Em resumo, o que se passou não foi senão o que todo mundo já supunha e o que podia dar de si um agrupamento que conta entre seus líderes uma figura política do gabarito do sr. Cerdeira. Mas com tudo isso só podia sentir-se inteiramente satisfeito o sr. marechal Costa e Silva, cuja insensibilidade política [grifo nosso] até agora não lhe permitiu compreender quanto há de ilusório no apoio incondicional que sempre lhe deu e continuará a dar a chamada Aliança Renovadora Nacional."*⁵²

O mesmo editorial prossegue com críticas acentuadas ao próprio regime:

"Amalada a sua tentativa, restou ao jovem deputado pela Guanabara [refere-se a Rafael de Almeida Magalhães] dizer a verdade, toda a verdade, sobre a conjuntura

⁵¹ ATO "atrasado". RJ, UH, 6nov1965. p. 4.

⁵² PASSIVIDADE de mau agouro. SP, OESP, 14jan1968. p. 3.

política nacional. Interpretando o sentir da Democracia brasileira e o que sobretudo nos últimos dias a imprensa livre tem sublinhado, afirmou s. exa., conforme os que o ouviram, já que a censura governamental impediu a divulgação do seu discurso, que o País vive num regime militar de fato [grifos nossos] e se converteu numa área ocupada pelas Forças Armadas, não passando as instituições civis como a ARENA e o MDB de simples massa de manobra e de instrumentos nas mãos dos militares."⁵³

Em fevereiro do mesmo ano, as pesadas críticas dirigem-se à Lei de Segurança Nacional, o Decreto-Lei de 13 de março de 1967:

*"A primeira voz que se levantou no País contra o decreto-lei [sic] de 13 de março de 1967, conhecido como Lei de Segurança Nacional, foi a desta folha. Tão logo o texto foi divulgado, muito antes da promulgação, denunciámos essa iniciativa da Escola Superior de Guerra [aqui a referência mais genérica dirige-se contra o grupo de militares ligados à ESG e denominados de "Sorbonne"] como verdadeira monstruosidade, incompatível com as tradições do Direito pátrio e com a índole do nosso povo. A hora era de ilusões e esperanças infundadas e o monstro não foi então denunciado e combatido como era necessário. Mas nem por isso duvidamos que a Nação jamais se conformaria, submetendo-se a essa aberração criada pelos ideólogos da Sorbonne cabocla. E estávamos certos. A campanha contra o decreto totalitário [grifos nossos] foi pouco a pouco tomando forma até alcançar as proporções que levaram o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil a dirigir-se ao Ministério da Justiça, solicitando a declaração de inconstitucionalidade do art. 48 do famigerado diploma."*⁵⁴

Estas "rebeldias" de OESP que acabariam por culminar, mais tarde, no envolvimento com a censura prévia do regime militar, suas denúncias, nesse momento (1968), da existência de uma censura governamental e dos excessos cometidos pelo governo, aliados à sua colocação, já presente neste segundo trecho, de que foi a voz do jornal a primeira a se lançar contra as arbitrariedades, permitem que seja longamente construída uma imagem de resistência ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 que o periódico utiliza até hoje. Vejamos o seguinte trecho de autoria do cientista político e jornalista Oliveiros S. Ferreira. Este seu artigo foi publicado no caderno especial a respeito dos trinta anos de 1964:

"Apesar de tudo, foi uma época feita para os que sabiam jogar o jogo da guerra [refere-se aos tempos de censura prévia ao jornal]. Uma época em que se podia brincar de 'quem chega primeiro à carta dos terroristas' com a 2ª Seção do II Exército por ocasião do seqüestro do cônsul japonês. Foi uma época em que se investigava tudo - e aí começou a ser demolido o braço empresarial do Estado e começaram as denúncias da miséria, do descalabro do meio ambiente, da situação dos índios. Foi uma luta em que triunfamos, nós da Redação. Uma noite, nos barracos da Cidade Universitária, deparei-me com um quadro negro de mais de um metro quadrado lotado de títulos publicados pelo jornal, portanto liberados pelo censor, um colocado ao lado do outro. Li-os num átimo, e fui para a classe dar minha aula com um palavrão exclamativo e a conclusão: '...que jornal subversivo

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ LIÇÕES de uma vitória. SP, OESP, 11fev1968. p. 3.

estamos fazendo! Aos que o fizeram, estas lembranças de um tempo que era difícil e digno para nós.⁵⁵

No caso de UH/RJ, a trajetória no tocante à denominação do golpe de Estado também passa por alterações significativas.

Inicialmente a indiferença. A negativa da aceitação do golpe pode ser vista como uma estratégia ou mesmo um sinal concreto da pouca importância que se dava ao *putsch*. Em 01/04/1964, UH/RJ falava ainda do discurso de João Goulart pronunciado a 30/03/1964 por ocasião de uma homenagem prestada a ele na Associação dos Sargentos e Subtenentes Polícia Militar. O presidente reafirmara as Reformas de Base e UH/RJ apontava para a crise saindo na defesa de Goulart:

"Depois de ouvi-lo, o povo sente-se mais perto do seu Presidente da República, porque sabe que pode contar com ele para a defesa de seus interesses mais sentidos, mais legítimos. Dos verdadeiros interesses nacionais.

A crise que aí está e que pode transformar-se em guerra civil não decorre da 'indisciplina' dos marinheiros e fuzileiros navais por causa de meia dúzia de reivindicações simples e humanas. A crise é por causa da liberdade que os espoliadores de vários setores tinham, de furtar no preço dos gêneros alimentícios, nos aluguéis e no faturamento fictício e nas remessas de lucros para o exterior. Isto ficou claro após o discurso do Presidente da República e pela posição tomada pelos que furtam."⁵⁶

Depois, no primeiro momento de indignação, o jornal chega a fazer coro com o CM que vive o seu "pesadelo cívico", ao acordar na manhã seguinte ao golpe, com o "espanto dos inocentes", de que seria vítima o próprio General Golbery do Couto e Silva que afirmou, no fim da vida, referindo-se ao SNI, considerado sua criação, haver propiciado o nascimento de um monstro. UH/RJ possui plataforma bastante diversa do CM que havia, ao término do governo Goulart, lançado os históricos editoriais *Basta!* e *Fora!* para tentar conter o que entendia como desmandos do janguismo. Entretanto, reproduz editorial do CM de 03/04/1964, dois dias após ter ocorrido a depredação de UH/RJ, em ataque bastante violento às suas instalações e já denunciado pelo jornal.

A manifestação do CM, reproduzida em UH/RJ, dá conta da indignação contra as violências que vinham sendo cometidas nos primeiros instantes do golpe, considerado pelo jornal como "vitória da Nação".

"A vitória da Nação, em virtude do afastamento do Sr. João Goulart, não pode ser maculada com a onda de arbitrariedade e de violências que a Polícia da Guanabara - a SA que nós já havíamos denunciado quando foi organizada - vem cometendo de ontem para hoje em desrespeito ostensivo a todas as garantias constitucionais."⁵⁷

Carlos Lacerda é responsabilizado pelas violências cometidas:

⁵⁵ FERREIRA, Oliveiros S.. 'Que jornal subversivo estávamos fazendo'. SP, OESP, 31mar1994, p. X3. O professor e jornalista Oliveiros S. Ferreira foi Secretário de Redação (editor-chefe) de OESP de 1967 a 1976. Atualmente é diretor do jornal.

⁵⁶ DISCURSO histórico. RJ, UH, 1abr1964, p. 4.

⁵⁷ TERRORISMO, não! RJ, CM, 3 abr1964, p. 1, reproduzido em UH/RJ, na mesma data, p. 1.

"O que existe, na realidade, é um desabafo patológico do Sr. Carlos Lacerda que procura, na violência, a supercompensação para os dias em que permaneceu em silêncio, amedrontado diante do inimigo quando os julgava dominadores da situação.

Agora ele reage por meio de sua Polícia Política, prendendo e espancando como se estivéssemos em plena ditadura."⁵⁸

Em São Paulo é Ademar de Barros o responsabilizado. Importante notar que o jornal (CM reproduzido por UH/RJ) considera legítima a substituição de Goulart por Ranieri Mazzilli:

"O que se passa no Estado da Guanabara é semelhante ao que se passa em São Paulo. O Sr. Ademar de Barros se julga com o direito de nomear interventores para os órgãos oficiais e de ameaçar o Congresso.

Querem, tanto o governador da Guanabara como o governador de São Paulo, que o Congresso eleja imediatamente um presidente da República e que este presidente seja apatidário.

O Congresso Nacional é soberano e não pode agir sob pressão de ninguém. Assim como reagiu contra o Sr. João Goulart deve reagir contra os Srs. Ademar de Barros e Carlos Lacerda.

O Sr. Ranieri Mazzilli é o presidente da República e o Exército e o povo, que querem preservar a Constituição, a legalidade, a disciplina e o regime democrático, têm obrigação de estar ao seu lado neste momento e recusar qualquer ameaça, o que seria uma humilhação imposta à Nação inteira."⁵⁹

No dia 13/04/1964, delinea-se o caminho a ser seguido por UH/RJ, na sua luta pela sobrevivência. É o *Caminho Pacífico Para a Solução da Crise*, encarado como única saída para o "ressurgimento dos plenos direitos democráticos e constitucionais", apesar de reafirmar sua postura de oposição:

"Reafirmando esta posição [refere-se à luta por uma solução pacífica para a crise], sabemos que dias bem áridos nos aguardam. Não os tememos. Nossa tradição jornalística sempre foi de luta e já passou por provas que talvez nenhum outro órgão de opinião na América tenha conseguido vencer. Continuaremos onde sempre estivemos, enfrentando a ira e as pressões que crescerão contra ÚLTIMA HORA por parte dos setores de extrema direita que hoje mantêm o controle da vida política nacional, como soubemos ontem resistir às manobras do divisionismo e desmoralização que contra nossa posição reformista e democrática partiam dos setores radicais e aventureiros de extrema esquerda.

Dentro de algumas horas um novo governo se instalará no País. Pela sua origem e composição este Governo nos encontrará em oposição."⁶⁰

O futuro presidente recebia um apoio condicionado às suas realizações na orla da plataforma defendida pelo jornal:

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ CAMINHO Pacífico Para a Solução da Crise. RJ, UH, 13abr1964. p. 1.

*"Divergimos politicamente do General Castelo Branco, mas não duvidamos de seu patriotismo. Contará ele com o nosso reconhecimento sempre que se orientar no sentido da defesa de nossas riquezas; sempre que reconhecer e defender as conquistas sociais da classe trabalhadora; sempre que proporcionar à iniciativa privada meios de contribuir para a emancipação econômica do País, sem com isto se julgar colocada acima dos interesses do Estado; sempre que souber resistir às investidas que os grupos monopolísticos internacionais e nacionais certamente tentarão contra as irremovíveis conquistas do nacionalismo brasileiro, como Volta Redonda, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Eletrobrás; enfim, sempre que atuar no sentido de impedir que o ódio, a vingança e as perseguições movidas pelos grupos ora dominantes venham a barrar o caminho das soluções pacíficas para a crise brasileira."*⁶¹

Assim, o jornal começa a delinear seu caminho em relação ao novo estado de coisas estabelecido no País. Firma-se como oposição não radical. Aponta inclusive para a possibilidade de conciliação tendo em vista eventuais bandeiras a serem assumidas. O temor dos excessos, a tentativa de colocar-se entre a "extrema esquerda" e a "extrema direita" será algo recorrente nas preocupações do periódico:

"Repudiando as tentativas de impor ao Brasil um regime de extrema-direita, isto é, um sistema fascista, notório objetivo de um reduzido grupo de dirigentes da revolução, o General Amaury Kruehl falou, estamos certos, em nome da imensa maioria de nossas Forças Armadas e interpretou o verdadeiro sentido da participação decisiva que tiveram no movimento que derrubou o Sr. João Goulart, líderes civis como os Srs. Magalhães Pinto, Ney Braga e Mauro Borges.

Basta um balanço sumário da posição assumida frente àquele movimento pelos principais jornais do País, pelos dirigentes partidários mais responsáveis, não só do PSD, como até mesmo da UDN, para que se constate o horror com que a opinião pública nacional vem acompanhando as manobras do audacioso grupo liderado em particular pelos Srs. Carlos Lacerda e Ademar de Barros, apoiados em ínfimos setores das classes armadas, procurando criar condições para a abolição total do sistema democrático e a imposição de um novíssimo Estado fascista que, como todos os regimes totalitários, acabaria por precipitar o Brasil na maior das tragédias, ou seja, a guerra civil.

Que a desculpa da erradicação do comunismo não sirva de cínica cobertura para a manobra fascista. Em nenhum país do mundo o comunismo é combatido mais eficazmente do que nos Estados Unidos, mas nem por isso suas franquias democráticas sofrem restrição.

*Que os responsáveis pela nova ordem política no País combatam o comunismo e procurem exterminá-lo da vida nacional, é de seu dever, pois foi sob a bandeira de luta contra a infiltração vermelha que os chefes militares da revolução obtiveram o indispensável apoio de vastos setores da opinião pública [grifos nossos], além da colaboração direta de dirigentes democráticos os mais heterogêneos, inclusive alguns que tentaram obter as boas graças do Sr. João Goulart, durante os seus dois anos e meio de governo."*⁶²

⁶¹ Idem, ibidem.

⁶² FASCISMO, Nôa! RJ, UH, 14abr1964. p. 1.

Além da posição já destacada, a meio caminho entre os radicais de "esquerda" e de "direita", começa a ser firmada aqui a posição do jornal que se esclareceria, ao longo do tempo, no sentido de, de um lado, validar o extermínio do comunismo correspondendo a uma atitude de violência que o periódico não aceita para si, e, de outro, o estabelecimento de uma linha divisória entre os setores envolvidos no golpe. Civis e militares aparecem claramente distanciados: civis como Magalhães Pinto e militares como Amaury Kruehl (falando *"em nome da imensa maioria de nossas Forças Armadas"*), separados de civis como Carlos Lacerda e militares (*"infimos setores das classes armadas"*), como o joio do trigo. Os primeiros mereceriam o apoio do jornal e os segundos o seu repúdio.

É neste contexto e segundo estas condições que se introduz no discurso do periódico, como destacamos, o termo *revolução* para representar o golpe de Estado. A *revolução*, entretanto, não será apresentada sempre da mesma forma. Em momentos, UH/RJ faz uso da ironia para falar da *"chamada revolução"* (artigo de 8 de agosto de 1964). Às vezes, num mesmo artigo o termo é grafado de duas ou mais formas diferentes. Em 12 de dezembro de 1964, usa *Revolução* para falar da concepção de Costa e Silva e *revolução* para a concepção do jornal. Algumas vezes, o termo aparecerá aspeado, mas, durante a maior parte do tempo, utiliza-se a grafia normal em letras minúsculas o que se, por um lado, representa, em relação a OESP, uma diminuição do caráter de legitimidade conferido ao golpe, por outro, assume o aspecto de reconhecimento, por parte do jornal, de uma certa legalidade a ele emprestada pelo *"apoio de vastos setores da opinião pública"*.

Ao lado do termo *revolução*, o vocábulo *movimento* quantitativamente assume relevância sendo que os mesmos aspectos de positividade destacados para OESP podem ser apontados para UH/RJ na sua utilização.

UH/RJ utiliza o termo *golpe* em 12/10/1964, meses após a ocorrência do evento, e o faz em meio a uma crítica feroz à gestão do ministro da Educação Flávio Suplicy. Nesse artigo, o jornal não admite a *"referência a uma época aberta a todas as idéias, quando, precisamente, o Governo instaurado pelo golpe de Estado de abril implantou no País a maior perseguição de idéias de que há memória entre nós"*. O ministro (*"um fascista declarado como esse Suplicy, visceralmente hostil a todo debate de idéias"*) e o presidente são instados a não persistirem na farsa da manutenção democrática e a existência do golpe é reafirmada:

*"Mas, seja como for, é irrisório que em face da desoladora realidade da vida universitária no País, a partir do golpe de abril [grifo nosso], persista o Presidente da República, em seus discursos, a querer dar a impressão de que tudo se passa como se estivéssemos no clima da mais perfeita democracia."*⁶³

Outro termo digno de menção, característico de boa parte dos críticos do regime militar brasileiro, é *ditadura*, utilizado, posteriormente, pelo jornal. Trabalha também com a expressão *c(C)ontra-r(R)evolução* que implica numa supervalorização do movimento social que antecede o golpe que, assim, seria desfechado preventivamente para deter a *r(R)evolução* a caminho. Curiosamente o termo que passou a ser utilizado pejorativamente por seus críticos ferrenhos para designar o golpe de 1964, *revolução "redentora"* aparece cunhado no jornal. Em setembro de 1966 são criticadas as manobras (novamente) golpistas de Carlos Lacerda chamado ironicamente de *"tombeur de Présidents"*. As tentativas de golpe do *"Sr. Lacerda e sua corte de militares duros"* (aqui a referência é aos militares da chamada "linha dura") são rechaçadas pelo "povo" (*"Mas a pergunta que o povo faz na rua é esta: derrubar para quê?"*) e pela *"Oposição"*:

⁶³ UNIVERSIDADE e Democracia. RJ, UH, 12out1964. p. 4.

*"A Oposição não quer partir para uma nova revolução 'redentora' [grifo nosso], que devore as raízes do sistema democrático instituindo uma ditadura aberta, que será talvez a porta aberta para a guerra civil."*⁶⁴

Embora cada um dos periódicos localize, de modo prioritário, temporalmente o golpe num momento, as representações criadas para o mesmo são bastantes próximas, bem como podemos encontrar pontos de contato nas atitudes de ambos em relação ao desenvolvimento do regime militar (embora haja divergências quanto ao teor das críticas efetuadas).

O projeto engendrado por OESP, no apoio à conspiração golpista, não se concretiza na prática. Assim, acompanhado, entre outros, por Carlos Lacerda, o pesadelo do periódico é o de se ver enredado na trama perversa do "ganha, mas não leva". Júlio de Mesquita Filho não deixará de reagir enquanto permanecer ativo no jornal.

UH/RJ tinha como uma de suas mais caras bandeiras, a defesa do reformismo que, num dado momento, pode ser confundida com o projeto das "Reformas de Base" do governo João Goulart. Seu ideal de reforma se colocava no clássico dilema de oposição à revolução. Defende constantemente as saídas institucionais. Assim, apesar de se recusar a aceitar, inicialmente, a existência do golpe, aos poucos, aprende a encará-lo e busca destacar o que, na sua consolidação, pode representar uma solução pacífica para evitar o seu maior temor: a guerra civil. Nesse aspecto também se inscreve a alcunha mais utilizada para o golpe pelo jornal: *revolução*. Ao lado da positividade do termo a negatividade para os pressupostos do periódico, enquanto ruptura institucional que se afastou de um caminho das reformas que vinha sendo construído.

Pontos de contato também são localizados se tomarmos a representação feita do presidente Castelo Branco. Castelo Branco, nos dois periódicos, passa paulatinamente de uma posição de aceitação elogiosa à crítica ácida. OESP, inicialmente, destaca suas altas qualidades para o exercício do cargo. Aos poucos, porém, ele vai concentrar as críticas políticas dirigidas pelo jornal ao regime. Seria ele o responsável pelo "desvio de rota da Revolução". Em UH/RJ, num primeiro momento, busca-se exaltar a figura presidencial para depois criticar o seu radicalismo e arbítrio políticos.

Com Costa e Silva, entretanto, a aproximação cede lugar ao distanciamento. Em OESP, inicialmente, o marechal-presidente é apresentado como o antídoto para o governo de Castelo Branco. Porém, logo sua figura é vítima da mesma erosão. Já em UH/RJ, Costa e Silva é apresentado por suas virtudes e, depois, em meio às críticas aos desmandos cometidos em seu governo o chefe do Executivo é apontado, no máximo, como vítima das circunstâncias.

Entendemos estas aproximações/distanciamentos como reflexos dos pressupostos dos dois periódicos que permitem, em determinado momento, posturas análogas e, em outros, posições divergentes.

Embora, posteriormente, OESP vá construir para o jornal, cuidadosamente, uma posição de resistência aos arbítrios cometidos pelo regime militar, podemos observar que suas divergências em relação ao mesmo, neste momento, situam-se noutra direção. Reiteradas vezes, o governo é cobrado da fidelidade aos "princípios revolucionários" o que, pode ser lido, nessas circunstâncias, como exigência de endurecimento político, de não concessões (como por exemplo, a realização das eleições em 1965 que deram a vitória a dois governadores oposicionistas), para preservar os rumos da "Revolução". Assim, entende-se a evolução da figura de Castelo Branco. Num primeiro momento, é ele o representante adequado dentro dos círculos conspiratórios. Porém, sua condução política criticada pelo jornal como oscilante, no ponto de vista de OESP é responsável pelos "desvios de rota" cometidos. Deste modo, Costa e Silva é saudado como restaurador dos

⁶⁴ JOBIM, Danton. Um grito na solidão. RJ, UH, 2set1966. p. 1

caminhos "revolucionários". A ausência de firmeza de sua atitude, entretanto, na concepção do periódico, é responsável pela tibieza institucional que leva ao AI-5.

As preocupações de UH/RJ são de outra natureza. Fiel à sua plataforma assumidamente reformista, saúda o primeiro marechal-presidente no espírito de manutenção da legalidade a qualquer custo, de busca de "soluções pacíficas para a crise". O desenrolar dos acontecimentos, entretanto, faria o jornal apontar os arbitrios cometidos sob seu governo. O presidente ter-se-ia deixado levar por interesses de grupos extremistas. Assim, Costa e Silva também lhes aparece como salvação, como possibilidade de retorno à almejada "normalidade democrática". Sua figura foi, ao contrário da de seu antecessor, preservada devido ao fato de que, a todo momento, o periódico busca salvar o que resta de legalidade ao regime, afastando-se de soluções extremas. Até o final, com o desfecho do AI-5, persistia a crença num encaminhamento conciliatório.

Em nosso entendimento, são as diferentes concepções dos dois jornais que explicam, paradoxalmente suas aproximações/distanciamentos. Em OESP, a atuação dos presidentes é decisiva, Castelo Branco e Costa e Silva são, num primeiro momento, os depositários das esperanças "revolucionárias" e, no momento seguinte, os responsáveis pelos "desvios de rota" verificados. Estamos aqui frente a uma concepção de história em que o rumo dos acontecimentos é representado por um homem, o chefe do Executivo. É ele o mentor dos destinos da população. Em UH/RJ, os presidentes aparecem como parte de um contexto. São atores, mas dependem de uma conjuntura favorável para a realização de seus intentos. Sua concepção de história desloca, do homem para a correlação de forças no agrupamento social, a responsabilidade pelo encaminhamento dos fatos.

Um outro importante aspecto a unir os dois periódicos refere-se à forma como se posicionam frente às pessoas a quem se dirigem, ou seja, na sua relação com o receptor. Observa-se que, no tocante a este aspecto, ambos os jornais entendem que falam em nome de uma *opinião pública* (nacional, brasileira). Neste sentido, o projeto social particular de cada jornal representa, em suas concepções, a *Nação*, indo ao encontro das legítimas aspirações do *povo* brasileiro. Acreditam, portanto, falar em nome desse ente indistinto e genérico que creem representar.

É importante destacar o entendimento de *povo* e *Nação*, que ambos periódicos fazem, como algo homogêneo e indiviso.

Tecendo considerações acerca das construções das imagens de "nacional" e de "popular", e, paralelamente, analisando os processos de criação de identificações na "cultura de massa", Marilena Chauí assim se expressa:

"A proliferação de discursos diversos e diferentes sobre a nação faz com existam muitas 'nações' sob a nação (basta pensarmos nas nações de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Plínio Salgado, Getúlio Vargas, do ISEB, do CPC, dos que realizaram o golpe de 1964), cada uma delas determinando um modo de representar a sociedade e a política, cada qual enfrentando, combatendo e excluindo as outras. E cada qual pretendendo oferecer-se como discurso da 'verdadeira' nação. O fato de que possa haver diferentes discursos sobre a nação, à direita e à esquerda, e uma diversificação desses discursos em cada um dos lados antagônicos, costuma levar, num primeiro momento, a duas atitudes: ou julgamos que é necessário 'aferir' cada um dos discursos com a realidade para decidir quanto à sua verdade ou falsidade, ou julgamos que a nação é uma simples idéia e, sobretudo, uma ficção deliberada nascida do convencionalismo lingüístico e das necessidades do capitalismo. Num segundo momento, porém, podemos mudar o foco da interpretação e considerar que a nação só atinge o estatuto de realidade social,

política, cultural e histórica através do e enquanto enunciado lingüístico. A nação só existe enquanto objeto de um discurso sobre ela e que a constitui como tal. (...) Se nos voltarmos para o popular, podemos chegar a observações semelhantes às anteriores. Não só encontramos o povo como objeto de um discurso (sobre ou para o povo) e como sujeito de um discurso (do povo), como ainda percebemos o mesmo movimento invisível de produção de uma fala que diz o povo [grifos no original] - fala geralmente a cargo do Estado e das vanguardas político-culturais. Como a nação, o povo também serve de suporte triplice ao discurso e às práticas que visam a constituir-lo: suporte empírico (etnias à direita; classes à esquerda), imaginário (pólo aglutinador e unificador das diferenças sociais, políticas e culturais; à direita, polo jurídico, à esquerda, pólo econômico) e simbólico (campo definido a partir de sua distância face ao poder, figurando a comunidade, à direita, e o 'Baixo' contestador, à esquerda). (...)

...a moderna indústria cultural e a cultura de massa nos fazem perceber o fenômeno extraordinário de instauração de identidades e identificações sociais e políticas - 'nós, ouvintes', 'nós, telespectadores', 'nós, leitores' -, graças ao seu oposto, isto é, pela reposição das divisões sociais e políticas e sobretudo das exclusões culturais, pois a identificação é operada enquanto os sujeitos são conservados na qualidade de receptáculos coisificados das 'mensagens'. Nós, consumidores." (Chauí, 1989. p. 114-135).

As questões destacadas acima são de molde a entender *povo* e *Nação* como construções. Preserva-se assim, a existência, na prática social das pessoas, de uma multiplicidade e diversidade que, inclusive, ultrapassam as conceituações rígidas de *classe*.

O historiador inglês Edward Palmer Thompson, ao apresentar no prefácio de sua obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* o próprio título da mesma (que, para nós, acresce-se de problemas de diversidade linguística) e a sua conceituação de classe, faz observações que auxiliam no encaminhamento destas questões:

"Este livro tem um título um tanto desajeitado, mas adequado ao seu propósito. Fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.

Classe, e não classes, por razões cujo exame constitui um dos objetivos deste livro. Evidentemente, há uma diferença. 'Classes trabalhadoras' é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelões, e juntos constituem as classes trabalhadoras.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados. Tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico [grifos no original]. Não vejo a classe como uma 'estrutura', nem mesmo como uma 'categoria', mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas." (Thompson, 1987. p. 9)

Entendemos que as pessoas estão *presentes ao seu fazer-se* e a dinâmica das relações sociais, a todo momento, nos mostra a complexidade dessa atuação.

Se o povo se sentia representado em suas *aspirações* no projeto social delineado por UH/RJ que, em suma, era o mesmo do varguismo e do governo de seu herdeiro João Goulart, por que assistiu passivo à sua derrocada?

Segundo Moniz Bandeira e, relativizando-se as querelas sobre o grau da intervenção norte-americana no desenrolar do golpe de 1964 - como a questão da datação do mesmo, representam diferentes pontos de vista em que estão localizados os intérpretes do período -, a **Operação Brother Sam** demandou extensivo preparo e representou o dispêndio de recursos materiais e humanos que faziam prever uma reação significativa da população... que não houve.

Moniz Bandeira assim descreve o preparo da operação norte-americana:

"O Governo de Washington, naquele momento, acionava a Operação Brother Sam, que consistia na expedição para o Brasil de uma força-tarefa, composta pelo porta-aviões Forrestal, destróieres de apoio, entre os quais um com mísseis teleguiados, navios carregados de armas e mantimentos, bem como quatro petroleiros (Santa Inez, Chepachet, Hampton Roads e Nash Bulk), com um total de 136 000 barris de gasolina comum, 272 000 barris de combustível para jatos, 87 000 barris de gasolina de avião, 35 000 barris de óleo diesel e 20 000 barris de querosene. A fim de atender às necessidades mais prementes dos insurrectos, sete aviões de transporte C 135, levando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça, oito aviões-tanques, um avião de comunicações e um posto aéreo de comando estabeleceriam uma ponte-aérea, ligando as bases norte-americanas e o Brasil. O General Georg S. Brown chefiava a operação, que contaria ainda com a participação de uma força-tarefa ultra-secreta [grifos no original] do Exército, Marinha, Aeronáutica e CIA, posta em ação na base do Panamá, sob o comando do General Breitweiser." (Bandeira, 1983. p. 174-175)

O historiador Hélio Silva observa referindo-se à mesma questão:

"No trabalho pessoal de pesquisa, obtive a informação, de fonte reservada, de que elementos destacados do movimento haviam sido procurados por um estranho personagem, que se dizia grego e representante de um organismo internacional de combate ao comunismo, logo identificado como a CIA. Oferecia armas e tudo o que fosse necessário. Em prosseguimento, teria havido novos contatos, já com o adido militar norte-americano, o então Coronel Wernon Walters e, finalmente, com o próprio Embaixador Lincoln Gordon. Às vésperas da revolução, uma esquadra americana estava em condições de alcançar a costa brasileira para eventual auxílio aos revolucionários, sob a motivação de prestar assistência aos súditos norte-americanos e aos interesses americanos, como foi feito, mais tarde, em São Domingos. Tais entendimentos foram feitos sob a declaração de que não se tratava de intromissão em nossa política interna, mas de apoio ao combate ao comunismo." (Silva, 1978. p. 27)

O ex-embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, falando para OESP, por ocasião dos debates em torno dos 30 anos de 1964, admite o seu "apoio entusiástico" ao golpe e dá uma mostra de suas preocupações no momento que, segundo ele, apontavam para emergência de uma guerra civil ou uma ditadura - temores afastados pelo golpe:

"Ao pensar naqueles dramáticos dias no Rio de Janeiro, há 30 anos, minha lembrança mais intensa é o sentimento de alívio ao acordar na manhã de quinta-feira, 2 de abril. O Brasil que eu havia conhecido e admirado ao longo dos seis anos anteriores - primeiramente como acadêmico na área de desenvolvimento econômico e então como embaixador americano - seria poupado da tragédia de uma guerra civil. O Brasil não se tornaria uma ditadura populista sob João Goulart, um homem sem princípios e bastante ignorante das realidades econômicas, que gostava de manipular o povo e que erroneamente acreditava que poderia imitar nos anos 60 o que Getúlio Vargas havia feito na década de 30 - ou Juan Perón mais recentemente na Argentina. Eu havia ficado temeroso de que se Goulart conseguisse fechar o Congresso, substituir os governadores por interventores, suprimir a oposição na imprensa e nas Forças Armadas, ele poderia então ser derrubado por algum líder mais inteligente e mais capaz, enfeitado pela ideologia marxista e pronto a seguir o exemplo cubano, tanto na política interna como nas relações internacionais. (...)

Devo lamentar minha entusiástica acolhida ao golpe? Teria sido melhor esperar alguns dias até que Goulart tivesse partido para seu autoexílio no Uruguai, abdicando de fato da Presidência. Mas esta é uma questão menor de cronometragem; a essência da posição eu não lamento. As únicas alternativas deixadas abertas em 31 de março - uma guerra civil ou uma ditadura janguista - teriam sido piores."⁶⁵

Paulo Francis, em suas memórias dos acontecimentos, se mostra cético em relação a esta questão, mas por outro lado traz - de sua forma pouco convencional - a problemática da ausência de reação:

"Há, naturalmente, a história de Brother Sam, admitida, me afirmam, por Lincoln Gordon. O embaixador dos EUA ficou zozado com as oscilações de Jango e temia que o país fosse 'perdido' para o comunismo. Pelo que foi divulgado, havia quatro ou cinco navios-tanques para abastecer as forças anti-Jango, caso a CGT deflagrasse greve paralisando o fornecimento de petróleo aos militares. Gordon, também favorecia mostrar a bandeira dos EUA, no Brasil. Esses navios e possíveis fuzileiros navais, com a bandeira, atracariam e se mostrariam em Santos, estado de São Paulo. Walters, em meados de 1963, foi tirado da Itália, e veio assessorar seus ex-companheiros de FEB no Brasil. Como o governo Goulart caiu de podre, nada disso foi necessário." (Francis, 1994. p. 94-95)

Moniz Bandeira procura uma explicação para a ausência de reação. Porém, novamente a menção a uma guerra civil iminente, em nossa concepção improvável, pela própria fala dos atores. Em que pesem eventuais discordâncias quanto às suas concepções unificadoras de classe e o aspecto monolítico do Estado, o trecho abaixo é esclarecedor:

"Ele [refere-se João Goulart] resistiria, é claro, se tivesse condições de sufocar o levante, sem mergulhar o País na guerra civil e provocar a intervenção armada dos Estados Unidos. Mas todas as iniciativas, que tomara para conter o movimento, fracassaram. Nomeara o General Âncora, Ministro da Guerra e o General Benjamin Galhardo Chefe do Estado-Maior do Exército (EME) e nenhum deles pôde impedir que o dispositivo militar do Governo se desmoronasse. Os oficiais do

⁶⁵ GORDON, Lincoln. "Por que apoiou o movimento de 1964". SP, OESP, 27mar1994. p. D3. (Especial *Domingo).

Regimento Sampaio se congraçaram com os revoltosos. Os aviões da Base Aérea de Santa Cruz, sob o comando do Coronel Rui Moreira Lima, não decolaram para bombardear a coluna de Mourão Filho ou as tropas de Krueel. Não receberam ordem e, se a recebessem, não poderiam voar, porque fazia mau tempo na direção tanto de Minas Gerais quanto de São Paulo. Os oficiais nacionalistas e legalistas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, aferrados à disciplina, não tomaram qualquer iniciativa, à espera de ordens, que nunca chegaram.

Por sua vez, como Goulart salientou,

'os sindicatos, que contavam com a ação militar defensiva, viram frustradas suas esperanças e seus líderes, desorientados, não tiveram condições para uma rápida organização'.

A greve geral, convocada pela CGT, restringira-se assim a algumas áreas dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, terminando por se voltar contra o Governo, pois a paralisação dos transportes dificultou a mobilização popular. As ruas do Rio de Janeiro ficaram vazias. Era consequência da política de conciliação, da perspectiva nacional-reformista, das ilusões democráticas, não só de Goulart como de vasto segmento da esquerda, que não avaliara devidamente o caráter de classe do Estado e o papel das Forças Armadas no seu conjunto, e não se armara, material e ideologicamente, para enfrentar o golpe de Estado. Os trabalhadores, sem um programa de reivindicações políticas próprias não se bateram e se deixaram violentar, sem a menor resistência." (Bandeira, 1983. p. 181-182)

Por outro lado, se as *aspirações populares* condiziam com as dos conspiradores e a *Nação "exigiu"* a queda de Goulart, como quer fazer crer OESP não nos parece que o "entusiasmo do *povo*" tenha ultrapassado a orquestrada *Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade* que antecede o golpe, realizada em 19/03/1964, em São Paulo.

Senão, não se justificaria tamanho esforço na construção da imagem de *Revolução* para o golpe, na propaganda dos "sucessos econômicos do regime do milagre", nos slogans encomendados do "Brasil ame-o ou deixe-o".

Estas considerações corroboram a nossa concepção de que, embora crendo falar em nome do *povo* e da *Nação*, ambos os jornais falaram em nome de segmentos sociais restritos da sociedade, cujos interesses representavam através de seus respectivos projetos sociais.

1.2. Distanciamentos

Entretanto, acompanhando-se ao longo do tempo a atuação destes dois periódicos, existem inúmeras possibilidades de analisar distanciamentos. Nesta direção, gostaríamos de dar relevo a alguns pontos em que reina a discordância entre os dois jornais e que, ao mesmo tempo, são reveladores de projetos sociais e comportamentos distintos frente ao Estado Autoritário brasileiro pós-64.

Uma figura de certo relevo na época é tratada de forma absolutamente antagônica nos dois jornais. Referimo-nos ao jornalista e político Carlos Lacerda.

Por razões opostas, os dois jornais insistem, em momento em que a sua figura já se encontrava em ocaso político, em trazê-lo constantemente à tona do semi-ostracismo a que o próprio regime militar o fora lentamente confinando, o que acabaria acontecendo com o AI-5.

OESP lhe dedicava a mais intensa e, praticamente, irrestrita admiração, o que, em se tratando do jornal que a quase todos, inimigos ou correligionários, destinava ácidas críticas, é absolutamente digno de nota. Com ele compartilhava os anseios políticos que eram os da UDN da qual era, pelo periódico, considerado o líder. Respeitava, porém, além do político, o homem Carlos Lacerda. Natural, portanto, que se preocupasse em mantê-lo à tona, em momento que deveria ser o da sua maior glória, mas que acabou se convertendo, paradoxalmente, no seu lento mas constante naufragar.

As apaixonadas palavras de Ruy Mesquita, colocadas no Prefácio do livro **Depoimento de Carlos Lacerda**, citado em Caderno Especial do JT, por ocasião dos 30 (trinta) anos do golpe de 64, são uma mostra clara do que representava para o jornal:

"O Carlos que vinha do Rio para São Paulo apenas para ver os roseirais floridos na Chácara Roselândia, no caminho de Cotia, ou para comprar passarinhos na cidade de Limeira - uma ocasião encontrei-o no seu quarto no hotel Jaraguá com mais de trinta gaiolas -, o Carlos que amava na vida tudo que a vida tem de amorável, esse Carlos que nunca saía nos jornais, esse era o verdadeiro, o que explicava o outro da imagem deliberadamente distorcida.

A tudo que fazia se entregava totalmente, em tudo que fazia acreditava irrestritamente. Lembro-me de uma ocasião em que me encontrou num momento de desalento em que a fé começava a me faltar. Então ouvi dele a repreensão amiga: 'Olhe, se você não acredita no que está fazendo é melhor não fazer nada'.

O homem que amava o belo, que amava o inteligente, que amava o justo, que amava a vida porque a vivia mais intensamente que ninguém, que amava, em primeiro lugar, a liberdade da qual extraía tudo que ela pode dar aos homens verdadeiramente inteligentes e só a eles, não podia se conter, não controlava a sua impaciência diante do feio, do grotesco, da estupidez, da irracionalidade, da injustiça e da iniquidade."

O grupo de interesses representados na empresa da qual OESP faz parte e Carlos Lacerda eram, antes de mais nada, correligionários políticos. Através da UDN, haviam estado juntos em campanhas, particularmente a que contribuíra para derrubar João Goulart, e partilhavam opiniões, visões de mundo, posturas frente à vida e à sociedade. Juntos acreditaram que, dentro do futuro político de Lacerda, após o golpe de 1964, estava (provavelmente, em 1965) a Presidência da República. Ruy Mesquita prossegue buscando explicar a controvertida figura:

"Carlos Lacerda, que jamais procurou esconder o seu objetivo final, que era o de chegar ao poder democraticamente para melhor promover o seu ideal democrático, em nenhum momento deixou de ser fiel a si mesmo. Com a inteligência que Deus lhe deu, sabia perfeitamente, em todos os momentos, com quem estava a maioria. Sabia que nem sempre a maioria tem razão, ou melhor, que num país do nível cultural do Brasil, totalmente vulnerável à propaganda ideológica e à mistificação, quase nunca a maioria tem razão."

Mas, há dois tipos de líderes: o falso líder, que é apenas aquele que, captando na atmosfera política as tendências predominantes, simplesmente as endossa e coloca-se na crista da onda, não para conduzir mas para ser conduzido ao seu objetivo; e há o verdadeiro líder, que é em síntese, aquele que, pela excepcionalidade de sua lucidez, de sua sensibilidade, de sua inteligência, divisa antes dos outros o verdadeiro rumo do interesse da coletividade e procura conduzi-la para lá. Esse verdadeiro líder, que é o que foi Carlos Lacerda, jamais se coloca na crista das ondas, mas quase sempre é obrigado a enfrentar a 'onda' (...). Esse só conduz,

jamaiz é conduzido e só pode conduzir depois de conquistar, pelo convencimento dos demais, da maioria dos demais."

Maria Victória Benevides busca caracterizar o agrupamento udenista:

"Ampla frente partidária - no dizer de José Américo uma 'unidade milagrosa' -, a UDN surge como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas. Adversários cordiais, velhos inimigos, desafetos jurados reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Getúlio Vargas e derrocar seu regime: as oligarquias destronadas com a revolução de 30; os antigos aliados de Getúlio marginalizados depois de 30 ou em 37; os que participaram do Estado Novo e se afastaram pouco antes de 1945; os grupos liberais regionais; as esquerdas não vinculadas ao Partido Comunista. Com o passar do tempo a UDN evolui para uma maior unidade política, mas nunca transcendeu as origens antigetulistas, sua razão de ser." (Benevides, 1989. p. 34)

Aqui, no antigetulismo da UDN, podem ser encontrados, tanto elementos de contato de Lacerda com OESP, como parte do antagonismo visceral entre ele e UH/Samuel Wainer. Maria Victória acentua este aspecto observando que Lacerda *"o mais brilhante enragé [grifo no original] da direita udenista, dependeria, quase que exclusivamente, de seus sentimentos de atração-repulsão pela imagem de Getúlio"* (Benevides, 1989. p. 34). Segundo a mesma autora, Getúlio era também o elemento de discórdia entre o PSD e a UDN que, ambos, *"partidos da ordem"*, defensores da mesma política agrária e salarial, e com o mesmo apoio à participação do capital estrangeiro, se distanciavam apenas na origem pró ou contra Getúlio. Assim, PSD e UDN localizavam-se em campos opostos em relação com a intervenção estatal, admitida pelo primeiro e rechaçada pelo segundo. Maria Victória ainda acrescenta que Getúlio explica, em parte, o distanciamento dos dois partidos que teriam tudo para compor. Como o fazem, de fato, em 1964, isolando o PTB e Goulart, e como o fizeram, mais tarde, na composição em torno da ARENA.

Novamente, o Getulismo é o elemento-chave que contribui para explicar a posição do PTB e sua vinculação com UH/Samuel Wainer. Apesar de a UDN, o PSD e o PTB poderem ser considerados *"criaturas de Getúlio"*; apesar de Getúlio haver criado as bases da aliança PSD-PTB que atuaria ao longo de quase duas décadas, o PTB era considerado *"o partido de Getúlio"*, entre outros elementos, pela política desenvolvida pelo ex-ditador em relação à organização e regulamentação legal da situação das classes trabalhadoras, que lhe valera, inclusive, o epíteto de *"pai dos pobres"*. Neste contexto, se enquadra a vinculação de UH/Samuel Wainer com Getúlio e o PTB e, de outro lado, seu distanciamento da UDN e Carlos Lacerda. O jornal, ao lado da defesa da democracia e do nacionalismo, pretendia ser intérprete e defensor dos anseios das camadas populares.

Além disso, UH/RJ tinha motivos históricos para se indispor com Lacerda. Este e Samuel Wainer haviam sido amigos e, depois que ambos fundaram seus respectivos jornais, acentuou-se uma inimizade que o passar do tempo só fez aprofundar e que só se encerraria com a morte de ambos. Ao lado dos motivos políticos, entretanto, pode-se dizer que fatores pessoais distanciavam estes homens numa luta que atingia as raízes da irracionalidade. Pode-se captar um pouco deste clima nas memórias de Wainer:

"Quando a Última Hora nasceu, Carlos Lacerda foi assaltado por um ódio ferocíssimo, permanente. Era preciso destruir meu jornal, sob o pretexto de que a Última Hora representava uma ameaça à imprensa brasileira. Na linha de raciocínio de Lacerda, era preciso provar que a Última Hora recebera irregularmente dinheiro do governo, para liquidar o jornal e, em seguida, destruir

Getúlio Vargas. Ele não me faria mal algum, entretanto, se contasse exclusivamente com seu próprio jornal - a Tribuna da Imprensa não encontrava ressonância, era uma ficção jornalística. O problema é que Lacerda logo seria auxiliado por Assis Chateaubriand, que lhe franquearia o acesso à TV Tupi, e por Roberto Marinho, que pôs a rádio Globo à sua disposição. No seu livro de memórias, por sinal, Lacerda afirma que, ao receber esse tipo de ajuda, sentiu-se invencível.

Eu devo a minha projeção histórica, basicamente, a três fatos. O primeiro foi ter resgatado na fronteira gaúcha um homem que chegaria à Presidência da República nos braços do povo. O segundo foi ter encontrado um inimigo como Carlos Lacerda. O terceiro, que só mais tarde eu compreenderia em suas reais e enormes dimensões, foi ter criado um jornal tão revolucionário que sobreviveria a campanhas de extermínio e crises de todos os tipos." (Wainer, 1988. p. 140)

"Creio que uma das razões de minha sobrevivência como homem e como profissional foi a dignidade que sempre mantive em relação a Lacerda, a coerência de minha postura durante a luta e depois dela. Jamais admiti a possibilidade de acordos, jamais cogitei de qualquer espécie de acerto. Aceitei o combate, e soube enfrentá-lo de peito aberto. Hoje, tenho consciência de que o grande papel da Última Hora, neste aspecto, foi desmistificar a imagem de Carlos Lacerda. Nós o mostramos ao país como ele realmente era, golpeamos duramente a imagem que Lacerda pretendia tornar oficial. Se algum jornal tivesse desempenhado papel semelhante no começo da ascensão de Adolf Hitler, a história da Alemanha - e do mundo - poderia ter sido outra.

Esse pensamento me ocorreu quando ouvi, no rádio do carro, a notícia da morte de Carlos Lacerda. Ele foi o responsável direto pela interrupção do processo de consolidação econômica da Última Hora, impedindo que se consolidasse no Brasil a imprensa genuinamente popular. Em contrapartida, meu jornal impediu que ele se tornasse um ditador." (Wainer, 1988. p. 179-180)

Amado ou odiado, entretanto, até a edição do AI-5, momento de seu ocaso definitivo, Carlos Lacerda será figura igualmente onipresente nos dois jornais, de um lado, aproximando-os pela constância da presença e, de outro, distanciando-os pelo caráter dos epítetos utilizados.

Neste editorial, OESP critica os "desvios da Revolução" aproveitando para elogiar Carlos Lacerda:

"Muito poucas vezes na sua brilhante e já larga carreira política terá o sr. Carlos Lacerda dirigido à Nação palavras que melhor retratassem a realidade. Analisando a esdrúxula posição em que acabou por se colocar o governo, traçou s. exa. com extrema clareza e precisão o quadro em que se debate a situação oriunda do movimento do 31 de março."⁶⁶

A propósito de uma eventual prorrogação do mandato de Castelo Branco, OESP aproveita para elogiar as virtudes do candidato Carlos Lacerda:

"Muito poucos gestos de s. exa. terão ferido tão profundamente as esperanças que em certas altas esferas políticas se alimentavam a respeito da probabilidade de arrebatarem ao sr. Carlos Lacerda as possibilidades de ver referendada em 1966 pelo País a sua candidatura à Presidência. Quanto a isso, são decisivos os efeitos

⁶⁶ UM pronunciamento histórico. SP, OESP, 14fev1965. p. 3.

*da exclusão do sr. marechal Castelo Branco como candidato a outro período presidencial, pois coloca o grande líder da democracia liberal em condições de concorrer praticamente sozinho, visto não haver no País mais ninguém capaz de lhe disputar as preferências do eleitorado. Os dias sucedem-se aos dias, e em parte nenhuma se deslumbra se quer um nome que nesse terreno se avante, ou simplesmente se compare ao do sr. Carlos Lacerda.*⁶⁷

Contrariamente, a respeito do mesmo apetite eleitoral de Carlos Lacerda que o faz mudar de posição constantemente, UH/RJ critica-o duramente:

"No que diz respeito à prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco, o governador da Guanabara age por exclusivo interesse pessoal de candidato. Convenceu-se, certo ou errado, de que o seu dilema é 65 ou nunca. E lança-se, com habitual fúria, na defesa de seu interesse, atropelando argumentos de retórica que sempre traz, no seu arsenal de agitador - quantum satis.

*O transformismo político do sr. Carlos Lacerda pode fazer dele, agora, um 'civilista', um 'nacionalista', um defensor de eleições livres nos sindicatos, um —paladino da sobrevivência da UNE. Amanhã, com a mesma facúndia verbal, tomará posição diametralmente oposta. Sua carreira está cheia dessas contradições. Megalomaniaco, vê tudo em função de si mesmo - coisas, idéias e homens.*⁶⁸

Ao mesmo tempo em que a figura de Carlos Lacerda se delineia de forma oposta nos dois periódicos, movimento semelhante se desenrola em relação à UDN e à chamada "Frente Ampla".

Ainda falando a respeito da prorrogação do mandato de Castelo Branco, OESP destaca a importância do papel da UDN:

*"A UDN, como já o afirmou o sr. presidente da República, é incontestavelmente o Partido da Revolução. Conseqüentemente, não se pode compatibilizar com qualquer medida sucetível de ser aproveitada por pessedistas, petebistas, peleguistas ou comunistas, para vibrarem na Revolução um golpe capaz de a aniquilar. É necessário, entretanto, que a UDN, e sobretudo a sua cúpula, se capacitem de que representam realmente a idéia-força que possibilitou a vitória do movimento de 31 de março e de que sem a coesão indestrutível do grande Partido nada se conseguirá. E o País não pode estar sujeito à iminência de nova comoção, que seria a consequência inevitável de uma cisão de grandes proporções no Partido do Brigadeiro.*⁶⁹

Criticando a não aceitação, por parte de alguns setores, do resultado das eleições de 3 de outubro de 1965, UH/RJ expressa sua opinião acerca da UDN e também sobre Carlos Lacerda:

"Quem dirige, em nosso País, a grande e permanente conspiração? É um partido eternamente frustrado porque o povo o rejeita, a União Democrática Nacional. É um líder que se especializou em destruir e que entra em desespero cada vez que o

⁶⁷ BOAS notícias. SP, OESP, 11jul1965. p. 3.

⁶⁸ PRINCÍPIO e tática. RJ, UH, 13jul1964. p. 4.

⁶⁹ A UDN e a questão dos mandatos. SP, OESP, 12jul1964. p. 3.

*Pais escolhe um programa positivo, de progresso e desenvolvimento: Carlos Lacerda.*⁷⁰

Entretanto, a partir de 27 de outubro de 1965, com a edição do AI-2 (Ato Institucional número 2) e com a extinção dos antigos partidos políticos, substituídos pelo partido da situação, a ARENA e de oposição, o MDB, a UDN sai de cena e perde espaço nos comentários dos periódicos. As eleições processadas nesse mesmo mês para governadores estaduais em alguns Estados serão, todavia, motivo de grandes embates nos dois jornais. De um lado, observa-se UH/RJ preocupado em defender a liberdade no processo eleitoral ameaçada com diversas intervenções casuísticas que procuravam impedir determinados candidatos que concorriam em seus Estados. É o caso do Marechal Lott, bloqueado na sua tentativa de concorrer no Estado da Guanabara por razões de temporalidade de domicílio eleitoral. De outro, acompanha-se OESP extremamente preocupado com o resultado das eleições e, particularmente, com a vitória de candidatos oposicionistas na Guanabara (Negrão de Lima) e em Minas Gerais (Israel Pinheiro). A cobrança do jornal vai na direção de pedir medidas de endurecimento político para ver continuada a "obra saneadora da Revolução".

Em abril de 1965, UH/RJ criticava os obstáculos interpostos pelo governo no sentido de deter a marcha eleitoral o que poderia transformá-la numa farsa:

"Todo mundo reconhece no Presidente da República o coordenador natural das correntes que apoiam o Governo. No sistema presidencial, é ele o chefe incontestável do conjunto de forças da situação.

Mas o Presidente não exerce a liderança das forças da oposição, por isso não tem o direito de intervir na escolha dos candidatos oposicionistas. Seu dever, pelo contrário, é assegurar aos adversários do Governo as condições necessárias a que participem do processo político, e com plena liberdade de decisão e movimentos.

Quando o Presidente da República se serve de sua posição privilegiada para vetar candidatos na área oposicionista, não está somente exorbitando de seu direito, mas traindo o seu dever. Está violando a Constituição e impedindo o funcionamento do regime ao falsear a autenticidade do processo eleitoral.

Uma eleição em que um partido político é obrigado a fazer candidato ou 'eleger' alguém que não foi escolhido por ele, mas precisamente pelo chefe das forças que lhe são adversas, representa na realidade uma farsa. Uma farsa que qualquer nação semicivilizada jamais suportaria.

*Estamos dizendo este truísmo - e é uma vergonha que tenhamos de escrevê-lo no Brasil, em 1965 - porque já ecoam nos jornais os rumores de que a 'revolução' vai vetar determinados candidatos a Governos estaduais.*⁷¹

Dias depois do resultado das eleições de 1965, OESP indignado repelia o resultado e culpava por ele o governo, especificamente, o presidente Castelo Branco:

"Consideramos, tal como o sr. Carlos Lacerda, o presidente Castelo Branco o único responsável pela calamitosa situação política em que o País se encontra. Não, evidentemente, porque ignoremos a existência e as manobras do grupo que sub-repticiamente foi envolvendo s. exa. e arrastando-o para o desastre em que caímos todos. Mas nem nos cabe individualizar, um por um, os que dentro desse grupo mais se tenham destacado na obra de solapamento da Revolução, nem s. exa. permitiria

⁷⁰ CONSPIRAÇÃO. RJ, UH, 9out1965. p. 4.

⁷¹ JOBIM, Danton. Eleições ou farsa eleitoral? RJ, UH, 12abr1965. p. 1.

que outra responsabilidade se sobrepusesse à do presidente da República. Mais de uma vez s. exa. tem declarado ser o único responsável pelos atos do seu governo. Sendo assim, só ao presidente Castelo Branco e a mais ninguém nos é lícito assacar as culpas pelo desastre eleitoral que as forças identificadas com a revolução sofreram nos mais importantes Estados do Brasil."⁷²

Este resultado eleitoral, considerado como julgamento negativo do golpe de Estado de 1964, há pouco mais de um ano de sua efetivação, constitui-se em importante divisor de águas para setores que o apoiaram, caso de OESP e de Carlos Lacerda. O descontentamento do jornal com o rumo tomado pelo "movimento revolucionário" que apoiara tenderá a se acentuar gradativamente. No caso de Carlos Lacerda, há um agravante prioritário para aumentar seu desconforto com a "Revolução". O ex-Governador da Guanabara via cada vez mais distante a sua tão sonhada escalada para a Presidência da República. Nesse clima, entre 1966-68, Lacerda converter-se-á no grande articulador da "Frente Ampla".

Márcio Moreira Alves⁷³ narra as articulações feitas para a montagem da "Frente Ampla". Segundo ele, naquele momento, Lacerda já estava rompido com o governo que ajudara a criar. A ponte entre o ex-governador e Juscelino Kubitschek foi feita pela deputada Sandra Cavalcanti. Os dois (Juscelino e Sandra) se conheceram em Nova York:

"A Frente Ampla começara como uma conversa entre a deputada Sandra Cavalcanti, de passagem por Lisboa, e Juscelino Kubitschek, impaciente com o exílio. Aliás, começou antes, na boate nova-iorquina El Morrocco, onde Sandra fora com dois casais amigos. Em uma mesa próxima estava Juscelino, em companhia do ex-rei da Romênia, Miguel, conhecido como rei dos chatos no mundo inteiro. Sandra e Juscelino nunca se tinham encontrado, fizeram excelente camaradagem e acabaram dançando um memorável tango. Comentaram a desilusão de ambos com os rumos da política brasileira. Ao voltar para o Rio, Sandra relatou a conversa a Carlos Lacerda, que começava a pensar em um encontro com o ex-presidente." (Alves, 1993. p. 130)

Lacerda autorizou Sandra a fazer a ligação entre ele e Juscelino. Isso foi feito em Portugal. Márcio Moreira Alves prossegue narrando a estruturação do grupo:

"A primeira reunião, ainda de sondagens, foi realizada em casa do jornalista Hélio Fernandes, dono da Tribuna da Imprensa, jornal fundado por Lacerda, que terminaria por redigir o manifesto que explicitava os objetivos do grupo. Renato [refere-se a Renato Archer, nomeado por Juscelino, seu representante nas negociações], um encantador mestre da conversa política, tinha bom trânsito entre os antigos parlamentares de todas as origens e, embora em posições opostas, fora colega de Lacerda na Câmara. Após relutar um pouco, assumiu a tarefa a partir da terceira reunião do grupo, e, com sua capacidade de articulador, terminou por representar tanto Juscelino como João Goulart, cujo representante oficial era o ex-deputado e ex-ministro da Saúde Wilson Fadul, nos entendimentos com Lacerda e com o PCB." (Alves, 1993. p. 130-131)

⁷² O caminho certo. SP, OESP, 10out1965. p. 3.

⁷³ ALVES, Márcio Moreira. 68 mudou o mundo. RJ, Nova Fronteira, 1993.

Márcio Moreira Alves também observa que, em suas Memórias, Lacerda coloca que o principal objetivo da "Frente" era considerar a "Revolução" algo irreversível, mas, a partir dela fazer alguma coisa. Este "o que fazer" seria, entretanto, bastante variável, dada a "amplitude" das alianças de inimigos históricos como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart; o primeiro, um dos principais articuladores do golpe de 1964 e dele alijado em suas ambições em meio ao processo; o segundo que teria ficado numa posição omissa segundo alguns e participante segundo outros, mas que fora um de seus alvos prioritários e o terceiro, derrubado pelo golpe e no exílio desde então. Motivações diversas moveriam esses homens públicos e o que, eventualmente, os unificava era o descontentamento com o atual estado de coisas e o desejo de mudanças.

Segundo o ex-deputado e jornalista Márcio Moreira Alves, a "Frente Ampla" não representou nada mais que uma articulação das "elites dominantes" do País, sem penetração popular e sem a importância que os militares acabaram lhe dando quando se atemorizaram com as andanças de Lacerda. Enfim, por ato do Ministro da Justiça Gama e Silva, a "Frente" foi colocada na ilegalidade, e representou, praticamente, a última "entrada em cena" para esses três "atores políticos" que deixariam definitivamente a "ribalta" na segunda metade dos anos 70.

OESP e UH/RJ reagem de forma diversa à "Frente Ampla". Enquanto OESP, acompanhando o seu "líder", considerava o aglomerado que a compunha como as "*forças feitas para vencer*", UH/RJ tratava de modo pejorativo a articulação, num primeiro momento, colocando em dúvida a participação de Juscelino (que tinha em elevada conta) e, quando esta se torna indubitável, tomando-a como um erro dada a presença de seu maior articulador, Carlos Lacerda.

Em fevereiro de 1967, OESP saúda a "nova agremiação" acreditando que viria ocupar o lugar da ARENA e do MDB que merecem o repúdio do jornal:

*"Pelo que nos chega de Brasília e do Rio de Janeiro, pode-se desde já pressupor que se vai abrir um hiato profundo entre a situação presente e a que terá início a partir de 15 de março próximo no terreno da política nacional. No Congresso, como prevíamos - e ao contrário do que imaginava a pouca ciência do sr. presidente da República - parece ser já indiscutível uma reformulação em grande escala das forças que o compõem, e isso em prejuízo tanto da ARENA como do MDB, organizações totalmente artificiosas que jamais corresponderam à subestrutura social da Nação. Ao que tudo indica, ambas se encontram já em franca desagregação para dar lugar a uma recomposição de grupos dos quais surgirá, como o partido provavelmente mais forte do Parlamento, algo muito aproximado da instituição partidária ideada pelo sr. Carlos Lacerda. É tão forte essa tendência que já se dá por ultrapassado o número mínimo de membros seus com assento tanto na Câmara como no Senado da República exigido pela lei. Com efeito, assegura-se em boa fonte que, não obstante as imposições formais do ditador, oito senadores da ARENA já se comprometeram com os dirigentes da nova agremiação, ao mesmo tempo que somam 49 os deputados tidos como formando parte integrante dessa chamada 'Frente Ampla'."*⁷⁴

Em setembro do mesmo ano, UH/RJ, a propósito de Juscelino Kubitschek, se refere à "Frente Ampla", em termos não tão entusiásticos:

"O Governo resolveu mesmo interpelar o Sr. Juscelino Kubitschek sobre sua participação em reuniões de caráter político. Assim não se confirmou que o Presidente da República tomara a decisão de suspender essa diligência."

⁷⁴ O fim de uma era de erros. SP, OESP, 12fev1967. p. 3.

Foi um erro.

Em primeiro lugar, conversar não é crime; o ex-Presidente não tomou parte em qualquer assembléia partidária, pois os partidos que conhecemos são apenas dois, Arena e MDB, não chegando a Frente Ampla a ser um clube, quanto mais uma agremiação partidária. Se é certo que o Sr. Juscelino discreto em casa do Deputado Archer, com outros políticos sobre a Frente, não violou nenhum estatuto de cassados. Estatuto que, aliás, não existe, senão no mórbido espírito dos que não querem encerrar a fase repressiva do movimento iniciado em 65.

Em segundo lugar, que interesse pode ter o Governo em perseguir a Frente Ampla? Antes admitimos que alguns membros da Frente é que devam estar ansiosos para que se façam vítimas nas escassas fileiras da mesma.

E o Sr. Kubitschek é a vítima ideal.

Não importa a esses patriotas o que venha a acontecer a JK. O sacrifício será útil à causa. E, como a causa da Frente se confunde com a do Sr. Lacerda, segue-se que uma violência contra Juscelino beneficiaria ao próprio Lacerda, que não é cassado e formula planos para sucessão em 1970." ⁷⁵

Outro ponto de distanciamento entre os dois órgãos de divulgação coloca-se no tratamento que dão à política econômica desenvolvida pelo Estado Autoritário brasileiro pós-64.

Não é nosso objetivo discorrer longa e profundamente acerca de políticas econômicas brasileiras. Entretanto, tendo em vista a importância do tema para os dois periódicos, bem como para a montagem do próprio Estado Autoritário, é importante que nos detenhamos em algumas considerações.

Não se pode pensar de forma homogênea esta política econômica sob pena de nos atrelarmos às explicações dos chamados "modelos de desenvolvimento", entendidos no plano macro que perdem as diversidades temporais e de conjuntura internacional. Entendemos que se pode sim observar que existe uma mudança de orientação geral separando o período que antecede o golpe de 1964 e o que o sucede. Em termos genéricos, encerrava-se a fase nacionalista de busca de um desenvolvimento autônomo que havia sido iniciada com Getúlio Vargas e que passara por transformações até o governo de João Goulart e entrava-se de cabeça - o que já fora ensaiado no governo Kubitschek - numa orientação econômica voltada para o desenvolvimento baseado na captação de recursos externos, tanto financeira como tecnologicamente.

Neste período a que inicialmente nos dedicamos, as pastas da Fazenda e Planejamento do governo Castelo Branco foram entregues aos ministros Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, e no de Costa e Silva, para Hélio Beltrão e Antônio Delfim Netto. Indubitavelmente, existem diferenças de orientação entre essas duas duplas. Estas diferenças são reconhecidas por seus próprios mentores.

Roberto Campos falando sobre o período assim observa:

"A Revolução de 1964 não pode ser encarada como um todo homogêneo. Houve quatro fases distintas. A primeira fase, no governo Castelo Branco, foi a fase da reconstrução da economia e do aparelho do Estado. A segunda fase, que abrangeu os governos Costa e Silva e Médici, foi a fase do êxito econômico, que passou a chamar-se 'milagre brasileiro'. A terceira fase, com Geisel, foi o ajustamento à primeira crise do petróleo, por meio da ênfase sobre a substituição de importações.

⁷⁵ JK e o Governo. RJ, UH, 11set1967. p. 4.

*A quarta fase, final, foi a do governo Figueiredo, uma fase nitidamente de esgotamento do modelo e de abertura política culminando na redemocratização.*⁷⁶

Os críticos do regime, entretanto, também reconhecem diferenças que ultrapassam questões de estilo. Márcio Moreira Alves narra o procedimento de Delfim Netto ao assumir o ministério da Fazenda (1967). Segundo ele, a preocupação inicial foi a de estabelecer a liderança no ministério do Planejamento (ocupado por Hélio Beltrão) que fora de Roberto Campos:

"Depois, tratou de reverter a política de seu padrinho político, Roberto Campos, a quem devia as indicações para a Secretaria da Fazenda de São Paulo, em 1966, e para o próprio ministério.

Reverter, no caso, consistiu em mudar as prioridades da política econômica que haviam sido impostas a ferro e fogo durante o governo Castelo Branco. Essa política, que provocara uma brutal recessão, parecia muito com a que sucessivos ministros da economia implementaram a partir da segunda metade do governo Sarney, no final da década de 1980: aumento de impostos, cortes nos gastos públicos, arrocho salarial, arrocho no crédito, eliminação de subsídios e aumento das tarifas públicas (energia elétrica, telecomunicações, transportes, enfim, todos os serviços que o governo fornece à população). Isso corresponde às medidas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para todos os países do mundo, estejam eles em dificuldades permanentes ou provisórias, sejam plenamente industrializados, como a Inglaterra, semi-industrializados, como era o Brasil da época, ou quase tribais, como o Zaire, antigo Congo Belga.

Até aquela época, e desde então, essas receitas nunca conseguiram fazer com que um país pobre ficasse mais rico ou que os pobres de algum lugar melhorassem de vida. Em uns poucos países, como o Chile ou a Bolívia, conseguiram controlar a inflação e melhorar muito a vida dos ricos e de algumas camadas remediadas. No entanto, não tivessem sido aplicadas, a equipe de Delfim possivelmente não teria tido o mesmo sucesso em implantar o modelo de crescimento desigual. Dez anos mais tarde, no governo Figueiredo, quando as finanças públicas estavam mais deterioradas, Delfim tentou uma reprise do 'milagre' e fracassou redondamente." (Alves, 1993. p. 60-61)

A seguir, as diferenças de orientação entre Roberto Campos e Delfim Netto são explicitadas:

"Ao assumir o poder [Delfim], fez um diagnóstico da economia brasileira que recomendava a retomada do crescimento, o que poderia ser conseguido sem provocar uma forte pressão inflacionária porque a maior parte das fábricas estava com um quarto das suas máquinas paradas, o que em economês se chama 'capacidade ociosa elevada'. Achou também, que a inflação não era o resultado de um excesso de demanda, ou seja, de um número exagerado de pessoas querendo comprar bens, exagero provocado pelos excedentes de salários e pelos gastos públicos - tese defendida pela dupla Campos-Bulhões contra todas as evidências empíricas -, mas sim o resultado de custos de produção altos, determinados por juros elevados, por pouco dinheiro na economia e por mercados pequenos demais para permitir que os industriais aumentassem suas vendas e diminuíssem o preço de cada unidade que produziam.

⁷⁶ CAMPOS, Roberto. Roberto Campos analisa as várias fases do movimento. SP. OESP, 31mar1994. p. X4.

Finalmente, como mandava no Estado, Delfim tratou de aumentar o tamanho deste, ainda mais do que fizera Roberto Campos, criador do Banco Nacional da Habitação e de várias outras estatais. Aumentava, dessa forma, o seu próprio poder. " (Alves, 1993. p. 61-62)

Levando-se em conta estas diferenças que devem ser apontadas, neste primeiro momento (1964-68), em que, de um lado, os frutos do 'milagre' ainda não podiam ser sentidos e, de outro, o aprofundamento da política estatizante não era ainda muito marcado, encontramos, novamente OESP e UH/RJ em campos opostos.

OESP que faz severas críticas ao governo Castelo Branco, chega a discordar de seu "líder" Carlos Lacerda num ponto, ou seja, quando este não encontra nenhum aspecto positivo a destacar. O jornal considera boa a política econômica do governo e a manterá como saldo positivo durante todo esse período.

*"Muito poucas vezes na sua brilhante e já larga carreira política terá o sr. Carlos Lacerda dirigido à Nação palavras que melhor retratassem a realidade. Analisando a esdrúxula posição em que acabou por se colocar o governo, traçou s. exa. com extrema clareza e precisão o quadro em que se debate a situação oriunda do movimento do 31 de março. A crítica que faz é integral. Não excetua nem mesmo a parte incontestavelmente construtiva do governo do sr. marechal Castelo Branco. E nisso não concordamos com s. exa.. Não vamos aqui repetir aquilo que vimos quase diariamente afirmando sobre o o aspecto positivo da ação governamental no que se refere ao campo econômico e financeiro. Nesse particular julgamos que já dissemos o suficiente para que não se interprete a nossa perfeita concordância com as afirmações do sr. Carlos Lacerda relativas à ação política desenvolvida pelo governo que sucedeu ao caos herdado da situação deposta como significando uma adesão às restrições que s. exa. faz à obra realizada pelas pastas da Fazenda e do Planejamento na atual administração. Isso não impede que concordemos senão com a totalidade pelo menos com a maioria das objeções que o ilustre líder democrático faz à série imensa de erros cometidos pelo governo no terreno político."*⁷⁷

Já UH/RJ, fiel às suas bandeiras de luta que a colocam ao lado de uma política econômica desenvolvimentista mas de cunho nacionalista e, basicamente, preocupada com os anseios das camadas populares, não perde oportunidade de denunciar os desmandos financeiros dos governos militares. Aqui, num quase "balanço" do governo Castelo Branco, mostra com outras cores o que comumente é visto como coroado de êxitos: a política econômico-financeira da dupla Campos-Bulhões:

"A política financeira do Governo chega às suas últimas conseqüências. É inútil falarmos, agora, em esperanças; elas foram sendo esmagadas a cada projeto, a cada decreto, a cada medida administrativa.

A princípio providências cercadas de preparo psicológico, bordadas por brilhantes argumentos teóricos, mentiras estatísticas e habilidades histriônicas mostradas na televisão.

Paulatinamente, à medida que se venciam as resistências do organismo nacional, pela corrupção, pela intimidação ou pela força, passos mais arrojados e mais amiúde, para culminar nesta correria de decretos-leis cuja legalidade já ninguém pode discutir e cuja validade ninguém ousa pôr em dúvida.

⁷⁷ UM pronunciamento histórico. SP, OESP, 14fev1965. p. 3.

Um Governo que não precisa do povo, nem do voto do povo, pouco se interessa pela sorte do povo. E esse é quem paga, com seu inútil sacrifício, a potencialização dos privilégios e a subordinação dos interesses nacionais a teorias acadêmicas ou a negócios obscuros.

Os preços vão dar novo salto. Não nos fale de especuladores! Eles sempre existiram, como as formigas nos farelos do bolo. Mas quem são os comensais da festa? O episódio da alta do dólar, com o aviso prévio para os amigos, ajuda a despir o santo; e, como nas histórias de detetive, importa saber a quem interessou o crime.

Depois do dólar virá o aumento do salário-mínimo com a elevação de todos os custos corrigidos, inclusive dos aluguéis; o aumento dos encargos sociais, estipulados na Lei do Fundo de Garantia. E, pior que tudo, o efeito depressivo de toda essa orgia de aumentos sobre um mercado de salários congelados e justamente quando os reajustes (sempre aquém do que seria necessário para manter o real valor dos salários) terminaram de realizar-se.⁷⁸

Como podemos observar, acompanhando-se a trajetória de jornais distintos encontramos possibilidades de análise de suas aproximações apesar de podermos, à primeira vista, considerá-los absolutamente antagônicos e, também, de detectar seus distanciamentos, frutos, sem dúvida, de diferentes projetos sociais que os mesmos representavam.

1.3. Diferentes jornais/Projetos sociais distintos

Num primeiro momento, recorrendo ao destaque das palavras ou expressões-chave dos textos analisados, selecionamos alguns pontos que nos permitiram observar que os dois periódicos se se aproximam em relação ao fato de que ambos representam segmentos restritos da sociedade, se afastam no que diz respeito aos respectivos projetos sociais. Isto quer dizer que representam interesses de agrupamentos sociais que, embora limitados, são distintos.

Neste segundo momento, procuraremos aprofundar a compreensão do comportamento desses jornais entre 1964 e 1968 delineando suas principais temáticas e os recursos estilísticos utilizados como formas de se chegar ao entendimento dos projetos de organização da sociedade contido em cada um dos periódicos analisados.

Buscamos, em cada texto, encontrar o tema central que foi destacado, levando em conta, inclusive, os títulos de cada uma das matérias, embora, geralmente, mais de um assunto apareça enfatizado. Depois dessa seleção procuramos agrupar os temas específicos em unidades temáticas mais gerais que abarcassem preocupações diversificadas. Assim, chegamos a uma classificação.

Distribuímos os 57 editoriais analisados de OESP neste período (abril de 1964 a dezembro de 1968) em 6 unidades temáticas: **Críticas ao regime militar, Defesa do regime militar, Questões de política local, Sucessão presidencial, Questões de política educacional, Diversos.**

A primeira das unidades, **Críticas ao regime militar**, é a que apresenta o maior índice percentual de artigos. Arrolamos aqui, de maneira geral, as matérias que apresentam críticas

⁷⁸ ÚLTIMOS passos. RJ, UH, 11fev1967. p. 4.

variadas ao regime militar, atingindo, principalmente, os aspectos políticos do Estado Autoritário brasileiro pós-64.

É importante observar que localizamos, dentre os 57 destacados, 25 artigos que fazem críticas ao regime militar instaurado no Brasil a partir de 1964. 10 desses editoriais representam uma reação solicitando um maior endurecimento político do regime e apenas 3 deles são um protesto contra medidas arbitrárias.

No primeiro caso, encontramos uma matéria que pede calma ao governo no sentido de não se desfazer das prerrogativas especiais conferidas pelo Ato Institucional número 1 (AI-1) enfatizando a necessidade de manter o caráter de excepcionalidade do regime. Em outro artigo, cobra-se coerência do regime exortando o Executivo a submeter o Congresso Nacional ao seu controle. Alguns editoriais manifestam-se a favor de medidas repressivas e outros, mais especificamente, representam críticas a atitudes consideradas brandas ou exortações a posicionamentos mais rígidos, como: críticas a Jarbas Passarinho por dialogar com D. Helder Câmara, pedido de maior rigor do governo na contratação e vigilância de pessoas que lidam com o público (particularmente jornalistas e professores) pela influência subversiva que podem representar, manifestação a favor da expulsão de padres estrangeiros uma vez, que convertidos ao "messianismo marxista", conspiram contra a nossa soberania.

No segundo caso, contraditoriamente, localizamos uma matéria criticando os excessos do Executivo (sua centralização). Os dois restantes representam críticas à destruição dos partidos e à ausência de liberdade reinante e à Lei de Segurança Nacional.

É conveniente destacar que os editoriais que apresentam críticas a arbitrariedades do regime militar localizam-se, temporalmente, na parte final deste período, basicamente entre 1967 e 1968. Isto se explica pelo fato de que, nesse momento, avançava o processo de endurecimento político e crescia em influência a chamada "linha dura" dentre os militares.

A esse respeito é necessário abriremos um parêntese. Os termos "linha dura" e "Sorbonne" usados para designar duas tendências das Forças Armadas brasileiras, trabalhados pelos autores especialistas no período, também aparecem destacados pelos dois periódicos que analisamos, no momento mesmo em que se desenrolam essas lutas internas pela hegemonia de uma ou outra corrente. OESP, durante parte deste período, alinha-se claramente com a jovem oficialidade da "linha dura", considerando-a inclusive a "verdadeira" representante dos ideais "revolucionários" de 1964. Somente mais tarde, quando algumas das liberdades essenciais aos pressupostos do jornal foram feridas (por exemplo, a liberdade de imprensa), é que o periódico se voltará contra seus excessos. UH/RJ distingue a "linha dura" na oficialidade aliada a seu visceral inimigo Carlos Lacerda em seus desejos de conspiração e golpismo e, também, nos "coronéis-políticos" que presidem os IPMs (Inquéritos Policiais Militares) movidos contra os considerados inimigos do regime. O periódico chega a opor uma "linha branda" à "linha dura" que critica acidamente.

Na segunda das unidades temáticas, **Defesa do regime militar**, destacamos 11 artigos, sendo que 3 deles dedicam-se a elogiar a política econômico-financeira dos governos pós-64 manifestando-se a favor dos empréstimos estrangeiros. Outros 3 reafirmam o que consideram genericamente como os "princípios da Revolução" (por exemplo, a luta contra a corrupção e a subversão). Alguns relacionam o regime militar com a democracia ou elogiam a aproximação do governo com os parlamentares.

A terceira unidade temática, **Questões de política local**, apresenta 7 editoriais e se refere a um tópico específico de OESP. A preocupação com o Estado de São Paulo é algo que não abandona o jornal praticamente desde suas origens. Por sua fundação e histórico, as raízes paulistas são profundas sendo que temas como a defesa de uma política cafeeira por parte do governo central

ou dos ideais dos "revolucionários" de 1932, estão sempre presentes. Além disso, existe a crença de que há uma diversidade "natural" entre as regiões do País sendo que a São Paulo deve caber a supremacia sobre as demais pela sua superioridade, também "natural". Ao lado destas questões, defende-se o sindicalismo paulista por comparação ao carioca e o governador de São Paulo Abreu Sodré por ter sabido manter a ordem no episódio da morte do estudante Edson Luis Lima Souto no Rio de Janeiro.

A questão da **Sucessão presidencial** (de Castelo Branco para Costa e Silva), algo bastante traumático em todos os governos militares após 1964, será alvo de comentários em 5 editoriais selecionados. Neste momento, o jornal exulta com a escolha que considera acertada, preocupa-se em denunciar manobras desestabilizadoras da candidatura e em valorizar as virtudes do candidato, comparativamente ao seu antecessor que foi alvo de pesadas críticas.

Dois artigos dedicam-se a discutir **Questões de política educacional**, outra das preocupações recorrentes do periódico. Também praticamente desde suas origens, OESP manifesta preocupações com o ensino do País tendo tido participação ativa em campanhas históricas como a que levou à fundação da Universidade de São Paulo, nos anos 30. Nesses editoriais fica clara a concepção de educação com a qual o jornal trabalha. Um deles dedica-se à defesa da gratuidade do ensino de primeiro grau, manifestando-se por seu caráter facultativo no segundo grau e a favor da Universidade paga. O outro solicita investimentos no ensino secundário e superior tendo em vista a necessidade de formação de uma "elite cultural" no País.

Na unidade denominada **Imprensa**, localizamos um artigo em que as críticas se voltam contra a nova legislação entendida como atentado à liberdade de imprensa.

Seis artigos localizam-se na unidade temática que denominamos de **Diversos**. Os temas trabalhados foram: crítica à corrupção, crítica ao nacionalismo, defesa de desenvolvimento de interesses externos no Brasil (refere-se à Amazônia), defesa de uma reforma do sistema penitenciário, crítica ao comunismo, defesa de uma integração continental na América (a favor da presença norte-americana e contra uma aliança exclusivamente latino-americana).

Quadro 4

Unidades temáticas de OESP

(abril/1964 a dezembro/1968)

Unidade temática	Freqüência	%
Críticas ao regime militar	25	44
Defesa do regime militar	11	19
Questões de política local	07	12
Sucessão presidencial	05	09
Questões de política educacional	02	04
Imprensa	01	02
Diversos	06	10

Agrupamos os 151 artigos de UH/RJ analisados no período (março de 1964 a dezembro de 1968) em sete unidades temáticas assim denominadas: **Críticas ao regime militar, Imprensa, Questões de política local, Questões de política partidária, Questões de política educacional, Questões de política internacional, Diversos.**

No caso de UH/RJ, como em OESP, o maior número de artigos localiza-se na unidade **Críticas ao regime militar**, composta de 79 matérias. Entretanto, o tipo de críticas é substancialmente diverso. De todos esses artigos, 45 apresentam admoestações contra o arbítrio do regime, voltando-se contra a violência, a "linha dura", a instauração dos IPMs, o confisco (sem provas) dos bens dos cassados, as perseguições a Juscelino Kubischek, a repressão ao clero (a expulsão dos padres franceses), a promulgação dos Atos Institucionais, a imposição de uma Constituição por Castelo Branco, a decretação da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Imprensa. Ou seja, voltam-se contra tudo que transformou, nas palavras do periódico, o regime militar numa "paz dos cemitérios". A todo instante pede-se a volta à "normalidade democrática", a pacificação, a restauração das liberdades públicas e dos direitos individuais. Formas mais amenas de arbítrio também são criticadas como as tentativas de intromissão do governo no processo eleitoral de 1965, a forma de encaminhamento da sucessão presidencial, o excesso de centralização do poder Executivo e a própria intervenção dos militares na vida política solicitando-se a restauração do poder civil. Ao lado destas críticas de caráter político, destacam-se as de caráter econômico. A política econômico-financeira dos governos pós-64 é constante e violentamente criticada, particularmente, pelo seu aspecto socialmente perverso na medida em que à queda (relativa) dos índices inflacionários corresponde acentuado arrocho salarial.

Na unidade temática que denominamos de **Imprensa** arrolam-se 23 matérias. Embora OESP seja um jornal bastante preocupado com a questão da liberdade de imprensa, neste momento, em que ela ainda não está substancialmente ameaçada não será um assunto recorrente, sendo alvo central de um só artigo. Ameaças existem nas perseguições a jornalistas vinculados de algum modo à situação anterior ao golpe de 1964. Mas isto, do ponto de vista do periódico, alinhado com a "Revolução", é legítimo. A ameaça concretizada localiza-se na Lei de Imprensa o que foi devidamente criticado. Porém, UH/RJ representava aos olhos do regime o compromisso com o governo deposto. Foi depredado logo após o golpe e o seu declínio financeiro será constante ao longo desta fase. Portanto, falar da imprensa em geral (pedindo liberdade de imprensa, defendendo o livre debate de idéias, opondo-se à violência contra jornalistas, criticando outros órgãos de divulgação, inclusive OESP) e de si mesmo (anunciando mudanças, reafirmando suas bandeiras ou sua posição de legalidade opositora) são temas recorrentes no jornal durante todo este período.

Conforme já tivemos oportunidade de afirmar, Carlos Lacerda converteu-se no arquiinimigo de UH/RJ. Deste modo, 12 matérias têm este homem público como seu tema central, constituindo a unidade temática que denominamos de **Questões de política local**. Convém não esquecer que a atuação do jornal e a do político em questão, apesar de sua ambição nacional, deram-se, principalmente no Estado da Guanabara/Rio de Janeiro que, naquele momento, ainda mantinha a aura de ex-Capital da República e de centro das atenções políticas do País. Ao longo dos governos militares, entretanto, a ex-Capital vai cedendo cada vez mais espaço para a hegemonia econômica e política de outras regiões, assim como Carlos Lacerda cai no ostracismo quase total. Para o jornal, porém, ainda é o grande conspirador e "profissional do golpe" a ele reservando pesadas críticas que envolvem o seu golpismo (denuncia suas articulações com os oficiais da "linha dura" após as eleições de 1965 e as que realiza por época da "Frente Ampla"), as arbitrariedades cometidas no seu governo, a corrupção e o enriquecimento ilícito.

A identificação existente entre o varguismo e o PTB, aos poucos, ao longo deste período, será substituída por um alinhamento ao MDB, particularmente, com a ala que ficou

conhecida como a dos "autênticos" (considerados mais radicais, por oposição aos "moderados" do Partido que tendiam a contemporizar com o governo). Isso está mais presente nos artigos de Danton Jobim, um dos Diretores do jornal e que será um dos políticos atuantes e militantes do Partido. Através do MDB, o periódico define sua tendência de oposição ao regime na legalidade. Assim, surgem artigos de defesa do voto no MDB (ainda em 1966) e contra o voto branco e nulo que não são considerados estratégia legítima de oposição. Em outros, procuram-se traçar normas de conduta para que o partido se converta em autêntico e popular e mantenha sua combatividade (congratula-se com a eleição de um emedebista para a Presidência da Assembléia Legislativa de São Paulo e posiciona-se contrariamente à participação do MDB na votação da Constituição que entende como imposta por Castelo). 8 artigos compõem esta unidade denominada **Questões de política partidária**.

Do mesmo modo como em OESP, para UH/RJ, as **Questões de política educacional** (6 artigos) são importantes, porém, alvos de comentários diversos. O periódico preocupa-se com as violências cometidas contra professores e estudantes no episódio do fechamento da UnB, critica a gestão do Ministro Flávio Suplicy de Lacerda e, de maneira genérica, a política educacional pós-64. Além disso, por época das grandes manifestações estudantis de 1968, a posição do órgão de divulgação é a de defender os estudantes reconhecendo a justiça de seu movimento, mas, fiel à sua proposta de defesa da legalidade, fazendo apelos à manutenção da ordem.

Na unidade denominada **Questões de política internacional**, localizamos 7 artigos que tratam de críticas ao intervencionismo estrangeiro, ao golpe de estado na Argentina, traçam elogios à vinda de Eduardo Frei do Chile à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), comentam a necessidade de uma política de intercâmbio econômico na América Latina e relatam o encontro entre o embaixador soviético e o ministro da Guerra Costa e Silva.

16 artigos aparecem arrolados na unidade temática designada como **Diversos** e contém os seguintes temas: reconhecimento do direito de manifestação da Marinha, crítica ao Parlamentarismo, críticas ao regime de partido único, comentários a críticas feitas por Ademar de Barros à "revolução", defesa da democracia e do desenvolvimento econômico, defesa da luta contra o subdesenvolvimento e a injustiça social, valorização do capital nacional contra o estrangeiro, defesa do diálogo entre patrões e empregados, defesa da legalidade e de uma política reformista.

Quadro 5

Unidades temáticas de UH/RJ

(março/1964 a dezembro/1968)

Unidades temáticas	Frequência	%
Críticas ao regime militar	79	52
Imprensa	23	15
Questões de política local	12	08
Questões de política partidária	08	06
Questões de política internacional	07	05
Questões de política educacional	06	03
Diversos	16	11

Em relação ao estilo discursivo utilizado em cada um dos jornais é necessário observar, inicialmente, que, ao falarmos do estilo utilizado por OESP, estamos nos referindo, fundamentalmente, aos textos elaborados por Júlio de Mesquita Filho que domina absolutamente a nossa seleção entre 1964 e 1968.

A primeira coisa que chama a atenção nestes textos em termos formais é o uso de frases e parágrafos extremamente longos, expressos em palavras de entendimento complexo, entremeados por citações em latim e francês.

Geralmente, a forma escolhida é o discurso indireto, a negação e o questionamento (quase nunca a afirmação pura e simples). O uso de frases curtas aparece esporadicamente e tem sempre o objetivo de ênfase: uma pequena frase em meio a muitas frases enormes chama a atenção sobre si mesma. Utiliza a ironia e a ambigüidade nas críticas como formas de (do mesmo modo como o estilo indireto, negação e questionamento) não dizer diretamente o que quer expressar. O leitor é chamado a concluir.

A afirmação, através da repetição de palavras, idéias ou temas e mesmo a veemência são utilizados quando o jornal quer caracterizar um certo tom de ameaça e advertência geralmente dirigidos ao chefe do governo.

Muitas referências indiretas a fatos e a pessoas são utilizadas (por exemplo, falar de Getúlio Vargas referindo-se ao "caudilhe de São Borja") pressupondo-se um leitor que compreenda e acompanhe. O texto assim, assume um caráter profundamente datado.

O que se pode concluir destas observações? Que OESP na forma, é fiel a seus objetivos no conteúdo.

Dentro das concepções do periódico fica clara a idéia, de uma diferenciação "natural" entre as regiões, que justifica o predomínio das civilizadas/evoluídas/desenvolvidas sobre as outras bárbaras/atrasadas/subdesenvolvidas. A mesma diversidade "natural" existe entre as pessoas sendo que as melhores exercem "naturalmente" a hegemonia sobre as demais. O entendimento educacional do jornal permite crer que o seu desejo por uma "elite cultural" seria a de que, uma vez alcançada, esta vivenciasse um papel dominante sobre os seres humanos comuns.

Seu texto então se volta para este leitor, esta "elite", sendo, portanto, complexo, indireto, figurativo, ambíguo. Seu leitor é aquele que tem condições de compreender esta mensagem quase nunca exposta de forma clara e objetiva. Não é um leitor comum, seu público alvo é necessariamente diferenciado. Este jogo de gato e rato com o leitor através do texto, entretanto, chega ao limite de não permitir uma leitura e entendimento quando se distancia temporalmente do momento de sua elaboração. Quando publicado entendemos que seria intencionalmente um texto de difícil compreensão. Porém, distanciado no tempo, seu hermetismo o torna, praticamente, ilegível, exceto a um leitor com conhecimento específico do período.

OESP não pretende ser um jornal popular para o leitor comum. É um órgão de divulgação produzido por representantes de camadas dominantes e para camadas dominantes do País.

Além disso, em alguns momentos, o jornal utiliza uma linguagem direta, repetitiva e veemente. Isto ocorre quando o leitor privilegiado do autor do texto é o chefe do governo.

Mais do que um "formador de opinião", OESP, dado seu histórico e sua concepção jornalística, se coloca como interlocutor privilegiado dos círculos centrais do poder Executivo. Entende falar diretamente ao chefe do Executivo. Quando o faz, sempre o estilo é o de advertência e ameaça. O jornal adverte o governo contra os "erros" cometidos. Assume a atitude de prevenção e de "está vendo?", "eu não disse?". Em suma, é a "palmatória do mundo", antecipando e julgando eventuais "desvios" governamentais, segundo suas concepções. Esta atitude combina com a aberta conspiração admitida pelo jornal nos episódios de derrubada de João Goulart e com a decepção, que veio depois, por não influir mais diretamente no governo que ajudou a empossar.

Comparando-se estas considerações relativas ao estilo discursivo de OESP com UH/RJ, o que salta aos olhos é, praticamente, uma oposição de estilos. UH/RJ, de maneira geral, utiliza frases e parágrafos curtos, dirigindo-se, preferencialmente, de forma direta ao leitor. As expressões em latim ou francês do erudito OESP são substituídas por ditos ou provérbios populares e gíria.

Porém, do mesmo modo como OESP, UH/RJ utiliza a ironia a ela acrescentando o uso de metáforas e jogos de palavras. De maneira geral, isto ocorre quando o jornal quer se dirigir aos seus inimigos ou criticar determinadas situações. Quanto aos inimigos, estes também são brindados com muitas adjetivações (por exemplo, Carlos Lacerda é "falso, corrupto, grosseirão, afogador de mendigos", é o "próspero Governador" - falando ironicamente).

Outro hábito recorrente no periódico é o de falar através das frases de outras pessoas. Assim, suas mensagens são enviadas através da fala de outros.

Uma primeira observação que pode ser feita em relação ao estilo geral de UH/RJ oposto ao de OESP relaciona-se aos objetivos do periódico. UH/RJ se coloca claramente como um jornal "popular", voltado para a defesa das chamadas causas "populares" e para os interesses das camadas mais baixas da população. Nunca lhe caberia, portanto, o estilo indireto, erudito, complexo de OESP. Precisa falar do que o povo gosta e como o povo entende.

"Jornal político em suas origens, Última Hora marcaria o surgimento de uma imprensa popular de grande circulação. Este tipo de imprensa era, até então, inexistente no país, mais pela tradição dos grandes jornais, cada um voltado para camadas específicas das classes sociais cujos interesses representavam, do que por causa dos métodos antiquados de produção e das deficiências das comunicações.

*'Última Hora veio romper a tradição oligárquica da grande imprensa e dar início a um tipo de imprensa popular que não existia no Brasil. Até 1950, a opinião pública brasileira era dominada por meia dúzia de jornais, pertencentes a famílias tradicionais, há mais de meio século.'*⁷⁹

Para superar a barreira da tradição, que não possuía, Última Hora teve de inovar no seu aspecto gráfico, no conteúdo redacional e até mesmo nas estratégias empresariais, descobrindo soluções originais ou indo buscar no passado fórmulas que já haviam assegurado o êxito de outras publicações.

A apresentação gráfica se constituiu numa revolução visual, com a diagramação inovadora, o uso da cor, a utilização da fotografia como complemento do texto e a volta da charge, além da publicação de historietas em quadrinhos, brasileiras.

Paralelamente, ao introduzir novas técnicas editoriais e aplicar soluções capazes de conciliar temas de apelo popular com assuntos de maior profundidade, Última Hora promoveu a valorização dos profissionais, através do folhetim, do colunismo e da reportagem.

⁷⁹ Aqui, Antônio Theodoro Magalhães de Barros está citando trecho de uma entrevista concedida por Samuel Wainer a ele, em dezembro de 1977.

Sem dispor de equipamentos industriais que fossem de capacidade igual aos de seus principais concorrentes, pelo menos, o jornal adotou, por força de suas próprias limitações, estratégias empresariais inéditas na imprensa brasileira." (Bartos, 1978. p. 9-10)

O lado obscuro das ironias, das metáforas, dos jogos de palavras, da profusão de adjetivações, das frases feitas é deixado, geralmente, para os inimigos. Para eles, o ataque, mesmo que muito pesado, pode ser feito de forma indireta. Eles compreenderão e o jornal estará sendo fiel ao seu compromisso de oposição reformista, com apelo constante à legalidade e ao pacifismo.

Tentando aprofundar a compreensão dos mecanismos de estruturação dos textos, buscamos identificar dentro de cada um dos artigos os possíveis elementos opostos que auxiliam na sua interpretação⁸⁰.

Quadro 6

Oposições recorrentes em OESP⁸¹

(abril/1964 a dezembro/1968)

Civilização	X	Barbárie
Democracia	X	Autoritarismo
Ordem	X	Desordem
Revolucionário	X	Contra-revolucionário
Linha dura	X	Sorbonne

Ao destacarmos estes elementos na série de textos analisados, dentre outras possibilidades, selecionamos os que nos pareceram mais recorrentes e também passíveis de, deles, se extrairem algumas composições.

Nas cinco duplas de opostos, os três primeiros correspondem às categorias mais abrangentes, enquanto que os dois últimos são mais específicos.

Ao opor-se Civilização à Barbárie, os textos estão identificando, o que ocorre muitas vezes, a existência de uma diversidade "natural" entre as pessoas e entre as regiões. Da característica "natural" desta diversidade decorre o "direito" de supremacia do superior sobre os demais (a ele inferiores). O exemplo mais notório desta classificação aparece nas considerações feitas a São Paulo (entendido com o centro Civilizatório) em sua relação com outros Estados ou regiões do País (entendidas como a Barbárie periférica).

⁸⁰ Em termos de Teoria do discurso ou análise do discurso estes elementos podem ser chamados de *categorias semânticas* que estão na base da construção de um texto e que se fundamentam numa diferença ou oposição. Estes elementos possuem um traço comum sobre o qual se estabelece a diferença. Além disso, inscrito no texto está o valor determinado a cada um deles: positivo (euforia) ou negativo (disforia). Agrupamos estes elementos, tendo em vista sua recorrência procurando ampliar a compreensão do projeto social pensado em cada um dos periódicos. Estas observações aqui expostas de forma bastante simplificada, foram retiradas de José Luiz Fiorin (*Elementos de análise do discurso*. SP, Contexto, 1992.)

⁸¹ Nestes quadros de oposições, os elementos eufóricos (carregados de positividade) tal e qual inscritos nos textos, sempre se localizam em nossas tabelas, alinhados ao lado esquerdo, enquanto que os disfóricos (carregados de negatividade) encontram-se no lado direito.

→ Na leitura dos textos não se encontra de forma explícita a oposição, tal qual denominamos, Democracia X Autoritarismo. De maneira geral, os artigos de OESP tendem a valorizar o que compreendem como democracia liberal (carregando valores genéricos das "nações livres, capitalistas ocidentais") por oposição ao totalitarismo (identificado no nazi-fascismo e comunismo que, a todo momento, se aproximam no igual horror que por eles é manifestado).

Há uma preocupação sempre latente nos textos com a questão da manutenção da ordem interna que pressupõe a concepção de um tecido social harmônico e ausente de tensões. A desordem, o caos instaurado aparecem nesta concepção como desvios de uma ordem que é (assim como a diversidade) "natural" à sociedade. Assim, opõe-se à positividade da ordem, a negatividade do caos.

Os outros dois pares de oposições se referem mais especificamente ao momento vivenciado e à preocupação com a afirmação dos princípios que o jornal entende serem os do golpe de 1964 e que defende. Deste modo opõe Revolucionário, que carrega a positividade destes ideais, a Contra-revolucionário, que encarna aquilo que o periódico nega e que identifica no período que antecede a março de 1964. Com a evolução dos fatos e, com a instauração da decepção com os rumos da "Revolução", durante boa parte desse período, OESP passa a relacionar os princípios "revolucionários" com a chamada "linha dura" e os desvios de percurso, com a chamada "Sorbonne".

Quadro 7

Oposições recorrentes em UH/RJ

(março/1964 a dezembro/1968)

Legalidade	X	Ilegalidade
Nacionalismo	X	Intervencionismo
Democracia	X	Autoritarismo
Desenvolvimento	X	Subdesenvolvimento
Justiça social	X	Injustiça social
Linha branda	X	Linha dura

Praticamente o único periódico a se posicionar favoravelmente ao regime deposto de João Goulart, seria de se esperar de UH/RJ uma atitude de completa negação em relação aos governos que se instauram a partir de abril de 1964. Entretanto, embora sempre reafirme uma postura de oposição aos mesmos, não se encontra nas páginas do jornal a luta aberta pela desestabilização do regime militar, pela sua destruição, ou seja, não há conspiração e golpismo por parte de UH/RJ. Isto se explica por sua defesa constante de uma posição reformista, opondo classicamente Reforma à Revolução (que renega) e optando sempre pela via Legal e pacifista. Seu discurso é o do repúdio a quaisquer soluções ilegais, por meios violentos ou arbitrários, antes, condena a violência e a arbitrariedade do regime militar.

Uma das bandeiras de luta mais claramente defendidas pelo jornal é a do nacionalismo - ali entendido como valorização do capital nacional frente ao capital estrangeiro - e são condenadas todas as formas de intervencionismo externo. Comumente se voltam contra tentativas e ameaças concretas de interferência norte-americana em diversas nações e preferem uma

aliança de interesses entre países latino-americanos a uma aliança continental que congregue, portanto, os EUA.

Os ideais de uma democracia com ampla participação popular estão a todo momento presentes em UH/RJ. Na condenação à ausência de liberdade, ao arbítrio e à violência aparece a oposição às formas autoritárias de governo identificadas com maior clareza ao nazi-fascismo que entende como totalitários. Apesar de, fiel à condenação da radicalidade de direita e esquerda e, portanto, contrário claramente às formas de organização de uma sociedade comunista, não faz, como ocorre em OESP, a aproximação entre nazi-fascismo e comunismo (entendendo-os como faces de uma mesma moeda totalitária).

Os ideais de progresso e desenvolvimento para o País são objetivos nunca abandonados por UH/RJ. A estes ideais opõe o subdesenvolvimento e a estagnação. Possui uma concepção evolutiva da sociedade e o ideal de desenvolvimento é, geralmente, pensado no plano econômico e identificado com o que se convencionou chamar de "desenvolvimentismo" que atingiu o ápice durante o governo JK. Procuram relacionar sempre a meta do desenvolvimento à da Justiça Social, ou seja, é necessário que este progresso seja feito com melhoria das condições de vida da população. Abomina, portanto, a injustiça social traduzida na maior concentração da riqueza e no alijamento de parcelas consideráveis da população, da participação na vida social do País.

Enquanto OESP entende que os verdadeiros ideais "revolucionários" de 64 encontram-se localizados na jovem oficialidade da "linha dura", UH/RJ busca processar uma divisão nas Forças Armadas e no próprio regime militar, enxergando ao lado da "linha dura" (acredita que são minoritários) toda a violência e arbítrio do regime que condena, e, no que chama de "linha branda", a parcela dos militares (entendem que é a maioria) que merece crédito e que quer devolver o Brasil à sua "normalidade democrática".

O levantamento destas questões encaminha a definição do projeto social de cada um dos periódicos, ou seja, a alternativa de organização da sociedade que seus textos propõem para o Brasil entre 1964 e 1968.

Poder-se-ia dizer que um ponto comum em projetos tão diversos relaciona-se ao fato de que ambos os jornais colocam-se como ardentes defensores da *democracia*. É importante, portanto, procurar delinear, qual o entendimento que cada um deles confere a este amplo conceito.

Norberto Bobbio⁸² observa que, modernamente, as discussões em torno da *democracia* desenvolvem-se através do confronto entre doutrinas políticas dominantes no século XIX, o Liberalismo e o Socialismo. A adequação destas duas doutrinas ao conceito de *democracia* não se faz sem ressalvas.

O Estado Liberal, ou seja, aquele que reconhece e garante direitos considerados fundamentais como os de liberdade de pensamento, religião, *imprensa*, reunião, tem como forma ideal a democracia representativa onde o dever de fazer leis corresponde a um corpo restrito de representantes eleitos por cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos. Assim se exclui a democracia direta onde o órgão de expressão máximo é a assembléia de cidadãos sendo a liberdade entendida como participação direta na formação das leis através do corpo político. Isto porque o Estado Liberal entende a participação através das liberdades civis conquistadas pelo indivíduo que, além de poder expressar sua opinião, poder se reunir, ou associar-se para influir na política do País, tem o direito de eleger representantes e de ser eleito. Assim, o destaque incide sobre a participação desde que esta seja livre, isto é, seja o resultado de todas as outras liberdades.

⁸² As considerações que se seguem foram retiradas da análise das seguintes obras: BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de política*. Brasília/DF, UnB, 1992 (verbete Democracia); BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. SP, Brasiliense, 1988; BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. RJ, Paz e Terra, 1986.

Enquanto que para o Estado Liberal o sufrágio universal representa o ponto de chegada, para a concepção Socialista, ele é apenas o ponto de partida. Esta concepção critica a democracia apenas representativa (que pode acabar por se configurar em expressão e garantia dos direitos de uma minoria de cidadãos) e retoma alguns temas da democracia direta solicitando que a participação popular e o controle do poder a partir de baixo se estenda dos órgãos de decisão política para os de decisão econômica, dos centros do aparelho estatal até à empresa, da sociedade política até à sociedade civil.

Segundo Bobbio, apesar de se relacionar a doutrinas opostas a respeito dos valores fundamentais como as doutrinas liberais e as socialistas, a *democracia* não é incompatível com os princípios e com parte integrante de seus credos, podendo-se falar de *liberalismo democrático* e de *socialismo democrático*.

Diz ainda que, contemporaneamente, as discussões sobre *democracia* tendem a esgotar-se num elenco amplo de regras do jogo ou procedimentos universais (eleição direta para o órgão político máximo; existência de instituições de administração local com dirigentes eleitos; direito de voto a todos os cidadãos que tenham atingido a maioria sem distinções de credo, raça, sexo e outros). Esta noção comportamental de *democracia* (na medida em que estabelece *como se deve chegar à decisão política e não o que decidir*) prevalece na teoria política ocidental.

Porém, segundo o mesmo autor, um outro significado de *democracia* compreende formas de regime político para países onde não vigoram todas as regras que fazem com que sejam democráticos os regimes liberais-democráticos ou sociais-democráticos. Por exemplo, para alguns países africanos, asiáticos e latino-americanos. Assim, evitando-se a confusão entre significados diversos denomina-se de *democracia formal* àquela baseada em comportamentos universais mediante os quais podem ser tomadas decisões de conteúdo diverso (assim explica-se a co-presença de regimes liberais e democráticos, ao lado de regimes socialistas e democráticos). E, chama-se de *democracia substancial* àquela em que prevalecem certos conteúdos inspirados em ideais característicos da tradição do pensamento democrático, com destaque para o igualitarismo. Assim, a *democracia formal* é mais um governo do povo, enquanto que a *democracia substancial* é mais um governo para o povo.

"Como a democracia formal pode favorecer uma minoria restrita de detentores do poder econômico e portanto não ser um poder para o povo, embora seja um Governo do povo, assim uma ditadura política pode favorecer em períodos de transformação revolucionária, quando não existem condições para o exercício de uma Democracia formal, a classe mais numerosa dos cidadãos, e ser, portanto, um Governo para o povo, embora não seja um Governo do povo. Também foi observado (Macpherson) que o conceito de Democracia atribuído aos Estados socialistas e aos Estados do Terceiro Mundo espelha mais fielmente o significado aristotélico antigo de Democracia. Segundo este conceito, a Democracia é o Governo dos pobres contra os ricos, isto é, é um Estado de classe, e tratando-se da classe dos pobres, é o Governo da classe mais numerosa ou da maioria (e é esta a razão pela qual a Democracia foi mais execrada do que exaltada no decurso dos séculos). (...)

Para não nos perdermos em discussões inconcludentes é necessário reconhecer que nas duas expressões "Democracia formal" e a "Democracia substancial", do termo Democracia tem dois significados nitidamente distintos. A primeira indica um certo número de meios que são precisamente as regras de comportamento (...) independentemente da consideração dos fins. A segunda indica um certo conjunto de fins, entre os quais sobressai o fim da igualdade jurídica, social e econômica, independentemente dos meios adotados para os alcançar." (Bobbio, 1992. p. 328-329)

Quer aceitemos a diferenciação para o conceito de *democracia* tomando por base as denominações de *liberalismo democrático* e *socialismo democrático* ou trabalhemos com a designação de *democracia formal* e *democracia substancial* o fato é que entendemos poder colocar dentro destes parâmetros as acepções feitas de *democracia* em cada um dos jornais.

OESP, de uma maneira geral, ao se referir ao modelo de organização política almejado para a sociedade, fala em *democracia liberal* preocupando-se em observar que nesse regime haja, necessariamente, a defesa e garantia dos direitos e das liberdades individuais.

Na elaboração de seu projeto social, frisa a valorização do liberalismo econômico e da livre-concorrência, ideais onde cabem a defesa da abertura ao capital estrangeiro, entrevista, para o Brasil, como forma de alcançar o desenvolvimento. Um de seus ideais é o do fortalecimento da propriedade privada, um dos elementos centrais a explicar o anticomunismo sempre manifesto do jornal. Outro dos elementos a explicitar esta sua característica é o alinhamento do periódico com a política norte-americana e com as posições do que entende como "democracias liberais ocidentais". Neste sentido, sua política externa se entende como independente, mas sem "pruridos nacionalistas", em luta pela autodeterminação e pela solidariedade internacional entre estas nações "livres". Ainda na política externa, manifesta (assim como no caso da supremacia do Estado de São Paulo sobre as outras regiões do País) a crença na preponderância do Brasil no hemisfério Sul, particularmente na América Latina.

Dentro de seu projeto de *democracia liberal* cabe a defesa do regime forte que estaria inscrito nas peculiaridades de nossa formação social, ou seja, na prematura implantação da República no Brasil e, conseqüentemente, no fato de nossos ideais republicanos nunca terem sido alcançados. Assim, enquadra-se a sua defesa de um regime discricionário/"revolucionário", disciplinado pela presença das Forças Armadas na política, pela preponderância de orientação da "linha dura" com o apelo à manutenção intransigente da ordem.

A se considerar as conceituações delineadas por Bobbio, entendemos que o projeto social almejado pelo jornal enquadra-se dentro das limitações propostas para a *democracia* pelo chamado *liberalismo democrático*, ou como quer o periódico, *democracia liberal*. Poderíamos mesmo enquadrá-lo naquilo que o autor define como *democracia formal* onde se valorizam mais as regras do jogo, a forma comportamental do regime, definindo-se prioritariamente *como* se quer decidir politicamente e dando preponderância às liberdades civis dos indivíduos. Sua defesa da livre-concorrência e do fortalecimento da propriedade privada favorece a emergência de um governo do povo (garantindo a emergência das liberdades individuais) que privilegie a minoria restrita dos detentores do poder econômico (afastando o ideal democrático de igualitarismo). Esta minoria prevalece "naturalmente" sobre as camadas sociais mais numerosas.

Já o ideal de *democracia* caracterizado no projeto social de UH/RJ compreende a defesa das liberdades (com ampla ênfase para a livre expressão das idéias que implica na liberdade de imprensa e num jornalismo independente) e a garantia dos direitos individuais. Porém, o periódico mostra nítida preocupação com o alcance da participação popular no regime manifestando-se claramente pela defesa de eleições livres e diretas, de partidos autênticos e populares, pela extensão do voto ao analfabeto, pela ampliação cultural da população através da erradicação do analfabetismo e por uma política de investimentos educacionais no ensino superior. Sua luta pela melhoria das condições de vida das populações trabalhadoras implica no desejo de uma maior justiça social.

Manifesta um ideal civilista colocando-se contrariamente à presença das Forças Armadas na política e ao militarismo. Entendendo que a vocação "natural" do Brasil é a *democracia*, luta constantemente contra as formas de autoritarismo, o arbítrio e a violência do regime, pregando a volta à "normalidade democrática" onde enxerga a presença maciça da população nos destinos do País. Não aceita saídas radicais para as nações criticando, neste sentido,

tanto o comunismo (entende-o como radicalismo de esquerda) como o nazi-fascismo (visto como radicalismo de direita). A saída está na resistência pacífica e não no terrorismo, está nas proposições reformistas que não abandonam o campo da legalidade.

Ao mesmo tempo em que faz a defesa da iniciativa privada e do capital nacional frente ao estrangeiro, manifesta-se favoravelmente à realização da Reforma Agrária (não dentro dos moldes do Estatuto da Terra do governo Castelo Branco) e à consolidação do monopólio estatal do Petróleo. Assim, defende a intervenção estatal em setores da economia e a independência/autonomia da política econômica contra o intervencionismo estrangeiro. Seu ideal de desenvolvimento econômico fundado na industrialização nacional, pauta-se pelo que chama de "humanismo econômico" igualmente equidistante do capitalismo predatório e do coletivismo comunista.

Embora haja preocupações do jornal com o radicalismo de esquerda e com o coletivismo econômico comunista compreendemos que se aproxima do chamado *socialismo democrático*, na medida em que entendemos que seu projeto social enfatiza a preocupação com a maior justiça social e com a ampliação da participação da população nos rumos políticos do País em sentido que ultrapassa meramente a expressão através do direito de voto do sufrágio universal. Assim, encarámo-lo como voltado para o ideal democrático do igualitarismo. Aproxima-se, portanto, da *democracia substancial*, buscando desenvolver um governo para o povo preocupado com a igualdade jurídica, social e econômica dos indivíduos.

Deste modo, apesar de estarmos frente a dois periódicos que se aproximam ao defender arduamente a *democracia* seus projetos democráticos são diversos e esta diversidade é definidora dos conteúdos que perpassam seus discursos, bem como dos recursos estilísticos que utilizam para melhor alcançar seus leitores. Nestes diferentes projetos, também, está inscrito o destino histórico que lhes estava reservado em seu encontro/confronto com o Estado Autoritário brasileiro pós-64.

1.4. Oscilações

Gostaríamos agora de destacar alguns pontos em que se pode observar que os dois periódicos sofrem alterações de seu discurso, ao longo do tempo.

Pode-se dizer que as oscilações de OESP, entre 1964 e 1968, dizem respeito basicamente a dois pontos: no que se refere à construção da imagem dos dois marechais-Presidentes, Castelo Branco e Costa e Silva e quanto ao tipo de regime que almejam, que garanta as liberdades individuais ou que seja "discricionário".

Castelo Branco é sucessivamente alvo de grandes elogios e de todas as críticas, chegando a ser considerado como o único responsável pela situação calamitosa a que se chegou. O mesmo ocorre com Costa e Silva que, antes de sua posse, é aquele em quem o jornal deposita todas as suas esperanças de retorno da "Revolução" ao seu bom caminho e depois passa a ser fustigado até o último artigo de Júlio de Mesquita Filho, em 13 de dezembro de 1968, data da edição do AI-5, que é pleno de referências à sua incompetência política.

OESP faz elogios quando da "escolha" de Castelo Branco para Presidente da República. Depois da "decepção" inicial com os rumos de seu governo, tempos mais tarde, o Presidente volta a ser elogiado pelas mudanças que resolvera introduzir em seu Ministério, desta vez, de acordo com o "figurino" traçado pelo jornal:

"Compreendendo a gravidade do momento que o País atravessa, resolveu o presidente Castelo Branco lançar mão do recurso que o bom-senso lhe estava a indicar, isto é, a remodelação da sua equipe ministerial. A experiência que lhe porporcionaram estes dezoito meses de governo parece ter convencido s. exa. de que lhe não cabia outra coisa senão modificar a composição do Ministério, imprimindo-lhe um caráter mais consentâneo com a vontade nacional e tirando-lhe o aspecto de grupo composto de meros auxiliares pessoais de s. exa.. De tudo isso não poderá senão resultar, segundo todas as aparências, o restabelecimento da autoridade e o revigoramento da confiança que acompanharam s. exa. na subida do poder. Auxiliado pelo sr. Juracy Magalhães, e contando com o largo descortino que este adquiriu no trato direto com os homens e os negócios públicos no decorrer dos longos anos de serviço ao País, poderá o sr. marechal Castelo Branco sanar as evidentes falhas que o seu atual Ministério apresenta, conservando em seus postos aqueles que tão magníficos benefícios têm trazido ao País, e eliminando os que não demonstraram compreender a missão que lhes cabia, que era a de servirem com mais sinceridade a Revolução.

*Sempre confiamos na lealdade e na inteligência com que o sr. marechal Castelo Branco se decidiu, em certa altura da sua carreira militar, a aceitar a liderança do movimento que devolveu o País às suas tradições liberais. E se ultimamente nos vimos na contingência de divergir [grifos nossos] de s. exa. quanto a certos pontos da sua política, nunca pusemos em dívida as suas qualidades morais. Os erros que algumas vezes apontamos na sua maneira de conduzir a coisa pública, sempre se nos afiguraram consequência não apenas da sua pouca experiência na matéria, como ainda da circunstância de haver no seu Ministério homens que, por sua formação intelectual, não podiam de maneira nenhuma adaptar-se à situação de fato resultante da vitória de 31 de março, situação que tinha a distingui-la a sua natureza inequivocamente revolucionária."*⁸³

Ao final de seu governo Castelo Branco é criticado por suas medidas "totalitárias" em relação à aprovação da Lei de Imprensa. Inicialmente, dirigem-se críticas ao presidente por um desentendimento com a Associação Interamericana de Imprensa (AII):

*"Afiml, diante do clamor que em todos os países democráticos do Ocidente se levantou contra sua tentativa de cercear a liberdade de expressão do pensamento em nossa terra, tomou o sr. presidente da República a deliberação de responder à mensagem que, por intermédio dos presidentes da sua Comissão de Liberdade de Imprensa e do seu Comitê Executivo, respectivamente, srs. Tom C. Harris e Robert U. Brown, lhe enviou no dia 29 de dezembro último a Associação Interamericana de Imprensa. Não o fez s. exa. pessoalmente, preferindo encarregar disso o chefe do seu Gabinete Civil; e, ao fazê-lo, começa o documento expedido por faltar à verdade, quando insimua não se haver a Associação Interamericana de Imprensa dirigido a s. exa. nos termos devidos a um chefe de Estado. Pois bem, relemos com atenção renovada o texto do telegrama de protesto em causa e nada, absolutamente nada, encontramos nele que pudesse justificar os melindres presidenciais de que se faz eco o sr. Luiz Navarro de Brito."*⁸⁴

A seguir, o governo é criticado pelo processo desenvolvido na tramitação legal do projeto de Lei de Imprensa:

⁸³ O embaixador J. Magalhães e o momento. SP, OESP, 12set1965. p. 3.

⁸⁴ O sr. Castelo Branco e a AII. SP, OESP, 8jan1967. p. 3.

"Todos estamos lembrados do que tentou levar a cabo o governo da República. Editando propositalmente um Ato Institucional, que recebeu o nº 4, pelo qual convocava extraordinariamente o Congresso para votar entre 12 de dezembro e 22 de janeiro nada mais nada menos do que toda uma Carta Magna eivada de dispositivos totalitários [grifo nosso], esperou o governo dez dias para, na tarde de 22 de dezembro, isto é, quando grande parte dos deputados e senadores já tinha abandonado Brasília por força do chamado 'recesso de Natal', fazer chegar à Mesa da Câmara e do Senado reunidos o projeto de Lei de Imprensa. Na mensagem presidencial que o encaminhava não faltava a menção ao artigo 5º do Ato Institucional nº 2 que concede ao Legislativo da República o prazo de 30 dias apenas para se pronunciar sobre as propostas de lei apresentadas pelo Executivo, findo o qual serão elas dadas por decreto como aprovadas. Significa isso, portanto, que o Parlamento tinha de discutir, de emendar, se possível, ou de aprovar de qualquer forma até 22 do mês em curso não só a Lei Suprema pela qual passará a reger-se a nacionalidade, mas também uma Lei de Imprensa no mínimo insidiosa e que não passa de um complemento daquela. Estaria assim afastada a possibilidade, com a votação simultânea de uma e de outra, de arguir porventura a inconstitucionalidade de certos artigos que negam aos jornalistas direitos e garantias que nos regimes democráticos lhes cabem como cidadãos."⁸⁵

Ainda candidato Costa e Silva é elogiado pelo jornal:

"Já não é de hoje que vimos afirmando serem os discursos que vem pronunciando o sr. marechal Costa e Silva na sua peregrinação pelo País de qualidade bem superior à maioria dos que ultimamente foram produzidos no cenário político da Nação. Sente-se em todos eles um pensamento mais profundo, que procura compreender a problemática brasileira não na sua superfície mas no que ela tem de mais íntimo. Em quase todas as orações de s. exa., o exórdio procura despertar no espírito dos que o ouvem ou lêem a noção da complexidade do problema brasileiro. Se outra coisa não demonstrassem, essas arengas revelariam pelo menos a presença à volta do futuro presidente da República de um grupo de homens de primeira ordem que não se resolveram a olhar para o Brasil hoje, mas que o fazem de longa data."⁸⁶

Observando que o Centro e o Sul do País são regiões mais adiantadas do que as outras sendo, porém, minoritárias, coloca que o "Brasil consciente" (leia-se Centro e Sul) luta contra a invasão da economia pelo Estado e contra o autoritarismo na condução dos negócios da República. Prossegue responsabilizando o "desvio da 'Revolução'" pela presença na Presidência de um "filho do Nordeste":

"Esse fenômeno é admiravelmente ilustrado pela distorção sofrida pelo movimento revolucionário de 64, concebido e realizado pelo Centro, quer dizer, por São Paulo, por Minas e pela Guanabara, e por isso mesmo com tendências francamente liberais e democráticas, mas que acabou sendo desviado dos seus fins pelo sr. marechal Castelo Branco e substituído por uma perigosíssima ditadura que intenta prolongar-se no regime futuro através de uma Constituição que será, no mínimo, de colorido acentuadamente degaullista. É o reflexo do fato de se achar todo o poder do Estado concentrado nas mãos de um filho legítimo do Nordeste, de mentalidade

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

⁸⁶ O sr. Costa e Silva na Bahia. SP, OESP, 11set1966. p. 3.

*indiscutivelmente plasmada pelo sertão cearense. Ora, infelizmente, um filho daquelas regiões só por exceção poderia dar-se conta dos terríveis males que advêm sempre de uma excessiva intervenção do Estado na economia do País e compreender que seria muito mais útil a inteligência que o espírito político reinante no Centro brasileiro presidisse à reconstituição das instituições nacionais atual. Seria, efetivamente, muito mais interessante, mas quase impossível, porque no choque entre as tendências autoritárias das regiões menos desenvolvidas e as que caracterizam as populações evoluídas do País as primeiras levarão sempre a palma às últimas."*⁸⁷

Paradoxalmente, as origens sulinas (e, portanto, "avançadas" na concepção de OESP) de Costa e Silva seriam alvo de críticas do jornal, já em meio a seu governo:

*"Agora que o tempo vai passando e que se deu um balanço mais seguro aos resultados do encontro de Brasília, vão os senhores da ARENA percebendo que não havia a menor razão para que julgassem com euforia o soliloquio do sr. presidente da República. É o que, segundo nos mandam dizer os nossos representantes na Capital da República, se vem tornando cada vez mais patente. Quanto a nós, já ontem revelamos as impressões que da fala presidencial nos ficaram, impressões que de resto nem sombra de surpresa chegaram a causar-nos. Já ninguém tem o direito de se iludir a respeito do sr. marçal Costa e Silva e sobretudo de se enganar quanto ao verdadeiro sentido das suas palavras. Se há alguém neste País que siga à risca a máxima, se não nos equivocamos de Talleyrand, segundo a qual a maior serventia delas está em esconder o que na realidade pensamos, esse alguém é s. exa.. Não há dia em que não afirme o sr. presidente da República as suas tendências democráticas, quando na verdade ninguém mais do que s. exa. despreza semelhante filosofia política. Já o declaramos por várias vezes: s. exa. é antes de tudo um militar cuja farda encobre um autêntico rio-grandense formado na mais lídima tradição dos Júlio de Castilhos e dos Borges de Medeiros, e, como tal, não podia senão aceitar gostosamente tudo quanto lhe legou o seu antecessor, compreendendo a Constituição vigente, a Lei de Imprensa e a de Segurança."*⁸⁸

O governo Costa e Silva, às vésperas do AI-5, também era criticado pelo excesso de "liberalismo":

*"Em outras palavras, ainda que não se negue a ninguém o direito de ser comunista - ou de preferir qualquer outra forma de totalitarismo - não tem o menor cabimento que o governo de uma sociedade democrático-liberal entregue a seus inimigos postos de confiança, reparta com eles as obrigações de zelar pela manutenção e o progresso de uma organização de vida que eles pretendem, declaradamente, destruir. Semelhante governo não é e não pode ser 'liberal': não encontramos, para ele, outro qualificativo que o de suicida."*⁸⁹

A sugestão de OESP é a de uma autêntica "caça às bruxas":

⁸⁷ Idem, *ibidem*.

⁸⁸ A carta do sr. Carlos Lacerda. SP, OESP, 5out1967. p. 3.

⁸⁹ A insensatez do liberalismo ritualista. SP, OESP, 10nov1968. p. 3.

"Ora, por incrível que pareça, essa conduta insensata, cuja inconseqüência salta aos olhos de quem quiser ver, vem sendo, precisamente, a conduta adotada pelo governo brasileiro. Sem apelar para as fichas de qualquer serviço secreto de informações, o governo brasileiro deve estar farto de saber que ele emprega, prestígia e remunera centenas de pessoas que estão procurando, não com os cuidados dos conspiradores, mas abertamente, minar as bases do estilo de vida nacional, doutrinar as novas gerações, presas fáceis de uma insidiosa campanha, incutindo-lhes idéias incompatíveis com a ordem liberal e que sirvam para abrir caminho à investida totalitária. Os jornais estão aí, a divulgar todo dia enfáticas declarações de pessoas a quem está confiada a educação da juventude e que não escondem mais em momento algum, a orientação 'chinesa', 'cubana' ou 'soviética' de seu pensamento. A cada dia que passa, a doutrinação comunista nas escolas ganha terreno. Nas Universidades, nas escolas médias, nos 'cursinhos', há professores treinados na arte da doutrinação e cujo ensino visa, exclusivamente, por um desonesto processo de deformação das mentes juvenis, a conquistá-las para o comunismo. E, no caso, pouco importa que se trate de escolas públicas ou privadas: a educação é sempre uma função pública; o educador não pode considerar-se descomprometido com a ordem da sociedade em que vive, no que esta tem de essencial.(...)

E a nossa sociedade liberal-democrática financia o trabalho dos que, nas escolas (para não falar dos púlpitos), trabalham para sua destruição, jogando os filhos contra os pais, criando a cizânia nas famílias, tentando deter a marcha do País para o progresso.(...)

É tempo de se compreender que, se é abominável a 'caça às bruxas' (como, aliás, se pratica regularmente nos países comunistas), mais abominável ainda - porque além de tudo estúpido - é entregar às bruxas declaradas a tarefa de enfeitiçar os jovens, os nossos filhos, e, ainda por cima, pagá-las para isso.⁹⁰

O jornal credita ainda a Costa e Silva a "desordem" institucional com a qual o País está às voltas em meio ao rumoroso caso Márcio Moreira Alves. Este artigo - impedido de circular - de Júlio de Mesquita Filho acabaria sendo a sua despedida - não planejada - do jornal:

"Das palavras ultimamente pronunciadas pelo sr. presidente da República, infere-se não ser o seu estado de espírito aquele que até há pouco sistematicamente definia a confiança que depositava em si e na sua gestão. O otimismo, de resto inconsistente, que transpirava de todas as suas atitudes, acabou por ceder lugar a uma inquietação crescente, na qual são evidentes os sinais de que admite s. exa. que as coisas venham a piorar - não porque elas se tenham em si mesmas deteriorado, mas em conseqüência dos erros praticados por s. exa.. É que, com o correr do tempo e o contato com a realidade, vai s. exa. percebendo que governar uma nação de mais de 80 milhões de habitantes e que acaba de dar, com a vitória de 64 - que, embora s. exa. a considere como obra das Forças Armadas, se deve ao próprio esforço da coletividade - uma demonstração viva de fé democrática, é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército.

Ao assumir as funções de presidente da República, imaginou o sr. marechal Costa e Silva que para essa difícilíssima missão estava perfeitamente capacitado, tanto mais que na profissão que adotara havia galgado com facilidade toda escala hierárquica, dando sempre provas de aptidão e de descortino. Ao deixar os quartéis para bruscamente se investir das responsabilidades de supremo mandatário do Estado Brasileiro - e isso nas condições que ele e seu antecessor estabeleceram, de comum acordo e prescindindo das advertências que lhes dirigiam cotidianamente os

⁹⁰ Idem, ibidem.

que haviam encanecido na vida pública - fê-lo s. exa. de ânimo leve, na convicção de que, no novo terreno que pisava, bastar-lhe-ia empregar a experiência adquirida na carreira militar e dedicar aquele mesmo respeito que sempre demonstrara pelos regulamentos disciplinares ao sistema legal que juntamente com sr. marechal Castelo Branco tinha encomendado ao sr. Carlos Medeiros Silva e aos autores de seus complementos naturais as Leis de Imprensa e de Segurança Nacional. (...) Agora, porém, que são claros os sinais de desagregação irreduzível da maioria parlamentar, como o comprova a estrondosa derrota sofrida ontem pelo governo, quando mais de 70 deputados da ARENA votaram contra a concessão de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, pergunta-se: que é que poderá resultar de um estado de coisas que tanto se assemelha ao desmantelamento total do regime que o sr. presidente da República julgava fosse o mais conveniente àquele delicadíssimo e frágil arquipélago de grupos sociais a que se referia ainda ontem, cuja integridade, é s. exa. o primeiro a reconhecê-lo, está por um fio?"⁹¹

As oscilações de UH/RJ colocam-se, inicialmente, nas considerações que faz relativamente ao golpe de Estado de 1964. Inicialmente, não aceita a sua existência, mas, posteriormente, em nome da defesa da legalidade e do pacifismo passa não só a admiti-lo, como também a denominá-lo de "revolução" ou de "movimento vitorioso". Em relação à figura dos marechais-presidentes, pode-se dizer que, ressalvadas as diferenças, há um percurso semelhante entre OESP e UH/RJ. Em primeiro lugar, Castelo Branco é digno de confiança fazendo parte dos militares (maioria segundo o jornal) que desejam o fim do arbítrio no País. Com o passar do tempo, sua imagem fica desgastada sendo alvo de muitas críticas, de modo que, Costa e Silva, para chegar a bom termo em seu governo, precisaria se afastar da influência de seu antecessor. Ainda uma questão: tendo sempre colocado claramente suas bandeiras de luta e seus intentos de posicionar-se politicamente em todas as circunstâncias, por vezes, coloca a temática da neutralidade/imparcialidade da imprensa frente aos fatos.

O jornal utiliza a estratégia da divisão, entendendo que dentre os protagonistas civis do golpe há "bons e maus", o mesmo acontecendo com os militares. Para deter a arrancada da violência e buscar garantir um mínimo de legalidade à situação, apoia setores golpistas num reconhecimento implícito da "revolução" que, num primeiro momento, se negara a admitir:

"Repudiando as tentativas de impor ao Brasil um regime de extrema-direita, isto é, um sistema fascista, notório objetivo de um reduzido grupo de dirigentes da revolução, o General Amaury Kruehl falou, estamos certos, em nome da imensa maioria de nossas Forças Armadas e interpretou o verdadeiro sentido da participação decisiva que tiveram no movimento que derrubou o Sr. João Goulart, líderes civis como os Srs. Magalhães Pinto, Ney Braga e Mauro Borges.

Basta um balanço sumário da posição assumida frente àquele movimento [grifos nossos] pelos principais jornais do País, pelos dirigentes partidários mais responsáveis, não só do PSD, como até mesmo da UDN, para que se constate o horror com que a opinião pública nacional vem acompanhado as manobras do audacioso grupo liderado em particular pelos Srs. Carlos Lacerda e Ademar de Barros, apoiados em ínfimos setores das classes armadas, procurando criar condições para a abolição total do sistema democrático e a imposição de um

⁹¹ INSTITUIÇÕES em frangalhos. SP, OESP, 13dez1968. p. 3. É preciso salientar que este editorial não faz parte de nossa seleção original. Nós o utilizamos exclusivamente devido a sua importância na história da imprensa e do jornal, na medida em que assinala uma fase de exacerbação e montagem da estratégia da censura à imprensa e porque seria o último escrito por Júlio de Mesquita Filho para o jornal, até sua morte, em 1969, constituindo-se num divisor de águas para o periódico.

novíssimo Estado fascista que, como todos os regimes totalitários, acabaria por precipitar o Brasil na maior das tragédias, ou seja a guerra civil."⁹²

O jornal, que se caracterizaria por lutar pela "normalização democrática" contra o arbítrio do regime militar, demonstra que utiliza dois pesos e duas medidas. "Para os amigos tudo, para os inimigos o rigor da lei", como propõe o dito popular. Repudiando a perseguição aos trabalhadores, acaba denunciando correligionários de Lacerda no mesmo dia e na mesma página em que faria um artigo para criticar o "dedo-durismo":

"Todos os conselheiros dos IAPs, inclusive os representantes classistas que têm mandatos de quatro anos fixados por lei, suspeitos de atividades consideradas extremistas, estão sob ameaça de demissão sumária. Os informes estão sendo enviados ao Ministério do Trabalho pelo Conselho de Segurança Nacional, que fornece a ficha de cada um dos integrantes dos órgãos colegiados da previdência social.

A maioria dos representantes operários está na marca do pênalti, alguns por serem tachados de 'simpatizantes do comunismo'. Os representantes do Governo passado, com exceção do Sr. Antônio Alves de Almeida, presidente da CNTC, já foram afastados pelo Sr. Ranieri Mazzilli.

Mas o expurgo ainda não terminou. A sede de vingança contra a participação dos trabalhadores na administração dos IAPs levou o Sr. Carlos Lacerda a intervir ostensivamente nos órgãos da previdência social. Conseguiu, assim, a nomeação de dois presidentes para o IAPC e o IAPETC nas pessoas dos seus dois íntimos colaboradores Sílvio Viotti e Hélio Walcacer. Este último, que estava à disposição do Governador da GB, recebendo ilegalmente dos cofres do instituto, foi nomeado à força, já que as informações do Conselho de Segurança Nacional apontavam como 'antigo militante comunista, com vasto prontuário subversivo'. Pergunta-se que autoridade tem esse Sr. Walcacer para proceder a qualquer expurgo."⁹³

"Os 'dedos-duros' que se aproveitam da situação - seja, aqueles delatores abjetos tão bem retratados no artigo de ontem de Márcio Moreira Alves - andaram voltando suas atenções para o Supremo Tribunal Federal, no afã de 'expurgar' os Ministros Evandro Lins e Silva e Hermes Lima. A resposta do Supremo foi fulminante. Não somente o Ministro Presidente Álvaro Ribeiro da Costa, conhecido pelas suas restrições ao governo deposto, como os demais ministros se manifestaram em total e inequívoca repulsa à sórdida tentativa.

O Supremo Tribunal Federal soube honrar suas tradições e sua condição de um dos três poderes legítimos da República. Deu, com isto, uma lição ao Legislativo onde se assistiu, até, ao espetáculo ignominioso de deputados 'dedo-duro' ocupando a tribuna para pedir a cassação do mandato de colegas."⁹⁴

A figura de Castelo Branco é poupada em meio a críticas contra violências perpetradas:

"Nova e decisiva manifestação veio juntar-se ontem às vozes que, de todos os setores vitais da opinião nacional se erguem contra a violência e o arbítrio. Trata-se do pronunciamento firmado por 18 bispos do Nordeste - inclusive o novo

⁹² FASCISMO, Não! RJ, UH, 14abr1964. p. 1.

⁹³ O expurgo nos IAPs. RJ, UH, 22abr1964. p. 4.

⁹⁴ "DEDO-DURO" & Supremo. RJ, UH, 22abr1964. p. 4.

Arcebispo de Recife e Olinda, D. Helder Câmara - no qual se manifesta o desejo de que 'inocentes, eventualmente detidos em um primeiro momento de inevitável confusão, sejam quanto antes restituídos à liberdade e que mesmo os culpados sejam livres de vexames, tratados com o respeito que merece toda a criatura humana'.

*O apelo dos bispos, esperamos, há de encontrar ressonância junto ao Governo que ontem se empossou. A advertência tem endereço certo: ela previne os novos mandatários, exatamente, contra os furores daquela 'extrema direita reacionária' a que se referiu o Presidente Castelo Branco.*⁹⁵

O Presidente, entretanto, não é poupado, por vezes, quando surgem críticas severas ao seu governo:

"Ao terminar a vigência do artigo 7º do Ato Institucional, o governo do Marechal Castelo Branco tornou-se o mais impopular que já houve no Brasil. Impopular pelos maus atos praticados contra o povo, particularmente contra a classe média e o proletariado. E, nem assim, conseguiu um apoio sólido das classes chamadas conservadoras, o comércio e a indústria nacionais, sufocadas pela elevação dos impostos e por uma política econômica que canaliza seus favores para o capital monopolista estrangeiro.

Para ter certeza deste fato, o Presidente-Marechal não precisa, aliás se informar pela Imprensa. Criou ele, no início de sua administração, um Serviço Nacional de Informações que lhe pode atestar, com maior nitidez, o singular fenômeno.

*E não deve S. Exa. culpar a ninguém, pois oposição não teve margem, nestes seis meses de arbítrio governamental, para criar-lhe artificialmente tamanha impopularidade. A culpa é dele próprio, que empalmando o Poder e prometendo agir, nos vários planos da administração e da política, num sentido moderado, democrático, condenando até as soluções de direita como uma aventura perigosa, entregou-se logo aos radicais da direita, para satisfação das quais só deu ao povo perseguição, desemprego, impostos nunca vistos e custo de vida insuportável.*⁹⁶

Porém, eis que retorna a estratégia da divisão entre "bons e maus" chegando-se a distinguir e condenar o golpismo em meio a golpistas. Castelo Branco é poupado pelo jornal e buscam-se estratégias mais "duras" para salvar a "legitimidade" de seu governo e do processo eleitoral (eleições de outubro de 1965) que tantas vezes teve denunciado pelo jornal os casuimos cometidos.

Este artigo se manifesta contra as tentativas de golpe, que denunciavam, da parte de Carlos Lacerda e da UDN, descontentes com o resultado eleitoral e com o fato de o presidente haver permitido eleições:

*"A opinião pública democrática do País, entretanto, não se deixa desorientar pelos aspectos sombrios da situação. Ela espera, ainda, contar com uma união geral dos esforços na luta contra a baderna. Pois o que os conspiradores querem é a supressão total e definitiva da liberdade. Seu programa está no 'Ato Institucional nº 2', que já têm pronto. A opção, portanto, não apresenta dificuldade. O povo espera que as Forças Armadas saibam cumprir o seu dever e esmagar o golpe em marcha [grifos nossos]."*⁹⁷

⁹⁵ A palavra dos bispos. RJ, UH, 16abr1964. p. 4.

⁹⁶ OS Efeitos do Ato. RJ, UH, 10out1964. p. 4.

⁹⁷ CONSPIRAÇÃO. RJ, UH, 9out1965. p. 4.

Apesar das críticas ao processo sucessório, o candidato Costa e Silva é elogiado. Não é apoiado pela oposição somente pela sua ausência de autonomia:

"A sucessão do Marechal Castelo Branco é um episódio 'revolucionário', no sentido de que se vai processar entre 'revolucionários', na área da 'revolução'. Como 'revolução', no Brasil é a posse do Poder por um grupo, com exclusão da participação popular, a substituição do Presidente não tem significação, para o povo brasileiro, senão pelas conseqüências práticas, que possa ter, no processo de normalização da nossa vida pública.

O homem que postulasse a sua eleição pelo Congresso com um corajoso programa de restauração das instituições democráticas, esse seria o líder da nação. Para assumir essa atitude, teria que dispor, evidentemente, de sólido apoio militar, embora não tivesse de ser necessariamente [grifo no original] um chefe militar.

Prestígio nas Forças Armadas tem hoje, de sobra, Costa e Silva. Mas o tem enquanto dispuser de uma área independente de manobra, que tende a desaparecer à proporção que ele se vai 'enquadrando' no esquema sucessório engendrado precisamente para esvaziar sua candidatura.

Será que o Ministro da Guerra não percebe que o tempo está trabalhando contra essa candidatura? Ou que o calendário anti-Costa se resume em despojar o candidato das condições que o recomendam aos políticos?"⁹⁸

Do mesmo modo como ocorrera com Castelo Branco, ao longo de seu governo, Costa e Silva é preservado. Os problemas decorrem do legado que herdou de Castelo Branco:

"A tese da 'pacificação', levantada pelo Governador Viana Filho, não pode deixar de ser simpática a todos que desejam a volta à normalidade política e, por via de conseqüência, à plenitude democrática.

A verdade, porém, é que essa tese não repercutiu ainda nos meios partidários. Há uma descrença geral nos propósitos de normalização por parte do Governo. Cada iniciativa anunciada como iminente na esfera do Executivo Federal traduz o apego à linha Castelo Branco e à estratégia da Sorbonne, que conduzem à consagração de uma ditadura institucionalizada conservando da democracia apenas os atributos externos.

Pacificação quer dizer acordo de vontades. E não há acordo sem concessões de parte a parte. O que nos parece difícil é que este Governo se convença de que não é simples delegação da revolução ou da fração militar que a fez à sua imagem e semelhança. Só assim poderia ele partir para uma política de vôo alto, que se alicerçasse na opinião pública.

Pessoalmente, o Chefe do Governo é um temperamento liberal, com inclinações democráticas, repugnando-lhe, visivelmente, utilizar o arsenal de leis draconianas que herdou do seu antecessor. Mas terá ele a necessária autonomia de manobra para ir até o lançamento de uma política de pacificação nas linhas traçadas pelo Sr. Luís Viana? Será que o permitiria o tabu da 'unidade militar'?

A Nação não estranhou que um chefe militar substituisse outro no Governo saído da revolução. Parecia-lhe que um oficial-general, com a energia revelada pelo Ministro da Guerra revolucionário, seria o Presidente adequado para reconduzir as Forças Armadas às suas tarefas profissionais, retirando-as por completo da área das decisões políticas.

⁹⁸ JOBIM, Danton. Cartas na Mesa. RJ, UH, 11abr1966. p. 4.

*E o que a Nação espera do Presidente é exatamente isto: que seja o restaurador do poder civil, o único poder soberano em qualquer democracia; que restabeleça a tradição do nosso Exército, singularizado no continente por jamais haver empalmado o poder civil, em suas intervenções como 'poder moderador', mas não usurpador dos demais.*⁹⁹

Na defesa de Costa e Silva por comparação a Castelo Branco, o periódico chega a reconhecer a diferença de ambos em relação ao conceito de Segurança Nacional. Enquanto o primeiro enxergaria a conceituação como vinculada ao aspecto nacional, o segundo a veria presa a questões estratégicas de segurança continental:

"Desde que começou a fazer pronunciamentos de teor liberal e a anunciar medidas de pacificação nacional, o Presidente Costa e Silva viu-se preso numa contradição. Esse novo espírito se chocava irremediavelmente com a armadura legal forjada para sustentar um regime de outra natureza: autoritário, intolerante, ditatorial. A contradição agravou-se ainda mais desde que, ao definir os rumos que pretende imprimir à política exterior de seu Governo, o Marechal Costa e Silva estabeleceu, como ponto de partida, um conceito de segurança nacional frontalmente oposto àquele que o Marechal Castelo Branco procurou impor, baseado na doutrina da 'Sorbonne'.

A antítese é clara, entra pelos olhos do menos prevenido dos observadores: enquanto Castelo Branco sustenta que 'um conceito de segurança eminentemente nacional seria algo irreal no mundo moderno', subordinando o tal conceito a considerações de ordem político-estratégicas sobre a segurança continental - Costa e Silva defende a tese da segurança nacional prioritária, submetida aos imperativos do desenvolvimento nacional e servida por uma política externa soberana.

*A Lei de Segurança Nacional é uma decorrência direta da concepção 'sorbomniana'. Considera todo o povo potencialmente inimigo do Estado. Subordina tudo à preocupação, ao temor de que os cidadãos sejam avassalados pela infiltração ideológica e participem na 'guerra interna'. Sua fundamentação não é jurídica, mas programática e sectária. Em vez de proteção para a segurança, oferece um Estado para a autocracia.*¹⁰⁰

Relativamente à concepção de Imprensa adotada pelo jornal é muito claro seu engajamento político, inclusive partidário. Entretanto, causa-nos espécie, afirmações no sentido de crer que a Imprensa apenas "registre os fatos" levando ao entendimento possível de uma defesa da neutralidade que o periódico nunca procurou exercer na prática. Estes dois artigos dão uma mostra desta oscilação.

No primeiro, Danton Jobim falando da escolha de candidatos ao Congresso e à Assembléia Legislativa, por parte do MDB carioca e apontando para a formação, no partido, do Grupo Autêntico de Afirmação Democrática, exhibe claramente o seu posicionamento político e o de UH/RJ:

"Sentindo suas responsabilidades na hora presente, meus companheiros responsáveis pela orientação política de ÚLTIMA HORA marcham comigo, nesta hora, unidos e solidários no apoio ao Grupo Autêntico de Afirmação Democrática. É a sua contribuição para que tenhamos uma representação à altura da Guanabara, no Congresso e na Assembléia, e que utilizemos o voto para apressar a

⁹⁹ JOBIM, Danton. O Presidente e a pacificação. RJ, UH, 8fev1968. p. 2.

¹⁰⁰ A Porta Aberta. RJ, UH, 8abr1967. p. 4.

volta à normalidade política, ajudando a Guanabara a cumprir sua missão histórica de vanguarda dos grandes movimentos nacionais pela democracia e pela liberdade."¹⁰¹

Neste outro artigo, postulando-se contra as críticas feitas à imprensa pelo governo por seus posicionamentos e, especificamente por ter o orador apontado, numa comemoração da Polícia Militar da Guanabara, a imprensa como causadora do desprestígio da corporação, UH/RJ assim se posiciona buscando a "neutralidade":

"A imprensa não faz campanha contra a PM. Apenas registra os fatos [grifo nosso]; publica as fotos dos acontecimentos. Faz a radiografia, portanto, da violência cometida. E o equívoco não pode estar na radiografia, mas no discurso leviano no repasto ao comandante da corporação.

A imprensa continuará a divulgar as selvagerias praticadas, quando forem praticadas, contra a mocidade estudantil e o povo. Não há ameaças ou insinuações que a levem a calar-se, porque divulgar os fatos é a razão mesma de sua existência."¹⁰²

Começamos este capítulo tentando apontar que OESP e UH/RJ apesar de possuírem projetos que poderiam ser considerados antitéticos enquanto órgãos de divulgação e quanto aos anseios que fazem para a sociedade brasileira, vivenciam, nesta trajetória de 1964 a 1968, em seu comportamento em relação ao Estado Autoritário brasileiro pós-64, vastas possibilidades de aproximações. A seguir delineamos pontualmente seus distanciamentos em alguns aspectos que são significativos para que esboçemos uma compreensão de fundo dos projetos de cada um dos periódicos.

Procurando, numa análise de fundo dos artigos selecionados chegar à elaboração dos respectivos projetos sociais dos jornais, em relação ao conceito de *democracia* observamos, mais uma vez, suas aproximações e distanciamentos.

Por último, na construção das oscilações discursivas de ambos os jornais, acabamos por aprofundar a dimensão da possibilidade de aproximações que eles sedimentaram no tempo.

13 de dezembro de 1968, a promulgação do AI-5, além das inúmeras alterações que trará para os rumos do País, representará para cada um destes periódicos, de forma diferenciada, um divisor de águas. Ao mesmo tempo, o Estado Autoritário brasileiro pós-64, nesse momento, encontrar-se-á legalmente aparelhado para coibir o que considera abusivo e não condizente com a "defesa da segurança nacional" que estará na ordem do dia. A Imprensa não ficará impune.

¹⁰¹ JOBIM, Danton. *Bandeira de Luta*. RJ, UH, 1set1966. p. 1.

¹⁰² IMPRENSA livre e ditadura. RJ, UH, 10ago1968. p. 2.

2. Acirramento de tensões

O período que se inaugura com o AI-5 aponta para o incremento das dificuldades nas relações entre o Estado Autoritário brasileiro pós-64 e a imprensa.

O recrudescer da violência repressiva no final do governo Costa e Silva, durante a fase da Junta Militar e, ao longo do governo Médici, será constante e progressivo. Um infernal círculo vicioso se instaura: de um lado, a diminuição dos espaços de contestação com o aumento do autoritarismo explícito do regime consolida as experiências de luta armada de grupos organizados que passam a agir na clandestinidade e, de outro, esta postura oposicionista fornece munição para a expansão da carga repressiva.

Apesar de decorrido pouco tempo, alguns autores¹ já se debruçaram sobre as temáticas das conflituosas relações entre o Estado e a sociedade no período.

Márcio Moreira Alves procura descaracterizar o ponto de vista construído pelo regime militar no sentido de entender que o recrudescer dos efeitos políticos do AI-5 e do período que o sucedeu seria uma reação governamental à "baderna" promovida pelos setores oposicionistas mobilizados colocando em risco a segurança da Nação. Em sua concepção, já havia um golpe (dentro do golpe) em marcha, em 1968. Aproveitou-se apenas, o episódio de seu pronunciamento na Câmara, a repercussão e a votação da licença para processá-lo, como pretextos. Contando sua experiência como parlamentar e na "república socialista do Lago"², Márcio diz que a comunidade de informações vigiava suas atividades e as de outros parlamentares procurando pretextos para justificar um novo ato institucional:

"A comunidade de informações exagerava a influência dos deputados sobre os movimentos populares porque isso convinha aos seus planos de golpe. Na verdade, era notório que os deputados eram aceitos com reservas pelos estudantes e operários e sequer lhes era dada a palavra em reuniões sindicais ou assembléias, onde o controle dos oradores ficava sempre em mãos das correntes mais radicalizadas. A reação dessas correntes era ainda mais excludente em relação aos

¹ Há uma variedade de obras memorialistas [buscam contar a sua vivência enquanto (co)participantes de grupos envolvidos na luta armada]; exercícios de análise mais amplos da experiência desses grupos; estudos que se dedicam a pensar um caso em especial por envolvimento pessoal/familiar; trabalhos que procuram levantar os antecedentes do acirramento das tensões. Debruçamo-nos, particularmente, sobre os seguintes trabalhos: ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. RJ, Nova Fronteira, 1993; BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. RJ, Civilização Brasileira, 1982; BRASIL: Nunca Mais. Petrópolis, Vozes, 1985; CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá: guerrilha do Araguaia*. RJ, Record, 1993; CALDEVILLA, Vinicius. *Vitral do tempo*. SP, Xamã, 1994; FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. SP, Global, 1979; GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* RJ, Nova Fronteira, 1982; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas; a esquerda brasileira: das ilusões à luta armada*. SP, Ática, 1990; JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. SP, Global, 1979; MIR, Luís. *A revolução impossível*. SP, Best Seller, 1994; MORAES, João Luiz de. *O calvário de Sonia Angel*. RJ, Gráfica MEC, 1994; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. SP, Brasiliense, 1989; VENTURA, Zuenir. *1968; O ano que não terminou*. RJ, Nova Fronteira, 1988; WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. SP, Cia. das Letras, 1990.

² A imprensa denominava assim o reduto de encontro da oposição, a casa alugada por David Lerer, Eugênio Doin Vieira, Edgar da Mata Machado e Márcio Moreira Alves, depois de se eleger Deputado Federal em 1966, oriundo da redação do jornal CM.

militantes do PCB, de cuja linha divergiam por considerá-la exageradamente prudente e, por isso, cúmplice do regime militar.

Onde os deputados realmente influenciavam era nos diretórios acadêmicos que os convidavam a falar, especialmente sobre problemas que diziam diretamente respeito aos estudantes, como a negociação dos acordos MEC-Usaid, entre o Ministério da Educação e o governo dos Estados Unidos. Influíam, ainda, no público em geral, através da imprensa, que transmitia suas opiniões e discursos. Alguns, como Hermano Alves continuavam a escrever nos jornais. Um artigo de Hermano Alves sobre a situação militar, publicado no Correio da Manhã [grifo no original], foi examinado como um possível pretexto para o desejado confronto com o Congresso, caminho para um novo ato institucional. O pedido para processá-lo chegou a ser encaminhado ao Supremo Tribunal e à presidência da Câmara.

O pretexto veio, finalmente, com a invasão da Universidade de Brasília e o discurso que a respeito pronunciei." (Alves, 1993. p. 144)

Em meio à tentativa governamental de mover um processo contra Márcio Moreira Alves, advém o AI-5, a 13 de dezembro de 1968. Este, no seu preâmbulo e considerações iniciais, toma os Atos Institucionais anteriores como instrumentos pelos quais a "Revolução Brasileira de 31 de março de 1964" se institucionalizou, oferecendo-lhe fundamentos e propósitos no sentido de dar ao País um sistema jurídico e político de "autêntica ordem democrática". Frisa, entretanto, a necessidade de chegar a esse instrumento de exceção pela situação vivenciada no momento. Ou seja, constrói a versão da "reação necessária" do governo, contra a qual Márcio Moreira Alves se insurgiu:

"Considerando, no entanto, que atos nitidamente, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição;" (Preâmbulo do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968)

O texto que se segue sanciona medidas muito mais duras que os Atos anteriores: abre a possibilidade de decretação de recesso do Congresso Nacional - o que foi feito pelo Ato Complementar número 38, no mesmo dia - das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores pelo presidente da República; permite ao presidente decretar a intervenção nos Estados e Municípios sem as limitações da Constituição; faculta ao presidente a suspensão de direitos políticos por dez anos de quaisquer cidadãos e a cassação de mandatos eletivos federais, municipais e estaduais; suspende as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; possibilita ao presidente, nos casos previstos pela Constituição decretar e prorrogar o estado de sítio; suspende a garantia de *habeas corpus* para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Além disso e, contrariando os anteriores que, em suas disposições finais, previam a data de encerramento de sua validade³, este não se posicionava a respeito encerrando-se apenas com a forma legal usual:

"Art. 12. O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário."

Neste período, a manifestação oposicionista, uma vez cerceados os espaços de atuação na legalidade, vai se caracterizar pela luta de uma série de agrupamentos que, na clandestinidade, agem por meio de atividades guerrilheiras nos espaços rural e urbano, objetivando a derrubada do regime militar.

O livro **Brasil: Nunca Mais** aponta as origens dos agrupamentos e desmascara a tese do regime de endurecimento como saída defensiva:

"Os órgãos de segurança sempre argumentaram que sua violência era resposta à violência dos grupos de esquerda; este resumo permite mostrar que muitos dos partidos atingidos não advogavam o emprego de métodos militares. As autoridades do regime sempre aludiram à existência de uma ameaça real ao Estado, dado o poderio bélico dessas organizações postas na ilegalidade; a descrição que se segue permite verificar qual dose de verdade existiria em tais afirmações.

Como explicação inicial a respeito da natureza política desses grupos clandestinos, é preciso começar dizendo que, em sua grande maioria, adotam uma orientação marxista. Quase todos resultam de divisões ou subdivisões ocorridas a partir de um mesmo tronco, o PCB, fundado em março de 1922. Tal sigla significava, então, Partido Comunista do Brasil, organização política que até o final da década de 50 reunia praticamente todos os marxistas brasileiros.

Especialmente na década de 60, isso se modifica, com o surgimento de novas organizações como a AP, POLOP, PC do B, ALN, MR-8, VPR⁴, e muitas outras siglas (...) Tais grupos se diferenciam entre si, em torno de questões chamadas programáticas (como cada organização enxerga a sociedade brasileira e quais mudanças propõe em sua estrutura), estratégicas (qual o caminho geral a ser seguido para chegar ao poder e conseguir aquelas transformações) e táticas (métodos de ação e propostas políticas de conteúdo mais imediato) [grifos no original]." (BRASIL: Nunca Mais, 1985. p. 89-90)

A forma de atuação guerrilheira recebe influência significativa de algumas experiências externas localizadas entre o final dos anos 40 e a década de 60. Referimo-nos, particularmente, à Revolução Chinesa com a incorporação da população camponesa como elemento primordial na luta revolucionária sobrepujando o histórico papel conferido pelo marxismo ao proletariado urbano como classe revolucionária por excelência. E à Revolução Cubana, bem como às atividades dos guerrilheiros comunistas do Vietnã, tanto no processo de extermínio da dominação francesa como no da luta contra a intervenção norte-americana. Estas duas últimas experiências trazem a ação de pequenos grupos ("focos"/guerrilhas) que conseguem, com sua atuação, chegar à vitória frente a inimigos poderosos e incorporando parcelas expressivas da população.

³ A título de exemplo, o Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, concluía observando: "Art. 33. O presente Ato Institucional vigora desde a sua publicação até 15 de março de 1967, revogadas as disposições constitucionais ou legais em contrário".

⁴ Respectivamente: Ação Popular, Organização Revolucionária Marxista Política Operária, Partido Comunista do Brasil, Ação Libertadora Nacional, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Vanguarda Popular Revolucionária.

Márcio Moreira Alves introduz esta questão ao falar da orientação encaminhada em conferência, convocada por Fidel Castro e realizada em Havana, da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), no momento em que chega a notícia da morte de Che Guevara (8 de outubro de 1967). Esta orientação, segundo o autor contrária à opinião da URSS, tinha como mensagem principal *"criar no continente dois, três, muitos Vietnãs"*, ou seja, muitos focos de luta armada contra o capitalismo. Márcio conta que, presente à conferência encontrava-se o brasileiro Carlos Marighella que, naquele momento, rompia com o PCB para se dedicar à luta armada que encarava como a única forma de combater o regime militar.

Carlos Marighella foi um dos grandes articuladores da ALN que, segundo o levantamento do Projeto BNM, responde por um dos maiores processos movidos contra militantes pelo regime e, também, é o agrupamento que possui um número de envolvidos e baixas dos mais significativos. Marighella, em relação à guerrilha urbana, e Carlos Lamarca (vinculado à VPR), no que se refere à guerrilha rural, formam a dupla de "guerrilheiros-símbolo" desta fase, sintetizando os ideais almejados e não alcançados por estes agrupamentos.

Alguns autores estudiosos do período, por sua vez, discutem a questão da derrota dos grupos clandestinos que se dedicaram à luta armada.

Jacob Gorender levanta a hipótese de que, em 1964, *"avançava impetuosamente o maior movimento de massas da história nacional e o País já se achava no redemoinho de uma crise institucional"*. Faz esta observação para concluir que a luta armada não foi travada pela esquerda quando deveria ter sido, ou seja, em 1964 e foi desfechada em definitivo a partir de 1968, quando já se achava em condições desfavoráveis: *"o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados"*. Além disso, pondera que esses agrupamentos encontravam-se distanciados da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas. Assim, a luta armada pós-64 *"teve a significação de violência retardada"* (Gorender, 1990. p. 249-250).

Este esquema interpretativo pressupõe a possibilidade de uma vitória contra o regime no momento (1964) em que as condições favoráveis (a crise institucional e o "movimento de massas") estavam dadas. Duas questões restam pendentes nesta análise. Se estávamos, em 1964, frente a um poderoso "movimento de massas" como explicar a não resistência ao golpe, por parte das "massas"? O pressuposto critica a não atuação das "vanguardas" em 1964. Estas, quando quiseram agir (1968) encontravam-se isoladas, distanciadas. Daí estarem fadadas ao insucesso. Mas, e as "massas" mobilizadas em 1964, por que não reagiram? A segunda questão localiza-se em outro pressuposto: haveria, em 1968, pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas ao "adversário". Parece, portanto, haver uma homogeneidade nas Forças Armadas como se, nesse momento, estivessem coesas. Entretanto, como explicar as cisões entre, pelo menos, duas concepções militares: a "Sorbonne" e a "linha dura", nesta fase (1968) de grande tensão, acentuada durante a doença de Costa e Silva (1969) e no governo da Junta Militar até a posse de Emílio Garrastazu Médici?

Partindo de outra perspectiva, Daniel Aarão Reis Filho busca encontrar as razões da derrota no interior dos próprios agrupamentos. O autor baseia-se em ampla pesquisa que abrange o Projeto BNM que, além da análise dos processos oriundos do Superior Tribunal Militar, inclui o vasto material apreendido, ao longo da montagem desses processos, das organizações que se opuseram ao regime militar instaurado em 1964. Relaciona, então, como elementos explicativos do fracasso das tentativas de insurgência armada nesse período: *"os pressupostos fundadores, a leitura legitimadora dos modelos internacionais, a dinâmica antidemocrática, a estratégia da tensão máxima e a presença marcante das elites sociais intelectualizadas"*. Em suma, as *"características básicas, substantivas, das organizações comunistas"* (Reis Filho, 1990. p. 182). Ao pensar a derrota brasileira por comparação a vitórias revolucionárias ocorridas em outros locais, o autor questiona:

"Terá sentido então insistir na 'indigência' dos comunistas brasileiros? Se tinham mais ou menos 'virtudes' que os dirigentes revolucionários vitoriosos? É evidente, desde logo, que os vitoriosos tornaram-se maiores em termos históricos, porque viveram situações incomparavelmente mais complexas e ricas - social e politicamente. Mas a comparação das experiências sugere a hipótese de que os comunistas brasileiros foram derrotados pelas semelhanças que os aproximam [grifos no original] (e não pelas diferenças que os separam) das organizações e partidos vitoriosos." (Reis Filho, 1990. p. 186)

Em torno, portanto, da irônica constatação que dá título ao trabalho: *"a revolução faltou ao encontro"*, Daniel Aarão trabalha com uma perspectiva explicativa que nos parece de molde a possibilitar uma maior compreensão dos acontecimentos.

Instaurado a partir de 1966, sob a coordenação do PC do B, na região do Rio Araguaia, no Sul do Pará, detectado pelos órgãos de segurança em 1972, sucumbe o último dos movimentos guerrilheiros deste período, em 1974, demonstrando o elevado índice repressivo do regime e um alto número de mortos.

1974 é também o ano em que, após prolongada e conflituosa negociação militar, ocorre a sucessão do presidente Médici por Ernesto Geisel, pondo fim ao período de maior recrudescimento político e dando início à chamada "distensão".

A imprensa, nesta fase, também sofre a ação do endurecimento político. Quase que como expressão clandestina em meio a proibições que se aceleram, floresce a rica experiência da chamada *imprensa alternativa*, ao mesmo tempo em que a censura finca as suas amarras.

No momento de edição do AI-5, quase todos os grandes jornais sofrerão agressões diretas que incluem (em alguns casos, com variedade da presença desses fatores) invasões e depredações de parte de seu patrimônio, apreensão de exemplares e até prisão de seus responsáveis diretos. Os censores (nesta fase, pertencentes ao corpo regular das três armas) se instalaram nas redações para delas se retirarem quando a "crise" havia acalmado, geralmente, no começo do ano de 1969.

O poderoso e importante CM, que teve seus dirigentes envolvidos em processos penais militares, foi alvo de grande violência. Assim, Jeferson de Andrade narra a história da invasão ao jornal:

"Mas a agonia final [do jornal] iniciou-se com a prisão de Niomar [refere-se à proprietária Niomar Moniz Sodré Bittencourt] a 7 de janeiro de 1969. E tudo havia se precipitado a partir de 13 de dezembro de 1968, data da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Niomar, Osvaldo Peralva e Edmundo Moniz encontram-se na redação do CORREIO DA MANHÃ e assistem pela televisão à leitura do AI-5 pelo ministro Gama e Silva. De repente, percebem uma grande confusão na portaria do jornal. Verificam o que se passa. São policiais armados de metralhadoras que vão chegando e tomando conta do prédio.

Um oficial indaga por Osvaldo Peralva. Ainda na portaria, um funcionário do jornal, amigo de Peralva, identifica-se como sendo ele o diretor-superintendente do CORREIO DA MANHÃ.

Peralva desce até o local ocupado por inúmeros policiais e se apresenta, liberando o falso Peralva. Muita confusão, palavras de ordem, desentendimentos, e um tiro é

disparado em direção a Osvaldo Peralva. Atinge o teto da portaria do prédio. Gritos, maiores confusões, novas palavras de ordem. Imediatamente, surge a alegação de que aquele tiro foi acidental." (Andrade, 1991. p. 39-40)

A seguir, ocorre a prisão do diretor-superintendente, Osvaldo Peralva, e a instalação de 11 censores na redação. Segundo o autor:

"Osvaldo Peralva continuou preso até 28 de dezembro de 1968. O CORREIO DA MANHÃ e toda a imprensa brasileira circulavam mediante censura prévia." (Andrade, 1991. p. 42)

Alberto Dines, na época, editor-chefe do **JORNAL DO BRASIL**, em depoimento a Paolo Marconi, conta como foi o episódio do AI-5 no JB:

"Visto do 'Jornal do Brasil' o AI-5 ocorreu assim: uma hora depois de lido o documento todo pela Voz do Brasil, se apresentaram dois maiores fardados, da Escola de Estado Maior do Exército, no Jornal para fazer a censura. Eu me lembro que pedi licença à direção - porque eu evidentemente era um instrumento da direção - para pelo menos naquela edição marcar posição contra a censura, porque eu previa que a coisa ia ser muito prolongada. Eu achava que pelo menos naquela edição nós tínhamos que caracterizar que estávamos censurados, inclusive para que o leitor ficasse sabendo. Depois, se não conseguíssemos mais, tudo bem, mas pelo menos uma vez a gente fazia.

A direção me deu essa autorização e nós fizemos aquela edição que eu considero realmente memorável [refere-se a formas que utilizaram para burlar a censura com fotos e referências indiretas e cifradas à violência do AI-5]. Mas isso criou um problema pessoal com os censores porque os dois iniciais foram aumentados para sete no dia seguinte. Eles não sabiam de nada, tinham tido um curso sobre jornais, como me confessaram, mas não sabiam de nada e então a gente apresentava as provas grandes de página - escova - e eles mandavam cortar isso ou aquilo. Só que lá embaixo, na oficina, a gente não cortava, ou então cortava e botava outra coisa. E muita coisa a gente nem apresentou. Eles não sabiam, pensavam que estavam controlando todo o mecanismo a partir de lá de cima, de minha sala.

Mas eles receberam um sabão dos chefes, porque vieram no dia seguinte - um sábado - ofendíísimos, achando que tinham sido traídos. Um desses que veio na primeira noite e que foi burlado, era parente do Costa e Silva, um gauchão de maus-bofes, e realmente eu quase me atraquei com ele porque ele me chamou de moleque e eu retruquei mandando-o sair de minha sala porque estava gozando de minha hospitalidade. Ai interveio um tenente-coronel que desapartou.

Eles ficaram no jornal até janeiro. Entremente, uma semana depois do AI-5 e com eles ainda agastados comigo, fui ser paraninfo de uma turma de jornalistas que estavam se formando na PUC e fiz um discurso contra a censura e os censores. No fim de semana eu viajei e, ao voltar no domingo, a policia estava em minha casa onde fui preso. Passei o Natal e os últimos dias de 1968 na cadeia. Enquanto isso, a direção do jornal parece que estava se compondo com as autoridades da Primeira Região Militar porque no início de janeiro a censura foi levantada. No mesmo dia voltei a ser preso sem qualquer razão aparente, pernoitando no Batalhão de Guardas para prestar depoimento.

Ai o esquema de autocensura já estava armado no jornal. A partir deste início de janeiro a censura se fazia na base do entendimento entre a direção do jornal e as autoridades militares. Esse sistema permaneceu pelos dois anos seguintes quando a Polícia Federal assumiu o encargo da censura. Ai a direção do jornal se sentiu

ofendida: com generais eles falavam, com inspetores de polícia não. Foi quando a direção me delegou a obrigação de receber os telefonemas da censura e de cuidar pela sua execução no jornal." (Marconi, 1980. p. 182-184)

Pelas observações de Alberto Dines já podemos perceber que, com o passar do tempo, passados os primeiros momentos de grande crise gerada pelo AI-5, as empresas jornalísticas (boa parte delas) aprenderam a negociar com as autoridades militares/policiais que se manifestavam através dos bilhetes (geralmente, apócrifos) ou telefonemas em que relacionavam os assuntos sobre os quais não poderia haver publicações. Acatando estas ordens esdrúxulas, cabia à direção e à chefia editorial do jornal comunicar ao seu corpo redacional o que poderia ou não ser publicado. A responsabilidade, portanto, passava das mãos do governo para as da direção da empresa, num exercício sutil de transferência da censura, ou seja, na **autocensura**. Estas ordens que assumem claramente um caráter propositalmente não-oficial, somente foram preservadas, e hoje se conhece a sua existência, pela manobra de jornalistas encarregados da recepção dos telefonemas ou dos bilhetes que, criteriosamente, dando-se conta da estratégia governamental, resolveram guardá-las. O exemplo mais conhecido é o do próprio **JB** que coletou e organizou mais de 170 dessas ordens que formaram o chamado "Livro Negro do **JB**". O levantamento mais amplo a respeito é o de Paolo Marconi que, entre 1969 e 1978, reúne 582 proibições enviadas aos mais diferentes órgãos de divulgação.

Medidas mais duras eram tomadas se o periódico se recusasse a cumprir essas ordens, ou mesmo, no caso da chamada *imprensa alternativa* onde o recrudescimento da censura era praticamente uma regra. Nestas situações, apelava-se para a censura prévia em que censores (inicialmente, militares das três armas e, posteriormente, da Polícia Federal) se instalavam nas redações e vetavam o material que já havia sido produzido pelos jornalistas. No caso da *imprensa alternativa* e de outros órgãos de divulgação cuja periodicidade não era diária, geralmente, os artigos eram enviados para o Departamento de Polícia Federal local ou o de Brasília que os devolvia, posteriormente (nem sempre a tempo da publicação), com os vetos que considerava necessários. Esta foi a estratégia da **censura prévia**.

OESP teve suas instalações invadidas, sua edição apreendida, basicamente, por causa do primeiro editorial do dia 13 de dezembro de 1968, de Júlio de Mesquita Filho, o "Instituições em Frangalhos" em que, fundamentalmente, se criticava a fraqueza do governo, vencido na votação na Câmara dos Deputados de seu pedido de concessão de licença para processar o Deputado Márcio Moreira Alves. O referido editorial concluía com o temor pela fragilidade das instituições ("em frangalhos") do País frente a esta derrota.

Após esta agressão mais grave, a situação se normaliza, como no caso dos outros grandes jornais, e **OESP** entra na rota das negociações com as autoridades acatando as ordens e exercendo a **autocensura**. Esta situação, entretanto, viria a ser alterada entre agosto e setembro de 1972, quando foi instaurada a **censura prévia** e os censores se instalaram na redação.

O jornalista Fernando Pedreira que foi Redator-Chefe e Chefe de Redação de **OESP** entre 1971 e 1977 (ainda hoje trabalha no jornal, onde está desde 1957), em entrevista a nós concedida em 26 de julho de 1994, relaciona o recrudescimento da censura com o estabelecimento da **censura prévia** no jornal, à questão da sucessão presidencial.

Segundo Fernando Pedreira, o problema sucessório gerara uma crise entre os militares desde o episódio da Junta que substituiu Costa e Silva por ocasião de sua doença. Havia a intenção de Afonso de Albuquerque Lima em se tornar Presidente e a disputa criou divisões nas Forças Armadas. Orlando Geisel reuniu o Comando Militar e acabou surgindo a indicação de Médici. Durante esta fase de luta sucessória, a situação do jornal em noticiar esta e outras questões ficara difícil. Após a escolha, retornou-se à normalidade. As dificuldades, entretanto, reaparecem no momento de discussão da sucessão de Médici retornando o conflito entre os militares sendo que

uma ala desejava a continuidade do atual Presidente e outra (com Orlando Geisel à testa) pleiteava a escolha de Ernesto Geisel. O jornalista observa que OESP, simpatizante da "corrente castelista" (leia-se "Sorbonne") começou a publicar notícias sobre o debate sucessório o que irritou setores militares que decidiram que isto não poderia continuar. Daí a imposição da censura prévia.

O jornal (e também o JT, pertencente à mesma empresa) permaneceria com os censores na redação até 4 de janeiro de 1975, data do centenário de sua fundação. A memória desta censura, no caso de OESP (além das estratégias criadas pelos jornais para mostrar que estavam censurados: as receitas de JT e os poemas de OESP) encontra-se preservada (a partir de março de 1973) pelo cuidadoso trabalho de coleta de todas as matérias censuradas com a marca de seus censores no Arquivo de OESP. São mais de 1.000 artigos que sofreram alguma espécie de censura.

É, mais uma vez, Fernando Pedreira que narra a história do fim da censura prévia. Nesse momento, o jornal preparava uma edição comemorativa de seu centenário através da publicação de um Suplemento especial que contaria a história do órgão de divulgação. Desejavam, entretanto, fazê-lo sem censura. Receberam um telefonema de Brasília, no dia da publicação, vetando a publicação do tablóide sem censura. Houve resistência do jornal que decidiu pela não veiculação nessas circunstâncias. Recebem outro telefonema, desta vez, com liberação do periódico, da parte do General Geisel. Os censores se retiraram da redação para não mais voltarem.

Em UH/RJ, a situação não foi diferente. É o jornalista Moacir Werneck de Castro que trabalhou no jornal entre 1957 e 1970 exercendo diversas funções, das quais a principal era de redator-chefe, quem explica:

"Implantado o regime militar, ele [refere-se a Samuel Wainer] se exilou e a UH passou de novo por uma fase difícil [segundo Moacir, o jornal, mesmo nos tempos de Jango, vivera muitas dificuldades, levando a muitas iniciativas de Samuel no sentido de conciliação com as forças conservadoras], enfrentando pressões cada vez mais fortes e levando a extremos penosos sua tentativa de sobreviver mediante concessões ao sistema 'revolucionário'. Inicialmente, nesse período, coube a direção a Danton Jobim, jornalista experimentado, cauteloso e de temperamento naturalmente conciliador. Danton remou com grande habilidade em meio a correntezas perigosíssimas.

Com o AI-5, nova e forte turbulência abalou o jornal, que ficou submetido à censura, feita por capitães e majores que se instalaram na redação desde o primeiro dia e ali se revezavam na tarefa, muito espantados por verem pela primeira vez de perto como funcionava um jornal e como, daquele caos, poderia resultar a ordem impressa, à hora certa.

Na condição de redator-chefe, eu me virava como podia. A certa altura apelei para Barbosa Lima Sobrinho, que me acolheu com a maior compreensão e simpatia. Embora nada tivesse a ver com o jornal, ele contribuiu com meia dúzia de brilhantes editoriais de análise dos atos institucionais, que apareciam na redação como que caídos do céu." (Campos, 1993. p. 84)

As palavras de Moacir Werneck de Castro são acentuadas por Flávio Britto, outro grande colaborador do jornal, que trabalhou, desde 1953, ao longo de 14 anos. Ele narra a difícil situação de UH/RJ após o golpe:

"Mesmo depois de 64, com Samuel no exílio e o jornal nadando contra a correnteza para sobreviver, enquanto órgãos que antes já rastejavam passavam a rastejar mais ainda, de olho, talvez, numa mesada de Brasília, que por sinal nem sempre chegava, pude muitas vezes sentir como a força de suas manchetes e a mensagem de suas

páginas batiam forte nos rochedos do arbítrio e na pusilanimidade. Um belo dia, em pleno governo Castelo Branco, quando um golpe de estado derrubou o ditador de plantão em Saigon, botei na rua a minha edição vespertina, anunciando, na manchete: 'Caiu a ditadura militar lá do Vietnã'. Isto valeu ao jornal ser convocado à sede do I Exército, no Rio, para aprender com um circunspecto coronel a 'diferença entre informação e contestação'. Ouvi, respeitoso, a explicação do oficial e retornei ao jornal convencido de que contestação, se houvesse, só podia ter sido por conta daquela palavrinha de duas letras: 'lá'. De outra feita, chamado ao Palácio Laranjeiras, juntamente com um reduzido grupo de outros jornais, dois dos quais de São Paulo, para um encontro informal, com o Presidente Costa e Silva, ali entrei com pequeno atraso e, ao ser anunciado como representante de Última Hora, escutei do General, que ocupava a cabeceira da mesa, o convite para sentar-me à sua direita: 'Última Hora senta aqui a meu lado', disse ele, deslocando para outra cadeira o impassível General Portela. Não precisei de muito esforço para compreender as razões daquela deferência do General-Presidente para com o vespertino de Wainer: diante dele, circulado a lápis vermelho, um exemplar de Última Hora denunciava o 'arrocho salarial' do Governo. A audácia e a criatividade de Última Hora [grifos no original] tinham essa marca inconfundível: onde batia, doía." (Anderson, 1993. p. 99)

Moacir Werneck de Castro, em depoimento concedido a nós, no dia 26 de julho de 1994, dá mais detalhes acerca da situação vivenciada pelo jornal nesse período. Em 1964, Samuel se exilou e ficou alguns anos fora do País, retornando antes do AI-5. Entretanto, com o advento do Ato, Wainer necessitou se esconder novamente e ficou orientando o jornal de longe.

Werneck de Castro observa que, na sua preocupação em manter o jornal com a rigidez crescente do regime militar, Samuel Wainer fazia diversas concessões ao Estado Autoritário. Cita como exemplo a publicação de uma página de versos de um capitão mostrando que o Exército era abnegado. Ele, Moacir, considerava esses versos impublicáveis.

O grande problema era financeiro. O jornal não conseguia anunciantes. Moacir observa que, em certo momento, o próprio Delfim Netto chegou a conseguir um empréstimo, que acabou não resolvendo. Para Moacir Werneck de Castro não adiantavam as concessões e o jornal deveria manter sua posição oposicionista.

Em relação às pressões financeiras geradas pela ausência de anunciantes, Moacir cita o caso de um conselheiro da embaixada norte-americana no Brasil e um agente infiltrado da Agência de Inteligência dos EUA, a CIA. Segundo ele, esta pessoa, devido ao anti-americanismo do jornal ameaçou diversas vezes sendo responsável por parte do garrote que se fechou sobre o periódico na forma da falta de anunciantes.

Queremos observar que, durante o período que analisamos, Danton Jobim foi uma figura muito importante para o jornal, atuando como seu redator-chefe, pelo menos desde 1965 até 1967 quando se retira, pois, vai assumir uma posição de destaque na Associação Brasileira de Imprensa. Mesmo assim, continua sendo um de seus diretores⁵. Danton, que foi político militante e chegou a ocupar o cargo de Senador pelo MDB, deixava transparecer claramente, em sua coluna, que oposição era a exercida, particularmente pelo setor dos chamados "autênticos" (por oposição aos "moderados") do Partido.

⁵ Em nossa pesquisa, tomamos o cuidado de selecionar, sempre que possível, ao lado da coluna *Opinião de "UH"*, um artigo de Danton que escrevia ora, na primeira, ora, na quarta página. Por fim, passa a assinar sua coluna na página 2.

Em relação a Danton Jobim, Moacir Werneck de Castro observa que era um conciliador, palatável ao regime militar. Dele, Macedo Soares, do **DIÁRIO CARIOCA**, chegou a dizer: "*Danton, você faz a indústria do bom senso*". Tendo em vista a orientação reformista e anti-revolucionária do jornal, desde o momento que antecede ao golpe e após a sua efetivação, perguntamos a Werneck de Castro se ele entendia que a posição política e mesmo partidária de Danton Jobim, combinava, naquele momento, com a postura de Samuel Wainer e ele disse acreditar que sim.

Moacir, que escrevia uma coluna sob o pseudônimo de *Miguel Neiva* e Octávio Malta, sob o nome de *Manuel Bispo*, se opunham a esta atitude conciliatória que era a orientação de Samuel e a tônica de Danton Jobim. Octávio Malta, figura vinculada ao PCB, sempre fora muito ligado a Samuel Wainer, desde a fundação de UH. O próprio Wainer, em suas memórias, declara que era ele que escrevia, inicialmente, os editoriais do jornal quando ele, Samuel, não se sentia suficientemente seguro para redigi-los.

Moacir Werneck diz ainda que a coluna *Opinião de "UH"* fazia o papel de um editorial e que ele chegou a escrevê-la. Considera que esta coluna mantinha um tom mais oposicionista de acordo com a própria tradição do jornal.

O que se observou concretamente na análise destes dois jornais neste período de acirramento repressivo?

OESP, desde a edição do AI-5, perde seu primeiro editorial, que era destacado ocupando mais espaço e era o local de manifestações contundentes, geralmente, críticas à política nacional. Conforme explica Fernando Pedreira, fora esse editorial (até 1968, a cargo de Júlio de Mesquita Filho), havia um outro de política, mais leve (geralmente, sob a responsabilidade de Júlio de Mesquita Neto), e o de política internacional. Além destes, existiam temas recorrentes no periódico. Um deles, Economia, publicado diariamente em dois artigos, um na Seção de Economia e outro entre os editoriais, ambos a cargo, durante parte do tempo, de Frederico Heller. Acreditamos que, na questão econômica, o destaque era para a política cafeeira. Outro tema era Educação. Como colaboradores deste editorial, segundo Pedreira, destacaram-se Roque Spencer Maciel de Barros, Laerte Ramos e José Goldemberg. Havia também Medicina como tema preferencial, que era redigido por um médico da casa.

Este primeiro editorial de Política Nacional desaparece de circulação com o AI-5, somente retornando para o seu lugar privilegiado após janeiro de 1975 com a queda da censura prévia. Fernando Pedreira, que, em 1968, além de OESP, trabalhava no CM (que viveu problemas que levaram à sua derrocada definitiva), também ficou sem escrever até 1975. Quando ressurgiu, o primeiro editorial de Política Nacional fica sob o controle de Júlio de Mesquita Neto.

De maneira geral, podemos dizer que, entre dezembro de 1968 e janeiro de 1975, o primeiro editorial de OESP (agora, sem destaque, com as mesmas dimensões dos demais) foi ocupado por assuntos de política internacional. Muito raras foram as vezes em que o jornal utilizou sua velha forma destacada do primeiro editorial, ou mesmo, voltou, naquele espaço, a falar de política nacional. Isto ocorreu, basicamente, em duas circunstâncias. Numa delas, com a morte, em 1969 (com pouco tempo de intervalo) de Júlio de Mesquita Filho e de seu irmão Francisco Mesquita. Duas longas odes de apologia são dedicadas aos dois diretores do jornal. Noutra, quando, por ocasião de comentários de política internacional, fala-se de assunto relacionado com o Brasil e com as posturas do regime militar. Caso típico é o das críticas do Senador norte-americano Edward Kennedy ao convite feito pelo governo dos EUA ao Presidente Médici para visitar o País, alegando a questão da violação dos direitos humanos.

Foi necessário, nos outros editoriais, localizar um assunto que assumisse caráter mais geral e que se aproximasse das temáticas da Política Nacional porque, na maior parte do tempo, predominam editoriais de política local.

Acreditamos inclusive que, em que pesem as questões de recrudescimento político e da censura prévia instaurada em parte do período, a perda de Júlio de Mesquita Filho será duramente sentida. O jornal tateia em busca de seu tom ácido, geralmente pautado por uma mistura de desesperança com desconfiança que o fazia sempre oferecer parcos elogios, ser comedido nas apologias e feroz nas críticas. Este longo período é também uma fase de perda e de lenta recuperação de uma identidade como jornal, o que, aos poucos, vai ocorrendo até a sua retomada definitiva ao final da fase.

Apesar da manutenção de seu ideário de democracia liberal - com peso na dimensão das liberdades individuais e não da igualdade coletiva - e de livre-concorrência econômica (tanto interna como externamente), o jornal se moderniza em termos formais. Reduzem-se os espaços para os discursos rebuscados como os de Júlio de Mesquita Filho, com suas frases longas, imensos parágrafos, estilo indireto, expressões eruditas. Se o periódico não chega a assumir o estilo leve que caracterizou UH, pelo menos adquire maior agilidade.

Quanto a UH/RJ, pode-se dizer que o AI-5 também representa para ele um "divisor de águas". A coluna *Opinião de "UH"* que, em concordância com Moacir Werneck de Castro, admitimos assumia um tom mais direto de oposição ao regime militar, já não mais existia. Ficamos, portanto, restritos quase sempre à coluna de Danton Jobim. Percebemos que as críticas feitas ao regime agora são mais pontuais (por exemplo, criticar a questão dos Esquadrões da Morte responsabilizando o governo) e não há mais tanta ênfase nas questões gerais (a luta pela restauração das liberdades democráticas).

Acompanhamos o jornal até junho de 1970 momento em que se interrompe a coleção do Arquivo do Estado de São Paulo que foi adquirida de Pinky Wainer. Quando tomamos o seu depoimento, indagamos se esse seria o momento real da venda do jornal ao grupo liderado por Maurício Alencar. Nossa dúvida se localizava no fato de que, em suas memórias, Samuel Wainer alude à venda em 12 de abril de 1972.

O livro coordenado por Anderson Campos, *Nos tempos de Wainer: a Última Hora de Samuel* (RJ, ABI/Copim, 1993) possui uma série de depoimentos de jornalistas que colaboraram de maneiras diversas no jornal. Em alguns deles se localiza o término do controle de Wainer em 1971. Consultando Moacir Werneck de Castro a respeito, chegou-se à conclusão que o momento da venda teria sido, não abril de 1972, mas abril de 1971. Em todo caso, há uma parte do material produzido ao qual não tivemos acesso.

Prosseguindo ao acompanhamento de parte da trajetória de Samuel Wainer, no período posterior à venda de UH/RJ, fomos reencontrá-lo, entre 1973 e 1975, dirigindo o UH/SP que, desde 1965, havia sido vendido ao grupo Frias/Caldeira, proprietários da Empresa Folha da Manhã.

Inicialmente, o jornal que encontramos assumia um caráter muito local e de grande fragmentação em relação às notícias que poderíamos identificar como de Política Nacional. Aparecem pequenas notas e não há uma constância na apresentação. A coluna que, primeiramente, nos pareceu mais próxima do que nos interessava foi a *Zero Hora*, situada à página 2. Entretanto, mesmo assim, estrutura-se em pequenos tópicos e, às vezes, assume caráter somente local.

Com o passar do tempo, fixamos nossa atenção numa coluna denominada *Política* também sita à página 2, inicialmente não assinada mas que, depois, passa a ser ocupada por José Carlos Bittencourt que manterá constância. Nós o acompanhamos desde março de 1974 até a saída de Samuel do jornal em janeiro de 1975. Nesta fase a página 2, no seu espaço central, fica distribuída em três colunas horizontais, respectivamente *Política*, *Economia* e *Mundo*, cada uma delas assinada por um colaborador fixo.

Além disso, quando pareceu significativo para os nossos objetivos, acompanhamos reportagens sem assinatura ou coluna definida; por exemplo, no momento da passagem do governo Médici para Geisel quando surgem longas matérias de balanço da administração que finda. Existem também artigos dedicados a traçar o perfil dos novos ministros de Geisel. E, ainda, grandes entrevistas com personalidades políticas, como uma, longuíssima e detalhada, do ex-Governador Abreu Sodré destacando suas convicções e ambições de futuro político.

Outros colaboradores, não necessariamente ocupando o espaço central da coluna *Política* realizaram reportagens que chamaram a nossa atenção. É o caso de Jorge da Cunha Lima assinando uma coluna denominada *Nossa Cidade* em que, prioritariamente, discutia interesses da cidade de São Paulo e o de Geraldo de F. Forbes que assina uma série de artigos semanais (aos domingos) na coluna *Análise*, dedicados a avaliar as eleições de novembro de 1974, aproveitando para traçar um quadro da situação do País e suas perspectivas de mudança.

É importante que se observe que, dada a dimensão de nossa pesquisa, não tivemos oportunidade de fazer uma verificação na totalidade de UH/SP (todas as páginas e colunas) e mesmo de observá-lo no período anterior à direção de Samuel e no posterior à sua saída, para assim, podermos aquilatar as mudanças efetivamente processadas pela sua intervenção. Estas observações, portanto, referem-se exclusivamente à análise que fizemos ao longo do período de sua atuação (junho/1973 a janeiro/1975) e, especificamente, nas matérias que continham assuntos de nosso interesse, ou seja, as questões de posicionamento do jornal em relação ao Estado Autoritário brasileiro pós-64.

O primeiro grande problema com o qual nos defrontamos e que fazia deste jornal (UH/SP) algo muito diferente dos outros dois analisados (OESP e UH/RJ) foi, literalmente, a ausência, durante parte do tempo, de posicionamento explícito frente às questões tratadas.

Não estamos aqui querendo fazer a clássica diferenciação entre *jornalismo informativo* e *jornalismo opinativo*⁶. Em nossa concepção é impossível separá-los em dois gêneros estanques, imaginando que exista a reportagem que somente informa, de um lado, e, de outro, a matéria de opinião que expressa posições a respeito dos acontecimentos. Mesmo que não haja posicionamento explícito muitos outros aspectos manifestam o ponto de vista do periódico, tais como, a seleção de temas, pessoas, os destaques apresentados, a diagramação utilizada.

O que nos causou espécie, entretanto, foi a flagrante diferença entre UH/SP e os editoriais de OESP, obsessivamente preocupados em expressar as mais variadas opiniões a respeito dos temas tratados e o fazendo claramente e, UH/RJ, em cujos editoriais, colunas nomeadas e assinadas, a tônica é o posicionamento definido ao comentar um assunto que é, na verdade, apenas o pano de fundo para a manifestação do autor/jornal. No que diz respeito a este ponto, UH/SP, no momento em que Wainer assume o seu controle e, durante mais algum tempo ainda, age através de reportagens narrativas dos acontecimentos e, fundamentalmente, "fala" através dos personagens destacados. Por exemplo: o jornal cobriu a visita, ao Palácio do Planalto, de Geisel, enquanto candidato, não homologado à Presidência da República. Descreve exaustivamente sua chegada, as pessoas que encontrou, por onde passou. E reproduz literalmente as conversas travadas e, ainda, a

⁶ A esse respeito, o trabalho de José Marques de Melo (*A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1985), é bastante esclarecedor.

declaração do candidato de que só faria pronunciamentos depois de homologado o seu nome. E nada comenta, encerrando dessa forma a reportagem⁷. Este é um dos exemplos dentre muitos outros que ocorrem com as matérias que selecionamos neste período.

Esta situação somente se altera quando a coluna *Política* passa a ser assinada e, então, desenvolve-se o estilo (tão comum aos editoriais de jornais e às colunas de UH/RJ) de o tema servir de mote apenas para a expressão dos comentários do autor/jornal.

Em nossa opinião, a presença de Samuel Wainer se faz sentir nesta transformação.

A esse respeito, Antonio José Theodoro Magalhães, ao analisar as inovações provocadas por UH na imprensa brasileira, destaca, em primeiro lugar, o surgimento do colunismo no jornal:

"Quando a Última Hora começou a circular, em 1951 - um ano após a volta de Getúlio Vargas ao poder, agora como Presidente eleito - o jornal encontrou dificuldades para recrutar profissionais. Muitos jornalistas, que haviam sofrido perseguições ao tempo do DIP, recusaram convites de Samuel Wainer para integrar a redação.

A solução encontrada pelo fundador do jornal foi, então, a de oferecer a esses jornalistas colunas assinadas" (Magalhães, 1978. p. 62)

Posteriormente, localiza o significado deste ressurgimento do colunismo:

"Na época, o colunismo quase que desaparecera inteiramente da maioria do jornais: as poucas colunas que ainda existiam eram, geralmente, de comentários políticos - como as assinadas por Rafael Correia de Oliveira no Diário de Notícias e Costa Rego no Correio da Manhã. Outras confundiam-se com os editoriais e opiniões dos jornais, sem assinatura ou, quando muito, assinadas apenas com as iniciais do autor. Este era o caso, por exemplo, de Carlos Drummond de Andrade, no Correio da Manhã, que assinava apenas C.D.A..

O interesse despertado junto ao leitor pelos primeiros colunistas políticos - Paulo Silveira, Medeiros Lima, Francisco de Assis Barbosa, Eurilo Duarte, Moacyr Werneck de Castro, Adalgisa Nery e Octávio Malta - levou o jornal a criar novas colunas que multiplicaram as áreas de interesse para um público cada vez mais diversificado." (Magalhães, 1978. p. 62-63)

E analisa suas conseqüências:

"A valorização do profissional foi a principal conseqüência do estímulo que Última Hora deu ao colunismo. Tirando o jornalista, que mais se destacava em cada setor, do anonimato do trabalho da 'cozinha' da redação, para a notoriedade dos créditos dados a seu nome nas colunas, o jornal projetou o profissional além de seu meio restrito, tornando-o conhecido de todos. Além disso, a informação, como parte integrante de cada coluna, renovou no aspecto puramente opinativo que existia [grifo nosso], o novo colunismo de Última Hora criou um novo caminho que persiste até hoje. Este aspecto proporcionou, também uma maior abrangência da opinião em todos os setores de interesse público, estimulando e atribuindo

⁷ GEISEL, uma conversa política. SP, UH, 21jun1973. p. 2.

responsabilidade opinativa e crítica a assuntos que antes não mereciam mais do que uma informação objetiva e direta. Este na contingência, a partir de então, de dar cobertura a setores de que antes sequer cogitava." (Magalhães, 1978. p. 67)

A periodização que adotamos neste capítulo se encerra em janeiro de 1975 tendo em vista especificidades do material jornalístico com o qual trabalhamos.

Em janeiro de 1975, OESP entra numa nova fase com o término da censura prévia e, no que tange ao tema de nosso interesse, voltará a utilizar, a primeira coluna editorial para assuntos de Política Nacional.

Em janeiro de 1975, Samuel Wainer deixa UH/SP e somente iremos reencontrá-lo e acompanhá-lo, em 1977, quando assume a sua coluna diária na FOLHA DE S. PAULO.

Porém, entendemos que o governo Geisel, mesmo antes de seu início efetivo (março de 1974), nasce sob o signo do desarmar da repressão no qual a imprensa terá papel primordial. Os trabalhos de Celina Rabello Duarte⁸ mostram como foi importante, dentro do projeto de distensão, as conversas que o ainda futuro Presidente travou com os setores da imprensa, clero e intelectualidade, no sentido de buscar espaços para um diálogo, interrompido com o recrudescimento repressivo do regime e assim, criar focos de apoio que pudessem conferir legitimidade ao Estado Autoritário brasileiro pós-64. Neste esforço se enquadra a gradativa abertura - término da censura - para a imprensa, feita quase caso a caso até que, em junho de 1978, os três últimos órgãos sob ação da censura prévia tiveram, por ordem governamental, a sua liberação decretada.

2.1. Aproximações/Distanciamentos

Analisamos 73 editoriais de OESP no período entre janeiro de 1969 e janeiro de 1975. Em termos gerais, em relação ao material de OESP desta fase, podemos observar que há uma tendência ao aumento do número de parágrafos. Enquanto na fase anterior, na escrita prolixa de Júlio de Mesquita Filho, a média comum era de três parágrafos (extremamente longos), quando muito quatro ou cinco, agora, neste momento, o maior número de artigos se concentra entre os que têm 5 (19 editoriais), 6 (11 editoriais) e 7 (10 editoriais), havendo, porém casos de matérias com 11 parágrafos o que é uma quantidade elevada para os padrões anteriores. Com isto, sutilmente, se percebe, ao lado da diminuição do tamanho dos parágrafos, e relativamente, a redução da complexidade da escrita. Desses 73, somente 6 artigos se localizam na primeira coluna editorial. O maior número de editoriais selecionados se enquadra na segunda das colunas (38 editoriais), seguida da terceira (14 editoriais).

Em relação ao material selecionado de UH/RJ entre janeiro de 1969 e junho de 1970, analisamos 26 matérias, distribuídas entre 2 editoriais e 24 colunas assinadas por Danton Jobim - nesse momento já não era mais redator-chefe do jornal mas ainda um dos diretores e presença importante e influente no periódico. É, portanto, fundamentalmente o seu pensamento que transparece nesta análise.

⁸ Imprensa e Redemocratização no Brasil. Dados, 26(2):181-195, 1983 e Imprensa e Redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas: 1945 e 1974-1978. SP, PUC, 1987. (Dissertação de Mestrado).

Ao contrário de OESP e, como na fase anterior, predominam artigos de grande número de parágrafos curtos. A maior quantidade de matérias tem 12 parágrafos (7 artigos), seguida das de 11 (4 artigos). Como a maioria dos artigos refere-se à coluna assinada de Danton Jobim, localizam-se na página 2 do jornal.

Entre junho de 1973 e janeiro de 1975, analisamos 61 artigos de UH/SP. Apesar da grande variedade do jornal nesse período e das mudanças introduzidas por Samuel Wainer, a maior parte das matérias (45) localiza-se na página 2. Esta variedade se faz sentir no que diz respeito à forma dos artigos objetos de análise. Quando se trata da coluna *Zero Hora* e do que - mais para o final desta fase- o jornal chama de *Editorial*, geralmente o objeto de nosso interesse se reduz a um ou dois parágrafos curtos. Porém, quando se trata das longas entrevistas - a maior é a de Abreu Sodré - ou de grandes matérias como as de Geraldo de F. Forbes, o número de parágrafos chega a atingir a marca de 45 e ocupar duas páginas do jornal. A maior concentração - nesta grande diversidade - que detectamos em termos de número de parágrafos é o de 7 artigos contendo 7 parágrafos.

O maior número de artigos selecionados, por tipo de coluna, é o de *Política* assinada por José Carlos Bittencourt (14 matérias). A seguir, vem a própria coluna *Política* sem assinatura, com 7 matérias. Depois, reportagens sem assinatura e coluna definida (6 matérias), *Editorial* (5 matérias), coluna *Análise* assinada por Geraldo de F. Forbes (5 matérias) e coluna *Zero Hora* (4 matérias).

Na análise desse material, trabalhando com as palavras, expressões e frases-chave recorrentes no discurso de cada um dos jornais, conseguimos encontrar alguns pontos de aproximação, entre esses jornais tão diversos:

- concepção de Imprensa/Jornal presente nos artigos;
- posicionamento referente ao golpe de 1964 e avaliação (crítica ou apologia) do período posterior a ele, bem como de algumas figuras de destaque do regime e seus feitos;
- análise das questões políticas mais gerais;
- ênfase em questões variadas.

2.1.1. *Concepção de Imprensa/Jornal*

Mais uma vez, a questão de o jornal falar em nome de uma *opinião pública*, ou mesmo do *povo*, ou da *Nação* encontra-se presente. Entretanto, se a recorrência é grande em OESP⁹, não o é em UH/RJ¹⁰ e UH/SP¹¹ em que aparece poucas vezes¹².

⁹ A expressão *opinião pública* aparece nos seguintes editoriais de OESP: janeiro de 1969; janeiro, março e novembro de 1971; março e novembro de 1972; julho, agosto e novembro de 1973; janeiro, fevereiro, abril, agosto e outubro de 1974. Em janeiro de 1974, aparece também a expressão *opinião pública nacional* e, em março de 1971 e abril de 1973 utiliza-se *opinião nacional*. OESP usa o sentido de falar em nome da *Nação* em maio de 1970; março de 1971; maio e julho de 1972. O jornal se manifesta em nome do *povo* em julho de 1970; julho de 1972 e junho de 1973.

¹⁰ UH/RJ utiliza a expressão *opinião pública* no artigo de 8jun1970 e *opinião pública nacional* em 11ago1969. A intenção de falar em nome do *povo* aparece em 9 e 11ago1969 e 8set1969; e da *Nação* em 12jul1969 e 8set1969.

¹¹ *Opinião pública* surge em UH/SP em duas colunas de José Carlos Bittencourt de 9abr1974 e 4dez1974 e no artigo de Mário Wilches do jornal de 11 e 12jan1975. A coluna de José Carlos Bittencourt de 14nov1974 e o artigo de Geraldo de F. Forbes do jornal de 30nov e 1dez1974 manifestam a intenção de falar em nome da *Nação* e os artigos de Geraldo de F. Forbes dos jornais de 16 e 17nov1974 e 23 e 24nov1974 trabalham com a idéia de falar em nome do *povo*.

¹² Devido à sua baixa quantificação, nesta fase, optamos por não apresentar quadros percentuais.

OESP considera que "um grande jornal é uma unidade de combate", "preparado, como um exército, para todas as eventualidades"¹³, e um instrumento democrático por excelência da liberdade. Crítica o "jornalismo sensacionalista e desonesto como uma mercadoria" e o "aventureirismo do jornalismo voltado para a produção da imprensa-mercadoria", onde o "importante é o lucro e só ele". Por contraposição, observa que existe jornalismo sério onde "colocam a verdade acima do dinheiro"¹⁴.

UH/SP expressa opiniões onde se subentende uma concepção de imprensa: o jornal deve dar a "possibilidade de informação imediata" e a "oportunidade de obter a informação e a interpretação dos acontecimentos". Considera o jornal como uma trincheira em que a cada decisão de mudança se desenvolve "mais uma etapa da luta em que estamos empenhados profissionalmente". Preocupa-se com o leitor afirmando que "aqui permaneceremos de vigília, como velhos e experimentados jardineiros, entregues à nossa maior e mais absorvente paixão, regar com carinho e dedicação esta planta sempre inquieta e exigente que é o leitor de cada dia"¹⁵. Concebe criticamente os meios de comunicação e entende sua relação com o Estado observando que "não só jornais e revistas, que já ostentam, na decadência de sua feitura por profissionais que mal sabem manejar a língua, os sinais dos malefícios das últimas administrações, como também o rádio e principalmente a televisão". Acredita que possuem uma função social voltada "para a melhoria de nosso sistema educacional"¹⁶. Crítica acidamente outros jornais a respeito de sua tendência de "entreguismo": "um prestigioso jornal, talvez por razões de uma atávica tendência à submissão aos interesses estrangeiros que só genética ou a contabilidade podem explicar, apressou-se a crocitar, em seus comentários de aspecto liberal e independente, dizendo que as promissoras informações de Garoupa [refere-se às descobertas feitas no período de petróleo em Campos] só provavam que a pesquisa e a exploração deviam ser abertas a companhias, evidentemente não brasileiras [é o momento das acaloradas discussões sobre os contratos de risco e o monopólio da Petrobrás]"¹⁷.

OESP, tradicionalmente, mantém um elevado conceito sobre si mesmo considerando com orgulho que "somos hoje um grande jornal", um "órgão de prestígio internacional", um "dos maiores órgãos da imprensa continental e mundial"¹⁸. O valor à manutenção das suas concepções encontra-se presente quando afirma que "a grande família do jornal"¹⁹ "continuará fiel a si mesmo"²⁰. A questão da independência é também muito forte. Considera-se um "órgão independente de opinião" "sem uma capitulação a manchar seu historial, sem uma transigência"²¹. Aqui também faz presente a crítica à ausência de liberdade e às intervenções governamentais quando diz que "continuamos acreditando que, sem uma ordem jurídica e política democrática, a vida humana perde o sentido da dignidade" e manifesta a firme intenção de "não aceitar em nossos jornais qualquer espécie de publicidade do governo estadual, até o final do mandato do atual governador [refere-se a uma série de desavenças entre o jornal e Laudo Natel que levou este a cancelar a publicidade oficial para a empresa]"²². A questão de acreditar falar em nome da população transparece quando se declara "identificado com as aspirações mais fundas da

¹³ A luta continua. SP, OESP, 13jul1969. p. 3.

¹⁴ UM jornalismo sujo. SP, OESP, 13dez1970. p. 3.

¹⁵ DO Editor. SP, UH, 4jun1974. p. 2.

¹⁶ FORBES, Geraldo de F.. As tarefas da Revolução de Novembro de 1974. SP, UH, 30nov e 1dez1974. p. 2.

¹⁷ FORBES, Geraldo de F.. O capital estrangeiro e a independência do Brasil. SP, UH, 7 e 8dez1974. p. 2.

¹⁸ A luta continua. SP, OESP, 13jul1969. p. 3.

¹⁹ UMA obra excepcional. SP, OESP, 9nov1969. p. 3.

²⁰ A luta continua. SP, OESP, 13jul1969. p. 3.

²¹ 9 de julho. SP, OESP, 9jul1972. p. 3.

²² A represália do governador. SP, OESP, 8abr1973. p. 3.

nacionalidade²³ e observa esforçar-se "sempre por ser porta-voz das aspirações nacionais, sobrepondo-se a interesses locais"²⁴.

Na fase terminal, UH/RJ passa por muitas dificuldades, a ponto de numa estratégia, conforme narra Moacir Werneck de Castro²⁵, Samuel haver criado o "*jornal padrão brasileiro*" que dizia estar de acordo com a realidade econômica do Brasil, a realidade de um País pobre a que os grandes jornais não estavam mais adaptados. De fato, esta era mais uma forma de tentar burlar a crise. Nesse momento, premido por grandes problemas financeiros, Samuel precisou reduzir o jornal para 12 páginas e disfarçava com esta estratégia de marketing. O que se observa nessa época é que pouco resta do jornal que, inclusive, gostava muito de se reafirmar constantemente. Pequenas são as referências a si mesmo. Somente viva ainda a preocupação de enfatizar suas "*raízes tão autenticamente nacionais e populares*"²⁶.

Uma dessas referências acontece quando Samuel, à testa de UH/SP, resolve (bem ao seu feitio) introduzir mais uma transformação, alterando o horário de saída do jornal para torná-lo vespertino, e escreve um editorial onde, além das explicações dos porquês da alteração, refere-se à sua obra, ou seja, ao UH de origem. Justifica-se dizendo que, na realidade, isto ocorria em outros locais do mundo e com grandes jornais "*a exemplo dos grandes vespertinos internacionais, como o 'Le Monde'*" e que isto era necessário pois poderia oferecer informação imediata "*aos milhares de paulistas, na hora do rush*". Um pouco saudosista observa estar "*restabelecendo a tradição do vespertino desaparecida do jornalismo brasileiro*" e que "*nada estamos inovando, pois este era o horário de ÚLTIMA HORA quando foi lançado há 22 anos*"²⁷.

Em julho de 1969, morre Júlio de Mesquita Filho. Interessante observar que dois jornais, aparentemente tão antagônicos, vão se manifestar, igualmente, de forma muito respeitosa em relação à sua figura. OESP o faz com veneração e UH/RJ com admiração.

OESP, neste momento, interrompe seu jejum da primeira coluna editorial e a faz reaparecer na dimensão dos tempos de Júlio de Mesquita Filho. Os elogios são derramados. É denominado de: "*o homem, o jornalista, o revolucionário*", "*timoneiro*", "*grande comandante*", "*saudoso mestre*", "*nosso chefe e mestre inesquecível*", "*herói*". Enaltece suas qualidades de luta dizendo que "*morreu como viveu: lutando*", sempre disposto a "*travar um combate permanente em defesa dos valores em que acreditava em prol do aperfeiçoamento do homem e das sociedades por ele construídas*", sendo que "*durante anos, diariamente se dirigia à Nação*" e "*nunca se omitiu*", "*soube sempre tomar a decisão imposta pelo interesse nacional, pela tradição de independência desta folha e pela sua fidelidade aos ideais da democracia liberal*". Sobre seu afastamento final diz que "*foi e continua sendo muito alto o preço pago pela coragem e audácia*" observando que "*o rumo por ele imprimido não será modificado*"²⁸.

UH/RJ chama Júlio de Mesquita Filho de "*Júlio, o moço*" e "*Julinho*", por oposição a Júlio de Mesquita, o pai, denominado de "*Júlio, o Velho*". Admira sua "*tenacidade*" e "*vontade de ferro que às vezes se confundiu com a teimosia*", bem como sua qualidade de "*jornalista excepcional*". Em relação aos problemas vivenciados no primeiro governo de Getúlio Vargas destaca sua "*obstinação em não acomodar-se com as imposições da nova ordem*". Manifesta respeito por sua "*bravia independência e ao seu amor à profissão jornalística que exercia com superioridade, como um munus público*". Louva a sua "*contribuição para a reforma da imprensa de São Paulo e do Brasil*"²⁹.

²³ A luta continua. SP, OESP, 13jul1969. p. 3.

²⁴ A campanha contra S. Paulo. SP, OESP, 11nov1973. p. 3.

²⁵ Entrevista citada, concedida à autora, em 26 de julho de 1994.

²⁶ CONDENAR o terrorismo é lutar pela democracia. RJ, UH, 11ago1969. p. 2.

²⁷ DO Editor. SP, UH, 4jun1974. p. 2.

²⁸ A luta continua. SP, OESP, 13jul1969. p. 3.

²⁹ JOBIM, Danton. Julio Mesquita o moço. RJ, UH, 15jul1969. p. 2.

2.1.2. Avaliação do golpe de 1964

Neste período (1969/75), em termos de referências ao golpe de 1964, ocorre grande diminuição³⁰ se compararmos com o momento anterior. Entretanto, ainda aparecem esporadicamente citações que permitem que observemos as denominações utilizadas. Em termos gerais, o que podemos constatar é uma aproximação entre estes três jornais (OESP, UH/RJ, UH/SP). Em nenhum deles, nesta fase, aparece mencionada a palavra golpe e o que predomina é a sua consideração (com positividade) como "revolução" ou "movimento" e, também, a admissão de sua irreversibilidade, especificamente no caso de UH/RJ.

Na maior parte das vezes, OESP denomina o golpe de *Revolução*³¹, ou mesmo de *Movimento de Março de 1964*³². Chama-o de *revolução*³³, *movimento revolucionário de 31 de março*³⁴ e de *movimento de 1964*³⁵. Chegou a considerá-lo também como o "*ato extremo praticado em benefício da coletividade*"³⁶.

UH/RJ, inicialmente, como no período anterior, denomina o golpe de *revolução*³⁷, porém, com o passar do tempo, Danton Jobim passa a chamá-lo de *Revolução*³⁸. Definitivamente, foi deixado de lado o acréscimo (irônico) de *aspas* ao termo que era patente no período anterior e caracterizava a coluna *Opinião de "UH"* que, nesse momento, não mais existe. A positividade que enxerga no evento chega ao ponto de considerá-lo, em determinado momento, como a "*vitória de 64*"³⁹.

Geralmente, UH/SP utiliza para denominá-lo o termo *Revolução*⁴⁰, mas chega a chamá-lo também de *movimento de 64*⁴¹ ou *Movimento de 64*⁴².

Após o AI-5, OESP mantém as críticas ao aspecto político dos governos pós-64. Porém, agora a sua tônica será a de reclamar da ausência das "liberdades fundamentais" do indivíduo, a da recriminação do "regime de exceção". E o jornal, que havia pedido um maior endurecimento, passa a posar de baluarte na luta (como se tivesse sido constante) pela abertura. Quanto à política econômica, durante a maior parte desta fase, observamos a manutenção da sua defesa com grandes elogios, particularmente, ao Ministro Delfim Netto. Entretanto, e agora já dentro do governo Geisel, quando a subida inflacionária começa a sua marcha inexorável, têm início as críticas, embora, neste momento, ainda tímidas.

UH/RJ, acreditamos que, principalmente, devido ao AI-5 e à maior pressão exercida sobre o jornal, mantém suas críticas, porém, com muito menor intensidade. Embora admita viver num estado de exceção, e ainda peça a "volta à normalidade democrática", esta não é mais tão

³⁰ Devido ao pequeno número em que aparecem estas referências optamos por não criar tabelas percentuais.

³¹ O termo é usado em agosto de 1970; março e abril de 1971; julho, agosto e dezembro de 1973; março e julho de 1974.

³² Expressão utilizada em janeiro de 1971 e julho de 1972.

³³ Termo utilizado em novembro de 1972.

³⁴ Expressão usada em novembro de 1972.

³⁵ Aparece em abril de 1971.

³⁶ Frase utilizada em julho de 1973.

³⁷ A palavra *revolução* aparece nos artigos de Danton Jobim de: 10mar1969; 10maio1969; 7jun1969 e 8set1969.

³⁸ Danton Jobim fala em *Revolução* em: 13out1969; 8dez1969; 7mar1970, 9março1970 e 8jun1970.

³⁹ Expressão utilizada em artigo de Danton Jobim de 10mar1969.

⁴⁰ Termo utilizado em 22ago1973; 19mar1974; 24mar1974; em artigos de José Carlos Bittencourt de 2jun1974, 28out1974 e 4dez1974; no artigo publicado no jornal de 16 e 17nov1974 de autoria de Geraldo de F. Forbes e no artigo de 11 e 12jan1975 de Mário Wilches.

⁴¹ Citado no artigo de Geraldo de F. Forbes do jornal de 7 e 8dez1974 e no artigo de 11 e 12jan1975 de Mário Wilches.

⁴² Aparece na coluna de José Carlos Bittencourt de 4dez1974.

recorrente. Ao contrário do período anterior, a política econômica aparece como um sucesso do regime representando o "progresso".

UH/SP trabalha com uma condenação implícita ao período anterior ao golpe, reservando-se o direito de exercício de modestas críticas ao fechamento político posterior.

Em relação ao aspecto político do regime militar, OESP o admoesta contra a ausência de "normalidade" legal e institucional e contra a hipertrofia do Executivo. O jornal observa, em novembro de 1972, que o *"Brasil continua sendo um país politicamente subdesenvolvido"* em que *"a mentalidade é a mesma dos anos anteriores ao movimento de março de 64"*. Em pleno governo Médici, acredita que *"o regime de exceção será mantido indefinidamente"*, critica o fato de que a *"missão do Congresso é aprovar os projetos do Executivo e nada mais"* e condena o *"artifício imoral da sublegenda"*⁴³. Em dezembro do mesmo ano, descreve o *"jogo de marionettes [grifo no original] que tem o Congresso como palco"* dizendo que *"enquanto os eternos sonhadores continuam falando de abertura o quadro torna-se mais monolítico"*⁴⁴.

Tecendo observações sobre condenações a militares nos EUA, em julho de 1970, o jornal faz críticas ao *militarismo* (e, indiretamente, ao regime militar brasileiro) dizendo que *"o militarismo e a guerra têm por toda a parte a sua própria engrenagem, tirando a capacidade de raciocínio frio no calor da batalha e libertando os instintos animais"* e que *"os regimes totalitários institucionalizam as virtudes marciais, tanto na guerra quanto na paz e promovem a liberação dos instintos animais a serviço de sua 'razão de Estado' ditatorial-militarista"*. Valoriza o regime democrático de *"caráter essencialmente civil"*⁴⁵.

Em relação ao mesmo aspecto, UH/RJ, em maio de 1969, observa que as falhas *"ocorrem no campo político, pois até hoje as instituições não alcançaram a estabilidade mínima que importará na consolidação da obra realizada"*⁴⁶. Em setembro do mesmo ano, numa avaliação do regime relativamente à sua aceitação popular entende que *"o povo não queria contestar o novo regime. Em muitos aspectos este representou um progresso para o País e, num plebiscito, obteria a aprovação popular. O povo não é saudosista"*⁴⁷.

Embora não tão comuns, ainda persistem os pedidos de "volta à normalidade democrática". Em maio de 1969, acredita que se irá *"reconduzir o País à normalidade perdida"*⁴⁸. Em junho do mesmo ano, enxerga uma *"transição que ora se inicia para um clima de normalidade na vida das instituições"*⁴⁹. O jornal pede a *"normalização da vida político-partidária e livre funcionamento do Congresso"*⁵⁰.

Entretanto, faz críticas à chamada Doutrina da Segurança Nacional. Considera que o *"novo conceito de segurança nacional"*, *"estende a vigilância e ação dos responsáveis pela ordem interna a todas as modalidades de ação social"*. Observa que, através deste conceito, *"consideram que o País se acha em guerra, não contra o inimigo externo, mas contra o interno"*⁵¹.

Criticando o exercício da atividade política, UH/SP observa que *"ainda há pessoas pensando em política à base do dinheiro"*, mas que *"esse tempo já passou. Como já passou o tempo dos velhos 'caciques', acostumados à prática anti-democrática dos currais eleitorais"*⁵².

⁴³ AS eleições da próxima 4ª feira. SP, OESP, 12nov1972. p. 3.

⁴⁴ SURPRESA por quê? SP, OESP, 10dez1972. p. 3.

⁴⁵ HOMENS iguais e regimes diferentes. SP, OESP, 12jul1970. p. 3.

⁴⁶ JOBIM, Danton. Um belo gesto. RJ, UH, 11maio1969. p. 2.

⁴⁷ JOBIM, Danton. Diagnóstico certo, remédio impróprio. RJ, UH, 8set1969. p. 2.

⁴⁸ JOBIM, Danton. Um belo gesto. RJ, UH, 11maio1969. p. 2.

⁴⁹ JOBIM, Danton. Um documento lúcido. RJ, UH, 7jun1969. p. 2.

⁵⁰ JOBIM, Danton. Oposição e segurança. RJ, UH, 13out1969. p. 2.

⁵¹ JOBIM, Danton. Militares e políticos. RJ, UH, 10mar1969. p. 2.

⁵² BITTENCOURT, José Carlos. Sinal vermelho aos "contestadores". SP, UH, 2jul1974. p. 2.

Relativamente às eleições de novembro de 1974, observa que *"nos últimos dez anos poucas novas lideranças surgiram mesmo porque não houve ambiente propício"*⁵³ e que *"não há ambiente psicológico para se levar o povo à praça pública como nos antigos comícios anteriores a 64"*⁵⁴.

Alguns políticos são alvos de críticas e/ou elogios, particularmente, os presidentes, ministros de Estado, governadores.

Costa e Silva que, no início desta fase, irá se afastar, por motivo de doença, sendo substituído pela Junta Militar, é citado elogiosamente por UH/RJ. Foi visto como o *"homem simples e bom, que o destino colocou na mais alta magistratura"* e como aquele que *"percebeu que era o momento de buscar-se a normalização das instituições democrático-representativas"*⁵⁵.

Emílio Garrastazu Médici, no momento em que assume, em substituição à Junta Militar, é encarado por UH/RJ como *"um homem de atitudes nítidas, inimigo da confusão"*. O jornal faz questão de destacar a sua primeira fala à Nação em que diz que espera *"deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso País"*⁵⁶.

Fazendo uma avaliação extremamente positiva do governo Médici no momento em que este se prepara para deixar o poder e ser substituído por Ernesto Geisel, UH/SP observa que ele teve o *"mérito inegável: o de haver solidificado as bases do processo de desenvolvimento do país"*, dando *"nítido sentido econômico e social aos atos da presidência"*. Dizendo que *"tomou a cautela de não pisar no escorregadio terreno da demagogia"* o jornal destaca sua política econômica elogiando a *"conquista de níveis inéditos de desenvolvimento"*, as *"elevadas taxas de crescimento"* e a *"gradativa redução da taxa inflacionária"*. Observa que em seu governo foi positiva a *"imagem que o país conseguiu impor ao mundo"*, graças aos *"irrefutáveis números desse crescimento e a uma sólida estabilidade social e política"* e por ter captado *"os indispensáveis investimentos estrangeiros"*. Ainda em termos políticos diz que *"não houve progressos acentuados, mas também é indiscutível que não houve retrocessos e, muito menos, crises políticas"*⁵⁷.

Ernesto Geisel a quem, paradoxalmente, OESP, de modo indireto, deve a instauração da censura e, diretamente, a retirada da mesma, merece elogios do jornal. É ele o homem de *"conhecimento profundo"*, de *"espírito organizador e pragmático"* e que se coloca *"acima deste espírito provinciano"*⁵⁸.

No momento em que Geisel está para se tornar Presidente da República, UH/SP traça rasgados elogios à sua personalidade reconhecendo nele o *"líder"*, o homem que evoluiu na carreira *"sempre pelo princípio do merecimento"* e em *"natural decorrência da capacidade profissional"*. Acredita que este *"estudioso do petróleo"* possui os *"atributos de chefe militar e de administrador"*⁵⁹. Elogia os passos dados no sentido de uma política de distensão entendendo-os como *"atos concretos para promover o desarmamento dos espíritos"*, destacando a sua *"determinação de reaproximar a intelectualidade dos objetivos revolucionários"*⁶⁰.

Posteriormente, já em meio a seu governo, as medidas econômicas e políticas são também merecedoras de ênfase. UH/SP apoia a *"preocupação em se fornecer uma nova imagem do País, baseada em dados absoluta e rigorosamente concretos e reais"*. Encara com positividade os

53 BITTENCOURT, José Carlos. O gelo vai sendo derretido. SP, UH, 10 e 11ago1974. p. 2.

54 BITTENCOURT, José Carlos. O tempo dos comícios já passou. SP, UH, 17set1974. p. 2.

55 JOBIM, Danton. Diagnóstico certo, remédio impróprio. RJ, UH, 8set1969. p. 2.

56 JOBIM, Danton. Rumos democráticos. RJ, UH, 11out1969. p. 2.

57 ESTABILIDADE e crescimento, marca dos 4 anos de Médici. SP, UH, 28out1973. p. 8.

58 E São Paulo? SP, OESP, 10fev1974. p. 3.

59 A carreira de um líder. SP, UH, 19jun1973. p. 2.

60 GEISEL quer o diálogo. SP, UH, 21ago1973. p. 2.

"principios rígidos de austeridade", pois, "se o momento é de 'apertar os cintos', o exemplo vem de cima" e, embora admita que "o País está crescendo que o desenvolvimento atingiu cifras até certo ponto surpreendentes, mas ainda somos uma nação pobre, que não se pode dar ao luxo de gastos superficiais"⁶¹. Politicamente, o jornal o encara como "um protegido da sorte", pois, "esse homem que, em política, não prometeu nada a ninguém quando foi eleito [grifo nosso] Presidente, vê hoje perante si um país unido como nenhum outro Presidente já viu". Mais elogios à qualidade "do seu bom senso, da sua discrição, da sua capacidade de previsão, do seu desamor à ribalta e de sua confiança na capacidade de evolução dos homens e de recuperação do País"⁶². UH/SP destaca o fato de estar "promovendo aberturas gradativas em todos os setores, obedecendo a etapas plenamente definidas"⁶³.

OESP que, nos tempos da censura prévia e durante o governo de Laudo Natel em São Paulo, teve sérios problemas que envolveram cortes na publicidade oficial para o jornal, faz uma crítica feroz ao político. É ele que tem "afinidades com a basse-cour [grifo no original] da politicalha pré-revolucionária". Observe-se, portanto, que, nesse momento, identifica o alvo de suas críticas com os políticos anteriores ao golpe de 1964. Com ironia observa que tem "talento os para negócios", insinuando, deste modo, corrupção. Critica ainda a "obscuridade da sua ação como homem público", o "experimentalismo administrativo", o uso do "nepotismo" e a "indiferença ante o uso do prestígio de seu nome de governador em negócios de repercussão comprometedora"⁶⁴.

UH/RJ, por aproximação da linha editorial com o MDB e através da coluna de Danton Jobim, político vinculado ao Partido, se entusiasma com a candidatura Chagas Freitas ao governo do Estado, considerando que é o "candidato natural" ao governo da GB e que "tem dirigido o MDB carioca democraticamente", transformando-se num "artífice infatigável da reconstrução do MDB". Em sua defesa afirma que "expressou um sentido de liderança que não se confunde simplesmente com a chefia" considerando que ainda tem a aboná-lo o fato de ser "um jornalista independente e um político de situação autônoma". Mostrando a preocupação com a situação pós-64 e em que isto poderia influenciar a candidatura afirma que é um "nome respeitado nos círculos revolucionários"⁶⁵.

Ao se aproximar o fim do governo Laudo Natel, em São Paulo, o candidato oficial é Paulo Egidio Martins. Em outubro de 1974, UH/SP não poupa elogios ao candidato. Elogios que vão desde a sua vida privada - "sua estrutura familiar é baseada numa filosofia social e religiosa integrada nos valores que vêm forjando um novo relacionamento de gerações" - ao seu passado estudantil - "liderança na UNE". Consideram-no o representante de "uma geração de transição, liberta e aberta às novas idéias e tendências que estão, passo a passo, moldando um novo Brasil". Encerra o artigo dizendo esperar "que São Paulo lhe conceda o crédito e o respeito que esta coluna reivindica para um homem cujos erros e acertos poderão transformar em pesadelos os sonhos e em desapontamentos as esperanças de tantos milhões de paulistas"⁶⁶.

Ex-governador de São Paulo, afastado da política há algum tempo, Abreu Sodré foi alvo de uma longa entrevista de UH/SP, no momento em que Paulo Egidio Martins era o candidato oficial ao governo do Estado. Seu passado, suas convicções e previsões para o futuro foram destacadas. Dele afirma que foi "um dos mais autênticos representantes da antiga UDN". Observa que "obteve um mandato de governador dos paulistas à época em que o falecido marechal Castelo Branco era presidente da república", mas que "deixou o governo em situação melancólica", na medida em que "o único sucessor que ele 'não admitia' foi justamente o escolhido: Laudo Natel!" encontrando-se "aparentemente 'desterrado' durante os últimos anos". O entrevistador - José

⁶¹ BITTENCOURT, José Carlos. País pobre e políticos ricos? SP, UH, 4jun1974. p. 2.

⁶² PAOLELLA, José Carlos. A lição de um presidente calado. SP, UH, 27dez1974. p. 2.

⁶³ BITTENCOURT, José Carlos. O gelo vai sendo derretido. SP, UH, 10 e 11ago1974. p. 2.

⁶⁴ A repesália do governador. SP, OESP, 8abr1973. p. 3.

⁶⁵ JOBIM, Danton. Sucessão carioca. RJ, UH, 10jan1970. p. 2.

⁶⁶ O novo governador. SP, UH, 4out1974. p. 1.

Carlos Bittencourt - fica entusiasmado com o homem que encontra dizendo: "*não encontrei um ex-governador, um político 'decadente', saudosista ou preocupado em justificar falhas ou omissões ou, muito menos, em dizer que 'eu fui o melhor' (...) encontrei um político rigorosa e absolutamente lúcido, bem informado, e - talvez por não participar diretamente das decisões políticas - com a necessária tranquilidade para analisar o quadro político*"⁶⁷.

Nessa longa entrevista o pensamento de Abreu Sodré no momento é registrado através de suas próprias palavras. Sobre a UDN diz: "*foi sempre mais um estado de espírito que um partido político*". Sobre a Arena observa: "*procuramos construir um partido político - como tal - com tendências e lideranças diversificadas*". Sobre o presidente Geisel e a política de distensão tem um ponto de vista favorável observando: "*o governo Geisel iniciou um diálogo político inviável na gestão anterior*" e que "*o diálogo político é o caminho mais seguro para chegarmos à chamada 'abertura política'*". Referindo-se à "*Revolução*" neste momento de busca de diálogo diz que "*obedece a um determinismo histórico*". Sobre Paulo Egídio Martins observa que "*teve meu apoio antes de ser candidato, porque via na sua pessoa todas as condições para o exercício do cargo. Se antes o apoiei, agora é uma obrigação ajudá-lo no que for possível*". Em relação às eleições diz que "*ambos os processos - direto ou indireto - podem ser democráticos ou não*" e que "*tanto na direta como na indireta com base na indicação partidária dos candidatos, o ideal da livre escolha nem sempre é atingido, pois infelizmente o poder econômico ainda pode disvirtuar a manifestação da vontade popular*"⁶⁸.

O momento da sucessão que leva Ernesto Geisel à presidência da República suscita em UH/SP grandes estudos do perfil de seus futuros ministros. Pareceu-nos digno de nota destacar algumas observações construídas pelo jornal acerca daquele que viria ter importância fundamental em seu governo sendo considerado como seu "ideólogo": Golbery do Couto e Silva. Mais uma vez, não se poupam elogios. É ele "*o notável ideólogo da Escola Superior de Guerra*", "*sobretudo um nacionalista*" que "*se evidenciou pela simplicidade com que construiu novos conceitos sobre Segurança Nacional*". Entende que nele "*os interesses da nacionalidade sobrepõem-se inexoravelmente aos interesses individuais e de facções*". Considera-o como "*íntimo colaborador do presidente eleito, quase um super-ministro*", porém "*consciente da importância que o país inevitavelmente terá no concerto das grandes nações*"⁶⁹.

Como de costume, UH/SP, no mesmo artigo, pinça as próprias palavras de Golbery, trechos que simbolizem seu pensamento. Destacamos algumas frases: "*a Liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital da Segurança*"; "*os escravos não são bons combatentes, eis a lição que os tiranos aprenderam, no decurso dos séculos*"; "*a guerra sempre serviu de justificativa à ditadura*"⁷⁰.

Além de Golbery, outros ministros de Estado foram alvo das discussões dos periódicos que dedicam particular atenção às questões de política econômica e, conseqüentemente, aos ministros correspondentes.

No início do governo Médici, confiante na orientação empreendida por Delfim Netto, OESP dirige-se reiteradas vezes à política econômica acentuando a idéia que viria a ser genericamente veiculada como "milagre brasileiro" ou "milagre econômico".

O jornal não poupa elogios aos ministros da área econômica. Sobre Eugênio Gudin, o antecessor desta leva que se sucede após 64, diz que ficava "*como o profeta João Batista clamando no deserto*" e que foi o "*introdutor da racionalidade nas decisões econômicas*". Octávio Gouveia de Bulhões tem valorizada sua "*aplicação insuperável ao ponto de suportar a*

⁶⁷ BITTENCOURT, José Carlos. Sodré: Que estranha ditadura é essa, sem ditador? SP, UH, 1 e 2jun1974. p. 3.

⁶⁸ Idem, ibidem. *

⁶⁹ GOLBERY, a filosofia de um superministro. SP, UH, 10mar1974. p. 7.

⁷⁰ Idem, ibidem.

impopularidade". Roberto Campos tem destacada a sua "imaginação reformativa inesgotável"⁷¹. Mas, nesse momento, a figura de Delfim Netto é a mais valorizada. É ele o "professor-ministro", o "jovem professor de economia", o "homem de talento", dotado de "inteligência excepcional" que tem a "dimensão incomum do tecnocrata e do estadista", dono de uma "obra tão vasta e significativa que não é possível ainda avaliá-la em toda a sua complexidade", uma "extraordinária obra material". Consideram-no o "idealizador e principal artífice" da política econômica do governo, mas também percebem nele o "frio pragmatismo" e uma "concepção desumanizada da economia"⁷².

Se tomarmos UH/SP na primeira fase em que o acompanhamos (poucas colunas assinadas e pequeno espaço para a Política Nacional) veremos que a tendência é a de omitir opinião explícita e, quando muito, de tecer loas ao governo. No segundo momento (desenvolvimento do colunismo e manifestação explícita de opiniões), e, particularmente, acompanhando a coluna de José Carlos Bittencourt, observamos que um criticismo moderado se instaura, um pouco aos moldes de Danton Jobim da última fase de UH/RJ. Já nos artigos de Geraldo de F. Forbes, a crítica ácida é a tônica.

Em relação à política econômica gostaríamos de destacar - levando-se em conta estas ressalvas - palavras, expressões e frases que, entre si, guardam posturas, às vezes, antagônicas a respeito do mesmo fato ou pessoa.

Nas reportagens do jornal voltadas para o traçado do perfil dos ministros do futuro governo Geisel, encontra-se uma dedicada ao ministro Mário Henrique Simonsen. Este é descrito como "o mais conhecido e comentado integrante do ministério do general Geisel" e como um "pensador liberal e bem humorado". Utilizando o esquema de trabalhar com as palavras do objeto de sua análise, alguns dos pensamentos do futuro ministro foram destacados. Simonsen critica no governo a "centralização das decisões econômicas nas mãos do Estado", a "rigidez das informações e comunicações" e a "descontinuidade administrativa". Relativamente à problemática da inflação observa que "a grande maioria do povo brasileiro jamais conheceu a estabilidade monetária" e que "pelos padrões internacionais somos incrivelmente tolerantes com a inflação". Observando a questão do subdesenvolvimento equaciona os problemas brasileiros: "para escapar do círculo vicioso da pobreza relativa precisamos enfrentar e solucionar grandes problemas: o da poupança, o da educação e tecnologia, o da explosão demográfica, o da exportação e o da racionalidade econômica e administrativa"⁷³.

Geraldo de F. Forbes detecta alguns problemas que precisam ser solucionados para a melhoria das condições do País. Dentre eles destaca a questão da política econômica pós-64, do "entreguismo" relativamente ao capital estrangeiro, da ausência de controle das empresas multinacionais. Nesse momento, critica ferozmente a orientação conferida ao setor após o golpe de 1964.

Avaliando genericamente a política econômica do período, observa que foram cometidos "equivocos dramáticos de uma política econômica e social que não solucionou os problemas básicos do País" e "aumentou em 10 anos de aparente progresso e desenvolvimento, o abismo que separa pobres e ricos"⁷⁴ num "sistema que açambarcou para si a riqueza da nação em detrimento da imensa maioria, marginalizada, enfraquecida e desprotegida" e que conduziu a "tão brutal retrocesso no caminhar de um povo, tão grave espoliação de direitos vitais"⁷⁵.

71 CRESCIMENTO acelerado e possibilidades. SP, OESP, 10jul1974. p. 3.

72 BALANÇO de um Governo: Fazenda. SP, OESP, 10mar1974. p. 3.

73 O pensamento, estilo e ação do novo governo, segundo Simonsen. SP, UH, 10mar1974. p. 4-5.

74 FORBES, Geraldo de F.. A república viva. SP, UH, 17 e 18nov1974. p. 2.

75 FORBES, Geraldo de F.. A participação na riqueza. SP, UH, 14 e 15dez1974. p. 2.

Crítica particularmente militares e tecnocratas reunindo-os para dizer que *"foi de fato a união do poder militar, auto-institucionalizado em único poder político, com a nova classe emergente de tecnocratas, que acarretou, por causa da curiosa e peculiar vocação de ambos para se transmutarem em elite financeira e social"*. Os economistas, entretanto, são o alvo privilegiado de sua acidez e ironia: *"nossos brilhantes economistas inventaram uma insólita teoria. A tese, que no fim é uma fábula sem moral, propõe o crescimento do bolo produtivo pela concentração de fermentos em poucos e determinados elementos que causarão por suas excepcionais qualidades de dinamismo, inteligência, integridade, etc. etc. o chamado 'take-off' da economia, o acréscimo auto-sustentado a partir de um determinado ponto"*. Eis aqui definida pelo autor aquela que ficou conhecida como a "teoria do bolo". Sua visão negativa em relação aos economistas do governo levou-o a fazer uma advertência aos novos congressistas eleitos em 15 de novembro de 1974: *"estejam atentos para não serem enredados pela falsa erudição das palavras ocas e pela mentirosa lógica das abstrusas elocubrações da seita de economistas que se instalou no colo do poder desde 1964"*⁷⁶.

Em relação a Delfim Netto fala em *"desordem deixada pelo sr. Delfim"* e sobre o chamado "milagre brasileiro" diz que *"o apregoado milagre econômico brasileiro não passou de um truque barato de mágico de mafuá"*⁷⁷.

Mas é Roberto Campos - *"o mais notório de todos os nossos 'entreguistas'"* - seu alvo preferencial. Dele diz que *"não podemos confiar no desempenho de quem historicamente tem sido o mais ardoroso defensor do capital internacional no país"* e que *"os banqueiros e financistas internacionais não podem confiar, como não confiam, em quem está totalmente desacreditado após suas rocambolescas façanhas à testa do defunto Banco União Comercial"*. Deplora o fato de a administração atual - governo Geisel - ter-lhe oferecido cargo em embaixada: *"erro em que incorreu a Administração de promover o ressurgimento do sr. Campos de sua tumba azulada", "aquela audaciosa personagem, de volta à vida pública por razões que só a caridade e a ingenuidade da alma brasileira podem explicar"*⁷⁸.

Em 1970, em plena crise do levantamento de casos de corrupção na corporação policial envolvida nos temidos "esquadrões da morte", OESP e UH/RJ tecem igualmente comentários críticos em que não se isenta o governo de culpabilidade e cumplicidade.

Fernando Pedreira, em entrevista já citada, observa que o editorial de Política, mais "leve", segundo ele, e que era em geral redigido por Júlio de Mesquita Neto, foi importante na época em que havia censura no País. Cita, particularmente, o caso da luta do jornal contra o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. A questão dos "esquadrões da morte" se localiza neste registro. OESP considera estes "esquadrões" como um *"bando criminoso"* formado de delinqüentes *"de alta periculosidade"*, *"que a nossa Polícia abrigava"*; elogia o Tribunal da Justiça de São Paulo e as investigações que *"culminaram na indicição de mais de três dezenas de policiais, de vários escalões, como participantes de duas centenas de homicídios"*⁷⁹.

Não menos crítico é o julgamento que deles faz UH/RJ, falando sobre os "Esquadrões da morte" do RJ e da GB. Entende que se criou a respeito dos "esquadrões" um *"mistério"*, mas um *"mistério de polichinelo"*, sendo que são compostos de policiais *"convertidos em pistoleiros"*, configurando um verdadeiro *"valhacouto de quadrilheiros"*⁸⁰.

⁷⁶ Idem, ibidem.

⁷⁷ FORBES, Geraldo de F.. O capital estrangeiro e a independência do Brasil. SP, UH, 7 e 8dez1974. p. 2.

⁷⁸ FORBES, Geraldo de F.. A participação na riqueza. SP, UH, 14 e 15dez1974. p. 2.

⁷⁹ O "Esquadrão" perde mais uma batalha. SP, OESP, 14maio1972. p. 3.

⁸⁰ JOBIM, Danton. O Governo e o Esquadrão. RJ, UH, 13abr1970. p. 2.

2.1.3. Questões Políticas Gerais - Concepções

Neste tópico vamos apresentar algumas questões políticas mais gerais, destacadas pelos periódicos, que implicam em concepções dos respectivos jornais, como, por exemplo, o tratamento dado por eles à temática da luta armada no Brasil ou mesmo a forma como vêem as eleições. Além disso, seus conceitos específicos como manifestações acerca do terrorismo, da democracia, da democracia liberal, do liberalismo.-

OESP, como na fase anterior, faz uma série de considerações a respeito da democracia, de seu ideal de democracia liberal e do liberalismo. Elas aparecem ao longo de seus textos, espalhadas aqui e ali em meio a comentários variados, ou mesmo, chegam a ocupar editoriais inteiros como é o caso do liberalismo, que tem dedicado à sua definição todo um artigo.

Em julho de 1970, tecendo comentários a respeito da democracia norte-americana, enfatizada devido ao destaque dado à punições conferidas a militares por abuso de poder e autoridade, aparece a concepção de democracia do jornal que aproveita para mesclar indiretamente uma crítica à situação vivenciada pelo Brasil. Afirma a *"superioridade do regime democrático norte-americano"*. Define o regime democrático como sendo aquele que tem *"caráter essencialmente civil, reprime e pune indivíduos"*, é baseado na *"confiança do povo em que as autoridades sempre e por toda a parte são representantes e observadoras das leis e da moralidade"*⁸¹.

Mais tarde, em outubro de 1973, numa crítica aberta ao regime militar, estabelece as condições de existência de democracia: seria preciso *"que os mandatos parlamentares fossem realmente representativos da vontade popular, que os partidos exprimissem correntes de opinião, que o municipalismo ressurgisse das suas cinzas, que o Judiciário deixasse de ser um Poder tutelado, que a vigência do habeas corpus [grifo no original] voltasse a ser reconhecida como condição imprescindível ao restabelecimento do Estado de Direito"*⁸².

O jornal, preocupado com a idéia da *tiranía da maioria*⁸³, com a supremacia da igualdade sobre a liberdade, observa que a democracia não é a subordinação do indivíduo à vontade geral ou coletiva e que a diferença entre um regime democrático e um autoritário não pode residir no predomínio da vontade da maioria.

Dando continuidade a estas preocupações, em seu editorial exclusivamente dedicado ao liberalismo, este é assim definido: *"é uma concepção de homem e do mundo, uma atitude filosófica, uma interpretação do significado da existência humana"*; *"uma filosofia do respeito humano"*. Segundo o jornal é ele que *"justifica e dignifica a democracia"*. No liberalismo, a *"reivindicação das liberdades - de consciência, de pensamento, de associação, de imprensa etc. - [estão] limitadas somente pela liberdade de todos os demais"*⁸⁴.

Assim OESP chega à concepção ideal de democracia liberal. Em janeiro de 1975, afirma que nela existe a *"idéia de que cada indivíduo é livre para pensar e agir, nos limites da lei"*

⁸¹ HOMENS iguais e regimes diferentes. SP, OESP, 12jul1970. p. 3.

⁸² DECLARAÇÕES do Mal. Juarez Távora. SP, OESP, 9out1973. p. 3.

⁸³ Esta concepção está presente, tanto no pensamento conservador de Edmund Burke, no século XVIII, como em liberais do século XIX, por exemplo, Alexis de Tocqueville. O primeiro, no seu *Reflections on the revolution in France* (New York, Delphin Books, Doubleday & Co., 1961), em meio às críticas que faz à Revolução Francesa, apelando para Aristóteles, manifesta o temor de, no regime democrático desenvolver-se a tirania da maioria. O segundo, em *De la démocratie en Amérique* (Paris, Gallimard, 1961), no mesmo registro de Burke, teme o fato de que, na democracia *"o processo de igualização crescente pode envolver desvios perigosos, que levem à perda da liberdade"* (Weffort, 1989. vol. 2, p. 155). O tema é retomado por Hannah Arendt em suas análises acerca de revoluções, particularmente, sobre a francesa e a americana, no *Da Revolução* (SP, Ática, 1988). Estas questões, tal e qual descortinadas, especificamente por Hannah Arendt e Alexis de Tocqueville encontram-se trabalhadas por Claude Lefort em *Pensando o político - Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade* (RJ, Paz e Terra, 1991).

⁸⁴ LIBERALISMO e Democracia. SP, OESP, 11jun1972. p. 3.

consentida". É o conceito de democracia misturado "à idéia do respeito à iniciativa e liberdade pessoais", um modelo político que "não pode ser imposto, sumariamente, de cima para baixo, num golpe de mágica, mas há de ser construído paulatinamente, envolvendo a totalidade do povo"⁸⁵.

UH/RJ, neste momento, reafirma sua tendência ao reformismo e seu repúdio aos radicalismos. Aqui se inserem as preocupações com as definições de democracia e suas críticas ao terrorismo, onde localiza, as tentativas de oposição ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 através da estratégia de grupos voltados para a luta armada.

A respeito da democracia observa que ela "aprende-se praticando", caracterizando-se pela "rigorosa obediência às regras do jogo" e pelo "respeito das minorias"⁸⁶.

Quanto ao terrorismo, manifesta-se contrariamente afirmando que é "condenável e odioso sob todos os aspectos, especialmente num País como o nosso, cuja tradição reformista [grifo nosso] acabou sempre por abrir soluções às mais graves crises". Mais do que isso, entende que é uma "ação de orientação internacional, de liderança notoriamente estrangeira, de inspiração visivelmente antibrasileira". Crítica acerbamente os participantes da luta armada. Para o jornal, estas "cúpulas dirigentes da subversão" são formadas de "revolucionários profissionais, elementos endurecidos por uma doutrinação e um treinamento intensivo para a guerra revolucionária" e "homens treinados em organismos internacionais". Estes, por sua vez, recrutam "jovens quase imberbes, ex-estudantes ou intelectuais, membros de uma mocidade 'godardiana' cujo clima de aventura romântica e cuja característica, no Brasil, como por toda a parte, é a frustração social". Estes são as "cobaías de guerrilhas [grifo no original]", "despreparados politicamente, iludidos no seu élan juvenil"⁸⁷.

Em outubro de 1974, UH/SP, escrevendo sobre o candidato oficial ao governo de São Paulo, Paulo Egidio Martins, em relação às eleições, manifesta a concepção de que "ambas [diretas e indiretas] são suscetíveis de crítica e, em verdade, um mau candidato eleito pelo voto direto não será necessariamente melhor do que um bom candidato consagrado pelo voto indireto"⁸⁸.

2.1.4. Questões Diversas

Os jornais enfatizam algumas questões variadas que fazem parte de seu ideário.

Assim, OESP reitera, neste momento, a temática da defesa de São Paulo destacando sua valorização frente à diversidade regional e ao "atraso" de parcelas do País (particularmente o Nordeste). Outro tema, tão caro ao periódico, é o da educação destacando suas crenças que, em muito, se aproximam das políticas seguidas no setor pelo regime militar.

Em outro registro, estas questões - a ênfase em São Paulo e a temática da educação - serão destacadas por UH/SP.

Já UH/RJ manterá a defesa do crescimento e desenvolvimento econômicos do País.

Para caracterizar o Estado e a cidade de São Paulo, OESP não poupa adjetivos elogiosos. Assim como o jornal divulga a crença de falar em nome da *opinião pública*, do *povo* ou da *Nação*, São Paulo, segundo OESP, fala pelo Brasil. É comum surgir nas referências a São Paulo a valorização de seu potencial frente a outras regiões do País. É assim que São Paulo é a "*unidade da Federação cuja influência no destino do País foi sempre, e continua sendo, decisiva*",

⁸⁵ O "modelo político brasileiro". SP, OESP, 12jan1975. p. 3.

⁸⁶ JOBIM, Danton. Dinamismo democrático. RJ, UH, 11ago1969. p. 2.

⁸⁷ CONDENAR o terrorismo é lutar pela democracia. RJ, UH, 11ago1969. p. 2

⁸⁸ O novo governador. SP, UH, 4out1974. p. 1.

"representa mais da metade do potencial industrial do País", o "fator indispensável ao desenvolvimento das unidades mais atrasadas da Federação", o "motor do desenvolvimento brasileiro, o Estado mais próspero e progressista da União", a "mais próspera, a mais rica de tradições cívicas, a mais culta e avançada unidade da Federação". Além disso, em suas qualidades está o ter "por norma dar tudo e nada pedir em troca" e oferecer a "solidariedade de irmão mais evoluído"⁸⁹

Em registro bastante diferente, UH/SP, em 1974 na coluna *Nossa Cidade*, redigida por Jorge da Cunha Lima, olha São Paulo com crítica ao seu crescimento mal gerenciado. Segundo ele, esta "quase-nação que é São Paulo", o "polo paradigmático de toda a vida nacional", é uma "cidade grande como uma nação e deficiente como uma criança". O gigantismo da metrópole é visto com preocupação: "uma avalanche permanente de migrantes internos modifica a cada dia os hábitos e o comportamento da cidade"; "os deficits habitacionais proporcionam a proliferação de favelas ou cortiços que se transformam em prazo curto nas mais eficientes fontes de criminalidade e doenças"; "inexistência de rede de água e esgoto em quase 70% da área física da cidade, propicia a proliferação de epidemias e endemias, além dos índices assustadores de mortalidade infantil, por desidratação". Dada esta situação "as justiças e as injustiças de nosso sistema social são mais sentidos numa cidade como São Paulo". A má administração é responsabilizada pelos problemas da cidade. Crítica a "extensão da metrópole e a irracionalidade do zoneamento" e o fato de que a "imprópria administração do sistema de transportes coletivos urbanos, aliada à prioridade industrial atribuída aos veículos de uso individual, como o automóvel, provocaram o congestionamento crônico"⁹⁰.

OESP tem uma visão negativa da mistura provocada pela migração interna, notadamente, de nordestinos, para São Paulo, fruto de uma diversidade regional acentuada. Sobre as regiões que considera mais "atrasadas" exerce a crítica contra a "servidão da Justiça às injunções do meio" e a "Lei terrível essa do sertão" (referindo-se ao hábito de fazer "Justiça com as próprias mãos"). Estas regiões representam, na concepção do jornal, os "estágios primitivos da agregação social" e servem de "berço à violência e ao primitivismo". São a "sociedade em descompasso com a época" e o "limiar que dá de um lado para a miséria e de outro para a impunidade". As regiões consideradas mais "adiantadas" são as "formas superiores da civilização"⁹¹. Quanto à população vinda de regiões mais pobres é formada por "homens e mulheres incultos, desnutridos, adoentados e sem aptidões", "desorientados e desassistidos" que "enfeiam e deslustram a Capital [grifo nosso] e multiplicam a mendicância, e expandem a marginalidade social, e avolumam as vagas criminosas"⁹².

A "problemática nordestina" recebe destaque especial com seu "torturado cenário". Considera que "não era econômica, mas sim social a natureza do problema", na medida em que reconhece nas populações um "estado de indigência cultural" em que estão "à margem do progresso do século, vítimas do choque de três culturas imperfeitamente assimiladas" o que gera a "falta de condições mentais indispensáveis à adaptação do indivíduo a uma vida rural e eficiente e salutar"⁹³.

Fiel à sua tradição, OESP dedica constante atenção, em seus editoriais, à temática educacional. Possui uma visão elitizante do ensino, entendendo-o como distribuído em etapas somente ultrapassadas pelos melhor dotados. Assim, o espírito de seu comentários, ainda no ano de 1969, em muito se aproxima daquilo que viria a se constituir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional número 5692, promulgada em 1971, em substituição à Lei 4024/61. Ali está o

⁸⁹ E São Paulo? SP, OESP, 10fev1974. p. 3.

⁹⁰ LIMA, Jorge da Cunha. Paulo Egídio e a cidade. SP, UH, 4out1974. p. 2.

⁹¹ UM aspecto da realidade brasileira. SP, OESP, 11maio1969. p. 3.

⁹² "COMÉRCIO feito com sangue". SP, OESP, 10ago1969. p. 3.

⁹³ NORDESTE (Conclusão). SP, OESP, 14jun1970. p. 3.

espírito de terminalidade do 2º Grau aliado à idéia da necessidade de profissionalização nesse nível de escolaridade.

O chamado, na época, ensino médio tem sua finalidade definida pelo jornal da seguinte maneira: deve *"ser tão-somente escola de segundo grau e não mera escola de 'preparatórios'"*, ou seja, *"ser uma escola terminal e não mera forma de acesso à educação superior"*. O *"sentido de terminalidade"* implica em que a *"escola de segundo grau seria terminal para todos"* e *"profissionalizaria [grifos no original], em nível médio"*. Quanto ao ensino superior, este *"deve ser reservado aos melhor dotados"*⁹⁴.

Nos textos de Geraldo de F. Forbes em UH/SP, um dos pontos de destaque que o autor considera necessário transformar para melhoria das condições do País refere-se à educação. No final de 1974, apresenta sobre a obra educacional dos governos militares um ponto de vista bastante negativo. Entende que o *"problema educacional"* é *"uma das arestas da pirâmide que encerra os sucessivos erros e equivocados de nossos governantes"* e que a educação brasileira *"passou de sofrível a deplorável"*. Tem-se *"um aparentemente enorme progresso quantitativo com um substancial prejuízo da qualidade"*, na medida em que *"partiu-se para a bacharelização e a diplomação em massa tudo em benefício das estatísticas governamentais"*, existindo, no momento, *"universitários, perdidos em seu despreparo básico, a ineficiência de seus professores, e o desaparecimento das escolas"*⁹⁵.

UH/RJ faz a defesa do crescimento e desenvolvimento econômicos. Em agosto de 1969, enfatizando as mesmas metas do Estado Autoritário brasileiro pós-64: segurança e desenvolvimento, dá a sua concepção. Afirma que *"é preciso fazer o povo participar, convocá-lo para a luta comum pela segurança e pelo desenvolvimento. Uma segurança que não dependa apenas da polícia ou do dispositivo militar; um desenvolvimento que não seja obra de alguns em proveito de alguns"*⁹⁶. Lembrando um pouco suas bandeiras reformistas, faz a apologia da Reforma Agrária dizendo que *"constitui o pressuposto do próprio desenvolvimento nacional em bases sólidas"*⁹⁷.

Por ocasião do convite feito pelo presidente americano a Emilio Garrastazu Médici, OESP destaca a questão das relações Brasil/EUA. Esse convite havia provocado manifestações de repúdio por parte do senador Edward Kennedy, deplorando o desrespeito aos direitos humanos em nosso País. OESP se volta contra as opiniões do senador e aproveita para apontar a posição de relevância do Brasil no mundo numa cobrança implícita da reciprocidade de relações tendo em vista os objetivos interamericanos em nome dos quais o periódico entende que os dois países falam. Edward Kennedy é chamado pejorativamente de *"jovem senador"* e *"senador moralista"*, sendo considerado *"um dos maiores moralistas dos nossos tempos"* e dotado de *"deformação mental"*. As relações entre as duas nações são enfatizadas observando-se a *"coincidência básica dos interesses nacionais de ambos os Estados"* e o *"paralelismo que presidiu à formação histórica, cultural e política das sociedades brasileira e norte-americana"*. Quanto ao Brasil é visto pelo jornal como uma potência na América Latina com *"projeção continental e mundial"*, possuindo, no Hemisfério Sul, *"as melhores condições para arcar com as responsabilidades pela defesa e pela preservação dos valores e tradições do sistema interamericano"*⁹⁸.

⁹⁴ REFORMA do ensino colegial. SP, OESP, 12out1969. p. 3.

⁹⁵ FORBES, Geraldo de F.. As tarefas da Revolução de Novembro de 74. SP, UH, 30nov e 1dez1974. p. 2.

⁹⁶ JOBIM, Danton. A hora da grande opção. RJ, UH, 9ago1969. p. 2.

⁹⁷ JOBIM, Danton. E a reforma agrária? RJ, UH, 7mar1970. p. 2.

⁹⁸ O senador e a visita de Médici. SP, OESP, 14nov1971. p. 3.

2.2. Distanciamentos

Foram selecionados 73 editoriais de OESP, de janeiro de 1969 a janeiro de 1975, organizados em unidades temáticas⁹⁹ e com a seguinte distribuição:

Quadro 1

Unidades temáticas de OESP

(janeiro/1969 a janeiro/1975)

Unidades temáticas	Frequência	%
Críticas ao regime militar	26	36
Defesa do regime militar	15	21
Questões de política educacional	10	13
Questões de política internacional	07	10
Questões de política local	07	10
Imprensa	04	05
Diversos	04	05

A unidade temática que denominamos de **Críticas ao regime militar**, comparativamente ao período anterior (1964-68), ainda se mantém majoritária; entretanto, seu percentual apresenta diminuição e encontra-se mais equilibrado em relação ao item subsequente, o da **Defesa do regime militar**.

Nas **Críticas**, o maior número de artigos localiza-se entre os que não aceitam a ausência de liberdades democráticas no Estado Autoritário brasileiro pós-64. Logo a seguir, destacam-se os editoriais que criticam os procedimentos para obstruir a ação da Justiça no caso dos "esquadrões da morte". Outros editoriais apresentam problemas econômicos: discutem a necessidade de austeridade econômica especificamente na questão do petróleo; de controle dos empréstimos externos tomados pelas empresas e apontam dificuldades da política econômica do governo Geisel. O sistema de saúde do Brasil é criticado no sentido da não divulgação dos dados sobre a meningite¹⁰⁰ e da venda de material colhido nos bancos de sangue. Cobra-se do governo a existência de uma política agropecuária definida, a solução para o problema da seca no Nordeste e uma política portuária. Solicita-se a autonomia dos Estados, postula-se a consulta popular para o caso da fusão

⁹⁹ Do mesmo modo como procedemos em relação ao período anterior, agrupamos os artigos analisados dos três periódicos em unidades temáticas, sendo que a cada matéria correspondeu um tema central, embora outras questões laterais pudessem ter sido tratadas. Construímos assim, algumas unidades que são variáveis e têm percentuais quantitativos específicos de acordo com o órgão de divulgação estudado.

¹⁰⁰ Gostaríamos de destacar que a questão do surto de meningite, no auge em 1974, foi alvo de censura prévia rígida no jornal. Muitos artigos tiveram, cortados informes principalmente os de divulgação das reais dimensões da doença pelos censores instalados no periódico.

dos Estados RJ e GB, questiona-se o "esquecimento" de São Paulo na composição do Ministério Geisel, não se aceita o processo de sucessão estadual. Critica-se o fato de os gastos públicos serem movidos por interesses políticos e não técnicos.

A **Defesa do regime militar** manteve-se em índice percentual próximo ao do período anterior. Em geral, os artigos defendem a política econômica do governo. Manifestam-se favoravelmente à manutenção do crescimento econômico, da expansão da indústria do cimento, da presença da iniciativa privada na extração de minérios, do II Programa Nacional de Desenvolvimento, de um programa nuclear para o Brasil.

O item **Questões de política educacional**, se comparado ao período anterior, aumentou bastante seu percentual. Isto se deve ao fato, de necessitarmos recorrer aos editoriais que mais se aproximassem das questões de nosso interesse, uma vez que, por força das circunstâncias do momento, não havia um editorial diário voltado especificamente para a Política Nacional. Neste tópico, em apoio à política governamental, dois editoriais se dedicam a defender a reforma do ensino de 2º grau em sua modalidade profissionalizante, como viria a ser caracterizado na Lei de Diretrizes e Bases 5692/71. Outros aspectos de defesa da orientação proposta pelo governo para o setor são: a reforma universitária, os concursos públicos para professores, o Projeto Rondon, os cursos de curta-licenciatura, o Vestibular qualitativo. Críticas ao regime no plano educacional ocorrem relativamente a: falhas na distribuição de verbas educacionais, escassez de professores, proliferação de cursos deficientes de Direito.

A unidade temática abrangendo **Questões de política internacional** recebe um relevo não alcançado anteriormente pelas mesmas razões apontadas no parágrafo acima. Três artigos referem-se aos EUA sendo que, dois deles, de forma negativa e um positivamente. Deploram-se as críticas feitas por Edward Kennedy em relação à questão da violação dos direitos humanos no País e as críticas feitas pelo jornal **NEW YORK TIMES** ao Brasil. Elogia-se o modelo norte-americano de democracia. Em relação à América Latina, um editorial dedica-se a comentar a ausência de democracia na região e outro a discorrer sobre a falta de liberdade de imprensa no Chile. Um editorial observa a necessidade de um posicionamento do Brasil após a *Revolução dos Cravos*¹⁰¹ portuguesa e outro vaticina a necessidade de controle, pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), da filiação de sindicatos brasileiros a entidades sindicais internacionais.

As **Questões de política local**, nesse momento, na maior parte, são voltadas aos problemas que o periódico vivencia com o governador Laudo Natel e, conseqüentemente, às suas críticas. Estas abrangem desde a sua indicação pelo presidente Médici, passando por sua atuação na questão dos menores, pela recriminação do fato de o governo paulista não aceitar a análise das contas da Petrobrás localmente e, é obvio, pelo corte da publicidade ao jornal. A preponderância de São Paulo em relação às outras regiões do País não se encontra diretamente salientada. Aparece indiretamente quando o periódico cita o problema nordestino, tanto em relação ao meio físico como ao elemento humano, e quando apresenta a imigração estrangeira como fator de desenvolvimento para a Nação.

Principalmente devido aos problemas vivenciados pelo periódico com a censura (prévia ou não) nesse momento, a **Imprensa** assume um lugar de destaque. Realiza críticas à imprensa sensacionalista. Faz a defesa da liberdade de imprensa e, nos dois editoriais de apologia a Júlio de Mesquita Filho e a Francisco Mesquita quando faleceram, há ênfase à imprensa e às concepções do jornal.

¹⁰¹ O referido movimento desenrolou-se em abril de 1974 buscando colocar um ponto final no Salazarismo.

Na unidade temática **Diversos** localiza-se a defesa da democracia liberal, os comentários sobre o vôo do avião Concorde no Brasil, as reprimendas a D. Helder Câmara¹⁰² e as críticas a parlamentares não só por ofensas em plenário mas também pela ausência do direito de resposta aos ofendidos.

Podemos distribuir os 26 artigos selecionados de UH/RJ no período, nas seguintes Unidades Temáticas:

Quadro 2

Unidades temáticas de UH/RJ

(janeiro/1969 a junho/1970)

Unidades temáticas	Frequência	%
Críticas ao regime militar	12	46
Defesa do regime militar	05	19
Questões de política partidária	04	15
Imprensa	03	12
Questões de política internacional	02	08

Pode-se observar que o item **Críticas ao regime militar** mantém-se num patamar próximo do observado no período anterior (cerca de metade dos artigos). Entretanto, um tópico ausente na outra fase agora recebe destaque e seu percentual não pode ser desprezado. Referimo-nos à **Defesa do regime militar**.

A maioria dos artigos de crítica ao regime localiza suas preocupações na luta pela "volta à normalidade democrática". Surgem também recriminações em relação à fusão GB/RJ, à campanha desenvolvida contra o governo Negrão de Lima, às cassações e à inatividade do Congresso, à não realização da reforma agrária, ao governo visto como responsável pelos "esquadrões da morte".

As defesas ao regime militar localizam-se no governo Médici que, em dado momento, é elogiado por um discurso proferido e, em outro, o jornal manifesta crença em sua administração. Além disso, valoriza-se a aproximação entre militares e políticos em torno do objetivo do desenvolvimento, reconhecendo-se o crescimento econômico do País. O periódico manifesta também a sua condenação ao terrorismo e aos grupos que se dedicam à luta armada.

Nas **Questões de política partidária**, em fidelidade à linha editorial do jornal, particularmente no caso de Danton Jobim, o MDB continua sendo o alvo preferencial e a ARENA aparece como seu contraponto. Elogia-se a atitude realista da Oposição ao dar apoio a Médici. Em relação à sucessão estadual na GB, manifesta-se favoravelmente à candidatura Chagas Freitas e

¹⁰² Paradoxalmente, D. Helder Câmara, figura que sempre recebera as maiores críticas do periódico que não concordava com sua linha de atuação, foi alvo de uma série de cortes realizados pelos censores na fase da censura prévia no jornal.

contrariamente aos candidatos arenistas. Em outro momento, é enfatizado o colaboracionismo do MDB e o servilismo da ARENA.

No que se refere à *Imprensa*, apesar de ainda aparecer de modo destacado, UH/RJ, que tanto gostava de reafirmar suas bandeiras de luta, perde um pouco da relevância. Somente um artigo refere-se especificamente ao jornal, ao comentar a renúncia de Danton Jobim à presidência do periódico. Em outro faz-se a defesa da liberdade de imprensa em relação ao controle estatal e, por fim, um artigo faz a apologia de Júlio de Mesquita Filho, por ocasião de sua morte.

Nas *Questões de política internacional*, um dos artigos, ao comentar mudanças na política externa norte-americana, fala em relaxamento das tensões entre Leste/Oeste. E o outro, manifesta-se a favor de uma abertura democrática na Argentina.

Os 61 artigos analisados de UH/SP, entre 1973 e 1975, foram distribuídos nas seguintes Unidades Temáticas:

Quadro 3

Unidades temáticas de UH/SP

(junho/1973 a janeiro/1975)

Unidades temáticas	Frequência	%
Considerações sobre o regime militar	36	59
Questões de política partidária	15	24
Defesa do regime militar	05	08
Críticas ao regime militar	04	07
Imprensa	01	02

Ao trabalharmos com UH/SP, o panorama se modifica em relação aos outros jornais já analisados. Isto se deve, principalmente, à questão que tanto enfatizamos, a saber: o fato de que, em boa parte do período estudado, o jornal se esquivava de apresentar com clareza suas opiniões a respeito dos temas tratados. Assim, necessitamos criar um item, não presente para os outros periódicos, qual seja, o das **Considerações sobre o regime militar** que, numericamente, corresponde a mais da metade dos artigos selecionados onde não se localiza com clareza uma posição nítida de defesa ou crítica ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 predominando a descrição dos fatos ou a transcrição do discurso de políticos destacados pelo jornal.

Neste item, o maior número de artigos se dedica a tratar da sucessão presidencial (passagem do governo Médici para o de Geisel) muito em voga no momento em que começamos a acompanhar o jornal. Ainda neste registro, outros artigos destacam pronunciamentos de Médici, de Geisel, tecem considerações sobre as mudanças políticas a serem introduzidas por Geisel, especificamente, as tentativas de abertura ao diálogo. Ministros antigos e futuros tem seu pensamento esmiuçado: é o caso de Delfim, Golbery e Simonsen. Ao longo do governo Geisel, outras temáticas vêm à tona: as discussões sobre o monopólio do petróleo e os contratos de risco, o governo Paulo Egídio Martins em São Paulo e a composição de seu secretariado, as eleições de

novembro de 1974. Ainda merece destaque a questão da luta armada: comenta-se o julgamento de um caso de terrorismo e a morte de um participante de agrupamento clandestino.

As **Questões de política partidária** recebem, em UH/SP, maior realce que nos outros periódicos. Surgem destaques para questões genéricas dos dois partidos, sobre reunião de arenistas e emedebistas, sobre políticos que se salientaram em pronunciamentos no Senado em 1973. Outros artigos enfatizam a ARENA: a convenção para escolha de candidatos ao Senado (1974) e as disputas internas em São Paulo. O MDB não é esquecido, ao contrário, recebe, paulatinamente, maior ênfase: apresenta-se o tema da campanha do partido - a alta de preços, descreve-se pronunciamento de Danton Jobim, fala-se do comportamento dos autênticos no Colégio Eleitoral (para homologação de Geisel). Ao avaliar os partidos, conclui-se pela necessidade de sua reestruturação.

Nos artigos de **Defesa do regime militar** - apesar da pequena diferença numérica, ao contrário dos outros dois periódicos, é superior à quantidade dos que se dedicam às críticas - encontramos: elogios aos presidentes Médici e Geisel, entrevista que demonstra avaliação positiva do ex-governador Abreu Sodré e o traçado de um perfil favorável de Paulo Egídio Martins.

Em momento que o jornal mais se assemelha às antigas plataformas de UH na sua origem, os artigos de **Críticas ao regime militar** recriminam a dependência ao capital estrangeiro e o projeto educacional. Postulam a distribuição de renda e cobram do governador de São Paulo providências em relação à situação da cidade.

O artigo destacado na unidade temática da **Imprensa** aparece na forma de um Editorial que explica as mudanças a serem introduzidas no jornal que voltaria a ser Vespertino.

Queremos agora selecionar os elementos que, nesse período, podem dar mostras dos aspectos formais do discurso de cada um dos periódicos.

O **Suplemento do Centenário**, publicado por OESP, exatamente na data em que o jornal completava 100 anos, ou seja, a 4 de janeiro de 1975¹⁰³, foi aberto, na página 2, com dois editoriais dos dois herdeiros diretos de Júlio de Mesquita Filho: Júlio de Mesquita Neto, diretor-responsável por OESP e Ruy Mesquita, diretor-responsável pelo JT. Curiosamente, o primeiro escreveu " 'O Estado' mudará continuando igual" e o segundo, "Nunca tão jovem como aos cem anos de idade". Estes dois artigos dão uma idéia exata da fidelidade à tradição característica do jornal: a procura da renovação com a manutenção de seus princípios - *mudará e tão jovem*, ao lado de *continuando igual e aos cem anos de idade*.

Estas questões são bastante esclarecedoras para pensarmos o que ocorre com o periódico no momento em que perde o seu fio condutor (Júlio de Mesquita Filho) e entra em rota de colisão com o Estado Autoritário brasileiro pós-64 (censura à imprensa).

O que observamos neste período é que se o jornal mantém o estilo rebuscado e indireto, frases longas e de difícil entendimento, em alguns momentos, há a diminuição de seus parágrafos e, apesar da presença ainda de ameaças/advertências, por vezes, utiliza um tom de sugestão (ao governo) menos diretivo do que anteriormente.

Dando continuidade a uma série de artigos sobre o *direito de resposta* em que critica os parlamentares por ofensas cometidas em plenário e, portanto, solicitando que os ofendidos

¹⁰³ Ao longo do ano de 1975, o jornal publicaria outros Suplementos especiais, voltados a temáticas específicas. Por exemplo, em alguns deles, o jornalista Flávio Galvão que trabalhava no periódico naquele momento, descrevia, ao longo da trajetória do jornal, as questões que envolviam a *Liberdade de Imprensa*.

tenham o mesmo direito de defesa, surge um editorial em que fica clara a questão das longas frases, estilo rebuscado, mas, parágrafos mais curtos do que os anteriormente observados:

"Não obstante a legislação brasileira punisse os delitos da linguagem nos extravasamentos atentatórios de direitos individuais e coletivos, impedindo que a imprensa se pusesse a serviço de interesses colidentes com os princípios de liberdade que a ela própria cumpre presenciar, a honra dos cidadãos, de pessoas jurídicas ou a própria segurança nacional vinham sendo conspurcadas por meio de brechas encontradas na legislação ordinária, que não considera ilícita a divulgação de relatórios, pareceres, decisões ou atos proferidos pelos órgãos competentes das Casas Legislativas, notícia ou comentários a projetos e atos do Poder Legislativo, bem como debates e críticas a seu respeito.

Ora, dizendo a Constituição do Brasil promulgada em 1969, que deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, estava aberta a licença para a injúria, a calúnia e a difamação pelas tribunas das Câmaras, prática que vinha infelicitando, sem dúvida, o regime.

Numa interpretação falta de maior espírito público, a inviolabilidade parlamentar - realmente imprescindível para a prática democrática - transformou-se em carta de identidade para muitos e descabidos abusos, determinantes de restrição escrita na atual carta constitucional, onde dispõe o art. 32 que 'os deputados e senadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação e calúnia, ou nos previstos na Lei de Segurança Nacional'.

O novo dispositivo veio assim, atender a um reclamo da ordem pública, insito na norma anterior, mas que necessitou de interpretação autêntica para que prevalecesse o bom senso."¹⁰⁴

E segue o editorial com mais parágrafos curtos:

"Ora, o interesse público de resguardar os princípios democráticos de liberdade e igualdade está a reclamar um tratamento diverso, pela relevância do bem jurídico a tutelar.

Assim como se impõe a obrigação, pelos órgãos de informação, de agasalhar a resposta do injuriado, a mesma obrigatoriedade deveria caber aos corpos legislativos."¹⁰⁵

Em maio de 1970, um editorial sobre os problemas da seca que afetam o Nordeste critica os governos pós-64 e, inesperadamente, não culpa as práticas políticas utilizadas antes de abril de 1964. Mesmo seu tom de recriminação é mais leve do que as acres críticas anteriores:

"Após a crise de 1958, decidiu o governo reestudar o problema nordestino, criando o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Este elaborou um documento básico do qual praticamente surgia, um ano depois, a SUDENE. O que dizia o estudo, ainda hoje citado em todos os planos diretores da autarquia, como orientador da nova política nacional em relação ao Nordeste? Afirmava, em suma, que o grande problema regional não residia na seca, fenômeno esporádico e sempre limitado a uma área pouco dinâmica, mas à existência de uma frágil estrutura econômica. A miséria nordestina era fruto, antes, da falta de investimentos planejados, da explosão demográfica, do desaproveitamento das terras férteis e

¹⁰⁴ O direito de resposta - 3. SP, OESP, 9ago1970. p. 3.

¹⁰⁵ Idem, ibidem.

sempre verdes da Zona da Mata e da má distribuição da renda. Recomendava como solução para o drama nordestino a criação de uma infraestrutura econômica mais sólida que pudesse evitar ou pelo menos atenuar aquelas crises periódicas. Isso seria possível principalmente com a adoção de quatro medidas básicas: 1- criação de um parque manufatureiro; 2- transformação da economia agrícola da faixa úmida com vista a proporcionar uma oferta adequada de alimentos; 3- 'transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto da seca' e 4- 'deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense'.

*Doze anos após a grande seca (de 1958 e) da aprovação desse plano de trabalho - reconhecido por todos como o melhor e o mais viável para o Nordeste - chega-se à triste conclusão de que pouco muito pouco foi feito."*¹⁰⁶

Conclui com um tom que mais se aproxima do desconsolo do que da agressividade:

*"É o triste resultado final de uma política que somente malogrou porque não foi posta em prática."*¹⁰⁷

Seu pessimismo continua presente, inclusive na utilização da negativa no início das frases e na variedade de epítetos negativos apresentados o que faz parte da tradição do jornal. Geralmente, até os elogios rasgados se encerram com uma nota desabonadora. Nesta fase, entretanto, por vezes aparece o otimismo (que parecia não constar de seu vocabulário).

Observando que um dos problemas que o governo precisa enfrentar é o da necessidade de ampliação da indústria do cimento, este editorial conclui pelo otimismo em relação à solução desta questão e ainda aponta para o aspecto social que, geralmente, não relaciona na temática do desenvolvimento econômico:

"O governo federal está atento à necessidade da ampliação da indústria do cimento em termos que contribuam para o fortalecimento do setor privado da economia nacional. Concede, por isso, isenções alfandegárias para a aquisição de equipamentos no Exterior. Ao mesmo tempo está empenhado na execução de um plano, preconizando a concessão de financiamento, em condições favoráveis, e estimulando outras operações suscetíveis de facilitar a compra de maquinaria.

*Deste modo, podemos ser otimistas [grifo nosso] quanto às perspectivas da expansão da indústria do cimento num ritmo que acompanhe a majoração do consumo, aumento que será elevado, graças à constante aceleração do desenvolvimento da economia nacional, inclusive a diminuição progressiva das diferenças de ordem social e de natureza regional."*¹⁰⁸

Apesar de diminuir bastante as referências ao golpe de 1964 e aos chamados "princípios revolucionários", em momentos volta a lembrar os objetivos da "Revolução" cobrando a sua efetivação. Do mesmo modo, apesar dos derramados elogios a Delfim Netto, ao findar o governo Médici, o que confirma a confiança no jornal na política econômica do regime, meses mais tarde, já em pleno governo Geisel, o tom ainda é de esperança, mas já cauteloso, ao falar da economia.

¹⁰⁶ OS eternos problemas da seca. SP, OESP, 10maio1970. p. 3.

¹⁰⁷ Idem, ibidem.

¹⁰⁸ AMPLIAÇÃO da indústria de cimento. SP, OESP, 11jul1971. p. 3.

Em editorial voltado para a discussão da necessidade da reformulação da legislação que rege a atividade portuária, a temática se desenvolve a partir dos "objetivos revolucionários":

"Aqueles que realmente prepararam e fizeram a Revolução de 31 de março tinham inscrito em suas metas o completo saneamento da vida política e administrativa do país. Para que esse ideal pudesse ser atingido, entretanto, era mister que se preservassem duas coisas ao longo dos anos, sabidamente difíceis, que transcorreriam após o ato extremo praticado em benefício da coletividade: uma delas seria o firme propósito de alterar profundamente as estruturas comprometidas da Nação, em todos os setores, restaurando a justiça, a verdade econômica e o brio no trato da coisa pública, que haviam desaparecido no transcorrer de sucessivos governos corruptos e incapazes; a outra coisa a preservar a todo custo seria o único instrumento que permitiria identificar a corrupção e a incapacidade, onde elas já existissem e onde elas viessem a se instalar, em qualquer tempo, no governo ou fora dele, isto é, a faculdade de apontar o erro. Justamente na existência e na ação concomitante desses dois elementos peculiares aos regimes liberais - a possibilidade de identificação e o empenho de sanear - é que reside a oportunidade de sobreviver e de progredir de uma sociedade como a nossa.

O cotidiano tem oferecido à opinião pública [grifo nosso] elementos mais do que suficientes para que ela se esclareça a respeito do tema essencial, razão porque passamos diretamente para o assunto deste comentário, que se enquadra nas disposições acima mencionadas. Refere-se ele à estrutura jurídico-administrativa que ainda prevalece na faixa portuária brasileira.

É confrangedor verificar que, decorridos quase dez anos da implantação de um regime que dispõe de todos os instrumentos necessários para realizar modificações profundas no organismo nacional, continua a prevalecer o tumulto em nossa legislação reguladora do trabalho nos portos, com todas as suas conseqüências danosas à vida do estivador, aos negócios dos armadores e às atividades dos órgãos encarregados de gerir a rede portuária. É evidente que tais males acabam por se refletir também na economia e na estabilidade social do País."¹⁰⁹

Mostrando transparência na admissão do estilo do jornal de elogiar criticando, o editorial fala primeiro dos problemas para depois apontar as qualidades do Ministro Delfim Netto:

"Discordamos em muitas ocasiões de atitudes e palavras de s. exa.. Seu frio pragmatismo o impeliu por vezes a procurar a solução de certas crises conjunturais através de uma política que reflete uma concepção desumanizada da economia. Foi o que ocorreu em 1973 durante o conflito que o opôs ao então ministro da Agricultura, sr. Cirne Lima. O episódio da carne serve, aliás, apenas de ponto de referência na medida em que deixou claro para todo o País que o Estado, na opinião do sr. Delfim Netto, é uma entidade a-ética. Nossa postura, como os leitores sabem, é muito diferente. Isso, contudo, não pode apagar a significação da extraordinária obra material realizada pelo ministro da Fazenda cessante. Os métodos de s. exa. são passíveis de crítica, mas seus erros humanos não diminuem a dimensão incomum do tecnocrata e do estadista. Somos, por tradição, parcimoniosos no elogio e severos na crítica [grifo nosso]. Mas não temos lembrança de ministro algum que tenha realizado no Ministério da Fazenda obra comparável e de efeitos tão decisivos para a construção do futuro."¹¹⁰

¹⁰⁹ INQUIETAÇÃO na faixa portuária. SP, OESP, 8jul1973. p. 3.

¹¹⁰ BALANÇO de um Governo: Fazenda. SP, OESP, 10mar1974. p. 3.

↙
Editorial de novembro de 1974, entretanto, já apontava para problemas econômicos no País e os relacionava com a crise internacional:

*"Em comentário ontem publicado tivemos ensejo de lembrar a impossibilidade de imunizar a economia brasileira contra os efeitos da estagflação que se manifesta na maior parte dos países plenamente desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Externamos, porém, nossa convicção de que a competência de nossos empresários e economistas - bem como a repulsa da administração federal a todas as tendências estatizantes e nacionalistas - conseguirá o controle da inflação e o prosseguimento da elevação anual do Produto Interno Bruto."*¹¹¹

O próprio título do editorial - "Otimismo econômico e realismo" - é de molde a não deixar suspeitas de que a fase de ufanismo econômico passara, embora, até o final, tenha tentado manter as expectativas "otimistas":

*"Nestas circunstâncias, não há nem haverá motivos para pessimismo no que diz respeito à evolução da economia nacional. Embora os problemas que teremos de enfrentar sejam numerosos e sérios, mesmo assim confiamos em que, até 1980, o Brasil venha a passar do estágio de um país em desenvolvimento para o de um país plenamente desenvolvido."*¹¹²

Ironias nas críticas ainda dão a tônica no jornal, mas surgem os eufemismos para suavizá-las e repete-se o hábito de deixar questões em aberto para o leitor concluir. Estas questões, neste momento, podem ser creditadas à problemática da censura, forçando a postura mais cautelosa do jornal.

Em janeiro de 1970, criticando iniciativa de "um dos membros da equipe governamental", no sentido de propor a encampação pelo Estado "mediante a instituição de uma companhia mista, de todo o setor de pesquisas minerais em nosso País", o jornal utiliza ironia ferina:

"Ao mesmo tempo, o economista Glycon de Paiva não hesitava em afirmar que considerava a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais 'um desastre'. A empresa teria de dar lucro, de acordo com os moldes como foi construída, e, salientava, 'pesquisa não é fonte de lucro em nenhum país do mundo'. Mas o Projeto Dias Leite ganhara a velocidade das flechas e a sonoridade prestigiosa dos cocares de nossos indígenas. Exercia sobre os espíritos mais sugestionáveis um pouco daquele fascínio que anda de par com o velho, o primitivo. De modo que seria de todo inútil invocar a experiência dos outros, brandir argumentos confirmados pelos fatos. E lá acaba ele de ser posto em prática. Voltar atrás, mesmo para o mais refinado dos tupiniquins que vivem a sua nostalgia da taba entre as quatro paredes dos gabinetes ministeriais, é um gesto dotado de caráter 'sacro'. Seria em pura perda, dessa forma, lembrar-lhes que a 'economia burguesa' já deixou de ser um apanágio exclusivo das democracias liberais, para se inscrever entre os métodos oficiais de administração na própria URSS. É claro, os comunistas farão a ressalva de que a União Soviética passou a adotar a ciência econômica ocidental, cuja mola propulsora é o lucro, mas não as instituições econômicas desta

¹¹¹ OTIMISMO econômico e realismo. SP, OESP, 10nov1974. p. 3.

¹¹² Idem, ibidem.

*parte do mundo. Concedamos que assim seja. Mas, entre nós, tendo em vista o exemplo da Mineribrás - ou Pesquisibrás, nome de guerra muito bem imposto pelo senhor Roberto Campos à tal companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - entre nós o que se faz é o contrário, isto é, adotar as instituições econômicas do Leste sem colocar a serviço delas nenhuma ciência econômica. As lições acumuladas do mundo, preferimos a reflexão a sós, o solilóquio, a erva-cidreira [grifos nossos] em vez do antibiótico que o exame laboratorial da doença esteja a impor."*¹¹³

Em junho de 1973, falando sobre a diversidade histórica da vida humana, o editorial passa para a questão dos regimes políticos latino-americanos:

*"O fenômeno apresenta, no entanto, características paradoxais na América Latina. Nesta parte do Hemisfério a técnica objeto de empréstimo e não de desenvolvimento autônomo, teve sobre as diversas sociedades nacionais um efeito disruptivo muito mais intenso. A preocupação em adaptar, a grupos que nem sempre estão aptos a proceder à sua assimilação, tecnologias desenvolvidas em diferentes estágios sociais, provocou rupturas da norma histórica latino-americana que por sua vez romperam a norma moral onde deveria assentar a estrutura ética da política. Transfigurada assim num arquipélago ideológico, a América Latina constitui hoje em dia o laboratório por excelência do mais desvairado experimentalismo político. Se excetuarmos a pátria de Toussaint Louverture, nela se acusam todos os tipos de governo jamais imaginados pelos tratadistas da sociologia. O totalitarismo está representado em todas as gamas do espectro ideológico. Seu fundamento moral é na verdade uniforme: ele se implanta em nome da eficiência. O modo como ele se exerce e perpetua é que varia. Mas, até mesmo sob essa espécie, já se esboça a fixação de uma norma, que é a da ditadura por cronograma, isto é, a do fato político que se alimenta no terreno das realizações materiais. São regimes condenados, portanto, ao mesmo destino das rodas hidráulicas: somente um grave transtorno da natureza - uma estiagem rigorosa ou o despenhar-se de uma tromba-d'água - conseguirá destruí-los ou reduzi-los à inércia. Mas a América Latina não se distingue apenas pelo pluralismo autocrático. Aqui vicejam igualmente, se é que vicejam, todos os gêneros de democracia, desde o parlamentarismo marxista chileno ao justicialismo voluntarista argentino. Regra geral, porém, uma coisa singulariza os regimes em presença no cenário latino-americano, sejam eles de feição totalitária, autocrática ou democrática: a dosificação da liberdade."*¹¹⁴

Enquanto no texto acima não há referência direta ao Brasil e pode-se pensar em estabelecer analogias indiretamente, o texto que se segue é claro em relação ao País, mas ainda é suave em suas críticas, o que não costumava ser o feito do jornal:

"Uma coisa é certa: cada regime tem o Legislativo que merece. Nas democracias representativas, a função legislativa é plenamente independente das funções executiva e judicial. Salvo as conhecidas diferenças de procedimento entre a democracia de tipo européia e a democracia de tipo americana, o Governo, o Parlamento e os Tribunais são instituições soberanas de foro e mandato próprios, embora articuladas e harmônicas no desempenho de suas missões constitucionais,

¹¹³ FESTIVAL indígena. SP, OESP, 11jan1970. p. 3.

¹¹⁴ EM nome do povo. SP, OESP, 10jun1973. p. 3.

que visam ao bem comum nacional. Nas sociedades autoritárias, de finalidade totalizante, em que o Estado é o governo e o governo é o Estado, o Legislativo e o Judiciário ou são meras expressões publicitárias ou então constituem simples apêndices caudais do partido único. No meio - que está longe de ser a virtude - residem os regimes híbridos para os quais buscaria em vão o cientista social uma definição válida. Não chegam a ser totalitários, mas do ideal democrático guardam apenas as fórmulas simbólicas de engenharia institucional. Talvez por uma espécie de pudor das origens, embora levem o braço executivo do Estado a uma hipertrofia desmedida, não ousam dispensar a encenação de um Legislativo e de um Judiciário aparentemente autônomos. O resultado é um equilíbrio precário, que a todo momento suscita a hipotética necessidade de medidas de exceção para reimpor a ordem conveniente à manutenção do status quo [grifo no original]. É o caso brasileiro."¹¹⁵

Em outubro de 1972, quando o jornal acabava de ter decretada a censura prévia com a presença diária dos censores em sua redação, um editorial se dedica a comentar a célebre frase de Lorde Acton: *O preço da liberdade é a eterna vigilância*, algo bastante recorrente no jornal e um dos lemas da antiga UDN. O editorial, nunca citando expressamente o Brasil, deplora a falta de liberdade de imprensa e se encerra de forma a provocar no leitor uma reflexão, uma conclusão analógica:

"Que sentido tem, para quem vive num regime totalitário, comunista ou fascista, ou para quem vive numa das tantas ditaduras autoritárias cujo número cresce alarmantemente no mundo de nossos dias, dizer que o preço de sua liberdade é a eterna vigilância se não têm eles, previamente, a liberdade para vigiar o que quer que seja? Se a sua imprensa não pode, em todos os assuntos que dizem respeito à vida e ao futuro de seu país e de suas instituições, contar o que efetivamente acontece e dizer o que pensa?

Podéramos assim não propriamente invertendo o sentido, mas completando-o dizer que o preço da liberdade é a eterna vigilância naqueles países que, fiéis, à vocação liberal de respeito aos direitos do homem, têm liberdade para exercer efetivamente a vigilância. Na Inglaterra, por exemplo, pátria de lorde Acton, a eterna vigilância pode ser efetivamente o preço da liberdade. Mas como falar de vigilância na União Soviética, na Cuba de Castro, na China comunista e em tantos outros países, de tendências fascistas ou comunistas, ditatoriais ou autoritárias? Hitler, Stalin ou Mussolini deveriam, se a conhecessem, considerar muito engraçada a observação de lorde Acton, já que a vigilância, no caso, era para eles a garantia da inexistência da liberdade: era a vigilância das Gestapo, das GPU etc. que, na verdade, eram o preço da ditadura e da continuidade de seu poder, absoluto e despótico.

Será preciso, depois desta explanação, acrescentar mais alguma coisa? [grifo nosso]"¹¹⁶

Por fim, o aspecto formal mais claro em termos de mudanças observadas, neste período, é o da localização dos editoriais. O primeiro editorial destacado em coluna dupla somente seria utilizado em julho de 1969 (morte de Júlio de Mesquita Filho) e em novembro de 1969 (morte de Francisco Mesquita). No mais, as referências ao Brasil em primeira coluna editorial são indiretas. Por exemplo, em novembro de 1971, ao criticar Edward Kennedy e sua postura em relação ao Brasil

¹¹⁵ UMA ficção o processo legislativo. SP, OESP, 9dez1973. p. 3.

¹¹⁶ "O preço da liberdade é a eterna vigilância". SP, OESP, 8out1972. p. 3.

e, em março de 1972, ao comparar o "sucesso" da política econômica brasileira com a da Argentina, por época da visita do presidente argentino ao Brasil.

Em 13 de julho de 1969, falando da morte de Júlio de Mesquita Filho, o jornal explica o seu silêncio, a questão da primeira coluna editorial vazia e este retorno excepcional:

*"Sabem os que nos lêem - para empregarmos uma fórmula muito sua - que foi e continua sendo muito alto o preço pago pela coragem e audácia com que Júlio de Mesquita Filho orientou 'O Estado', ao longo da batalha ininterrupta que para ele era a edição diária de um jornal que procurou sempre ver identificado com as aspirações mais fundas da nacionalidade. Poderia ter vivido uma existência calma e cheia de comodidades. O seu patriotismo levou-o por outras sendas. A luta era o seu ambiente natural. Era nela que se realizava. Nem o peso dos anos o modificou. Tinha a tenacidade e o destemor de um cavaleiro medieval. Ante o inelutável não se submetia. A sua resposta aos acontecimentos do dia 13 de dezembro foi o silêncio. Impedido de se exprimir livremente, não voltou a escrever uma linha. Seu último editorial não chegou a ser lido por muitos leitores, pois, 'O Estado' foi apreendido. Se hoje, excepcionalmente, esta coluna reaparece na sua apresentação normal, é porque entendemos prestar essa homenagem ao chefe, ao mestre e companheiro, que nela, durante tantos anos, diariamente, se dirigia à Nação. Depois o silêncio voltará. [grifos nossos] É essa a sua vontade e será respeitada."*¹¹⁷

O ritual se repete, em novembro de 1969, com a morte de Francisco Mesquita. Novamente, a primeira coluna editorial, no seu formato original, volta a ser ocupada:

*"Essa visão estrutural dos problemas empresariais de um grande órgão de imprensa bastaria para nos dar a medida de um administrador de escol. Mas Francisco Mesquita não era apenas um homem de empresa excepcionalmente dotado. Nele vivia também o jornalista fiel à tradição liberal-democrática e sempre pronto a colocar os interesses do País acima dos interesses materiais da máquina jornalística que dirigia. Precisamente por isso, o administrador nunca hesitou em arriscar tudo nas grandes batalhas políticas em que 'O Estado', por várias vezes, jogou o seu destino. Sempre que esta folha se considerou no dever de erguer a sua voz contra os detentores do Poder em defesa de direitos e valores da nacionalidade que considerava ameaçados, Francisco Mesquita assumiu serenamente, ao lado de Júlio de Mesquita Filho, a responsabilidade pelas decisões tomadas. Nunca, em emergência alguma, a um faltou o apoio do outro. E era reconfortante para Júlio de Mesquita Filho saber que não precisava preocupar-se com a retaguarda ou, mais exatamente, que a máquina do jornal, admiravelmente dirigida por seu irmão, se achava em condições de enfrentar as mais difíceis conjunturas. Raramente dois homens de temperamentos tão diferentes - apesar de tão próximos na visão dos indivíduos e dos problemas - terão formado durante tanto tempo, à frente de um jornal, uma 'equipe' tão homogênea e coesa. Perdemos os dois no breve espaço de quatro meses. Mas o exemplo de ambos permanece nesta casa em que souberam engrandecer, transformando 'O Estado' numa grande empresa e num jornal de prestígio internacional."*¹¹⁸

O Brasil volta a ser alvo de comentários políticos, de forma indireta, na primeira coluna que, entretanto, assume o mesmo formato das demais (sem a relevância dupla dos tempos de

117 A luta continua. SP, OESP, 13jul1969. p. 3.

118 UMA obra excepcional. SP, OESP, 9nov1969. p. 3.

Júlio de Mesquita Filho). É interessante notar o pouco interesse que despertam no jornal as críticas de Edward Kennedy sobre a utilização de tortura a presos políticos no Brasil. O mesmo jornal que posa de paladino da defesa da liberdade trata a questão como se fora um "contratempo efêmero e passageiro". O editorial é terrivelmente irônico:

"Agora, dentro do curto espaço de um ano, o senador Ted Kennedy voltou a falar, pela terceira vez, sobre o Brasil, a propósito do convite que Nixon dirigira ao presidente Médici, para visitar os Estados Unidos. Falou, mais uma vez, em função da 'consciência de culpa' e em plena ignorância, espiritual e intelectual, da situação contemporânea e das leis que regem as relações internacionais nesta era pragmática de desmistificação das ideologias. O jovem senador Kennedy, no afã de agradar ao 'progressismo' internacional e a Nova Esquerda de seu país, resolveu cortejar os países latino-americanos que 'estão mais preocupados com a justiça social e com os direitos civis' (clara alusão ao Peru e ao Chile), cujos representantes não foram convidados a ir a Washington, para denegrir o Brasil, distinguido pelo convite dirigido a nosso chefe de Estado, mas cujo 'governo tem sido atacado por uma infinidade de entidades internacionais dedicadas aos direitos humanos, por usar a tortura de presos políticos como instrumento aceitável de castigo'.

O jovem senador provavelmente faltou às aulas - afinal, há lugares mais amenos, acessíveis à 'jeunesse dorée' - em que se ensinou a história dos países do Hemisfério Ocidental, nas quais teria podido aprender que as relações históricas entre as duas maiores nações das Américas independem de contratemplos efêmeros e passageiros [grifos nossos], posto que se fundam na coincidência básica de interesses nacionais de ambos os Estados, bem como no paralelismo que presidiu à formação histórica, cultural e política das sociedades brasileira e norte-americana. Se tivesse aprendido, pelo menos, a história contemporânea, saberia que, entre as nações latino-americanas, somente o Brasil participou das duas grandes guerras como aliado de seu país. Eis um fato de maior relevância histórica do que as culpas, um tanto exageradas, do atual regime brasileiro, que somos os primeiros a denunciar. Após as aventuras, um tanto confusas, de Chappaquidick, o galante senador, abalado pela ressaca moral e absorvido pelos processos legais e pelas despesas pesadas da promoção pessoal, não teve, naturalmente, tempo para inteirar-se do processo ascensional do Brasil, da sua projeção continental e mundial, que o transformaram no país do Sul do Hemisfério que reúne as melhores condições para arcar com as responsabilidades pela defesa e pela preservação dos valores e tradições do sistema interamericano."¹¹⁹

Ao comentar a visita do presidente argentino Lanusse ao Brasil, a primeira coluna, nesta fase, mostra as diferenças entre os dois países, Brasil e Argentina, ambos tendo passado por "revoluções" semelhantes, no plano econômico:

"A causa da arritmia e do descompasso entre a evolução dos dois maiores países da América Latina é, exatamente, esta: o Brasil alcançou sua projeção externa espontânea, natural e logicamente graças à reformulação de sua política interna, imperiosa e inadiável após as deformações demagógicas da política de Jango Goulart. A política inversa, por sua vez, produto e fator de frustrações, é contraproducente. Com efeito, não é a atividade diplomática que convence; é o êxito na valorização dos recursos e das potencialidades de um país que lhe

¹¹⁹ O senador e a visita de Médici. SP, OESP, 14nov1971. p. 3.

empresta força persuasiva. Essa a razão por que a intensa atividade diplomática do presidente Lanusse contrasta com a situação real do país que ele governa, e que vem sendo criticada severamente por diversos setores antagônicos da opinião pública platina. O Brasil, a partir de 1964, desenvolveu uma política econômica que conciliou os imperativos da austeridade antiinflacionária com a necessidade da promoção do desenvolvimento. A Argentina, na primeira fase de sua revolução de 1966, adotou a política recomendada pelo FMI, uma política de extrema austeridade antiinflacionária, cujo malogro restaurou as esperanças da política de inflação desenvolvimentista. A consequência está aí: o Brasil, graças ao êxito de sua política econômica, atinge níveis inéditos de desenvolvimento, apresentando um crescimento anual do produto nacional bruto que orça entre 10 e 11 por cento, armazenando uma reserva cambial superior a 1 bilhão e 700 milhões de dólares, exportando volume cada vez maior de produtos manufaturados e apresentando, em seu comércio com a Argentina, um superavit de 60 milhões de dólares."¹²⁰

UH/RJ nesta sua fase final, manterá em coerência com o período anterior e com a própria tradição do jornal, o uso de parágrafos curtos e de uma linguagem mais simples e coloquial se comparada com a de OESP.

A estrutura formal do jornal, também fiel à sua tradição, não se manterá estável sofrendo inúmeras transformações ao longo desta fase. Excepcionalmente, em agosto de 1969, aparece uma coluna Editorial (com o título de Editorial), na página 2 (tradicionalmente, os editoriais do jornal, quando esporadicamente surgiam, localizavam-se na primeira página).

Curiosamente, o editorial citado abaixo, dedica-se à condenação do *terrorismo*, ou seja, à oposição de alguns agrupamentos no País ao regime militar através da experiência da luta armada, responsabilizando-os pelo solapamento das possibilidades de democratização do Brasil:

"A linha da 'derrubada do poder pela violência das armas' já ultrapassou no Brasil o que classicamente se costuma denominar terrorismo [grifo no original]. Os últimos acontecimentos em nosso País, notadamente no Rio e em São Paulo, indicam que aquela linha já ultrapassou, inclusive, a tática 'debray-guevarista' da guerrilha nas zonas rurais - uma tática que teve o seu fragoroso e dramático fracasso nas selvas da Bolívia, onde o 'Che', em vez de construir um novo Vietnã, acabou cavando o seu próprio túmulo. Assim, tudo indica que os diversos grupos nacionais que escolheram o caminho da 'guerra revolucionária' consagraram a tática da guerrilha urbana, visivelmente inspirados no exemplo da Frente de Libertação Nacional argelina, talvez com reflexos mais próximos extraídos da ação dos 'Panteras Negras' dos guetos norte-americanos."¹²¹

Um pouco das críticas anteriormente observadas no jornal retorna na utilização de ironias, como as de que foram alvo os empresários em junho de 1969 e no falar sobre o governo e a Reforma Agrária, em março de 1970.

¹²⁰ A visita do presidente argentino. SP, OESP, 12mar1972. p. 3.

¹²¹ CONDENAR o terrorismo é lutar pela democracia. RJ, UH, 11ago1969. p. 2.

Apesar de se referir de forma positiva a discurso de representante da Associação Comercial, Danton Jobim não se furta a uma fina ironia no jogo de palavras utilizado para definir o empresariado:

*"O discurso do Sr. Rui Gomes de Almeida, ao empossar-se na Associação Comercial - que os jornais estão publicando -, é um documento extremamente lúcido. É o manifesto da vanguarda do empresariado nacional. Revela um nova consciência política, uma nova ideologia, uma visão atualíssima da problemática nacional, através de uma análise realista da evolução do papel das nossas classes conservadoras, que depois, se passaram a chamar, muito expressivamente, produtoras e acabaram chamando-se a si próprias revolucionárias [grifos no original], como o fez o orador no seu pronunciamento."*¹²²

Em relação à reforma agrária, inicialmente, Danton Jobim cobra a sua não efetivação pelos governos pós-64:

"Durante vários anos, neste País, falou-se na urgente necessidade das 'reformas de base' ou 'estruturais'. De entre estas, a fundamental deveria ser a reforma agrária. Veio a Revolução que se declarou contrária à demagogia em torno da dita reforma, prometendo fazê-la no campo e não no papel.

Legislou-se discricionariamente sobre o assunto. O Governo do Marechal Castelo Branco afirmou, de certo com a maior sinceridade, que iria arregaçar as mangas e começar a reforma. Mas o tempo passou e a coisa caminhava tão devagar que o próprio Governo decidiu substituir os encarregados do plano agrário e modificar as leis sobre a matéria.

*Hoje, ainda se pergunta: 'Que foi feito da reforma agrária?'"*¹²³

Depois, falando a respeito de uma conferência proferida pelo economista e ex-Ministro do Trabalho Marcial Dias Pequeno, após visita ao Nordeste, acaba concluindo de forma irônica:

"Mais adiante diz o depoimento [refere-se a Marcial Dias Pequeno]: 'As únicas terras não produtivas que vi ao longo dos canais de irrigação do 'Lima Campos' eram precisamente as de propriedade do Estado'.

*Não é realmente edificante?"*¹²⁴

No momento em que o analisamos, UH/SP, do mesmo modo como UH/RJ, trabalha com texto estruturado em frases e parágrafos curtos e de linguagem de fácil entendimento. Os autores procuram não se mostrar e falam como se estivessem na pele dos protagonistas da ação, tal e qual a câmera objetiva que parece ser o olho do espectador. Exime-se de comentários, fazendo, quase sempre, apenas uma descrição dos fatos. A fala do protagonista é usada e citada, geralmente, de modo literal. Faz isso com os discursos de Médici, Daniel Krieger, Ulisses Guimarães, Barbosa Lima Sobrinho.

¹²² JOBIM, Danton. Um documento lúcido. RJ, UH, 7jun1969. p. 2.

¹²³ JOBIM, Danton. E a reforma agrária? RJ, UH, 7mar1970. p. 2.

¹²⁴ Idem, ibidem.

Ao final de seu governo, o presidente Médici lança alguns projetos de melhoria para o País. Assim o jornal descreve a sua apresentação:

*"O presidente Médici anunciou ontem quatro novas e importantes medidas do seu governo: ampliação da assistência ao trabalhador rural; um plano Nacional de Combate ao Câncer; o Plano Ferroviário Nacional; e o aproveitamento dos recursos hidrelétricos do rio Tocantins. No pronunciamento, feito durante a reunião ministerial realizada no Palácio do Planalto e transmitido à noite através da rede de rádio e televisão, o chefe do governo afirmou que essas providências 'todas objetivas e práticas, ajustam-se à filosofia social que anima o governo; à sua permanente preocupação humana; ao seu contínuo empenho de fortalecer, em proveito da coletividade, a nossa estrutura econômica; e ao seu objetivo inabalável de ocupar os nossos espaços vazios e de valorizar, sem distinção, todas as regiões do território brasileiro' [grifos nossos]."*¹²⁵

Ao citar discurso de Daniel Krieger, da ARENA, o jornal assim o apresenta:

*"Partidos sem doutrina e sem diretrizes são conglomerados a serviço da demagogia, da subserviência ou de interesses que não se enquadram na austeridade de uma filosofia política' [grifos nossos] - advertiu ontem o senador Daniel Kriger, ao saudar os convencionais da Arena, em nome da presidência do partido."*¹²⁶

Em janeiro de 1974, ocorreram as eleições, por Colégio Eleitoral, para que fosse homologado o nome do futuro presidente da República em substituição ao general Médici. O candidato oficial era Ernesto Geisel. Em 1973, o MDB resolveu lançar uma candidatura alternativa mesmo que fosse para concorrer indiretamente. Foram indicados pelo partido Ulisses Guimarães (candidato a presidente) e Barbosa Lima Sobrinho (candidato a vice). Neste momento, o jornal está narrando declarações dos componentes da chapa emedebista:

"Os candidatos do MDB às eleições presidenciais de 15 de janeiro, deputado Ulisses Guimarães e o escritor Barbosa Lima Sobrinho, disseram ontem, em São Paulo - ao chegarem de Belo Horizonte para a concentração pública no Legislativo paulista - que a campanha eleitoral do partido está tomando vulto surpreendente, evidenciando um crescente interesse e entusiasmo dos jovens às teses democráticas defendidas pela oposição.

*'Nosso esforço tem sido altamente compensador nessa dura caminhada pelo país - afirmou o deputado Ulisses Guimarães - porque sentimos que não estamos apenas semeando, mas praticamente colhendo os frutos da divulgação dos nossos princípios' [grifos nossos]."*¹²⁷

A "opinião" do jornal somente apareceria expressa de modo mais claro, embora ainda timidamente, em março de 1974. O tema do artigo da coluna *Política* é a abertura do diálogo no governo Geisel:

¹²⁵ O presidente anuncia mais quatro projetos-impacto. SP, UH, 7set1973. p. 2.

¹²⁶ KRIEGER: Arena é um partido de doutrina. SP, UH, 15set1973. p. 2.

¹²⁷ ULISSES: campanha do MDB toma vulto surpreendente. SP, UH, 11nov1973. p. 9.

*"Para a chamada classe política abrem-se novas perspectivas, que têm como marco 15 de março de 1974. Já não se trata de esperança de diálogo ou simples sonho de uma noite de verão que chega ao fim. Na verdade, sem abandonar um milímetro dos objetivos a que se propôs a Revolução de Março, o general Ernesto Geisel iniciou, antes mesmo de sua indicação pela Arena como candidato à Presidência da República, um diálogo que esteve interrompido durante muito tempo com os políticos. Agora, passadas as frustrações naturais que encerram a paralisação dos trabalhos legislativos, seguida de um clima de suspeição sob o qual viveram os políticos brasileiros, há o início efetivo de um diálogo, embora isso não signifique, necessariamente, que o Governo pretenda acolher, de pronto, todas as reivindicações de uma 'classe' que se limitava a assistir dos balcões do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas, o alinhamento de soluções para os grandes problemas nacionais. O início de um diálogo há muito interrompido significa, ainda e por outro lado - que aos políticos caberá a responsabilidade de manter abertas estas portas, através do policiamento de suas próprias ações (que, inegavelmente, por maior boa vontade que se possa ter) acenderam o estopim de várias crises - felizmente ultrapassadas - pelas quais atravessou esta República. E a reabertura do diálogo, mesmo que ainda acanhado, de parte a parte, nesta fase, não representa nenhuma 'liberalidade paternalista' do presidente Geisel, como bem acaba de definir uma destacada personalidade política deste Estado. Deve ser encarada como uma missão atribuída à classe política (muitos discordam, mas entendo [grifo nosso] que 'classe' define bem), que terá de se preparar para a Reforma Política que se faz necessária ao País. E não há necessidade de turbantes e de camelos para se constatar que esta República vive hoje uma nova realidade, a qual ainda não foi adaptada à estrutura político-parlamentar-partidária brasileira."*¹²⁸

A veiculação das opiniões dos autores vai ficando, mais e mais clara, com a reintrodução do colunismo no jornal. A coluna *Política* da página 2, assinada por José Carlos Bittencourt é uma mostra disto. Aqui, o objetivo é discutir as possibilidades do MDB em São Paulo, nas eleições de novembro de 1974 para o Senado:

*"A Arena e o MDB têm os mesmos problemas de liderança em São Paulo. De um lado, quando Carvalho Pinto confirmou ser candidato à reeleição, houve alívio geral (o partido situacionista manteria - pelo menos teoricamente - a sua cadeira). De outro, o MDB acha que não sobreviverá se Lino de Matos não for candidato. Pela origem de ambos, uma antiga luta revive. Ademar versus Jânio."*¹²⁹

A expressão clara das opiniões tende a se acentuar. O maior exemplo disto são os artigos de Geraldo de F. Forbes que, além de se expor de modo bastante firme, apela para o artifício da metalinguagem:

"Embora tão perplexo, quanto todas as pessoas com a magnitude do que foi, apesar de reter da Arena maioria na Câmara Federal, a insofismável vitória da oposição nas eleições, deveria trazer aqui a minha análise pessoal e limitada sobre o

¹²⁸ GEISEL: tempo do diálogo político. SP, UH, 19mar1974. p. 2. Destacamos em negrito a palavra "entendo" não porque acreditemos que seja o único momento em que se expressa a opinião do autor, mas, para acentuar que, nesse artigo, a primeira pessoa do singular aparece, mostrando claramente a presença de quem escreve o texto.

¹²⁹ BITTENCOURT, José Carlos. O MDB está morrendo em São Paulo. A menos que uma "velha raposa" dispute o Senado. SP, UH, 9abr1974. p. 2.

significado dos resultados das urnas e seus possíveis desdobramentos no futuro próximo da política nacional.

Contrariarei as diretivas do meu editor, já que não me sinto suficientemente informado de tricas e futricas, e porque sei que difícil é ser profeta em sua própria terra [grifos nossos].

Prefiro tentar expor, sem qualquer pretensão dogmática, o que julgo ter sido o objetivo primário do eleitorado em sua manifestação e quais os pontos essenciais da problemática nacional que deverão ser cuidados pelos homens, ora investidos de mandatos de representação popular, para que sejam dignos dos mesmos."¹³⁰

O mesmo autor, em outra ocasião, utiliza o mesmo efeito estilístico:

"Gozando da relativa liberdade que possuem os franco atiradores e pretendendo não desperdiçar o meu tempo e o dos eventuais leitores com baboseiras a mais no caudaloso rio da papagaiada nacional, quero prosseguir no rumo a que se propôs esta coluna, ou seja, no propósito de identificar, em seus traços básicos, as grandes vertentes na complexa PROBLEMÁTICA BRASILEIRA.

Não é pretensão do articulista ser didático, nem lhe move a arrogância ou presunção de saber mais ou melhor que os outros. Reserva-se somente a graça da dúvida que é bem diversa da brutalidade do dogma.

*Certo de suas limitações, quer apenas, aproveitar da melhor forma possível este espaço [grifos nossos], na tentativa, afinal, de participar do debate político que é o fim mesmo da Revolução de 1974."*¹³¹

Em novembro de 1974, no velho estilo de falar através das palavras dos protagonistas da ação, dá voz ao governador eleito de São Paulo, Paulo Egydio Martins, mas compreende-se que é para expressar a opinião do jornal. O título do artigo é revelador: "Em São Paulo, o repúdio total ao voto em branco":

"Trinta e seis milhões de eleitores irão às urnas amanhã, calculando-se que o índice de abstenção, em todo o País, não ultrapasse os oito milhões de eleitores, a exemplo do que ocorreu nas eleições de 1970. Em São Paulo, considera-se que a abstenção deverá situar-se por volta de 10 a 12%. As eleições deste ano deverão registrar um outro fenômeno: haverá uma sensível diminuição nos votos nulos ou em branco em todo o País, especialmente no Estado de São Paulo, onde a maioria do eleitorado parece decidida a participar efetivamente do processo eleitoral, repudiando o voto em branco (ao contrário do que ocorreu em 1970).

Ontem, ao receber a visita de uma comissão de universitários de Taubaté, e solicitado por eles a emitir uma opinião sobre a participação do estudante na política, o governador eleito Paulo Egydio Martins acentuou que suas palavras, dirigidas aos jovens daquela cidade poderiam ser válidas para toda a região e, de certo modo, para os estudantes de todo o Estado.

'Não basta - disse Paulo Egydio - o entusiasmo do jovem num processo político imediatista, qual seja a próxima eleição de 15 de novembro. Acho isso importante, saudável, mas considero também que essa participação já é um prêmio, ou melhor, o primeiro passo.'"¹³²

¹³⁰ FORBES, Geraldo de F.. A primeira tarefa da Revolução de novembro de 74. SP, UH, 23 e 24nov1974. p. 2.

¹³¹ FORBES, Geraldo de F.. As tarefas da Revolução de Novembro de 74. SP, UH, 30nov e 1dez1974. p. 2.

¹³² EM São Paulo, o repúdio total ao voto em branco. SP, UH, 14nov1974. p. 3.

Do mesmo modo que os outros jornais analisados, UH/SP também faz uso do recurso estilístico da ironia.

Neste artigo, ao falar de reunião ocorrida entre arenistas e emedebistas, o jornal ironiza as correntes internas dos partidos:

*"Ali estiveram também o senador Daniel Krieger, ex-líder do governo e ex-presidente da Arena, o senador Franco Montoro, vice-líder opositorista no Senado, o arenista Dib Cherem da executiva partidária e secretário da Mesa da Câmara, os vice-líderes do MDB na Câmara, Freitas Nobre e João Menezes, o vice-líder da maioria na Câmara e presidente do Clube do Congresso, deputado Paulino Clécero e o presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost. Portanto, arenistas e emedebistas, dinâmicos e não-dinâmicos (os arenistas que não constam do primeiro grupo não gostam de ser chamados 'estáticos'), autênticos e moderados (no MDB nunca se disse que o contrário de autêntico é inautêntico)."*¹³³

Em artigo narrando a definição da ARENA paulista pela candidatura ao Senado de Carvalho Pinto, José Carlos Bittencourt é extremamente irônico com o velho político:

"O certo é que a tranquilidade revelada nos últimos dias por Carvalho Pinto (um político geralmente muito preocupado com qualquer fato), dava a medida exata do que se articulava nos bastidores, tanto aqui em São Paulo quanto em Brasília. A declaração que ele me fez, há dias, é altamente reveladora da sua tranquilidade, considerando-se que durante a execução da chamada 'Missão Portela', ele só aceitava ir à convenção da Arena com a garantia de ser candidato único. Eis o que então dizia o ex-governador dos paulistas:

'Acho legítimo o direito de candidatos disputarem a convenção da Arena. Até mesmo porque, sendo eu partidário do voto livre, das eleições diretas em todos os graus, não poderia cair no contrasenso de pretender que seja imposto um nome único à convenção'.

*Em outras palavras: para Carvalho Pinto, com toda a tranquilidade (e provavelmente com um sorriso do outro lado do telefone) fazer essas declarações é que ele, um bem informado senador desta República, já sabia do resultado final daquilo que alguns setores políticos convencionaram classificar de 'Festival da Mexirica'."*¹³⁴

Geraldo de F. Forbes, ao falar da necessidade da distribuição da riqueza, faz ironia ferina com o ex-Ministro Roberto Campos:

"O fluxo de empréstimos, necessários para manter as reservas em nível aceitável, continua minguaquíssimo e os grandes bancos internacionais dizem, extra-oficialmente, que o petróleo de Campos existe principalmente para fins publicitários e só para inglês ver. A este respeito, aliás, é curioso também um exame das declarações de nosso inefável embaixador Roberto Campos.

*Só mesmo aquele audacioso personagem, de volta à vida pública por razões que só a caridade e a ingenuidade da alma brasileira pode explicar, poderia colocar em dúvida a própria palavra do presidente Geisel."*¹³⁵

¹³³ FINALMENTE, um encontro entre velhos inimigos. SP, UH, 8nov1973. p. 2.

¹³⁴ BITTENCOURT, José Carlos. Arena pacificada (pelo menos em termos de Senado) com apoio geral a Carvalho Pinto. SP, UH, 15maio1974. p. 2.

¹³⁵ FORBES, Geraldo de F.. A participação na riqueza. SP, UH, 14 e 15nov1974. p. 2.

No mesmo artigo, outros economistas não escapam da fina ironia do autor:

"Para o acobertamento, ou melhor dizendo, para a justificativa (já que acobertamento pressupõe conhecimento de causa, altamente inviável na espécie em discussão) de sua irresistível ascensão para o mundo deslumbrante da granfinagem e da riqueza, nossos brilhantes economistas inventaram uma insólita teoria. A tese, que no fim é uma fábula sem moral, propõe o crescimento do bolo produtivo pela concentração de fermentos em poucos e determinados elementos que causaram por suas excepcionais qualidades de dinamismo, inteligência, integridade, etc. etc. etc. o chamado 'take-off' da economia, o acréscimo auto-sustentado a partir de um determinado ponto.

O detalhe defeituoso, de menor importância para os nossos pensadores, é que a grande massa não pode nem deve se beneficiar do crescimento até que os líderes, os oráculos e os donos da bola e do bolo decidam que é hora."¹³⁶

Agora, prosseguindo na tentativa de buscar os elementos, que nos textos, auxiliem a compreensão do projeto social de cada um dos periódicos analisados, passaremos à identificação dos opostos presentes nos artigos selecionados. Devemos observar, entretanto, que, no que se refere a UH/SP, dadas as características específicas desse órgão de divulgação naquela época tivemos dificuldade em chegar a enunciação dos opostos como o fizemos em relação aos outros dois jornais.

Quadro 3

Oposições recorrentes em OESP¹³⁷

(janeiro/1969 a janeiro/1975)

Civilização	X	Barbárie
Democracia	X	Autoritarismo
Privatização	X	Estatização
Estabilização econômica	X	Desestabilização econômica

No par de opostos Civilização X Barbárie localiza-se a questão, já destacada, do antagonismo entre as regiões do País consideradas pelo jornal como desenvolvidas (representadas especificamente por São Paulo, mas enquadrando também RJ, MG, e, por vezes, outros Estados do Sul) e as que são entendidas como "atrasadas" (representadas especificamente pelo Nordeste). Encontra-se presente, nesta análise, a idéia de que São Paulo, particularmente, representa o Centro, enquanto que a Periferia, é representada pelo restante do País. Neste par de opostos pode aparecer

¹³⁶ Idem, ibidem.

¹³⁷ Como anteriormente, os elementos eufóricos (carregados de positividade) tal qual encontram-se inscritos nos textos, em nossa tabela, apresentam-se alinhados ao lado esquerdo, enquanto que os disfóricos (carregados de negatividade) localizam-se no lado direito. Mantivemos o mesmo critério que utilizamos na análise do período anterior (1964/68): selecionamos elementos opostos que aparecem com uma certa recorrência, embora outras possibilidades de composição existam, segundo outras leituras feitas e o interesse da pesquisa em questão.

também, embutida a crítica à centralização administrativa do País e, por consequência a defesa do Federalismo, ou seja, da autonomia dos Estados que, no caso de São Paulo (ponto nevrálgico para OESP), seria fundamental.

Quando aparecem como opostos Democracia e Autoritarismo, mais uma vez, o jornal está fazendo a defesa do ideal de Democracia liberal que postula e criticando as formas autoritárias de governo, que costuma mais caracterizar de totalitárias. Neste momento, entretanto, em relação à fase anterior, uma diferença significativa se instaura. Antes, quando situava regimes autoritários a oposição existia, quase sempre, relacionando as democracias ocidentais, os chamados "países livres", em comparação às nações comunistas, havendo a célebre identificação entre nazi-fascismo e comunismo como formas totalitárias de exercícios do poder. Embora o anti-comunismo permaneça como um dos pontos-chave do jornal - neste período, abre a sua primeira coluna editorial com a Política Internacional, e, muitas vezes, o faz com uma crítica ao comunismo -, esta oposição não está mais tão claramente colocada. Entrou na rota do periódico a necessidade de defesa concreta das liberdades individuais consideradas fundamentais, dentre as quais a liberdade de imprensa neste momento afetada no próprio órgão de divulgação. Outras formas de autoritarismo igualmente condenáveis aparecem no jornal. Dentre elas, a exercida pelo regime militar brasileiro, não caracterizado como ditatorial, mas criticado pelo caráter de privação das liberdades fundamentais.

As questões econômicas continuam sendo centrais para OESP e a política econômica do Estado Autoritário brasileiro pós-64 ainda é a referência elogiosa ao regime. Neste sentido se opõe a privatização, considerada sinônimo do progresso e da racionalidade econômica, à estatização, em contrapartida comparável à estagnação e à irracionalidade na economia. Aqui, entretanto, se impõe a nota dissonante.

A política econômica liberal, aparentemente adotada pelos governos militares, a partir de 1964, aos poucos vai se tornando híbrida, por força de uma série de elementos, dentre os quais podemos destacar dois: as divergências entre as correntes militares e a força assumida pelo governo central neste regime que, mais e mais, vai-se tornando discricionário.

A corrente conhecida como "linha dura" tem raízes nitidamente mais nacionalistas do que a que chamamos de "Sorbonne". Como houve uma oscilação entre a influência dessas correntes ao longo dos governos militares, a presença de interesses liberais não se colocou de forma unitária, havendo momentos de mais concentração de características estatizantes. Além disso, com a tendência ao endurecimento do regime e, com a paulatina centralização no poder Executivo, a presença do Estado tende a se disseminar por todos os setores da sociedade, o que explica uma política econômica crescentemente estatizante, principalmente, a partir do segundo governo militar. Essa tendência é alvo de críticas de OESP que se, por um lado, valoriza o desenvolvimento alcançado - o "milagre" - e as estratégias de contenção inflacionária, por outro, não aceita o peso do organismo estatal na economia do País.

O final do governo Médici já tornava clara a falência do chamado "milagre econômico" do Ministro Delfim Netto. Em 1973, a fixação do índice inflacionário em parâmetros que acabaram sendo ultrapassados, com prejuízo genérico dos assalariados, mostrava os sinais de esgotamento do "modelo" adotado. Durante o governo Geisel, a tendência ascendente da espiral inflacionária vem tornar as críticas do jornal mais contundentes em relação à política econômica adotada. OESP se preocupa profundamente com a contenção da inflação, afinal, um dos móveis apontados para o golpe de 1964. Aqui se insere a oposição existente entre estabilização X desestabilização econômica. A primeira identificada com a austeridade e contenção (inclusive salarial) e a segunda com uma política dispendiosa e perdulária.

Quadro 4

Oposições recorrentes em UH/RJ

(janeiro/1969 a junho/1970)

Reformismo	X	Radicalismo
Desenvolvimento e Democracia	X	Desenvolvimento e Segurança

A oposição Reformismo X Radicalismo se justifica em dois sentidos. Em primeiro lugar, nas próprias concepções do jornal que afasta toda e qualquer possibilidade de radicalismo, seja do que se costuma chamar de "direita", seja da "esquerda". Daí o ideal que chamamos de reformista impregnado no seu discurso. Em segundo lugar, há uma preocupação do periódico com as formas de manifestação da oposição ao regime militar através dos meios extremos, ações caracterizadas como terroristas, às quais se opõe frontalmente. Para UH/RJ, a forma de oposição válida é pacífica e legal, muitas vezes, identificada, com a fórmula partidária do MDB, particularmente, através dos artigos de Danton Jobim.

O desenvolvimento econômico para o País continua sendo um dos ideais do jornal. Conforme já observamos, neste momento, as críticas à política econômica do Estado Autoritário brasileiro pós-64 diminuem sensivelmente e passa-se a difundir a crença no sucesso do plano econômico, na medida em que conseguira conter a espiral inflacionária, sem que se abandonassem metas de crescimento - não esquecer que, nesta fase acompanhamos UH/RJ entre 1969 e 1970, momento em que o chamado "milagre" iria começar a apresentar os seus feitos. Entretanto, o jornal não abandona a sua luta por melhores condições de vida para a população, o que implica em salários compatíveis com níveis de vida dignos e liberdade para uma participação na vida política do País. Considerados atributo da democracia. Por isso, a associação entre desenvolvimento e democracia, ao invés de ligar democracia à meta da segurança, o binômio da chamada Doutrina da Segurança Nacional.

Entre 1973 e 1975, durante a maior parte do tempo, UH/SP, não possuiu uma linha editorial mais claramente definida. Quando o columnismo se firmou no jornal, encontramos diferentes posições em relação ao Estado Autoritário brasileiro pós-64. Por exemplo, são diversas as posturas de José Carlos Bittencourt, na coluna *Política*, e as de Geraldo de F. Forbes, em diversos pontos em relação regime militar. Ficamos impossibilitados de construir os pares de opostos mais recorrentes, na medida em que a oscilação dos mesmos, não permitiu uma regularidade.

2.3. Diferentes jornais/Projetos sociais distintos

Estes diferentes periódicos manifestam de forma diversa o Projeto Social que possuem para o Brasil, o que pode ser percebido na relação que estabelecem, de maior ou menor conflito com o Estado Autoritário brasileiro pós-64.

No momento em que os conflitos com o regime militar se intensificam, em que ocorre a instauração da censura prévia no jornal, o discurso de OESP conserva algumas das características da outra fase, e apresenta dados anteriormente inexistentes.

Em termos de regime político, o ideal apresentado é o da democracia norte-americana. Defende a democracia liberal afirmando a prioridade da liberdade sobre a igualdade social. Com esta preocupação faz questão de afirmar uma democracia que permita a expressão de minorias, manifestando-se contrariamente ao exercício da democracia direta.

Em julho de 1970, um longo editorial é dedicado a elogiar a democracia norte-americana, capaz de condenar seus soldados e oficiais por crimes de guerra, o que não acontece em regimes totalitários:

*"Esses padrões totalitários contrastam com os padrões da democracia autêntica, como a norte-americana, que não apenas divulgou a lamentável matança de civis sul-vietnamitas em Song My, em março de 1968, durante a 'Operação Pinkville', mas também instaurou processos, levando cerca de 30 oficiais e soldados perante a Corte Marcial. Entre os implicados figuram oficiais-generais do mais alto gabarito - um dos quais dispo de uma folha de serviços tão brilhantes que lhe valeu o posto de comandante da Academia Militar de West Point -, os quais já renunciaram todos os seus postos de comando. Para sua renúncia ou demissão foi suficiente a verificação da tentativa de defender seus subalternos ou encobrir a sua atuação no campo de batalha, julgada criminosa, segundo a moral do código militar. Agiram, portanto, inspirados no 'esprit de corps' em defesa do bom nome militar ou, eventualmente porque conhecem e compreendem melhor a engrenagem da guerra de guerrilhas, que reduz consideravelmente a responsabilidade individual. Agora todos, dos generais aos soldados rasos, serão punidos após um processo a que o público tem acesso. Trata-se de uma coragem moral sem par na história dos Estados Modernos e mesmo das grandes democracias ocidentais. Nunca as mais tradicionais democracias da Europa pensaram em punir seus oficiais por crimes cometidos numa guerra não perdida, pois, em seu entender, com semelhante atitude, feriram a honra nacional, a fama de sua instituição militar, orgulhosa expressão da glória e das virtudes da nacionalidade. A superioridade do regime democrático norte-americano consiste em que não se funda na lealdade de alguns altos oficiais, comandantes de distritos ou de academias e demais instituições militares, mas na confiança do povo em que as autoridades sempre e por toda a parte são representantes e observadoras das leis e da moralidade. Na paz e na guerra. Em casa e no exterior."*¹³⁸

A ambiguidade em OESP é fruto da expressão dos tempos vivenciados. Por um lado, há a preocupação em defender um regime forte, transitório que garanta a restauração democrática, ainda fiel ao espírito que, segundo o jornal, deveria animar o regime resultante do golpe de 1964; por outro, faz questão de afirmar a importância da divisão dos poderes e a crítica à sua concentração. Assim se, também, existe a defesa da garantia da ordem e da estabilidade política, por outro, há a preocupação com a afirmação do chamado Estado de Direito.

Manifesta a crença na necessidade de autonomia aos Estados e, conseqüentemente, do Federalismo, ao lado da divulgação do ideal de supremacia dos "mais evoluídos" frente aos "mais atrasados", com a clara valorização de São Paulo, do imigrante estrangeiro e menosprezo ao migrante, particularmente, nordestino. Isto, entretanto, não impede que o jornal postule a diminuição progressiva das diferenças sociais e regionais.

¹³⁸ HOMENS iguais e regimes diferentes. SP, OESP, 12jul1970. p. 3.

Comemorando os 40 anos da chamada Revolução Constitucionalista de 1932 (uma das bandeiras do jornal), OESP, em editorial de primeira coluna, aproveita para criticar a situação vivenciada pelo Brasil, em julho de 1972. O velho tom de ameaça velada se explicita no texto:

"A memória do homem é fraca. Especialmente quando se trata de compreender as lições da história. Velhos erros voltam, desnecessariamente, a ser cometidos. Não obstante o federalismo ser indissociável da grandeza e do progresso do País, ele tende, cada vez mais, a ser convertido numa simples fachada. É certo que existe um abismo entre a política centralizadora dos tecnocratas da era da informática e a praxis política do caudilhismo getulista. Mas nem por isso o desconhecimento e a incompreensão da idiossincrasia do homem brasileiro, vocacionalmente liberal e infenso a métodos autocráticos de governo, têm conseqüências menos nefastas. É nesse sentido que as lições do Nove de Julho permanecem válidas. As analogias, como o próprio Spengler reconhecia, só servem à história como ciência quando delas se extrai apenas o imutável. Obviamente, nenhum brasileiro responsável e patriota cogita hoje de responder à repetição de erros do passado recorrendo a meios desesperados, como em 32. Mas, num momento em que a hipertrofia do Executivo volta a ser uma realidade negativa, é oportuno recordar que foi sobretudo a campanha demolidora de Vargas contra a autonomia estadual, tripudiando sobre a soberania popular, que feriu os brios paulistas."¹³⁹

Tecendo pesadas críticas a Filinto Müller, o jornal, em janeiro de 1973, condena a permanência da excepcionalidade do AI-5 e faz a defesa do Estado de Direito:

"A digressão jurídico-gaulesa do presidente designado do Senado teve, aliás, um objetivo transparente: dar lastro científico [grifo no original] à permanência indefinida do AI-5. Para o sr. Filinto Müller esse diploma de exceção só deverá ser revogado quando não restar no País ou no mundo um só elemento subversivo. Em outras palavras, deverá ser eterno. É uma estranha opinião que ninguém, até hoje, ousara expor. Uma opinião que nos traz irresistivelmente a memória os fogosos discursos do dr. Goebels na fase de apogeu do III Reich. A generalizar-se a tese jurídica do sr. Filinto Müller, em nenhuma nação do mundo seria possível viver segundo as regras do Estado de Direito. Isso porque até em democracias modelares como a Inglaterra, a Suíça, a Holanda, a Dinamarca existem terroristas. Está ainda por descobrir o antídoto radical que elimine de vez as sementes da subversão. E, contudo, em todos os países citados - e o mesmo acontece em dezenas de outros onde o Estado de Direito é uma realidade - as garantias individuais têm plena vigência. O terrorismo e a subversão, num sentido mais amplo, são inseparáveis da prática de crimes que de modo geral, merecem o repúdio de toda a humanidade civilizada. Sempre achamos que tais crimes devem ser exemplarmente punidos. Embora inspirados em atitudes de inconformismo de natureza muito diversa, esses crimes não deixam de ser semelhantes a quaisquer outros. Por isso importa combatê-los com medidas específicas e não com leis de ordem geral."¹⁴⁰

Em relação aos projetos para a economia e a sociedade, o jornal manifesta-se pelo ideal de cooperação entre empresários/governo/operários e pela defesa da livre-concorrência. Defende a contenção da inflação com a manutenção do crescimento e o padrão de elevação do poder aquisitivo dos salários é valorizado mas, dentro dos moldes estabelecidos pós-64.

¹³⁹ 9 de julho. SP, OESP, 9jul1972. p. 3.

¹⁴⁰ O mau aluno de Direito. SP, OESP, 14jan1973. p. 3.

Apontando para o "milagre econômico" e elogiando o Ministro Antônio Delfim Netto, em outubro de 1971, o jornal fala na cooperação supracitada. É curioso lembrar que há uma inversão entre o que é sugerido no título do editorial ("Empresários, operários e governo") e a citação do texto, em seu parágrafo final:

"A cooperação construtiva entre governo, empresariado e operariado, aliada a um controle rígido da conjuntura monetária, assegura o prosseguimento da elevação do Produto Interno Bruto e a diminuição progressiva dos contrastes sociais e de natureza regional [grifos nossos]. O 'modelo brasileiro' da política econômico-financeira constitui um fator decisivo para o fortalecimento da posição do País no mundo, tal como acaba de ser confirmado nas recentes discussões e deliberações de Washington, nas quais a delegação brasileira atuou em pé de igualdade com os representantes das superpotências industriais."¹⁴¹

Em 1972, o jornal apresentava, como indiscutível, a elevação do poder aquisitivo dos salários da mão-de-obra não-especializada:

"No primeiro semestre do ano passado, o salário-mínimo elevou-se 13,1% na Guanabara e os preços, a nível de [sic] consumidor, 9,3%. No mesmo período do ano em curso, o salário-mínimo aumentou 12,8% e o custo de vida 8%. Em São Paulo, o salário-mínimo acusou, no primeiro semestre de 1971, majoração de 13,1% e os preços de 9,1%. No mesmo período do ano corrente, o salário-mínimo aumentou 12,8% e o custo de vida 9,1%. Em Porto Alegre, o salário-mínimo elevou-se 15,7%, no primeiro semestre do ano passado, e os preços a nível de [sic] consumidor, 11,6%. Os dados relativos ao mesmo período do ano em curso são de 13,5% e de 10,8% respectivamente. A melhora da situação do operariado não-qualificado é indiscutível."¹⁴²

O ingresso do capital estrangeiro e o capital privado são considerados fatores de desenvolvimento econômico. O jornal ainda se manifesta contra a estatização e o nacionalismo. Neste momento, entretanto, começa a se manifestar a preocupação com a fiscalização da dívida externa.

Neste editorial, de 1969, o jornal apoia medidas do governo no sentido de uma fiscalização da evolução da nossa dívida externa:

"Diante da importância de nossa dívida externa (US\$3.916 milhões no fim do ano passado), e especialmente a participação importante da dívida a curto prazo constituída de 'hot money' (empréstimos de caráter fugaz), as autoridades procuraram ultimamente controlar melhor os empréstimos realizados a curto prazo. Foram estabelecidos limites rígidos para renovação dos empréstimos feitos de acordo com a Instrução 289 e a Resolução 63. Entretanto, os outros empréstimos escapavam a um controle prévio, tendo-se notado, aliás, que houve, depois dos controles estabelecidos, uma transferência das operações 289 para os empréstimos da Lei 4.131. Ora, esses empréstimos, sobre os quais as autoridades não tinham controle, são relativamente importantes. De fato, tomando, por exemplo, o mês de fevereiro (últimos dados divulgados pelo Banco Central), verificamos que, no total de empréstimos registrados de US\$ 84,5 milhões (sendo descontados US\$ 26

¹⁴¹ EMPRESÁRIOS, operários e governo. SP, OESP, 10out1971. p. 3.

¹⁴² SALÁRIOS e poder aquisitivo. SP, OESP, 13ago1972. p. 3.

*milhões representando um empréstimo do BIRD), a participação dos diversos tipos de crédito era a seguinte: 33,02% para empréstimos da lei 4.131, 44,19% para os da Resolução 63, 27,79% para os da Instrução 289. Assim, um terço dos empréstimos escapava à prévia autorização do Banco Central, podendo criar graves distorções na situação cambial. Agora, as autoridades acabam de tornar obrigatória a prévia autorização dos empréstimos, o que nos parece muito razoável. Apenas podemos pensar que seria útil, dentro desse objetivo, regulamentar melhor as operações realizadas de acordo com a Instrução 289, notadamente quanto ao prazo de vencimentos (que poderia ser objeto de um pré-aviso de dois meses), desde que as autoridades considerassem necessário manter um sistema que favorece, indiscutivelmente, as filiais de empresas estrangeiras."*¹⁴³

Entretanto, anos mais tarde, em 1973, as dúvidas quanto ao capital externo parecem definitivamente afastadas:

*"Há décadas, esta folha defende o ponto de vista de que o crescimento da economia nacional depende, em grande parte, do ingresso de capitais estrangeiros e da implantação de uma tecnologia moderna. Se isso não tivesse ocorrido, especialmente nos últimos nove anos o Brasil continuaria como mero fornecedor de matérias-primas para os países industrializados, permanecendo em sua posição de país subdesenvolvido. Temos sempre condenado a demagogia jacobinista, por prejudicar os interesses nacionais, pois não há a menor dúvida de que os investimentos estrangeiros contribuíram decisivamente para a elevação, no último quinquênio, do Produto Interno Bruto para a melhora do poder aquisitivo dos trabalhadores e para a redução das desigualdades de natureza regional. Outro aspecto positivo dessa contribuição é que ainda nesta década conseguiremos a transição do Brasil de um país em desenvolvimento para um país plenamente desenvolvido."*¹⁴⁴

O editorial se encerra com um voto de confiança às autoridades governamentais e, por sua vez, não deixa de conter uma nota de possível desconfiança em relação às empresas estrangeiras:

*"Não há perigo de que firmas estrangeiras comprometam os interesses do País em geral e da indústria nacional em especial. Se surgisse tal ameaça, as autoridades competentes teriam meios para anulá-la imediatamente."*¹⁴⁵

No que diz respeito à política externa, OESP defende o know-how brasileiro na questão da energia nuclear e mantém a crença numa posição de destaque do Brasil no Hemisfério Sul, sem que isto configure a existência de um projeto hegemônico. O alinhamento à política norte-americana já não é tão claro e explícito, pois surgem áreas de conflito.

Neste editorial, situado na primeira das colunas, em dezembro de 1971, fazendo críticas ao **NEW YORK TIMES** - que acusou Richard Nixon de cumplicidade com ditaduras por ter feito convite de visita ao presidente Médici -, coloca, ao mesmo tempo, a posição do Brasil na correlação de forças mundial o entendimento do periódico, nesse momento, a respeito do Estado Autoritário brasileiro pós-64, e da imprensa e da democracia:

¹⁴³ FISCALIZAÇÃO da dívida externa. SP, OESP, 14set1969. p. 3.

¹⁴⁴ O Brasil e os investimentos estrangeiros. SP, OESP, 13maio1973. p. 3.

¹⁴⁵ Idem, ibidem.

"O inconcebível, para os que tentam ser objetivos e imparciais em seu apego não menos fervorosos, mas um pouco, mais autêntico e imparcial aos ideais democráticos [sic], é o fato desses luminares da imprensa norte-americana chegarem a insistir na reconciliação com Cuba, pois acham que é inteiramente incoerente a atitude do presidente Nixon, que vai a Pequim e a Moscou mas ignora Havana. Castro, conforme as inspirações da sua alma tão profundamente democrática, não oprime seu povo, ou pelo menos não de maneira tão drástica como o Brasil. Parece que Castro nem executou uns 10 mil cubanos ao 'paredon', não mantém uns 90 mil prisioneiros políticos em suas masmorras e nem obrigou 600 mil pessoas, quase 10% da população da ilha, a procurar a liberdade e a subsistência no exílio.

Esses setores do jornalismo norte-americano preferem, ao que tudo indica, uma reconciliação com Cuba ao entendimento com o gigante da América Latina, no qual as limitações indiscutíveis da democracia dirigida representam uma situação transitória, estabelecida com o único objetivo confessado de superá-la e de restaurar todas as franquias constitucionais. Somos os primeiros a denunciar as deficiências do nosso sistema político atual, que consideramos transitório, embora deplorável, mas mesmo em nome dos ideais e padrões democráticos seria insultuoso e injurioso fazer qualquer comparação entre os dois países e absolutamente intolerável dar preferência à reconciliação com Cuba sobre entendimentos com o Brasil."¹⁴⁶

Há uma ênfase à imprensa neste período, sendo que o jornal, fiel à sua tradição manifesta-se pela manutenção de suas diretrizes, uma vez que se encontra em fase de mudanças tendo em vista a morte dos seus dois idealizadores e diretores. Realiza críticas à concepção do jornal como mercadoria e, particularmente, à chamada imprensa sensacionalista. O periódico, tal qual é concebido, é visto como uma unidade de combate, a imprensa como luta por ideais. A liberdade de imprensa faz parte desta plataforma de luta, porém, entendida com limitações - o caso do jornal **NEW YORK TIMES**, visto por OESP como um "desserviço à liberdade de imprensa", se enquadra nessas limitações.

Criticando as autoridades em relação à situação da epidemia de meningite em 1974, a temática da liberdade de imprensa volta à tona:

"A opinião pública deve ter-se capacitado, no decorrer destas semanas angustiosas, da difícil missão da imprensa em cumprir seu dever de informar. Queiramos ou não, razão assistia a ilustre escritor inglês, que dizia que à imprensa cabe noticiar o que não é normal - por exemplo, que os aviões caem, nunca que os aviões voam e não caem. Ora, se a notícia do acidente não preocupa ninguém - autoridades governamentais ou especialistas transformados em oráculos e donos da verdade científica - a divulgação de fatos que chocam a opinião comum pelo que de impossível [grifo no original] têm, esta assusta e preocupa todos, que então fazem da imprensa o responsável pelo eventual sintoma de alarma que se possa observar na opinião pública.

Ainda há dias, depois de despachar com o presidente da República e informar s. exa. da situação do surto de meningite, o sr. ministro da Saúde referiu-se ao fato de a imprensa noticiar a incidência de vários surtos, com eventuais erros semânticos, e esquecer-se de dizer que em muitos municípios do Nordeste a variola foi erradicada. Isso, para ele, era apresentar apenas um lado da verdade dos fatos. Mas cabe, agora perguntar de que lado da verdade deve ficar a imprensa quando

146 UM desserviço à liberdade de imprensa. SP, OESP, 12dez1971. p. 3.

noticia o depoimento do sr. ministro na Câmara dos Deputados e registra sua afirmação de que, no momento, o que as autoridades podem fazer para aliviar o surto de meningite é isolar os doentes e tratá-los bem. Isso, depois de haver reconhecido a falha do sistema preventivo, a partir da falta de recursos humanos habilitados a cuidar do aumento de casos de meningite, por desentrosamento entre as administrações estaduais - de uma maneira geral - e a administração federal. E de ter reconhecido que as vacinas são apenas uma medida a mais, pois sua eficácia ainda é sujeita a dúvidas."¹⁴⁷

Outro ponto central a fazer parte da plataforma de defesa do jornal é a educação entendida como fator de desenvolvimento nacional. O órgão de divulgação entende como seu dever a luta pelo ensino em todos os níveis.

Manifestando-se a favor da realização de um Vestibular "qualitativo", OESP posiciona-se em relação à educação:

"Fiquemos, hoje, por aqui, esperando que, pelo menos em 1974, já que as recomendações do Convesu [grifo no original], referendadas pelo Ministério da Educação, não se converteram ainda em imposições, possa haver vestibulares em que se avalie a capacidade de expressão e de concatenação do pensamento por meio de dissertações, ainda que seja só na área de 'comunicação e expressão'. Voltaremos ao assunto, não uma, mas muitas vezes, cumprindo o nosso dever de defender o ensino nacional em todos os seus graus, contra a padronização e a passividade intelectual, em prol de uma juventude capaz de exprimir-se melhor e de pensar com a própria cabeça."¹⁴⁸

UH/RJ posiciona-se a favor do regime democrático representativo e das democracias de "tipo ocidental". Observa que a democracia não é apenas o governo da maioria mas deve contemplar os direitos da pessoa humana (aí incluídas as minorias) como a liberdade de expressão. Deve ainda prover a distribuição dos benefícios alcançados para a sociedade.

A democracia de "tipo ocidental" aparece destacada nesta matéria em que se busca definir o papel do MDB:

"Um partido de oposição, em tempos normais, numa democracia de tipo ocidental - que, aqui para nós, é a que merece realmente esse nome -, somente é oposição porque não pode ser governo. Entretanto, ele não vai ao governo de qualquer jeito. Antes de tudo deve conquistar o voto da maioria mediante atitudes de resistência às seduções do poder pelo poder, de recusa à capitulação ante promessas ou ameaças e, sobretudo, repulsa a acumpliciar-se com os erros cometidos por quem tem a responsabilidade do poder."¹⁴⁹

Congratulando-se com a eleição, em todo o País, dos diretórios municipais da ARENA e do MDB, esta matéria passa a falar do conceito de democracia:

¹⁴⁷ VOLTAM as aulas - e a meningite? SP, OESP, 11ago1974. p. 3.

¹⁴⁸ AINDA uma vez os vestibulares. SP, OESP, 11mar1973. p. 3.

¹⁴⁹ JOBIM, Danton. Realismo no MDB. 8dez1969. p. 2.

"Democracia é assim mesmo, aprende-se praticando, ou seja, errando e corrigindo o erro.

O que é fundamental, para a saúde do sistema, é a rigorosa obediência às regras do jogo. Importa menos a pessoa do eleito, que a legitimidade do mandato. Este não pode ser desconhecido ou amilado em qualquer hipótese, exceto, nas hipóteses previstas na lei maior, mediante julgamento público perante o foro regular.

Outra regra essencial numa democracia é o respeito das minorias. Mais que o regime da maioria, a democracia deve ser o da minoria [grifos nossos], cuja presença evita a estratificação das idéias políticas velhas, ultrapassadas, assegurando o dinamismo democrático."¹⁵⁰

O ideal democrático de UH/RJ difere do de OESP que privilegia a liberdade sobre a igualdade. Entende na democracia a "defesa das regras do jogo" e, neste sentido pede a volta à "normalidade democrática". As "regras do jogo" são vistas pelo jornal como fazendo parte do curso "normal" da evolução da sociedade humana. O ideal reformista faz a condenação do terrorismo.

Falando de um discurso do presidente Costa e Silva (julho/1969) em que este prometeu a empresários a saída iminente do "estado de exceção", ou seja, o retorno à chamada "normalidade democrática", o artigo aconselha ao Partido da oposição a contribuir para esse quadro de restauração:

"Estamos certos de que o Presidente Costa e Silva deseja sinceramente que se restabeleça para muito breve a normalidade. Está procurando limpar a área das contestações à sua conduta política no seio da própria revolução.

Se a Oposição tiver juízo, procurará ajudá-lo com uma atitude de reserva, mas, ao mesmo tempo, de cooperação ativa com a recomposição da vida partidária. A escolha dos candidatos faça-se cautelosamente, no sentido de obter, a um só tempo, autenticidade e maturidade na seleção. Os radicalismos, que estimulam a coesão dos revolucionários radicais, sejam evitados, para que não se volte à estaca zero."¹⁵¹

Principalmente, devido ao fato de a maioria dos artigos selecionados nesta fase serem de Danton Jobim - foi político militante do MDB, chegando a ser Senador pela GB - há uma identificação muito clara do projeto social desejado, com as estratégias traçadas para o que ele chama de "Oposição". Este artigo em defesa da candidatura Chagas Freitas ao governo carioca evidencia esta posição:

"O Sr. Chagas Freitas tem dirigido o MDB carioca democraticamente, ouvindo os seus companheiros e procurando coordenar as suas opiniões. Sua atuação na Convenção Nacional do MDB, defendendo o direito da secção guanabariana a dispor de vice-presidência, não foi de inspiração pessoal, mas expressou um sentido de liderança, que não se confunde simplesmente com a chefia.

Nosso desejo é que o MDB carioca se una em torno de sua atual direção e da liderança que surgiu, espontânea, dos rumos ditados pelos próprios acontecimentos. São enormes as responsabilidades do eleitorado emedebista da Guanabara, no pleito deste ano. É preciso que não se dispersem esforços para que se obtenham duas vitórias nítidas, seja na eleição do Governador, seja nas eleições parlamentares.

O tempo dirá se a cúpula do MDB e os opositores mais destacados do Estado, participem ou não da Executiva, compreenderão o seu papel decisivo para o destino

¹⁵⁰ JOBIM, Danton. Dinamismo democrático. RJ.UH, 11ago1969. p. 2.

¹⁵¹ JOBIM, Danton. Realismo. RJ, UH, 12jul1969. p. 2.

do MDB nacional. O que não faltam são nomes à altura de representar o partido quer na esfera estadual, quer na federal."¹⁵²

Esta matéria começa deplorando a situação em que o País se encontra, mas encara com otimismo a "escolha" do presidente Médici. Destaca inclusive os "propósitos democráticos da Revolução de 64":

*"O País emerge rapidamente da confusão em que mergulhara com a enfermidade do Marechal Costa e Silva. E começa a convalescer do traumatismo sofrido com a edição do Ato Institucional nº 5, agravado com a nova Lei de Segurança inspirada no seqüestro do Embaixador Elbrick. Um quadro sombrio como vemos. De súbito, as nuvens se abriram e desceu um raio de sol. A alta hierarquia das Forças Armadas se uniu, num só bloco, resistindo às tentativas de cisão em face da crise das instituições. A formação democrática do soldado no Brasil, foi mais forte que as seduições da caudilhagem. Os propósitos democráticos da Revolução de 64 voltaram a ser proclamados, acendendo esperanças no coração do povo. O general escolhido pela unanimidade de seus pares no Alto Comando confirmou tudo isso em seu primeiro pronunciamento público, surpreendendo a todos com promessas de paz e de normalização [grifo nosso] a curto prazo da vida política."*¹⁵³

A matéria encaminha sua discussão na direção dos "limites" de atuação da oposição (leia-se MDB). Situa então o sistema democrático-representativo:

*"Mesmo a Oposição, se quiser ampliar a abertura democrática, terá de definir claramente sua adesão à nova legalidade, o que de certo, não a impedirá de criticar de modo construtivo o próprio regime, procurando obter sua reforma logo que as circunstâncias o tornem possível. Deverá manifestar de maneira nítida seu apoio às medidas de interesse nacional que protejam, de fato, a segurança interna, pois elas significarão a defesa, também, do sistema democrático-representativo. Este é ameaçado pelos surtos ditatoriais e é inconciliável com os métodos terroristas, próprios de minorias prepotentes que se querem impor pela força."*¹⁵⁴

Neste artigo, Danton Jobim inicia discorrendo acerca da Argentina, onde o presidente Juan Carlos Onganía anunciou a restauração dos partidos políticos e do parlamento. Depois, parte de observações genéricas (relacionadas com a situação brasileira, no momento em que vive o recrudescer das atividades de luta armada) utilizando inclusive vocábulos próprios da chamada Doutrina da Segurança Nacional:

"Uma solução de força é sempre muito precária e transitória para qualquer problema político ou social. Vale apenas para a emergência. Segurança é obra política não simples questão de polícia. Os episódios terroristas que se repetem no Hemisfério são explicados pela existência da guerra revolucionária mas esta se alimenta do descontentamento popular. Para atacar o inimigo interno da ordem [grifos nossos] é necessário contar com a ordem nos espíritos com o povo consciente de que deve apoiar o seu [grifo no original] Governo, Governo que, tendo sido legitimamente eleito, governe dentro das regras do jogo [grifos nossos]."

¹⁵² JOBIM, Danton. Sucessão carioca. RJ, UH, 10jan1970. p. 2.

¹⁵³ JOBIM, Danton. Oposição e segurança. RJ, UH, 13out1969. p. 2.

¹⁵⁴ Idem, ibidem.

Ante o grande perigo, é preciso buscar a solidariedade consciente da Nação. Mas isto é impossível se o Governo só se pronuncia mediante manifestações de força e expedientes que caracterizam o estado de exceção, não o estado de direito."¹⁵⁵

Em termos econômicos, ocorre uma mudança em relação ao período anterior. Admite a vitória do golpe de 1964 na sua luta contra a "anarquia inflacionária". Mantém-se a defesa do desenvolvimento econômico, porém, condena o congelamento salarial, no sentido em que ambos privilegiam, nas "regras do jogo", a igualdade social.

Em março de 1969, esta matéria se inicia pela avaliação das relações entre militares e civis relativamente ao golpe de 1964:

"A política está de férias, por isso os jornais gastam seu espaço com palpites de certos cidadãos bem conhecidos, ansiosos por mostrar sua absoluta fidelidade à revolução. Os mais conspicuos se encolhem prudentemente. De modo que só se acham disponíveis, para falar aos jornalistas, aqueles que em tempos normais mereceriam escasso crédito e nenhuma audiência.

O político que afirmar, em hora como esta, que influi nos concílios do Governo está blefando. A hora não lhes pertence, mas aos militares. Quando o Presidente diz que é o chefe da revolução, é como se lembrasse que é o chefe das Forças Armadas e que estas resolveram, mais uma vez, tomar em suas mãos o destino do País.

Quanto aos civis que lideraram o movimento de 65 [sic], onde estão eles? O Sr. Ademar de Barros, o Sr. Carlos Lacerda, o Sr. Magalhães Pinto?

Dos três citados só o último sobrevive, prestigiado com um Ministério. O ideólogo do grupo, Sr. Bilac Pinto, está longe dos acontecimentos, numa esplêndida embaixada. Isto para não falar nos jornalistas que deram contribuição essencial à derrubada do Sr. João Goulart.

Não resta qualquer dívida de que o movimento de 64 nasceu como uma rebelião da classe média, mas só tomou forma e se estabilizou por sua identificação com as aspirações militares. Quem quiser conhecer sua doutrina leia os pronunciamentos dos militares, como o do Ministro do Exército. Não agem eles por impulsos, como no passado, mas em virtude de uma ideologia e de um programa de ação, inspirado num novo conceito de segurança nacional, que estende a vigilância e ação dos responsáveis pela ordem interna a todas as modalidades de ação social."¹⁵⁶

O artigo prossegue tecendo considerações sobre a necessidade (e, ao mesmo tempo, dificuldade) para os militares, de conciliação da democracia com a segurança. Segundo o autor, os militares têm tendência a deixar o predomínio com a segunda. Para fazer a fusão das duas é necessário o concurso dos políticos. Encerra apontando para o objetivo do desenvolvimento:

"O grande objetivo comum é o desenvolvimento nacional. Procure o Governo unir todos os brasileiros em torno dele identificando desenvolvimento e revolução. Esta a solução, não as periódicas purgas políticas à margem da nova legalidade implantada com a vitória de 64.

Até hoje não houve coragem para adotar essa solução que abriria uma era de paz e de progresso como nunca se viu neste País."¹⁵⁷

155 JOBIM, Danton. Corrigindo o rumo. RJ, UH, 8set1969. p. 2

156 JOBIM, Danton. Militares e políticos. RJ, UH, 10mar1969. p. 2.

157 Idem, ibidem.

O artigo seguinte começa com uma exortação ao presidente Costa e Silva no sentido da "restauração da vida pública" do País. A partir daí surge a concepção de democracia e desenvolvimento relatada por Danton Jobim:

"É preciso fazer o povo participar, convocá-lo para a luta comum pela segurança e pelo desenvolvimento. Uma segurança que não dependa apenas de polícia ou do dispositivo militar, um desenvolvimento que não seja obra de alguns em proveito de alguns, mas empreitada nacional, de todos os brasileiros e de toda a comunidade. Bem sabemos que um esforço como esse reclama gênio político. E coragem para enfrentar alternativas difíceis, opções perigosas. Mas o que se tem de fazer terá de ser feito já.

A chave de tudo, não tenhamos dívidas, é a reorganização institucional do País. No caos político não pode haver estabilidade nem progresso duradouros. E não se pode emergir desse caos sem uma abertura franca no rumo de participação popular o que só se obtém pelo desbloqueio político.

Os partidos têm de ser partidos com liberdade de reunir-se, discutir, criticar ou aplaudir. As Câmaras eletivas, sede da representação, têm de ser tratadas não como peças de um cenário removíveis pela vontade do Executivo, mas como a instituição básica do regime democrático-representativo. O deputado terá de voltar a ser deputado e o senador, senador. O vereador deverá sentir-se seguro no seu cargo e não sujeito à instabilidade ditada pela rotina dos impeachments [grifo no original]. O juiz carecerá de sentir-se seguro na sua cadeira, nenhum Cambises podendo arrancar-lhe a pele sem que se prove publicamente, em tribunal próprio, a sua prevaricação.

Em suma, é hora de voltar ao Estado de Direito.

Para um homem da formação do Marechal Costa e Silva, velho soldado de tradição legalista, deve ser penoso governar em regime de exceção, com as leis em eclipse e o direito periclitante, à mercê da vontade de um que é sempre a vontade alguns, nunca a da maioria, jamais a de todos.

Sabemos das dificuldades que o Marechal enfrenta. Entrar na exceção é fácil a qualquer Governo, sair dela é difícil. Por isso procuremos todos ajudar o Presidente. Quem é que não sente que sem a sua liderança o caminho da normalidade terá de passar pelos desfiladeiros de um estéril radicalismo, que tolherá a marcha do nosso desenvolvimento e nos devolverá à anarquia inflacionária?"¹⁵⁸

Manifesta-se favoravelmente à liberdade de imprensa contra o controle estatal. Advoga a necessidade de manutenção da crítica nos meios de comunicação.

A liberdade de imprensa é o tema deste artigo de Danton Jobim sobre atividades da Associação Brasileira de Imprensa (ABI):

"Na entrevista que jornalistas alemães concederam aos seus colegas do Rio na sede da ABI, feriu-se um tema de grande interesse não somente para os que exercem o jornalismo, como para todos os que se interessam pela liberdade de comunicação que constitui pressuposto de uma sociedade aberta, organizada em forma democrática.

Trata-se da tendência para o monopólio na indústria jornalística, a qual reduziria a liberdade de imprensa à liberdade para uns poucos grupos econômicos de disporem de controle da opinião pública.

¹⁵⁸ JOBIM, Danton. A hora da grande opção. RJ, UH, 9ago1969. p. 2

Tristão de Athayde disse, ontem em artigo, que é falso o dilema sustentado pelos totalitários, de que nunca existe liberdade de imprensa, porque esta ou é manejada pelo Estado ou é manejada pelos capitalistas. 'A opção - acrescenta - é entre o monopólio e a pluralidade'.

*Sem dúvida, a grande imprensa representante de monopólios pode falsificar ou distorcer a informação 'mas essa distorção não se corrige pela censura estatal ou pelo monopólio da imprensa governamental, como querem os totalitários de direita ou de esquerda, e sim pela garantia oficial de que todos os matizes de opinião e tanto os grandes jornais ricos como os pequenos jornais pobres possam gozar dos mesmos benefícios nas quotas de papel importado e outras vantagens asseguradas pelo poder público.'*¹⁵⁹

A matéria prossegue na sua defesa de uma imprensa livre:

*"Ao receber na ABI os generais em serviço na Guanabara, que tinham à sua frente o Ministro do Exército, o jornalista que escreve estas linhas teve ocasião, no ano passado, de reivindicar ampla liberdade de imprensa no nosso País, emitindo este conceito: 'Não esqueçamos que, para sermos responsáveis, precisamos ser livres!' Se a imprensa passa a ser controlada pelo Estado, a pretexto de que assim o exigem razões de segurança, carece de autoridade própria para criticar a violência, que pode partir tanto de baixo como de cima. Não pode contribuir eficazmente para que desarmem os espíritos e se restabeleça o império da verdadeira ordem, que assenta na lei e não na força.'*¹⁶⁰

Apesar das dificuldades apontadas no sentido de uma expressão clara das opiniões do jornal e da ausência de uma linha editorial definida, algumas posturas podem ser assinaladas na direção do estabelecimento do projeto social de UH/SP, entre maio de 1973 e janeiro de 1975.

Em termos políticos, pode-se dizer que o jornal postula a estabilidade social e política e a institucionalização do regime. Nesse sentido, o AI-5 é visto como um divisor de águas e há um posicionamento favorável ao processo de abertura tal qual concebido por Geisel. A plataforma da distensão política, iniciando-se com a reabertura de diálogo com a Igreja, o fim da censura à imprensa e a busca de encaminhamento para o problema da repressão à subversão é a mesma defendida pelo jornal.

Neste artigo, na coluna *Política*, José Carlos Bittencourt tece considerações a respeito da situação política do País, em outubro de 1974, referindo-se a pronunciamento do líder do governo na Câmara Federal, deputado Célio Borja:

"Em outras palavras: pretende-se a implantação de um sistema jurídico que elimine qualquer tipo de tensão, através de um processo gradualista, que, por sua vez, igualmente não provoque qualquer espécie de trauma. Da mesma forma como se adotou, no país um Modelo Econômico, pretende-se encontrar um Modelo Político perfeitamente compatível com a realidade brasileira e absolutamente compatibilizado com a realidade mundial. Ou por outra: o Brasil não pode mais ser considerado como um 'oásis' no mundo atual, reconhecendo fazer parte de um contexto internacional que se encontra em permanente estado de mutação. Isto é: não se pode analisar os problemas brasileiros apenas à luz do que estamos vivendo, mas em função do que se passa no resto do mundo. Mesmo porque diante dos fatos econômicos que estão abalando o planeta, o próprio conceito de

¹⁵⁹ JOBIM, Danton. Necessidade de uma imprensa livre. RJ, UH, 11abr1970. p. 2.

¹⁶⁰ Idem, ibidem.

democracia assume outros contornos. E da mesma forma que se promovem determinados 'enquadramentos' no Modelo Econômico, o Modelo Político também deveria ter, pelo menos de início, um alto grau de flexibilidade, sem que isso, no entanto, coloque em risco a estabilidade política desta República.

Célio Borja definiu muito bem o pensamento das áreas federais mais responsáveis:

- O objetivo básico deve ser justamente o de evitar a inadequação entre a ordem legal e a realidade política social.

Ainda de acordo com Célio Borja, o objetivo da Revolução de 64 foi encerrar o ciclo de instabilidade que vem deste 1922, mas o AI-5 interrompeu seu curso em direção à normalidade política e jurídica, tentada a partir da Constituição de 1967. Hoje buscam-se, da mesma forma, novas fórmulas para que, adaptado ao País um novo Modelo Político, se possa, em definitivo, institucionalizar o processo revolucionário, sem colocar em risco o equilíbrio político nacional.¹⁶¹

A plataforma da distensão política aparece nesta matéria em que discute as dificuldades de o governo Geisel encontrar um ministro da Justiça:

*"Conforme já foi reiterado por fontes ligadas ao futuro presidente, caberá ao Ministério da Justiça absorver na sua missão específica o trato de assuntos que nas atuais circunstâncias, mostram-se delicados. O relacionamento entre o governo e a Igreja, a repressão às tentativas de subverter a ordem, o problema da censura à imprensa e a necessidade de ser encontrada uma fórmula de convivência digna entre os jornais e os responsáveis pelo país, são algumas das grandes dificuldades que se espera venham a ser enfrentadas pelo futuro ministro da Justiça."*¹⁶²

O projeto de distensão em etapas, tal qual elaborado pelo presidente Geisel, é visto de forma positiva neste artigo:

"O presidente Ernesto Geisel continua se comportando dentro das diretrizes por ele fixadas ao assumir o Poder em 15 de março deste ano.

Está promovendo aberturas gradativas em todos os setores, obedecendo rigorosamente a etapas plenamente definidas.

Assim está ocorrendo na área da economia, da ciência, dos universitários e da Igreja. A última abertura será certamente a política embora se note nos parlamentares tanto da Arena quanto do MDB uma espécie de desafogo no tratamento de temas por vezes polêmicos. A timidez inicial está dando lugar a um comportamento que inclui até mesmo as críticas nas propostas de uma maneira construtiva. Aos poucos vai se derretendo o gelo existente entre as áreas federais e a classe política.

Se não houve, porém, qualquer iniciativa que fornecesse bons prenúncios a curto prazo, não se registrou por outro lado interferências que possam ser classificadas de anormais. Bem ou mal a classe política teve oportunidade de participação na escolha dos governadores dos Estados e ainda que não se adotassem as soluções por ela propostas, as escolhas recaíram sobre pessoas que têm manifestado o seu maior respeito pela instituição política.

*Também não seria lícito esperar medidas concretas de institucionalização política num ano eleitoral como este."*¹⁶³

¹⁶¹ BITTENCOURT, José Carlos. Os caminhos da descompressão. SP, UH, 28out1974. p. 2.

¹⁶² QUEM vai ser o futuro ministro da Justiça? (Uma das únicas dúvidas do Governo Geisel). SP, UH, 17fev1974. p. 8.

¹⁶³ BITTENCOURT, José Carlos. O gelo vai sendo derretido. SP, UH, 10 e 11ago1974. p. 2.

Apesar de, em determinado momento, o periódico apresentar o voto como uma arma a ser utilizada, as eleições (tanto diretas como indiretas) são percebidas como alvos de críticas.

Falando a respeito da "escolha" de Paulo Egídio Martins como futuro governador de São Paulo a temática das eleições vem à tona:

*"Haverá certamente muita gente que terá discordado do processo de escolha e eleição de Paulo Egídio Martins para Governador de São Paulo. Outros, também em número ponderável, terão achado correta a sua indicação para dirigir os destinos desta quase-nação que é São Paulo. Mas, o objetivo deste comentário não é discutir as vantagens ou desvantagens da eleição direta ou indireta. Ambas são suscetíveis de crítica e, em verdade, um mau candidato eleito pelo voto direto não será necessariamente melhor do que um bom candidato consagrado pelo voto indireto."*¹⁶⁴

UH/SP se posiciona favoravelmente ao fortalecimento dos partidos e chega a postular o ideal de alternância - como em determinados países democráticos (Inglaterra, EUA) - entre ARENA e MDB para que depois possa vir o pluripartidarismo.

O ideal de fortalecimento dos partidos aparece neste artigo em que o autor se manifesta a respeito das eleições de novembro de 1974:

"Pela primeira vez após 1964, o presidente Ernesto Geisel conseguiu dar ao País eleições que estão sendo marcadas pelo absoluto clima de liberdade. O MDB parece, ao mesmo tempo, ter entendido perfeitamente o papel que lhe cabe na realidade brasileira e, sem abusos, partiu para a 'guerra dos votos', utilizando uma linguagem que não tem a mínima conotação revanchista.

De seu lado, a Arena também colaborou para aquilo que está sendo definido como 'processo de distensão política'. Os futuros governadores, sem exceção, participaram da campanha eleitoral, com maior destaque para São Paulo, onde o engenheiro Paulo Egídio Martins, apesar de não ter 'tradição política', desde a sua indicação vem adotando uma linguagem essencialmente política, procurando fortalecer os dois partidos, em especial a Arena.

O resultado das urnas, nesta fase, é, pois, o que menos importa: o eleitorado livrou-se de uma apatia que já parecia ser crônica e definiu-se claramente. O voto branco é considerado uma ausência imperdoável: o consenso geral foi alterado e o que se nota é o desejo de praticamente todas as classes sociais e profissionais de participar do processo através de uma velha arma que estava esquecida no sótão da Nação brasileira: o voto.

*O pleito de 15 de novembro deve se transformar num novo marco da Nação brasileira, pois serviu como instrumento para iniciar a revitalização política nacional, há dez anos relegada a plano absolutamente secundário. Não se deve, por outro lado, negar ao presidente Geisel o mérito de haver proporcionado, desde que assumiu a Presidência da República, o estímulo a um processo de abertura gradual, sem exageros, mas definitiva."*¹⁶⁵

A respeito da necessidade de reestruturação dos partidos existentes (ARENA e MDB), José Carlos Bittencourt tece considerações sobre o desenvolvimento político do País:

¹⁶⁴ O novo governador. SP, UH, 4out1974. p. 1.

¹⁶⁵ BITTENCOURT, José Carlos. A primeira eleição (aberta) desde 64. SP, UH, 14nov1974. p. 2.

"E esse desenvolvimento, conforme se pode depreender das palavras presidenciais, seria alcançado no instante em que Arena e MDB, com vida própria e desligados do passado, pudessem alternar-se no Poder, a exemplo do que ocorre na Inglaterra entre os partidos Trabalhista e Conservador. Somente a partir daí é que seriam julgados úteis novos partidos, que teriam de conquistar, em bases inteiramente novas, o seu lugar na política brasileira, sem depender de estruturas antigas e por isso mesmo em completo desacordo com a nova realidade brasileira."¹⁶⁶

A questão do terrorismo também é tratada pelo jornal. Assume o ponto de vista da versão oficial e, inclusive, utiliza os termos consagrados pelo regime. A este respeito, este artigo da coluna *Zero Hora* é elucidativo:

"Após violento tiroteio com agentes dos órgãos de segurança o terrorista Luís José da Cunha, mais conhecido como 'Crioulo', e integrante do Grupo Tático Armado, da Aliança Libertadora Nacional, do qual era coordenador geral, veio a falecer ontem à tarde, na avenida Bandeirantes, esquina com a avenida Santo Amaro. Luís José encontrava-se em atitude suspeita na altura do nº 2.200, da av. Santo Amaro, quando, ao ser abordado pelos agentes, sacou de uma pistola Walthers, efetuando vários disparos. Tentou a fuga parando um Volkswagen, dirigido por uma senhora, que tinha ao lado uma acompanhante. Ao tentarem impedir a ação do 'Crioulo' as duas moças foram atingidas por balas nas pernas. Não conseguindo o intento de se apoderar do veículo, Luís José saiu correndo pela avenida, trocando tiros com os agentes, acabando por cair morto. O fato ocorreu por volta das 14,45 horas e 15 minutos depois 'Crioulo' já estava plenamente identificado. Tratava-se de elemento bastante conhecido dos órgãos de segurança, uma vez que pertencia ao Comando da ALN, usando os cognomes de 'Gasião', 'Ivo', 'Davi' e, principalmente, documentos falsos com o nome de Antonio dos Santos Oliveira."¹⁶⁷

Economicamente, localiza-se a defesa do desenvolvimento com altas taxas de crescimento, sem que isso impeça o processo de redução da inflação visto como necessário. Surge também a crítica ao aumento do custo de vida.

Este pequeno artigo da coluna *Governo*, em outubro de 1973, elogia o governo Médici:

"O presidente Garrastazu Médici completará na próxima terça-feira seu quarto ano de governo ostentando um mérito inegável: o de haver solidificado as bases de processo de desenvolvimento do país. Durante esse período, foi imprimido um nítido sentido econômico e social aos atos da presidência - que, no entanto, tomou a cautela de não pisar no escorregadio terreno da demagogia. No campo econômico, o saldo da atual administração aponta a conquista de níveis inéditos de desenvolvimento, refletido no fato de as elevadas taxas de crescimento (situadas ao redor de 10 por cento ao ano) serem acompanhadas por uma gradativa redução da taxa inflacionária. O sucesso neste setor está intimamente relacionado à imagem que o país conseguiu impor ao mundo, graças aos irrefutáveis números desse crescimento e a uma sólida estabilidade social e política: com isso foram captados os indispensáveis investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo em que se estimulavam as exportações."¹⁶⁸

¹⁶⁶ BITTENCOURT, José Carlos. Só desprendimento gera abertura. SP, UH, 3jan1975. p. 2.

¹⁶⁷ MORRE o 'Crioulo' do Comando da ALN. SP, UH, 14jul1973. p. 2.

¹⁶⁸ ESTABILIDADE e crescimento, marca dos 4 anos de Médici. SP, UH, 28out1973. p. 8.

Na mesma página, em coluna imediatamente abaixo desta, denominada *Oposição*, o jornal expressa as opiniões do Senador Danton Jobim, do MDB, que contradizem os prognósticos auspiciosos acima:

"O aumento do custo de vida poderá se impor como tema central da campanha do MDB, nas próximas eleições legislativas, caso se mantenha, nos próximos doze meses, a atual tendência altista. A afirmação é do senador Danton Jobim (MDB-GB), que encontra a oposição muito preocupada com o assunto, 'não tanto porque venha a constituir tema de grande relevância do ponto de vista eleitoral, mas, sobretudo, porque a alta de preços é importante em si mesma, denuncia um fator de distorção e desequilíbrio da política antiinflacionária do governo.' Afirmando que a subida dos preços, sobretudo da alimentação, 'começa a incomodar os magos da inflação a 12 por cento', Danton Jobim não vê, no caso, uma tendência puramente conjectural [sic], apesar da complexidade dos fatores dos aumentos, alguns de natureza internacional."¹⁶⁹

A inflação e sua tendência altista, que já pode ser observada desde o final de 1973, é uma das preocupações com o futuro da situação econômica do País. Interessante observar que o jornal aponta causas externas ou climáticas para a elevação inflacionária, liberando o governo de qualquer responsabilidade:

"No fim de setembro - passados 9 dos 12 meses do ano - a inflação atingiu a 27,7. Se continuasse no mesmo ritmo, cresceria até dezembro mais 9,2 e a taxa anual chegaria a 36,9. Verifica-se, porém, que o ritmo de crescimento diminuiu em relação aos primeiros meses do ano e as perspectivas são de que a taxa inflacionária do ano de 1974 se aproxime dos 33 por cento. Não é muito nem é pouco. Nos EUA ou na Alemanha Ocidental, seria uma tragédia. No Brasil de 64 seria um milagre. Na Islândia de hoje seria uma boa performance. Na realidade, para nós, é uma inversão de ritmo, que coloca alguns problemas preocupantes. Fundamentalmente, o nosso método gradualista baseado na correção monetária sofreu um rude golpe em seu prestígio. Vinhamos cuidadosamente procedendo a um gradualismo para baixo e ele se transformou em gradualismo para cima. Pretendíamos que a inflação fosse diminuindo a pouco e pouco, e agora nos esforçamos para que ela suba a pouco e pouco. A questão magna é que os dois principais fatores que influenciam a inflação escapam à ação das autoridades: o preço do petróleo, que é simplesmente decretado além-fronteiras; e a produção de alimentos que depende essencialmente das condições atmosféricas. Portanto, é insensato prometer limites de taxa de crescimento da inflação. É bom ficar calado."¹⁷⁰

Em determinados artigos, postula-se a distribuição de renda, prevalecendo o ideal democrático igualitário sobre o libertário. Geraldo de F. Forbes faz a defesa da participação das camadas mais pobres da população na riqueza do País, ao comentar a vitória da oposição nas eleições de novembro de 1974:

"Agora a parcela do regime mais esclarecida e mais fiel à democracia efetuou uma importante abertura com as eleições de novembro. A partir do momento em que se

¹⁶⁹ CUSTO de vida, uma base política para o MDB. SP, UH, 28out1973. p. 8.

¹⁷⁰ INFLAÇÃO é meio loteria. SP, UH, 12 e 13out1974. p. 2.

outorgou uma certa representatividade ao povo, aquela política [refere-se à política seguida pelos ministros anteriores da área econômica, de concentração do "bolo"] ficou definitivamente condenada pois ela só é possível em um sistema fechado e autoritário, que coíba pela força ou, a ameaça de seu uso, as manifestações e reivindicações sociais.

Será interessante notar que ainda na semana passada, o ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio, figura, embora apagada, ligada tanto com o estabelecimento militar como com a alta burguesia, anunciava que a taxa de crescimento do produto nacional bruto, o mirífico PNB, poderia diminuir em função de uma correspondente melhoria nas condições salariais e enfim existenciais das classes mais baixas.

O que é preciso agora é que o novo Congresso capte esta disposição do governo e promova com a urgência correspondente à gravidade da injustiça cometida, a necessária redistribuição da renda através de legislação consentânea, e de uma fiscalização expedita e de reclamações tempestivas quanto a atos do Executivo."¹⁷¹

Em momentos também, faz-se a defesa da estatização, particularmente, no que se refere ao monopólio do petróleo. E, assim, a penetração do capital estrangeiro é vista com receio e há a manifestação favorável ao controle das empresas de capital externo.

Em um de seus artigos, dedicado ao estudo da questão do capital estrangeiro e da independência econômica do País, Geraldo de F. Forbes, inicialmente, defende a continuidade do monopólio estatal da Petrobrás e, após dar um histórico da dominação estrangeira da economia nacional, estabelece regras de controle ao capital e às empresas externas:

"Pois bem hoje após 12 anos de prática e vivência da lei [refere-se à Lei da Remessa de Lucros, número 4.131], sabe-se que ela tem de ser alterada e melhorada. Isto é absolutamente imprescindível para disciplinar o carnaval que vem sendo feito pelas multinacionais com o auxílio de advogados, experts contábeis e ultimamente, do governo.

É urgente principalmente: 1 - a definição correta do que seja reinvestimento de forma a impedir que lucros gerados no Brasil e que excedam a parcela remessível sejam após sua incorporação ao capital, base para maiores remessas no ano seguinte;

2 - a interdição às companhias que vieram para o Brasil com auxílios e isenções fiscais, de acesso aos incentivos fiscais da legislação do Imposto de Renda, bem como a proibição do estabelecimento ou controle de outras firmas, por parte de companhias estrangeiras, através da aplicação desses mesmos incentivos e vantagens;

3 - a disciplinação do acesso das multinacionais às fontes locais de financiamento, que só deve ser feito em circunstâncias bem definidas;

4 - a nítida separação de lucros gerados por capital de risco e os gerados por capital financiado, de forma a impedir a remessa de lucros e a formação de capital registrável por efeito de falsos investimentos;

5 - a proibição de concessões de estímulos por poderes estaduais e municipais sem autorização do governo federal, de forma a impedir a concorrência pela preferência da fábrica estrangeira que só beneficia a ela própria.

A par dessas medidas é necessário verificar e fiscalizar outros aspectos da atividade da companhia internacional. É preciso, por exemplo, impedir abusos como os chamados 'acordos de cavalheiros', tão longamente utilizados pelo ex-ministro da

¹⁷¹ FORBES, Geraldo de F.. A participação na riqueza. SP, UH, 14 e 15dez1974. p. 2.

Fazenda [refere-se a Delfim Netto] em sua bombástica gestão e que em verdade pouco significam ou garantem."¹⁷²

Neste artigo, a educação não é esquecida e, há a crítica ao ideal dos governos militares da quantificação em detrimento da qualidade de ensino. Em virulenta crítica aos métodos adotados pelo coronel Passarinho na pasta da Educação, Geraldo de F. Forbes observa que:

"Num país tão dramaticamente carente de recursos humanos profissional e culturalmente habilitados, a solução encontrada pelo ex-ministro para a formação de quadros e para o atendimento da questão dos chamados excedentes foi simples e bem a gosto das falsas realizações dos governos passados: um aparentemente enorme progresso quantitativo com um substancial prejuízo da qualidade.

Partiu-se para a bacharelização e a diplomação em massa, tudo em benefício das estatísticas governamentais que cegas em seu criminoso imediatismo político não atentaram, guiadas por mestres quase tão cegos quanto elas próprias, para as reais necessidades da mão-de-obra e quadros qualificativos, para a defesa do mercado de trabalho dos profissionais, para a capacitação a um nível, digamos, decente do estudante, e assim por diante.

O que era berrado aos ventos como uma grande obra do governo dos super-homens, sábios e puros, está aí agora desmascarado por suas maiores vítimas, os universitários, perdidos, entre seu despreparo básico, a ineficiência de seus professores, e o desaparecimento de suas escolas. A seu lado sofre toda a sociedade que de uma forma ou de outra custeia seus estudos na esperança da posterior retribuição."¹⁷³

2.4. Oscilações

Analisando os três periódicos ao longo do tempo, se observa que existem oscilações internas, ou seja, em determinados momentos, há contradições discursivas em temas específicos se tratados de forma diversa. Há também, no caso de OESP e UH/RJ, que tivemos oportunidade de acompanhar desde 1964, mudanças no tratamento de determinadas questões se compararmos este momento (1969/1975) com o período anterior (1964/1968).

No que diz respeito a OESP, podemos destacar as oscilações de suas manifestações em alguns aspectos.

Do ponto de vista político, o elemento que nos parece mais digno de destaque relaciona-se com as considerações feitas ao regime instaurado no País a partir de 1964.

No período anterior, as críticas ao regime sobrepõem-se às eventuais avaliações positivas. De modo geral, essas críticas aparecem sob a forma da cobrança de uma fidelidade aos chamados "princípios revolucionários" que teriam sido abandonados. As advertências/ameaças aos mandatários do regime refletem a reivindicação de um maior endurecimento político, havendo identificação com a chamada "linha dura" das Forças Armadas.

¹⁷² FORBES, Geraldo de F.. O capital estrangeiro e a independência do Brasil. SP, UH, 7 e 8dez1974. p. 2.

¹⁷³ FORBES, Geraldo de F.. As tarefas da Revolução de Novembro de 74 (segundo de uma série de artigos). SP, UH, 30nov e 1dez1974. p. 2.

O AI-5, entretanto, converte-se num divisor de águas para o jornal de modo que o discurso sutilmente vai sendo alterado e são raros os momentos em que se pleiteia um maior fechamento político. Estas reivindicações vão sendo paulatinamente abandonadas por pedidos de retorno à "normalidade" institucional, pelo fim do regime discricionário e democratização política do País.

Prevalece esse discurso de abertura democrática pelo qual o jornal quer ser lembrado, principalmente, pelo fato de ter sido atingido pela censura prévia entre 1972 e 1975 e de poder ser assinalado como um dos órgãos de divulgação que resistiram à imposição da autocensura.

Para nós foi extremamente complexo tentar compreender por que OESP, que faz questão de se expor como um dos conspiradores a favor da derrubada de João Goulart e, conseqüentemente, um dos aliados da situação que, a partir de abril de 1964, se impõe ao País, ter-se-ia indisposto contra o regime que ele mesmo ajudou a criar. A análise, dos editoriais, ao longo do tempo, fez chegar a algumas observações que nos parecem pertinentes e esclarecedoras.

Entre 1964 e 1968, até a edição do AI-5, os editoriais que acompanhamos, na sua grande maioria vindos da lavra de Júlio de Mesquita Filho, revelam um rápido descontentamento com o regime no aspecto político, na medida em que este se mostra mais tíbio do que seria esperado pelo jornal. Há decepção quando Castelo Branco ameaça livrar-se das medidas punitivas e discricionárias dos Atos Institucionais. Este é o momento de o periódico afirmar o caráter discricionário, excepcional e revolucionário do regime imposto. Há desilusão e raiva com o resultado das eleições de 1965, considerado inaceitável, pois, permitiu a chegada ao governo dos Estados de governadores da oposição. O próprio editorial de 13 de dezembro de 1968 é um libelo contra a fraqueza do regime frente à crise parlamentar e a manifestação do temor pela resistência das instituições. Nesse sentido, portanto, o jornal encontrar-se-ia alinhado mais à "linha dura" das Forças Armadas do que à "Sorbonne" que chega a ser diretamente criticada.

Com o AI-5, entretanto, além de o jornal (juntamente com quase toda a imprensa brasileira) sofrer a ação direta da censura e do endurecimento do regime, outro elemento vem contribuir para mudanças estruturais no seu comportamento. O paulatino afastamento de Júlio de Mesquita Filho, e posteriormente, sua saída definitiva, com a morte em julho de 1969.

Entendemos que a atuação conjunta destes dois elementos (a censura e a saída de Júlio de Mesquita Filho) produz alterações significativas e contribui para que o jornal, aos poucos, construa o seu discurso que pretende definitivo para a posteridade, ou seja, o da resistência ao arbítrio do regime militar.

O período que ora analisamos (janeiro/1969 a janeiro/1975) é fundamental para que se compreenda essa construção. O motivo, assumido pelos diretores do jornal, para a instauração da censura prévia, no segundo semestre de 1972, foi a divulgação da candidatura presidencial de Ernesto Geisel; e a retirada desta mesma censura, um "presente" concedido ao jornal pelo mesmo presidente quando do centenário do periódico. Alinhamos estas considerações ao fato de que o referido presidente era conhecido elemento vinculado ao grupo da "Sorbonne" dentro das Forças Armadas. Desse modo, a tendência resultante - para quem se limita a acompanhar o jornal nessa fase - é a de entender que as razões dos descontentamentos do periódico com o regime militar relacionam-se com o seu "desvio" da rota originalmente traçada. O Estado Autoritário brasileiro pós-64, em termos de apoio do grupo representado por OESP, seria aquele vinculado à "Sorbonne". O "desvio" teria acontecido com o endurecimento do regime, através do predomínio, durante certo tempo, do agrupamento denominado de "linha dura".

Este discurso de "normalização" democrática, contrário ao endurecimento do regime, de alinhamento com os interesses do grupo representado pela "Sorbonne", entendemos, foi construído posteriormente pelo jornal e movido pelas duas circunstâncias que assinalamos. Somente

a análise dessas oscilações discursivas nos fazem perceber esta questão crucial para o entendimento das atitudes políticas do periódico.

Os princípios moralizadores da "Revolução" são lembrados, em agosto de 1970, quando um editorial pede a punição dos parlamentares que ofendem sem dar direito de resposta ao ofendido. O jornal chega a citar, encarando-a com normalidade, a Lei de Segurança Nacional.

"Numa interpretação falta de maior espírito público, a inviolabilidade parlamentar - realmente imprescindível para a prática democrática - transformou-se em carta de identidade para muitos e descabidos abusos, determinantes de restrição escrita na atual carta constitucional, onde dispõe o art. 32 que 'os deputados e senadores são invioláveis no exercício de mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação e calúnia, ou nos previstos na Lei de Segurança Nacional.'"¹⁷⁴

Em editorial de novembro de 1971, o periódico mostra-se ofendido com as cobranças de Edward Kennedy relativamente à questão dos Direitos Humanos no Brasil. Em dezembro de 1972, esta problemática é tratada de forma inversa quando o jornal critica o governo pela cassação de um parlamentar e ao se colocar contrariamente ao AI-5:

"Entre as muitas virtudes de que carecem os senhores parlamentares da Arena conta-se a do realismo político. Tivessem s. exas. os pés na terra e não estariam, agora, manifestando espanto e inquietação diante do ato presidencial que atingiu um deputado estadual do Pará. Não descortinamos realmente o menor motivo para a surpresa que no momento domina os senhores congressistas do partido oficial. Que fez afinal, o sr. presidente da República? Cassou um mandato parlamentar, suspendendo por dez anos os direitos políticos daquele que o exercia. Estamos, portanto, perante uma decisão que se insere perfeitamente na lógica do regime e que não fere a legalidade sui generis por ele criada. O presidente Garrastazu Médici limitou-se a fazer uso dos poderes que lhe confere o Ato Institucional nº 5, poderes a que, conforme declarou recentemente, ao inaugurar novo edifício do Ministério da Justiça, em Brasília, não tem a menor intenção de renunciar. Não se pode, assim negar coerência ao chefe do Executivo Federal.

Incoerente, sim, é o comportamento dos parlamentares da maioria. De um lado, justificam o Ato nº 5 e defendem a sua permanência, de outro exprimem dolorosamente a sua estranheza, nos corredores do Congresso quando o sr. presidente da República usa os poderes excepcionais que o mesmo Ato nº 5 lhe outorga. A contradição é deveras chocante. O coro de dolorosas lamentações assumiu tal volume que se diria ser uma novidade absoluta a descoberta de que os poderes de exceção constituem uma ameaça permanente que pode alcançar qualquer parlamentar, qualquer juiz, ou qualquer obscuro cidadão, cuja conduta se afigure merecedora de punição ao sr. presidente da República.

Mais de uma vez temos sido criticados por aqueles que ora fazem ouvir seus queixumes, quando tentamos chamá-los à realidade, lembrando que o Legislativo foi reduzido à condição de poder caricatural. Fiéis à política de avestruz, os senhores deputados e senadores da Arena entregam-se com prazer àquilo a que poderíamos chamar de o 'jogo da democracia', simulando acreditar na importância de um papel que desempenham com solenidade, esquecidos de que as próprias regras da função parlamentar, nos seus moldes atuais, a transformam num divertimento [grifos no original] politicamente irrelevante."¹⁷⁵

¹⁷⁴ O direito de resposta - 3. SP, OESP, 9ago1970. p. 3.

¹⁷⁵ SURPRESA por quê? SP, OESP, 10dez.1972. p. 3.

Em fevereiro de 1970, ao comentar a perspectiva de fusão dos Estados da GB e do RJ, o regime é contestado por não haver "normalidade" institucional.

"O que, porém, com essas palavras o jornalista interpreta, é a aspiração popular. Entre a aspiração popular e a realidade vigente vai, contudo, uma grande distância. Basta que ponhamos o pé em terra, para que nos convençamos de que não vivemos tempos de desejável normalidade nem legal, nem institucional. Quem não desejaria que, para a decisão de um assunto dessa magnitude, se ouvissem as parcelas interessadas da Nação? Mas para tal seria preciso, em primeiro lugar, que a Constituição fosse outra, e que outro fosse, na verdade, o regime sob o qual neste instante vivemos..."¹⁷⁶

Em outro momento (março/71) são feitas críticas ao processo de sucessão estadual pelo fato de ser escolha exclusiva do presidente. Na elaboração da crítica, com a retomada do passado, percebe-se a nítida intenção da construção de uma memória de permanente resistência, omitindo-se, sutilmente, as razões do descontentamento inicial com o regime militar:

"O dia de amanhã assinala uma prova crucial para as instituições políticas vigentes. Quando o malogrado marechal Castelo Branco deu início à sua estruturação, devem os nossos leitores estar lembrados de que foi O Estado de S. Paulo a primeira voz a erguer-se para demonstrar, com a insistência de quem defende princípios patrimoniais da Nação, a completa artificialidade daquilo que se pretendia ministrar como a panacéia de escolha para os nossos males políticos. O voluntarismo do primeiro presidente revolucionário já tinha, porém, imprimido uma velocidade irrefreável à marcha do seu projeto de reforma das instituições. E quando ao sr. marechal Costa e Silva coube a missão de render no Palácio da Alvorada aquele ilustre chefe militar não lhe foi difícil verificar que lhe restava nas mãos o comando de um aparelho que, por erro de fábrica, jamais poderia funcionar pelos seus próprios meios. É de elementar justiça reconhecer que não faltou a s. exa. o desejo de modificar, cautelosamente embora, o estado de coisas que se lhe defrontava. A sorte foi-lhe, porém, adversa, com o resultado de todos conhecido ao surgir o problema da sua sucessão.

*Se alguma coisa nos esconde aquilo que se vai passar amanhã, ainda nesta linha de raciocínio, é a confissão tácita de uma profunda descrença do Brasil oficial nas instituições que o emolduram. Os governadores cessantes também não foram, é bem verdade, eleitos de forma quimicamente pura, mas não deixa de ser igualmente verdadeiro que ainda assim uma vez obtida a sanção prévia do chefe do Executivo Federal, cada um deles pode trabalhar eleitoralmente a sua candidatura dentro dos colégios que de harmonia com a lei deviam proceder a sua escolha às Assembléias Legislativas. Mas os que amanhã inauguram o seu mandato, esses nem subiram ao colégio eleitoral legislativo a postular a sua indicação como candidatos. Ao fim de um breve processo de seleção operado segundo argumentos *ad hominem* [grifos no original], que nem respeitava os critérios da Revolução de 31 de março de 1964 nem a lei do maior esforço e da superior capacidade dos postulantes, a eleição dos preferidos deu-se sob a forma de puro e simples indigitamento presidencial. A opinião pública foi assim levada a concluir, juntamente com o chefe de Estado, que as instituições vigentes são incapazes de funcionar independentemente dos homens, e que, sendo obrigatório substituí-las por uma vontade personalista, era*

¹⁷⁶ PROBLEMA político-constitucional. SP, OESP, 8fev1970. p. 3.

desaconselhável escolher para cargos de tamanha importância homens dotados de idéias próprias e de livre arbítrio."¹⁷⁷

OESP, falando sobre a liberdade de imprensa, se manifesta contra a ditadura e um governo discricionário que se coloque acima das leis (outubro/72):

*"É por isso, obviamente, que nenhuma ditadura, como nenhum regime totalitário, admite ou pode admitir a liberdade de imprensa: como governar discricionariamente, acima das leis ou independentemente delas, quando há um poder livre, que critica, que denuncia, que analisa, que informa, que examina?"*¹⁷⁸

No mês seguinte (novembro/72), o governo é chamado de autocrático e comparado com a situação anterior a 1964:

"...o Brasil continua sendo um país politicamente subdesenvolvido. A mentalidade é a mesma dos anos anteriores ao movimento de março de 64. As regras do jogo político mudaram. Agora existe uma verticalidade do Poder que antes era desconhecida. Os velhos partidos desapareceram por decreto, sendo substituídos por estas duas legendas que deveriam ser alicerces e instrumento de uma grande revolução política. Mas não houve tal revolução. O bipartidarismo ficou no papel dos decretos e na retórica dos discursos. Na prática jamais funcionou. A Arena e o MDB, sete anos após o ucasse presidencial que os instituiu, continuam sendo qualquer coisa exceto partidos políticos. Neles se amontoam homens de todas as tendências, cômicos de que no Brasil não há hoje partidos políticos e de que as duas agremiações que teoricamente representam o governo e a oposição carecem de um mínimo de condições para desempenhar uma função significativa no seio do próprio sistema que as engendrou. A missão real do Congresso é aprovar os projetos do Executivo e nada mais."¹⁷⁹

E o mesmo texto prossegue com suas críticas:

"As duas legendas não sairão - como têm afirmado os seus porta-vozes - engrandecidas do pleito. Emergirão dele ainda mais desprestigiadas. Num ponto, entretanto, estamos de acordo com o presidente nacional da Arena: o resultado não oferece dúvidas. A vitória do partido oficial será esmagadora. Não porque seus candidatos sejam melhores ou menos oportunistas do que os do MDB. Apenas porque a vitória do oficialismo está na lógica dos regimes autocráticos."¹⁸⁰

No período anterior (1964/1968), enquanto eram muitas as críticas ao aspecto político do regime, economicamente, havia consenso. A política econômico-financeira pós-64 era apoiada em todos os seus aspectos. Nesta fase (1969/1975), começa a aflorar um tom mais cauteloso. Se, por vezes, continua a mostrar a confiança na necessidade da tecnologia e do capital externo (janeiro/70), aparece também o receio, em relação ao montante da dívida externa (setembro/69) e a crítica à política agropecuária (outubro/74):

¹⁷⁷ NOVOS mandatos. SP, OESP, 14mar1971. p. 3.

¹⁷⁸ "O preço da liberdade é a eterna vigilância". SP, OESP, 8out1972. p. 3.

¹⁷⁹ AS eleições da próxima 4ª feira. SP, OESP, 12nov1972. p. 3.

¹⁸⁰ Idem, ibidem.

"A tecnocracia tem alarmado a consciência moral dos cidadãos das grandes democracias ocidentais devido à insensibilidade política que lhe seria inerente. O provincianismo, por outro lado, praticou em nome daquela mesma consciência moral dos cidadãos erros sem conta, dos quais o menos vulgar, e aliás o mais simpático, está em confundir a miséria com o pitoresco. Mas, que dizer de uma tecnocracia provinciana? O acima citado sr. Roberto Campos já deixou assentado qual o princípio responsável pela altíssima renda mineral per capita da Austrália (125 dólares), do Canadá (200 dólares), dos Estados Unidos (114 dólares) e da África do Sul (226 dólares): o aproveitamento da experiência, da tecnologia e dos capitais alheios, além de uma política de incentivos fiscais e financeiros aos empresários, cabendo ao governo as tarefas de ciência pura e geologia básica."¹⁸¹

"Um dos maiores méritos de Cirne Lima¹⁸², quando ministro da Agricultura do governo Médici, foi instituir a fiscalização federal das empresas de abate. Seu objetivo principal foi conseguir que os consumidores brasileiros de carne bovina recebessem o alimento nas mesmas condições higiênicas que os consumidores estrangeiros. Tratou-se, desde o início, de uma luta árdua, pois os matadouros em precárias condições higiênicas praticaram e continuam praticando o câmbio negro, sonogando, ao mesmo tempo, impostos. Agora, o ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, acaba de afirmar que o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do seu próprio Ministério, não está neste momento, nem nos próximos meses, procedendo à interdição de qualquer estabelecimento de produtos de origem animal. Trata-se de declarações feitas em Belo Horizonte que no fundo significam uma involução [grifo no original] sob todos os aspectos: higiênicos, tributários e relativos à proibidade administrativa."¹⁸³

Uma temática praticamente ausente na fase anterior surge com mais intensidade neste momento. Referimo-nos à questão social. Tratada sob a forma de "povo", "Nação", "opinião pública", vistos como entidades unas, a população, em sua participação social, acaba por desaparecer pulverizada nesta tentativa de homogeneização. Nesta fase, entretanto, recebe um tratamento mais diversificado e, nem por isso, menos contraditório.

Em outubro de 1971, o jornal aponta para mudanças positivas que estariam sendo feitas na Previdência Social e fala sobre a necessidade de colaboração entre governo/empresários e operários que, pela primeira vez, embora em último lugar, aparecem destacados como parte do tecido social. Entretanto, a concepção do jornal torna-se mais clara quando, ao falar da necessidade de modernização dos portos (julho/73), coloca-se contrariamente à aposentadoria dos portuários que seriam dispensados o que é visto como elemento comprometedor para a economia do País.

"Entretanto, enquanto permanecia de braços cruzados diante daquilo que sabia ser uma panela de pressão com a válvula entupida, o governo federal ia fazendo concessões e abrindo precedentes em determinados setores, sem atentar para a gravidade de seus atos. Veja-se, por exemplo, o que se estabeleceu no terminal construído em Recife pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. O elevado índice de mecanização do equipamento ali instalado permite que um navio seja carregado

¹⁸¹ FESTIVAL indígena. SP, OESP, 11jan1970. p. 3.

¹⁸² É conveniente lembrar que o ministro Cirne Lima citado no texto, em maio de 1973, se demitiu da pasta por divergências com o ministro Delfim Netto, entre outros assuntos, porque na condução da política econômica privilegiava as multinacionais e impunha uma pesada carga tributária aos produtores agrícolas. Todas as referências à renúncia do ministro foram vetadas pelo censor. O número de cortes é tão grande (8 matérias e uma charge somente no dia 10 de maio de 1973) que OESP move um processo contra a União por perdas e danos obtendo ganho de causa em 1978.

¹⁸³ INCONGRUÊNCIAS na política agropecuária. SP, OESP, 13out1974. p. 3.

*com o emprego de apenas sete homens, o que evidentemente dispensou os serviços de um número muito grande de estivadores. Em vez de procurar resolver o problema social decorrente do aperfeiçoamento portuário, de maneira a orientar a mão-de-obra ociosa para outras atividades, as autoridades resolveram de maneira simplista o assunto com a aposentadoria remunerada, pelo prazo de dez anos, de todos quantos se consideravam 'atingidos pela modernização portuária'. Não será preciso dizer quantos arranjos pessoais um tal acerto propiciou, nem tampouco insistir no ônus que essa medida acarreta para a economia brasileira."*¹⁸⁴

Em artigo escrito em 1971 e publicado (resumo) na revista VEJA em 1973¹⁸⁵, Juan Linz, um especialista no estudo de regimes autoritários, tece considerações a respeito do "caso" brasileiro. Em sua ótica, naquele momento, o Brasil parecia mais um caso de situação autoritária do que de regime autoritário. Ele discutia as dificuldades para a institucionalização do que poderia vir a ser um regime autoritário. Entre estas dificuldades, ele apontava o fato de que, vinculados à órbita de influência norte-americana, países em situação autoritária como o Brasil sofriam de um paradoxo, ou seja, teriam muito maior identificação com os regimes fortes comunistas do que com os EUA, tão preocupados e tão ciosos, internamente, da vigência de relações democráticas:

*"Um elemento de identificação, dependência ou qualquer relacionamento que se possa pressupor com os Estados Unidos torna o sucesso da institucionalização de regimes autoritários ainda mais difícil. Os Estados Unidos, apesar da ajuda econômica e militar que fornecem a muitos desses regimes, freqüentemente, de maneira implícita ou não, contribuem num plano ideológico para a sua não-legitimização. Nos Estados Unidos, membros importantes do Congresso, a imprensa e mesmo o Executivo questionam as tentativas dos regimes de se institucionalizarem em sistemas autoritários. Isso provoca ambivalência porque os líderes de regimes autoritários freqüentemente se sentem tentados a pelo menos cortejar a prática democrática, prometendo um eventual retorno às eleições livres e à livre competição das instituições democráticas."*¹⁸⁶

Estas considerações de Juan Linz nos parecem bastante esclarecedoras quando se trata de pensar sobre a questão das relações do Brasil com os EUA e das relações externas de modo geral, tal qual aparecem tratadas pelo jornal neste momento.

Além da questão da divergência relativamente à temática do tratamento conferido aos Direitos Humanos no Brasil, objeto de crítica do Senador Edward Kennedy e do jornal NEW YORK TIMES, outras questões começam a separar os EUA do Brasil.

Em abril de 1971, OESP não aceita medidas protecionistas contra o Brasil que teriam sido tomadas por sindicatos norte-americanos.

"Em primeiro lugar, teríamos de levar em linha de conta a sistemática campanha de descrédito movida lá fora contra as instituições políticas vigentes no País pela Federação Internacional de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas (FITIM), com sede em Genebra, campanha que aliás, também contou com a participação de dirigentes sindicais norte-americanos. À insidiosa atitude da FITIM não deve ser estranho o encerramento de seus escritórios em São Paulo, em julho do ano passado, por ordem partida de Brasília. Em segundo lugar, mas não com peso

¹⁸⁴ INQUIETAÇÃO na faixa portuária. SP, OESP, 8jul1973. p. 3.

¹⁸⁵ LINZ, Juan J.. O regime brasileiro. SP, VEJA, 5dez1973. p. 3-12.

¹⁸⁶ Idem, p. 12.

menor, teríamos o sentimento de desagrado que se veio instalando entre os trabalhadores brasileiros ante o que eles consideram uma falta de lealdade aos ideais do sindicalismo por parte da central sindical norte-americana AFL-CIO. Há mais de um ano que esta, efetivamente, por intermédio de um de seus dirigentes, Paul Jennings, que é igualmente membro da Comissão de Comércio Exterior do Capitólio, vem apoiando a corrente favorável ao protecionismo econômico no Congresso dos Estados Unidos, em nome da tese de que a restrição à entrada de produtos industrializados brasileiros consitui uma forma de combater o desemprego no mercado interno norte-americano."¹⁸⁷

Em setembro de 1972, é a vez da questão nuclear. O jornal se manifesta pela necessidade de criação de um *know-how* brasileiro no setor, mesmo que seja à revelia da política norte-americana. Curiosamente, o jornal sempre disposto a apoiar medidas contrárias a qualquer protecionismo nacional, se manifesta a favor de uma "reserva de mercado" para a área nuclear. Criticando acordos de cooperação referentes ao uso pacífico da energia atômica a serem firmados com os Estados Unidos e, naquele momento, em tramitação no Congresso Nacional, o editorial observa:

"Na prática, os acordos comprometem o desenvolvimento tecnológico autônomo da potência não-nuclear signatária. O reator nuclear, já importado como uma 'caixa preta', continua como tal durante toda sua vida útil (calculada em 30 anos), sem permitir que outros reatores se desenvolvam dele e sem que o material físsil que produz possa ser utilizado livremente.

Se este fosse o único caminho possível para o estabelecimento de um programa de energia nuclear no Brasil seria difícil levantar reparos aos acordos. Há porém alternativas, uma das quais já foi ensaiada no governo Castelo Branco; era a implantação de um programa de reatores de urânio natural e água pesada conduzido pelo Instituto de Pesquisas Radiativas de Belo Horizonte. A 'Equipe do Tório' daquele Instituto desenvolveu de 1965 a 1968 um projeto completo para um reator nuclear de potência que permitiria a construção de um protótipo a partir de 1971. Segundo o relatório desta equipe, 'a opção urânio natural e eventualmente plutônio-tório em uma segunda etapa (usando o plutônio produzido nos primeiros reatores deste tipo) parece ser a mais indicada para o País.'

Esse projeto não prosperou por motivos que não nos são claros; o debate que ora se realiza no Congresso deveria aprofundar-se nessa questão que toca realmente na substância do problema: o estabelecimento de um programa nuclear no País que faça uso da nossa tecnologia e que atue como um acicate para o desenvolvimento do 'know-how' nessa área."¹⁸⁸

A orientação econômica norte-americana para o mundo sugere a abstenção de crescimento. O periódico (julho/74), apesar de não ser completamente divergente, aponta noutra direção:

"O ministro Reis Velloso escolheu esta oportunidade para reafirmar uma tese que nasceu nos últimos anos, na vivência econômica da experiência brasileira: somente um crescimento acelerado pode permitir ao Brasil resolver seus problemas e, em particular, atingir o seu objetivo principal, a difusão do bem-estar entre todas as camadas da população.

¹⁸⁷ SINDICATOS e segurança nacional. SP, OESP, 11abr1971. p. 3.

¹⁸⁸ O acordo atômico. SP, OESP, 10set1972. p. 3.

A nova conjuntura internacional faz questionar esta declaração de princípio e o ministro-chefe da Secretaria do Planejamento não teme em condenar os que sugerem um crescimento mais moderado para nossa economia. Seria, talvez, útil esta tomada de posição, num momento em que, por outras razões, as teses do Massachussets Institute of Technology, que sugerem ao mundo um 'crescimento zero', encontram acolhida nos países industrializados. Devemos, no entanto, nos perguntar se não existe um meio termo e se um crescimento mais moderado é, na realidade, incompatível com a manutenção de um crescimento acelerado, expressão que tem uma certa relatividade."¹⁸⁹

Se compararmos a fase anterior de UH/RJ com este momento final de sua existência poderemos observar algumas mudanças fundamentais que creditamos a dois fatores: o próprio recrudescer das ações políticas do regime após o AI-5 com a conseqüente diminuição dos espaços de atuação pública e o esforço final, desesperado, para manter o jornal já no seu ocaso definitivo.

Se antes o ideal reformista poderia justificar o tom ameno das críticas ao Estado Autoritário brasileiro pós-64, e mesmo a sua aceitação conferindo-lhe legitimidade, agora se observa o quase desaparecimento das críticas aos excessos do governo no sentido de um afastamento das regras do jogo democrático.

Em outubro de 1969, o jornal reconhece a existência de "propósitos democráticos" na "Revolução" de 1964.

"De súbito, as nuvens se abriram e desceu um raio de sol. A alta hierarquia das Forças Armadas se uniu, num só bloco, resistindo às tentativas de cisão em face da crise das instituições. A formação democrática do soldado no Brasil, foi mais forte que as seduções da caudilhagem. Os propósitos democráticos da Revolução de 64 voltaram a ser proclamados, acendendo esperanças no coração do povo. O general escolhido pela unanimidade de seus pares no Alto Comando confirmou tudo isso em seu primeiro pronunciamento público, surpreendendo a todos com promessas de paz e de normalização a curto prazo da vida política.

São meras intenções, dirá o leitor, que tem motivos de sobra para estar escarmentado. Mas que poderemos exigir, entretanto, de um candidato senão o seu programa? E o programa que nos apresenta o General Médici, nesta hora de angústias, revela coragem e realismo. Coragem para enfrentar os núcleos radicais que querem conduzir passionalmente a Revolução para o 'endurecimento' constante e progressivo; realismo para a adaptar os princípios da democracia representativa aos imperativos da segurança nacional."¹⁹⁰

Se, por um lado, a "guerra revolucionária" das guerrilhas é criticada (agosto/69) chegando a utilizar a mesma nomenclatura da Doutrina de Segurança Nacional, por outro, os Esquadrões da Morte são creditados aos governos pós-64 que legitimaram a violência por parte da polícia em cima da disseminação da idéia de que "estamos em revolução" (abril/70):

"O Governo Federal, preocupado com a repressão à subversão política, vem-se mantendo alheio à questão, o que nos parece um mal. Talvez por isso mesmo os crimes do Esquadrão se tenham multiplicado.

¹⁸⁹ CRESCIMENTO acelerado e possibilidades. SP, OESP, 14jul1974. p. 3.

¹⁹⁰ JOBIM, Dantón. Oposição e segurança. RJ, UH, 13out1969. p. 2.

A verdade é que o controle da Polícia no Brasil já não pertence aos Estados. O Poder Revolucionário centralizou esse controle em suas mãos. A idéia de que estamos em revolução e, portanto, a autoridade e seus agentes não devem preocupar-se com as limitações da lei e suas atividades, foi-se enraizando na consciência de muitos policiais. E a idéia de que qualquer iniciativa tendente a desprestigiar a Polícia seria desvantajosa ao Governo Federal, em emergência como esta, germina com facilidade na atmosfera de violência em que mergulhou o País.

*A longa impunidade do Esquadrão da Morte, ou dos Esquadrões, é responsável, por outro lado, pela sucessão de crimes em larga escala, a ponto de tornar um escândalo público, já ultrapassando as nossas fronteiras.*¹⁹¹

Até 1968, observava-se a manutenção de bandeiras de luta tradicionais do jornal como o nacionalismo e, por contraposição, a luta contra a penetração descontrolada do capital externo e a crítica a uma política econômica que, se privilegiava o controle inflacionário, parecia não se importar com a condição de vida oferecida às camadas populares.

Após o AI-5, entretanto, num discurso que se aproxima do de OESP - sucesso econômico e problemas políticos - o que se percebe é o reconhecimento de melhorias econômicas processadas pelo golpe de 1964 (março/69), sem que seja conferida a mesma ênfase para a ausência de uma política social. Além disso, surgem críticas à estatização na economia (junho/69). Nos elogios à política econômica do governo (maio/69) pode-se observar o tom cauteloso e parece haver a crença na existência de um "mundo livre" entre os países do bloco capitalista ocidental (abril/69).

Neste artigo, Danton Jobim, reconhece o crescimento econômico do País, e observa o descompasso político o que é demonstrado a partir do título: "Caos político e desenvolvimento":

"Estamos lendo nos jornais que o Brasil, em cinco anos, conseguiu dobrar a produção em setores vitais para o seu desenvolvimento. Duplicou a produção de petróleo. As estradas duplicaram a quilometragem e a energia disponível duplicará em 1970 se continuar crescendo no ritmo atual. O aumento na construção de moradias é espetacular. O número de vagas nas universidades dobrou.

E assim por diante.

Não vimos ainda as estatísticas exatas que confirmariam esses dados. Mas é fácil verificar que o País experimenta um crescimento explosivo, o que se deve em boa parte ao planejamento e à política de incentivos sustentada pelo Governo no quinquênio que se seguiu a abril de 1964.

Seria tolice querer tapar o sol com a peneira.

A partir desses dados é que devemos raciocinar sobre a reconstrução política, que não pode ser uma simples volta ao passado, com a restauração de instituições que não correspondem mais à índole e ao ritmo do desenvolvimento nacional.

*Desenvolvimento nacional, eis o grande objetivo, que deve ser perseguido através dos mais variados esforços. É um esforço particular deve ser feito no sentido de conciliar a necessidade de um governo estável, assegurando comando único para o desenvolvimento, homogêneo, com o respeito às fórmulas democráticas e às garantias para o exercício dos direitos da pessoa humana.*¹⁹²

Utilizando discurso de Rui Gomes de Almeida, ao empossar-se na Associação Comercial, Danton Jobim toca na questão da estatização da economia em concordância com a opinião do empresariado:

191 JOBIM, Danton. O Governo e o Esquadrão. RJ, UH, 13abr1970, p. 2.

192 JOBIM, Danton. Caos político e desenvolvimento. RJ, UH, 3mar1969, p. 2.

*"O estatismo 'que oficializa a economia e compromete a liberdade democrática de todos', para usar expressão do discurso é fruto da perplexidade com que o empresariado vem assistindo de braços cruzados à manipulação dos negócios do Estado e da política econômica. A revolução que se fez com sua colaboração, talvez não lhe tenha parecido a de seus sonhos. Entretanto, é hoje um fato consumado e irreversível; provou ser mais revolucionária [grifo no original] do que parecia e agora desafia seus próprios autores, exigindo que se adaptem às conseqüências de sua obra."*¹⁹³

Em matéria que elogia a iniciativa do presidente Costa e Silva no sentido de rever as punições impostas a jornalistas, o jornal se manifesta relativamente à política econômica:

*"A hora é de construir. O Brasil vai crescendo a olhos vistos. Ninguém pode afirmar que o Governo está falhando ao projetar e executar medidas importantes para o nosso desenvolvimnto. Suas falhas ocorrem no campo político, pois até hoje as instituições não alcançaram a estabilidade mínima que importará na consolidação da obra realizada."*¹⁹⁴

Ao destacar mudanças que estariam se processando na política externa norte-americana, o jornal faz coro com os que acreditam na existência de um "chamado mundo livre" e deixa de lado o seu outrora criticado anti-americanismo:

*"Os que acreditavam que o Presidente Nixon republicano, fosse fazer uma política nas linhas tradicionais da direita americana estavam redondamente enganados. Os problemas do mundo de hoje são por demais complexos para que possam ser encarados pela ótica facciosa. E os Estados Unidos amadureceram. Pouco a pouco vão compreendendo que as responsabilidades da liderança do chamado mundo livre exigem cabeça fria e espírito de sacrifício."*¹⁹⁵

Se formos estabelecer uma comparação entre OESP, que acompanhamos desde abril de 1964 até janeiro de 1975, UH/RJ, que observamos entre março de 1964 a junho de 1970, e UH/SP, objeto de nossas preocupações entre maio de 1973 e janeiro de 1975, grosso modo, a diferença fundamental que separa os dois primeiros periódicos em relação ao último relaciona-se com a definição clara de uma linha editorial presente nos dois primeiros e ausente no último. Entendemos que isto se deve ao fato de que, apesar de Samuel Wainer ocupar o cargo de redator-chefe do UH paulista, o controle em mãos do grupo *Folhas* impediu que ele se manifestasse com clareza frente a um outro projeto editorial.

O trabalho de Gisela Taschner, *Folhas ao vento* detém-se no estudo da Empresa Folha da Manhã, desde o seu aparecimento, no início da década de 20. Entretanto, seu objeto privilegiado é a construção do grande conglomerado jornalístico o que, somente vai ocorrer, a partir do momento (1962) em que a empresa passa para as mãos dos empresários Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. A autora relaciona este feito ao ingresso do País na "etapa monopolista do capitalismo" que permite o desenvolvimento de uma "indústria cultural" no Brasil. Dentro deste projeto, localiza-se a compra, em agosto de 1965, pelo grupo, da UH paulista. Outro elemento que

¹⁹³ JOBIM, Danton. Um documento lúcido. RJ, UH, 7jun1969. p. 2.

¹⁹⁴ JOBIM, Danton. Um belo gesto. RJ, UH, 10maio1969. p. 2.

¹⁹⁵ JOBIM, Danton. Crise esvaziada. RJ, UH 12abr1969. p. 2.

Gisela destaca é o florescimento do grupo jornalístico dentro do regime autoritário que teria implicações fundamentais na sua consolidação.

Importante salientar que, segundo a autora, uma característica do conglomerado é a sua submissão a uma "lógica empresarial" que implica no abandono de qualquer consideração da imprensa como "missão", ou seja, com uma mensagem definida que cumpriria, por sua atuação junto ao público leitor, os prognósticos para os quais acreditava ter sido criada. Em outras palavras, a "marca" deste empreendimento é a ausência de "marca", o que permite a coexistência de produtos aparentemente tão diversos como a FSP e NOTÍCIAS POPULARES (NP) abrigados sob o mesmo guarda-chuva empresarial. Gisela explica deste modo:

"A diferenciação de produtos em função de orientações políticas foi o coroamento do processo pelo qual o novo complexo empresarial se construiu e consolidou. Acatando a censura sem protestos; alternando os produtos que ativavam e que desativavam, usando um para radicalizar a orientação da mensagem do outro, ora para a esquerda (dentro dos marcos de uma postura capitalista), ora para a direita; jogando sempre dos dois lados nos momentos em que o contexto político se apresentava mais opaco, Frias e Caldeira destruíram qualquer concepção que ainda remanescesse sobre a suposta missão da imprensa, assim como o último elo pessoal que ligara Nabantino [antigo proprietário da empresa] a seus jornais. O predomínio incontestado da lógica empresarial e as características específicas do contexto no qual atuaram levaram-nos a montar um aparato através do qual pudessem sempre minimizar os riscos do empreendimento e tirar proveito da direção dos ventos, qualquer que fosse ela." (Taschner, 1992. p. 198-199)

A autora encerra sua análise falando especificamente sobre a pulverização da linha editorial como "marca" do empreendimento:

"As Folhas, por terem assumido claramente uma lógica empresarial e por não terem firmado tradição de uma linha editorial politicamente unívoca nem compromissos ideológicos muito precisos (a não ser em um período determinado, em seu passado), puderam levar essa lógica a suas últimas conseqüências - quase paroxismo - e explorar virtualmente, com base nela, todas as oportunidades que o período aberto na década de 60 apresentou para a sua consolidação." (Taschner, 1992. p. 199)

Esta análise contribui para o entendimento das dificuldades que temos em encontrar a "marca" de Samuel Wainer em UH/SP e da ausência de uma linha editorial claramente definida o que faz com que as oscilações do jornal sejam maiores do que as que pudemos observar em OESP e UH/RJ.

Esta diversidade de posições relaciona-se com a aceitação ou não do projeto de distensão política proposto pelo presidente Geisel. Esta ambiguidade aparece até na questão da "escolha" de Paulo Egídio Martins como futuro governador de São Paulo. Artigos divergem quanto a este fato: um deles colocando a "escolha" como exclusiva do presidente Geisel e outro considerando-a como parte do processo de abertura que, apesar de lento, permitiu a participação dos políticos na "escolha" dos futuros governadores. É o caso de José Carlos Bittencourt que observa que: *"Bem ou mal a classe política teve oportunidade de participação na escolha dos governadores dos Estados"*¹⁹⁶

¹⁹⁶ BITTENCOURT, José Carlos. O gelo vai sendo derretido. SP, UH, 10 e 11 ago 1974. p.2.

Divergências maiores, entretanto, encontram-se em novembro de 1974, em relação às eleições. Enquanto José Carlos Bittencourt regozija-se com o crescimento da oposição e destaca o projeto de distensão do governo, Geraldo de F. Forbes não aceita a versão de uma vitória da ARENA, como vitória do governo, cujos atos condena.

"Encerrado o capítulo eleitoral deste ano, uma constatação deve ser feita: o MDB, inevitavelmente, ampliará suas representações no Senado, na Câmara Federal e na maioria das Assembleias estaduais. O crescimento da oposição não pode - nem deve - ser interpretado como um 'fenômeno estranho' na política brasileira: o partido oposicionista reconquista a posição perdida em 1970, quando as eleições se realizaram logo após o fechamento do Congresso Nacional e de Assembleias Legislativas por força do Ato Institucional nº 5, acompanhado por uma polpuda lista de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos.

Pela primeira vez após 1964, o presidente Ernesto Geisel conseguiu dar ao País eleições que estão sendo marcadas pelo absoluto clima de liberdade."¹⁹⁷

"Se a Arena é o partido da situação e se ele venceu é de decorrência clara que a Administração recebeu a aprovação da maioria dos brasileiros. Muitas vezes a verdade não é tão simples quanto parece e um, aparentemente, invencível silogismo como o enunciado acima revela-se, após acurado exame, totalmente falso.

Para quem realmente quiser ver, fácil será demonstrar que a vitória da Arena não corresponde a uma aprovação dos atos do governo. Primeiramente não foi para isto que se votou, isto é, as eleições visaram a escolha de deputados e senadores e não podem ser confundidas com um hipotético plebiscito que fosse convocado para aceitar ou rejeitar, ainda que a posteriori, a política da Administração. Já se vê portanto que não se pode dizer que o governo venceu. Venceu um dos partidos, que aliás não é muito diferente do outro. Com efeito, seus membros mais antigos, fizeram no passado, muitas vezes, parte da mesma agremiação e só foram separados pelo artificial bipartidarismo imposto à nação. Venceu o partido que tem mais diretórios no país, mais dinheiro, mais figurões e astros. Venceu o partido que consegue ser mais submisso ao poder central, que tem o apelido da Revolução e que conta com o apoio total do governo, que a ele verdadeiramente não pertence por se julgar acima de questões políticas. Venceu o partido a que se filiam e que defendem praticamente todos os governadores e prefeitos nomeados."¹⁹⁸

Em termos econômicos, paira uma certa ambiguidade. Editorial, de outubro de 1974, mostra preocupação com a inflação. Entretanto, a "culpa" de sua tendência altista reside, segundo o jornal, em fatores não relacionados com a condução da política econômica (fatores externos e climáticos).

Outro aspecto em que se manifesta a ambiguidade, a que não é estranha uma ponta de ironia, dos textos (outubro/74) relaciona-se com a temática da manutenção do monopólio estatal do petróleo frente à discussão dos contratos de risco com empresas estrangeiras para pesquisas no setor.

Dois editoriais tratam do assunto e ambos deixam o leitor em dúvida quanto ao posicionamento do governo e do jornal:

¹⁹⁷ BITTENCOURT, José Carlos. A primeira eleição (aberta) desde 64. SP, UH, 14nov1974. p. 2.

¹⁹⁸ FORBES, Geraldo de F.. A República viva. SP, UH, 16 e 17nov1974. p. 2.

"O vice-almirante Faria Lima entregou ao general Araken de Oliveira a presidência da Petrobrás. O Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, aproveitou a oportunidade para afirmar, alto e claro, que a Petrobrás se manterá dentro do regime de monopólio estabelecido pela lei 2.004.

Quase ao mesmo tempo, o Ministro Mário Simonsen, da Fazenda, fazia discurso em Washington, afirmando aos representantes dos 125 países presentes à assembléia do FMI que o Brasil não impede aos empresários dos outros países a compra de empresas brasileiras. Mas, acrescentou, há uma restrição: ninguém pense em entrar no campo especial de caça da Petrobrás, porque, isso, o Brasil não permite.

Duas reflexões se levantam a propósito deste discurso: que o clamor dos empresários nacionais, pedindo medidas para não permitir que as empresas estrangeiras devorassem as nacionais tinha tido eco no resto do mundo, e que alguém, possivelmente, está pensando em entrar no negócio do petróleo, ao lado da Petrobrás. Na realidade, dois Ministros, praticamente ao mesmo tempo, afirmando que o monopólio do petróleo é sagrado, só se compreende se em algum lugar existe alguém pensando o contrário, ou tentando o contrário. A impressão que fica é a de que o assunto vem sendo debatido e a questão está em encontrar um meio de cooperação; sem ferir o princípio do monopólio."¹⁹⁹

"Uma das questões mais habilmente tratadas nos últimos tempos tem sido o melindroso assunto de algum dia se vir ou não vir a conceder autorização para que empresas estrangeiras colaborem com a Petrobrás na pesquisa do petróleo nacional. Primeiro, falou-se disso muito vagamente. Depois, discutiu-se mais abertamente, permitindo-se a cada um definir sua posição. E o curioso é que as autoridades se iam referindo discretamente ao assunto, como se desejassem vê-lo discutido em voz alta.

Finalmente, o Ministro Ueki, das Minas e Energia em conferência feita há dias aos estudantes da Universidade Nacional de Brasília, enunciou o teorema com toda a clareza:

1 - É verdade que chegam várias solicitações de várias origens para que companhias estrangeiras invistam capital de risco no setor; 2 - O Governo brasileiro, de momento [grifo no original] não está interessado em aceitar propostas neste sentido; 3 - Se, algum dia, o Governo achar conveniente aceitar alguma dessas propostas, isso se fará sem ferir o monopólio sagrado do petróleo, que não é mais apenas uma lei e sim um imperativo da vida nacional.

Todos sabem agora que se pensa nisso. Todos sabem que não vai acontecer já. E todos sabem que, se algum dia acontecer, serão tomadas todas as providências para que o monopólio se mantenha. Portanto, do ponto de vista oficial, não têm razão os que temem pelo futuro do monopólio se alguém vier a arriscar capitais no Brasil, em busca do petróleo."²⁰⁰

O próximo momento de análise, em concordância com a distensão vivenciada pelo País, vai encontrar OESP com seu discurso, consolidado e ampliado, de resistência ao regime e, buscando formas de tornar mais leve o seu texto, com mudanças significativas que atingem a sua tradicional diagramação. Samuel Wainer, como colaborador diário na FSP, em grande maturidade jornalística, perpetra, ao longo de mais de três anos, seus artigos concisos em que se manifesta sobre variados temas, deixando perceber o "espírito reformista" que orientava seu jornal e que, nesse momento de sua vida, norteia seus comentários à procura de conciliação política.

¹⁹⁹ A intocabilidade do monopólio. SP, UH, 5 e 6out1974. p. 10.

²⁰⁰ PETRÓLEO: Ueki fala claro. SP, UH, 12 e 13out1974. p. 2.

3. Rumo à "transição transada"

Nesta terceira e última fase de análise, o material oriundo da imprensa (janeiro/1975 a setembro/1980) corresponde, na sua quase totalidade, ao governo do general Ernesto Geisel (março/1974 a março/1979) e, somente numa pequena parcela e, mesmo assim, em relação a um dos periódicos (a coluna de Samuel Wainer na FSP), ao governo do general João Baptista Figueiredo (março/1979 a março/1985). Portanto, localiza-se no chamado período de "distensão", preparatório para o denominado de "abertura política".

O governo do general Ernesto Geisel, no sentido da "distensão" - presente desde o início nos discursos presidenciais - realizou algumas transformações importantes. Mesmo antes de assumir a chefia do Executivo, Geisel dialogou com setores da sociedade que considerava fundamentais para o seu projeto de "abertura lenta, gradual e segura": intelectualidade, imprensa, Igreja. De maneira geral, eram opositores do regime militar, cuja hostilidade poder-se-ia prender a determinados aspectos de endurecimento do Estado Autoritário brasileiro pós-64. Assim, se estes fossem convenientemente removidos, acarretariam um ganho de confiança ou "consenso" daqueles setores em relação ao regime.

Um dos fatores de grande desgaste do regime militar, internacionalmente denunciado e condenado, relacionava-se com a censura prévia à imprensa. Assim, ao longo do governo Geisel, ocorreu uma liberação paulatina em relação a determinados órgãos de divulgação. OESP teve a censura prévia levantada de sua redação, em janeiro de 1975. Depois, foi a vez do jornal PASQUIM e da revista VEJA. Aos poucos, a imprensa foi readquirindo a sua liberdade de noticiar em relação ao Estado. Três casos apenas são exemplos remanescentes: o periódico O SÃO PAULO, da Arquidiocese paulista, da Cúria Metropolitana de São Paulo; o jornal carioca TRIBUNA DA IMPRENSA e o alternativo MOVIMENTO, também de São Paulo. A censura prévia nestes três órgãos de divulgação permanece até 8 de junho de 1978 quando, por ordem do próprio presidente Geisel, a cada uma destas redações foi comunicado o término da atividade censória. Com este gesto, estava encerrada a fase de censura prévia à imprensa no País.

Outro motivo de condenação internacional do regime brasileiro assentava-se na temática dos chamados Direitos Humanos. A morte, os desaparecimentos, a tortura nas prisões dos presos políticos tornaram-se assuntos debatidos e rechaçados por organismos estrangeiros.

E, para corroborar as crescentes dificuldades de aceitação do regime militar, mais dois outros fatores acentuam esse quadro.

Naquele momento, também, outros países latino-americanos encontravam-se às voltas com regimes militares instaurados às custas de golpes de Estado e apresentando elevado grau de violência contra seus opositores. Em 1973, o Uruguai e o Chile vivenciaram golpes que derrubam seus governos eleitos e instauram militares no poder. Em 1976, foi a vez de a Argentina, pela segunda vez em curto espaço de tempo, sofrer o seu golpe que coloca generais à testa do Executivo. Ao lado desses exemplos gritantes, outras experiências autoritárias, na América Latina, exibiam escassa participação popular e elevado grau de arbitrariedade e repressão a seus cidadãos. A alta incidência desses regimes acentua a condenação internacional.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvem esses acontecimentos, chega ao poder, para governar os EUA, o presidente Jimmy Carter, eleito pelo Partido Democrata. Fiel à política desenvolvida desde a chamada "era Roosevelt" que rompera com o denominado "isolacionismo"

norte-americano, as intervenções em questões que envolvem outros países são consideradas "naturais". Entretanto, a atuação de Carter vai diferir, em parte, da de seus antecessores. Sua atenção está voltada para as tentativas de paz nos longos conflitos, como o caso do Oriente Médio em que ocorre intervenção norte-americana levando a acordos relacionados a alguns territórios e determinados povos. A América Latina será alvo de seus ataques no sentido do restabelecimento do respeito aos Direitos Humanos violados em muitos países - o Brasil incluído.

Ao lado das pressões internacionais, internamente, durante o governo Geisel, as cisões entre as facções militares ("Sorbonne" X "linha dura"), que representam grupos de interesses diversos, atingirão o seu ápice. Representante direto de uma destas facções ("Sorbonne"), Geisel sofreu a oposição da outra ala militar (os chamados "bolsões sinceros mas radicais" do regime), desde a indicação de seu nome para a sucessão de Médici. Os dois setores encaram de modo diferente o encaminhamento a ser dado à condução do País, entre outros aspectos, divergindo quanto ao processo de "transição" para a democracia - aceito pela "Sorbonne" e rechaçado pela "linha dura" - e quanto à participação/presença do Estado na economia - luta surda entre o peso maior conferido ao Estado pelos militares "nacionalistas" da "linha dura" e pela posição de abertura ao capital externo defendida pela "Sorbonne".

Em 1974, quando Geisel assume o poder, praticamente todos os focos de oposição aberta ao regime (guerrilha, luta armada) haviam sido destruídos e os agrupamentos que trilharam este caminho encontravam-se ou extintos, ou drasticamente reduzidos. O único grupo clandestino que ainda preservava sua força, embora com as limitações de atuação impostas pelo regime, era o PCB, em parte devido ao fato de, ao contrário de outras facções, não ter feito da luta armada uma estratégia prioritária. Este Partido será alvo, durante o governo Geisel, de uma perseguição que prendeu e levou à morte muitos de seus militantes, fato que, entretanto, subentende-se pelo desenrolar dos fatos, conferiu força aos grupos "sinceros, mas radicais" do regime que pressionavam no sentido do destruir de todos os focos de "subversivos" e oponentes potenciais. O governo cedia e, portanto, recuava em suas promessas de "distensão".

Este editorial - não faz parte de nossa seleção - de OESP, publicado em outubro de 1975, contém uma cobrança de coerência do governo Geisel e dá mostras do clima do período em relação a esta questão:

"Os jornais noticiaram recentemente a descoberta de uma célula comunista ativa na região abrangida por São Miguel Paulista, Vila Curuçá, Ermelindo Matarazzo, Itaquera e os distritos da Penha e Guaianazes. Em consequência, puseram-se em campo os órgãos de segurança, que recolheram à prisão, para fins de inquérito, 76 implicados, entre os quais um contingente de 63 oficiais, sargentos e praças da Polícia Militar paulista, membros do chamado setor militar do PCB. Do inquérito resultou a denúncia contra os indiciados por delitos descritos na Lei de Segurança Nacional, tendo o auditor-titular da 2ª Auditoria de Guerra decretado a prisão preventiva de dez dos implicados, com base nos artigos 254 e 255, letras a, b e e do Código de Processo Penal Militar.

A ação policial insere-se no quadro já definido pelo presidente Geisel no seu pronunciamento de 1º de agosto, segundo o qual a repressão das atividades subversivas continuará sem limitações, como um mal menor destinado a evitar a contestação insurrecional do regime. Como dizia s. exa., 'estejam nos partidos, nos sindicatos, na imprensa, nas universidades, nos quartéis ou onde estiverem, os subversivos devem ser implacavelmente combatidos' - o que para um democrata significa, e deve sempre significar, dentro da lei, da moral e do respeito pelos direitos fundamentais do homem e do cidadão. Por seu turno, a liberação do relatório policial à imprensa reflete a posição anunciada em começos do ano pelo ministro Armando Falcão, da Justiça, ao proclamar que este 'é um governo sem

mistérios e sem segredos', que não hesita em assumir seus atos e deles dar conhecimento à opinião pública.

Justamente porque este é um governo sem mistérios e sem segredos é que a opinião pública assinala, no texto do mencionado relatório policial, dois fatos de suma gravidade em razão das conclusões pessimistas que podem gerar quanto aos métodos usados na obtenção de elementos suscetíveis de incriminar os indiciados no inquérito. Queremos referir-nos à informação segundo a qual, durante a fase do inquérito policial militar um dos implicados faleceu de enfarte do miocárdio numa clínica especializada da Capital e outro; por suicídio, no interior da cela a que fora recolhido.

Ninguém ignora que a Polícia comete muitas vezes excessos inspirados na falta de uma escola propriamente dita de investigação. Para a grande maioria dos agentes de segurança, a confissão é a peça mais importante na apuração de um delito e em extrai-la são capazes de romper os limites do humano. Trata-se de um erro conceptual. Para os juizes independentes, a confissão não tem valor algum se for arrancada mediante o desprezo dos direitos e garantias individuais que a Emenda Constitucional nº 1 ainda contempla. O que se quer, numa investigação, muito mais que uma confissão geralmente retratada em juízo, é obter a evidência do ato delituoso - e este prescinde de violências de qualquer natureza, pois o policial inteligente e experimentado pode consegui-la por métodos dedutivos. Ora, o óbito dos dois detidos, nestes termos, é de molde a alimentar suspeitas que não correspondem à imagem de legalidade desejada pelo quarto governo revolucionário e que, portanto, seria imperioso esclarecer por meios fora de qualquer dúvida. O arbítrio não elimina apenas o direito, mas também intranquiliza os cidadãos, paralisa a evolução do meio social e prende, no círculo de ferro da sua lógica interna, o regime que o consinta. Até prova em contrário, está de pé a versão oficial do penoso incidente. Mas não é preciso realçar a conveniência de desfazer plenamente as dívidas que a respeito pairam no seio da opinião pública. Combater a exceção com a exceção é um equívoco que o próprio governo deve denunciar.¹

Embora sem fazer uso da palavra, a menção à existência de torturas aos presos políticos que poderiam levar, inclusive, à morte dos militantes opositoristas ao regime, está claramente colocada e condenada no texto acima. Texto este que se mostra profético. No mesmo mês de outubro, outra morte em circunstâncias inexplicadas viria causar um grande abalo gerando protestos nacionais e internacionais. O jornalista Vladimir Herzog, na época trabalhando no telejornalismo da TV-Cultura, fora intimado pelo DOI-CODI a depor. No dia subsequente à intimação, compareceu para prestar depoimento e horas mais tarde estava morto com a versão oficial de suicídio na cela de prisão. A relevância e o respeito intelectual que cercavam o seu nome provoca intensa mobilização e uma luta dos familiares que, anos mais tarde, conseguiram obter ganho de causa em processo que instauraram contra a União pela morte de Herzog em dependências militares².

Em janeiro de 1976 a situação se repete. Desta vez é o operário Manoel Fiel Filho que morre em circunstâncias semelhantes, também, sob a versão oficial de suicídio ocorrido nas mesmas dependências do DOI-CODI de São Paulo. A comoção gerada pela morte de Vladimir Herzog e a reiteração do delito fazem com que o presidente Geisel, em medida de confronto na tentativa de deter esta escalada de violência, substitua o comando do II Exército, até o momento sob a tutela do general Ednardo D'Ávila Mello, colocando em seu lugar, o general Dilermando Gomes Monteiro.

¹ UM governo sem mistérios. SP, OESP, 12out1975. p. 3.

² Entre outras obras, é esclarecedora a leitura, sobre o caso Herzog, do livro de seu amigo e também jornalista Fernando Pacheco Jordão: Dossiê Herzog - prisão, tortura e morte no Brasil. SP, Global, 1979.

Entretanto, a crise entre as facções militares se avoluma (como já ocorrera em momentos anteriores, quando de outras sucessões presidenciais) com a articulação da candidatura do Ministro do Exército, general Silvio Frota (identificado com a "linha dura"), à sucessão do general Geisel. Silvio Frota acaba por entrar em rota de colisão com o chefe do Executivo é demitido de suas funções. O encaminhamento dado à sucessão presidencial (o candidato preferido de Geisel era o general João Baptista Figueiredo³ que acabou por sucedê-lo) descontenta outros militares. Dentre eles, o general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar da presidência da República que acaba sendo exonerado.

Em meio a conflitos internos no Parlamento e dificuldades de negociação de Projeto que alterava a Magistratura, o presidente Geisel, em abril de 1977, decreta o fechamento temporário do Congresso Nacional, promulga a Reforma do Poder Judiciário (Emenda nº 7, de 13 de abril de 1977) e instaura uma série de alterações constitucionais (Emenda nº 8, de 14 de abril de 1977). O chamado "Pacote de Abril" consistia em: alterar a exigência de dois terços de votos no Congresso para modificações no texto constitucional; regulamentar as eleições indiretas para governador em 1978; instituir os chamados "senadores biônicos" (um terço do total, eleito indiretamente); mudar as regras eleitorais, algo que ficou conhecido como a Lei Falcão por alusão ao Ministro da Justiça Armando Falcão; ampliar o mandato presidencial para seis anos.

O fechamento do Congresso e a instauração destas medidas são considerados como um recuo presidencial no seu alardeado objetivo de distensão política. Entretanto, alcançando um certo grau de pacificação interna com os militares dissidentes, após os expurgos realizados, o final do governo Geisel retoma o projeto inicial de uma distensão "lenta, gradual e segura". São exemplos disto o fim da censura prévia e a Emenda nº 11, de 13 de outubro de 1978 (a entrar em vigor em 1º de janeiro de 1979) que revogava os atos institucionais e complementares, inclusive o AI-5. Mas resguardava os efeitos dos atos praticados com base neles, que não poderiam ser julgados judicialmente. E regulamentava as chamadas salvaguardas (medidas de emergência, estado de sítio, estado de emergência) que os substituíam.

As divergências entre diferentes formas de entendimento da condução do País, em meio aos grupos de interesses representados pelas duas correntes militares, não cessam ao término do governo Geisel, prolongando-se por boa parte do governo de seu sucessor o general João Baptista Figueiredo.

Em conferência proferida, em 1980, na Escola Superior de Guerra, sob o título: "Conjuntura Política Nacional - o Poder Executivo", o General Golbery do Couto e Silva, visto como um dos maiores articuladores da "Sorbonne", mostra como o momento de "transição" era encarado pelo grupo de interesses que ele representava:

"Em realidade, não nos resta outra opção.

Momentos muito mais favoráveis não foram, dantes, aproveitados, por motivos que aqui não nos cabe pesquisar. Mas isso, de qualquer forma, não justificaria o retardar-se ainda mais aquele processo descentralizador, já há muito reclamado como necessário e urgente. Além do que, as pressões contrárias, hoje fortes e quase insuportáveis, voltariam a acumular-se aceleradamente pondo em risco a

³ Um dos pontos de atrito do encaminhamento sucessório residiu no fato de que, dentro das rígidas regras de hierarquia militar, há uma seqüência que deve ser respeitada na concessão dos títulos dentro da carreira. Tradicionalmente, a "escolha" dos chefes do Executivo recairia sobre os mais altos dignitários dos postos militares: marechais (título honorífico, especialmente, concedido a feitos destacados) e generais de quatro estrelas. O "escolhido" da ala Geisel, o general João Baptista Figueiredo, não possuía a quarta estrela e não se encontrava (segundo a ordem estabelecida) em posição de alcançá-la brevemente. Para que ele pudesse auferir a honraria, foi necessário um arranjo que implicou em passar para a reserva alguns dos postulantes à insígnia. Isto representou uma quebra das normas de disciplina hierárquica e descontentou setores militares.

resistência de todo o sistema, nessa enorme panela de pressão em que, como já teria sido assinalado em tempos passados, veio a transformar-se o organismo nacional, após década e meia de crescente compressão.

Ademais, para quem vê na democracia, muito mais ponderável e crítico, o fator participação [grifo no original], criador e dinâmico, do que a plena garantia de liberdades, por mais fundamentais que sejam estas, forte é a confiança em que, com o passar do tempo - e não muito longo -, o próprio processo de aperfeiçoamento democrático, ora em curso, acabe por despertar compreensões e energias novas que venham a ajudar, decisivamente, o árduo esforço de saneamento e recuperação que se vem, a duras penas, exercendo no campo econômico.

Nem tampouco a ameaça da indisciplina dissociadora no seio do partido governamental deve atemorizar-nos, quanto mais paralisar a indispensável e inadiável ação descentralizadora e democratizante.

Nesta quadra de indefinições que antecede o registro formal e definitivo dos vários partidos políticos e, portanto, a reimplantação de novos liames eficazes de fidelidade, a indisciplina pode bem atuar mais energicamente no campo de oposição, já dissociada em vários partidos, desde que evitemos, de nossa parte, o exercício de certos tipos de pressões que possam determinar contraproducentes efeitos de aglutinação ante perigos comuns.

Como se vê o momento é ainda de instabilidade e de preocupações múltiplas, requerendo ímpar mestria na condução política, boa dose de tolerância e capacidade de negociação." (Silva, 1981. p. 30-31)

O governo Figueiredo, dando continuidade ao processo de "abertura política" (será a expressão cunhada no seu período, em contraposição à "distensão" de Geisel), ainda no ano de sua posse, 1979, estabelece a anistia política. Fiel à linha de devolução das chamadas garantias democráticas de modo a não causar estremecimentos desnecessários nos "bolsões sinceros, mas radicais", o projeto de anistia governamental opõe ao clamor de setores organizados da sociedade por uma anistia "ampla, geral e irrestrita", um perdão que anistiava torturados e torturadores, colocando grandes obstáculos ao desejo de revisão dos processos judiciais instaurados e de julgamento dos implicados por abuso de suas funções de controle social.

No ano seguinte será a vez da reforma partidária que substitui o bipartidarismo, vigente desde 1965, pelo pluripartidarismo concedendo a desejada liberdade de organização em partidos. Entretanto, mais uma limitação vem selar o espírito desta abertura. Restringiam-se os partidos permitidos àqueles que não apresentassem em suas plataformas o ideal revolucionário de tomada violenta do controle do Estado. Assim, permaneciam na clandestinidade os partidos que tivessem a perspectiva de chegar ao poder por intermédio de uma revolução, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), PC do B (Partido Comunista do Brasil) e outros.

A estas medidas de "abertura", entretanto, se contrapõem ações violentas que, naquele momento, pareciam absolutamente fora de controle e que continuaram a exigir uma explicação que não veio, inclusive, por ausência de empenho das autoridades. Os alvos foram os setores, ou as representações dos mesmos, organizados da sociedade em luta pela ampliação das garantias individuais e pela devolução das liberdades democráticas.

Foram constantes e de reincidência destruidora os atentados com bombas a bancas de jornais em diversos locais. De maneira geral, os atingidos eram os pontos onde se vendiam jornais da chamada imprensa alternativa⁴. Uma vez finda a censura prévia se avolumam as denúncias de

⁴ Denominamos aqui imprensa alternativa a uma série de periódicos variados e que se disseminaram em muitos pontos do País, geralmente, numa postura de oposição ao regime militar ou mesmo de contestação aos valores tradicionalmente veiculados pela sociedade (transformando-se em órgãos de grupos discriminados, por exemplo) e que

irregularidades, envolvimento em corrupção e arbitrariedades cometidas em nome da Segurança Nacional, ao longo do regime militar, questões essas debatidas, prioritariamente, por estes órgãos de divulgação.

Isto se explica. A imprensa de tipo convencional postula uma concepção de liberdade entendida como necessária, mas, vinculada a uma concepção liberal, ou seja, à temática da necessária independência dos periódicos em relação ao Estado. As condenações à ausência de liberdade de expressão se prendem, portanto, a interferências governamentais no exercício da liberdade de informar. Os órgãos de divulgação de médio e de grande porte, principalmente, costumam funcionar como empresas que precisam para sua veiculação de grandes investimentos que não seriam alcançados às custas de vendas em bancas ou mesmo de um elevado número de assinantes. Suas necessidades de financiamento implicam numa dependência de anunciantes, para obtenção da maior parte de suas receitas. Isto forma uma rede de interesses de grandes financistas que se mescla ao grupo que detém o controle acionário do jornal, revista, hebdomadário. Dessa rede costumam fazer parte os governos: municipal, estadual e federal, anunciantes que, geralmente, contribuem com parcela significativa da publicidade paga. Fácil é compreender que, devolvidas parcialmente as garantias individuais e as liberdades democráticas pelo regime, incluindo a fundamental liberdade de imprensa, as áreas de atrito destes órgãos com o regime militar se limitaram bastante, assim como as denúncias e cobranças de irregularidades e arbítrio cometidos.

A chamada imprensa alternativa, entretanto, possui uma produção mais artesanal com tiragens baixas para os padrões da empresa de médio e de grande porte. Além disso, geralmente, sua concepção em relação à liberdade de imprensa ultrapassa os parâmetros dos conceitos liberais, entendendo a dimensão da independência jornalística fora da preocupação meramente com a interferência estatal. Via de regra, paga um preço elevado por essa "liberdade" tendo dificuldades com seus anunciantes. A maior parte de suas receitas se origina da venda de assinatura e em bancas, sendo que, por não possuir uma máquina empresarial estável, precisa criar formas de distribuição não conseguindo atingir a totalidade do mercado nas diferentes regiões.

Estas questões explicam porque findo o período censório as denúncias de irregularidades e arbítrio foram feitas preferencialmente pela imprensa alternativa e, ao mesmo tempo, as bancas de jornais que a vendiam foram os alvos prioritários da série de atentados desenvolvidos. Pode-se compreender também, porque esses atentados e a dificuldade subsequente de colocação de seu material nas bancas atemorizadas foi fatal para os periódicos alternativos que se viram, assim, privados da fonte do maior percentual de suas receitas.

Outros setores também foram alvos destes atentados. Em 1980, foi a vez da OAB. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro, sofreu um atentado à bomba em que houve vítimas. Em 1981, por ocasião de um show a ser realizado, no Rio Centro, uma bomba explode mas ainda no carro de militares, antes que houvesse sido acionada em local de grande presença de público como parecia ser a intenção. A repercussão desse atentado e as circunstâncias em que se desenvolveu contribuíram para que se transformasse no último deste ciclo, embora não houvessem ocorrido, posteriormente, investigações que desnudassem sua concepção.

No mesmo pronunciamento anteriormente citado, o general Golbery do Couto e Silva fazendo prognósticos sobre o futuro próximo a se desenrolar nos cinco anos restantes de governo do general Figueiredo observa as normas de conduta a serem adotadas:

proliferaram entre o final dos anos 60 - o marco costuma ser o lançamento do PASQUIM, em 1969 - e início dos anos 80 quando atingem o seu ocaso. Existem outras formas de entendimento da imprensa alternativa, como de considerar a que se opõe a uma imprensa convencional, sendo, portanto, "alternativa" a ela, aqui inclusos os órgãos partidários e de associações diversas da sociedade. Para efeito de nossos estudos e dentro da temporalidade com a qual trabalhamos, restringimos este conceito ao primeiro descrito acima.

"Na verdade, todos nós precisamos reeducar-nos para a convivência democrática. Assim, por exemplo, poder-se-ia: na frente militar, pôr desde logo um paradeiro a pronunciamentos inconvenientes que possam ser interpretados como sinal de fraqueza do Governo ou divisionismo nas Forças Armadas; depois, na frente sindical, liquidar-se um vigoroso movimento grevista que, preferindo a opção revolucionária da confrontação à opção democrática da negociação, extravase para a contestação de caráter político, desmoralizando-lhes as principais lideranças e, também, os chefes de entidades auxiliares que, saindo de seu campo de ação legítimo e legal, indevidamente se intrometam no episódio; mais tarde, na frente estudantil, desconhecer entidades não legalmente representativas, alianças estranhas de mestres e alunos e quaisquer pressões contestatórias em relação a medidas anunciadas pelas autoridades competentes, levando-as traquivelmente a seu termo; a seguir, na frente parlamentar, coibir manifestações agressivas e impróprias, apelando para as adequadas providências legais; finalmente, na frente dos meios de comunicação, reprimir atuação ilegal pelos meios que na justiça se ofereçam; e assim por diante, até alcançar um relativo clima de tranquilidade, conveniente à promoção do objetivo fundamental - a institucionalização de um sistema democrático mais aperfeiçoado e com imane capacidade de aperfeiçoar-se ainda mais. Para tanto, cuidar-se-á de consolidar e, se possível ampliar as próprias forças, mantendo sempre dissociada a frente oposicionista, já agora, também, pelo atendimento privilegiado das pretensões deste ou daquele partido ou grupo, em detrimento dos demais. E isso será tanto mais executível quanto mais nossos propósitos, sinceros, de liberalização democratizante incluam muitas das aspirações de outros partidos ou grupos, de maior afinidade conosco e cuja aliança ou apoio poderá vir a ser alcançado, numa hábil e esclarecida manobra de cooptação por partes.

Esta será, por outro lado, essencial à criação de nova correlação das forças políticas, seja no âmbito federal seja no panorama dos Estados federados, e de impulsos tais que permitam promover, com êxito e oportunidade, o avanço paralelo da descentralização também em campos bem mais resistentes como o econômico, por exemplo. Até lá, espera-se que os principais obstáculos inerentes a este possam ter sido removidos ou, pelo menos, superados." (Silva, 1981. p. 33-35)

Estas observações do general Golbery, por um lado, nos fazem refletir acerca de um planejamento do processo de "abertura" que, na sua fala, parece absolutamente milimetrado e, por outro, fazem antever graves preocupações com o setor econômico que surge fora de controle destas rígidas preparações futuras.

O modelo econômico adotado pelo regime militar, embora com mudanças de rota, na dependência da correlação de forças internas e externas, fundamentalmente, se havia pautado pela concepção de desenvolvimento com um forte apelo à iniciativa externa, tanto sob a forma de vultuosos empréstimos internacionais, como através da entrada indiscriminada de empresas multinacionais que, aos poucos, dominam grandes áreas da economia nacional. Ao lado disso, fazia-se sentir de modo bastante forte, a presença do Estado em setores considerados estratégicos pelas facções que predominam nos círculos do poder: energético, de extração de minerais, das comunicações, da informática, entre outros. Dentro da fórmula do FMI, a contenção de um dos males crônicos de nossa economia, a inflação, foi feita graças à contenção salarial, mantida por normas estabelecidas e rigidamente controladas em nível federal.

Este modelo foi considerado muito bem sucedido durante parte do tempo, tendo conseguido, de um lado, conter a espiral inflacionária em níveis aceitáveis e, de outro, conferir um desenvolvimento aparente em grau bastante acelerado. Entretanto, já no início dos anos 70 dava mostras de esgotamento. Aquele que fora considerado o "milagre brasileiro" entrara em franco

colapso devido, em parte, ao fato de estar ancorado em circunstâncias exteriores e se encontrar, nesse momento, frente a um conjuntura internacional desfavorável.

Nesse período há também uma fase de acirramento de tensões no Oriente Médio que acabam por levar à chamada "crise do petróleo". A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) se fortalece, eleva violentamente os preços dos barris do produto de cujo fornecimento boa parte dos países do mundo vivia em estreita dependência. As relações econômico-financeiras mundiais sofrem alterações e, com elas, as regras de concessões de empréstimos e de favorecimento do mercado internacional aos produtos. Esse e outros fatores trazem para o Brasil, de volta, a elevação crescente do fenômeno da inflação e grandes e crônicas dificuldades na balança de pagamentos.

Não à toa estas questões preocupavam visceralmente os militares. O plano econômico considerado como o "cartão de visita" do regime, com grandes sucessos a exhibir, neste momento, apontava para graves problemas.

Este processo de "transição" democrática milimetricamente controlado e o sucesso inicial do modelo econômico implantado são elementos de destaque na análise comparativa feita por Guillermo O'Donnell em relação ao prognóstico sobre dois regimes autoritários que possuem aproximações e distanciamentos. Falando sobre as experiências autoritárias dentre as quais se inclui, de um lado, a do Brasil e, de outro, a da Argentina neste período, o cientista político traça o seguinte quadro:

"Faremos agora uma breve referência ao recente passado autoritário. Simplificando, dentro da 'família' de regimes burocrático-autoritários⁵, podemos distinguir aqueles que foram economicamente destrutivos e altamente repressivos - Argentina, Uruguai e em várias ocasiões Bolívia, bem como ainda o Chile (e na Grécia o regime dos coronéis). A destrutividade econômica nestes casos evidencia-se nas agudas recessões, desindustrialização e perdas de emprego que provocam. Embora boa parte do empresariado e dos setores médios costumem apoiar sua implantação, não demoram para perceber que, salvo algumas frações altamente concentradas do capital financeiro e alguns setores médios altos, também acabam gravemente prejudicados por esses regimes. Quanto à repressividade, estes casos se aproximam de um verdadeiro terrorismo de estado: não só são muito numerosas as vítimas de horrores incontáveis como poucas pessoas podem sentir-se inteiramente a salvo do terror; a insegurança e o medo afetam a amplos setores da população, inclusive a muitos que apoiaram a implantação desse regime. Embora com alguma exceção (Uruguai), estes regimes costumam terminar por colapso, devido a uma explosão de conflitos internos aos mesmos, ajudada por uma oposição maciça embora silenciada durante muito tempo pela repressão. Em alguns casos, esses regimes precipitam seu colapso ao projetar para o exterior seus problemas internos e empreender alguma aventura bélica (como a do Chipre no caso da Grécia e a das Malvinas no caso argentino). O colapso leva a um tipo de transição na qual, embora não deixe de haver negociações com a oposição, os governantes autoritários não conseguem controlar a agenda de temas em negociação nem os resultados da mesma (ver, por exemplo, as tentativas tipicamente fracassadas de impor um extenso papel institucionalizado das forças armadas no futuro governo civil).

⁵ É com esta denominação que Guillermo O'Donnell classifica os regimes que se desenvolveram, além de outros locais, em alguns países da América Latina, fundamentalmente graças ao desfecho de golpes de Estado militares, entre os anos 60 e 70. Esta sua análise corresponde a um modelo desenvolvido com características claramente estabelecidas aplicáveis a várias regiões. Daí o fato de referir-se a uma "família" de regimes burocrático-autoritários.

Este tipo de transição deixa a nova democracia com os tremendos problemas resultantes de uma economia destruída e das profundas feridas políticas e psicossociais da extensa repressão passada. Além do mais, devido à sua destrutividade econômica - pelo menos - os governantes e principais suportes do regime autoritário, incluídas as forças armadas, sofrem um desprestígio agudo e generalizado. Isto leva a um grau comparativamente alto de desmilitarização do novo governo democrático, no sentido que as forças armadas ocupam poucos espaços institucionais no mesmo, perdem boa parte do aparato civil do estado que costumam conquistar durante o regime autoritário, e não têm reconhecidas as atribuições para decidir ou vetar políticas, exceto as referidas especificamente às próprias forças armadas. Isto permite graus de liberdade relativamente amplos ao novo governo democrático, menos sujeito do que em situações mais militarizadas a intervenção e vetos das forças armadas em diversas áreas de políticas públicas. Por outro lado, porém, neste tipo de transição os novos governos democráticos encontram enormes restrições objetivas resultantes da agudíssima crise econômica e social provocada pela destrutividade do regime autoritário precedente. Ademais, os maiores graus de liberdade que aqueles governos ganham com relação às forças armadas e os interesses que elas costumam representar, têm a importante contrapartida de umas forças armadas hostis ao governo e alienadas do poder civil - em outras palavras, pende sobre a cabeça dessas democracias a ameaça de morte rápida por um golpe.

Corresponde agora caracterizar o segundo tipo de casos. Nestes o regime autoritário foi relativamente bem sucedido economicamente e, embora não tenha deixado de aplicar uma dura repressão, esta foi significativamente menos extensa e sistemática do que nos casos discutidos acima. Na América Latina contemporânea, os países que podem ser classificados nesta categoria são Brasil e Equador. Na Europa, embora com algumas ressalvas que explicarei abaixo, a Espanha também corresponde a esta categoria. Devo esclarecer que este é um juízo comparativo; não desconheço com relação ao Brasil a crise econômica que acompanhou os últimos anos do regime autoritário, nem o caráter extremamente concentrador do crescimento econômico obtido, nem a dura repressão aplicada, especialmente entre 1969 e 1971. Mas esta repressão foi menos maciça, contínua e sistemática que nos casos do primeiro grupo e afetou muito menos o sentido de segurança pessoal de empresários e setores médios. Por outro lado, o veloz crescimento econômico obtido pelos países deste segundo grupo contrasta fortemente com a destruição da economia e desindustrialização sofridas pelos primeiros (além do mais, também com efeitos altamente concentradores)."⁶

Guillermo O'Donnell prossegue caracterizando a chamada "transição" nestes regimes do segundo tipo:

"As transições nestes regimes não são por colapso; são transições 'transadas' mediante acordos ou pactos. Em contraste com os outros casos, os governantes de regimes autoritários economicamente bem sucedidos e relativamente pouco repressivos costumam obter um alto (embora declinante com o correr do tempo) controle sobre os ritmos e agendas da transição. Em ambos os tipos de transição costuma haver acordos e, eventualmente, pactos formais; mas só nos casos em que estamos considerando agora os governantes autoritários costumam conseguir impor à oposição boa parte de sua agenda. Ademais, quando o regime autoritário está centralmente baseado nas forças armadas, o forte poder de negociação detido por

⁶ O'DONNELL, Guillermo. Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: REIS, Fábio Wanderley e O'DONNELL, Guillermo (org.). *A democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas*. SP, Vértice, 1989. p. 49-51.

*elas origina uma barganha, na qual recebem sólidas garantias de que não será 'revisado o passado' e obtêm ampla participação no novo governo civil (sem perder os espaços que já ocupam no aparato civil do estado). Como foi observado por Alfred Stepan⁷ o Brasil é um caso extremo neste sentido:...*⁸

Saindo destes modelos construídos, interessa-nos observar que estes prognósticos negativos acerca das possibilidades de consolidação democrática nestes países - o autor chega a vaticinar para este segundo tipo que inclui o Brasil, uma morte lenta através da paulatina diminuição dos espaços de participação da sociedade - podem conduzir a nossa reflexão para o campo das análises micro sociais que ultrapassam a "distensão" ou "abertura" no plano meramente institucional buscando captar a democratização no seio das relações sociais capilares.

O estudo deste momento coloca o desafio de julgar a dimensão do autoritarismo nos parâmetros não de uma ruptura por intermédio de uma "transição" negociada e sim, de uma continuidade no interior das relações cotidianas entre as pessoas que se localizam fora do campo institucional e implicariam, inclusive, numa ampla mobilização envolvendo, necessariamente, largos setores da sociedade.

3. 1. Aproximações/Distanciamentos

Cumpramos observar inicialmente que, estaremos trabalhando com artigos oriundos de temporalidades distintas. Enquanto nas fases anteriores, a preocupação voltava-se, basicamente, para os editoriais ou para colunas assinadas de autoria diversa, agora duas distinções se fazem necessárias.

Dentre as atividades desenvolvidas por Samuel Wainer nesta fase, resolvemos acompanhar seu artigo diário no jornal FSP. Tendo em vista o fato de que esta colaboração se desenrola entre 5 de junho de 1977 e 2 de setembro de 1980, a temporalidade em que o acompanhamos (a totalidade, por amostragem, deste período) diverge da de OESP (fevereiro de 1975 a março de 1979) que seguirá sem interrupções até o nosso marco inicialmente traçado, qual seja, o início do governo do general João Baptista Figueiredo.

Nos outros momentos (1964/68 e 1969/75), apesar de acompanharmos artigos não assinados de editorialistas ou articulistas que assinavam suas colunas, o objeto da análise acabava por privilegiar o jornal que buscávamos captar através destes editoriais/colunas. Em relação ao material de autoria de Samuel Wainer desta última fase (1977/80), a ênfase de nossas preocupações recai sobre o autor das matérias, e não sobre o jornal em que elas são publicadas. Assim, a FSP não é alvo de nossas atenções, especificamente.

Conforme havíamos anunciado anteriormente, uma vez eliminada a censura prévia, os editoriais de OESP, a partir de fevereiro de 1975, retomam o seu antigo formato, a saber, a primeira das colunas (sempre localizada à esquerda da página) aparece destacada com maior tamanho - aproximadamente na mesma dimensão de duas das outras colunas - e, de modo geral, salvo exceções pontuais, os temas de que ela se ocupa são os da Política Nacional como ocorria nos tempos de Júlio de Mesquita Filho. Deste modo, tendo em vista nosso interesse específico, a nossa seleção

⁷ O autor está se referindo à análise de Alfred C. Stepan em *Os Militares: da Abertura à Nova República*. RJ, Paz e Terra, 1986, e também, do mesmo autor, *As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha*. In: -STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1988.

⁸ O'DONNELL, Guillermo, op. cit. p. 51-52.

incidiu, prioritariamente, sobre os editoriais oriundos da primeira coluna (analisamos 44 nessa localização). Quando o primeiro dos editoriais tratava de assuntos de Política Internacional em que ficasse muito distanciada a possibilidade de relação com as questões nacionais, optamos pela segunda das colunas que, sempre, nestes casos, versava sobre temática de nosso interesse. Isto ocorreu com 6 (seis) dos editoriais selecionados.

No que se refere ao número de parágrafos, o que se pode observar, comparativamente, é que aumenta a quantidade de parágrafos curtos. Dos 50 editoriais que acompanhamos, entre fevereiro de 1975 e março de 1979, podemos observar o seguinte número de parágrafos (selecionamos os de maior incidência apenas):

Quadro 1

Número de parágrafos - OESP

(fevereiro/1975 a março/1979)

Parágrafos	Frequência ⁹
06	10
08	10
07	09
10	07

Devemos ainda assinalar uma mudança na diagramação da tradicional página dos editoriais que se processa em OESP ao longo deste período. Em outubro de 1977, ocorre uma modificação que se manterá na estrutura do jornal. Os editoriais passam a ser distribuídos, ao invés de verticalmente, na forma horizontal, apresentando-se de modo a facilitar a leitura e dinamizar o interesse do leitor. Do modo que vinham colocados, forçavam o leitor, que quisesse acompanhá-los, a seguir sua dimensão pela totalidade da página no sentido vertical dificultando a forma tradicional de dobradura de um jornal, ou seja, pela sua metade horizontal. Isto representa um ganho, principalmente, nas situações menos formalizadas de leitura dos jornais, nos intervalos das atividades profissionais, nas circunstâncias de transporte para casa e para o trabalho. Além disso, a distribuição vertical em estreitas colunas, trazia consigo a contrapartida dos tipos pequenos que poderiam dificultar, confundir, embaralhar a leitura. A diagramação horizontal é mais um elemento facilitador.

A coluna que selecionamos de Samuel Wainer na FSP, ocupava a página 2 (dois) do primeiro caderno do jornal, que recebe o significativo título de *Opinião*. Esta página, além da charge diária encomendada a um cartunista contratado pelo periódico e que busca sintetizar um dos assuntos do momento, dedica-se aos editoriais, geralmente, em número de 2 (dois) ou 3 (três) e às colunas assinadas de colaboradores esporádicos do jornal e de seus articulistas que escrevem diariamente. Costuma-se, também, nesta página, destacar as frases do dia, por comparação às ditas anteriormente, pelo mesmo personagem ou por outros com que se possam traçar analogias.

No período em que a acompanhamos, a coluna escrita por Samuel Wainer ocupava o espaço lateral horizontal esquerdo, enquanto que o espaço central pertencia aos editoriais que

⁹ Referimo-nos ao número de artigos encontrados em nossa seleção com essa quantidade de parágrafos.

vinham logo abaixo da charge do dia. Wainer escrevia por São Paulo e, era acompanhando no mesmo espaço, por articulistas de outros Estados (geralmente, das Capitais dos grandes Estados, ou dos politicamente influentes: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Pernambuco). Cada uma dessas colunas estaduais recebia, ao seu término, a título de assinatura, as iniciais de seu autor (S.W., para Samuel Wainer de São Paulo; A.D., para Alberto Dines do Rio de Janeiro; e outros). Geralmente, por dia, existiam 3 (três) ou 4 (quatro) colunas dos diferentes Estados.

Samuel Wainer escrevia quase todos os dias, havendo geralmente uma falha semanal (que não incidia sempre sobre o mesmo dia da semana). Acompanhamo-lo, ao longo destes pouco mais de 3 (três) anos, dando preferência ao segundo domingo de cada mês, como o fizemos para OESP, e pelas mesmas razões (edições ampliadas e com características de resumo da semana, maior quantidade de leitores aos domingos tendo em vista, entre outros fatores, o período do mês após o pagamento dos salários dos trabalhadores). Quando a falha semanal incidiu sobre o domingo selecionado, o que ocorreu 4 (quatro) vezes, buscamos nosso artigo no dia imediatamente anterior ou posterior.

Os temas tratados por Samuel Wainer, de modo geral, relacionam-se com a Política Nacional ou Local (São Paulo) e, mais raramente, com a Política Internacional. Nos casos de Política Local ou Internacional, porém, via de regra, estabelece relações com o panorama do País.

Comparativamente aos editoriais de OESP, a coluna de Samuel na FSP, possui um espaço mais reduzido, com parágrafos menores e com um número bastante estável dos mesmos. Destacando-se a maior incidência apenas, em 40 (quarenta) artigos selecionados, entre junho de 1977 e setembro de 1980¹⁰, em relação ao número de parágrafos por coluna, obtivemos os seguintes dados:

Quadro 2

Número de parágrafos - FSP/SW

(junho/1977 a setembro/1980)

Parágrafos	Frequência
05	15
06	08
04	06

Analisando-se OESP, em relação às palavras, expressões, frases-chave que destacamos, começando, com a caracterização do golpe de 1964, podemos observar que se mantém a alusão à *Revolução*. Este termo se repete, com uma regularidade que abrange todo o período, 14

¹⁰ Neste caso, excepcionalmente, como a morte de Samuel Wainer ocorre a 2 de setembro de 1980, antes, portanto, do segundo domingo desse mês, foi objeto de nossa seleção o seu último artigo, publicado na véspera de sua morte.

(quatorze) vezes¹¹. Em novembro de 1976, o evento é referido como *revolução*. Em setembro de 1978, é denominado de *Movimento*, enquanto que em outubro de 1976 e fevereiro de 1977, é chamado de *movimento*. Uma denominação pejorativa ocorre em setembro de 1978 quando é alcunhado de *colapso*.

Se, por um lado, as denominações para o golpe de 1964 continuam, basicamente, as mesmas, às quais não está ausente um juízo de valor positivo, por outro, o mesmo não acontece com a caracterização do regime militar pelo jornal, ao longo desse período. Uma ressalva: conforme já destacamos reiteradas vezes, a crítica ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 não estará ausente em nenhum dos momentos analisados nos editoriais de OESP. Entretanto, podemos observar que, nesta fase elas não só se intensificam, como também transformam o seu eixo. Cristaliza-se um discurso que foi sendo lentamente construído pelo jornal que é o da resistência à arbitrariedade, tendo como ponto nodal a questão da censura X liberdade de imprensa.

Uma grande quantidade de palavras, expressões, frases que destacamos enquadram-se na categoria que poderíamos genericamente classificar de um discurso pró-abertura política. Em fevereiro de 1975, cobrando do ministro da Justiça esclarecimentos quanto ao caso dos desaparecidos, o editorial fala em *"solidariedade que impele ao interesse pela causa"* e que *"só inquéritos podem demonstrar cabalmente por onde se chega à presunção de que este se acha foragido, aquele na clandestinidade"*.

As questões que envolvem a chamada Segurança Nacional também foram alvo de críticas do jornal. No mesmo artigo em que se cobra a situação dos desaparecidos políticos (fevereiro/1975), localiza-se a segurança em dimensão que não é cara a regimes discricionários: *"que a Justiça inspire segurança à Nação"*. Em maio de 1978, citando documento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em sua VII Conferência, observa que: *"a Segurança Nacional não é um fim em si, mas apenas 'um meio de garantir as liberdades públicas'"*. Em editorial que se dedica longamente ao tema, em setembro de 1978, reconhece uma *"indole totalizante [grifo no original]"* no conceito de Segurança Nacional que realiza a *"internalização [grifo no original] do conceito de defesa nacional, esta subordinada à iminência constante da guerra revolucionária marxista-leninista e seu instrumento preferido de ação, a guerra psicológica"*. Diz ainda que *"foi a revolução copernicana da política Nacional, sob a égide da Segurança Nacional (entendida, aliás, como segurança do Estado e não segurança da Nação)"*.

Reiteradas vezes foram admitidos e criticados os "excessos" do regime militar. Em abril de 1975, criticando o Congresso (especificamente a ARENA) por não convocar o ministro da Justiça para esclarecimentos fala em *"clima total de insegurança"*, *"descaso pela Justiça e pelo Direito"*, *"obstrução à própria ação da Justiça Militar por parte de escalões subalternos dos organismos de segurança"*. Observa ainda que *"ninguém poderia mais negar que houvesse prisões arbitrárias, que houvesse torturas, desaparecimento por vias de eliminação"*. Criticando o "pacote de abril" editado pelo general Geisel, o editorial de abril de 1977 enfatiza a temática da relação entre a estabilidade política e a estabilidade institucional: *"Ninguém é tão ingênuo para acreditar que estabilidade política se promova sem estabilidade institucional"*, *"a estabilidade política conseguida por via autoritária deixa sempre a todos de pé atrás; na via autoritária, costuma chamar-se estabilidade a capacidade de impor o arbitrio"*.

A propósito da sucessão presidencial de Geisel, em julho de 1977, o regime acaba recebendo juízo negativo. Esse editorial temeroso de onde levariam os limites à sucessão no âmbito exclusivamente militar, observa: *"Vamos às cegas para a quarta sucessão do período revolucionário"*. Ainda criticando os critérios de escolha diz: *"não se pode decidir da aptidão de um nome para ocupar a Presidência da República pelo critério único de garantia da segurança"*

¹¹ Encontramos menção à *Revolução*, em maio e dezembro de 1975; janeiro, agosto e outubro de 1976; abril, maio, julho e outubro de 1977, junho, julho, agosto, setembro e novembro de 1978.

nacional contra os antagonismos internos e externos, até porque essa garantia é traço comum da instituição como tal". As críticas ao regime tornam-se mais e mais pesadas: "o regime brasileiro não acertou ainda com um padrão satisfatório do papel a que se dispôs; o de sanear o processo político e de aproximar o País ideal da estabilidade institucional", "sistema que anseia por arregimentar a participação da sociedade civil, vetando-a, ao mesmo tempo, com o poder praticamente ilimitado de decisão deferido a cada presidente da República", "sistema ditatorial, apesar dos laços de origem que vinculam as Forças Armadas à fidelidade democrática". "Mas, do regime inaugurado com a carta branca de um ato institucional que proliferaria até o de número 17, que outorgou uma Constituição, para emendá-la, depois, este ano, pode-se dizer algo de mais positivo, no interesse da estabilidade político-institucional?"

O chamado Estado de Direito passa a ser alvo das aspirações políticas para o País. Em agosto de 1977, o editorial afirma: *"o Estado de Direito é o único compatível com o desenvolvimento ordenado deste País de dimensões continentais"*.

Em setembro de 1977, novamente em crítica ao processo sucessório, observa que houve a *"exclusão das forças vivas da nacionalidade do processo sucessório"* e que há *"consenso governamental de que ainda é cedo para que o arbítrio cesse"*. Em novembro do mesmo ano, critica *"o exercício do poder, que se julga são e irreformável"*. Em dezembro, é a vez da *"República autoritária"*.

Como outras vezes havia sido enfatizado, 1965 continua sendo um marco para o jornal nas suas desavenças com o regime militar. Isto é reafirmado em fevereiro de 1978: *"linha fatal seguida desde 1965 e que marca a derrocada do poder que conta assumir, o poder civil", "há entulho demais no caminho de volta à realidade da manifestação popular por via direta ou indireta"*. Em maio de mesmo ano, define o momento vivido por comparação a outros: *"nos períodos (curtos) de arbítrio em que viveu a Nação do qual este é o mais extenso"*. E em julho, os prognósticos são otimistas: *"Não somos mais alguns poucos a exigir a devolução das liberdades que nos foram cerceadas"*.

O último dos artigos selecionados, o de março de 1979, assim saúda a posse do novo presidente: *"um regime que perdeu a si próprio nos desvarios da exceção", "mais de uma década de regime excepcional", "idéias, conceitos, valores e princípios desfigurados pela racionalização da violência"*.

Considerando a necessidade do retorno da garantia do *habeas corpus*, o editorial de abril de 1975, o entende como *"pilares da democracia e do Estado de Direito"*.

Os editoriais se manifestam a respeito do processo eleitoral. Em dezembro de 1975, comenta o *"voto de protesto de novembro de 1974"* quando houve ampla vitória do partido opositor nas eleições. Em novembro de 1976, criticando o sistema sucessório fala que *"não se instituiu desde 1964 um mecanismo institucional sucessório válido, capaz de assegurar uma 'mudança de guarda' tranqüila e apta a permitir a renovação das idéias e dos governantes que as encarnam"*. Em fevereiro de 1978, a crítica é mais pesada ao sistema eleitoral. Segundo o editorial são *"os métodos de comprovação impostos pelo Sistema, que trucam os resultados e viciam as conclusões do sufrágio popular"*. A "Revolução" é alvo de reprimendas por manter fechado o círculo do poder sem possibilidades de participação: *"Firmou-se então o propósito de não permitir que a transferência do poder se fizesse por via de manifestação popular, caso não conferisse esta com o beneplácito do Poder Revolucionário"*. Em novembro do mesmo ano, por referência ao processo eleitoral para o Legislativo, o editorial afirma que as eleições *"se constituem num essencial teste de resistência à tensão dos sistemas políticos, quando não são mais: um meio de purificação de seus vícios, de purgar-se de suas deficiências"*.

Em janeiro de 1978, o jornal se manifesta especificamente contrário ao processo sucessório de Geisel. Textualmente observa, recorrendo, inclusive a uma ironia mordaz: *"a Arena aplaudiu um campo vazio, um jogo sucessório (realizado a portões fechados, aliás, como qualquer bom senso o vinha admitindo) encerrado", "o presidente Geisel fez o futuro presidente (sob ordem, não sob convite), que a democracia brasileira não precisa de eleições e de votação, como disse o ministro da Saúde, Almeida Machado. E que o papel da Arena lembra o papel da agulha, no apólogo A Agulha e a Linha, de Machado de Assis: a Arena é a costureira da faixa presidencial - faz a festa, ficando de fora"*.

Em fevereiro de 1978, o editorial arrola conseqüências negativas do processo de eleições indiretas: *"não-renovação das lideranças", "perda inexorável de substância do poder civil na Presidência da República", "exigências cada vez maiores de arbitrio", "interferência nas decisões em nível estadual"*.

O AI-5 foi, também, alvo de sucessivas críticas. Em janeiro de 1976, é denominado *"disposição transitória"*. Em abril do mesmo ano, o jornal investe contra o fato de que *"se superpõe à Constituição", "prevalece sobre a Lei Básica", "está fora de toda lei; é a antilei"*. Já em novembro, ele é considerado *"arbitrio"* e, criticando a sua disposição de permanência indeterminada, o editorial observa: *"aos cultores da 'revolução permanente' consagrada no preâmbulo do AI-5"*.

No final de 1978, aprofundando suas críticas, os editoriais lançam-se contra o regime implantado em 1964. Em novembro, observa que o mesmo *"apresenta já evidentes sinais de fadiga", "envelheceu prematuramente"* tendo sido *"montado sobre a suposição ingênua de uma sociedade sem conflitos e tensões", "tinha em seu horizonte um mito, o mito do paraíso terrestre"*. Conclui que há uma *"exaustão política da Revolução de 1964"* e que é *"preciso retomar tudo do início, no econômico, no social e no político, se não se quiser dar o nome de Revolução permanente à seriação implacável de crises"*.

O governo do presidente Geisel é saudado com entusiasmo por suas propostas de diálogo e distensão. Entretanto, o julgamento realizado pelo jornal em relação à sua figura será alterado no transcorrer da administração.

Em fevereiro de 1975, elogia-se o *"acentuamento do clima de diálogo"* (a palavra *"diálogo"* é repetida no transcorrer do editorial) e, em março, é a vez de louvar o presidente *"a cuja iniciativa se deve sua [da censura prévia] suspensão parcial"*. O mesmo editorial, entretanto, critica o ministério da Justiça por sua *"omissão"* quanto ao caso dos desaparecidos políticos observando que causa *"decepção, proporcional à expectativa"*.

Em agosto de 1975, ao tecer observações sobre o não entendimento entre os escalões do governo em relação à desestatização da energia elétrica critica-se a *"confusão toda que reina nas altas esferas do governo federal"* e admoesta contra a palavra oficial que *"incide hoje no cravo, amanhã na ferradura"*. Em setembro de 1975, as críticas dirigem-se a discurso presidencial, proferido a 1º de agosto quando o conceito de distensão foi redimensionado, alargando-o para o econômico e social, entendendo-se a democracia econômica e social como pressuposto para a política. OESP não aceita esta pressuposição. Para o jornal a distensão política deve permanecer enfatizada restando a ela ainda muito a fazer no seu campo de atuação. Neste sentido, fala em *"frente fria do discurso presidencial de 1º de agosto"*, afirmando-se que *"não se fez ainda o bastante pelo direito de expressão e direito à informação, quando persiste a censura prévia em vários órgãos de imprensa"*.

O ministério de Geisel continua a ser alvo de admoestações. Em dezembro de 1975, considera que *"o quadro geral do ministério é um concentrado de contradições e o cruzamento de várias mediocridades"* entendendo-o como, a partir de 1964, o *"menos dimensionado para a gravidade e a urgência do momento"*. Por outro lado, em fevereiro de 1976, o ministro Mário

Henrique Simonsen tinha exaltada a sua *"voracidade pantagruélica por todas as formas do saber humano"*.

Em julho de 1977, ao mesmo tempo em que apóia o projeto de distensão nos moldes em que havia sido pensado, expressa claramente a decepção ao dizer que o *"general Ernesto Geisel, hoje tão aquém das esperanças que nele materializaram um certo projeto político - a lenta, segura e gradual distensão"*.

Ao final de 1978, é hora do inventário negativo da atuação presidencial, ao longo de seu período de governo. Em outubro observa-se: *"vai-se acabando o governo Geisel como tendo inventado a arte de administrar a corrupção e até mesmo como tendo firmado - fato novo e estarrecedor - uma política da corrupção"*. E, em novembro, questiona-se a herança do general-presidente: *"é lícito dividir da existência de um legado do presidente Ernesto Geisel ao general João Baptista Figueiredo"*.

A política econômica que havia sido objeto de elogios, ao longo da primeira fase em que analisamos o material oriundo de OESP, mantendo-se com pequenas ressalvas no segundo momento, nesta fase será alvo de extensas e variadas críticas que atingem, particularmente, a corrupção - seu combate fora uma das bandeiras mais fortes de busca de legitimação do golpe de 1964 - e as tentativas de ampliar a estatização.

Em julho de 1975, criticando as irregularidades financeiras destaca os *"abusos"*, observando que *"nada há de simbólico no desperdício"* e que *"tantas e tão graves irregularidades traziam o cheiro inconfundível da corrupção e da improbidade administrativa"*.

Apoiando a iniciativa dos contratos de risco para a exploração de petróleo e, ao mesmo tempo, admoestando os críticos do projeto, o editorial de outubro de 1975, fala, em relação aos que defendem a estatização: *"grita estéril sem objetividade e de má fé"* e comenta a *"socialização da miséria, meta constante das esquerdas nativas"*. Denomina-os pejorativamente de *"clã nacionalisteiro"*, advertindo para o fato de que *"as riquezas só se transformam em riquezas quando exploradas"*. Ainda sobre o mesmo tema afirma, em outubro de 1975 que *"a Petrobrás continua soberana em suas decisões quanto aos contratos de risco que vier a firmar"*.

Criticando a relação entre metas e alcance de objetivos da política econômica, em dezembro de 1975, afirma que há *"falência de previsões no setor econômico-financeiro"* e *"perdulária sofisticação de certos programas governamentais"*.

Novas e pesadas críticas investem contra a corrupção em outubro de 1978: *"sempre se soube ser ela feita em sociedade: ninguém é corrupto ou corruptor solitariamente"*, *"a corrupção supõe um pacto"*, *"calar a corrupção é uma forma de convivência com ela"*, *"essa, a face oculta do autoritarismo que só a crise da transição de governo, transição também autoritária, permitiu aparecer"*.

De modo saudosista, em novembro de 1978, fala de um tempo passado em que a política econômica *"era o único traço positivo de união entre os diversos governos revolucionários"*.

Na ocasião em que o Brasil caminhava para o acordo com a Alemanha sobre o desenvolvimento de energia nuclear e que, os EUA, com a eleição de Jimmy Carter, dirigiam-se rumo a uma construção da chamada "política dos direitos humanos" e a uma reestruturação das relações internacionais, rumo a uma abertura Leste/Oeste; a política externa será tema importante de diversos editoriais em que se busca reafirmar a posição brasileira no concerto internacional.

Comentando o desenvolvimento de uma política nuclear para o País e apontando para a sua necessidade, o editorial de junho de 1975 se manifesta observando que *"o Brasil situa-se entre*

os que podem, tal desejando, ter explosivos nucleares" e afirmando a condição de "aspirantes à posição de potência emergente". A construção de centrais nucleares é vista como "condição indispensável à manutenção de nosso ritmo de desenvolvimento, de nossa própria sobrevivência como Nação e, mais do que isso, de nossa afirmação como potência emergente".

Em novembro de 1975 manifesta preocupação recorrente no periódico, qual seja, a das relações Leste/Oeste e a "ameaça comunista". Destaca "a ameaça que Cuba representa para as instituições militares e para a manutenção da estabilidade social nos países do Hemisfério", observando que "Cuba não renunciou à exportação da revolução e de que a União Soviética não respeita a América Latina".

As relações internacionais e o papel do Brasil nesse contexto é o tema central do editorial de maio de 1976, onde se afirma o "peso específico do Brasil como potência internacional emergente [grifo no original]", que o "Brasil tem realmente, hoje, um 'status' especial no concerto das nações". Saúdam-se as "amplas perspectivas que se abrem ao país pelo fato de pertencermos ao Ocidente, tendo parceiros nos dois lados do Atlântico", a "vocalização ocidental do Brasil" e o "caráter multilateral de nossa diplomacia" o que é otimizado pelo "maior equilíbrio no seu sistema de relações internacionais, facilitado pela superação da divisão do mundo ocidental em dois hemisférios".

A preocupação com as relações com os EUA já estava anunciada quando (novembro de 1976) o periódico adverte para o fato de que se "deveria atentar para o drama norte-americano, a cujo novo capítulo começamos a assistir agora, com a eleição de Carter". E, mais tarde, em agosto de 1977, critica diretamente a política externa norte-americana em relação ao Brasil, afirmando que "estimula o nacionalismo irracional".

Em novembro de 1975, apesar de observações anteriores e posteriores atuarem em direção diversa, reafirma-se o papel de "combate à subversão" dos militares na América Latina: "combate à subversão, quer na sua forma de guerra subversiva (psicológica), quer na de guerra revolucionária (insurrecional)"; "enfrentar a subversão contra formas democráticas de governo e estabelecer um mínimo de segurança interna capaz de assegurar um desenvolvimento econômico que o crescimento demográfico e a 'revolução das expectativas' requerem seja acelerado"; "devendo, assim, navegar entre os escolhos da subversão".

Tendo em vista que o jornal sofrera diretamente a ação da censura prévia, desenvolvendo uma luta em plano nacional e internacional¹² a favor do restabelecimento da liberdade de imprensa, esses temas serão bastante enfatizados nesta fase.

Em termos de concepção de imprensa, persiste a crença no fato de ser "formador de opinião" e de falarem em nome de uma difusa "opinião pública"¹³, do "público"¹⁴ e da "Nação"¹⁵. Chegam a tocar em "opinião mundial" (junho/1975) e apelar para a "opinião responsável do País" (junho/1975) e para a "consciência política da Nação" (junho/1975). Afirmando a existência de uma "vontade nacional" (março/1977) a possibilidade de "formação da opinião política" (setembro/1977). Em agosto de 1976, trabalham com a idéia de "núcleos formadores da opinião pública nacional" e de "núcleos aglutinadores da opinião pública".

Postula uma concepção de imprensa (que carrega consigo um entendimento da História) que se quer neutra e imparcial. Em setembro de 1976, ao defender a liberdade de imprensa

¹² Os proprietários da empresa tiveram atuação destacada em prol da liberdade de imprensa na Associação Interamericana de Imprensa (AII) que Júlio de Mesquita Neto chegou a presidir.

¹³ Onze editoriais manifestam esta crença: março, maio, junho e agosto de 1975; agosto e setembro de 1976; janeiro, março, maio e novembro de 1977 e dezembro de 1978.

¹⁴ Em duas oportunidades se desenvolve esta concepção: fevereiro de 1975 e março de 1976.

¹⁵ Em três editoriais esta questão é reiterada: fevereiro e março de 1975; e fevereiro de 1977.

observa que *"a imprensa livre é a condição primeira da possibilidade de construir-se o consenso que fortalece a Nação"* enfatizando que *"são os fatos que constroem a teia da história, e não a idéia que deles tenhamos"* e que a *"imprensa divulga, os fatos não os cria"*. Entretanto, em dezembro do mesmo ano, numa avaliação crítica, por referência, o editorial observa: *"no dizer do cidadão Kane, é o tamanho da manchete que dá importância ao fato e não a importância do fato que determina as dimensões da notícia"*.

Relacionados à questão da defesa da liberdade de imprensa, alguns comentários do jornal espelham a sua concepção enquanto missão constantemente desempenhada. Em março de 1975, postulam a *"defesa irrestrita das liberdades democráticas"*; *"da liberdade de informar"*; afirmam que *"continuamos a bater-nos por situações de direito"* e que *"sobreviver é sobreviver na dignidade e na autenticidade de nossa missão"*; ressaltando que os *"eventuais abusos da imprensa podem ser punidos pela legislação comum"*. Em agosto de 1978, reafirmando sua postura enquanto órgão de imprensa, observa que *"nunca pertencemos a clã algum, a não ser ao da Imprensa posta a serviço das causas do Brasil"*.

Em diversas oportunidades OESP faz a crítica à censura à imprensa. Logo após a retirada da censura prévia do jornal, esta é identificada com o *"arbitrio"* (março/1975), com a *"coerção à divulgação e à verdade"* (março/1975), elemento que promove a *"exigência da mentira e do ludíbrio intencional da opinião"* (março/1975). Em julho de 1976, volta à tona o tema considerando que *"o mundo da censura é um mundo peculiar, onde o único valor - ou o maior, pelo menos - parece ser a insignificância e a única grandeza a ausência de qualquer destaque ou relevo"*.

Em agosto de 1976, o jornal julga a forma pela qual o presidente resolveu eliminar a censura prévia: *"restabelecendo por etapas, como é de seu estilo, a liberdade de informação, o presidente deu provas de que os atos de seu governo podem e devem ser analisados por todos"*. Um mês mais tarde considera positivamente as intenções governamentais no setor que encara como *"real processo de distensão censória"*. Porém, novas observações são feitas à ação governamental, desta vez sob a forma de condenação, em julho de 1977, quando afirma que o regime *"soube, entretanto, afrouxar o garrote feito à liberdade de imprensa e ficar a meio caminho de desfazê-lo de vez"*.

O editorial selecionado, de janeiro de 1977, tem por tema a censura e os censores e serve para uma reafirmação das críticas: *"a censura tem razões que a própria razão desconhece, já que suas decisões alcançam indiferentemente, e com igual fúria, livros, peças teatrais, filmes, nivelando, no exercício desse poder negativo, o bom e o mau do ponto de vista artístico"*; *"os censores, não sabemos se por ignorância ou por fanatismo, se tomam por verdadeiros sacerdotes a quem se delegou a incomensurável tarefa de defender, contra seus detratores, a cultura nacional"*; *"a censura só pode ser exercida em virtude da lei"*; *"defendemos aqui como inalienável o direito do indivíduo à livre expressão do pensamento e repudiamos por arbitrária a ação da censura"*.

As concepções liberais de OESP são reafirmadas neste momento em que o periódico parte para defesa das chamadas "liberdades clássicas". Em abril de 1976, reitera que *"sempre entendemos que a responsabilidade é o corolário da liberdade; porque o homem é livre, é autor de seus atos"*. Defende as *"liberdades públicas clássicas: liberdade de imprensa e outros meios de expressão, liberdade de reunião e de manifestação, liberdade de associação, liberdade dos espetáculos e diversões"*. O liberalismo continua sendo a bandeira de luta do jornal na sua estratégia de se colocar como representante dos anseios populares: *"a tradição política brasileira sempre foi e continuará sendo liberal, apesar do que apregoam os arautos do autoritarismo"* (maio/1978).

Do mesmo modo que este tema esteve presente em OESP, a coluna de Samuel Wainer na FSP, dedicará parte de sua atenção a tratar da problemática da distensão política, apontando para a necessidade de um processo de democratização no Brasil.

Em agosto de 1977, ao fazer o elogio da mudança de idéia das pessoas, como um sentido de aprimoramento, transfere a questão para a da realidade brasileira e aponta positivamente para os "*movimentos libertários do povo brasileiro*", para o "*processo democrático nacional*", para a "*luta pelos direitos humanos*". Em novembro de 1977, enxerga em dois fatos localizados (eleição da atriz Lélia Abramo para o Sindicato dos Atores de São Paulo e a recepção calorosa oferecida ao ex-ministro Severo Gomes em Porto Alegre), a existência de um consenso do sentimento nacional pela restauração democrática. Fala em "*onda democratizante*"; "*retorno às liberdades fundamentais de um sistema democrático*"; "*movimento democrático da opinião pública*"; "*processo espontâneo da redemocratização nacional*". Em relação à situação política do País, ao saudar as novas lideranças e exibindo uma postura otimista - que, fiel à sua posição tradicionalmente reformista, pretende seja meio termo entre o otimismo e o pessimismo -, em maio de 1980, Wainer postula a "*necessidade de um novo pacto social e político no País*" e aponta para a "*irreversível germinação de novos quadros*".

Em setembro de 1979, ao falar do retorno de Leonel Brizola ao País, destaca o processo de anistia observando que "*comprova o desejo global do País em passar uma borracha sobre esse seu tão tumultuado e doloroso período de 15 anos revolucionários*"; "*mostra o anseio nacional pela abertura de um novo ciclo de convivência*" e denota o "*alto sentido de abertura democrática*".

O espírito chamado por nós de "reformista" encontrar-se-á, também, nesta fase do jornalista na FSP. Sempre esteve presente no jornal de sua criação, UH, e o fez repelir todas as formas de radicalismo, optando por uma postura conciliatória que seus amigos mesmo - a exemplo de Moacir Werneck de Castro - apontam como traço de sua personalidade. Em outubro de 1978, ao criticar o que considera como campanha suicida do movimento estudantil pelo voto branco e nulo nas eleições, relaciona este fato com o radicalismo de 1968 que, segundo ele, seria responsável pelo AI-5. Critica o "*sectarismo dos grupelhos*", os "*setores estudantis mais extremados*", dotados de "*desespero sem causa*", entendendo que servem como "*massa de manobra para o radicalismo incendiário da chamada ultra-esquerda*" que tem como objetivo "*torpedear qualquer saída democrática*".

Algumas referências são feitas ao golpe de 1964, lembrando, inicialmente, que na construção do termo, não se observa, neste momento, alusões ao 1º de abril como era norma em UH/RJ. Fala explicitamente em "*Movimento de 31 de março*" (novembro/1977); "*regime instaurado em 64*" (fevereiro/1980), no qual reconhece um "*estado policial*" (junho/1979) e o "*desprezo pela presença do povo*" (dezembro/1979), embora admita o "*progresso econômico atingido*" (setembro/1979). Entretanto, este "*tumultuado e doloroso período de 15 anos revolucionários*" (setembro/1979) será, reiteradas vezes, denominado de "*Movimento de 64*"¹⁶.

Questões que envolvem relações internacionais obtém resultado diverso se compararmos simplesmente as posições exibidas por OESP e as de Samuel Wainer. Este se mantém fiel às posições anteriormente manifestas por UH/RJ em relação à intervenção norte-americana no País. Criticando (junho/1977) eventual interferência da CIA e as declarações do embaixador norte-americano no Brasil relativamente a episódio que envolveu a entrega de uma carta à primeira dama dos EUA, Rosalynn Carter, em visita ao País, Wainer observa que a atuação da Central de Inteligência norte-americana é um "*segredo de polichinelo*" e um dos "*elementos da estratégia global americana*". Fala em "*vôo onipresente*" e repetindo frase de seu criador, Foster Dulles,

¹⁶ Esta forma de denominação aparece em julho e outubro de 1977, julho e agosto de 1978, junho, setembro e dezembro de 1979.

pontifica: *"os Estados Unidos não têm amigos, têm interesses"*. No mesmo artigo, aponta os EUA como a *"mais poderosa nação da terra"* e crítica o que é considerado pelos norte-americanos como o seu *"destino imperial"*. Em outro artigo (abril/1978), ao comparar a convenção da ARENA às convenções dos Partidos Democrata e Republicano nos EUA, apesar de, na analogia, os partidos norte-americanos serem valorizados, um certo tom pejorativo pode ser percebido quando observa (relativamente aos partidos norte-americanos) a existência de *"irreverência e explosividade da liturgia política"* e de um *"cenário mais ou menos carnavalesco"*.

Ao lado dessas questões, em maio de 1979, ao analisar o projeto nuclear brasileiro, citando opiniões de cientistas nacionais em relação ao acordo com a Alemanha, entende que o mesmo *"pelos seus incríveis e altíssimos custos e pelos perigos ecológicos que contém, pode custar ao País irreparáveis sacrifícios"* podendo *"alterar os rumos da vida do mais poderoso ao mais humilde dos cidadãos do País"*. Crítica ainda a *"muralha oficial que protege o chamado projeto nuclear"*.

As temáticas sociais presentes no ideário anterior de UH/RJ não estão ausentes da coluna diária de Samuel Wainer. É com júbilo que vê a emergência do que chama de "sindicalismo livre". Saúda o *"ressurgimento do sindicalismo livre em São Paulo"* (fevereiro/1978); a *"volta do sindicalismo livre"* (fevereiro/1978); as *"novas lideranças sindicais do País [referindo-se aos sindicalistas do ABC]"* (agosto/1978); *"Lula, o metalúrgico, cada vez mais líder nacional e menos sindical"* (agosto/1979); *"um dos mais importantes líderes sindicais do mundo atual [referindo-se a Lula]"* (maio/1980); *"um sindicalismo livre vem emergindo"* (setembro/1980).

Em artigo de outubro/1979 destaca pesquisa feita, por jornalista da própria FSP, sobre a situação dos menores abandonados (*"câncer social"*) no País, e observa: *"a face cruel e brutal do Brasil do menor desprotegido e marginalizado"*; *"tenebrosas trevas da noite sem estrelas dos menores abandonados"*. Preocupa-se com a situação de *"400.000 menores vivendo em São Paulo em estado de miséria absoluta, dentre os quais, pelo menos 20.000, apresentam problemas de conduta"* e entende que *"o mal só poderá ser erradicado pela participação global da sociedade"*.

Preocupação com possíveis explosões sociais de grandes dimensões está também presente em artigo (abril/1980) que trata criticamente das depredações de trens de subúrbios na periferia de São Paulo. O gesto é encarado como *"vandalismo"* e como *"manifestações predatórias"* da qual não está ausente a responsabilidade governamental: *"massa transformada em manada encurralada num sistema de serviços públicos poluído e ineficiente"*.

Interessante observar que, do mesmo modo que OESP o fizera, Samuel Wainer, escrevendo por São Paulo, firma, em alguns artigos, postura análoga à daquele periódico, qual seja a de considerar o "direito" a um destaque "natural" da região em relação face aos demais Estados. Em dezembro de 1977, diz que São Paulo é o *"mais importante centro econômico, político e social do País"* e *"um dos melhores mercados de consumo do mundo"*. Comentando sobre as enchentes observadas em diversos locais do Brasil, numa cobrança da atitude paulista fala que São Paulo é a *"única região do País que poderia prestar ajuda efetiva às regiões flageladas"* (fevereiro/1979). Observa que esta postura de auxílio poderia inclusive servir para minorar a *"aberta hostilidade que cerca São Paulo por toda parte"* (fevereiro/1979) e contribuir para alterar a postura dos que *"olham São Paulo como uma espécie de gigolô da riqueza do País"* (fevereiro/1979). Aponta para o *"direito natural que cabe a São Paulo de participar com destaque que merece nos altos conselhos da República"* (fevereiro/1979) e lembra o lema do Estado *"São Paulo não reivindica, serve"* (fevereiro/1979). Em janeiro de 1980, é a vez de destacar São Paulo como *"o campo mais avançado do País no setor da medicina"*.

A concepção de imprensa de Samuel Wainer é delineada ao longo de uma série de artigos. Inicialmente, gostaríamos de destacar que, como em OESP, encontra-se a crença na

existência de uma "opinião pública"¹⁷ em nome da qual entende falar. Chega a situar uma "opinião pública nacional" (maio/1979), um "consenso nacional" (novembro/1977), "sentimento nacional" (novembro/1977) e "reivindicação nacional" (novembro/1977). Acredita manifestar-se em nome do "povo" (junho/1979), da "aspiração nacional" (junho/1979), do "anseio nacional" (setembro/1979) e do "desejo global do País" (setembro/1979).

Em setembro de 1977, em artigo em que compara a atuação do Exército ("*soldados das armas*" que "*para defender a segurança e a liberdade do cidadão faz uso de suas armas*") com a dos jornalistas ("*soldados da pena*" cuja função é "*levar informação ao público*"), localiza-se uma concepção de imprensa permeada de "neutralidade" e preocupada com a responsabilidade jornalística: "*aos jornais cabe divulgar o lhes vêm às mãos desde que lastreado por fontes seguras e responsáveis*".

Esta preocupação se dissemina em outros artigos travestida de uma crítica à atuação da imprensa em diferentes circunstâncias.

Em julho de 1978, em artigo que aponta para as tentativas de manipulação da imprensa por parte do governo federal (são citadas as manobras de Said Farhat nessa direção), Samuel Wainer critica a "*falta de seriedade*" de alguns órgãos de divulgação. Ao mesmo tempo, elogia a TRIBUNA DA IMPRENSA, "*jornal fundado por Carlos Lacerda*" mas que "*Hélio Fernandes transformou numa corajosa trincheira de luta pela liberdade*".

Em abril de 1979, critica o destaque desmesurado que a imprensa estaria dando à figura de Idi Amin Dada não acompanhando com o mesmo relevo a outras lideranças africanas que, seriam, estas sim, dignas de tratamento diferenciado. Para Samuel Wainer isto é uma mostra da "*técnica subliminar das entrelinhas de um jornal*", do "*controle internacional da informação pelo mundo branco*" e do "*esquema de deformações e desinformações montado para degradar a força cultural e política já atingida pelos grupos de libertação africana*". Segundo o autor, essa disparidade de tratamento representa "*matéria-prima ideal para o facciosismo e os preconceitos, especialmente os raciais, dos meios de comunicação, monopolizados pelo mundo branco*". Adverte que o desejo de informações pode levar às vezes os leitores a "*fontes contaminadas*".

Em artigo (agosto/1979) ao criticar pesada e ironicamente OESP que estaria sonegando informações sobre o episódio da queda do ministro Mário Henrique Simonsen, Samuel Wainer fala que o "*tradicional matutino*" estaria "*relegando a segundo plano a informação*" e que "*os nossos autorizados colegas do 'Estadão'*" estariam "*desvalorizando a informação, elemento básico da liberdade de imprensa*".

Por comparação a OESP que via de regra utiliza para colocar o seu ponto de vista o plural majestático, o "nós", Samuel Wainer, reiteradas vezes se mostra ao público, referindo-se a si mesmo como "*comentarista*"¹⁸.

¹⁷ Aparece destacada em artigos de novembro/1977, maio/1979 e abril/1980.

¹⁸ Em diversos momentos pode ser notada esta alusão: agosto e novembro de 1977; fevereiro de 1978; abril, julho e agosto de 1979; janeiro, maio e setembro de 1980.

3.2. Aproximações

Os 50 (cinquenta) editoriais de OESP selecionados entre fevereiro de 1975 e março de 1979, podem ser assim distribuídos em unidades temáticas¹⁹

Quadro 3

*Unidades temáticas de OESP
(fevereiro/1975 a março/1979)*

Unidades temáticas	Frequência	%
Críticas ao regime militar	38	76
Questões de política internacional	04	08
Defesa do regime militar	03	06
Imprensa	02	04
Diversos	03	06

O que chama atenção imediatamente ao compararmos os outros momentos de análise é a disparidade entre a unidade das **Críticas ao regime militar** em relação à da **Defesa do regime militar**. Nesta fase, avolumam-se as críticas e os editoriais que podem ser caracterizados como de defesa ficam reduzidos a um mínimo, sendo que se destacam na primeira das unidades questões que envolvem uma avaliação negativa dos aspectos discricionários do Estado Autoritário brasileiro pós-64. Mais de uma década após a eclosão do golpe, pode-se dizer que, no ponto de vista de OESP, o saldo é desfavorável para o regime.

Nesta unidade (**Críticas ao regime militar**) destacamos algumas questões que apareceram trabalhadas. Alguns artigos criticam o processo sucessório (no caso, especificamente, a passagem do governo Geisel para o governo Figueiredo). Diversos editoriais dedicam-se a tecer reprimendas ao processo de endurecimento político do regime. Pedem abertura à participação no processo eleitoral; maior abertura política; o retorno do Estado de Direito; solução para a questão dos desaparecidos; a restauração do *habeas corpus*; maior liberdade e respeito aos direitos humanos. Criticam o projeto das "salvaguardas" (em substituição à Lei de Segurança Nacional); a excessiva centralização no Executivo; as articulações do Grupo Frotista (ligado ao ministro do Exército Silvio Frota); a Doutrina de Segurança Nacional; os casuístas (referência às reformas promovidas por Petrônio Portela); o AI-5; o fechamento e a burocratização políticos; a ausência de diálogo

¹⁹ Estamos submetendo o material oriundo de OESP e os artigos de Samuel Wainer na FSP a uma distribuição em unidades temáticas. A quantificação apresentada corresponde ao número de artigos/editoriais analisados, sendo que, em cada um deles, o tema central é especificado.

Estado/Sociedade Civil; o "pacote de abril"; a "Revolução" ("desviou-se dos seus princípios"). O movimento estudantil chega a ser defendido na sua efetivação e o jornal considera que existem razões para as reivindicações dos estudantes. Tanto o ministério de Geisel como o de Figueiredo, em diferentes circunstâncias, são criticados.

A política econômica, anteriormente objeto de defesas e elogios, neste momento é criticada duramente. Diversos editoriais apontam para irregularidades financeiras, corrupção e não fiscalização do uso de verbas. A política traçada pelo ministro Mário Henrique Simonsen é alvo de admoestações, bem como as confusões no governo em relação à desestatização da energia elétrica (a defesa da iniciativa privada e o anti-nacionalismo continuam sendo bandeiras do jornal).

Em relação às **Questões de Política Internacional** um artigo dedica-se a elogiar a visita do presidente Geisel à França e à Inglaterra, outro examina o acordo nuclear Brasil/Alemanha, realizam-se críticas às intervenções diplomáticas norte-americanas e analisa-se o papel dos militares na América Latina.

A **Defesa do regime militar** manifesta-se na reafirmação dos "princípios da Revolução", em editorial, que saúda os 14 anos de governos "revolucionários" pelo que contém de novas lideranças, e artigo em que se coloca favoravelmente ao estabelecimento de contratos de risco para a exploração do petróleo.

Na unidade temática classificada como **Diversos**, enquadra-se um artigo dedicado a analisar a singularidade da "loucura corintiana", ou seja, o fenômeno da euforia das torcidas, encaradas pelo jornal como um dos espaços de participação que restam à sociedade. Um editorial critica a intromissão da Igreja Católica em questões políticas que o órgão de divulgação julga não ser o seu *métier*. Um artigo levanta o tema da ecologia criticando a histórica destruição do meio ambiente.

Dois artigos localizam-se na unidade da **Imprensa** e seu enfoque é o da crítica à censura e conseqüente defesa da liberdade de imprensa.

Os 40 artigos elaborados por Samuel Wainer e publicados na FSP, entre junho de 1977 e setembro de 1980, podem ser distribuídos quantitativamente nas seguintes unidades temáticas:

Quadro 4

Unidades Temáticas de SW²⁰

(junho/1977 a setembro/1980)

Unidades temáticas	Frequência	%
Críticas ao regime militar	23	58
Questões de política partidária	05	12
Imprensa	03	07
Questões de política internacional	02	05
Questões de política local	02	05
Defesa do regime militar	01	03
Diversos	04	10

Consideramos digno de destaque inicial o fato de, nesta fase (1977/80), que o material oriundo de Samuel Wainer se aproxima bastante do de OESP se tomarmos em consideração a distribuição quantitativa das unidades temáticas. Presente a mesma disparidade numérica entre a unidade das **Críticas ao regime militar** e a da **Defesa do regime militar**.

Nas **Críticas ao regime militar**, localiza-se com maior destaque a questão da luta pelo processo de democratização política do País. Os artigos manifestam-se a favor da restauração democrática e da volta ao Estado de Direito. As articulações militares são alvo de crítica, bem como os processos sucessórios tanto no nível federal, como estadual ou municipal. Recebem reprimendas a chamada "missão Petrônio Portela" e a proposta de conciliação do governo Figueiredo.

A política econômica governamental recebe críticas variadas que caminham na direção de solicitar uma abertura econômica, propor uma austeridade no consumo, avaliar negativamente o Projeto Atômico Brasileiro (o autor chega a enxergar nele marcas do anti-semitismo do regime). Críticas pontuais envolvem a administração do governador Paulo Maluf destacando as reações explosivas do governo federal contra o mesmo. Arrolamos, nessa unidade, dois artigos que criticam a situação dos menores abandonados e a impunidade da corrupção e responsabilizam além do governo, também a sociedade por esses problemas.

A postura conciliatória de Samuel Wainer encontra-se destacada em alguns de seus artigos que classificamos na unidade temática denominada de **Questões de política partidária**. Num deles, critica o radicalismo das vaías a Magalhães Pinto (figura preservada pelo autor); noutro, a posição de voto branco e nulo nas eleições e, por último, dedica a elogiar a postura de

²⁰ Utilizamos para efeito de representação dentro deste quadro, a "assinatura" de Samuel Wainer, em sua coluna diária na FSP.

amadurecimento político e disposição para o diálogo. Ainda, nesta unidade, situamos artigos que criticam o adesismo político de parlamentares.

Um dos artigos incluídos na unidade temática da **Imprensa** valoriza a solidariedade que deve existir entre os homens de imprensa e os do Exército. Outro refere-se a tentativas de manipulação da imprensa por parte do governo (a que são sensíveis alguns órgãos de divulgação) e, por último, critica-se a imprensa quando se coloca a serviço do Imperialismo na África, destacando e/ou omitindo fatos.

Nas **Questões de Política Internacional**, localizam-se críticas à intervenção da CIA norte-americana na América Latina e a defesa do sindicalismo polonês.

Nas **Questões de Política Local**, um dos artigos enfatiza a necessidade de São Paulo contribuir (como região economicamente mais desenvolvida) com diversos Estados do País vitimados por enchentes e o outro trata da política desenvolvida pelo governador Paulo Maluf estimulando o adesismo político por parte do MDB. Consiste numa advertência ao Partido eleito com plataforma oposicionista.

O artigo enquadrado dentro da unidade temática de **Defesa do regime militar** oferece uma avaliação positiva das medidas no sentido da abertura política tomadas pelo governo Figueiredo chegando a considerá-lo como uma "primavera democrática".

Na unidade temática dos **Diversos** localiza-se um artigo que critica o mau uso da medicina no País enfocando a influência das empresas multinacionais no setor. Além disso, outros artigos encaram positivamente as mudanças processadas no sindicalismo com o surgimento de novas lideranças, parte de um processo de redemocratização da sociedade.

O fato de, nesta fase, os editoriais de OESP possuírem uma tendência ao aumento do número de parágrafos, à diminuição de seu tamanho e à redução de suas frases, confere aos artigos uma leitura mais leve que será acentuada quando da mudança de diagramação (outubro de 1977) substituindo a localização vertical pela organização horizontal dos editoriais. Pode-se fazer uma analogia destas transformações com o próprio discurso veiculado pelo jornal.

Esta tendência de se conferir uma maior leveza ao texto pode ser notada, desde 1969, com a passagem do controle definitivo da empresa para os herdeiros de Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita. Apesar do discurso reiterado de manutenção da tradição (presente tanto no momento da morte dos antigos diretores, como nos Suplementos comemorativos do Centenário do jornal - 1975), estas mudanças, implantadas deliberadamente de forma sutil, podem ser percebidas ao longo do tempo.

Ao discurso crítico de Júlio de Mesquita Filho, de cobrança, do regime militar, pedindo o fechamento político encarado como necessário; será, lentamente, contraposto um discurso de busca da distensão, da abertura política. Este, durante certo tempo, coaduna com a ala militar da "Sorbonne" (personificada, no período por Geisel), para depois dela se afastar, propondo, ora uma amplitude das reformas políticas, ora um retorno aos "princípios revolucionários", notadamente, no que se refere às questões de política econômica governamental (o desenvolvimento com abertura à iniciativa privada e ao capital estrangeiro).

Assim, o jornal consegue cristalizar um discurso de resistência aos governos militares, desta vez, ancorado em parâmetros diversos dos que havia utilizado em momentos anteriores (como por exemplo, aqueles que o colocaram na resistência ao governo Goulart). Este discurso acaba se localizando, como o demonstra a análise quantitativa das unidades temáticas dos editoriais desta fase, nas críticas ao regime militar, com ênfase na necessidade de abertura política.

De modo extremamente sutil, se processa a substituição de um discurso a favor do endurecimento por outro que propõe a abertura. Também sutil e lentamente, se fazem as mudanças formais nos editoriais do jornal que caminham de um texto diagramado na vertical, pesado, caracterizado por frases e parágrafos longos, estilo indireto e rebuscado; para um texto diagramado horizontalmente, que procura a leveza, com frases e parágrafos mais curtos não abusando das colocações indiretas.

No primeiro dos editoriais que analisamos nesta fase, em fevereiro de 1975, encontramos 12 parágrafos.

"Um governo animado pela determinação de instaurar um ambiente de liberdade e franqueza e de alimentar o diálogo com a opinião pode lançar no rol dos supérfluos uma agência específica de relações públicas, do feitio da outrora onipresente e grandiloquente Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). É por isso que, à medida que se completa o primeiro ano de governo do presidente Ernesto Geisel, se percebe melhor, com o acentuamento do clima de diálogo, o contra-senso de ontem: os titulares dos vários setores deferindo a outrem o que é inseparável de sua função - tornar-se públicos; e permitindo que o que deveria ser publicidade, notoriedade se deteriorasse em comercial de rádio e televisão.

Um verdadeiro diálogo é sempre um investimento emocional, de parte a parte. Mas, quando põe frente a frente povo e poder, a cota do primeiro é imensamente maior, sobretudo se recém-saído de uma quarentena árida, em que só conheceu a comunicação através de limitações e interditos.

Estas as considerações preliminares que se impõem, a propósito da nota oficial do Ministério da Justiça, divulgada quinta-feira, a segunda manifestação pública da pasta, no curso de uma semana. A expectativa com que era aguardada é um precioso capital humano, a que política alguma pode ser insensível. Mais ainda: quem empunha a bandeira da integração nacional pede solidariedade, que é a teia interna de qualquer integração. Pois é a solidariedade que impele ao interesse pela causa de brasileiros dados como inexplicavelmente desaparecidos.

A nota oficial do Ministério da Justiça foi uma decepção, proporcional à expectativa provocada pelo anúncio de que o governo iria pronunciar-se. A Justiça do ministro Armando Falcão lembra a de Pilatos: constata os registros dos órgãos de segurança e informações; e lava as mãos."²¹

Se compararmos com editoriais anteriores, observaremos que os parágrafos e as frases são mais curtos e que o estilo é mais direto, as frases mais afirmativas. Entretanto, absolutamente indireta é a forma de construção do texto. Somente no terceiro parágrafo é que se vai fazer alusão ao que dá título ao editorial, a nota oficial do ministério da Justiça. E, no quarto parágrafo é que se busca esclarecer a crítica feita à mesma.

Observemos as mudanças efetivadas ao final do período que analisamos. Este editorial data de janeiro de 1979:

"Em nosso primeiro comentário sobre o futuro Ministério, e detendo-nos na análise dos nomes designados para ocupar as posições-chave do governo, não escondemos a convicção de que, ao escolher os srs. Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto e Golbery do Couto e Silva, o presidente Figueiredo dera um primeiro passo de coragem e decisão, dispondo-se a enfrentar o fogo de barragem ideológica que contra ele se faria de diversos setores. Pena é que o sr. Roberto de Oliveira Campos

²¹ A nota oficial reticente. SP, OESP, 9fev1975. p. 3.

não venha a integrar o núcleo definidor das políticas governamentais; sua presença no Ministério, estamos certos, não apenas daria maior homogeneidade ao conjunto, como facilitaria as tarefas da futura administração no seu trato dos problemas externos, seja os especificamente políticos, seja os econômicos.

Hoje, embora ainda seja possível esperar alterações na equipe [grifo no original] já de conhecimento público, não podemos deixar de reconhecer que o futuro Ministério parece ter sido composto tendo em vista uma nitida distinção de competências: como os problemas principais do País se situam na área econômica, os esforços maiores parecem ter sido dirigidos a preencher as Pastas do Planejamento, Fazenda e Agricultura com nomes já experimentados na administração, enquanto os demais Ministérios foram preenchidos para atender problemas regionais, ou situações pessoais. Com isso, os 'interlocutores da Nação', como chamávamos os ministros futuros, apresentam-se desunidos e formando um todo heterogêneo, capaz de impedir o próximo governo de agir de maneira concertada e com o indispensável respaldo político."²²

O parágrafo final deste editorial conclui suas observações desta forma:

"Se a presença dos grandes nomes dos governos anteriores e do atual no futuro Ministério abrirá, como já acentuamos, oportunidade para grandes debates, a heterogeneidade do conjunto também será um ponto frágil no esquema político-administrativo do general Figueiredo. O que a Nação espera é que, tendo tido tempo mais do que suficiente para meditar sobre os problemas nacionais e equacionar a maneira eficiente e racional de resolvê-los, s. exa. e seus auxiliares mais diretos sejam capazes de dar homogeneidade ao todo, imprimindo ao governo uma linha de ação coerente e, sobretudo, que sejam capazes de suprir lacunas por sua presença. Por isso tudo, se o general Figueiredo não colocar na administração do País a mesma virtú [grifo no original] que demonstrou possuir nas lutas pela candidatura, seu longo governo será difícil e quem perderá com isso será a Nação."²³

Percebe-se logo ao início, apesar da utilização da frase na negativa para afirmar (velho hábito dos editoriais do jornal), que se vai direto ao ponto tratando da temática do artigo, o ministério Figueiredo. O tema central será delineado no segundo parágrafo, a saber, a heterogeneidade do conjunto ministerial. O parágrafo final por sua vez, é absolutamente claro e conclusivo em relação ao todo do editorial afirmando diretamente as críticas feitas.

Estes elementos: parágrafos e frases mais curtas, estilo tendendo ao direto, definição rápida do objeto de análise, parágrafo final conclusivo das idéias apresentadas tornam o texto mais leve e de leitura mais fácil para os que o acompanham. Entendemos ser este um esforço do jornal no sentido de agilização de seu texto editorial.

Em termos de efeitos estilísticos utilizados pode-se dizer que, nesta fase, comparativamente, há uma ampliação da utilização de ironia.

Em abril de 1975, são feitas críticas à ARENA por não aceitar a convocação do ministro da Justiça e o jornal assim se manifesta:

²² UM conjunto heterogêneo. SP, 14jan1979. p. 3.

²³ Idem, ibidem.

*"Tradicionalmente a pasta da Justiça é, por excelência, uma pasta política. Vetando o comparecimento do ministro da Justiça à Câmara, a Arena não fez valer sua maioria interna de liberais, a que aludiu o deputado Célio Borja, no mesmo dia em que na Câmara se derrotou a convocação. Ficou espelhada, antes, na palavra e na atitude de um líder de méritos controvertidos, salvo pela manha com que conduziu os interlocutores do MDB aonde queria: à galhofa e aos debates periféricos. Porque seu golpe definitivo era o de um Muhammad Ali da tribuna parlamentar: 'Maioria é maioria'."*²⁴

Em janeiro de 1976, as críticas são à ARENA e à sua posição em relação ao AI-5:

"A nota que a Executiva Nacional da Arena deu a lume é um ato de fé, daqueles que introduzem a virtude onde cessa toda a racionalidade: Credo quia absurdum [grifo no original] - creio, porque é absurdo. Sem nada explicar e sem competência para tanto, já que o uso dos poderes do AI-5 cabe apenas à descrição e julgamento do presidente da República, o partido reuniu-se no amanhã de um fato consumado, irretocável e irrecorrível, deliberou no vazio e produziu uma nota oficial onde o único digno de nota é a crença do partido na imprescindibilidade do AI-5 à 'tranquilidade do povo brasileiro'.

*A tranquilidade é sentimento que nasce da ordem garantida - entre todos os povos e em todos os tempos, não se tendo registrado, até hoje, quem tenha apontado o brasileiro como exceção, por fatores genéticos, étnicos, históricos ou sociais. Repousa, por conseguinte, sobre uma Constituição, ordenação jurídica básica do País e não sobre o AI-5. A este, o próprio Poder Revolucionário não pretendeu assinalar lugar maior que a inclusão entre as Disposições Transitórias, onde está o artigo citado pela nota da Arena, citado pelo número, um ponto de referência neutro e sem conotação alguma hierárquica. Mas, para a Arena, um bem permanente, a tranquilidade, é fruto de uma disposição transitória, o AI-5. Quando tiver folga, explique-se como o círculo nasce da quadratura, aos que não somos dotados de igual vigor na fé partidária."*²⁵

Em editorial de setembro de 1977, o alvo das críticas é o processo de sucessão presidencial, a sutil ironia (apenas no uso de expressão francesa) atinge a chamada "Revolução", colocando em dúvida sua obra:

"Da mesma forma, que garantia terá a Sociedade Civil de que os eventuais compromissos que o futuro candidato assumir perante a Arena e, depois, perante o Congresso, terão condições reais de ser observados?

*Quando já são evidentes os sinais de que o consenso em torno da soi disant [grifo no original] obra revolucionária, até mesmo da necessidade da permanência dos instrumentos de exceção, dá mostras de estar abalado, é hora de o presidente Geisel refletir sobre a necessidade de se criarem as condições para que o seu sucessor não tenha apenas o apoio das Forças Armadas e dos eternos áulicos do poder, mas sim o de quantos se dispõem a ajudar, na obra de construção nacional."*²⁶

²⁴ A pobreza geral de um episódio. SP, OESP, 13abr1975. p. 3.

²⁵ A nota sem novidade. SP, OESP, 11jan1976. p. 3.

²⁶ QUAIS as garantias para o futuro? SP, OESP, 11set1977. p. 3.

⇒ O editorial de novembro de 1977 critica o projeto governamental de substituição do AI-5 por *"salvaguardas enérgicas, capazes de defender o Estado de maneira instantânea"*²⁷, o texto é de ironia ferina em relação ao Poder Executivo:

*"Hoje está tudo mudado. E o inverossímil pode bem ser o real. A iniciativa política não cabe mais ao cidadão. Quanto ao Congresso, o próprio líder José Bonifácio se encarrega de desmoralizá-lo antes, para que não nutra qualquer veleidade legislativa e reformista depois: 'O anteprojeto (das reformas) partirá apenas do Poder Executivo. Se partisse do Congresso, sairia tudo atrapalhado. Saía [sic] uma colcha de retalhos. Então é preferível que a mensagem saia do governo já pronta para a Câmara, então, alterar como achar conveniente'. Pouca sutileza debaixo de tanta contradição aparente: o governo manda o anteprojeto pronto, mas o Congresso pode alterá-lo; mas como o Congresso é um bojo de que só costumam sair monstros, ao contrário do Executivo que só faz o perfeito, o que teremos no próximo ano recapitulará o ano passado, na remessa do projeto de reforma do Judiciário. Só que agora a divergência já foi amulada com o novo quorum [grifo no original] fixado pelo 'pacote' de abril e o presidente da República não precisará mais falar em 'ditadura da minoria'."*²⁸

Gostaríamos de destacar que, nos exemplos assinalados, a ironia serve para acentuar a crítica que se faz buscando resvalar o objeto criticado para a dimensão do ridículo. É importante, também, observar que o alvo prioritário é o governo, ou os governos "revolucionários", mesmo que seja por intermédio de seu partido de sustentação, a ARENA.

Por vezes, a ironia avassaladora mistura-se às metáforas, como é o caso deste editorial (janeiro/1978) em que a crítica dirige-se ao processo sucessório do presidente Geisel e (como costumeiro) à ARENA, por sua ausência de participação. As metáforas começam a partir do título do artigo "A costureira da faixa" (ver-se-á, ao final, que assume significação) e adentra pelo corpo do texto que se abre com a metáfora do "jogo" para a sucessão:

*"Era fácil prever que seria constrangedor o comparecimento da Comissão Executiva da Arena ao Palácio do Planalto, para ser notificada do que chegara, 48 horas antes, à imprensa de todo o País; daí ter sido o esperado nestas notas como uma 'pantomima de aclamação'; pifou o dispositivo eletrônico que deveria ter advertido para o aplauso oportuno, para o grito uníssono no momento em que se lavrava o tento da vitória e, quando o painel se acendeu de novo, a Arena aplaudiu um campo vazio, um jogo sucessório (realizado a portões fechados, aliás, como qualquer bom senso o vinha admitindo) encerrado. Difícil seria é imaginar que o presidente Francelino Pereira ainda quisesse fazer pensar ter havido uma partida preliminar - de 'dentes-de-leite', embora - antes do jogo principal. E que a partida foi concorrida, os lances perfeitos, engrossando a platéia e aquecendo os ânimos para o que viria depois."*²⁹

O texto prossegue destacando a entrevista de Francelino Pereira:

²⁷ É importante observar que este trecho destacado em itálico também aparece aspeado no texto do editorial abaixo citado. Provavelmente (não há explicitação) retirado de fala oficial representa, também, no contexto em que está colocado, uso do artifício da ironia.

²⁸ O anúncio da terapia instantânea. SP, OESP, 13nov1977. p. 3.

²⁹ A costureira da faixa. SP, OESP, 8jan1978. p. 3.

"Toda a entrevista concedida à imprensa pelo deputado Francelino Pereira gira, como efeito, em torno do primeiro dia útil do ano em curso: 'a partir do dia 2 de janeiro as articulações foram iniciadas'; 'iniciado janeiro, no dia 2 de janeiro, o processo começou a deflagrar-se'; 'em termos objetivos, o assunto só foi tratado a partir de janeiro, isto é, a partir do dia 2. Foi no dia 2 que tive a primeira conversa em termos objetivos, concretos, com o presidente da República'; 'deflagrado, ele foi exatamente na data fixada, no mês fixado pelo presidente da República e também na nota da direção do Partido. Foi a partir do dia 2 de janeiro que o assunto começou a ser tratado e gerou conseqüências e hoje os resultados estão aí.'"³⁰

Essa constrangedora sucessão de repetições apontando a pobreza do discurso do parlamentar, na seleção do jornal, mostra sua intencionalidade destrutiva. Como se não bastassem, as palavras de Francelino Pereira são submetidas a uma verdadeira e irônica "análise do discurso":

"Dia feliz, esse 2 de janeiro de 1978, em que o 'processo abriu-se, debateu-se o assunto e encontrou-se logo a solução': dia da geração espontânea (é importante notar a forma dada aos três verbos, a ressaltar que a ação, de tão fulminante ou generalizada, não deixou que se identificasse o agente, ou sujeito), dia das decisões rápidas e das soluções sábias. E era uma segunda-feira, quando a inércia deixada pelo descanso semanal e mais ainda pelas celebrações de fim de ano não permitiria entrever tanta disposição para o trabalho.

Mas foi o dia em que Francelino Pereira foi chamado a Palácio - a solenidade das solenidades. Desde então, houve 'consulta ao maior número possível de dirigentes do partido', as articulações começaram a precipitar-se..., perdão, não houve precipitação. O que houve foi instantaneidade: abriu-se, debateu-se, encontrou-se [grifo no original]."³¹

Escolhido: E o editorial se encerra no campo das ironias e das metáforas, esclarecendo o título

"Tão íntimo do processo de indicação do general João Baptista Figueiredo à Presidência da República, desconhece, porém, o deputado Francelino Pedreira sua plataforma, seu programa de governo. E como um candidato se faz com um programa e um candidato partidário com uma plataforma que seja a quintessência do programa do partido, de toda a história fabulosa que o deputado contou na entrevista à imprensa, fica o que todos já sabiam antes (que não deixa de ser fabuloso, à sua maneira): que o presidente Geisel fez o futuro presidente (sob ordem, não sob convite), que a democracia brasileira não precisa de eleições e de votação, como disse o ministro da Saúde, Almeida Machado. E que o papel da Arena lembra o papel da agulha, no apólogo A Agulha e a Linha [grifo no original], de Machado de Assis: a Arena é a costureira da faixa presidencial - faz a festa, ficando de fora."³²

A utilização de metáforas se amplia quando um editorial, na sua totalidade, pode ser visto como uma grande metáfora à situação do País entrevista criticamente. O primeiro dos editoriais, neste dia (12 de dezembro de 1976), se abre com comentários acerca da "loucura corintiana":

³⁰ Idem., ibidem.

³¹ Idem., ibidem.

³² Idem., ibidem.

"Haverá uma certa lógica na atual 'loucura corintiana'? Ou melhor para além de explicações mais óbvias e para além das análises doutorais acagianas ou não, que se fazem diariamente, haverá ainda algo que não foi dito? Algo que, no confuso entrelaçamento das causas mais prováveis, esclareça um fenómeno residual e, ao que tudo indica fenómeno realmente singular no quadro geral dos acontecimentos esportivos?"³³

O leitor, espantado pelo inusitado da temática, tem oportunidade de ampliar seu desconforto. O editorial prossegue tentando explicar as razões do fenómeno do crescimento da torcida corintiana. Passa pelo crescimento dos meios de comunicação e chega à ideia da singularidade da "loucura corintiana": a existência de uma torcida da torcida, uma nova torcida. Nessa, acaba havendo uma identificação entre as agruras do torcedor com o time e as suas próprias condições de existência. Aqui a possibilidade de se conceber o texto como uma grande metáfora à situação vivenciada pelo País:

"Sem que saibamos exatamente como e quando, o fato é que, a partir de um certo momento se criou e se avolumou o que chamaríamos de uma torcida da torcida corintiana. Integrada em grande parte por aficionados de outros clubes e por inumeráveis criaturas que jamais revelaram um interesse maior pelo futebol esta nova torcida [grifo no original] é certamente também responsável pelo curiosíssimo movimento que agora se faz a propósito do Corinthians. Cremos que se trata de um generoso sentimento de solidariedade para com a torcida 'histórica' desse clube menos determinada pelas agruras apenas esportivas que vêm atormentando há mais de 20 anos e, sim, principalmente, conduzido pela intuição de que seus torcedores são uma 'massa sofredora' não mais apenas no sentido futebolístico, mas também, no social, econômico e até político. Sabe-se que um bom contingente da fiel torcida é constituído de gente humilde, quase sempre sem esperanças de dias melhores, freqüentemente burlada em seus direitos sociais e profissionais marginalizada da vida pública, muitas vezes brutalizada pelos que se dizem agentes da lei. E disto tudo o corintiano típico, o Joca da Marginal, seria o símbolo. Perguntamos então, se boa parte da 'nova torcida' aquela que ampliou enormemente o fenómeno e que manifesta sua simpatia calorosa não pelo Corinthians mas pelos corintianos, não é levada consciente ou inconscientemente por aquele nobre sentimento a que nos referimos, identificando-se com os sentimentos da pobreza em todos os seus aspectos e adotando, sem o perceber claramente, uma atitude política, a única possível nas atuais circunstâncias. Se assim for estamos diante de um acontecimento muito mais significativo e revelador do que a presença de multidões delirantes em estádio de futebol."³⁴

Pode-se encontrar uma analogia entre esta "torcida da torcida" e o "povo brasileiro" reduzido, naquele momento a esta "única" atitude política possível.

É importante assinalar que, como no caso das ironias anteriormente apontadas, também as metáforas são utilizadas como efeitos estilísticos para acentuar, no texto, as críticas que se fazem, neste momento, ao regime militar, em seus aspectos de recrudescimento político.

³³ UMA singular "loucura corintiana". SP, OESP, 12dez1976. p. 3.

³⁴ Idem, ibidem.

Apesar de os textos de SW, como ocorrera anteriormente com o seu jornal, pontificarem por seu estilo direto, de fácil compreensão, frases e parágrafos curtos, alguns dos efeitos estilísticos utilizados sofisticam os artigos podendo dificultar a compreensão e, nesse sentido, apontamos mais uma possibilidade de aproximação, nesta fase, com OESP.

Por vezes, o emprego de expressões antigas, embora usuais em UH/RJ, pode causar espanto ao leitor do final dos anos 70.

No primeiro dos artigos que acompanhamos, em junho de 1977, ao comentar os problemas diplomáticos gerados pela entrega de carta por um estudante à primeira-dama norte-americana Rosalynn Carter e falar das injunções surgidas no sentido de que haveria interferência da CIA no episódio, SW observa:

*"Ora, a presença de agentes da CIA, algumas vezes em menor, outras em maior escala, nas mais diversas crises que vêm varrendo a América Latina, é hoje um segredo de polichinelo [grifo nosso]. As recentes acusações em que se viram envolvidos o ex-presidente do México, Luiz Echeverrya e o atual presidente da Venezuela, Carlos Andrés Peres, indicam até que altitude consegue chegar o vôo onipresente da CIA."*³⁵

Em artigo (fevereiro/1980) dedicado a comentar o adesismo dos políticos brasileiros, outras expressões pouco comuns são utilizadas:

*"Até onde vai o atual mau-caratismo do político brasileiro é fácil medir pela adesão do ex-líder do MDB, na Câmara Federal, sr. Laerte Vieira, ao partido do governo, o PDS. Como compensação, ele teria recebido do governador de Santa Catarina, Jorge K. Bornhausen, segundo informações ainda não desmentidas na imprensa, o cargo de consultor geral do Estado. E logo em seguida, em audiência especial com o presidente Figueiredo, à guisa de justificativa, já veio Vieira com a mais acaciana das frases: 'Contraditórios são os que não mudam'. Frase consagrada de um legítimo Catão barriga-verde [grifos nossos]."*³⁶

A ironia também é aplicada em situações diversificadas.

Neste artigo (agosto/1979) ela se volta contra OESP, atacando, indiretamente, uma das bandeiras mais decantadas do jornal, a liberdade de informação que, segundo SW, teria sido ferida pelo próprio periódico:

"Alguns estranhos episódios ocorridos em torno da tumultuada demissão do sr. Mário Henrique Simonsen merecem reparos mais demorados. Para os nossos autorizados colegas do 'Estadão', o 'Governo escolheu o populismo'. Essa é uma interpretação algo apressada. E parece estar muito mais destinada a cobrir um grave atentado cometido pelo velho órgão contra uma das regras básicas do bom jornalismo. Em suma, uma fórmula infeliz para justificar perante seu público as razões que levaram o 'Estadão' a preferir levar um 'furo' relegando a segundo plano a informação em seu poder sobre a demissão de Simonsen. E isso em respeito às pessoas do presidente João Figueiredo e do ministro Mário Henrique Simonsen. Tudo leva a crer que o tradicional matutino não se deixou levar apenas por um

³⁵ WAINER, Samuel. O Dedo da CIA. SP, FSP, 12jun1977. p. 2.

³⁶ WAINER, Samuel. Macunatma, o político. SP, FSP, 10fev1980. p. 2.

impulso emocional desvalorizando a informação; elemento básico da liberdade de imprensa. Não foi uma notícia que o 'Estadão' deixou de veicular na hora que ocorria, mas a queda de um ciclo, de um modelo, de um padrão econômico adotado pelos que, embora acreditando no Brasil, jamais acreditaram no seu povo. O que torna ainda mais grave a omissão da divulgação da decisão já irrevogável, do ministro Simonsen."³⁷

Neste artigo (novembro/1979) suas críticas se voltam contra os chamados "crimes de colarinho branco". Comenta o estouro financeiro do Grupo Lume. A ironia ataca diretamente altos mandatários do País:

"Estourou a Lume como estouraram outras tantas empresas financeiras do gênero. Mas, certas de sua impunidade, essas estruturas de pés de barro, nunca deixaram de ter à sua frente homens de alta capacidade e audácia empresarial. Até mesmo o sr. Roberto Campos chegou a ser envolvido por uma delas. Mas no Brasil como quem não enriquece da noite para o dia é inepto, o golpe é sempre o caminho mais curto. E geralmente, o mais rendoso."³⁸

Traçando uma analogia entre formas diversas de autoritarismo, a polonesa (alusão às dificuldades do Sindicato Solidariedade, em relação ao regime socialista do País), a brasileira e a argentina, e enfocando a questão da liberdade sindical, este artigo (setembro/1980), o último de sua autoria publicado, dirige um de seus petardos irônicos à "linha dura" dos militares brasileiros:

"A esta altura, em Varsóvia, um general polonês poderia parodiar às avessas o general Jorge Videla, presidente da Argentina, declarando à imprensa: 'Estamos diante de uma infiltração perigosa de agentes do capitalismo internacional. Eles pretendem solapar e subverter o nosso sistema socialista.' Mas, lá como cá, por mais honestos que sejam os sentimentos dos 'bolsões radicais, mas puros, do regime', a realidade estaria sendo confundida com o desejo. Pois nem em Gdansk, nem em Buenos Aires ou no ABC, os trabalhadores são hoje os mesmos dos tempos em que agentes internacionais poderiam manipulá-los à vontade. Os anseios por mais liberdade e por uma vida melhor estão ultrapassando as velhas confrontações ideológicas."³⁹

Os textos de SW também são permeados de metáforas. Este artigo (julho/1977) em que o autor descreve diferentes projetos apresentados como alternativas de modelo para a economia do País (refere-se especificamente ao projeto de Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger, ao de Saturnino Braga e ao de Teotônio Vilela). Esses projetos foram considerados por alguns como utópicos. Em torno da temática da utopia surgem as metáforas:

"Se esses projetos vão ou não alcançar os seus objetivos, é ainda um problema secundário. O importante é que existam, que se avolumem, pois pobre do país que não possua mais projetos. Utópicos? Que importa? Foram os utopistas ingleses, com Thomas More à frente, que romperam as negras trevas da Idade Média, criando o viajante imaginário que um dia alcança o Estado ideal. Foi a utopia da cidade da eterna juventude, Shangri-Lá, que tanto contribuiu para fazer com que os ingleses não se sentissem sós e pudessem mobilizar todas as suas forças para vencer

³⁷ WAINER, Samuel. A Verdade Vai Prevalecendo. SP, FSP, 12ago1979. p. 2.

³⁸ WAINER, Samuel. O Estímulo da Impunidade. SP, FSP, 11nov1979. p. 2.

³⁹ WAINER, Samuel. Uma Vitória do Progresso. SP, FSP, 2set1980. p. 2.

uma batalha que já parecia perdida na II Guerra Mundial, a Batalha da Inglaterra, a epopéia de Londres, o desembarque na Normandia.

Felizmente, o viajante imaginário de Thomas More ainda está em plena jornada, deixando aqui e ali as sementes de sua comunidade ideal, estimulando a imaginação criadora da sorridente criança que acaba de nascer nas estepes da Mongólia, na cidade-dormitório de Osasco ou nas planícies ainda românticas do Texas. Os projetos Vilela, Saturnino, Bacha e outros que estarão sendo elaborados por aí indicam que a utopia continua viva. Tudo é passível de cassação, menos o sonho."⁴⁰

Em apaixonado artigo (outubro/1979), SW fala dos resultados de uma série de reportagens sobre a questão dos menores abandonados no País, do jornalista Carlos Luppi atuando, na época, na FSP. Após a apresentação de uma série de cifras assustadoras, o autor se encaminha para a construção de metáforas com o tema, por referência (não nomeada) ao *Capitães da Areia* de Jorge Amado:

"Mas, que resultou de tudo isso até agora? Que resultou dessa verdadeira cruzada conduzida pelo nosso companheiro Carlos Luppi? A exoneração de quatro presidentes da Febem, a demissão de alguns funcionários subalternos, a instauração de mais uma CPI na Assembléia do Estado. E algumas ameaças de morte que o repórter Luppi recebeu no seu mergulho nas tenebrosas trevas da noite sem estrelas dos menores abandonados."⁴¹

Ainda um elemento formal que queremos destacar encontra-se nos textos de SW. Por vezes, usa o artifício de falar de modo indireto, como quem quer negar, de forma a levar o leitor a concluir. Este é mais um efeito utilizado que pode dificultar o entendimento do artigo, mas que, como as ironias e as metáforas, tem o sentido de reforço às críticas/idéias que quer desenvolver.

Este artigo (junho/1979) se inicia de forma otimista numa avaliação dos primeiros cem dias do governo de João Baptista Figueiredo. Depois surgem as advertências veladas apontando para problemas, numa leitura do que o povo pensa:

"O fato de não se ter ouvido um só tiro de fuzil nas greves do ABC, nem nas concentrações universitárias da UNE na Bahia, não significa que o País já esteja liberto do estado policial em que havia se transformado o Movimento de 64. Mas revela, evidentemente, um propósito de não fazê-lo reviver. É essa pelo menos a palavra de João [referência ao presidente], palavra que deve ser realisticamente avaliada pelos fatos até agora por ela absorvidos. É preciso não esquecer que ao povo não interessam precipuamente os nomes que a inevitável nova estrutura partidária do País venha a usar. Mas sim as condições que esta apresentar para conseguir impor ao poder a aceitação das legítimas reivindicações populares ou levá-lo às concessões mútuas que deverão ser feitas. Pois a volta do jogo sujo dos pacotes casuísticos acabará por poluir o emulador clima primaveril que o País está atravessando. E transformá-lo num novo e gélido inverno que o povo não se mostra absolutamente disposto a suportar passivamente."⁴²

⁴⁰ WAINER, Samuel. A Boa Utopia. SP, FSP, 10jul1977. p. 2.

⁴¹ WAINER, Samuel. Laranja Mecânica. SP, FSP, 14out1979. p. 2.

⁴² WAINER, Samuel. A Palavra do João. SP, FSP, 10jun1979. p. 2.

Criticando o governo por lançar mudanças econômicas, planejadas em segredo, sem consulta aos parlamentares, este artigo de dezembro/1979, também pretende falar pelo povo, numa forma indireta de indicação de caminhos:

"A conta, como sempre, será, assim,, paga pelo povo, especialmente pelas classes trabalhadoras. Mas o estado de irritação que se vem alastrando pelo País, sem o menor indicio de coloração ideológica, parece estar atingindo os limites de perigoso transbordamento. O presidente Figueiredo o sentiu na própria pele [preferência ao episódio da visita da equipe presidencial a Florianópolis e que levou a agressões da parte de populares a membros do governo].

Não serão as rosas, disfarçando as baionetas, com que o sr. Paulo Maluf procurou assegurar a tranquilidade de mais uma visita presidencial a São Paulo, que impedirão 'que a Oposição tome as bandeiras do povo'. O último apelo dirigido pelo presidente Figueiredo aos integrantes do futuro Partido Democrático está destinado a diluir-se no ar. Se não pela própria reação do povo, pela marginalização forçada a que tem sido levado pelo próprio Governo. O que permite prever que projetos como o da nova política econômica não alcançarão jamais seus objetivos sem o apoio espontâneo do povo. Este povo que, ainda segundo a definição de Figueiredo: 'sabe o que quer e sabe a oportunidade de dizê-lo'. "⁴³

Partindo-se agora para as oposições mais recorrentes nos editoriais de OESP chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 5

Oposições recorrentes em OESP⁴⁴

(fevereiro/1975 a março/1979)

Democracia	X	Autoritarismo
Privatização	X	Estatização
Probidade	X	Corrupção

A oposição predominante nos artigos de OESP é aquela que antagoniza Democracia e Autoritarismo. Neste par de opostos, situa-se a defesa das chamadas liberdades democráticas, dentre as quais se destaca a questão da liberdade de imprensa contraposta à censura. Repudia-se a centralização de poderes no Executivo defendendo-se o princípio do Federalismo e da autonomia dos poderes. Valoriza-se a participação política como parte dos direitos dos indivíduos e do cidadão. Defendem-se as eleições diretas por contraposição às indiretas. O jornal coloca-se

⁴³ WAINER, Samuel. O Povo Fora da Jogada. SP, FSP, 9dez1979. p. 2.

⁴⁴ Do mesmo modo que agimos em quadros semelhantes nos capítulos anteriores, os elementos eufóricos (positividade) localizam-se à esquerda, enquanto que os disfóricos (negatividade) situam-se à direita.

favoravelmente ao processo de abertura política e crítica a chamada Doutrina da Segurança Nacional. Em suma, está em questão, fundamentalmente o caráter cerceador e repressivo do regime militar.

No segundo par de opostos, localiza-se basicamente a velha bandeira do jornal que defende, de um lado, os capitais privados nacionais, manifestando-se favoravelmente à privatização como forma de encaminhar soluções para os problemas econômicos do País e, de outro, a abertura à participação do capital externo contraposta aos ideais "nacionalisteiros" que OESP repudia.

Por fim, a oposição Probidade X Corrupção refere-se a uma preocupação acentuada nesta fase pelo jornal. Enquanto nos outros momentos, não se apontava, no esquema governamental, para negociações que teriam sido realizadas, ao longo do governo Geisel, a temática da corrupção administrativa pontificará como uma das maiores denúncias de OESP.

Em relação aos artigos assinados por SW, chegamos aos seguintes pares de opostos:

Quadro 6

Oposições recorrentes em SW

(junho/1977 a setembro/1980)

Democracia	X	Autoritarismo
Probidade	X	Corrupção
Reformismo	X	Radicalismo
Civilização	X	Barbárie

O primeiro par (maior recorrência), à semelhança de OESP, opõe Democracia ao Autoritarismo e nele se enquadram as críticas à ausência de participação popular, ao processo de eleições indiretas. Localiza-se também a defesa da Oposição autêntica (setores do MDB que não participam do adesismo) e a apologia do sindicalismo livre em contraposição ao sindicalismo atrelado. Além de lutar pela liberdade de imprensa, SW se manifesta contrariamente à manipulação (não basta apenas a liberdade formal expressa na ausência de controle governamental, importam os compromissos assumidos pelos órgãos de divulgação).

Da mesma forma que ocorre com OESP nesta fase, SW manifesta preocupação com a corrupção administrativa, alvo de alguns de seus artigos. Defende a austeridade econômica frente ao desperdício e se coloca favoravelmente ao exercício de atividades de controle dos gastos públicos.

Os artigos de SW reiteram o ideal reformista. Opõem a maturidade política (reformismo) à imaturidade (radicalismo); a primeira dominada pela reflexão e a segunda pela

emoção; a primeira representada pela boa utopia (contribuição através de projetos alternativos para o País) e a segunda pela má utopia (o que existia no governo Goulart⁴⁵).

A oposição que contrapõe a Civilização à Barbárie estava presente anteriormente em OESP. No caso de SW, neste momento, aparece o destaque de São Paulo em relação às outras regiões do País, num predomínio encarado como "natural". Consiste, também, na defesa do ideal de progresso ou "modernidade" contra as formas arcaicas ou "atrasadas".

3.3. Diferentes jornais/jornalistas / Projetos sociais distintos

OESP, entre 1975 e 1979, completamente envolvido na luta pela liberalização do regime, posiciona-se favoravelmente à restauração das chamadas liberdades democráticas, dentre as quais inclui o respeito aos direitos da pessoa humana, a devolução do *habeas corpus*, o primado da Constituição sobre o instrumental de exceção (leia-se o AI-5, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional). Em suma, defende o estabelecimento do Estado de Direito. Propõe o Estado em diálogo com a Sociedade e mantendo o equilíbrio entre os poderes. Entende ser importante o revigoramento das instituições.

Contrariando a opinião do presidente Geisel que entende que nesse momento (abril/1976) o País vive em liberdade, o editorial abaixo aponta para os limites da situação política brasileira:

"É sabido que o AI-5 se superpõe à Constituição. E que a suspende, na prática e na realidade, sendo insinceros, ou néscios, os que fizeram inserir, na nota oficial divulgada pela Arena, este trecho: 'O governo age segundo a legislação em vigor, expressa no Ato Institucional e na Constituição que o aprova [grifos no original]. E assim continuará a agir'. A Emenda Constitucional de 1969, uma Constituição outorgada, não aprovou o AI-5; nasceu submetida a ele, que já existia desde 13 de dezembro de 1968. E se aniquila diante dele, como Constituição, já que o Ato prevalece em tudo que diz respeito às limitações do Poder, matéria básica de qualquer Constituição democrática.

E, porque o AI-5 prevalece sobre a Lei Básica, seu exercício está imune de apreciação judicial: não se pode julgar, senão por referência à Lei. E o AI-5 está fora de toda lei; é a antilei.

Sem o predomínio da lei, não há como falar de um regime com liberdade. Muito menos, de um regime de liberdades, especialmente das liberdades públicas clássicas: liberdade de imprensa e outros meios de expressão, liberdade de reunião e de manifestação, liberdade de associação, liberdade dos espetáculos e diversões. todo o seu papel no campo político, eleições, Congresso, instituições - fica frustrado. Sua prática e exercício dependerão de simpatias pessoais, de ânimos momentâneos, de apegos e idiosincrasias - do arbítrio, numa única palavra. Não há, então, contradição maior do que convocar a Nação à responsabilidade comum, guardando o Poder para si prerrogativas de irresponsabilidade - a irresponsabilidade jurídica pelos atos postos em virtude do AI-5 e complementares."⁴⁶

⁴⁵ Estas considerações sobre o governo Goulart localizam-se em artigo, já citado, intitulado "A Boa Utopia". Interessante observar que, através de UH, Samuel Wainer, em 1964, representava, na imprensa, basicamente, o único apoio ao governo depois deposto pelo golpe.

⁴⁶ LIBERDADE e lei. SP, OESP, 11abr1976. p. 3.

Em abril/1975, criticando o fato de o Congresso haver recuado na convocação para o ministro da Justiça prestar esclarecimentos sobre a situação dos presos políticos, as reprimendas do jornal recaem sobre a ARENA e o MDB:

*"Se o partido [refere-se ao MDB] quiser agora recolher-se para uma revisão de táticas, sem deixar de se recomendar à opinião como advogado dos direitos humanos e das liberdades, há uma sugestão a lhe oferecer: lute, junto com a maioria esmagadora da opinião, com número expressivo de magistrados em todas as cortes e com a Ordem dos Advogados do Brasil pelo restabelecimento da prerrogativa democrática do habeas corpus, uma tradição brasileira de 150 anos, pilar da democracia e do Estado de Direito. Como disse certa vez o deputado Célio Borja, será 'incompatível com o regime democrático a recusa sistemática de remédio expedito contra as violações, arbitrarias e não fundadas em lei, de qualquer liberdade pessoal'. Conseguida a restauração do habeas corpus [grifos no original], o MDB terá lavrado uma vitória definitiva contra todos os abusos individuais denunciados."*⁴⁷

Falando sobre as manifestações relativas ao centenário do jornal (4 de janeiro de 1975), o editorial destaca o pronunciamento de Teotônio Vilela (em 1970 fora o único voto da ARENA contrário ao decreto da censura prévia à imprensa) e o de Eurico Rezende (apoiou o presidente Médici no estabelecimento da censura):

*"Desgraçadamente para nós, o senador Eurico Rezende pintou um quadro real, na continuada defesa das situações de fato. Como o senador Teotônio Vilela, continuamos a bater-nos por situações de direito. Mas somos obrigados a constatar o que o senador Eurico Rezende defende. Há pouco tempo dizíamos aqui que, 'enquanto a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional derem a diferentes setores do Poder Público o direito de, ao arbítrio de quem decide, suspender órgãos de informação ou ordenar devassa em sua organização interna, a liberdade de imprensa não estará totalmente resguardada'."*⁴⁸

Este editorial (fevereiro/1977) generaliza a crítica às relações entre Estado e sociedade, a partir de 1964:

"Essa atitude - que não é própria apenas do presidente Geisel e de seu ministério, mas vem-se acentuando de 1964 para cá - decorre da própria forma pela qual se estruturou, no decorrer desses treze anos de governos revolucionários, a relação entre o Estado e a Sociedade Civil, que confere ao primeiro a qualidade de representante infalível da Nação, sendo a segunda, menor em importância, movida por interesses subalternos, o que explica, aliás, o fato de os 'donos do poder' registrarem qualquer manifestação de desacordo com a orientação traçada de cima como expressão de maledicência e toda crítica como preocupação 'em fomentar dissensões, em criar áreas de tensões, em criar conflitos'. Não são muitos os que se preocupam com o fenômeno de constituição específica da 'forma política' brasileira, cuja origem remonta, no mínimo, ao Estado Novo, mas que adquiriu contornos nítidos a partir de 1964, apesar de os ideais inspiradores do movimento de março militarem em sentido contrário. Não obstante essa relativa falta de

⁴⁷ A pobreza geral de um episódio. SP, OESP, 13abr1975. p. 3.

⁴⁸ ARBÍTRIO e reparação da liberdade. SP, OESP, 9mar1975. p. 3.

*atenção, especialmente por parte de muitos setores do empresariado, a correta compreensão dos fatos é fundamental, pois dela dependerá o rumo que as coisas tomarão no Brasil, bem como a possibilidade de fundar-se o Estado de Direito, quando vier a ser restabelecido, sobre bases realmente sólidas e capazes de resistir a crises futuras."*⁴⁹

Em termos do projeto de distensão, manifesta-se a favor da proposta governamental de distensão "lenta, gradual e segura". As preocupações do momento fazem com que defenda a supremacia da distensão política sobre a social e econômica. Mas, a fidelidade a seus pressupostos liberais levam a apontar para a inocuidade do processo de abertura frente à crescente estatização da economia. Coloca-se contrariamente, ao que denomina de nacionalismo "irracional". Neste sentido, mostra-se fiel aos chamados "princípios da Revolução". Não abandona a defesa do Liberalismo e do primado da liberdade com o corolário da responsabilidade.

Em editorial que critica o processo sucessório presidencial exhibe também seu descontentamento com o governo Geisel. Entretanto, de modo indireto, apresenta seu apoio ao projeto de distensão tal qual proposto pelos militares:

*"O mérito da intervenção militar no processo político está na razão direta de maior experiência adquirida, numa certa transferência de aprendizagem, de um escalão de comando para o cargo supremo da administração nacional. Ora, dos nomes que apareceram, um único somou às atividades de comando e liderança na caserna a prática da administração, o que dá consciência nitida da fragilidade do atual processo de seleção. E a essa constatação junta-se o testemunho da experiência feita. Afinal, o general Castelo Branco foi também escolhido por apresentar uma formação mais diversificada, como por suas convicções solidamente democráticas. Nem por isso conseguiu, a determinada altura de seu governo, impedir que a Revolução enveredasse por caminhos opostos aos de seu compromisso com a democracia. De igual convergência nos julgamentos se viu investido o general Ernesto Geisel, hoje tão aquém das esperanças que nele materializaram um certo projeto político - a lenta, segura e gradual distensão."*⁵⁰

Voltando-se contra as mudanças observadas na fala presidencial (Geisel) em diferentes momentos (março e agosto de 1975), OESP, em setembro/1975, aponta para a importância da distensão política:

"Esse empobrecimento tem seu paralelo na distância que separa o discurso do presidente Ernesto Geisel de 10. de agosto último dos discursos anteriores e, em especial, da mensagem enviada ao Congresso em março. Não há como conciliá-los. Em março, o presidente se mostrava preocupado com o retardo ou hiato excessivo do setor político com relação ao psicossocial e econômico: 'por circunstâncias várias, estagnou-se o setor político ou, com maior razão, retrocediu, uma vez que, na dinâmica social, a estagnação é meramente episódica levando, logo a seguir, à involução e ao retrocesso paulatinos'. Em agosto, a linguagem era outra, se não oposta: 'a distensão não deve ser apenas política, nem predominantemente política'. Recuou-se do cidadão para o simples indivíduo, quando a distensão foi dividida e atomizada. Depois de agosto, distensão não são mais ideais, direitos e instituições; distensão são coisas: a majoração salarial de 43%, a criação de esquemas para

⁴⁹ OS dados do problema. SP, OESP, 13fev1977. p. 3.

⁵⁰ A quinta estrela. SP, OESP, 10jul1977. p. 3.

casa própria, a distribuição gratuita de remédios aos mais necessitados, a regularização do abastecimento da população, a solução dos problemas das regiões metropolitanas, o acesso à educação superior e até as cotas da arrecadação fiscal destinadas a Estado e municípios.

Em substância, voltou-se à reiterada tese do presidente Médici: 'não é possível realizar todos os objetivos governamentais de uma só vez..., a democracia econômica é pressuposto da democracia social, e... esta, por sua vez, consolida a paz indispensável para que se estabeleça a democracia política'. Quando, portanto, todas as metas prioritárias e intermediárias forem atingidas, quando os mais ambiciosos programas de distensão econômica e social forem cumpridos à risca e executados com perfeição, é que se poderia perguntar o que Siyès perguntou sobre o Terceiro Estado, no início da Revolução Francesa: o que é o cidadão?

A tese presidencial de março de 1975 postulava uma distensão global, atacada em várias linhas de força, mas com maior peso e vigor onde se tinha introduzido o desequilíbrio, com 'retardos ou hiatos excessivos'. 'De pouco valerá concentrar-se o máximo de esforços num setor único, desprezando os demais, porquanto a inércia destes se acrescerá, com o tempo, além de toda a medida, impondo as restrições da conhecida lei geral dos rendimentos decrescentes'. A tese de agosto de 1975 é antes uma distensão linear e sucessiva, no pressuposto de que 'muito já se fez no sentido de uma distensão na própria área política'.

Fez-se muito, mas não o bastante."⁵¹

O predomínio do político sobre o econômico e o social volta a ser defendido pelo jornal em editorial (abril/1977) que critica a recente edição do "pacote de abril" em comentários sobre as negociações internacionais do ministro Mário Henrique Simonsen:

"Bem prevenido, o ministro Mário Henrique Simonsen levou na bagagem um exemplar da Constituição, com o artigo 182 anotado de memória: seus interlocutores norte-americanos queriam certamente saber sobre que garantias pode oferecer a investidores um país onde um presidente susta as atividades de um Congresso legitimamente eleito, para chamar a si a plenitude do Poder Legislativo e com essa facilidade editar, entre outras coisas, qual deva ser a estrutura e o funcionamento do Judiciário.

Os norte-americanos não aderiram à filosofia aqui em voga, de que do desenvolvimento econômico e social brota espontaneamente o desenvolvimento político democrático. A rigor, pensam exatamente o contrário: a democracia estimula, protege e controla o desenvolvimento econômico."⁵²

O editorial abaixo (fevereiro/1977) relaciona as metas de abertura política com a crítica à estatização da economia (em contraste às idéias anteriormente defendidas de supremacia do político sobre o econômico e social):

"É lamentável, no instante em que da Argentina e do Peru chegam as primeiras provas conclusivas de que o caminho da estatização simplesmente leva à 'débâcle', procedendo seus governos às indispensáveis reavaliações da linha econômica anterior, que, no Brasil, ainda não se tenha formado corrente de opinião favorável à prevalência da livre iniciativa sobre a empresa privada [sic]. Apesar de reconhecermos, como nunca o deixamos de fazer, a necessidade da intervenção realmente supletiva [grifos no original] do Estado no processo econômico, cremos

⁵¹ A distensão, entre o pensar e o agir. SP, OESP, 14set1975. p. 3.

⁵² A virtude do tranquilizante. SP, OESP, 10abr1977. p. 3.

*que enquanto não se definirem corretamente os campos em favor ou contra a estatização da economia, o debate sobre a abertura política será inócuo, se não contraproducente. Não apenas essa definição é indispensável faz-se igualmente mister que se cristalizem as lideranças e que se possa discernir, à primeira vista e sem maiores delongas, quais são os industriais que desejam fazer política pessoal, aproveitando-se das circunstâncias, e quais aqueles que honestamente almejam fazer do patrimônio empresarial político e social que acumularam fonte de valores referenciais para um diálogo construtivo com o governo. Esses são os dados do problema e não outros."*⁵³

OESP mostra concordância com as idéias defendidas por Juan Linz⁵⁴ acerca do regime brasileiro, em 1973, relativamente ao fato de que a ingerência norte-americana (questão dos direitos humanos) provocava uma aproximação dos governos militares com outros países que não o seu aliado preferencial (EUA). Neste editorial (agosto/1977), OESP vai mais longe e diz que a posição dos EUA facilita o desenvolvimento de posturas nacionalistas no País. Nesse sentido, mais uma vez se afasta das posturas defendidas na direção do predomínio da abertura política, no momento em que relega a plano secundário as críticas à violação dos direitos humanos no Brasil:

*"Preocupado, sem dúvida, não só em demonstrar à opinião pública européia que a campanha em defesa dos direitos humanos não visa apenas à União Soviética, mas também em justificar sua atitude diante de governos cuja amizade interessa à segurança norte-americana, Carter considera que a América Latina pode ser o exemplo vivo de que seu interesse pelos direitos humanos é universal e não particular. Ele se esquece, todavia, de que, assim como sua cruzada pode favorecer os 'duros' na União Soviética, na América Latina corre o risco de ter efeitos exatamente contrários aos visados, na medida em que estimula o nacionalismo irracional e desperta a memória das intervenções feitas no início do século nas Antilhas, e de todos os erros cometidos pelo Departamento de Estado em sua política latino-americana. O mais grave desse ponto de vista, quer-nos parecer, é que não são os setores liberais, afastados do poder em quase toda a América Latina, os que irão vociferar contra os Estados Unidos; serão, exatamente, os setores autoritários, que, na defesa da soberania nacional em sentido estrito, não cederão suas posições de poder, para não dar a impressão de capitular à pressão dos Estados Unidos."*⁵⁵

Em dezembro/1977, OESP fala em nome de um "ideário de 1964" para criticar o processo sucessório desencadeado:

"Não se pode, honestamente, pretender reconstruir a democracia (ainda que por estranhos e sinuosos caminhos gradualistas), desconhecendo o fato de que, desde 1964, a sociedade não só viu aumentar seus quadros técnicos e intelectuais, como renovou suas elites [grifo no original]. O País de hoje não é o mesmo de treze anos atrás - em boa parte, pelos esforços feitos pelos diferentes governos revolucionários; exatamente por ser diferente, porém, é que ele não pode concordar com a afirmação pública de que não surgiu, ao longo desses anos todos, quem seja capaz de substituir os novos capitães-donatários e de levar para a administração pública o espírito renovador da sociedade que se transformou. Ao não reconhecer esse fato e ao não querer admitir que a persistência nos métodos que se revelaram

⁵³ OS dados do problema. SP, OESP. 13fev.1977. p. 3.

⁵⁴ LINZ, Juan. "O regime brasileiro". SP, Veja. 5dez.1973. p. 3-12.

⁵⁵ INICIATIVAS infelizes. SP, OESP. 14ago.1977. p. 3.

errados teve pesadas conseqüências para o País, o governo passa atestado final e definitivo de que o ideário de 1964 foi cabalmente sepultado e de que a política de campanário pode retornar triunfante."⁵⁶

A apologia da ortodoxia liberal é o tema deste artigo (abril/1976):

"Só não há liberdade para os irresponsáveis' - foi a frase do presidente Ernesto Geisel, em Cuiabá, na qual queremos sublinhar a ortodoxia liberal, uma ortodoxia exemplar para esta hora de ambiguidades, de infidelidade e traição barata às instituições democráticas e de uma guerra de notas em que tranços verbais se produziram num deserto de convicções. Os que sempre professamos o liberalismo político, desertado em tropelia, ao primeiro obstáculo, por tantos dos assessores e porta-vozes do presidente da República, também sempre entendemos que a responsabilidade é o corolário da liberdade; porque o homem é livre, é autor de seus atos; e tanto basta e se requer para que seja imputável, responsável por estes, sem que se lhe negue, a liberdade - antes, reafirmando-a e enfatizando-a. Aos novos corifeus do autoritarismo, que vêm atirando o liberalismo nos confins da licenciosidade (falou-se até, casando com a precariedade das idéias a impropriedade nos termos, em libertinagem), queremos remetê-los a um dos clássicos do liberalismo John Locke, que estendeu a legalidade e a responsabilidade até aos primórdios do estado de natureza: 'O estado de natureza tem uma lei natural que o governa e que obriga a cada um; e a razão, que é essa lei, ensina a toda a humanidade, desde que esta queira consultá-la, que, sendo todos iguais e independentes, ninguém poderá prejudicar o outro em sua vida, saúde, liberdade ou posses'.

Por amor à liberdade e não por temor de seu exercício, foi que os homens se constituíram em sociedade civil, delegando ao Poder Executivo, seja qual for a forma de governo, sua preservação e garantia. Dai as liberdades, quer as civis, quer as públicas, terem assumido o caráter de segurança e de direitos [grifos no original]. O único percalço da liberdade foi sempre o arbitrio, quer dos indivíduos, quer do Estado.

O presidente Ernesto Geisel bem poderia ter evocado Montesquieu: 'É preciso ter em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem - e, se um cidadão pudesse fazer o que elas proíbem, não mais haveria liberdade, pois os outros teriam também o mesmo poder'. Só a lei, impondo-se a todas as vontades, é realmente liberadora em termos civis. Um regime de liberdade é um regime de leis, certamente, é o Estado de Direito."⁵⁷

Em relação aos militares faz a defesa de sua coesão, posicionando-se contrariamente às divisões geradas pela participação política nos processos sucessórios. Desse modo, opõe-se à permanência dos militares no poder. Opõe-se também, aos setores autoritários e às manifestações de autoritarismo, como, por exemplo, as eleições indiretas para governadores.

Em crítica clara ao processo sucessório do presidente Geisel vem à tona, neste editorial (julho/1977), a questão da intervenção militar na vida política que toca no melindroso ponto da coesão das Forças Armadas, tratando-as como agrupamento separado do restante da sociedade e, portanto, distante das divisões sociais:

⁵⁶ A única saída possível. SP, OESP, 11dez1977. p. 3.

⁵⁷ LIBERDADE e lei. SP, OESP, 11abr1976. p. 3.

"Porque não há, também, alternativa civil, se diz em última instância. Porque a intervenção militar não teve ainda tempo de medrar em frutos na sociedade civil, não tendo esta se afeiçoado ainda bastante às virtudes típicas da caserna, à disciplina e à organização entre outras. O exame, porém, da solução que resta, a solução militar, merece ser mais exaustivo. Por imperativos patrióticos, primeiro. E pela responsabilidade que decorre da liberdade de opinar, depois: vedada, em absoluto, a participação, queremos mostrar-nos pelo menos à altura de algumas reflexões, em que pesem as restrições feitas ao interesse nacional por alguns líderes arenistas, que proclamam aos quatro ventos ser a sucessão presidencial assunto exclusivo do presidente em exercício de mandato.

Mesmo pelas regras atuais do jogo, a sucessão é disputa de preferências por este ou aquele de uma dezena de nomes: os nomes dos oficiais-generais de quatro estrelas, candidatos naturais à quinta, à Presidência da República. O jogo transfere, então, para dentro das Forças Armadas, um elemento estranho a sua índole própria: a divisão de opiniões da sociedade civil que encontra seu estuário nos partidos políticos. E aí surge o comprometimento da coesão e unidade das Forças Armadas. Porque não se pode decidir da aptidão de um nome para ocupar a Presidência da República pelo critério único de garantia da segurança nacional contra os antagonismos internos e externos, até porque essa garantia é traço comum da instituição como tal."⁵⁸

Este editorial (fevereiro/1978), em que OESP aponta para o seu momento de cisão mais clara com o regime militar (reservando-se o direito de passar a sua versão construída - a de resistência - sobre essa ruptura); coloca, ao mesmo tempo, a divergência em relação a eleições indiretas para governadores e acerca da permanência dos militares no poder:

"Para dezenas de milhões de brasileiros eleitores, a tese atribuída pelo deputado arenista Henrique Brito ao general João Baptista Figueiredo seria o fim das frustrações: 'agora será a vez dos políticos, a vez de quem realmente têm votos' - a maioria esmagadora dos eleitoralmente qualificados que comparece às urnas, comparece por querer tirar a limpo quem de fato concentra as aspirações da maioria, quem sai como denominador comum dos interesses. O que compromete a tese, há mais de 12 anos; são os métodos de comprovação impostos pelo Sistema, que trucam os resultados e viciam as conclusões do sufrágio popular. Fica, assim, em suspenso, qualquer valor que pudesse ser emprestado às declarações do general-candidato, se, patrocinando a tese em si, não se empenhar também pela absoluta lisura de sua verificação.

E sobram razões para que duvidemos de tal empenho. A primeira e fundamental, por ter o próprio Sistema riscado (e furtado de nós) a aferição 'de quem realmente têm votos'. No que diz respeito às eleições para governadores, esse trabalho de obliteração da evidência eleitoral de liderança política vem sendo caprichosamente montado desde outubro de 1965, quando o governo Castelo Branco amargou os resultados adversos nas eleições para governador da Guanabara e de Minas Gerais, apesar dos êxitos obtidos em nove outros Estados. Firmou-se então o propósito de não permitir que a transferência do poder se fizesse por via de manifestação popular, caso não conferisse esta com o beneplácito do Poder Revolucionário. Estava implantada a derrota do voto, pela designação, e as eleições indiretas, realizadas nos onze Estados restantes em 1966, consolidaram-na, com o caso típico do Rio Grande do Sul, onde não se titubeou mutilar o órgão eleitoral, a Assembléia Legislativa, para que fosse garantida a vitória do sr. Peracchi Barcelos.(...)

⁵⁸ A quinta estrela. SP, OESP, 10jul1977. p. 3.

O general João Baptista Figueiredo, comum mortal como todos os eleitores brasileiros, não pode arrogar-se o carisma de poder enxergar o que não se materializou, para que diga ser hora de se dar vez a quem realmente tem votos. Nem mesmo votos numa convenção, a menos que queira ditar ou insinuar por quem deverão eles pronunciar-se. Fazendo-o, porém, estará dando sua contribuição pessoal, antes da própria eleição e investidura, para a linha fatal seguida desde 1965 e que marca a derrocada do poder que conta assumir, o poder civil. É essa linha que priva de qualquer crédito as reiteradas afirmações de ser a Presidência um cargo civil e não uma tutela ditatorial."⁵⁹

Economicamente, a corrupção e as irregularidades financeiras são grandes preocupações, ao lado do montante da dívida externa. Apesar disso, mantém-se defendendo o ingresso de capitais estrangeiros e a participação externa nos assuntos nacionais. Exemplo claro disto, é a apologia dos contratos de risco para a exploração de petróleo. Postula a austeridade econômica governamental, ao lado da manutenção da meta de desenvolvimento econômico. Porém, no tocante à inflação (outra de suas preocupações), coloca a elevação salarial como um de seus fatores geradores. Entende a iniciativa privada como fator de evolução do País, na medida em que a ambição por lucros justos representa uma das molas propulsoras do homem. Refuta projetos como o de reforma agrária e, de maneira geral, a propriedade comunitária dos meios de produção.

Em julho/1975, ficando-se no combate à corrupção como uma das bandeiras da "Revolução", o jornal não hesita em condenar até uma das obras que o "Poder Revolucionário" quis exibir como um de seus cartões de visita - a construção da Ponte Rio-Niterói - implicando o ex-ministro Mário Andreazza:

"Tem sido um tema freqüente destas colunas a restituição da magistratura fiscal à verdade de suas funções. Jamais nos conformamos com a burla feita aos Tribunais de Contas, quando, sob os auspícios do Poder Executivo, se introduziu o abuso de se subtrair à sua fiscalização a administração financeira de empresas de economia mista. Nossa atitude é ditada pelo interesse da coletividade, que quer ver a administração financeira do setor público sujeita à maior fiscalização possível. E partimos do princípio de que ao administrador incumbirá sempre o dever indeclinável de prestar contas se é pública a origem do bem administrado, como aliás consta do artigo 93 do Decreto-lei 200/67: 'Quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprego, na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes'.

Tudo isso nos dava o direito de esperar do Tribunal de Contas da União um julgamento exemplar, ao ser chamado a se pronunciar sobre as contas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no período de 1965-1971. Essa autarquia figurava entre as entidades omissas na prestação de contas do exercício de 1971 - 212, ao todo -, a que o Tribunal aplicou, em fevereiro de 1974, a multa de cinco salários mínimos. Em dezembro o Tribunal lhe concedia prazo de 45 dias para que apresentasse explicações convincentes sobre as irregularidades encontradas na prestação de contas: inexistência de cronogramas financeiros (que geraram a paralisação das obras por falta de recursos), controle inadequado de bens móveis e lançamento antecipado de receitas. Inexplicavelmente, o prazo de 45 dias arrastou-se até agora, quando as justificativas do ex-ministro Mário Andreazza vieram calçadas num sofisma: que o Tribunal julgasse não a prestação de contas financeira, mas a obra realizada."⁶⁰

⁵⁹ QUEM tem realmente votos? SP, OESP, 12fev1978. p. 3.

⁶⁰ A multa simbólica do DNER. SP, OESP, 13jul1975. p. 3.

Em outubro/1978, ao final do governo Geisel, o balanço do jornal em relação ao aumento das irregularidades financeiras cometidas é profundamente negativo:

"Sobre a corrupção, sempre se soube ser ela feita em sociedade: ninguém é corrupto ou corruptor solitariamente. Um escândalo administrativo pode estourar em público como perpetrado por uma única pessoa, como obra de um só; já a corrupção supõe um pacto. E um pacto as mais das vezes tácito: mais do que não deixar rastros, cuida a corrupção de não pronunciar seu próprio nome. Eis por que calar a corrupção é uma forma de conivência com ela.

*Por falta de não ter aprendido, desde o início, a chamar a corrupção pelo próprio nome, vai-se acabando o governo Geisel como tendo inventado a arte de administrar a corrupção e até mesmo como tendo firmado - fato novo e estarrecedor - uma política da corrupção."*⁶¹

Este editorial (agosto/1975) apoia as medidas no sentido de ampliação da participação da iniciativa privada na economia nacional:

*"Recentemente, ao inaugurar uma instalação industrial no Estado da Bahia, o general Ernesto Geisel, declarou que 'a empresa privada é o mais indicado instrumento para o desenvolvimento do Brasil'. Semanas depois, ao discursar na Associação das Indústrias Latino-Americanas, s. exa. voltou a referir-se com ênfase ao assunto, dizendo textualmente que 'o papel principal no modelo brasileiro de desenvolvimento industrial é claramente reservado à empresa privada'. Mais recentemente, o governo federal determinou, por ordem expressa do presidente Geisel, que qualquer iniciativa visando à criação de subsidiárias de empresas de economia mista destinadas a exercer atividades industriais ou comerciais, bem como a executar projetos, deveria obter antecipadamente a aprovação do ministério respectivo. Essa orientação, emanada do chefe do governo, foi subscrita, mais uma vez, pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ao declarar que 'o governo já tem grande participação na economia brasileira (50% do total do PIB) e está disposto a emprestar todo apoio financeiro para que a iniciativa privada ocupe os espaços ainda vazios, principalmente na produção de insumos básicos e bens de capital. A urgência de substituição das importações não significa que ela será feita pelos caminhos mais fáceis, com os investimentos estatais ou de empresas estrangeiras, pois isso poderá provocar séria instabilidade no modelo brasileiro pela retração natural que ela acarreta aos capitais privados nacionais."*⁶²

Este editorial (outubro/1975) se dedica à defesa dos contratos de risco para a exploração de petróleo o que coloca em discussão a velha temática da manutenção do monopólio da Petrobrás. Este debate é esclarecedor quanto aos ideais do jornal:

"A decisão do presidente da República, de 'autorizar a Petrobrás, sem quebra do regime de monopólio, a realizar contratos de serviço, com cláusula de risco por conta da empresa executora; em áreas previamente selecionadas', veio na 25a. hora de uma dependência com que o interesse nacional jamais poderia contemporizar. País em crescimento e expansão de todos os setores, de há muito não podíamos mais nivelar nossas necessidades pelo ritmo minguaado de produção da Petrobrás,

⁶¹ QUEM rouba o reino é digno de glória. SP, OESP, 8out1978. p. 3.

⁶² UMA no cravo, outra na ferradura. SP, OESP, 10ago1975. p. 3.

incapaz, ainda no primeiro semestre, de atender a mais de 22% do consumo nacional; nem temos com que enfrentar, em futuro previsível, a escalada dos preços internacionais do óleo cru, determinados pela Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP).

Que fazer, portanto, diante de nossa peculiar vulnerabilidade à crise, criminosamente disfarçada até o insustentável? Que fazer, diante de uma dependência que já nos impõe um sério comprometimento financeiro que levaria a soberania nacional, sem opção e sem salvação, a reduzir-se a uma figura de dicionário?

Foi no quadro do interesse e da soberania nacional que o presidente da República repôs um velho problema, até agora brandido apenas pela grita estéril, sem objetividade e de má fé, sobre a intocabilidade da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo. Ela nos deu muitos discursos e slogans, mas nenhuma solução. Captou-se o que se pôde da poupança nacional, multiplicaram-se os ônus fiscais, criou-se uma empresa bem cotada no ranking [grifos no original] internacional. Mas não se conseguiu a preciosa auto-suficiência em petróleo e com ela uma independência econômica que seja o respaldo da independência política. Bem ao contrário: dobrou-se nossa política internacional, para que pudéssemos bater, de chapéu na mão, à porta dos países árabes. E para voltar - ao que se viu até o presente - de mãos vazias.

Não foi fácil para o presidente da República enfrentar o barulhento clã nacionalista fértil criador de totens e fetiches de todos os campos da economia nacional e ardiloso embusteiro sempre que se encaminham as soluções ditadas pelo verdadeiro patriotismo e pela sã razão.⁶³

O editorial abaixo (março/1976) mostra sérias preocupações com o aumento inflacionário e com o montante da dívida externa. Assim, o que não era comum acontecer, a figura dos ministros da área econômica é criticada:

"A alta de preços verificada nos dois primeiros meses de 1976 foi a maior dos últimos sete anos. A taxa inflacionária, por sua vez, mostra a brusca aceleração de 7,4%, contra 4,6% e 5,7% em igual período, nos anos de 1975 e 1974. As medidas de restrição às importações estão longe de surtir o efeito desejado e o desequilíbrio na balança comercial ameaça ultrapassar em curto prazo os limites considerados aceitáveis pelo governo federal para todo um ano. A dívida externa, que foi de 11,9 bilhões de dólares em setembro de 1973, saltou para 17 bilhões no final de 1974 e para 22, em dezembro de 1975.

Nos primeiros dias do ano anunciou-se que este seria um ano de transição. Mas como os movimentos, por sua labilidade, não se caracterizam por si mesmos, senão por seus termos, a explicação morria em si só. Dizer que estamos numa fase de transição, sem dizer aonde tal transição nos levará, é falar por incógnitas e reticências, fala que não convém à habitual loquacidade de nossos ministros na área econômico-financeira.

A caracterização é, aliás, impertinente: não se pode dizer mais de transição em período em que as transformações fogem às previsões; em que a aceleração começa a não ter alternativa outra que a capotagem ou a colisão. Se a política de full disclosure, anunciada no Seminário sobre Investimentos no Brasil, merecesse aplicação universal, se deveria proclamar publicamente que a economia brasileira anda em fase de mutação. E, na tese do evolucionista Jacques Monod, só a

⁶³ A 25a. hora da dependência. SP, OESP, 12out1975. p. 3.

conservação das estruturas - biológicas ou sociais - tem como lei a necessidade, a determinação. A mutação não tem lei, faz-se ao sabor do acaso."⁶⁴

A propósito de críticas a irregularidades cometidas com o Programa de Distribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Nordeste - Proterra -, o editorial de outubro/1976, faz a crítica aos objetivos de reforma agrária:

"Há doze anos [refere-se aos antecedentes de 1964] eram muito poucos os que conseguiram vislumbrar a realidade agrícola e assim avaliar o seu verdadeiro sentido econômico e social, o seu real significado para a coletividade e para o indivíduo. Imaginava-se, então, que repartição de terras e produtividade dos campos eram medidas compatíveis, que justiça e produção chegariam juntas, e juntas se consolidariam no momento em que se fizesse a 'reforma agrária'. Pouco a pouco, porém, o panorama se modificou. A Revolução de Março, cortou pela raiz a atividade dos que se aproveitavam da ignorância, da miséria e de desarticulações sócio-econômicas peculiares a uma área-problema, pobre no seu âmago, como é o Nordeste, para nos submeter ao poder totalitário emanado de Moscou. Em seguida, começou-se a pesar e comparar a atividade agrícola na União Soviética e nos Estados Unidos, medindo-se inclusive a produtividade nas fazendas coletivas da Ucrânia e nas propriedades privadas agrícolas do Meio-Oeste norte-americano. Pouco a pouco, então, o mito da distribuição indiscriminada de terras e da agricultura estatal se foi enfraquecendo, até que as compras maciças de cereais feitas pelos russos acabaram por deitar por terra, de uma vez por todas, a crença de que a solução dos problemas agrícolas, a produção em grande escala de gêneros alimentícios e o alcance de elevados índices de produtividade se conseguiram à custa da coletivização da terra."⁶⁵

Neste editorial, março/1978, o jornal tece críticas a uma cartilha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) intitulada "A política no mundo de hoje", em que, segundo OESP, aparece a opção socialista da Igreja Católica. Em meio aos comentários, se manifesta acerca da posse dos meios de produção:

"Já não se consegue esconder a impressão, a convicção mesmo, de que o mal da Igreja do nosso tempo não deriva somente da sua recusa a fazer do cristianismo a consagração espiritualista do sistema de livre iniciativa econômica e propriedade privada dos meios de produção. Também começam a surgir suspeitas de que a secularização da Igreja não constitui explicação bastante para sua situação sociológica quando menos não fosse porque o mundo secularizado vive como se não existisse outro mundo, como se não existisse Deus; e essa jamais poderia ser a posição da Igreja. (...) Ao receber o título de cidadão de um município do Pará, o comandante da 8a. Região Militar [refere-se ao general Euclides de Figueiredo Filho], tendo no espírito como se presume, o processo em que estão envolvidos os bispos de Conceição do Araguaia e de Marabá, denunciou alguns membros da Igreja que querem a propriedade comunitária dos meios de produção, a panacéia socialista ou a socialização; atuando de forma insidiosa e usando o Evangelho e a imagem de Cristo como camuflagem, e a batina como escudo."⁶⁶

⁶⁴ O acaso e a necessidade. SP, OESP, 14mar1976. p. 3.

⁶⁵ ABUSOS no âmbito do Proterra. SP, OESP, 10out1976. p. 3.

⁶⁶ A presença da esquerda na Igreja. SP, OESP, 12mar1978. p. 3.

Em relação à política externa, observa-se um afastamento, iniciado já na fase anterior, em relação ao aliado preferencial, os EUA. Este afastamento manifesta-se nas críticas à intromissão norte-americana na questão da defesa dos Direitos Humanos, bem como na defesa da necessidade de energia nuclear para o Brasil, tendo em vista o acordo realizado com a Alemanha.

O editorial abaixo (março/1977) aponta para os riscos de se mobilizarem setores de posições antiamericanas, tendo em vista as reações dos EUA à questão dos direitos humanos, de um lado, e ao acordo nuclear com a Alemanha, de outro:

"No momento em que o ambiente político começa a turbar-se, é conveniente envidar esforços para impedir que a emoção venha a dominar decisões que, por sua gravidade e extensão, envolvem toda a coletividade. Em vários setores, pode perceber-se que recomeça a atoarda antiamericana, trazendo implicitamente o risco de, a persistir e avolumar-se, comprometer os esforços até agora feitos para desenvolver a economia e integrar o Brasil no mundo industrializado. O pretexto para esse novo 'despertar dos mágicos' é a pressão exercida pela Casa Branca em dois campos: o acordo nuclear com a Alemanha e a questão dos direitos humanos, à qual se vinculou, por força da legislação norte-americana específica, a assistência militar ao Brasil.

*Apesar de um e outro assunto não estarem lógica e necessariamente ligados, o clima político criado desde que se tornaram públicas as posições do presidente Carter sobre o problema da proliferação nuclear contribuiu para que ambos passassem a andar paralelos - mais do que isso, superpostos -, seja pela coincidência temporal em que se apresentaram, seja pela reação do governo brasileiro. Daí não ser hoje possível dissociar as reações contra o acordo nuclear da questão dos direitos humanos e da ajuda militar, nem estabelecer com certeza quando as reações de Brasília respondem legitimamente às pressões, ou quando traduzem posição de defesa da soberania do Estado, mesclada com o desejo de não ver discutidas fora do País questões de penoso melindre para o governo."*⁶⁷

No tocante às relações internacionais, sua posição é a de vangloriar-se do fato de a diplomacia brasileira desenvolver relações múltiplas, mas acentua a importância da influência ocidental na África para deter o avanço das posturas comunistas no continente. E ainda, referindo-se aos militares, diz que a sua função na América Latina, localiza-se no combate à subversão.

Comentando a visita do presidente Geisel à França e à Inglaterra, o editorial (maio/1976) valoriza nossa diplomacia que estabelece relações multilaterais:

"Os primeiros resultados da viagem presidencial são fruto de uma diplomacia hábil e viva, que sabe explorar, em benefício da nacionalidade, as amplas perspectivas que se abrem ao país pelo fato de pertencermos ao Ocidente, tendo parceiros nos dois lados do Atlântico. As potências européias ficaram indiscutivelmente sensibilizadas pela decisão do Brasil de diversificar e, por assim dizer, tornar multilaterais suas relações econômicas, tendo em vista um maior equilíbrio no seu sistema de relações internacionais, facilitado pela superação da divisão do mundo ocidental em dois hemisférios, a qual é anacrônica numa constelação em que a interdependência, como diria o general de Gaulle, é de todos os azimutes. O caráter multilateral de nossa diplomacia manifestou-se já por ocasião do acordo nuclear com a República Federal da Alemanha e completa-se agora com os acordos, também de grande relevância, assinados com a Inglaterra e ainda a serem firmados

⁶⁷ OS riscos da mobilização. SP, OESP, 13mar1977. p. 3.

com a França. No fundo, isso acontece porque as opções comerciais, políticas e culturais se abrem ao Brasil, cujos governos, desde 1964, se identificam com os interesses globais do Ocidente, nunca podem ser unilaterais: são, pela natureza de nossa posição geográfica e de nosso estágio cultural, sempre múltiplas e complementares. (...)

*De qualquer forma, mais cedo ou mais tarde, após a vitória do MPLA, deveria ter sido reconhecido o governo de fato de Luanda. Em Paris e em Londres, Geisel defendeu e justificou, muito habilmente, a decisão que à época questionamos, invocando os próprios valores tradicionais diplomáticos do Brasil e do Itamaraty. Em Paris, o presidente declarou: 'O fato de hoje em dia o governo de Angola estar estreitamente ligado à União Soviética e a Cuba é mais uma razão para que o Brasil esteja presente. O Brasil e outros países ocidentais. Se nós estivéssemos ausentes, aí sim, é que a influência cubana e soviética cresceria em Angola. Não é que o Brasil pretenda opor-se a esta influência, mas a sua ação de presença será, sem dúvida, saudável'."*⁶⁸

Numa aceitação clara da política externa norte-americana para a América Latina, após a Segunda Guerra, e dos preceitos da chamada Doutrina de Segurança Nacional, imbuída dos ideais da Guerra Fria, concebendo como inimigos externos os países socialistas que "querem exportar a revolução" e internos os que se opõem aos regimes de alinhamento às potências capitalistas ocidentais, o editorial abaixo (novembro/1975) manifesta aprovação ao objetivo dos exércitos latino-americanos no sentido do combate à subversão:

"À maioria dos observadores internacionais passou quase despercebida a reunião que os chefes de Estado-Maior e comandantes-chefe de Exércitos americanos realizaram em Montevideu. Apesar de tratar-se de reunião ostensivamente profissional destinada à troca de informações de experiências, em momento algum deixou ela de ter cunho nitidamente político, no sentido mais lato da expressão, seja pela importância relativa que os exércitos vêm assumindo de anos a esta parte na política latino-americana, seja pela íntima relação que hoje se estabelece de fato entre a política e o profissionalismo militar.

O acompanhamento dos debates e das declarações públicas feitas pelos diferentes chefes militares permitiu entrever que, mais do que a troca de informações a nível estritamente técnico-profissional, a reunião ensejou que se trocassem as mais diversas experiências feitas num terreno novo para as instituições castrenses, qual seja o do combate à subversão, quer na sua forma de guerra subversiva (psicológica), quer na de guerra revolucionária (insurrecional). Desse ponto de vista, se é válida a observação de que Cuba esteve presente, ainda que de maneira indireta, em todos os debates, também se pode dizer que os chefes militares da América tiveram a oportunidade de confrontar diferentes vivências estimuladas pela necessidade de conciliar o profissionalismo (razão de ser das instituições militares) com as novas tarefas que a realidade latino-americana lhes vem impondo de anos para cá.

A evolução econômica da América Latina, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, se, por um lado, possibilitou a superação da figura do militar caudilhesco geralmente a serviço dos interesses das oligarquias fundiárias, colocou diante do profissional das Armas novas tarefas para as quais a história não o havia preparado: enfrentar a subversão contra formas democráticas de governo e estabelecer um mínimo de segurança interna capaz de assegurar um

⁶⁸ O êxito e o desafio. SP, OESP, 9 maio 1976. p. 3.

desenvolvimento econômico que o crescimento demográfico e a 'revolução das expectativas' requerem seja acelerado."⁶⁹

Sua concepção de imprensa se delinea ao entender, como missão, a defesa da liberdade de informar. Nesse sentido, postula a liberdade de imprensa e manifesta o temor do retorno da censura governamental. Reconhece o poder dos meios de comunicação, inclusive no apoio ao governo, enquanto "núcleos formadores da opinião pública nacional".

Este editorial, março/1975, voltado para as comemorações do centenário de OESP, esclarece perfeitamente a sua visão de missão da imprensa:

"O vetor que nos fez romper um século de existência foi a defesa irrestrita das liberdades democráticas. Entenderam-no bem as homenagens prestadas a este jornal no Senado federal, pelos discursos dos senadores Catete Pinheiro, Arnon de Mello e Benjamin Farah, em perfeita consonância com o sentido que esta casa quis emprestar às comemorações. Não fosse pela liberdade e sobretudo pela liberdade de informar de nada teria valido a existência prolongada de um órgão de imprensa. Para nós, sobreviver é sobreviver na dignidade e na autenticidade de nossa missão."⁷⁰

Em setembro/1977, em pleno processo de sucessão presidencial de Geisel, OESP, que tivera instaurada a censura prévia na sucessão anterior, manifesta seus temores:

*"Se ainda esta semana dizíamos que os postulantes ao cargo de presidente procuravam a imprensa em demonstração inequívoca do reconhecimento de sua importância na formação da opinião política, cabe hoje perguntar quais as garantias que terá a imprensa, no futuro, de que conjunturas várias não a reduzirão de novo ao silêncio?"*⁷¹

Em agosto/1976, valorizando medidas tomadas pelo presidente Geisel no sentido de coibir privilégios de funcionários públicos que se assemelham a executivos privados, o jornal reforça a importância do apoio da imprensa às ações governamentais:

*"A atitude do presidente e o apoio que os núcleos aglutinadores da opinião pública neste momento lhe emprestam são sintomas positivos por dois motivos: um, porque pela primeira vez um chefe de Governo decidiu agir contra os 'interesses estabelecidos', outro, porque a opinião pública soube separar o joio do trigo. Há um outro aspecto para o qual desejamos chamar a atenção: se vigorasse até agora o sistema estabelecido em 1968, a censura teria impedido qualquer alusão a assuntos dessa natureza, os quais seriam classificados por um funcionário subalterno qualquer como de 'segurança nacional'."*⁷²

O projeto de sociedade presente nos artigos de Samuel Wainer consiste, inicialmente, no ideal de democracia e na luta pela democratização do regime, pela restauração do Estado de Direito que inclui a realização de eleições diretas, a participação popular, a apologia do Poder

⁶⁹ OS militares e a América Latina. SP, OESP, 9nov1975. p. 3.

⁷⁰ ARBITRIO e reparação da liberdade. SP, OESP, 9mar1975. p. 3.

⁷¹ QUAIS as garantias para o futuro? SP, OESP, 11set1977. p. 3.

⁷² O futuro da Revolução. SP, OESP, 8ago1976. p. 3.

Legislativo. Os ideais anteriormente manifestos em UH/RJ podem ser encontrados no reformismo do plano político (diálogo e política de alianças) e nas críticas à UDN.

Em novembro/1977, SW encontrava-se em momento otimista em relação às possibilidades de restauração democrática do País apontando inclusive para os pequenos fatos do cotidiano como mostras dessa "onda democratizante":

*"A onda democratizante que vai crescendo em todo o País, deve estar alcançando reflexos cada vez mais acentuados na disposição que o presidente Geisel revela em seus propósitos de reforma política e institucional. Não se refere o comentarista ao estridente diálogo do senador Portela, nem às palavrosas declarações do sr. Francelino Pereira nem, de outro lado refere-se às polêmicas posições dos srs. Ulisses Guimarães ou Tancredo Neves. O importante são os fatos aparentemente menores que a cada dia vão fortalecendo a reivindicação nacional por um retorno às liberdades fundamentais de um sistema democrático. E que à margem da movimentação partidária, tão pobre e estéril nos seus resultados, à margem das tratativas pessoais e diretas de representantes do Sistema, o movimento democrático da opinião pública vem se alargando em todos os quadrantes do País."*⁷³

Em junho/1979, o otimismo persiste com a crença de aprofundamento democrático (a democracia, em UH/RJ, é vista como "vocalização natural do povo brasileiro") durante o governo Figueiredo:

"Sem exagero, os setores mais politizados do País não escondem sua surpresa, e mesmo espanto, diante do comportamento austero, calmo e prudente do presidente Figueiredo. É politicamente audacioso para abrir meios de expressão livre a setores sociais e culturais até ontem aparentemente condenados ainda a uma longa hibernação pelo arbítrio. A previsão, atribuída ao general Hugo Abreu: 'Figueiredo não aguenta seis meses ou um ano no governo', parece assim ter sido colhida em fatores mais emocionais que reais.

*Quem e o que teria levado o Presidente Figueiredo a agir como se seu pensamento não estivesse mais contido pelos freios do 'brain-washing' que é a filosofia da guerra revolucionária, habilmente concebida nos laboratórios da guerra psicológica adversa do Pentágono, conseguiu infiltrar nos Estados-Maiores dos exércitos latino-americanos? Teriam os longos anos que o presidente Figueiredo permaneceu ligado ou à frente dos serviços de informações do regime, lhe proporcionado provas suficientes da irreversível vocalização democrática do povo brasileiro? Ou talvez as informações acumuladas sobre o crescente controle da economia brasileira pelos complexos multinacionais faziam prever o caráter cada vez mais explosivo que vinha assumindo o problema da tensão social no Brasil?"*⁷⁴

Em abril/1978, criticando a convenção arenista realizada somente para homologação da candidatura do general João Baptista Figueiredo, SW acaba apontando para a importância do processo eleitoral direto e do Legislativo (nesse momento, eleito, pelo menos em parte, diretamente):

"E é nesse clima de uma Arena desmoralizada e temerosa de completo desmoraonamento eleitoral, que o Brasil se vê ameaçado de viver os dias que o separam de 15 de novembro, data das eleições parlamentares. Só que nesse dia o

⁷³ WAINER, Samuel. No Palco da Democracia. SP, FSP, 13nov1977. p. 2.

⁷⁴ WAINER, Samuel. A Palavra do João. SP, FSP, 10jun1979. p. 2.

povo não será convocado para praticar a liturgia sem o ato de fé. Pois, manipular 700 delegados numa convenção partidária é uma coisa. E controlar o sentimento e a tendência de algumas de dezenas de milhões de eleitores é outra. É o que o senador Lindoso não tardará a descobrir, por maior que seja o seu entusiasmo diante do espetáculo de incondicionalismo e complacência de que ele será um dos destacados personagens na convenção presidencial da Arena."⁷⁵

Neste artigo (outubro/1978), ao lado da defesa da participação nas eleições, surge a condenação às formas de radicalismo, bem no padrão do ideal reformista tão caro ao autor:

"Rumores cada vez mais consistentes referem-se a uma sutil campanha abstencionista que estaria sendo desenvolvida nos meios universitários do País. Votar em branco ou provocar a nulidade do voto, esse o objetivo em relação ao próximo pleito de 15 de novembro. E como não poderia deixar de ocorrer, a campanha parte dos setores estudantis mais extremados, precisamente aqueles que melhor têm servido de massa de manobra para o radicalismo incendiário da chamada ultra-esquerda.

Torpedear qualquer saída democrática é o seu objetivo. Impedir que se formem estruturas populares politicamente conscientizadas e, portanto, mais difíceis de serem capturadas pelo sectarismo dos grupelhos em que o desespero sem causa é a grande bandeira, constitui a sua meta. Foi dos setores mais extremados, anárquicos e individualistas da área estudantil, manipulados de perto ou de longe por cabeças ideologicamente desenfreadas, que partiram em 68 algumas das fagulhas que alimentaram as chamas devoradoras dos restos de liberdade que o País ainda usufruía e que o empurraram para o longo pesadelo do AI-5. O fato é que essa radicalização às cegas, facilmente expandida num campo politicamente imaturo e desinformado, deixou pelo caminho um finebre cortejo de cadáveres, mutilados, banidos exilados e inutilizados emocionalmente. E embora os ultra-extremados constituíssem a minoria a sua dinâmica e ardor impediram que muito mais numerosos fossem os líderes nacionais, forjados nas lutas estudantis, que sobreviveram e continuam prestando inestimável contribuição ao progresso do novo pensamento nacional.

Sabe-se, felizmente, que as organizações estudantis mais responsáveis, algumas já legitimadas, outras em vias de legitimação, vêm procurando neutralizar o negativismo do voto nulo ou em branco. Elas têm estimulado a participação dos universitários na campanha em marcha. Recomendam o comparecimento maciço às reuniões e debates, apoiam os comitês eleitorais e participam ativamente dos trabalhos de mobilização popular. E num País em que a cada quatro anos são mais alguns milhões de votos jovens que vêm ampliar seus quadros eleitorais, fácil é compreender a importância de sua presença nessas horas de decisão."⁷⁶

As críticas ao radicalismo pontificam neste artigo (agosto/1978) em que se valorizam as históricas e, dificilmente compreendidas, mudanças de posição:

"Poucos líderes da hora que passa seriam mais merecedores de aplausos do que das vaías que cercaram o sr. Magalhães Pinto na última reunião da Frente Nacional de Redemocratização em Porto Alegre. A frase atribuída ao ex-ministro Almino Afonso, 'em política o importante não são as biografias, mas o papel exercido na hora exata pelos militantes', define admiravelmente o ocorrido na capital gaúcha.

⁷⁵ WAINER, Samuel. Liturgia sem Fé. SP, FSP, 9abr1978. p. 2.

⁷⁶ WAINER, Samuel. Uma Campanha Suicida. SP, FSP, 8out1978. p. 2.

E, não fosse assim, como seria explicável que as grandes massas reconduzisse Getúlio Vargas ao poder pelo voto democrático, em 1950, cinco anos após sua queda como chefe de uma ditadura? E como justificar as adesões de João Goulart e Juscelino Kubitschek à formação da Frente Ampla, concebida e montada pelo seu arquiadversário direitista Carlos Lacerda? E, por fim, poderia a maioria dos membros da atual cúpula do MDB, a começar pelos srs. Ulisses Guimarães, Paulo Brossard, Tales Ramalho, ocupar as posições de liderança no partido da Oposição, se fossem permanentemente lembradas suas vinculações e, pelo menos, suas concordâncias, com os grupos que deram origem ao Movimento de 64?"⁷⁷

Em fevereiro/1980, SW critica o adesismo de Laerte Vieira, ex-líder do MDB na Câmara que passou para o PDS. Isto é motivo para lembrar de suas origens (de certa forma contrariando a postura complacente que demonstrou no trecho acima citado) e fustigar sua velha inimiga, a UDN:

"O adesismo do sr. Laerte Vieira não deve, porém, ser superficialmente confundido com o de um Manoel Sala qualquer. Típico espécime do bacharelismo da extinta UDN, seu partido original, Vieira destacou-se como um dos mais veementes opositores do governo, na sua qualidade de deputado e depois líder do MDB na Câmara Federal. Não se trata, pois, de um desses transfugazinhos de baixo escalão, cuja presença ou ausência em qualquer bancada só é notada na hora de verificação do quórum.

Não pode, pois, deixar de conduzir a profundas meditações essa deserção de um importante líder da oposição para as benesses do governo. Ele é um típico termômetro do 'macunismo' de alguns dos setores mais elitistas de nossa estrutura política. Especialmente os de origem udenista, o partido de 'o preço da liberdade é a eterna vigilância'⁷⁸ mas que não deixou de conspirar um só dia, desde sua fundação em 45, contra as instituições democráticas do País."⁷⁹

Em termos partidários, defende o partido de Oposição (MDB), fazendo, entretanto advertências no sentido da manutenção de seus ideais contra o adesismo político. Neste setor, particularmente, repudia a política desenvolvida em São Paulo pelo governador Paulo Maluf.

Neste artigo (outubro/1977), o autor opõe o que chama de Sistema à Oposição, ficando, maniqueisticamente a positividade com a segunda:

"A cúpula arenista - diz o deputado Linhares [refere-se a Marcelo Linhares, vice-líder do governo na Câmara] apontando diretamente o dedo acusador para o senador Petrônio Portela - se engajou num movimento cuja finalidade é a de minimizar o Alto Comando das Forças Armadas, melhor dizendo, o Sistema, a fim de lhe retirar o poder decisório na 'sucessão presidencial'. Assim, o senador Petrônio Portela, cuja missão pesquisadora conta certamente com a aprovação da cúpula do seu partido, se vê acusado de participar de um movimento destinado a destruir a base política do Movimento de 64, isto é, retirar das mãos dos militares o poder de decisão da escolha do novo presidente da República. E eis, enfim revelada uma das faces da missão que teria sido atribuída ao senador Portela, cujo objetivo - a acreditar na nova versão - seria o de dividir o poder decisório do Sistema com

⁷⁷ WAINER, Samuel. Vais com Endereço Errado. SP, FSP, 13ago1978. p. 2.

⁷⁸ Diversas vezes OESP, de assumida filiação udenista, utiliza a famosa frase de Lorde Acton em seus artigos, chegando a ser título de editorial que faz parte de nossa seleção.

⁷⁹ WAINER, Samuel. Macunaíma, o político. SP, FSP, 10fev1980. p. 2.

setores hoje tão publicamente identificados com a Oposição, como as lideranças das Igrejas e das classes jurídicas. Até que ponto o deputado Marcelo Linhares está autorizado a falar neste tom já é outra história, mas, como um dos vice-líderes do governo na Câmara, sua acusação pelo menos indica que o senador Portela não se acha ungido pela benção da totalidade de seu partido.

E a outra face da missão do sr. Petrólio Portela quem lhe teria efetivamente atribuído tal responsabilidade? Tudo indicava que as incursões do senador nos campos de oposição ideológica destinavam-se a obter um consenso geral para a revisão institucional de que seria autor, antecipadamente comprometido o sucessor do presidente Ernesto Geisel. Ora, as posições ideológicas dos grupos que o senador Portela vem procurando já são tão notoriamente públicas, que o menos que se pode atribuir ao emissário arenista é uma brutal redundância. É chover no molhado. E ouvir o que todos os jornais e emissoras deste País, com as limitações de praxe, já tornaram público e irreversível.⁸⁰

Em janeiro/1979, falando sobre a Oposição paulista que, segundo o autor, não tem tradição de muita resistência, adverte para os duros tempos que a esperam com a táticas a serem desenvolvidas pelo novo governador Paulo Maluf:

"Apesar de tudo isso, o povo paulista, sem outras alternativas, continuou prestigiando a sua Oposição. Acrescentando-lhe, agora, por outro lado, um novo índice qualitativo de mais alto nível, veio ampliar consideravelmente as responsabilidades morais da atual bancada emedebista, cuja maioria de mais de dois terços na Assembléia lhe permite uma ação decisiva nos rumos futuros do Estado. Esta é a melhor bancada que a Assembléia do Estado reuniu nesses últimos 15 anos e ainda bem que a tendência das urnas foi esta.

Pois, iluda-se quem quiser, Paulo Maluf será um governador que vai dar trabalho à Oposição. Com sua simpática cara de pau, sem nenhum aprofundamento ideológico com idéias, mas apenas como uma imensa vocação para o exercício do poder, infatigável trabalhador e aglutinador, a Oposição terá nele um competidor implacável. É verdade que faltam a Maluf dois elementos essenciais ao prestígio de um Governo, a austeridade e a contenção. Mas em São Paulo esses elementos não parecem ser tão fundamentais quanto o são em regiões menos avançadas economicamente do País, onde os valores subjetivos continuam sendo decisivos para a carreira de um político. Constatação essa que mostra o quanto o duelo entre a mais autêntica Oposição do MDB, especialmente o grupo eleito pela primeira vez, será um duelo em que as velhas regras da 'gentlemanerie' não terão muita oportunidade.⁸¹

No plano social, postula a responsabilização e participação da sociedade na resolução de problemas, como o dos menores abandonados. Preocupa-se com as manifestações de convulsão social (por exemplo, a constante depredação de trens) para as quais pede a tomada de posição das autoridades. Em concordância com os ideais de UH/RJ, de identificação com os anseios das classes trabalhadoras, defende a organização dos trabalhadores e saúda o desenvolvimento de um sindicalismo livre, com acesso ao direito de greve, e o aparecimento das novas lideranças sindicais.

Em outubro/1979, falando sobre a temática dos menores abandonados SW observa que o problema somente terá solução com a *"participação global da sociedade que, aparentemente, prefere satisfazer seu ego com as pirotécnicas celebrações do Dia da Criança. Uma vez por ano. E*

⁸⁰ WAINER, Samuel. Nariz de Cera. SP, FSP, 9out1977. p. 2.

⁸¹ WAINER, Samuel. O Duelo na Assembléia. SP, FSP, 14jan1979. p. 2.

depois vai dormir em seus fofos leitos, ignorando o vulcão que ruga no subsolo do seu comodismo e insensibilidade."⁸²

Em abril/1980, nova atitude de cobrança em relação à sociedade e, desta vez, da *opinião pública*. O tema é a depredação de trens:

"Já se transformou em rotina a depredação de trens nas linhas dos subúrbios e da periferia de São Paulo. Ontem o vandalismo atingiu trens que saem da Estação Roosevelt em direção a Moji das Cruzes. No dia anterior o fogo e a violência explodiram na Linha Leste. Mas ninguém se perturba com mais essas manifestações predatórias dos usuários dos congestionados e em sua maioria obsoletos trens suburbanos. E enquanto o governador Maluf parecia totalmente absorvido pelas comemorações de suas bodas de prata, funcionários da Refesa comentavam com resignação oriental: 'Isso só vai terminar quando colocarem um serviço de transportes decente'.

Mas, é lícito perguntar, aonde estarão os fatores dessa gélida passividade da opinião pública? Por que aceita ela com incrível fatalismo as constantes explosões de uma massa transformada em manada encurralada num sistema de serviços públicos poluído e ineficiente? A triste verdade é que a monótona repetição desses tumultos acabou por incorporá-los à própria sistemática operacional da Rede Ferroviária."⁸³

Em fevereiro/1978, a propósito da vitória da chapa oposicionista no Sindicato dos Médicos de São Paulo, SW fala sobre o ressurgimento do sindicalismo livre:

"Esses são apenas alguns ângulos que emergem da análise da vitória da chapa oposicionista no Sindicato dos Médicos. Mas parecem suficientes para merecerem estudo e meditação mais profundos das lideranças políticas do País, especialmente das de oposição. A volta do sindicalismo livre é um fato. Isso não ocorreu por acaso. Ele é produto de lições bem aprendidas do passado e do desenvolvimento econômico do País no presente. Agora é simplesmente uma questão de tempo para que o movimento sindical venha trazer ao drama político em que o País se debate a contribuição de uma classe sem a qual nenhuma nação moderna encontra solução justa para seus problemas, a classe trabalhadora."⁸⁴

Economicamente, fiel aos seus antigos ideais, postula a meta do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais. Ao contrário de OESP, em suas concepções, a abertura econômica é tão importante quanto a abertura política, preocupando-se, entretanto, com a austeridade no consumo. Critica a política econômica do governo que marginaliza a população e permite a corrupção e impunidade. Defende a fiscalização das empresas estrangeiras multinacionais.

Em novembro/1978, referindo-se a Severo Gomes que havia sido afastado do Ministério Geisel e fora um dos signatários do Manifesto pela redemocratização, pela renovação social e por um desenvolvimento do País com predominância dos interesses nacionais, transcreve suas opiniões:

"O movimento de repúdio ao sistema, ao autoritarismo, ao próprio modelo econômico começou na área dos trabalhadores, que foram as suas maiores vítimas. Ele se estende aos intelectuais, universitários, atingiu todas as Igrejas preocupadas

⁸² WAINER, Samuel. Laranja Mecânica. SP, FSP, 14out1979. p. 2.

⁸³ WAINER, Samuel. Fuga à Realidade. SP, FSP, 13abr1980. p. 2.

⁸⁴ WAINER, Samuel. Para Meditação dos Políticos. SP, FSP, 12fev1978. p. 2.

basicamente com os direitos humanos e a penúria dos assalariados de mais baixa renda. E chegou a atingir amplas camadas do empresariado e das Forças Armadas. As condições para a democratização estão aí, quer dizer, a mudança na correlação de forças dentro da sociedade brasileira."⁸⁵

Em julho/1979, falando do desabamento do império construído por Adolfo Lindenberg, o autor aproveita para tocar na necessidade de austeridade no consumo (trata especificamente dos combustíveis) apontando para a colaboração social:

"O exemplo mencionado por este comentarista do caso Lindenberg se revela a ausência de atualização de grande parte de nosso empresariado, encontra plena e ampla correspondência nos setores populares. Assim, fora de uma participação efetiva do povo nas medidas de contenção anunciadas, não haverá Said Farhat capaz de substituir o desperdício por uma racionalização espontânea do consumo. Especialmente quando economistas de maior responsabilidade têm afirmado que a questão do combustível é mais um problema cambial que de escassez do produto. O que significa cortar o supérfluo, conter o luxo agressivo, disciplinar o lucro desmedido, elementos essenciais nessa economia, que tão ligeiramente já vem sendo chamada de guerra. Uma guerra que acabará em coleção de vitórias de Pirro se o Governo pensa em ganhá-la apenas em campanhas de televisão e nos círculos restritos de sua tecnocracia."⁸⁶

O tema deste comentário (novembro/1979), a propósito das financeiras que forçam suas liquidações para obter vultuosos lucros é a discussão sobre a impunidade da corrupção:

"Santo e ingênuo impulso do ministro Rischbieter [o ministro dissera querer colocar na cadeia todos os Linaldos - referindo-se ao representante do Grupo Lume que estourara financeiramente] pois ele não encontrará nos alfarrábios mais atuais da Justiça brasileira nenhum processo que tenha chegado até a punição dos responsáveis pelos grandes escândalos financeiros, tão frequentes nesses últimos anos. A impunidade com bom rendimento tem sido a regra do que vem ocorrendo com as grandes financeiras e congêneres, cujo caminho mais rápido de enriquecimento é obter a intervenção do Banco Central nas suas liquidações forçadas e geralmente preparadas com grande habilidade."⁸⁷

Em janeiro/1980, discutindo as circunstâncias da morte (não explicada) de Petrônio Portela, SW discorre sobre a ética na medicina chegando à questão das multinacionais que dominam o setor da indústria farmacêutica:

"Uma das fórmulas mais desumanas e gananciosas que têm sido utilizadas pelas multinacionais, que hoje controlam praticamente cem por cento da indústria farmacêutica mundial, consiste na utilização de povos de Terceiro Mundo como cobaias de novos medicamentos. E é também uma maneira de burlar a severa vigilância que sofrem nos seus países de origem. No Brasil, por exemplo, não são raros os comunicados emitidos por nossos órgãos de fiscalização médica, anunciando a retirada do mercado de alguns produtos farmacêuticos. Mas essas medidas são uma gota no oceano de medicamentos que diariamente inundam nossas

⁸⁵ WAINER, Samuel. A Oposição e o Brasil Moderno. SP, FSP, 12nov1978. p. 2.

⁸⁶ WAINER, Samuel. A Verdadeira Austeridade. SP, FSP, 8jul1979. p. 2.

⁸⁷ WAINER, Samuel. O Estimulo da Impunidade. SP, FSP, 11nov1979. p. 2.

drogarias. Além do mais, a força de corrupção (que hoje se chama 'marketing') na fiscalização farmacológica consegue que muitos remédios condenados sejam relançados sob nova denominação.

Por sua vez essa fiscalização raramente atinge os medicamentos contaminados. Ainda ontem o ministro da Saúde, Jair Soares, revelava esse fato horripilante. Mais de cinco mil frascos de albumina humana e plasma anti-hemofílico, contaminados por vírus da hepatite, foram comprados pela Central de Medicamentos no Laboratório Lip, que tem capital brasileiro, alemão, norte-americano e até de um país africano. Mais de 60% dos remédios contaminados foram distribuídos por todo o País e consumidos não só por pacientes do Inamps, como em clínicas particulares.

Não é a primeira vez que tal violentação dos mais rudimentares princípios de respeito à vida humana vem à público. Mas o poderoso 'lobby' das multinacionais tem conseguido amular e abafar todas as medidas que são sugeridas contra elas. Até agora prevalece a impunidade."⁸⁸

Em termos de política externa repudia todas as estratégias de dominação de outras regiões (particularmente, a África) postulando a autodeterminação dos povos.

Nesse artigo (junho/1977), SW aponta, sem espanto, para o imperialismo norte-americano que se transforma com o tempo:

"Não há, pois, muita razão para tanta indignação ou espanto ante a simples suposição da presença de influências americanas na atual conjuntura brasileira. Esse é um fator cuja subestimação (assim como superestimação) constituem simplesmente prova de ignorância ou hipocrisia. Neste momento, tudo indica que os interesses americanos levam sua política exterior a estimular ou ajudar a consolidar regimes liberais, quaisquer que sejam suas tendências sociais, haja visto o caso de Portugal.

Os americanos parecem, finalmente, ter chegado à conclusão de que os estados policiais ou simplesmente regimes autoritários, não são o melhor escudo para a contenção e até mesmo absorção das explosivas tensões sociais que caracterizam hoje, mais do que nunca, o panorama político da América Latina.

E a CIA nada mais é do que um dos elementos da estratégia global americana, como sempre, presente, lá onde há latentes crises políticas. Esse é destino imperial da mais poderosa nação da terra. Ignorá-lo, é simplesmente ridículo."⁸⁹

Em artigo (abril/1979) que critica o excesso de destaque dado ao político africano Idi Amin Dada, aponta para a imprensa como instrumento a serviço do neocolonialismo quando não confere tratamento semelhante às lideranças que o autor considera "verdadeiras". Faz apaixonada defesa desses movimentos de libertação africanos:

"Nada disso, quebrar a espinha dos movimentos libertários africanos, curvados ao peso de tantos séculos de animalização, continua sendo um dos objetivos dos sobreviventes do velho imperialismo europeu. Imperialismo hoje tipicamente expresso por países que, como a Bélgica, não teriam sobrevivido sem o sangue, o suor e as entranhas da sua Congo tão chorada. E para essa guerra entre o passado e o futuro, o 'front' da informação é básico. Até mesmo um Robin-Hood, meio-homem, meio macaco, Tarzan, é transformado em herói da selva. Mas deve ser um

⁸⁸ WAINER, Samuel. A Última Missão Portela. SP, FSP, 13jan1980. p. 2.

⁸⁹ WAINER, Samuel. O Dedo da CIA. SP, FSP, 12jun1977. p. 2.

branco. Quanto aos verdadeiros construtores e mártires das lutas pela libertação africana, esses são apresentados como bandidos, subversivos, comunistas e até mesmo gurus da magia negra. Entretanto eles formam uma elite intelectual que horaria qualquer parcela civilizada do mundo. Julius Neire, da Tanzânia, Senghor, do Guiné, Milton Obode, Nukmura, Agostinho Neto, Marcel Samora, esses jamais conquistaram na imprensa ocidental o mínimo espaço por ela reservada para um Idi Amin Dada. Um personagem cujo temperamento e atitudes histriônicas constituem matéria-prima ideal para o facciosismo e os preconceitos especialmente os raciais, dos meios de comunicação, monopolizados pelo mundo branco."⁹⁰

Em relação à imprensa, conforme foi situado acima SW preocupa-se com o seu potencial manipulatório que, ora pode mostrar-se através da supervalorização de eventos em detrimento de outros, e nesse momento, encontrar-se a serviço do imperialismo, como pode omitir informações (caso de OESP já destacado) para defender interesses determinados, embora se postule como defensora da liberdade de informação tida como sua incumbência essencial.

3.4. Oscilações

Entendemos que OESP e UH/SW possuem projetos diferentes para o Brasil. Esses projetos se antagonizam nos anos 50 e parte dos 60 tendo em vista, basicamente, a maneira como encaram as relações entre o Estado e a sociedade e o processo de desenvolvimento desejado para o País. Evidentemente esses projetos não se desvinculam das propostas politicamente organizadas e, poderíamos, grosso modo, vinculá-las partidariamente ao que representavam a UDN (para OESP) e o PTB (para UH/SW). Nesse sentido, o golpe de 64, significa para esses dois projetos distintos, um "divisor de águas". Para OESP/UDN tem o caráter inicial de realização de seus anseios e para UH/SW / PTB, a derrocada de suas ilusões. Porém, o Brasil construído após 64, por força das contradições existentes entre os grupos dominantes, se distancia de ambos os projetos que ficam perdidos no tempo a sinalizar para uma realidade, cada vez mais, inexequivel. Por isso, onde existia antagonismo surge, lentamente, a aproximação, a mostrar que, afinal, ambos, OESP e UH/SW, têm grandes divergências circunstanciais e não postulam mudanças radicais para a realidade brasileira.

Desse modo, no momento em que se encaminha o chamado processo de distensão e a almejada "normalidade democrática" se avizinha, em que está chegando ao fim um ciclo de violências de cunho político expressos a partir de 1964 e acirrados em 1968 desenvolvem-se mais aproximações do que distanciamentos entre os dois projetos/discursos.

Gostaríamos, inicialmente, de chamar a atenção para dois artigos que, apesar de distanciados no tempo, desenvolvem temática semelhante, qual seja, a participação estudantil organizada.

Em maio de 1977, OESP destaca, em editorial, a mobilização estudantil desenvolvida no período e estabelecendo uma analogia com os movimentos de 1968, no mundo e no Brasil. O julgamento que faz é negativo para o passado e positivo para o presente. Em 1968, segundo o jornal, não havia motivações para as mobilizações estudantis, o que era sentido pela própria "opinião pública" em meio a um processo (valorizado pelo periódico) de saneamento e austeridade conduzido pelas equipes econômicas governamentais. Entretanto, o mesmo não ocorre em 1977, com o arbítrio

⁹⁰ WAINER, Samuel. Hora do Tarzan Negro. SP, FSP, 11abr1979. p. 2.

imposto pelo AI-5 e com a disseminação do descontentamento entre empresários, classe média e trabalhadores quanto à condução da economia. Assim, se há uma condenação ao movimento estudantil de 1968, há justificativas, apontadas pelo órgão de divulgação, para suas mobilizações em 1977.

Em outubro de 1978, SW, a propósito de criticar a opção pelos votos nulos e brancos nas eleições que se aproximam, por setores estudantis, identifica essa atitude como radical (e, portanto, condenável dentro de seus pressupostos) e a relaciona às (igualmente, condenáveis, em sua opinião) mobilizações estudantis ocorridas em 1968. Vai mais longe, e, em concordância com a versão oficial construída, responsabiliza esses movimentos pelo arbítrio que se desencadeou posteriormente.

Há, portanto, aproximações entre ambos os discursos. Há condenação, nos dois, aos movimentos estudantis desencadeados no ano de 1968. Entretanto, o grau de condenação é mais acentuado em SW do que em OESP, tanto na análise do período anterior quanto no comportamento observado no momento em que escrevem (ressalvando-se o fato de que falam de circunstâncias diferentes). Tomando-se esses dois projetos no período posterior ao golpe, poderíamos construir hipóteses baseadas em reações opostas às que se observaram. Contudo, o acompanhamento da prática social continuada dos agentes veio derrubá-las.

Em outro momento e em circunstâncias diversas, OESP e SW se aproximam. Dois artigos, respectivamente, de outubro de 1977 e de setembro do mesmo ano, tratam de tema que, periféricamente, refere-se à sucessão presidencial, mas no fundo, toca nas questões de endurecimento político do regime militar:

"Mas, a cada dia que passa fica mais evidente que o deputado Sinval Boaventura não fala por si sendo mesmo incapaz de concluir um discurso sem o texto à frente. E surge como líder do chamado grupo frotista [grifo no original] na Câmara, o grupo da Arena partidário da candidatura do ministro do Exército à Presidência da República.

Ora, as horripilantes propostas do deputado Sinval Boaventura [refere-se a projeto para introdução do estado de emergência na Constituição e alteração da Lei de Imprensa] são uma afronta a uma ordem social civilizada, em que pelo menos as aparências do direito de defesa são preservadas. Ele o nega terminantemente aos punidos pelo arbítrio revolucionário porque poderia 'provocar grandes agitações no País'. São também um desafio brutal e sem rebuços ao regime democrático que a Revolução quis preservar. A presença do deputado Sinval Boaventura marca assim um dos lados da suposta disputa sucessória com a radicalização do arbítrio com uma recrudescência autocrática.

Faltam-nos condições para tomar partido num processo sucessório que é conduzido sobre nossas cabeças, para manifestar interesse pelo que é considerado afeto em exclusividade ao poder revolucionário. Não podemos porém calar-nos quando um processo sucessório é transformado em requisitório contra o uso das franquias democráticas, quando se molda sobre o processo sucessório mais uma etapa de restrições aos direitos dos indivíduos e às liberdades democráticas. E é para isso que tendem as monstruosidades vociferadas contra o Estado de Direito pelo sr. Sinval Boaventura e engendradas não sabemos onde. Se a continuidade da Revolução depende da constância do arbítrio ela acabará coolidindo com o próprio rodizio no poder - com a sucessão."⁹¹

"Um pouco de água fria nos ânimos esquentados da hora presente será um trabalho construtivo a que este comentarista não deseja se furtar. Além do mais entre a

⁹¹ A democracia à moda do sr. Boaventura. SP, OESP, 9out1977. p. 3.

reação física do Clube 3 de Outubro [refere-se a uma represália efetuada pelo citado Clube militar contra veiculações processadas no DIÁRIO CARIOCA] e a ação sumária do general Eurico Dutra [fala da reação de Dutra, na década de 40, enquanto ministro da Guerra, contra uma publicação do CM], há o exemplo do apelo à lei manifestada pelo general Sílvio Frota. E isso já é bastante confortador para todos nós e honroso para o Exército⁹².

Vale a pena lembrar que poucas comunidades nacionais têm registrado entre si sinais de solidariedade efetiva tão freqüentes e comuns como Exército e Imprensa. Nos dias recentes tivemos o exemplo de 1964. Não houve um só dos grandes jornais da imprensa nacional, em todo o País, que não desse respaldo ao Movimento de 31 de Março, antes e depois de deflagrado⁹³. Em 1954 (morte de Getúlio Vargas), não fora a prudência e habilidade da grande imprensa nacional, talvez o preço de uma guerra civil não pudesse ser evitado. E da mesma forma em 1945, a histórica entrevista do sr. José Américo de Almeida alcançou o coração da ditadura recalcitrante com mais força que o mais poderoso dos canhões do Forte de Copacabana.

O momento exige, pois, mais reflexão que emoção. E só a liberdade de imprensa tão duramente reconquistada com a ascensão do presidente Ernesto Geisel ao poder, é o caminho certo para a busca de elementos que evitem novos desentendimentos e provoquem novas crises. Pois aos jornais cabe divulgar o que lhes vêm às mãos, desde que lastreado por fontes seguras e responsáveis. E levando a informação ao público, eles cumprem o mesmo dever que o soldado quando este, para defender a segurança e a liberdade do cidadão faz uso de suas armas.⁹⁴

Interessante observar que a aproximação apontada os faz (OESP e SW) caminhar em direções que, paradoxalmente os distanciam no momento em estudo. Como se estivéssemos frente a caminhos cruzados que formam entre si (por apropriação de uma imagem geométrica), ângulos opostos pelo vértice. OESP que, no início da "Revolução", defendera um maior endurecimento político para assegurar a fidelidade aos seus princípios, agora se coloca frontalmente contra projetos discricionários feitos em nome da continuidade da mesma "Revolução". SW que, através de UH/RJ, se colocara contra o endurecimento político denunciando, constantemente, o arbitrio dos primeiros tempos "revolucionários", na forma, principalmente, de seus IPMs, faz, neste momento, um chamado à reflexão e contenção da própria imprensa, coadunando-se com o braço mais repressivo, representado pelo ministro Sílvio Frota e pela "linha dura" das Forças Armadas.

Ao lado disto, é significativa a aproximação dos dois discursos no que se refere à concepção postulada de imprensa. OESP que, claramente, está-se posicionando contra a candidatura Sílvio Frota à Presidência da República, nega, em palavras esta intenção, dizendo-se, em nome de um processo sucessório que coloca a sociedade de fora, impossibilitado de "tomar partido". Em suma, a aparente posição da "neutralidade". SW, por sua vez, reitera esta postura de "imparcialidade" observando que "aos jornais cabe divulgar o que lhes vêm às mãos". A única ressalva é a responsabilidade, corolário da liberdade de imprensa (como também defendera em outro editorial OESP) manifesta nas fontes.

⁹² Samuel Wainer, nesse momento, está se referindo a matérias publicadas que provocaram a irritação do então ministro da Guerra, general Sílvio Frota. Estas reportagens, veiculadas na FSP, O GLOBO e no JB, falavam em torturas a presos políticos e faziam alusões consideradas desairosas ao Dia do Soldado. O ministro, sem o consentimento presidencial, resolveu abrir inquéritos judiciais contra estes órgãos de divulgação. O fato desagradou o presidente Geisel e se transformou no motivo da demissão de Sílvio Frota. Este evento é encarado como o momento conclusivo, durante o governo Geisel, da surda luta entre as diferentes facções das Forças Armadas e como o seu encaminhamento definitivo rumo ao projeto "sorbonnista" de distensão política.

⁹³ É interessante refletir: como consideraria SW o seu próprio jornal? Um dos grandes jornais da imprensa nacional? Assim sendo, qual o respaldo ao Movimento de 31 de março que teria dado antes?

⁹⁴ WAINER, Samuel. Hora de Reflexão. SP, FSP, 11set1977. p. 2.

Existem oscilações internas presentes nos discursos construídos, ao longo desse período, por esses jornais/jornalistas.

Em outros momentos já apontamos como oscila a construção dos personagens políticos por parte de OESP. Inicialmente, Castelo Branco e Costa e Silva foram alvos de elogios e, depois, de críticas pesadas. O mesmo, agora, ocorre com Ernesto Geisel. No início desta fase (fevereiro/1975), com a liberação da censura prévia ao periódico, o presidente e o seu projeto de distensão são defendidos pelo jornal. Paulatinamente, entretanto, o mesmo projeto de distensão (e, referindo-se, especificamente, à imprensa) é criticado e se acentua o descontentamento com a temática das irregularidades financeiras, provocado pelo distanciamento do projeto do jornal (estatização do governo X privatização da proposta do periódico).

Processo semelhante se desenvolve na construção da imagem da "Revolução". Ela também é oscilante. Em curto espaço de tempo ela é alvo, ora de um balanço negativo, ora de elogios ao "governo revolucionário". Em novembro/1978:

"Às vésperas das eleições, o sistema político que a Revolução de 1964 sonhou implantar e poder consolidar, antes de ter conhecido um mínimo de definição coerente e articulada, apresenta já evidentes sinais de fadiga. Envelheceu prematuramente; e o comportamento eleitoral de seus mais recentes fiadores, que são também fiadores maiores - desconexo, tanto quanto destemperado e fanatizado -, é testemunho a contragosto prestado a essa senilidade precoce: porque não é mais possível disfarçá-la, grita-se à calamidade que seria uma vitória da oposição nas urnas - apenas um seco e direto atestado de óbito de um tal sistema.

O sistema político brasileiro, ou o que à guisa de sistema sobrou de um casuismo renitente e cada vez menos controlável, foi montado sobre a suposição ingênua de uma sociedade sem conflitos e tensões. Tinha em seu horizonte um mito, o mito do paraíso terrestre, surgido, paradoxalmente, não da liberdade mas do disciplinamento e coerção: segurança e desenvolvimento. Seus ideólogos e autores, porém, ao querer preservar a periodicidade do processo eleitoral, mesmo alterado nas regras fundamentais e limitadas as possibilidades de escolha, pareceram não ter atinado com essa aceitação implícita do confronto e da tensão, que ora lhes trazem tanta irritação e pânico. Pareceram ter-se esquecido de que as eleições, sobretudo as eleições gerais (e, naturalmente, diretas), se constituem essencialmente num teste de resistência à tensão dos sistemas políticos, quando não são mais: um meio de purificação de seus vícios, de purgar-se de suas deficiências."⁹⁵

Em dezembro/1978:

"Será atitude destituída de sentido crítico negar que o País, nestes 14 anos de governo revolucionário, experimentou sensíveis mudanças, que devem pesar significativamente nos próximos seis anos, decisivos para o aprimoramento das nossas instituições. Diversas vezes, a propósito dos mais variados assuntos, temos tocado nessa tecla, alimentando sempre a esperança de que as variações qualitativas que se registraram neste período sejam apreendidas em sua inteireza pelos setores responsáveis da opinião pública.

Em sã consciência, ninguém poderá deixar de reconhecer que o desenvolvimento e diversificação da economia (que é um fato, apesar das posições doutrinárias que se possa ter em torno do problema da concentração de renda), o extraordinário

⁹⁵ AS eleições e nosso sistema político. SP, OESP, 12nov1978. p. 3.

progresso das telecomunicações e o aumento do número daqueles que, bem ou mal, completaram seus cursos superiores ensejaram o aparecimento, em todos os setores sociais, de dirigentes novos, com mentalidade mais aberta às exigências político-sociais impostas pelas transformações registradas na sociedade brasileira, as quais poderiam, se quiséssemos reduzir o problema a uma só dimensão, traduzir-se na composição da população, hoje uma das mais jovens do Hemisfério. Que não exageramos, nesta análise, provam-no o empenho que alguns empresários colocam em rever a sua participação no processo decisório, além da postura de diálogo com o movimento operário, em que também surgiram novas lideranças as quais possivelmente paguem, mais do que as empresariais, o preço da subordinação dos sindicatos ao Estado."⁹⁶

Contudo, a maior contradição do discurso do periódico, nesse momento, relaciona-se com aquela que aparentemente é a maior preocupação apresentada. Nas unidades temáticas que selecionamos, reiteram-se com muita força as **Críticas ao regime militar** e, conforme observamos, boa parte delas se dirige ao aspecto de endurecimento político manifesto na ausência do que caracteriza o Estado de Direito. Dentre as muitas violências cometidas pelo Estado, encontra-se a da violação dos Direitos Humanos simbolizada pelas torturas, desaparecimentos, mortes de opositores do regime. OESP destacou esta questão chegando a dedicar dois editoriais especificamente para falar da temática dos desaparecidos e das violências aos presos políticos, postulando a necessidade de o Legislativo convocar o ministro da Justiça para prestar esclarecimentos sobre os casos. Como conciliar, entretanto, essas críticas com as outras críticas, desta vez voltadas contra as intervenções dos EUA na questão dos Direitos Humanos em diversos países, inclusive o Brasil? Para o jornal, essa é uma interferência indesejada e, implicitamente, as violações aos direitos humanos em nosso País são relegadas a plano secundário frente à posição de "potência emergente" que deveria ser considerada prioritariamente pelo parceiro norte-americano.

Nos artigos de SW, uma das questões que recebe tratamento oscilante é a da política econômica. Em dezembro/1979, é alvo de críticas por não levar o "povo" em consideração e impor mudanças "de cima para baixo", atribuindo culpabilidade ao ministro Delfim Netto. Paradoxalmente, o ministro, em outros momentos, tem sua imagem preservada. Em artigo ambíguo (dezembro/1977) é destacado como candidato à sucessão de Paulo Egidio Martins ao governo de São Paulo. Em outro artigo (maio/1980), mais forte ainda, alinha, entre as novas lideranças (encaradas com positividade) Lula e Delfim Netto.

"Apesar da transmissão em rede nacional, o discurso do presidente Figueiredo anunciando a nova política econômica do seu Governo não deve ter proporcionado grande Ibope. O que não é de surpreender, dado o seu tom antididático, tecnicista e hermético, que evidentemente tirou logo o povo fora da jogada. Para este, maxivalorização é palavra chinesa.

Afinal, esse desprezo pela presença do povo na dinâmica do Movimento de 64 acabou por desmoronar em Florianópolis. E era um fato esperado. Para o presidente Geisel, 'o povo não sabe ainda votar'. Conceitos como esse já formam vasta antologia revolucionária, desde as ordens do dia até os discursos e entrevistas de muitos chefes militares, todos céticos quanto ao preparo do povo brasileiro para a democracia.

Nesse sentido, o discurso do presidente Figueiredo é exemplar. É óbvio que essa nova estratégia econômica foi traçada há pelo menos algumas semanas. É natural que tenha sido elaborada em segredo, porque qualquer vazamento nas suas disposições poderia favorecer os especuladores. E assim, sempre de cima para baixo, o Governo atuou dentro da redoma em que tem vivido. O seu diminuto 'brain

⁹⁶ O futuro é das novas lideranças. SP, OESP, 10dez.1978. p. 3.

trust' econômico-financeiro sob a irresistível inspiração do ministro Delfim Netto, agindo à sombra do guarda-chuva protetor do general Golberi, elaborou o novo plano econômico. Uma vez mais isolado, inacessível, pois até mesmo os delegados da iniciativa privada no Conselho Monetário Nacional nada sabiam do que seria anunciado minutos antes do discurso presidencial."⁹⁷

"A chegada de Delfim Netto veio lançar um pouco mais de combustível na fogueira da sucessão. E para quem conhece as qualidades intelectuais, a força de persuasão e a inteligência do nosso embaixador em Paris, não deverá constituir surpresa a influência que ele estará exercendo, a partir do seu desembarque, nos rumos da disputa pela governança de São Paulo. Mesmo porque Delfim Netto em nenhum momento se considerou eliminado da relação dos mais prováveis candidatos e em nenhuma das fases do debate sucessório os seus numerosos amigos e admiradores deixaram de trabalhar pela sua indicação à sucessão do sr. Paulo Egidio. Que o digam o sr. Horácio Coimbra e outros poderosos empresários paulistas, deixando de lado políticos e jornalistas, que vêm fielmente urdindo a teia de tendências e opiniões que poderão influir efetivamente na indicação de Delfim. Poucos homens públicos no Brasil em geral e em São Paulo, em particular, aliás, contariam com mais credenciais para comandar os destinos do mais importante centro econômico, político e social do País."⁹⁸

"A revelação, assim, de novas lideranças nos nossos quadros dirigentes pode mesmo ser considerada uma antecipação das modificações de estrutura que a situação nacional e internacional vai impondo ao País. Coloquem-se de lado excassados, como Brizola e Arraes. Bastaria a confrontação entre um Delfim e um Lula para registrar essa irresistível germinação de novos quadros. E se Delfim chega a comover com sua persistência em salvar o sistema econômico que pela segunda vez é entregue às suas mãos, Lula, com sua greve de fome, mostra a que limites está disposto a chegar para consolidar sua inequívoca posição de um dos mais importantes líderes sindicais do mundo atual."⁹⁹

O que chamamos de ideal reformista que se manifesta, tanto em UH quanto nesses artigos da autoria do próprio SW, entretanto, tem suas limitações. Essas podem ser localizadas no momento em que faz questão de criticar a defunta UDN e na recusa a uma proposta de conciliação apresentada pelo presidente Figueiredo. É, sem dúvida, uma oscilação, para um espírito definido por seus próprios contemporâneos como conciliatório. Neste artigo (dezembro/1978), condena a conciliação em nome das chamadas "aspirações populares", respaldando-se em experiência histórica:

"Apesar da clareza que costuma caracterizar as idéias do sr. Magalhães Pinto, ele não conseguiu definir com precisão o sentido da conciliação que o general João Baptista Figueiredo vem pregando. Falando à imprensa, o líder mineiro, como sempre hábil e inteligente, limitou-se a dizer que 'quando o general Figueiredo estende a mão é porque tem alguma coisa para oferecer'. Mas oferecer o que e a quem? O sr. Magalhães Pinto não entra nesses miúdos, apenas informa que entende por conciliação 'a disposição de as pessoas conversarem entre si desprevenidas, com boa fé'. Ora, isso é pouco, muito pouco. E, em verdade, enquanto a disposição conciliatória do general Figueiredo ficar nessas generalidades, ela não pode deixar de levantar suspeitas como as manifestadas pelo presidente da OAB, Raimundo Faoro, que definiu essa conciliação como um arranjo de caráter elitista, cujo

⁹⁷ WAINER, Samuel. O Povo Fora da Jogada. SP, FSP, 9dez1979. p. 2.

⁹⁸ WAINER, Samuel. Uma Imperdoável Abstenção. SP, FSP, 11dez1977. p. 2.

⁹⁹ WAINER, Samuel. Nem Tudo Está Perdido. SP, FSP, 11maio1980. p. 2.

objetivo é o de desestabilizar a Oposição e alijar o povo das áreas de decisão. Em suma, tudo isso não passaria de uma manobra para ganhar tempo, esfriar os ânimos e tapar o sol com os mapas e organogramas do cel. Ludwig.

Há que não esquecer que essa chamada política de conciliação, pelo menos a partir de 1945, acabou sempre por resultar em retrocesso no desenvolvimento democrático do País. O exemplo mais citado dessa política é o 'do Governo do general Eurico Gaspar Dutra, apontado como 'um presidente de todos os brasileiros'. Nada menos verdadeiro. Dutra, que não primou jamais por suas convicções democráticas, mal se viu eleito presidente da República com os votos dos dois partidos fundados por Getúlio Vargas, o PSD e o PTB, acabou por formar um governo bipartidário, mas com o que havia de mais conservador na UDN e no PSD. Eliminou do seu Governo qualquer participação trabalhista. Jogou logo o Partido Comunista na ilegalidade e conseqüentemente obteve a expulsão de sua bancada da Câmara e do Senado. E mais ainda, ignorou completamente a força popular representada pelo PSP de Ademar de Barros.

Tornou-se assim inevitável o retorno de Getúlio Vargas, volta que foi considerada em alguns setores militares como revanche à sua deposição pelo Exército, em 29 de outubro de 1945. Para poder sobreviver, Getúlio também tentou a conciliação política. E chamou para participar do seu Governo dirigentes udenistas tão insuspeitos como José Américo de Almeida, João Cleofas, além de seu grande amigo Osvaldo Aranha. De nada adiantou essa conciliação formal. O suicídio de Getúlio reabriu a dinâmica dos 'pronunciamentos' que pareciam não ter mais lugar num País que participara diretamente, nos campos de batalha da Europa, da luta contra o nazi-fascismo.

Diferente não parece ser o destino das intenções conciliatórias do general Figueiredo. Faltam-lhes clareza e objetividade. Enfim, para que fosse levada a sério, seria preciso que essa conciliação não surgisse como um gesto de generosidade, mas como um programa respaldado nas aspirações mínimas manifestadas pela votação plebiscitária das últimas eleições. De outra forma tudo não passa de suspeita manobra." 100

100 WAINER, Samuel. A Suspeita Conciliação. SP, FSP, 10dez1978. p. 2.

4. O Estado Autoritário brasileiro pós-64 se arma

A imprensa e os jornalistas foram alvo, ao longo do período posterior ao golpe de Estado de 1964, de diversas manifestações repressivas do Estado Autoritário montado a partir dessa data.

Em fevereiro de 1967, surge uma nova Lei de Imprensa (Lei 5250, de 9 de fevereiro de 1967) que, no que diz respeito à legislação anterior, possuía agravantes autoritários, limitando a liberdade de informação. No período que antecede imediatamente à decretação do AI-5 (13 de dezembro de 1968) e após a sua promulgação, os periódicos são submetidos a diversas formas de censura que vão desde a invasão das dependências dos jornais e apreensão de seus exemplares; passam pelos telefonemas e bilhetes (apócrifos ou não) da Polícia Federal indicando o que não poderia ser publicado; até ao controle das matérias exercido diretamente pelos censores. Em 1970, um decreto vem "regulamentar" a censura prévia às publicações (Decreto 1077, de 26 de janeiro de 1970) atividade que só seria cessada em 8 de junho de 1978, por ordem do Presidente da República, General Ernesto Geisel.

Paralelamente a isto, jornalistas/colaboradores eventuais e proprietários/responsáveis por empresas jornalísticas, foram processados, por suas publicações, tendo sido "*acusados de criticarem o Regime Militar e autoridades constituídas, de forma a incitar o ódio entre as classes ou a animosidade contra as Forças Armadas*"¹. Quinze processos dos que chegaram à alçada do Superior Tribunal Militar (STM) foram arrolados no Projeto BNM, pois, no ponto de vista dos interesses representados no Estado, o que havia sido veiculado nos órgãos de divulgação nos quais trabalhavam/colaboravam ou possuíam, constituía crime contra a Segurança Nacional. Nesse sentido, com base na Lei de Segurança Nacional, eram alvos de processo e julgamento, não na Justiça comum, mas na Justiça Militar.

O período que vai da instauração do Estado Autoritário brasileiro, em 1964, até o momento em que assume o poder o presidente João Baptista Figueiredo, em 1979, foi a fase de incidência selecionada para atuação por BNM. Entretanto, os quinze processos sobre os quais nos detivemos, situam-se, na sua maioria, entre o período de janeiro de 1969 a janeiro de 1975. Esta é a segunda fase em que se centram nossas atenções no que diz respeito ao material trabalhado oriundo da imprensa, e, também, o momento considerado de expressão de maior autoritarismo pelo regime militar.

É preciso refletir, inicialmente, acerca de duas questões: em que consistem os autos desses processos e qual a importância da análise desse material.

Pode-se separar os autos dos processos em duas fases: o Inquérito Policial Militar (IPM) e a instância judiciária, propriamente dita, o processo em si.

Em termos legais, a primeira fase poderia ser dispensada. Entretanto, na prática, acaba se tornando obrigatória para ações penais públicas (no caso das ações penais privadas - por exemplo, os crimes contra a honra - podem ocorrer por solicitação do ofendido).

¹ Projeto "Brasil: Nunca Mais" - Arquidiocese de São Paulo - 1985. Tomo III - *Perfil dos Atingidos*, p. 251.

O IPM² (no caso da Justiça comum, esta fase é a do Inquérito Policial) corresponde a uma apuração sumária de fato que, nos termos legais, configure crime militar. Seu caráter é o de instrução provisória com a finalidade de reunir elementos para a propositura da ação penal. Nesse momento, é ouvido em interrogatório o indiciado (suspeito contra o qual se dirigem as investigações durante o inquérito policial) mais as testemunhas³. Juntam-se, também, provas resultantes de buscas, vistorias, apreensões, reconstituições.

Ao final da investigação, a autoridade policial encarregada elabora um relatório indicando quem deve ser processado e qual lei deve ser aplicada.

Fundada no princípio de que todos têm direito ao devido processo legal, perante a autoridade competente (Poder Judiciário), a legislação determina expressamente que o Inquérito Policial (e Policial Militar) deve ser encaminhado à Justiça, ao Ministério Público. A este cabe a instauração do processo (fase judiciária) o que ocorre mediante a formalização da denúncia (no caso da Justiça Militar, é feita pelo Procurador da Justiça Militar) e recebimento/aceitação da mesma pela autoridade judiciária (no caso da Justiça Militar, é o Juiz Auditor).

Independentemente da produção de prova na fase de inquérito, neste momento, podem ser colhidas novas provas para que fique assegurado o direito de ampla defesa do denunciado (indivíduo contra o qual se dirige a acusação pública formalizada). A acusação corre por conta do Ministério Público e é necessária a figura de um advogado (dativo ou constituído) que cuide da defesa do acusado. Este é novamente ouvido, bem como as testemunhas⁴ de acusação e defesa. Podem ser juntados documentos aos autos e realizadas provas técnicas.

A acusação e a defesa dispõem de momentos próprios para apresentar seus argumentos, respectivamente, as razões da culpabilidade ou da inocência do acusado.

A partir daí, os Conselhos de Justiça Militares - compostos de quatro juizes militares e um juiz togado -, da Auditoria⁵ e da Circunscrição Judiciária Militar (CJM) correspondentes,

² Instaurado nas dependências das Polícias Cíveis dos Estados, dos Quartéis das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), das Polícias Militares, nos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) - vinculados às Secretarias de Segurança dos Estados - e nos Departamentos de Polícia Federal (DPF) - vinculados ao Ministério da Justiça.

Após a decretação do AI-5, em meados de 1969, em São Paulo, oficiosamente, a título de experiência, foi criada a Operação Bandeirantes (OBAN) que, posteriormente, inspirou a instauração oficial, em escala nacional, em janeiro de 1970, dos Destacamentos de Operação de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Estes organismos, articulados com os outros que, legalmente, podiam instaurar inquéritos, atuavam na montagem de "interrogatórios preliminares" que antecediam à instauração oficial dos inquéritos, e eram, depois, a eles incorporados.

³ Em alguns casos, constatou-se a presença como testemunhas, de pessoas que trabalhavam no Departamento de Polícia Federal e que, inclusive, mostravam absoluto desconhecimento em relação ao acusado e aos móveis do crime que lhe fora imputado. Rezam os diplomas legais (Código Penal Militar e Código do Processo Penal Militar) que qualquer pessoa pode ser testemunha, ressalvando-se alguns casos que estão impedidos de depor, por exemplo: os que são parte na causa, os inimigos capitais ou os amigos íntimos da parte, os que em razão de sua função devam guardar segredo. Assim, testemunhas da Polícia Federal, legalmente não estão impedidas de depor. Segundo BNM (Tomo IV - *As leis repressivas* - a repressão excedendo a Lei e a estrutura repressiva. p. 33 - 34), as testemunhas policiais que participavam da investigação, geralmente, eram ouvidas em juízo, para declarar que os depoimentos dos indiciados no inquérito haviam sido prestados livres de coação. Assim, mesmo depois, se o acusado se retratasse de uma eventual confissão anteriormente feita, poderia ser condenado com base na prova do inquérito.

⁴ Chamou particularmente a nossa atenção, a existência de pessoas que, segundo se afirmava, ficavam "dispensadas de prestar compromisso" e eram tidas como informantes e não testemunhas. Foi o caso, especificamente, do dramaturgo Nelson Rodrigues, convocado a depor na defesa do psicanalista Hélio Pellegrino.

Informante é o depoente impedido ou suspeito (neste caso, Nelson Rodrigues se declarou amigo íntimo do acusado) que depõe, portanto, sem prestar o compromisso de dizer a verdade. O juiz, ao levar em conta o depoimento, deve considerar este fato.

⁵ Nos processos contra civis por crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, a distribuição entre as Auditorias era feita por critério numérico. Havia, entretanto, acertos. Se já existisse, em determinada Auditoria, um processo contra

pronunciavam a sentença absolutória ou condenatória do acusado. Em ambas as circunstâncias cabia recurso da parte do Ministério Público ou dos advogados de defesa, ou seja, apelação para outra instância, no caso, o Superior Tribunal Militar, em Brasília.

Com base nas provas arroladas nos autos, na sentença pronunciada e nas razões (da defesa/Ministério Público) e contra-razões (da defesa/Ministério Público) da apelação, o Superior Tribunal Militar pronunciava a sentença de segunda instância, confirmando ou negando a anterior.

Poderia ainda haver uma terceira e última etapa, ou seja, a apelação da sentença do Superior Tribunal Militar para o Supremo Tribunal Federal (STF). A sentença pronunciada nesta instância era definitiva e irrecorrível.

Tomando-se por base observações feitas no próprio Projeto "A" - BNM (Tomo II, Volume 1 - A Pesquisa BNM - os instrumentos de pesquisa e a fonte) encontra-se o seguinte:

"O processo permite, como todo texto, uma infinidade de aproximações: não apenas a que dele extrai a informação isolada e precisa, capaz de localizar um fato específico no espaço e no tempo, mas também a que lhe devolve o significado mais geral de instrumento de administração da justiça, de definir os princípios e regras jurídicas que norteiam a instituição." (p. 3)

Mais adiante, no mesmo volume do Projeto, a justificativa se amplia na direção do Estado:

"Se é possível ver o jurídico como totalidade relativamente autônoma cuja eficácia particular se revela através dos autos de processo examinados (daí o enfoque monográfico do tema e o tratamento descritivo e mensurativo dos dados), é preciso não perder de vista que a administração da justiça, por sua vez, deve ser entendida como setor ou ramificação de um sistema objetivo, o Estado. Só assim é que podemos vê-la como prática constitutiva de um regime, ou seja, do conjunto de normas, valores e procedimentos que regulam o exercício do poder e as linhas básicas de utilização dos recursos produtivos da sociedade. Recuperar a lógica da administração da justiça é, em certa medida, recuperar a própria lógica do Estado." (p. 4)

Sérgio Adorno⁶, analisando processos oriundos da Justiça comum, instaurados e julgados (janeiro/1984 a junho/1988) em um dos tribunais de juri da cidade de São Paulo e envolvendo crimes que representaram atentados contra a vida, também, se questiona acerca do que dizem os autos, levando em conta o fato de que vem aumentando o número de pesquisadores que se dedicam ao estudo de processos penais. Em que pese o fato de trabalhar com a Justiça comum e com crimes contra a vida, suas considerações interessam para nossas reflexões. O autor destaca duas razões para a sedução dos autos. Por um lado, aponta para o fato de que *"os autos deixam entrever, como nenhuma outra fonte documental, o modo concreto de funcionamento de uma agência de controle social encarregada de distribuir sanções penais e que, por isso mesmo, concentra poder"* e, por outro lado, observa que *"em circunstâncias específicas, os processos penais expressam um*

integrantes de uma organização (por exemplo, ALN, PC do B, AP, VPR), outro processo contra elementos dessa mesma organização poderia ser entregue a essa mesma Auditoria.

⁶ ADORNO, Sérgio. Crime, Justiça Penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do juri. SP, Revista da USP, 21:132-151, mar-abr-maio/1994.

momento de tensão nodal das relações interpessoais - a supressão física de uma pessoa por outra põe a nu alguns pressupostos da existência social, permitindo visualizar a sociedade em seu funcionamento, o jogo pelo qual, no torvelinho de conflitos e tensões subjetivas, se materializa a ação de uns sobre outros em pontos críticos das articulações sociais, transformando o drama pessoal em social." (Adorno, 1994. p. 139).

É importante compreender os mecanismos legais que permitiram o julgamento de civis pela Justiça Militar, por atentarem contra a chamada Segurança Nacional.

Em 1964, a Legislação que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social era a Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953. De acordo com ela, a Justiça Militar tinha competência para julgar crimes que ameaçassem a segurança externa do País. Sua maior preocupação era com a defesa nacional, destacando o perigo externo. Internamente, cuidava da espionagem e do serviço secreto. Merecia ressalva, sendo considerada criminosa, a tentativa de restaurar partido político que tivesse sido proibido legalmente, particularmente, o Partido Comunista. Em casos de delitos que ameaçassem a segurança externa da Nação, o processo, normalmente, corria na Justiça comum, com recurso ao Supremo Tribunal Federal, sendo previsto no Código do Processo Penal. À Justiça Militar caberia o julgamento, com rito processual previsto no Código de Justiça Militar.

O Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, entretanto, vem alterar este quadro. Ele introduz parte do ideário do Estado Autoritário brasileiro pós-64, no sentido da ampliação do conceito de Segurança Nacional da preocupação com o inimigo externo para o inimigo interno, e fazendo com que a competência da Justiça Militar passe a abarcar processo e julgamento de militares e civis envolvidos na prática de crimes contra a Segurança Nacional ou instituições militares. Para isto, alterou-se a redação do § 1º, do artigo 108, da Constituição Federal vigente (1946):

"artigo 108 - À Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

§ 1º - Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa [grifo nosso] do país ou as instituições militares."

A nova redação a partir do AI-2 passa a ser:

"§ 1º - Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança nacional [grifo nosso], ou as instituições militares."

A segurança externa se vê imediatamente travestida para segurança nacional; processo e julgamento de civis e militares que contra ela atentarem passam a ser de competência da Justiça Militar.

Menos de dois anos mais tarde, a 13 de março de 1967, surge a primeira Lei de Segurança Nacional, na forma do Decreto-Lei 314 que reitera a competência da Justiça Militar para o processo e julgamento dos crimes definidos por ela, inclusive quanto à aplicação do Código de Justiça Militar. Todos os cidadãos, inclusive as pessoas jurídicas passam a ser vistos como responsáveis pela Segurança Nacional que não é mais concebida como a defesa do Estado, da Ordem Política e Social, mas é vista em si mesma como um Estado, como a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos externos e internos. Deve prevenir e reprimir uma

eventual "*guerra psicológica adversa*" ou "*guerra revolucionária considerada subversiva*". A amplitude e inexactidão desses "conceitos" permite que, no âmbito interno do País, manifestações de qualquer origem, forma ou natureza contrárias ao regime militar sejam consideradas ofensivas à Segurança Nacional. Desse modo, o "*inimigo interno*" era aquele que, por atos ou palavras, fosse considerado contrário ao Estado Autoritário brasileiro pós-64. Nesta dimensão qualquer crítica às autoridades constituídas era encarada como crime contra a segurança do Estado, assim como, a honra dos mandatários passou a ser confundida com a da Nação.

O Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, entre outras medidas discricionárias, suspende a garantia de *habeas corpus* para casos de crimes políticos contra a Segurança Nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

O Decreto-Lei 510, de 20 de março de 1969, modificou o Decreto-Lei 314/67 introduzindo algumas alterações. Admitia (artigo 47) que, na fase das investigações policiais, o indiciado pudesse ser preso pelo Encarregado do Inquérito por até 30 dias, prazo este que poderia ser prorrogado. Além disso, estabelecia que o indiciado poderia ser mantido em estado de incomunicabilidade por um prazo de até 10 dias. Entendia também que os Conselhos de Justiça poderiam alterar a definição jurídica aplicada ao fato tido como criminoso pela denúncia, bem como poderiam proferir sentença condenatória por fato denunciado independentemente do Ministério Público haver formulado pedido de absolvição (artigo 60). Também estabelecia limites às testemunhas do acusado.

Uma nova Lei de Segurança Nacional promulgada a 29 de setembro de 1969, na forma do Decreto-Lei 898/69. Alterou a definição dos crimes, a intensidade das penas e chegou a prever a pena de morte e a prisão perpétua. Tão grande era a preocupação de abrangência da Segurança Nacional que esta legislação pretendia se estender a crimes ocorridos no exterior que pudessem ter quaisquer resultados no território nacional. Tornava os juizes dos Tribunais Militares plenipotenciários podendo, além das provas arroladas, fundamentar-se nos conceitos básicos de Segurança Nacional para decidir sobre a culpabilidade dos acusados.

Para encerrar este ciclo de legislação repressiva, os Decretos-Lei 1001 e 1002, de 21 de outubro de 1969, criavam respectivamente, os novos Código Penal Militar (tipifica os crimes de âmbito militar) e Código do Processo Penal Militar (caracteriza os procedimentos nos processos militares) que incorporaram as disposições das Leis de Segurança Nacional anteriores.

O Decreto-Lei 898/69 somente seria substituído pela Lei 6620, de 17 de dezembro de 1978, já ao final do governo Geisel e, em pleno processo de "distensão política". Através dela, considerava-se que os objetivos do Estado Autoritário brasileiro pós-64 não precisariam mais ser mantidos pelos "*instrumentos excepcionais que se fizeram indispensáveis*" e sim, poderiam ser garantidos pelas "*salvaguardas eficazes*". Tentava abrandar as penalidades anteriores e suprimia a pena de morte e a prisão perpétua. O prazo de incomunicabilidade dos detidos foi reduzido de 10 para 8 dias, sendo obrigatória a comunicação da prisão ao órgão judiciário, numa tentativa de garantir a integridade física do detido.⁷

Inscrevem-se nesta legislação de exceção os processos (que analisamos) movidos contra jornalistas/colaboradores eventuais e proprietários/responsáveis de órgãos de divulgação por haverem escrito ou por serem responsáveis por artigos considerados atentatórios à Segurança Nacional. Esses artigos conteriam ofensas à autoridades em nível local ou federal, às Forças Armadas brasileiras com vistas a causar a "*dissensão*", "*indispor o povo contra as autoridades*", ou movidos por "*facciosismo ou inconformismo político-social*".

⁷ As considerações acerca da Legislação que envolve a temática da Segurança Nacional foram baseadas no Projeto "Brasil: Nunca Mais (Arquidiocese de São Paulo, 1985), Tomo IV - *As Leis Repressivas* (a repressão excedendo a Lei e a estrutura repressiva), p. 1-9.

Embora um desses processos tenha tido sua fase de denúncia iniciada antes do AI-5 e três outros tenham as peças incriminatórias (os artigos responsáveis pela denúncia) inseridas em fase anterior ao 13 de dezembro de 1968, o desenrolar de todos se faz após esta data. A conclusão de dois deles ultrapassa janeiro de 1975. A maioria deles envolve, como base legal para acusação, o Decreto-Lei 898/69, mas alguns utilizam artigos do Decreto-Lei 314/67 ou das modificações verificadas pelo Decreto-Lei 510/69.

No âmbito do Superior Tribunal Militar (STM), ou seja, na segunda instância do julgamento militar dos mesmos, todos os jornalistas foram absolvidos, sendo que na primeira instância, na Circunscrição Judiciária Militar local, dois deles tenham sido condenados.

Na tentativa de apreender um pouco da lógica interna que rege esse instrumental repressivo, duas questões, inicialmente, se impõem. A primeira, de relativamente rápida solução, refere-se a procurar saber por que os processos contra jornalistas se inserem, praticamente todos, nesta segunda fase de nossa pesquisa, ou seja, entre janeiro de 1969 e janeiro de 1975. A segunda, de resolução mais complexa, busca descobrir o porquê da totalidade destas absolvições.

A resposta a estas e outras questões, entretanto, passa por uma análise mais global das peculiaridades que estas peças processuais nos apresentam.

4.1. Caracterização dos réus

A preocupação com a caracterização dos que chamaremos réus⁸ procede, como explicaremos a seguir.

Dentre os mais de 700 processos de **BNM**, selecionamos apenas 15 envolvendo jornalistas/colaboradores eventuais e proprietários/responsáveis por órgãos de divulgação, devido ao fato de que o móvel do processo foi o exercício da atividade jornalística dentro de um periódico destacado. Dentre os mais de 100 jornalistas envolvidos em processos em **BNM**, pinçamos estes 18 (às vezes um processo envolve mais de um implicado), porque os demais acabaram sendo alvos, na medida, geralmente, de sua militância política, e não pelo exercício da atividade jornalística. Assim, a caracterização destes réus assume importância prioritária na análise que queremos desenvolver.

Afinal, quem eram? Que peso assumiam dentro dos respectivos órgãos de divulgação no momento em que passaram a ser alvo de um processo criminal?

Sebastião Nery, jornalista, foi alvo de um processo que recebe a numeração, em **BNM**, 154⁹. Em 1971, ele era responsável por uma coluna chamada "O Grande Rio", no jornal **TRIBUNA DA IMPRENSA (TI)**, do Rio de Janeiro (RJ).

⁸ Optamos por esta denominação comum aos alvos dos processos que estamos trabalhando, embora saibamos que eles assumam, no transcorrer da incriminação, outras denominações, como indiciados ou denunciados. Aqui, entretanto, a palavra réu assume o sentido exato de alvo preferencial de um dos processos que chegou, entre 1964-79, à alçada do Superior Tribunal Militar, tendo, portanto, sido objeto de análise de **BNM**.

⁹ Daqui para frente, utilizaremos uma ordem obedecendo a numeração que receberam no interior de **BNM**, o que equivale dizer, que não se relaciona com a sua temporalidade. Não estamos seguindo a ordem do mais antigo processo para o mais recente. Em depoimento a nós concedido, em 21 de junho de 1994, Ana Maria Camargo (que, convidada pelo grupo inicial de **BNM**, cuidou de toda a parte metodológica da documentação), observou que os processos foram identificados internamente e receberam um número de ordem, de acordo com a chegada, devido às circunstâncias muito especiais em que o Projeto foi sendo construído e, em meio ao sigilo que foi obrigado a manter frente ao esquema de repressão, ainda ativo do regime militar. Assim, não há vinculações de temporalidade e, sequer, de temas

Hélio Pellegrino, psiquiatra, entre 1967 e 1968, um dos colaboradores do quarto Caderno do **CORREIO DA MANHÃ (CM)**, do Rio de Janeiro (RJ) foi envolvido no processo número 235.

Dikson Fragoso Veras, motorista profissional (processo número 243), em 1969, proprietário e diretor-responsável pelo jornal **GAZETA POPULAR (GP)**, de Campo Mourão (PR).

Paulo da Costa Ramos, em 1968, jornalista há cerca de 3 anos (anteriormente havia sido funcionário público, fiscal da Fazenda), colaborando no jornal **O ESTADO (OE)**, de Florianópolis (SC), foi réu no processo número 270.

Túlio Fontoura, jornalista, também proprietário do jornal **DIÁRIO DA MANHÃ (DM)** de Passo Fundo (RS) e incriminado por diversos artigos escritos, ao longo de 1967, foi denunciado no processo número 325.

Carlos Augusto Vinhaes, jornalista exercendo, em 1971, a função de Secretário do jornal **LUTA DEMOCRÁTICA (LD)**, do Rio de Janeiro (RJ) é o réu do processo número 359.

Inácio Mendes da Silva, jornalista e proprietário do jornal **O COMBATENTE (OC)** que, em 1970, exercia também as funções de vereador da cidade de Porto Velho (RO), é o réu do processo número 369.

José de Arimatéia Gomes da Cunha, conhecido como **Ari Cunha**, jornalista e editor-geral do jornal **CORREIO BRAZILIENSE (CB)**, de Brasília (DF), em 1972, escreve matéria que acaba por ser alvo de um processo que, em BNM, recebe número 417.

Evandro de Oliveira Bastos, jornalista, foi denunciado no processo número 444 por escrever, em 1969, artigo no jornal **TRIBUNA DA IMPRENSA (TI)**, do Rio de Janeiro (RJ). À época da publicação, o réu acumulava a função de assessor do Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão.

Niomar Moniz Sodré Bittencourt, jornalista, diretora-presidente e proprietária do jornal **CORREIO DA MANHÃ (CM)** foi alvo do processo número 449, por uma série de editoriais publicados no referido jornal, do Rio de Janeiro (RJ), entre 1968 e 1969.

Tibério Vargas Ramos e Damião Ribas, respectivamente jornalista e fotógrafo do jornal **FOLHA DA TARDE (FT)**, de Porto Alegre (RS) e **José Rubens Martins de Abreu**, delegado e colaborador do jornal **O CAMAQUÃ (OCA)**, de Camaquã (RS), foram os processados (processo número 545) por artigos escritos em 1972.

Hélio de Azevedo, jornalista e arrendatário do jornal **FOLHA DO OESTE (FO)**, de Guarapuava (PR) foi alvo do processo número 560 por ter escrito diversos artigos entre 1969 e 1970.

Selby Mendes da Silva era jornalista e proprietário do jornal **O COMBATE (CO)**, de Porto Velho (RO) e filho de Inácio Mendes da Silva. Foi processado (processo número 564) por haver escrito artigos no referido jornal, em 1971.

Manoel José de Andrade Netto e Bianor Garcia, respectivamente diretor-responsável e secretário do jornal **A NOTÍCIA (AN)**, de Manaus (AM), foram considerados responsáveis por artigo publicado em 1971, sendo alvos do processo número 615.

afins. A possibilidade de acesso aos processos acabou determinando a sua numeração e é a ela que obedeceremos para

Ernest Mann, agente de turismo, tornou-se réu do processo número 616, por ser correspondente do jornal **O ESTADO DO PARANÁ (OEPR)**, de Guaíra (PR) e, como tal, haver escrito um artigo, em 1971.

Em termos de caracterização dos réus podemos observar que dos 18 envolvidos:

- dez deles exercem funções de propriedade ou de co-responsabilidade pelos respectivos jornais. São eles: **Dikson Fragoso Veras, Túlio Fontoura, Carlos Augusto Vinhaes, Inácio Mendes da Silva, Ari Cunha, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, Hélio de Azevedo, Selby Mendes da Silva, Manoel José de Andrade Netto, Bianor Garcia;**

- quatro deles (**Sebastião Nery, Paulo da Costa Ramos, Evandro de Oliveira Bastos, Tibério Vargas Ramos**) são jornalistas a serviço de um órgão de divulgação;

- três deles (**Hélio Pellegrino, José Rubens Martins de Abreu, Ernest Mann**) não tem a atividade jornalística como sua profissão principal, atuando como correspondentes ou colaboradores eventuais de órgãos de divulgação;

- um deles (**Damião Ribas**) é fotógrafo, trabalhando para um jornal.

Quadro 1

Projeto BNM - Setor Social: Jornalistas

Caracterização dos réus

Réus	Frequência	% ¹⁰
Proprietários/responsáveis	10	55
Jornalistas	04	22
Colaboradores	03	17
Funções correlatas ao jornalismo	01	06

Imediatamente chama a atenção a incidência (pouco mais da metade) de processos sobre aqueles a quem poderia ser imputada a responsabilidade máxima sobre as publicações, no caso, os proprietários, arrendatários, diretores-responsáveis, editores-gerais, secretários dos órgãos de divulgação correspondentes. Em suma, a preocupação da punição mais do que incidir sobre a autoria, diz respeito ao delito de responsabilidade pelas referidas publicações (neste sentido, o caso de **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** é exemplar, na medida em que não é autora dos editoriais que a incriminaram).

Neste sentido, prioritariamente, os processos têm como alvo não as pessoas mas a imprensa enquanto instituição social. Multiplicam, desta forma, sua capacidade de atuação repressiva. Ao atingir os proprietários/responsáveis, golpeiam, de uma só vez, toda a publicação

facilitar a nossa análise.

¹⁰ Estes dados percentuais foram extraídos tendo em vista a quantidade de réus, ou seja, os dezoitos envolvidos ao longo dos quinze processos.

que se pode ressentir financeiramente, ou mesmo, desaparecer. Mais uma vez, o caso do CM é exemplar. Em 1969, Niomar, em parte por força do processo movido contra ela, foi obrigada a arrendar o jornal que acabou encerrando suas atividades em 1974. Além disso, esta forma de atuação repressiva teve o condão de espalhar o terror (de modo semelhante aos bilhetes e telefonemas para as redações como estratégias censórias) e a retração em outros órgãos de divulgação, temerosos de que medidas futuras pudessem ser tomadas contra eles.

Esses dados mostram a estratégia repressiva potencializadora que caracterizava esse instrumental de repressão utilizado pelo Estado Autoritário brasileiro pós-64.

4.2. Caracterização dos jornais

Dos dados sobre os órgãos de divulgação relacionados no item anterior, podemos extrair algumas considerações.

O quadro abaixo indica para os jornais, seu envolvimento em processos e a sua localização pelos Estados do País:

Quadro 2

Projeto BNM - Setor Social: Jornalistas

Caracterização dos jornais

Jornais	Quantidade de processos	Localização/Estado
TI	02	RJ
CM	02	RJ
GP	01	PR
OE	01	SC
DM	01	RS
LD	01	RJ
OC	01	RO
CB	01	DF
FT e OCA ¹¹	01	RS
FO	01	PR
CO	01	RO
AN	01	AM
OEPR	01	PR

Observamos que dois jornais, TI e CM, foram atingidos por dois diferentes processos. Alguns pontos em comum podem ser destacados entre estes periódicos de orientação tão diversa e, ao mesmo tempo, entre eles e os jornais cuja trajetória acompanhamos entre 1964 e 1980.

O CM, fundado por Edmundo Bittencourt no início do século representava, ao lado de OESP, JORNAL DO BRASIL, O GLOBO, exemplo de uma imprensa de grande porte consolidada ao longo da história republicana do País cujo alcance ultrapassava os horizontes de sua localização de origem. Desde a morte de Paulo Bittencourt, em 1963, o jornal se encontrava em mãos de Niomar Moniz Sodré Bittencourt, sua esposa. Por época do golpe contra João Goulart, em 1964, o jornal se coloca ao lado dos que desejavam a sua queda e ficaram famosos os editoriais "Basta!" e "Fora!", respectivamente, de 31 de março e de 1º de abril de 1964, em que pedia o fim do governo Goulart. Mas, já tivemos oportunidade de apontar, em 3 de abril do mesmo ano, um

¹¹ Estes dois jornais respondem a um só processo, o de número 545. Para efeito de incidência de localização dos jornais nos Estados serão arrolados uma só vez.

editorial não menos famoso "Terrorismo, não!" que condenava as violências cometidas após o golpe.

Em 1968, por época da edição do AI-5, do mesmo modo que outros grandes jornais, por exemplo, OESP e JB, o CM será alvo de violências contra suas instalações e sua produção. Porém, ao contrário dos outros dois periódicos citados, o CM não mais se recuperará e terá início o declínio que, lentamente, irá levar ao seu desaparecimento, em 1974. Os dois processos que o envolvem e, particularmente, aquele voltado contra sua proprietária Niomar Moniz Sodré Bittencourt, exercem papel primordial que contribuiu para o seu melancólico encerramento.

Esta trajetória guarda certas semelhanças com a de UH. O mesmo grupo de empreiteiros, liderado por Mauricio Alencar, será, inicialmente, responsável pela compra de CM e, mais tarde pela de UH/RJ. Pode-se dizer que, para ambos, de maneira diversificada, o golpe de 1964 representa o começo de um longo caminho rumo ao seu fim no confronto com o Estado Autoritário brasileiro pós-64.

A TI foi fundada por Carlos Lacerda, em 1949, guardando uma proximidade temporal com a fundação de UH (1951). Ao contrário do CM, a TI nunca chegou a se constituir em jornal de grande porte. Assim como OESP, o namoro de Carlos Lacerda com o regime formado a partir do golpe de 1964 não será de longa duração, porém, por motivos diversos dos que o separam do CM.

O atual proprietário da TI, Hélio Fernandes, narrando a longa história de censura prévia ao seu jornal explica que, antes mesmo do AI-5, por volta do mês de outubro de 1968, começam as intervenções que levariam a uma censura que estendida por longos dez anos sem interrupção, encerrando-se somente com a ordem de Geisel em 8 de junho de 1978¹².

Essas considerações ajudam-nos a compreender porque os dois periódicos foram alvo, cada qual, de dois processos distintos.

Se, por outro lado, juntarmos a esses dados, outros de localização dos jornais concentrando-os por Estados, Regiões e distribuindo-os dentre as Capitais ou o Interior dos Estados, teremos os quadros abaixo:

¹² Hélio Fernandes narrou a história da censura a seu jornal em 81 artigos publicados na TI, entre 15 de junho e 29 de setembro de 1978, logo após o encerramento da mesma. A TI, ao lado do jornal O SÃO PAULO, da Arquidiocese de São Paulo e MOVIMENTO, da chamada imprensa alternativa, foram os últimos órgãos de divulgação a terem a censura prévia retirada no País. Hélio também concedeu um depoimento sobre a censura a Paolo Marconi que aparece destacado na sua obra (op. cit., p. 167-169). Tivemos oportunidade, através de um contato telefônico, de conhecer algumas das opiniões daquele jornalista acerca da censura o que se encontra narrado em nossa Dissertação de Mestrado já citada.

Quadro 3

Projeto BNM - Setor Social: Jornalistas

Incidência de localização/Estado dos jornais atingidos

Localização/Estado	Frequência	% ¹³
RJ	05	33
PR	03	20
RS	02	13
RO	02	13
SC	01	07
DF	01	07
AM	01	07

Quadro 4

Projeto BNM - Setor Social: Jornalistas

Incidência da localização/Região do País dos jornais atingidos

Localização/Região	Frequência	%
Sul	06	40
Sudeste	05	33
Norte	03	20
Centro-Oeste	01	07

¹³ Este percentual e o do quadro abaixo foram extraídos com base no número de processos - quinze - em relação à incidência dos mesmos.

Quadro 5

Projeto BNM - Setor Social: Jornalistas

Incidência da localização dos jornais atingidos em Capitais do País

Localização	Jornais/Quantidade ¹⁴	%
Capitais	11	69
Interior dos Estados	05	31

Em qualquer das tabelas a conclusão é a mesma: os processos atingiram prioritariamente as Capitais (69%), os Estados (66%) e Regiões (73%) que podem ser consideradas mais desenvolvidas economicamente se comparadas às outras que também foram atingidas.

Uma consideração adicional, entretanto, é preciso que se faça. Mesmo atingindo o Sudeste do País, à exceção do CM, jornal de grande porte, os demais, no RJ, representam periódicos de, no máximo, médio porte. Nenhum dos grandes órgãos de divulgação do eixo Rio-São Paulo (aliás, é significativo que nenhum jornal paulista tenha sido alvo de processo) foi atingido (referimo-nos a OESP, JT, FSP, em São Paulo e, O GLOBO e JB, no Rio de Janeiro). Além do CM, é digno de destaque o CB de Brasília, pertencente a uma grande cadeia na época: os *Diários Associados*.

Entendemos que a predominância de localização em capitais e regiões mais desenvolvidas relaciona-se com as difíceis condições de alcance da imprensa em nosso País. Isto aponta de um lado, para os baixos índices de alfabetização e o maior empobrecimento das populações afastadas dos grandes centros e, de outro, para a tendência, cada vez mais acentuada, do controle/monopólio da informação por grandes grupos.

O fato de os processos privilegiarem jornais de pequeno e médio porte relaciona-se com uma característica que afeta boa parte dos mesmos: atendem a questões de interesse regional e afetam pessoas de destaque local. São as chamadas "questiúnculas locais" que, na maior parte dos casos, os movem.

4.3. Móviles dos processos

Neste momento, passaremos a apontar os artigos incriminatórios dos réus e os eventuais ofendidos que, em alguns casos, se configuram como denunciadores diretos. Além disso, situaremos o embasamento legal que possibilitou a acusação.

Podemos estabelecer três formas de incriminação, sendo que tomamos por base o motivo que pareceu prioritário em cada processo:

¹⁴ Um dos processos envolve três denunciados de dois jornais diferentes. Por isso, apesar de quinze processos temos dezesseis jornais atingidos.

- por ofensas diretas contra autoridades, regionais, nacionais, ou estrangeiras;
- por questões de caráter mais geral, envolvendo as Forças Armadas brasileiras, o Estado Autoritário brasileiro pós-64 e seus (considerados) inimigos quer sejam internos ou externos;
- por ofensas indiretas, não explicitadas, atingindo autoridades constituídas ou o Estado Autoritário brasileiro pós-64.

O quadro abaixo estabelece a classificação dos processos de acordo com as suas motivações apontadas ou subentendidas:

Quadro 6

Projeto BNM - Setor Social: Jornalistas

Motivos dos processos

Motivos	Frequência	%
Ofensas diretas contra autoridades	09	60
Envolvimento com as Forças Armadas/Estado	04	27
Ofensas indiretas contra autoridades/Estado	02	13

No primeiro dos casos enquadram-se 9 dos 15 processos destacados:

- processo número 154

Em 12 de abril de 1971, **Sebastião Nery**, em um trecho de sua coluna "O Grande Rio", da TI, tece comentários relativos ao **Primeiro Ministro de Portugal Marcelo Caetano** estabelecendo comparações desairosas entre o referido personagem, Hitler e Mussolini. A denúncia feita pela Delegacia Regional da Guanabara, do Departamento de Polícia Federal, invoca o **artigo 21 do Decreto-Lei 898/69** que imputa crime a quem:

"Ofender publicamente, por palavras ou escrito, Chefe de Governo de Nação estrangeira".

- processo número 270

Em 30 de junho de 1968, **Paulo da Costa Ramos** escreve artigo em OE, considerado ofensivo ao **Ministro da Educação Tarso Dutra**, falando de sua atuação que segundo o autor poderia ser considerada como incitadora da agitação do movimento estudantil. Invoca-se o **artigo 29 do Decreto-Lei 314/67** que busca atingir a quem:

"Ofender física ou moralmente quem exerça autoridade, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social".

- processo número 325

Túlio Fontoura escreveu, entre 4 de fevereiro e 4 de novembro de 1967, no **DM**, diversos artigos considerados ofensivos ao **Prefeito de Passo Fundo**, ao **Governador do RS** e ao **Ministro da Educação Tarso Dutra**. A denúncia foi feita por 18 prefeitos do RS, incluindo o Prefeito de Passo Fundo. Invocou-se o **Decreto-Lei 314/67**, em seus artigos, **14, 29, 33 (inciso III, § único)**. Excetuando-se o artigo 29 já referido, a redação dos outros citados busca atingir a quem:

"Art.14. Divulgar, por qualquer meio de publicidade, notícias falsas, tendenciosas ou deturpadas, de modo a por em perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil; (...)

Art.33. Incitar publicamente: (...)

III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; (...)

Parágrafo único. Se o crime for praticado por meio de imprensa, panfletos ou escritos de qualquer natureza, rádiodifusão ou televisão, a pena será aumentada de metade. "

• processo número 359

Em 6 de agosto de 1971, **Carlos Augusto Vinhaes** escreveu um editorial no jornal **LD** a propósito de um acidente de trânsito que provocou a morte de uma criança. Tal matéria foi considerada ofensiva ao diretor do **DETRAN** da **GB** e ao governo da **GB**. **Celso de Mello Franco**, diretor do **DETRAN** da **GB**, oferece denúncia contra o jornalista invocando o **artigo 16, § 2º**, do **Decreto-Lei 898/69** que incrimina quem:

"Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas; (...)

§ 2º Se a responsabilidade pela divulgação couber a diretor ou responsável pelo jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, será, também, imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do salário-mínimo vigente na localidade, à época do fato, elevada ao dobro, na hipótese do parágrafo anterior. "

• processo número 369

Inácio Mendes da Silva escreveu em **OC**, três artigos, em 27 de novembro, 1 e 4 de dezembro de 1970, com títulos considerados escandalizantes envolvendo, entre outras pessoas, o **Prefeito Municipal de Porto Velho** e o **Secretário de Segurança Pública de Rondônia**. A denúncia foi feita pelo Departamento de Polícia Federal de Rondônia que alega recebimento de representação anterior do Secretário de Segurança Pública de Rondônia, **Ivo Augusto Barreto de Oliveira**. Foi invocado o **artigo 34, § único**, do **Decreto-Lei 898/69** que incrimina quem:

"Ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social; (...)

Parágrafo único. Se o crime for cometido por meio de imprensa, rádio ou televisão, a pena é aumentada de metade. "

• processo número 444

Em 24 de setembro de 1969, a **TI** faz publicar artigo de **Evandro de Oliveira Bastos**, que foi considerado ofensivo ao **Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto**. O próprio

ministro encaminha a denúncia ao Ministro da Justiça, Gama e Silva. A legislação invocada foi o artigo 31 do Decreto-Lei 510/69 que considera crime:

"Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal."

• processo número 560

Hélio de Azevedo escreveu na FO diversos artigos entre 22 de junho de 1969 e 20 de janeiro de 1970 considerados ofensivos ao Prefeito do Município de Guarapuava e à respectiva Câmara Municipal. A denúncia feita pela Procuradoria da Justiça Militar da 5ª Circunscrição Judiciária Militar foi, inicialmente, efetuada pelo Major Edgardo de Uzeda. Foram invocados os artigos 16 e 45 (inciso V) do Decreto-Lei 898/69.

"Art. 45. Fazer propaganda subversiva: (...)

V - injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições;"

• processo número 564

Entre 24 de outubro e 25 de novembro de 1971, Selby Mendes da Silva fez publicar em CO artigos considerados ofensivos às autoridades constituídas, no caso o Prefeito de Porto Velho e o Governador de Rondônia. A denúncia foi feita pelo próprio prefeito Odacir Soares Rodrigues à Procuradoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar. Invocou-se o artigo 34, § único do Decreto-Lei 898/69.

• processo número 616

Em 10 de fevereiro de 1971, o correspondente de OEPR, Ernest Mann escreve um artigo considerado ofensivo às autoridades locais de Guaira. A denúncia foi feita pela Procuradoria da Justiça Militar da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, invocando o artigo 16 do Decreto-Lei 898/69.

No segundo dos casos enquadram-se 4 dos 15 processos destacados:

• processo número 235

Hélio Pellegrino, colaborador do 4º Caderno do CM, foi incriminado por escrever 5 artigos, entre 29 de outubro de 1967 e 14 de julho de 1968 pelos quais é acusado de fazer a apologia de Ernesto Che Guevara, do Padre Joseph Comblin, de procurar macular a imagem do golpe de 1964 e das Forças Armadas. A denúncia, feita pelo Procurador da 2ª Auditoria da 1ª Região Militar, invoca o artigo 33 (incisos I, III e IV, § único) do Decreto-Lei 510/69.

"Art. 33. Incitar:

I - à guerra ou à subversão da ordem político-social; (...)

III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou a instituições civis;

IV - à luta pela violência entre as classes sociais; (...)

Parágrafo único. Se o crime for praticado por meio de imprensa, panfletos ou escritos de qualquer natureza, rádiodifusão ou televisão, a pena será aumentada de metade."

• processo número 243

Dikson Fragoso Veras, no Ano I, número 1 de seu jornal, GP, faz publicar a transcrição de um telegrama, em 27 de setembro de 1969, em que o preso político, Major reformado em 1964, narra as perseguições de que foi alvo juntamente com sua família. Entende-se que a divulgação desta notícia afetaria diretamente a imagem do golpe de 1964 (uma vez que as referidas perseguições teriam ocorrido nesse momento e em consequência do mesmo), além das **Forças Armadas**, na medida em que se trata de um militar. A denúncia feita pela Procuradoria da Justiça Militar da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, entretanto, invoca o artigo 14 do Decreto-Lei 510/69 que incrimina quem:

"Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas."

• processo número 417

Ari Cunha, pseudônimo de José de Arimatéia Gomes da Cunha, publicou no CB, em 5 de março de 1972, artigo em que narra torturas em interrogatório à presa política Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima em momento em que se encontrava grávida e após dar a luz a um filho. Uma vez que as referidas torturas teriam ocorrido em dependências relacionadas com instituições militares, a ofensa referir-se-ia às **Forças Armadas**. Denúncia feita pelo Procurador militar da 11ª Circunscrição Judiciária Militar invoca os artigos 39 (inciso III, § 1º), 49 (inciso I) e 74 do Decreto-Lei 898/69.

"Art. 39. Incitar: (...)

III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; (...)

§ 1º Se os crimes previstos nos itens I a IV forem praticados por meio de imprensa, rádiodifusão ou televisão:

Pena: reclusão, de 15 a 30 anos. (...)

Art. 49. São circunstâncias agravantes quando não elementares do crime:

I - ser o agente militar ou funcionário público, a este se equiparando o empregado de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista; (...)

Art. 74. O condenado à pena de reclusão por mais de dois anos fica sujeito, acessoriamente, à suspensão de direitos políticos, por dois a dez anos."

• processo número 449

Niomar Moniz Sodré Bittencourt foi processada por uma série de artigos publicados a partir de 27 de janeiro de 1968 e a pretexto de um editorial publicado a 7 de janeiro de 1969 no CM. As acusações referem-se a ofensas que teriam sido proferidas ao **Presidente da República**, por tentativa de provocar a dissensão contra as **Forças Armadas** e por incitamento à **juventude** (Niomar proferiu um discurso - publicado em 7 de janeiro de 1969 - por ocasião de uma formatura em Pernambuco - dezembro/1968 - em que ocupava o papel de paraninfa). O Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional encaminha denúncia ao Ministro da Justiça, Gama e Silva

contra uma campanha de difamação que estaria sendo movida pelo jornal. Na acusação foram invocados os artigos 1º, 2º, 3º (§ 1, 2, 3), 31º (§ único) e 33º (incisos I e III) do Decreto-Lei 314/67.

Art.1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art.2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art.3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação. (...)

Art.31. Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado, ou do Supremo Tribunal Federal. (...)

Parágrafo único. Se o crime for cometido por meio de imprensa, rádiodifusão ou televisão, a pena é aumentada de metade. (...)

Art.33. Incitar publicamente:

I - à guerra ou à subversão da ordem político-social; (...)

III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;"

No terceiro dos casos enquadraram-se 2 dentre os 15 processos selecionados:

• processo número 545

O jornalista **Tibério Vargas Ramos** e o fotógrafo **Damião Ribas** foram processados por artigo publicado na FT, em 21 de junho de 1972. O mesmo processo voltou-se contra o delegado **José Rubens Martins de Abreu** por haver escrito artigo no jornal OCA em 23 de junho de 1972. Ambos artigos referiam-se a Celino Pinto preso há 18 anos incriminado por haver dado um tapa na esposa. A repercussão desse fato foi considerada prejudicial às autoridades locais. No desenrolar do processo chega-se a alegar que o motivo da denúncia (feita pelo promotor público Lauro Thomé) foi a inimizade de seu antecessor no cargo, pelo delegado. Como se vê existem razões não explicitadas que podem ter levado ao processo. Foram invocados os artigos 16 e 49 (incisos I e III) do Decreto-Lei 898/69.

"Art.49. São circunstâncias agravantes quando não elementares do crime:

I - ser o agente militar ou funcionário público, a este se equiparando o empregado de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista; (...)

III - ter no caso de concurso de agentes, promovido ou organizado a cooperação no crime, ou dirigido atividade dos demais agentes."

• processo número 615

Manoel José de Andrade Netto e Bianor Garcia foram processados por artigo publicado no jornal AN em 18 de março de 1971, que se manifestava contra a absolvição de José Raimundo Esteves pelo Tribunal Superior Eleitoral. José Raimundo era candidato ao Senado na região e foi acusado de corrupção eleitoral. A denúncia contra os jornalistas foi feita pelo Ministro Célio Silva do Tribunal Superior Eleitoral, responsável pelo voto que absolveu o candidato. O desenrolar do processo aponta como motivação o fato de que um dos acusados havia concorrido como candidato ao Senado pelo MDB contra o vencedor José Raimundo que concorrera pela ARENA. Como no caso anterior observa-se a existência de uma motivação não explicitada no processo. Invocou-se o artigo 16 (§ 2º) do Decreto-Lei 898/69.

É importante que nos detenhamos em algumas considerações que podem ser extraídas destes dados. Inicialmente, em relação ao aspecto legal. O quadro abaixo localiza a incidência das três Leis de Segurança Nacional (314/67, 510/69, 898/69) distribuídas pelos processos analisados:

Quadro 7

Projeto BNM - Setor Social: Jornalistas

Caracterização legal

Leis	Frequência	%
DL 898/69	09	60
DL 314/67	03	20
DL 510/69	03	20

A explicação para esta incidência muito maior do DL 898/69, em relação aos que o antecederam, prende-se à questão da temporalidade. A grande maioria dos processos (quatorze) se desenrola a partir de 1969, embora alguns tenham seus artigos incriminatórios localizados anteriormente (quatro). De todos, somente o processo movido contra o jornalista Túlio Fontoura tem seu início, com a denúncia efetivada, em fevereiro de 1968.

Deve-se acrescentar o fato de que, a legislação de maior incidência é também a de maior potencial repressivo.

Ainda em relação à legislação é importante acentuarmos a incidência dos artigos apontados para enquadramento dos réus nestes processos. No quadro abaixo destacamos aqueles que aparecem indicados pelos menos duas vezes:

Quadro 8

Projeto BNM - Setor Social: Jornalistas

Caracterização legal

Legislação	Artigos	Incidência
DL 314/67	Artigo 29	02
	Artigo 33 - Inciso I, § único, Inciso III	02
DL 898/69	Artigo 16, § 2º	05
	Artigo 34, § único	02
	Artigo 49 - Inciso I	02

O aspecto da Lei mais comumente apontado para tentar incriminar os réus (DL 898/69 - Artigo 16, § 2º) é o que considera crime a divulgação de notícia falsa ou tendenciosa com a finalidade de indispor o povo com as autoridades. O respectivo parágrafo estabelece multa para o caso de o réu ser proprietário ou responsável pelo meio de comunicação, o que vem corroborar a elevada incidência de réus entre proprietários/responsáveis por órgãos de divulgação.

A preocupação com as ofensas às autoridades (presente também no Artigo 29 do DL 314/67 e no Artigo 34, § único, do DL 898/69 que tem redação semelhante) é localizada não só na Lei que busca incriminar, como também na frequência constatada nesses processos movidos por ofensas a autoridades locais, nacionais ou do exterior.

Levando-se em conta o elevado índice de autoridades ofendidas, parece-nos importante classificá-las:

Quadro 9

Projeto BNM - Setor Social: Jornalistas

Caracterização das autoridades

Classificação	Autoridades envolvidas	Quantidade
Chefe de Governo de Nação Estrangeira	Primeiro Ministro de Portugal	01
Presidente	Presidente da República	01
Ministros de Estado	Ministro da Educação/Tarso Dutra Ministro da Educação/Tarso Dutra Ministro da Fazenda/Delfim Netto	03
Governadores de Estado	Governador do RS Governador da GB Governador de RO	03
Prefeitos	Prefeito de Passo Fundo Prefeito de Porto Velho Prefeito de Porto Velho Prefeito de Guarapuava	04
Autoridade Estadual	Diretor do DETRAN da GB	01

Chama a atenção o mais alto índice de incidência nas pequenas autoridades locais, os Prefeitos, logo seguidos dos Governadores dos Estados e dos Ministros de Estado. É importante observar que a representação para a montagem dos inquéritos, solicitando a intervenção da Lei de Segurança Nacional, geralmente, para casos de desavenças de cunho pessoal, quase sempre parte dessas autoridades, em claro e flagrante exercício de privatização do público. Ocorre a utilização do benefício de um cargo público para a satisfação de uma contenda de âmbito privado, o que caracteriza sociedades que não possuem relações democratizadas.

4.4. Destaques da tramitação

Destacamos três elementos que acabam por se tornar comuns aos processos e que se desenvolvem ao longo de sua tramitação.

Em primeiro lugar, podemos observar que, em alguns processos, se utiliza como elemento comprobatório a ficha pregressa do indivíduo, recolhida em organismos de informação, e se apela para uma ligação que o mesmo teria com o **comunismo**.

Sebastião Nery, ao depor, aceita a responsabilidade pela coluna assinada no jornal TI mas observa que a sua intenção não era a de macular a imagem do Primeiro-Ministro português e, sim, a de condenar todos os colonialistas. Durante a acusação, entretanto, em documento reservado, apela-se para a longa ficha do acusado que estaria imbuído de uma **ideologia comunista**. Observa-se que o mesmo já teria sido alvo de outros processos, tendo sido cassado pelo golpe de 1964, atingido pelo AI-2.

Uma longa ficha fornecida pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), acompanhando-o, desde 1948, é um dos argumentos da acusação contra **Hélio Pellegrino**. Diversos questionamentos em seu depoimento procuram vinculá-lo ao **Partido Comunista**. A ficha coloca-o como assinante de jornal **comunista**. Em 1951, já aparece como médico **comunista**. Mais do que a responsabilidade nos artigos assinados no CM, no interrogatório (seu e das testemunhas) há uma preocupação com a sua participação em Comícios e Passeatas e com a eventual assinatura em Manifestos variados. Esta insistência obriga as testemunhas de defesa (é o caso do dramaturgo Nelson Rodrigues que, entretanto, por ser amigo íntimo do réu, passa a ser considerado informante) a acentuar o caráter cristão do acusado por contraposição ao **comunismo** que lhe almejam imputar. A linha da defesa (advogados Miguel Lins e Carlos Eduardo Lins e Silva) passa a ser a de valorizar, em sua vida pregressa, a filiação e candidatura pela UDN (partido que se sabe ter vinculação com o golpe de 1964). De fato, na década de 40, o acusado candidatara-se a Deputado Federal pelo referido partido. Anexam-se ao processo, cartas do Brigadeiro Eduardo Gomes (confirmando que o réu fora partidário de sua candidatura, pela UDN, em 1945); do Vice-Presidente Pedro Aleixo (apontando a participação ativa do acusado na UDN e sua indicação para candidato a constituinte, em 1945); do Senador Milton Campos (destacando a atividade política do réu, na UDN, em MG).

No processo movido contra **Inácio Mendes da Silva**, foram anexadas informações do Departamento de Polícia Federal (DPF), do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Divisão de Segurança e Guarda do Território Federal de Guaporé. Estas informações apontam o acusado como vinculado ao **Partido Comunista** em Guarajá Mirim. O réu teria sido Secretário da Organização e Finanças do Comitê Municipal do Partido. Em seus antecedentes, destaca-se o fato de ser **comunista** e perturbador da ordem pública tendo sido alvo de vários outros processos. Constaria, inclusive, de um Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado logo após o golpe de 1964. O jornalista é acusado, também, por sua ligação com o médico radicado na Bolívia, Aldo Bravo e, segundo os autos, conhecido como notório **comunista**. São citadas, como comprobatórias de "criminalidade" do réu, as visitas à Clínica Bravo em território boliviano. Já o réu, em seu depoimento, afirma a sua defesa das autoridades constituídas considerando-se uma *"sentinela avançada do regime como jornalista que é, entendendo assim de levar ao conhecimento das mesmas autoridades ocorrências que possam envolvê-las com desprestígio"*. Acresce ainda que entende que seu jornal é uma *"tribuna livre em defesa dos postulados da Revolução de 31 (trinta e um) de março de mil novecentos e sessenta e quatro"*¹⁵. Às acusações de **comunismo** responde que nunca foi filiado ao Partido tendo apenas participação na organização de sindicatos de classe por haver tirado um curso de organização sindical no Ministério do Trabalho da GB. Quanto ao médico da Bolívia, afirma que foi o único que conseguiu livrá-lo de doença que o atormentava.

No processo movido contra **Hélio de Azevedo**, destaca-se a figura de Peri Tibiriçá de Oliveira. No depoimento do acusado, o mesmo é questionado sobre Peri relativamente ao fato de que seria correspondente do jornal. O réu observa que não, pois, Peri fundara outro jornal com o intuito de concorrer com o seu. Peri Tibiriçá de Oliveira, em seu depoimento, afirma não ter

¹⁵ Estes trechos destacados em itálico no texto foram transcritos, literalmente, do depoimento de Inácio Mendes da Silva anexo no processo.

qualquer participação no jornal do acusado e que mantinha com este relações não amistosas, uma vez que, quando fora Secretário-Geral da Prefeitura de Guarapuava, esta fora muito atacada pelo referido periódico. Ao ser perguntado, Peri diz já ter anteriormente exercido o jornalismo, inclusive no jornal UH onde - segundo sua informação - escrevia sobre política e sindicalismo, mas "*nunca pregou a subversão da Ordem Política e Social nem a inversão hierárquica nas Forças Armadas*". Segundo Peri, foi um dos 18 jornalistas indiciados no Inquérito Policial Militar (IPM) de 1964, mas nunca foi chamado na Justiça. Ficha pregressa (DOPS do PR) de Peri acompanha-o desde a sua vida estudantil tachando-o de comunista. Chega a observar que em Congresso universitário "*deixou transparecer sua ideologia política pelo credo Vermelho [grifo nosso]*". Em 1963, sua ficha vai encontrá-lo como colunista do jornal UH, responsável pela "Coluna Sindical" onde - segundo informações contidas na mesma ficha - "*pregava abertamente a subversão à ordem pública, bem como a subversão nas FORÇAS ARMADAS. Comunista [grifo nosso] fichado de longa data, procurava por todos os meios e formas fazer o entrosamento dos Sargentos desta Guarnição pseudos líderes da linha comuno-sindicalista do Governo deposto...*"¹⁶. Folha de informações com carimbo Secreto, oriunda do Ministério do Exército (III Exército), 1º Esquadrão Independente de Cavalaria (Guarapuava-PR), assinada pelo Major Edgardo de Uzeda (autor da denúncia), aponta para ligações entre o acusado e Peri Tibiriçá de Oliveira que - segundo a folha - seria o verdadeiro redator do jornal (o acusado não teria inteligência para tanto, segundo as informações), além de manter relações com o comunista Nabor Reis Ferraz, também jornalista, e com os radialistas, ambos (Peri e Nabor) diretores do jornal **CORREIO DO OESTE**.

Em segundo lugar, em alguns processos os acusados acabam caracterizando-se como defensores dos "*postulados da Revolução de 31 de março de 1964*". É o caso de Inácio Mendes da Silva.

O mesmo acontece com Túlio Fontoura. Seus advogados de defesa (Ney Menna Barreto e Vasco Mello Leiria) solicitam a inclusão de outros itens para a inquirição das testemunhas, dentre os quais, o questionamento da relação do réu com o golpe de 1964. Daí decorre o fato de as testemunhas colocarem o acusado como "*defensor dos postulados da revolução de 1964*". O réu afirma, em seu depoimento, considerar o golpe de 1964 como um "*movimento saneador da vida pública do país*". A defesa reforça, em sua argumentação, que os ideais de combate à corrupção do acusado são os mesmos da "*Revolução de 64*"¹⁷.

Ari Cunha, ao longo do processo, acaba-se desenhando como homem ligado aos círculos da "*Revolução*". Faz, com naturalidade, referências à censura à imprensa realizada pelo Comando Militar do Planalto demonstrando ter comentado o fato (seu artigo) e lamentado o mesmo com o General Nilo Caneppe Silva (uma das figuras ligadas à censura à imprensa). Uma de suas testemunhas é o Senador Eurico Rezende que, na época, ocupava o papel de líder do governo no Senado. O processo anexa farta documentação relacionando o acusado com as Forças Armadas.

Evandro de Oliveira Bastos que, no momento da publicação do artigo incriminatório (1969) era assessor do Ministro do Planejamento Hélio Beltrão, havia sido anteriormente assessor do ex-Governador Carlos Lacerda e, também, assessor do ex-Ministro Roberto Campos. Pode, portanto, perfeitamente ser identificado como um "*homem da Revolução*".

Indiretamente, em meio ao processo de Niomar Moniz Sodré Bittencourt, as testemunhas arroladas pela defesa (advogados Heleno Cláudio Fragoso e Tude Neiva de Lima Rocha) relacionam o CM aos "*ideais da Revolução*", na medida em que enfatizam o seu papel de oposição a João Goulart, chegando a observar que ele seria um dos responsáveis pela sua queda. A

¹⁶ Trechos em itálico extraídos do processo contra Hélio de Azevedo.

¹⁷ Os trechos destacados em itálico no texto foram retirados *ipsis litteris* dos autos do processo em questão.

defesa inclui, nos autos do processo, um Memorial da acusada onde se narra a história do jornal referindo-se ao fato de que, em 7 de dezembro de 1968, ele foi alvo de uma bomba que danificou suas instalações e que foi atribuída a "forças subversivas".

No processo movido contra **Manoel José de Andrade Netto e Bianor Garcia**, a manchete do artigo incriminatório diz: "*Empatada a Partida: Revolução 1 X Corrupção 1*". Os acusados manifestam preocupação na defesa da "**Revolução**" contra a corrupção, não por acaso um dos móveis apontados para o golpe de 1964. Além disso, a defesa (advogado João Francisco de Lima Filho) faz questão de mostrar outros artigos, na mesma página do incriminatório, que fazem a defesa do Presidente da República: General Emílio Garrastazu Médici.

Em terceiro lugar, outro aspecto comum aos processos é o cuidado com a repercussão incidindo no conceito de "opinião pública" e as referências à imprensa e à eventual existência de censura.

Tomando-se a legislação que aparece citada com maior frequência nos processos, respectivamente, o artigo 16 (citado em 5 processos), § 2º, do Decreto-Lei 898/69:

"Art. 16. Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas; (...)

§ 2º Se a responsabilidade pela divulgação couber a diretor ou responsável pelo jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, será, também, imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do salário-mínimo vigente na localidade, à época do fato, elevada ao dobro, na hipótese do parágrafo anterior [dizia respeito à provocar a perburbação da ordem pública ou expor a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil]"

Aqui aparece colocada a importância conferida pelo Estado Autoritário brasileiro pós-64, através de sua legislação de exceção, aos meios de comunicação social (imprensa incluída) que deveriam servir para levantar o "*bom nome*" do Brasil e não para macular sua imagem. Esta preocupação encontra-se delineada no texto dos representantes legais, mesmo daqueles que se opõem a medidas discricionárias, como veremos. O § 2º, destacado acima, contribui para o entendimento da razão da incidência de um maior número de processos sobre aqueles que assumem a "*responsabilidade pela divulgação*".

Neste artigo, também, está implícita a idéia da necessidade de repercussão da referida matéria divulgada em meio de comunicação social, na medida em que se fala na indisposição (ou tentativa de) do **povo** com as autoridades constituídas. Portanto, além da notícia em si, é componente essencial para a culpabilidade, a ampla divulgação da mensagem contida para que o **povo** dela tome conhecimento e aí se construa (ou não) a animosidade contra as autoridades. Ressurge, nesta concepção colocada pelo espírito da lei, a mesma idéia desenvolvida nos artigos que analisamos, tão diferentes em muitos aspectos mas que assemelham em igual número de outros. A perda da dimensão do indivíduo com o que carrega de específico, pela dissolução da particularidade, na disseminação presente na concepção de **povo** e de **opinião pública**. Alguns processos, seja na sua parte acusatória, seja na sua defesa, tratam desta questão.

Ao lado disto, outros processos fazem considerações significativas acerca da imprensa demonstrando a preocupação existente com o papel dos meios de comunicação social. E o fazem para falar seja sobre a **liberdade de imprensa** seja sobre a **censura** em relação à mesma como foi o caso do processo contra **Inácio Mendes da Silva**.

No processo movido contra **Hélio Pellegrino**, a questão da repercussão de seus artigos é tratada mais de uma vez. Aparece de forma exemplar no depoimento do dramaturgo Nelson Rodrigues que, ao falar da erudição do acusado, observa que acreditava que poucas pessoas teriam condições de compreender o que escrevia, comprometendo, portanto, a repercussão que suas matérias poderiam ter junto à chamada **opinião pública**.

O STM, em sua sentença relativamente ao processo movido contra **Carlos Augusto Vinhaes**, observa que o referido artigo incriminatório (fala sobre a morte de uma criança em acidente de trânsito causado por ausência de sinalização condizente) não poderia indispor a **opinião pública** contra as autoridades, na medida em que, publicado dois dias depois do acontecido, encontraria o povo já revoltado.

A questão da **opinião pública** é tratada, também, no processo movido contra **Niomar Moniz Sodré Bittencourt**. O Memorial, anexo aos autos, referindo-se à explosão de uma bomba no jornal em 7 de dezembro de 1968, observa: "*Esse acontecimento suscitou manifestações de solidariedade de governadores de Estados, de deputados federais, senadores da República, entidade de classe, Assembléias estaduais, Câmaras municipais, autoridades eclesiásticas, comovendo profundamente a opinião pública [grifo nosso].*" Aqui, uma concepção de **opinião pública** reduzida às autoridades, às pessoas de destaque numa comunidade, como se fossem eles a **opinião** que interessa. Não é por outro motivo que a cobertura das grandes empresas jornalísticas se volta, prioritariamente, a esta parcela da população. No mesmo processo, a defesa, em suas contra-razões da apelação, refere-se ao fato de que frente ao evento a "**opinião pública mundial**" encontrava-se de olhos voltados para o mesmo. Sem dúvida, refere-se à repercussão que teve um processo movido contra uma pessoa de destaque como a ré e um jornal poderoso como o CM. De todos os processos analisados, este é o único que suscitou o acompanhamento por parte da Comissão Internacional de Juristas que enviou o Professor Sebastian Soler.

A defesa (advogado Antônio da Silveira Pereira Rosa) de **Hélio de Azevedo** observa que o acusado não pode ser enquadrado no artigo 16 do DL 898/69 pois, para tanto, era preciso que houvesse a intenção de indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas e, segundo ela, nada disso aconteceu. O povo continuou tranqüilo e, nos autos, não se encontra nenhuma prova de comoção social provocada pelos artigos. Além disso, este processo é um dos poucos em que há apreensão do jornal. A Polícia Federal encarrega Tenentes de analisar os 122 exemplares de jornais apreendidos. Quatro quesitos foram formulados para a referida análise. O primeiro deles questiona: "*As notícias e fatos publicados nos exemplares dos jornais enviados a exame podem indispor o povo [grifo nosso] com as autoridades constituídas?*" Além da consideração genérica de povo presente na lei, é de se ressaltar a dificuldade que teria qualquer pessoa para aquilatar tal questão na leitura de um jornal.

No processo que envolve **Dikson Fragoso Veras** várias referências são feitas à existência de uma **censura à imprensa** que aparece como um fato do cotidiano dos jornais, também entendido como um procedimento "natural". O réu, motorista profissional, monta um jornal que, em seu primeiro número, terá seus exemplares apreendidos e seu proprietário (o acusado) preso. A origem dessas violências, que levarão à montagem deste processo, localiza-se na transcrição de um telegrama da TRANSPRESS distribuído a todos os jornais. O acusado teria conseguido tal telegrama nas oficinas do JORNAL DE CURITIBA onde imprimia seu jornal. Lá localizara diversos telegramas redigidos em forma corrente devido ao fato de haver uma agência de notícias de Curitiba especializada em transformar, em linguagem corrente, as observações contidas em um telegrama. Tanto o acusado como testemunhas dizem que acreditaram que a transcrição do telegrama não traria problemas, uma vez que, oriundo da Capital, conteria notícias "*já censuradas [grifo nosso] na fonte*". Presumiram que a notícia já vinha "*necessariamente filtrada [grifo nosso]*"

No momento em que Selby Mendes da Silva foi chamado a depor alegou-se que ele se encontrava em tratamento, em São Paulo, em endereço desconhecido. Assim, foi tomado o depoimento de sua irmã Júlia Marizete da Silva que estava na direção do jornal. Ao ser inquirida sobre as matérias publicadas afirmou que praticamente não interferia nas mesmas que eram da responsabilidade de seus autores. Apenas costumava revisar os textos e observou que houve épocas em que os artigos eram vistoriados por um representante do governo.

Inácio Mendes da Silva foi condenado em primeira instância pelo Conselho Permanente da Aeronáutica da 8ª Circunscrição Judiciária Militar (este é um dos dois casos de condenação em primeira instância. O outro é o de Dikson Fragoso Veras). O Conselho, por maioria de votos (3 X 2), resolveu condená-lo a uma pena de 3 anos de reclusão com o adicional de suspensão de seus direitos políticos por igual tempo. Entretanto, o juiz de primeira instância, que foi voto vencido (portanto, queria a absolvição), faz uma longa declaração de voto com referências de tal importância que foram utilizadas pelo advogado de defesa, João Francisco de Lima Filho, nas razões de sua apelação. Interessa-nos destacar as declarações de voto em suas considerações à imprensa (a sentença, posteriormente, foi reformada pelo STM que resolveu absolver o acusado):

"A imprensa, evidentemente, não pode ignorar tais garantias legais, mas ela também tem ou deve ter as suas.

O jornal do interior vai não raro aonde não chegam os grandes jornais metropolitanos. Estes não podem tratar de muitos assuntos que interessam às regiões afastadas e pequenas localidades. O jornal interiorano supre essa lacuna, às vezes com eficiência e outras vezes não, o que aliás acontece também com a grande imprensa.

A sua ação educativa e mesmo norteadora da opinião pública é importante e indispensável, não devendo assim ser cerceada a não ser nos casos previstos em lei própria nos casos de falhas graves estatuidos em várias instituições legais.

Não se pode defender assim em sã consciência a liberdade de imprensa sem limites, pois todas as liberdades têm seus limites tratados pela lei e pelo bom senso, mas também não se pode aplicar a qualquer deslize jornalístico um tratamento drástico ou draconiano como no caso sub judice. As autoridades que se julgarem ofendidas não são sacro-santas e conseqüentemente quem contra elas praticou excesso de liberdade ou calúnia responde por tais excessos ou crimes em legislação própria.

Se prevalecer o critério julgador do presente processo, toda a imprensa estará ameaçada, principalmente, no interior e então teremos um mal maior, isto é, autoridade onimoda e arbitrária, fazendo o que bem entender e uma imprensa amordaçada e obrigada a concordar com tudo e afinal veremos grande parte da opinião pública marginalizada.

As declarações freqüentes dos responsáveis pelos destinos do País, são no sentido de uma abertura maior para a democracia, abertura essa que tem sido prejudicada pela ação de pequenos grupos extremistas, alimentados no exterior. Apesar disso é manifesta a intenção do Governo de democratizar as nossas instituições, é conveniente entretanto ser salientado que sem uma imprensa livre embora responsável não pode existir democracia. Se de um lado não se pode admitir que um jornal por mais responsável que seja publique, por exemplo, documentos secretos furtados ao Estado para causar sensacionalismo e aumentar a tiragem, por outro lado não se pode aceitar jornais estereotipados entoando louvaminhas a poderosos para sobreviver e concorrendo criminosamente para a estagnação da opinião pública [grifos nossos]."¹⁸

¹⁸ Trecho transcrito literalmente da declaração de voto do Juiz - Primeiro Tenente Nâmio Umerara - constante da Sentença em primeira instância do processo contra Inácio Mendes da Silva.

Dada a grande quantidade de processos em que os móveis são as pequenas questões locais ou as inimizades pessoais de autoridades constituídas, uma das argumentações mais comuns da defesa e mesmo das sentenças quando pedem a absolvição dos réus, vai na direção de considerar a Lei de Segurança Nacional (LSN) como um foro especial que não poderia ser desgastado em pequenas "*questiúnculas locais*", "*quesilhas, tricas e futricas*"¹⁹ que envolvem autoridades e regiões. No processo movido contra Manoel José de Andrade Netto e Bianor Garcia, a sentença dos juízes em primeira instância observa que a popularidade do governo aumenta dia-a-dia no País e no exterior e, portanto, seria um grave erro político uma aplicação indiscriminada da LSN para amordaçar ou cercear a liberdade de imprensa. Para eles, a reputação e a liberdade humanas devem ser resguardadas pelo Estado, pois, são fundamentais ao indivíduo. Consideram a LSN uma lei transitória que não substitui os demais institutos legais. Seria, portanto, problemática a sua aplicação indiscriminada. Consideram ainda que se a "*LSN ficar como espada de Dâmocles sobre a cabeça do jornalista retornaremos ao tempo dos césares onde só se viam loas às oligarquias regionais*". Na concepção deles, se isto acontecesse em nosso País, ocorreria uma estagnação e apareceria uma imprensa clandestina que serviria para o extravasamento dos sentimentos populares.

O processo movido contra Ernest Mann, que acrescenta farta documentação acessória sobre as atividades do acusado, nos dá oportunidade de conhecer um pouco do que orienta o pensamento legal e o próprio espírito da LSN. Um parecer do Procurador, dirigido aos Ministros do STM, quando da passagem da primeira para a segunda instância, observa que não interessa tanto saber se a notícia veiculada é falsa ou verdadeira. O importante, na opinião do jurista, seria não haver dúvida acerca da intenção de indispor o povo com as autoridades. Se o fato for verdadeiro e, levando-se em consideração que o jornal é meio de comunicação social de alta penetração junto ao povo, é necessário aguardar-se o resultado das investigações legais para que não se exponha a autoridade à execução pública, uma vez que a própria lei quer evitar a desmoralização do princípio de autoridade. Sobre a imprensa observa que:

"A Imprensa branca, instrumento de Progresso, de Civilização e Cultura, colabora na Administração Pública, através do noticiário honesto, interessada na seleção moral e intelectual daqueles que são escolhidos para o exercício da autoridade ou do serviço público, e não se confunde com as inclinações ou o oportunismo 'marron' daqueles, que, contrariados em seus interesses particulares ou desejosos de promoção pessoal, não vacilam em se transformarem em magarefes dos mercados de escândalos, pondo em risco a segurança do Estado ou do Governo constituído, como tem acontecido em vários países.

*Uma 'arma' de tão vasto alcance, como a Imprensa, deve ser usada com extrema prudência e comedimento."*²⁰

4.5. As peças incriminatórias

À semelhança do que foi feito em relação aos artigos analisados submetemos, a uma forma de classificação, as matérias publicadas nos diferentes jornais que se transformaram em peças incriminatórias nos processos movidos contra jornalistas/colaboradores eventuais, proprietários/responsáveis por órgãos de divulgação:

¹⁹ Estas expressões foram utilizadas em processos.

²⁰ Trecho extraído literalmente do Parecer do Procurador aos Ministros do STM no processo movido contra Ernest Mann.

Quadro 10

Projeto BNM - Setor Social: Jornalistas

Classificação das peças incriminatórias

Unidades temáticas	Frequência ²¹	%
Críticas ao regime militar	08	53
Críticas a autoridades locais	06	40
Diversos	01	07

Na primeira das unidades temáticas, agrupamos os processos contendo críticas diretas ao regime militar. Distribuimos estas críticas em dois aspectos: seu caráter repressivo propriamente dito, expresso no endurecimento político e nas tentativas de oposição, e a existência de conivência com irregularidades e de corrupção por parte do governo.

No primeiro dos aspectos enquadram-se os seguintes casos:

- os artigos escritos, entre 1967 e 1968, por Hélio Pellegrino, no **CM**, onde se localizou a apologia a Che Guevara, à luta dos guerrilheiros vietnamitas, a defesa do Padre Joseph Comblin²², a crítica à ausência de direitos democráticos, as reprimendas aos militares pela repressão ao movimento estudantil. Nesses artigos, portanto, encontra-se tanto a crítica direta a aspectos autoritários do regime militar quanto, indiretamente, posturas favoráveis àqueles considerados inimigos dos "postulados de 31 de março de 1964": Guevara e a defesa da "guerra de guerrilhas", bandeira empunhada pelos agrupamentos de luta armada contra o governo; o Vietnã que, além da estratégia guerrilheira comunista, impingia uma fragorosa derrota aos EUA, aliado preferencial brasileiro; o Padre Joseph Comblin por sua denúncia das condições de empobrecimento latino-americano em documento religioso internacional;
- os artigos publicados no **CM**, ao longo de 1968, cuja responsabilidade foi creditada a Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Nesses, o que se critica é a violência do governo contra as manifestações estudantis no Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, cobra-se do governo, particularmente do presidente Costa e Silva, medidas contra um golpe que estaria em marcha, segundo o jornal, para derrubar o chefe de governo substituindo-o por um militar castelista;

²¹ Para chegar a essa frequência tomamos cada processo como uma unidade, independentemente do número de artigos que compunham as respectivas peças incriminatórias. Isto implica em mudanças em relação a outros quadros que têm parâmetros diferentes em vista. Utilizamos este procedimento por duas razões. Em alguns processos não conseguimos recuperar a totalidade dos artigos envolvidos possuindo somente explicações genéricas ou citações de trechos incluídas nos autos. Além disso, apesar de existirem variações temáticas nos artigos de alguns processos, o caminho das acusações promove um agrupamento em determinada direção que é o que buscamos captar.

²² O Padre Joseph Comblin, de origem belga, professor do Instituto de Teologia do Recife, escreveu em 1968, um documento a ser discutido na Assembleia do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em Medellín, na Colômbia. Nessa elaboração, o Padre discutia as condições sociais e religiosas da América Latina. Segundo denúncias, com a conivência do Serviço Secreto do Exército, o documento de circulação interna foi roubado e distribuído à imprensa. Essa publicação gerou intensas discussões chegando-se a falar em expulsão do teólogo do território nacional.

- o artigo escrito por Paulo da Costa Ramos, em 1968, no jornal **OE**, que apresenta críticas ao ministro da Educação Tarso Dutra pela má condução do encaminhamento das negociações com o movimento estudantil, um dos focos mais ativos de oposição ao regime;
- a transcrição do telegrama no jornal **GP**, sob responsabilidade de Dickson Fragoso Veras, em 1969, contendo as queixas do Major Cerveira, envolvido na oposição ao regime ainda em 1964. O telegrama narra os excessos cometidos, em nome da perseguição de que era alvo, em relação à sua família e aos seus bens;
- artigo transcrito no **CB**, em 1972, por Ari Cunha onde denúncias alertavam o presidente Médici relativamente à existência de torturas a presos políticos. Citava-se o caso de uma estudante grávida seviciada em frente ao marido e, que depois de dar a luz, foi ameaçada de não mais poder amamentar o filho.

No segundo aspecto dessa unidade localiza-se:

- o processo contra Evandro de Oliveira Bastos por haver escrito na **TI**, em 1969, um artigo em que, ao relatar uma agressão sofrida, acaba atacando o ministro Antônio Delfim Netto - o agressor fazia parte de sua equipe e, no momento, dirigia a Rádio Nacional. Em relação ao ministro, as críticas são variadas - chegam, inclusive, a atingir aspectos morais de sua conduta - mas, os ataques mais fortes referem-se a indícios de irregularidades no Ministério: tentativas de contratações, com altos salários, sem concurso público; malversação de verbas do Nordeste e da Amazônia; isenção de impostos a empresas estrangeiras; compra de estações de TV; ampliação de cargos públicos;
- o processo contra os jornalistas Bianor Garcia e Manoel José de Andrade Netto, pela publicação de um seu artigo no jornal **AN**, em 1971, em que se critica o Tribunal Superior Eleitoral por aceitar o mandado de segurança impetrado por político local que havia tido sua diplomação, como candidato eleito, bloqueada por corrupção nas eleições pelo Tribunal Regional Eleitoral. O título do artigo já mostra a orientação do mesmo: "Empatada a partida: Revolução 1 X Corrupção 1.

A segunda unidade temática refere-se a críticas a autoridades locais que representam boa parcela dos interesses desses processos. Separamos esta unidade em dois aspectos. No primeiro, as contestações contidas nos artigos denunciando eventuais irregularidades cometidas ou configurando alguma forma de corrupção. No segundo, localizamos os artigos que acusam as autoridades locais de atitudes relapsas no exercício da função.

Situam-se no primeiro dos aspectos destacados:

- os artigos escritos por Túlio Fontoura e publicados no **DM**, ao longo de 1967, em que o alvo principal de suas acusações é o prefeito de Passo Fundo, Mário Menegaz (embora inclua críticas ao governador do RS e ao ministro da Educação Tarso Dutra). O prefeito é, fundamentalmente, acusado de dilapidar o patrimônio público. Os artigos citam, especificamente, a venda de terrenos públicos a particulares, inclusive um onde se situava tradicional escola rural da região;
- artigos publicados no **OC**, em 1970, de autoria de Inácio Mendes da Silva, voltando-se, prioritariamente, contra o prefeito de Porto Velho, Odacir Soares Rodrigues. O réu, também vereador da cidade, adverte o referido prefeito, basicamente, pelo fato de estar empregando, como seus auxiliares diretos (por exemplo, seu Secretário de Obras) pessoas anteriormente envolvidas em corrupção;
- artigos publicados, entre 1969 e 1970, no jornal **FO**, de autoria de Hélio de Azevedo. Fundamentalmente, os artigos atacam irregularidades ocorridas na gestão do prefeito de Guarapuava, Moacir Silvestri;

- artigos publicados, entre 1970 e 1971, no jornal CO, de responsabilidade de Selby Mendes da Silva. Os artigos insistem na acusação de corrupção envolvendo o prefeito Odacir Soares Rodrigues, de Porto Velho e seus auxiliares;
- artigo escrito por Ernest Mann, correspondente de OEPR, em 1971. A matéria manifesta preocupação com a reação da população de Guaira frente a um pedido de transferência do assassino de um comerciante local para outra cidade. Diz ainda que o povo da região está cansado de irregularidades cometidas pelas autoridades locais, envolvidas em desvio de dinheiro de cofres públicos.

No segundo dos aspectos destacados, situamos:

- editorial do jornal LD, de responsabilidade de Carlos Augusto Vinhaes (Secretário da Redação), escrito a pedido do Superintendente do órgão que reclamara do fato de a notícia haver sido veiculada em outros periódicos e não no seu. Envolve críticas a Celso de Mello Franco, diretor do DETRAN da GB (e ao próprio governador do Estado) por descaso em sua função manifesto na morte de uma criança atropelada em acidente de trânsito ocasionado pela ausência de farol em localidade próxima a uma escola;
- reportagem do jornalista Tibério Vargas Ramos e do fotógrafo Damião Ribas, da FT e coluna de autoria do delegado José Rubens de Abreu, no jornal OCA, ambos em 1972. Os artigos referem-se à situação de um preso local (Camaquã), Celino Pinto, detido há dezoito anos por haver dado um tapa na esposa. Estaria em jogo, portanto, o Poder Judiciário da região que, no não cumprimento de suas atribuições, permitira a continuidade dessa situação (após a reportagem o detento foi liberado).

A terceira unidade temática que chamamos de Diversos contém somente um processo:

- movido contra Sebastião Nery, por escrever, em sua coluna na TI, em 1971, tópico referente a Marcelo Caetano, Primeiro-Ministro de Portugal que declarava que seu País não sairia de suas províncias na África. O autor faz comparações dessa atitude do mandatário português com as de Hitler e de Mussolini e contemporaneamente ao artigo as de Nixon, em relação ao Vietnã. Observa que todas essas posições redundaram em fracasso (inclusive a norte-americana).

Este processo, aparentemente isolado, em nossa concepção guarda relação com outras questões, como por exemplo, os artigos incriminatórios de Hélio Pellegrino referentes ao Vietnã, citado também por Sebastião Nery; a questão dos aliados do governo brasileiro: Portugal e EUA; o autoritarismo do governo português que, indiretamente, poderia remeter ao autoritarismo do Estado brasileiro.

Gostaríamos de salientar dois aspectos na análise dessas peças incriminatórias.

Inicialmente, olhando-se de modo absoluto os dados a que nos remetem os números, fica claro que o regime militar, por intermédio desses processos, mostrou-se bastante sensível às críticas contra ele veiculadas por órgãos de divulgação. Se acrescermos a unidade temática Diversos à de Críticas ao regime militar, o que é possível, tendo em vista as aproximações propostas, chegamos a 60% das peças incriminatórias localizadas neste registro.

Em seguida, é necessário observar que não é desprezível, em termos quantitativos, o dado referente aos processos causados por publicações ofensivas a autoridades locais que se relacionam mais com questões de cunho pessoal, entre este ou aquele jornalista e este ou aquele político regional.

Propomos agora que se misturem estes dois aspectos e a eles se acresça outro que se origina de nosso acompanhamento de diferentes órgãos de divulgação/editorialistas/articulistas, entre 1964 e 1980. Referimo-nos aos quadros de unidades temáticas retirados de cada uma das três fases de análise. Dentre elas, quantitativamente, tanto no material oriundo de OESP (49%), como no de UH/SW (42%)²³, a maioria dos artigos agrupa-se na unidade temática **Críticas ao regime militar**. Muitas dessas críticas possuem ataques de peso semelhante ou, até maior que alguns presentes nos artigos tornados peças incriminatórias desses processos. Por que razão, então, aqueles artigos não incriminaram seus autores/jornais?

Desenvolvemos a seguinte hipótese. Do mesmo modo que boa parte dos processos se relaciona com as questões de caráter local e são movidos por interesses pessoais, em nosso entendimento, aqueles que atingem problemáticas mais gerais de críticas ao regime militar, têm, atrás de si, a orientá-los, interesses localizados.

Assim, os processos contra Hélio Pellegrino e Niomar Moniz Sodré Bittencourt que visam, mais que seus autores/responsáveis, o jornal, **CM**, alvo de destruição paulatina do governo militar. Pode-se compreender, inclusive, a arbitrariedade excessiva da prisão ilegal de Niomar e seus colaboradores. Também, se entendem os processos movidos contra Sebastião Nery e Evandro de Oliveira Bastos, atingindo, atrás dos jornalistas, o jornal **TL**, alvo privilegiado do Estado Autoritário brasileiro pós-64 e o único periódico a sofrer dez anos ininterruptos de censura prévia.

Quanto aos demais, tocam em pontos a que o regime militar era particularmente sensível. Os processos, que carregam, como peças incriminatórias, artigos atacando Delfim Netto e o Tribunal Superior Eleitoral, trazem a temática da corrupção em nível federal. Não se pode esquecer que a "Revolução" foi feita, tendo como uma de suas bandeiras, a lisura político-administrativa, o fim da corrupção. O artigo de Ari Cunha, denuncia tortura a presos políticos, uma das mazelas nunca assimiladas pelos governos militares. E, por fim, o telegrama do major Cerveira toca na sensível tecla da coesão das Forças Armadas a que os militares são especialmente apegados.

4.6. As sentenças

Na análise dos processos, causou-nos espécie o fato de haver somente duas condenações e, mesmo assim, em primeira instância, reformadas na instância superior do STM. Afinal de contas estamos frente a um Estado que elimina, paulatinamente, as garantias democráticas, os direitos individuais de seus cidadãos, através, principalmente, de seus Atos Institucionais e cria uma ampla legislação de exceção que retira do âmbito da Justiça Comum determinados crimes, colocando-os na alçada da Justiça Militar. Como explicar que este mesmo Estado, governado por militares, na sua instância militar máxima absolva os que ele mesmo buscou considerar "criminosos"?

Acresce-se a isto o fato de que, com exceção de Túlio Fontoura cuja denúncia foi aceita em 9 de fevereiro de 1968, todos os demais processos entram na sua tramitação legal em 1969, ou seja, depois do AI-5 considerado como um "divisor de águas" dentro do Estado Autoritário brasileiro pós-64. Entende-se, de maneira geral, que, a partir de 13 de dezembro de 1968, entrariamos numa nova fase de endurecimento político, fase esta acentuada com a doença e afastamento do Presidente Arthur da Costa e Silva, em 31 de agosto de 1969, substituído por uma Junta Militar e consolidada com a posse do novo Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 30 de outubro do mesmo ano. Como compreender, portanto, que, em seu maior momento repressivo, a

²³ Estes dados explicitados encontram-se nos quadros das Considerações Finais.

Justiça Militar de um regime também militar optasse por absolver os responsáveis pelos crimes contra ele cometidos?

O estabelecimento destas "fases" para o regime militar (que, de certo modo, está na base da periodização que adotamos, embora nela entrem outros fatores) baseia-se, fundamentalmente, na análise das cisões da corporação. Assim, segundo esta linha de considerações, entre março/abril de 1964 e dezembro de 1968 predominam, nos círculos do poder, militares oriundos do grupo da "Sorbonne", o intelectualizado agrupamento originário das transformações processadas em suas fileiras pela Segunda Guerra Mundial e dos debates promovidos na Escola Superior de Guerra. Entre janeiro de 1969 e março de 1974 (posse do Presidente Ernesto Geisel) ocorreu a supremacia do grupo da "linha dura" formado, prioritariamente, por oficiais "troupiers" de baixa patente (no momento do golpe) que evoluíram rapidamente na carreira e conquistaram para suas fileiras algumas patentes superiores. A partir de março de 1974 até março de 1985, quando assume um presidente civil, houve o retorno e a lenta consolidação (ao longo do governo Geisel) do projeto da "Sorbonne" para o País.

Durante os dois períodos de governo por militares do grupo da "Sorbonne" ocorreu um movimento inverso.

No governo Castelo Branco (1964 a 1967), lentamente, este grupo abandonou sua estratégia inicial de colocar "ordem na casa" (frente ao que entendiam como "anarquia" reinante dos governos anteriores, principalmente o de João Goulart) para devolver o País aos civis em 1965, momento de novas eleições. Muitos "desvios de rota" ocorreram. Castelo Branco acabou prolongando seu mandato para além das eleições programadas. Em outubro de 1965, nas eleições para governadores estaduais de algumas regiões, há a vitória oposicionista e é editado o AI-2. Este consolida as eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República e extingue os partidos anteriormente existentes, implantando a ARENA e o MDB. Em fevereiro de 1966, o AI-3 cria eleições indiretas para Governadores e Vice-Governadores dos Estados, além de tornar a nomeação para o cargo de Prefeitos das Capitais de competência dos Governadores. Em dezembro do mesmo ano, o AI-4 vem determinar que o Congresso Nacional elabore uma nova Carta. Em janeiro de 1967 foi promulgada a Constituição. O governo Castelo Branco, portanto, assiste a um longo ritual rumo ao endurecimento do regime político e à permanência dos governos militares.

O governo Geisel (1974 a 1979), por sua vez, foi palco do lento processo de preparação para a chamada "abertura democrática" consolidada no governo de seu sucessor, General João Baptista Figueiredo. Em novembro de 1974, ocorreu a vitória oposicionista nas eleições parlamentares. Em outubro de 1975, a divulgação da morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do II Exército de São Paulo, provoca comoção. Em janeiro de 1976, no mesmo local e em circunstâncias semelhantes, morre o operário Manoel Fiel Filho. O Presidente Geisel substitui o responsável pelo II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello, pelo General Dilermando Gomes Monteiro. Em 1977, foi demitido o General Silvio Frota, Ministro do Exército e foi exonerado o General Hugo Abreu, Chefe da Casa Militar. Ambos o foram pelo Presidente Geisel e por estarem articulando candidatura contrária (a do General Silvio Frota, representante da "linha dura") à do candidato do próprio presidente, o General Figueiredo. Abril de 1977, entretanto, assistiria a um súbito rigor na atuação política. Em meio às discussões sobre a Reforma da Magistratura o Presidente Geisel ordena o fechamento do Congresso e promulga a Emenda número 7 (reformou o Poder Judiciário) e número 8 (regulamentou as eleições indiretas para o governo dos Estados em 1978, estabeleceu a composição da Câmara dos Deputados, a eleição indireta para um terço dos Senadores criando a figura dos chamados "senadores biônicos" e fixou o mandato presidencial em 6 anos). Este conjunto de medidas ficou conhecido como "pacote de Abril". Porém, em dezembro de 1978, a excepcionalidade acentuada pelo AI-5, dez anos antes, foi substituída pelas "salvaguardas" de uma nova legislação mais branda. Num movimento inverso ao do governo Castelo Branco, o governo Geisel, em seu saldo geral, assiste ao lento ritual rumo à distensão política do regime militar.

O Projeto "Brasil: Nunca Mais", na sua análise, também estabelece três fases para o período compreendido entre 1964 e 1979. A primeira delas se inicia com o golpe militar e vai até a edição do AI-5, em fins de 1968. A segunda delas, vai desse momento até as eleições de novembro de 1974. A terceira e última se encerra com o início do governo Figueiredo, em março de 1979. Interessa-nos observar aqui o que a pesquisa aponta em relação aos resultados desses processos nas duas primeiras fases destacadas:

"Quanto ao resultado dos processos até fins de 1968, a Justiça Militar de 1ª Instância mais condenou que absolveu os denunciados. (...)

Quando as condenações impróprias ocorriam em primeira [sic] Instância, as instâncias recursais podiam corrigir os erros. De fato, muitas condenações de 1ª Instância foram revistas pelo Superior Tribunal Militar, seja para reduzir penas, seja para absolver os denunciados.

Ressalte-se, porém, que nem sempre isso aconteceu, notadamente a partir de 1969, quando se pode dizer que o Superior Tribunal Militar funcionou mais como Instância agravadora de penas e de convalidação das irregularidades processuais, do que como Instância restauradora do primado do direito. (...)

Já no tocante aos resultados desses processos em 1ª Instância [agora falando do período de 1969 a 1974], o que se observou foi um número maior de absolvições que condenações. Cerca de 1.937 denunciados (40,8%) foram condenados e 2.536 absolvidos (53,4%). Dos absolvidos [grifo no original], cerca de 32,13% estiveram presos, o que equivale dizer que cumpriram uma pena de prisão absolutamente incabível. (...)

Dos processos que chegaram ao Superior Tribunal Militar, cerca de 2.083 denunciados foram absolvidos e 853 condenados, isto é, em 2ª Instância também foi maior o número de absolvições que de condenações."²⁴

Queremos observar que, no que tange aos processos que analisamos, o STM funcionou, contrariamente ao que coloca BNM mas utilizando suas palavras, como "instância restauradora do primado do direito", absolvendo os dois únicos casos que haviam sido condenados em primeira instância, **Dikson Fragoso Veras e Inácio Mendes da Silva**.

É importante refletir sobre quais teriam sido as razões destas duas condenações, em primeira instância e, também, os motivos da totalidade de absolvições, em segunda instância.

O processo foi movido contra **Dikson Fragoso Veras** porque houve a transcrição de um telegrama em seu jornal sob a seguinte manchete "Polícia invadiu e saqueou o meu lar" onde o Major Joaquim Pires Cerveira, reformado pelo golpe de 1964 e impetrante de um pedido de *habeas corpus*, narra as violências a que ele e sua família foram submetidos sendo molestados e tendo sua casa invadida e saqueada. É o seguinte o teor do telegrama transcrito:

"BRASÍLIA, 26 (TRANSPRESS) - Deu entrada no STF, e foi distribuída ao ministro Moacir Santos, o pedido de Habeas-Corpus preventivo urgente, assinado pelo major reformado do exército Joaquim Pires Cerveira, no qual afirma que ele, sua esposa e filhos vêm sendo atingidos covardemente por atos que enumera. Primeira, invasão e saque, por diversas vezes, de sua residência à Rua Marquês do Paraná, 573, em Curitiba. Segundo, seqüestro e prisão violenta de sua esposa, sra. Maria de Lourdes Romanzini Pires Cerveira, ocasião em que menores ficaram jogados à própria sorte. Autoria de agentes da polícia federal. Terceira, corte de vencimentos

²⁴ Trecho extraído do Projeto "Brasil: Nunca Mais", Arquidiocese de São Paulo, 1985, Tomo IV: *As Leis repressivas (a repressão excedendo a lei e a estrutura repressiva)*. p. 23-39.

(patrimônio inalienável da família de militar), determinado pelo Coronel Hélio José Werneck Fernandes, com a finalidade de provocar na mesma família fome e humilhações. Quarto, a agressão física e moral de sua esposa e filhos, à mão armada em ruas de Curitiba, por agentes do Dops do Paraná e do Cenimar, ocasião em que foram algemados. A senhora e o filho menor conduzidos à força e sem quaisquer explicações à sede do Dops local, por ordem do Major do Exército de nome Gouveia. Quinto, invasão de sua residência à mão armada e agressão de dois filhos menores, inclusive uma mocinha de 15 anos arrancada do leito com os trajes em que se encontrava.

O major diz a seguir que tais fatos foram presenciados por inúmeras pessoas que juntamente com elementos de sua família, sogro de 67 anos, cunhados, etc. estão ameaçados inclusive pela chefia policial do estado, pelo secretário de segurança pública chefe do Cenimar, comandante da 5ª RM o comandante da 5ª DI de Curitiba.

(O major Cerveira foi reformado por ocasião da revolução de 1964)."²⁵

A sentença que condenou o réu em primeira instância, proferida pelo Conselho Permanente de Justiça para o Exército da Auditoria da 5ª Região Militar - 5º Distrito Naval e 5ª Zona Aérea, assim se manifesta:

"Resalte-se ainda, a maneira subreptícia, com que se houve o réu, vez que, publicando matéria a qual implicava seríssimas acusações às autoridades locais, procurou acobertar-se na figura do militar aludido.

Elaborando em erro, divulgando notícia tendenciosa, escapou ao réu a necessária coragem moral para subscrever os fatos graves que apontava.

Da importância, dimensão e alcance dos órgãos de Imprensa ocioso far-se-ia comentar. (...)

Oportuno faz-se no ensejo ponderações tocantes à certa imprensa local. Jungida a interesses estranhos e não bem precisados, veste-se cotidianamente através roupagem dúbia [sic]. Não raro, faz lançar em manchetes sensacionalistas, condenação de terrorista, sob o prosaico rótulo de 'jovens estudantes'; em outro passo, quando da absolvição de humildes lavradores, aponta o decisório como 'liberação de subversivos'.

A coragem, o destemor, a ousadia, a irreverência mesma, tônica da militância jornalística, restam omissas. Apenas, solércia, a palavra dúbia, o sentido truncado e o resguardar-se através de terceiros.

O episódio descrito nos autos, em que pese de dimensão acanhada, bem reflete o quadro acima traçado. (...)

A imprensa, quarto poder da República, como já o foi decantada, é trincheira de luta, e de glórias; é legítima seara e reduto intransponível de intelectuais, e não pasto de mediocridades, bêbedos e desocupados. A imprensa informa, esclarece, debate, contesta; não intriga, maldiz, fuchica, denigre, enlameia.

Este Juízo Militar, que conscientemente tem sabido distinguir o joio do trigo, não baralhando coisas inconfundíveis; este Juízo que tem sido humano e justo em seus vereditos; este Juízo que tem procurado, sobretudo, nos crimes de natureza política dar soluções de alcance e sentido políticos; este Juízo que tem absolvido jovens afoitos, mas aproveitáveis, camponeses ignorantes, porém honrados, tem sido alvo de incompreensão e velado ataque.

Um fato delituoso, quando de seu cometimento, diz alusão à Justiça e aos Órgãos encarregados de seu exercício; respeita às pessoas nele envolvidas e seus defensores legitimamente constituídos.

²⁵ POLÍCIA invadiu e saqueou meu lar. Campo Mourão, GAZETA POPULAR, 27set1969. p. 1.

Não é função da imprensa discuti-lo, adentrando o mérito. A missão de julgar, por si, é espinhosa e complexa para quem dela se incumba, quicá aos leigos, despreparados, distanciados de seus meandros, limites e conseqüências. Se, de um lado, torna-se por inteiro descabida a intromissão da imprensa na discussão de matéria sub-judice, criminoso será o órgão de difusão que, na abordagem do fato, distorcê-lo em seu real sentido, lançando a intriga, realçando aspectos inexistentes, tudo revestido em tintas de escândalo e blandícias equivalentes."²⁶

Com base nessas acusações resolve o Conselho, por unanimidade de votos, condená-lo.

A nós cabe examinar por que teria ocorrido esta condenação, quase isolada, em meio a outros processos movidos contra a imprensa.

O Projeto "Brasil: Nunca Mais" oferece algumas possibilidades de resposta a esta e outras questões ao caracterizar os processos distribuídos, como já afirmamos, em três fases, entre 1964 e 1979:

"O primeiro [refere-se ao primeiro momento de análise], imediatamente após o ano de 1964, quando foi muito grande o número de processos políticos. Aos poucos esses processos foram diminuindo até que, em 69, voltaram a aumentar de forma significativa. O marco institucional que coincide com o recrudescimento da repressão política é o da edição do Ato Institucional nº 5.

Esse Ato Institucional não fornece todas as razões pelas quais a repressão política aumentou, mas com ela guarda proximidade no tempo.

Ressalte-se que essa não é apenas uma questão numérica. Os objetivos repressivos são distintos. Os principais atingidos, por exemplo, não são os mesmos nos dois períodos. Os organismos repressivos também não atuam da mesma maneira. A tortura, de igual modo, não foi utilizada com a mesma freqüência.

Em 1969 tem início um aumento no número de processos políticos, seguido de uma paulatina diminuição até 1974, quando entra em vigor a tímida e dúbia política de distensão do governo Geisel."²⁷

Como se pode ver, aqui já está presente a idéia da existência de dois momentos de recrudescimento da repressão, um logo após o golpe de 1964 e outro depois da edição do AI-5. Localizamos também a constatação de que existem motivações diferentes (na montagem dos processos) para esses dois momentos de aceleração do arbitrio. Esses pontos, importantes para a nossa análise, serão retomados no momento em que o Projeto explicita cada uma dessas fases. No trecho abaixo, há uma caracterização da primeira delas que vai de 1964 a 1968:

"Convém esclarecer que os IPM-S ("Inquéritos Policiais Militares da Subversão") são relevantes instrumentos de investigação política no período que vai até fins de 1968. A instauração desses inquéritos foi autorizada pela Portaria nº 1, de 14 de abril de 1964, do chamado Comando Supremo da Revolução, que traduz bem o espírito da repressão política de então. Nos vários considerandos [grifo no original] dessa Portaria afirmava-se que existiam atividades subversivas no país, desenvolvidas por indivíduos, grupos e organizações inspiradas em ideologias

²⁶ Trechos extraídos literalmente da sentença citada incluída no Processo movido contra Dixon Fragoso Veras.

²⁷ Projeto "Brasil: Nunca Mais". SP, Arquidiocese de São Paulo, 1985. Tomo IV - *As leis repressivas (a repressão excedendo a lei e a estrutura repressiva)*. p. 3.

contrárias ao regime democrático, o que comprovava a existência inequívoca de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista. (...)

O que assistimos, em consequência, foi uma proliferação dos inquéritos instaurados sem uma delimitação no campo das investigações policiais, possibilitando que ações exercidas nos limites da ordem legal fossem consideradas como crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

Os organismos policiais encarregados de investigações políticas, sem ter fatos ou ações concretas para apurar, atuavam de forma difusa em relação às pessoas e situações que por razões diversas, se opunham ao Golpe Militar."²⁸

De acordo com esta análise, que subscrevemos, o próprio golpe cria um clima de fobia comunista e subversiva, sendo que os IPMs, instaurados no período imediatamente posterior a ele, atingiam, prioritariamente, pessoas que, por quaisquer razões estabelecidas concretamente ou não, se opusessem ao novo *status quo*.

Podemos observar, entretanto, que outras são as motivações centrais após o AI-5:

"Nesse período, que vai até fins de 1974, assistimos aos maiores absurdos do ponto de vista da não observância da lei na apuração e repressão dos crimes políticos.

O fechamento dos espaços para uma ação política legal havia levado vários grupos a encetarem modalidades de ação política mais radicais. Aparecem então várias organizações com programas, estratégias e táticas revolucionárias que marcam um período de acirramento entre o Regime Militar e seus opositores. Por isso mesmo essas organizações passam a figurar como o principal alvo da repressão política. (...)

Além disso o aparelho repressivo cuidou de desarticular alguns setores da sociedade civil onde também se concentravam ações de contestação ao Regime Militar.

O movimento estudantil, por exemplo, foi muito atingido nesse período, até mesmo porque foi dele que surgiram os 'quadros' das organizações revolucionárias de esquerda. Foram também muito atingidos jornalistas [grifo nosso] e parlamentares vinculados ou não a essas organizações."²⁹

Desta maneira, o momento posterior ao AI-5 vem completar o quadro deixado pela primeira fase "revolucionária". Os alvos privilegiados passam a ser as organizações e setores da sociedade civil que se opusessem ao regime, nesta fase, em que, quase todos os espaços de contestação estavam fechados.

Estas observações - ao lado do fato de que, indubitavelmente, a partir do AI-5 houve um recrudescimento repressivo do regime - contribuem para compreender porque os processos movidos contra jornalistas (no exercício de sua função) o foram, quase que exclusivamente, após o AI-5.

Dos casos que analisamos, somente o de Túlio Fontoura tem a denúncia do Ministério Público formalizada em fevereiro de 1968. E isto, não se deve ao fato de que as matérias jornalísticas incriminatórias desse processo sejam as únicas a terem sido escritas antes do AI-5. Além de Túlio Fontoura - seus artigos foram publicados entre 4 de fevereiro e 4 de novembro de 1967 - outros réus escrevem antes de dezembro de 1968. Hélio Pellegrino foi processado com base em artigos veiculados entre 29 de outubro de 1967 e 14 de julho de 1968. Paulo da Costa Ramos

²⁸ Idem, p. 11-12.

²⁹ Idem, p. 28.

divulgou sua matéria em 30 de junho de 1968. Parte dos artigos que buscam incriminar Niomar Moniz Sodré Bittencourt se inserem no período que vai de janeiro a dezembro de 1968.

Pela análise mais global realizada por BNM podemos perceber que o período que sucede ao AI-5 foi mais pródigo - na sua busca de fechar os espaços de contestação ainda existentes - que o anterior na procura de condenação de setores sociais que concentravam gama significativa de agentes contrários ao regime militar. Dentre eles, os jornalistas.

No processo em que **Dikson Fragoso Veras** foi condenado em primeira instância vimos nos trechos destacados anteriormente que, uma das preocupações da primeira fase selecionada foi a de localizar e incriminar as pessoas que se opunham ao golpe de 1964.

Esse mesmo processo é o único - apesar de se situar em momento posterior a esta fase - em que há referência direta a alguém, alvo da violência do regime imediatamente após o golpe. Além disso, um militar. O Major Cerveira, objeto do telegrama transcrito no jornal, que, por sua vez, foi o motivo de incriminação do réu, fora reformado e preso por sua oposição ao golpe de Estado.

O referido telegrama transcrito toca em dois pontos a que o regime militar era bastante sensível: a existência de uma oposição ao golpe de 1964 quando se efetiva e o fato de que nem tudo é coesão entre as Forças Armadas brasileiras, ou seja, existe a tão temida "cizânia" da qual o Major Cerveira é um exemplo.

Apenas um ponto não se enquadra nesta explicação. A defesa, em suas argumentações, observa que outros jornais haviam transcrito o mesmo telegrama. Por que seus responsáveis não teriam sido punidos? A única lógica que se encontra para explicitar esta incidência é a das famosas "*questiúnculas locais*" que movem boa parte destes processos.

Esses trechos anteriormente veiculados também contribuem para explicar porque, em tantos processos, a busca de identificação de seus réus com o **comunismo** foi tão forte. Dos 15 que analisamos, quatro, possuem essa referência. Logo após o golpe, a idéia de vinculação entre os contrários à instauração do regime militar e o **comunismo**, bem como o aspecto da ligação entre o governo deposto e **comunistas**, é muito freqüente. Apesar desses processos terem sido instaurados em fase posterior - após o AI-5 - a questão ainda é móbil significativo de incriminação.

Em textos de OESP - conspirador para a derrubada de Goulart -, encontra-se presente a relação entre a situação anterior a abril de 1964 e o que chamavam pejorativamente de "*comuno-nacionalismo*". Além disso, é também prioritário o elemento **anti-comunista** dentro do que genericamente se chama de Doutrina da Segurança Nacional. As idéias, de filiação norte-americana, divulgadas, entre os militares e civis, por intermédio de organismos como a Escola Superior de Guerra, incluíam - claro fruto da Guerra Fria - o ideal de uma civilização cristã ocidental que se deveria proteger contra "*ideologias exóticas e alienígenas*". O alvo óbvio dessa digressão difusa era o **comunismo**.

Dos quatro processos onde se buscou, de um modo ou de outro, vincular seus réus ao **comunismo**, somente **Inácio Mendes da Silva** foi condenado em primeira instância. Por quê?

Informação exarada a pedido pela Seção da Polícia de Segurança, Subdelegacia Regional do Departamento de Polícia Federal (DPF, do Ministério da Justiça, assim, se manifesta, sobre o réu:

"Sendo função precípua da Seção da Polícia de Segurança cuidar dos fatos que envolvem a segurança em geral, consubstanciada na Lei específica da Segurança Nacional envolvendo conseqüentemente a segurança interna e pessoal, impunham-se investigações em torno da pessoa do cidadão INÁCIO MENDES DA SILVA, bem como do jornal "O Combatente", veiculador dos artigos de autoria daquele, "doublê" que é de jornalista e vereador em exercício na Câmara Municipal de Porto Velho, determinei ao Datiloscopista Pedro Afonso Loureiro, lotado e em exercício nesta SDR, se procedessem diligências em torno do fato conforme sugestão apresentada em o memorando s/n., desta Seção, datado de 28.11.70, aprovada por V.S.; posteriormente, determinei a juntada ao expediente originário, da carta-demência recebida, que constitui matéria reservada desta Subdelegacia e mais exemplares do jornal 'O Combatente', de 27.11, 01.12 e 04.12.70, como subsídios à matéria que objetivara a informação primitiva como ponto de partida às investigações determinantes, tendo o sindicante apurado o seguinte: (...)

...que o cidadão INÁCIO MENDES DA SILVA (...) embora não registre nesta SDR antecedentes políticos, há informes na Secretaria de Segurança Pública do Território, de que o mesmo pertencera ao extinto partido comunista brasileiro, porém sem confirmação; que em seu jornal 'O Combatente', o investigado publicava anúncio da clínica Bravo, sediada em Guayaramerin, cidade da República Boliviana fronteira a cidade de Guajará-Mirim, neste Território; que, entretantes, a clínica referida é freqüentada assiduamente por brasileiros tendo como titular o Dr. Aldo Bravo Monasterio, cidadão comunista porém reconhecidamente um grande profissional da medicina, daí resultando a procura e tendo como atrativo os preços módicos das consultas e diárias de internação observados naquela clínica, constando que o investigado é cliente do referido médico e não esconde a admiração que tem pelo mesmo, tendo afirmado, inclusive que depois de correr vários médicos patricios sem êxito, lá encontrou a cura desejada e diagnóstico preciso;..."

Informação nº 2/SNI/NAPV/1970 sobre o réu registra:

"Em FOLHA DE INFORMAÇÃO Nº 1/G de 14/jul/64 do Governo do Território é considerado como 'agitador conhecido, irreverente' sendo também considerado irresponsável e covarde."

Informação nº 10/SEC/SEG - 70, observa que:

"O Vereador INÁCIO MENDES DA SILVA, alegando motivo de doença tem feito contatos com o DR. ALDO BRAVO, dono da Clínica BRAVO sediada na cidade boliviana de Guayaramerin.

O referido médico é conhecido líder comunista no país vizinho, possuindo inclusive material de propaganda subversiva em sua Clínica e ostenta publicamente a sua condição de marxista militante, já constante da informação nº 8/SEC/SEG de 04-AGO-70 desta Secretaria.

Publicou em seu Jornal 'O COMBATENTE' a noticia de sua ida a Guayaramerin na edição do dia 23-AGO-70, alardeando sua condição de amigo particular do Dr. ALDO BRAVO. (Anexo nº 1)

No retorno a P. Velho, 'O COMBATENTE' publicou uma coluna intitulada 'VOCÊ SABIA' onde exalta e faz propaganda da CLÍNICA BRAVO. (Anexo nº 2)"

Boletim de Sindicância, datado de 18 de junho de 1957, da Divisão de Segurança e Guarda do Território Federal do Guaporé, em suas Referências sobre **Inácio Mendes da Silva** afirma: *Foi Secretário da Organização e Finanças do Comitê Municipal do Partido Comunista em Guajará-Mirim*". Os antecedentes do réu, na mesma ficha, assim se iniciam: *"Comunista, perturbador da ordem pública..."*

Em 10 de setembro de 1971, o Procurador Militar Demócrito Rendeiro de Noronha, ao considerar procedente a denúncia formulada contra **Inácio Mendes da Silva**, em nome da Procuradoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar, afirma que:

"Na verdade, o acusado, que registra antecedentes policiais como elemento militante do esquema subversivo montado no país..."

Em 10 de março de 1972, o Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica da Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar, expede a sentença condenatória do réu, observando:

"Às fls. 9 e seguintes, consta um prontuário da Polícia Federal, onde é feito um levantamento da vida pregressa do acusado e onde o mesmo é qualificado de aventureiro, achacador e comunista, sem contudo tais conclusões se fundamentarem em fatos ou provas concretas."

Entretanto, na prova documental, a mesma sentença observa:

"Consta dos autos uma representação feita pelo Major Ivo Augusto Barreto de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Território, na qual enquadra o acusado em vários itens da Lei de Segurança Nacional e afirma ser o jornal de propriedade e direção do mesmo acusado, clandestino, por não estar com sua situação legalizada, acusando-o ainda de ser militante do extinto partido comunista. (...)

Antes de entrar no mérito da acusação o Conselho decidiu preliminarmente a questão da competência do foro, visto ter a defesa impugnado a competência do foro militar e ter discordado do enquadramento do crime na Lei de Segurança Nacional. Decidiu então o Conselho, por maioria de votos, pela competência do foro militar e conseqüentemente pelo acerto do enquadramento do crime. (...)

Considerando que a campanha subversiva tem aspectos diversos, mas visando o mesmo fim - ou seja, a desmoralização do regime, das suas instituições ou dos serventários públicos; (...)

Considerando que o efeito de uma campanha jornalística desenfreada contra a autoridade pública, constitui sempre uma ameaça a ordem interna, afetando assim em maior ou menor grau a segurança das instituições; (...)

Considerando que ainda que se ponha em dívida por parte do acusado o seu inconformismo político-social, não se pode através do exame dos autos, por em dívida o seu facciosismo, caracterizando assim o crime enquadrado no referido artigo.³⁰

Nesse processo se observa uma elevada incidência de referências, em suas fichas de vida pregressa e, mesmo na fase de julgamento processual, à atividade do acusado como militante

³⁰ A série de citações destacadas em itálico, representam transcrições literais de diferentes momentos do processo em questão, tal qual se encontram em BNM.

comunista. O réu teria inclusive ocupado um cargo dentro do Partido além de manter contatos e relações amistosas com médico reconhecidamente **comunista.**

Apesar de, na sentença em primeira instância, inicialmente, o Conselho de Justiça considerar a ausência de fatos ou provas concretas, a seguir, no arrolar de provas documentais, se inclui a acusação do réu como militante do extinto Partido Comunista.

Estas questões nos fazem considerar que o motivo primordial (não confesso) desta condenação do réu em primeira instância relaciona-se com a sua pretensa ligação com o **comunismo.** Por que, entretanto, o mesmo não teria acontecido com os outros réus que também sofreram este tipo de acusação: Sebastião Nery, Hélio Pellegrino, Hélio de Azevedo?

Em nosso entendimento, o mesmo não ocorre com os outros réus, visto que, em nenhum dos outros casos, a acusação chega ao ponto de encontrar ligações que o vinculassem ao Partido, como no caso de **Inácio Mendes da Silva** que teria, mesmo, ocupado regionalmente cargo na instituição, além de, o que não nega, ser ligado a pessoa de notórias relações com o **comunismo.** Sobre Sebastião Nery apenas se faz uma ilação acerca de uma pretensa ideologia **comunista** que o impregnaria. Hélio Pellegrino tem, contra o seu **comunismo,** a afirmação constante de um cristianismo por todos reconhecido. E sobre Hélio de Azevedo paira somente a ameaça de uma ligação (duvidosa e não assumida) com jornalista que seria vinculado ao **comunismo.**

À guisa de esclarecimento adicional, é importante que se observe que, nesses dois casos, um certo tempo separa (como é usual) a sentença (condenatória) de primeira instância da (absolutória) do STM. Durante este período, portanto, os réus cumpriram a pena que, pelo julgamento final, passou a ser indevida. No caso de **Inácio Mendes da Silva,** quatro meses separam as duas sentenças tendo ele cumprido parte de sua pena avaliada em três anos. Quanto a **Dikson Fragoso Veras,** a situação é mais grave, na medida em que, entre uma e outra sentença decorrem três meses, exatamente o tempo previsto para a pena que, indevidamente, foi cumprida na totalidade.

Após explicarmos, em relação às sentenças, o porquê das condenações em primeira instância passamos a tecer algumas considerações a respeito da totalidade das absolvições (pelo menos no plano do STM).

De maneira geral, as absolvições vinham precedidas da observação da ausência, no referido processo, de **tipicidade.** Segundo a conceituação jurídica, a conduta humana só configura infração penal (crime ou contravenção) quando se amolda a um **tipo.** **Tipo** é a descrição legal de uma conduta humana caracterizadora de infração penal. Assim, conduta **típica** é a conduta humana correspondente a um **tipo** legalmente descrito. Desse modo, a ausência de **tipicidade** ocorre quando não se enquadra a conduta humana na descrição legal da infração.

As denúncias do Ministério Público foram feitas invocando-se artigos, incisos, parágrafos das Leis de Segurança Nacional, que consistiam na descrição legal de infração penal. Ao alegar, portanto, ausência de **tipicidade,** as instâncias julgadoras declaravam não conseguir enquadrar os réus na referida descrição legal do crime que lhes queriam imputar.

Porém, quais as razões alegadas pelas instâncias julgadoras para chegar à conclusão de ausência de **tipicidade?**

A preocupação com a imprensa, pelo fato de ser um dos aspectos salientados nos processos e também se encontrar presente na legislação, passa a ser um dos pontos destacados para compor o tópico conclusivo que leva à absolvição: seja, não lhe reconhecendo capacidade para "*indispor o povo com as autoridades constituídas*", frente à sua penetração junto à "*opinião pública*" ou pelas qualidades do próprio texto em questão; seja julgando que melhor ficaria a sua

incriminação com base na Lei de Imprensa e não na de Segurança Nacional; seja, considerando importante a sua liberdade inclusive para preservar a imagem do País.

Em 5 de novembro de 1971, os Ministros do STM, ao julgar a apelação interposta pela Procuradoria Militar da Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, contra a absolvição em primeira instância de **Hélio de Azevedo**, nega provimento ao recurso observando que:

"CONSIDERANDO que, os fatos dados como delituosos atribuídos ao apelado, encontrariam melhor tipicidade jurídico-penal na Lei de Imprensa [grifos nossos], não se podendo reconhecê-los como atentatórios à Segurança Nacional, quando não ficou provada qualquer vinculação de natureza subversiva; "

Em segunda instância, o STM resolve pela absolvição de **Inácio Mendes da Silva**. Inicialmente, reduz a importância da divulgação pela imprensa frente à Segurança Nacional:

"Não é a primeira vez que se procura erigir em graves delitos contra a segurança nacional meras campanhas jornalísticas, que, embora dirigidas contra autoridades, não têm nenhuma conotação subversiva ou pretendem atentar contra o regime, sendo certo que nenhum objetivo de inconformismo político-social ou facciosismo anima tais campanhas."

A seguir, minimiza o papel do jornal local:

"Uma campanha jornalística feita por um jornal do interior e dirigida somente contra administrações locais não pode ser erigida em campanha de propaganda contra os objetivos nacionais. Deve, sem dúvida, ficar circunscrita às suas devidas proporções e responder o agente segundo seu comportamento definido em lei."

Por fim, resolve pela absolvição por ausência de tipicidade:

*"Nesta conformidade, atentos aos elementos constantes aos autos, ACORDAM, em Tribunal, dar provimento ao apelo da defesa, para reformar a sentença e absolver o jornalista **IGNÁCIO MENDES DA SILVA** da acusação que lhe foi atribuída, por não corresponder à tipicidade [grifos nossos] do dispositivo, em que foi condenado, o fato narrado na denúncia e no qual se arrimou a sentença."*

Em 14 de dezembro de 1971, o STM resolve reformar a sentença condenatória de **Dikson Fragoso Veras** ao considerar, em primeiro lugar, o absurdo da situação tendo em vista o fato de que o próprio material motivo do processo era oriundo de Brasília:

*"A notícia foi dimensionada por um periódico do interior e nenhuma novidade trouxe, de modo a provocar a animosidade, entre as Classes Armadas ou entre estas e o povo, não só pelo seu absurdo, como também porque trazia, antes do seu comentário, a procedência: **BRASÍLIA**."*

Acrescenta que o mesmo era do conhecimento de outras regiões:

"Sem dúvida, a notícia partiu de uma Agência Noticiosa Transpress (fls. 150), o que faz crer que o seu conhecimento não se limitava, apenas, a Campo Mourão."

Separa a imprensa em categorias distintas:

"Ainda há pouco, John C. Merrill publicou um interessante trabalho, 'The Elite Press', onde nos fala da missão da imprensa, nas atividades políticas, em geral, em todo o mundo; onde classifica os melhores jornais pelo seu conteúdo nobre e se refere, especialmente, à 'imprensa de caldeirão' ('the hodgepodge'), cujo propósito nem sempre é dos melhores..."

Seria interessante que aquelas recomendações, que não cabem num decisório dos Tribunais, fossem devidamente divulgadas, não somente para didática como também para molde a certa espécie de imprensa [grifos nossos], que se afasta daquela outra, cuja função meritória ninguém pode negar, tal a sua finalidade, seja qual for, desde que sincera e construtiva."

Em 27 de fevereiro de 1970, o Conselho de Justiça da 2ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, resolve absolver **Hélio Pellegrino** observando:

"Jamais a Justiça Brasileira condenou quem quer que fosse por delito de opinião. A própria Constituição garante a liberdade de pensamento e a igualdade de todos perante a lei. Outros intelectuais que foram denunciados nos mesmos artigos da Lei de Segurança Nacional foram absolvidos anteriormente, conforme já ocorrera com a própria diretora do jornal 'CORREIO DA MANHÃ', onde foram publicados os artigos do intelectual acusado. Seu passado de lutas democráticas desmente as acusações de que professa doutrina extremista. Os autos dão guarida a testemunhas insuspeitas e a depoimentos de verdadeiras páginas cívicas, assinados por luminares da política e das letras, em prol do acusado. Há de se levar em conta o cerne jurídico da questão. Todos os artigos constantes do processo realmente foram escritos na época de plena liberdade de imprensa. É verdade que já preexistia, à época, a Lei de Segurança, mas esta não absorvia ainda em seu contexto os crimes de imprensa, conforme veio a se efetivar com suas modificações posteriores. Mesmo punindo, era tolerante. Todos escreviam, e o próprio governo, mesmo ferido pelos seus sicários, virava-lhes a outra face complacente; podia-se dizer que era costume não se punir a imprensa, até então considerada a vestal intocável da liberdade. Assim, em virtude do sistema jurídico vigente, jornalista gozava de foro próprio [grifos nossos]. Não é crível, nem aceitável, então, revolver arquivos e punir quem escrevera amparado pelas disposições consuetudinárias."

Após a apelação, o STM, em 3 de novembro de 1972, confirma a sentença de primeira instância considerando que:

"Em suma: perfilhamos a tese, que é o ponto culminante da sentença, segundo a qual tais artigos são peças literárias [grifo nosso], desprovidas de qualquer 'animus delinquendi'.

Ainda agora, 'verbi gratia', temos notícia do interessante comentário crítico, inserto no Jornal do Brasil, a 1º de julho corrente, sob o título 'São Bernardo: A Vitória da Vingança', em que o mesmo Hélio Pellegrino elogia as filmagens dos romances de

Graciliano Ramos, 'Vidas Secas' e 'São Bernardo', respectivamente rodadas por Nelson Pereira dos Santos e Leon Hirszman.

O estudo é feito em torno dos personagens de um e outro gêneros literários, à luz da sociologia e psicologia.

Conseqüentemente, resta-nos aceitar a confirmação do decisório."

O STM, em 30 de maio de 1973, resolve confirmar a sentença absolutória de primeira instância para Carlos Augusto Vinhaes argumentando que:

"Efetivamente, se o editorial foi publicado dois dias após a tragédia, quando a indisposição da opinião pública já se desencadeara antes, exatamente no dia em que o menino morreu, em frente à Escola, por falta de um sinal luminoso que o DETRAN não vira, é obvio que a publicação atrasada da 'Luta Democrática' não podia ter influido na opinião pública, não havendo, pois, crime a punir, por ausência de tipicidade [grifos nossos]."

A sentença em primeira instância que resolve absolver Manoel José de Andrade Netto e Bianor Garcia manifesta preocupação em relação à imprensa:

*"Considerando que de fato se crime existe dentro das circunstâncias já apuradas o mesmo estaria enquadrado na Lei de Imprensa e não na Lei de Segurança, sendo esse o ponto de vista já manifestado nesta Auditoria e noutros Tribunais;
Considerando que embora a liberdade de imprensa tenha seus limites como têm as liberdades individuais, limites esses nem sempre respeitados por alguns órgãos de imprensa servidos por aretinos sem escrúpulos que publicam documentos furtados ao Estado e de natureza secreta, ou que atassalham a honra alheia, usando de crueldade felina contra vítimas que às vezes nem podem se defender, ainda assim, não se pode negar que felizmente tais fatos são exceções e que no conjunto a imprensa presta inestimáveis serviços à coletividade, como órgão de comunicação que se de um lado deixa os poderes constituídos a par das aspirações populares e de outro informa ao povo o faz a seu favor o poder público, sendo ainda a imprensa valioso órgão de educação popular, de civismo e de divulgação científica;
Considerando que a popularidade do governo e das instituições aumenta dia a dia no país e no exterior e que seria grave erro político uma aplicação indiscriminada da Lei de Segurança para amordaçar ou cercear a liberdade de imprensa;
Considerando que a Lei de Segurança não substitui aos demais institutos legais, sendo pelo contrário, uma lei transitória e sujeita a freqüentes modificações ao sabor das circunstâncias e ainda que seria grave erro jurídico a sua aplicação indiscriminada, de vez que a reputação e a liberdade humana devem ser resguardadas pelo Estado por serem fundamentais ao indivíduo"*

O Conselho acaba concluindo pela necessidade de se evitarem punições relacionadas com a imprensa:

"Considerando afinal que no Brasil, salvo as restrições legais, os poderes constituídos por todos os meios e modos favorecem o desenvolvimento da imprensa livre e próspera, seria inconcebível incoerência uma aplicação insensata da Lei de Segurança como remédio para punir qualquer excesso da imprensa [grifos nossos]."

Outra linha de argumentação dos Tribunais se prende à considerações relativas às Leis de Segurança Nacional: acreditam que elas constituem um foro especial, recusando-se a ver presentes na intenção da publicação dos artigos, elementos como o "*facciosismo ou inconformismo político-social*" ou entendendo que ela não deve ser desperdiçada em pequenas questões de interesse pessoal ou, no máximo, local.

No dia 21 de maio de 1970, em primeira instância, resolve o Conselho de Justiça da 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar absolver Túlio Fontoura inicialmente explicando o teor da tentativa de incriminação:

"Embora pudesse parecer redundante, pois é óbvio, preferiu o nosso legislador, a fim de que não pairassem dúvidas, declarar que, na aplicação dos dispositivos constantes da lei de segurança nacional terá o juiz ou Tribunal que se inspirar nos conceitos básicos, emitidos no Capítulo I do diploma legal mencionado- Dec. Lei nº 314/67, reproduzido pelo vigente Dec. Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Não pune o ilícito penal em espécie- art. 29 - face às regras apontadas, a ofensa em si, proferida contra a autoridade, mas, que tudo isso seja feito, pondo em choque a segurança nacional, lançando mão o agente de qualquer uma das modalidades de guerra psicológica, pois, somente aliada a tal objetivação é que se poderá entender o motivo de ser de facciosismo ou inconformismo político-social [grifos nossos] de que nos fala o preceito em tela."

Conclui pela ausência de **tipicidade**:

"Se por um lado ficou provada a ofensa dirigida à autoridade, o mesmo não se diga, relativamente ao móvel do agente ter sido o facciosismo ou inconformismo político-social [grifos nossos], conforme está previsto na lei especial - Decreto-lei nº 314/67, - art. 29 - reproduzido no vigente diploma legal - Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969 art. 34."

O processo movido contra o jornalista **Evandro de Oliveira Bastos** originou-se numa representação feita pelo Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, tomando por base um artigo escrito pelo acusado que, por sua vez, originou-se de uma agressão física contra ele (acusado) cometida num restaurante por um assessor do referido ministro que a tudo assistiu e não se manifestou. A sentença, em primeira instância, proferida pela 3ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar propõe a absolvição do jornalista. Primeiramente, busca estabelecer o próprio espírito da "Revolução" de 64:

"A Revolução de março não foi feita para estimular a luta de classe, nem muito menos para preservar privilégios [grifos nossos]."

A seguir, localiza a intenção do acusado:

"O dolo do crime político traz precedentes e motivos políticos praticados com a finalidade de favorecer a intensidade da guerra revolucionária [grifos nossos] ou mesmo para desmoralizar as instituições do País e acarretar descrédito do governo."

No caso 'in judicio' é preciso desvencilhar os atos praticados pelo denunciado, após ser agredido, dos atos dolosos de sentido político, ou da intenção dolosa desmoralizadora da política do governo. Não se pode, no exame dos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional desprezar o conceito subjetivo do dolo com base psicológica, para aceitar unicamente a significação gramatical do dispositivo legal."

Por fim, confirma que a Lei de Segurança Nacional não pode ser usada indiscriminadamente:

*"Há portanto necessidade de aviventar os marcos que separam o cidadão comum daqueles que a lei protege em decorrência de sua elevada função pública. Os crimes previstos na Lei de Segurança Nacional ninguém poderá defini-los, impecavelmente, em doutrina, tanto assim que alguns penalistas confessam ser impossível fazê-lo. Na nossa Lei de Segurança Nacional sente-se esta dificuldade desde o parágrafo primeiro ao sétimo, tanto assim que o legislador se esforçou por defini-lo, mas esbarrando com a dificuldade mencionou no artigo 7º: Na aplicação deste Decreto-lei, o Juiz ou Tribunal deverá inspirar-se nos conceitos básicos de Segurança Nacional definidos nos artigos anteriores. Foi inspirado nos conceitos básicos da Segurança Nacional definidos nos artigos anteriores que o Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar entende que as *questiúnculas cosinheiras* [grifos nossos] iniciadas em um restaurante de Copacabana e continuadas na publicação de um artigo minguado de nobreza e originalidade, de superfetação estravagante de eufemismo não objetivam a figura dolosa de crime previsto no artigo 31 da supracitada lei. Há neste processo evidente retorcção de atitudes que não podem gerar uma condenação."*

Em 16 de maio de 1974, o Conselho de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, resolve, em primeira instância, absolver os acusados **Rubens José Martins de Abreu, Tibério Vargas Ramos e Damião Ribas** tendo em vista, inicialmente, que:

"Quando se analisa juridicamente a Lei de Segurança Nacional, de logo, constata-se que ela deve ser usada com o devido cuidado e dentro dos limites por ela mesma fixados em seu capítulo I, artigos 1º a 6º. Extravazá-los é laborar em erro [grifos nossos]."

A seguir, justifica, legalmente, a ausência de **tipicidade** no caso em questão:

"A tipicidade é expressão decorrente da interpretação do Tatbestand, palavra alemã que serviu como ponto de partida para o desenvolvimento da teoria formulada por ERNST VON BELING, e posteriormente por ele alterada à luz da crítica tecida por MAX E. MAYER, segundo a qual somente há crime quando o comportamento do agente pode ser submetido em uma norma penal. Acrescentava-se um 'plus' ao princípio enunciado por FEUERBACH, 'nullun crimen, nulla poena sine lege', que vem a ser o princípio da reserva legal fixado em nosso ordenamento jurídico. Dessa forma, em se buscando a adequação entre o comportamento dos acusados com a norma jurídica estampada no art. 16 da Lei de Segurança Nacional, emerge, fluentemente, que não há entre o comportamento dos denunciados uma adequação à

norma jurídica cogente do referido artigo, o que em outras palavras quer dizer ausência de tipicidade [grifos nossos] delitual."

Encerra afirmando somente a presença de interesses locais prejudicados:

"O que em verdade emerge dos autos, como uma fotografia de corpo inteiro, são as quesilhas, as tricas e futricas de uma típica cidade do interior, onde se mesclam os interesses pessoais, os choques de autoridades, as divergências políticas [grifos nossos], tudo servindo para que essa chama seja a todo momento alimentada, não interessando aos intervenientes, os respingos e divergências em prejuízo da coletividade e do preço que elas custem."

No processo movido contra Selby Mendes da Silva, as duas sentenças, ambas absolutórias, contém elementos dignos de destaque para a questão que ressaltamos.

No dia 4 de junho de 1974, o Conselho Permanente de Justiça da Marinha da Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar observa:

"Tais condutas, na verdade, não se revestindo de características contrárias aos objetivos nacionais, não podem encontrar guarida na Lei de Segurança Nacional, principalmente, nestes casos em que, para a configuração do delito de que trata o artº 34, do Decreto-lei nº 898, de 29-9-1969, é exigido o requisito de ter o ofensor agido por motivo de facciosismo ou inconformismo político social.

Inconformismo político, segundo o conceito que lhe dá LIMA RODRIGUES, é o vínculo do partido ou do grupo, que se transforma em força latente, persistente, em condições de fazer o agente atuar em qualquer setor contra as condições políticas existentes no País, sem medir as conseqüências (op. cit. pg. 27).

No caso, o objetivo do réu, através de seu jornal, não era esse. Embora usando de linguagem desabrida, com expressões grosseiras, umas até de sentido equivoco, visava ele a pessoa do Dr. Odacir Soares Rodrigues, então Prefeito de Porto Velho. Não se vê nos exemplares do referido jornal qualquer ofensa moral às Forças Armadas, afirmativa que é corroborada pela declaração de fls. 191, firmada pelo Ten. Cel. Inaldo Seabra de Noronha, na qualidade de Comandante do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, como não se vê também qualquer manifestação contrária ao regime político vigente a demonstrar facciosismo ou inconformismo político-social [grifos nossos]."

Em 9 de junho de 1975, o STM resolve manter a sentença anterior considerando que se refere a questões de interesse local:

"Os fatos historiados na denúncia dizem respeito a questões de ordem política regional [grifos nossos], verificadas entre o acusado, diretor do jornal 'O Combate' e autoridades do Território Federal de Rondônia."

E, repudiando sua tentativa de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, observa:

*"Mas, afinal, o que restou provado é que, como já foi dito, a matéria se refere a assuntos administrativos ou políticos locais [grifos nossos], nada tendo a ver com os mesmos, as Forças Armadas. Pelo contrário, estas teriam sido argüidas em sentido de pôr cobro a possíveis irregularidades naquela região."*³¹

4.7. Observações Finais

Gostaríamos de iniciar observando que, na tramitação dos processos, se destaca o fato de, em meio às justificativas e defesas apontadas pelos réus, ressaltarem as considerações em torno da apologia dos "postulados da Revolução de 64". Alguns se consideram ou são vistos por suas testemunhas como "homens de 31 de março". No próprio processo de Niomar Bittencourt, seus advogados e o seu memorial dão relevância ao passado do CM, como opositor ao governo de João Goulart e atuante no apoio à derrubada presidencial.

Ora, se são jornais/homens da "Revolução de 31 de março de 1964", como explicar a violência do regime contra eles?

Uma das explicações possíveis localiza-se na própria concepção de Estado que postulamos. Em nosso entendimento o Estado não pode ser visto de forma monolítica e dissociado da sociedade. Compreendemos o Estado como fruto de interesses de agrupamentos sociais que nele se fazem representar numa dependência da correlação de forças que expressa suas contradições. Os "homens da Revolução" o são no momento determinado em que essa correlação de forças permite a sua identificação com os interesses representados no Estado, que não são perenes. Os processos analisados possibilitam perceber a presença de contradições internas no Estado Autoritário brasileiro pós-64.

Além disso, queremos destacar algo que, no transcorrer dos processos, nos causou espécie. Referimo-nos aos processos que envolvem **Ari Cunha** e **Ernest Mann**.

Na apelação interposta pelo Procurador Militar da 11ª Circunscrição Judiciária Militar contra a sentença de primeira instância que absolveu **Ari Cunha**, lê-se:

"O apelante interpôs recurso em obediência estrita a mandamento legal (D. L. 898, art. 73, letra 'b') [grifos nossos], face a R. Sentença que houve por bem absolver, por unanimidade de votos, JOSÉ DE ARIMATHEA GOMES CUNHA; "

O Procurador da Justiça Militar, da Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar ao interpor recurso contra a absolvição de **Ernest Mann** afirma:

"Reexaminando os presentes autos, verifica-se que, com efeito, o MPM, nas Alegações Finais de fls. 189, não pediu fosse o acusado ERNEST MANN apenado com base no DL 898/69.

Como assim foi, prende-se a manifestação do presente recurso ao que dispõe o artigo 73, letra b, do DL 898, de 29 de setembro de 1969 [grifos nossos]."

O citado artigo 73, letra "b", do Decreto-Lei 898/69 estabelece que:

³¹ Esta série de citações em itálico representa transcrições literais de trechos das sentenças dos diferentes processos analisados tal como se encontram em BNM.

"Art. 73. Ao Ministério Público cabe recorrer obrigatoriamente, para o Superior Tribunal Militar:

a) do despacho do Auditor que rejeitar, no todo ou em parte, a denúncia;

b) da sentença absolutória [grifos nossos]."

Na prática, pudemos observar que, nesses dois casos citados, a Procuradoria Militar concordava com a sentença absolutória da primeira instância, somente recorrendo por **obrigatoriedade legal**. O mais grave é que se trata de uma regra especial, na medida em que o princípio expresso no Código do Processo Penal é o de que os recursos, como regra geral, são **voluntários**, ou seja, o Ministério Público não está obrigado a recorrer da sentença absolutória, podendo, entretanto, fazê-lo se assim o desejar. Já, nestes casos, independentemente do desejo voluntário do Ministério Público há a pesar sobre suas cabeças uma **obrigatoriedade**, em casos de **sentenças absolutórias**.

Ora, que interpretação pode se dar a este rigor da Lei? Em nosso entendimento, a única possibilidade é a de considerar a hipótese de uma condenação (que parece ser desejada) na alçada do Superior Tribunal Militar.

Porém, em que pesem estas circunstâncias de maior repressividade na aplicação da Lei que já é de exceção, o elemento de maior destaque na análise desses processos reside nas absolvições (a todos os indiciados, se formos considerar o STM).

Por intermédio dos autos dos processos pode-se perceber a "lógica do Estado", de um lado, e, de outro, o "funcionamento da sociedade" isto nos encaminha para as considerações que se seguem.

Faz parte do ideário do regime instaurado no Brasil a partir de 1964, a repressão às chamadas "ideologias exóticas" (leia-se comunismo) e à subversão à ordem (entendida, prioritariamente, no contexto do inimigo interno como reza o espírito das modificações legais e a alçada dos Tribunais Militares para julgamento de crimes civis). Além disso, as preocupações dos grupos cujos interesses encontravam-se representados no Estado voltam-se destacadamente para os meios de comunicação, comprovadas pelo crescimento da chamada "comunidade de informações" e no cuidado com as concessões governamentais para rádios e TVs. No caso específico da imprensa, pode-se acrescer toda a estratégia da censura imposta explicitamente, ao longo de dez anos (1968-78).

Localizamos estas preocupações nos autos dos processos que apontam, de um lado, para as tentativas de incriminação com base na vida pregressa dos réus e em suas pretensas ligações com o ideário comunista ou com elementos de filiação comunista. De outro, nos aspectos legais enfatizados para a imputação de criminalidade, a "subversão à ordem" está presente na reiteradas vezes em que se fala em "*tentativa de indispor o povo com as autoridades*" ou de incitamento à "*animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis*".

Este segundo aspecto presente no espírito da lei nos remete à reflexão acerca da idéia de "subversão à ordem". Nessa concepção está implícita a consideração de uma ordem pré-existente que regularia as relações sociais "naturalmente" hierarquizadas e harmoniosas. A harmonia deve presidir à estruturação interna das Forças Armadas fundadas na idéia de coesão; às relações entre estas e outros agrupamentos sociais e às relações no interior da sociedade que devem se pautar pelo respeito à autoridade instituída colocada em outro patamar. No espírito da lei, portanto, o que se localiza é o entendimento da diferença no sentido de sua anulação pela "naturalidade" com que deve ser encarada. A concepção social que a lei reflete é a de harmonia necessária e de tensões indesejáveis que devem ser extirpadas. Esta é a "ordem", construída que não pode ser subvertida.

Quando se procura localizar a criminalidade na utilização da imprensa, o que está sempre por trás é a concepção do meio de comunicação enquanto "formador de opinião", o que carrega uma idéia de povo e de opinião pública onde as diferenças também são anuladas esquecendo-se a diversidade de leituras frente à multiplicidade de leitores. Como aquilatar a quantidade de pessoas que, direta ou indiretamente, lêem um jornal³²? Como saber de que forma se processou o entendimento por seus diferentes leitores³³?

Essas observações tendem acentuar a diferença entre as pessoas e a diversidade de leituras possíveis e, portanto, a dificuldade de aplicação de um conceito como o de "opinião pública" e a de pensar um órgão de divulgação como "formador de opinião".

As sentenças absolutórias apontam exatamente na direção do reconhecimento das diferenças ao negar abrangência dos artigos, seu potencial de indispor o povo com as autoridades, de provocar a dissensão entre as Forças Armadas. O aspecto autoritário homogeneizador expresso no espírito da lei é negado por estas sentenças oriundas do mais alto escalão de um Tribunal Militar, de um Regime Militar.

Deste modo, a administração da Justiça, nestes casos, mostra a "lógica de um Estado" como o entendemos, fruto da correlação de forças numa sociedade que não é harmoniosa e sim, expressão de tensões sociais/interesses conflitantes.

O que as sentenças comumente criticam, ao negar a imputação da criminalidade aos réus, é o aspecto de interesse local/pessoal das ofensas frente a uma lei como a de Segurança Nacional que tem em jogo os interesses maiores do País. Em suma, estão a dizer que são pequenas questões que devem ser resolvidas em seu pequeno âmbito sem que se apele para uma lei maior.

Guillermo O'Donnell refletindo acerca das possibilidades de consolidação da democracia em países como a Argentina e o Brasil, oriundos de experiências autoritárias, tecem considerações sobre cidadania e regime republicano:

"Embora suas origens não sejam as mesmas que as da democracia liberal, há uma dimensão republicana sem a qual as democracias contemporâneas, com seu plexo de direitos e garantias individuais, associativos e políticos, não poderiam existir. Esta é a tradição da república (etimologicamente, res publica, a coisa pública). Ela se baseia em uma cuidadosa distinção entre o que é público e o que é privado ou pessoal. Dela surge a idéia do governante como um servidor da cidadania, em cuja representação administra os interesses públicos. Este, por sua vez, é o fundamento do Estado de Direito, que consagra a distinção entre o público e o privado, sujeita as decisões do governante às suas regras e sanciona eventuais violações das mesmas. O governante e o funcionário não estão nesta concepção republicana, 'acima' da lei; ao contrário, têm especial obrigação de se sujeitarem a ela. Isto está relacionado com a idéia de accountability (um termo que, talvez não casualmente, não tem tradução literal para nossos idiomas), que consiste de dois aspectos principais: um, a já mencionada sujeição e conseqüente obrigação do governante e do funcionário de sujeitar seus atos à lei; outro a obrigação do governante de prestar contas dos seus atos, com suficiente transparência para que a cidadania possa avaliar sua gestão e, ultimamente, ratificá-la ou rechaçá-la em eleições

³² Não se pode saber quantos são os leitores de um jornal somente levando em consideração o número de assinantes ou a venda unitária em bancas. É preciso atentar para a quantidade de pessoas que lêem o mesmo jornal, ou mesmo, os leitores indiretos ou seja, aqueles que são alvo de comentários de assuntos/artigos em conversas variadas.

³³ Mesmo que se estivesse de posse de fichas que localizassem os assinantes em sua faixa sócio-econômica e interesses variados, isto não possibilitaria saber concretamente, frente à multiplicidade de experiências de que somos alvo cotidianamente, como o leitor x ou y absorveu tal artigo/assunto.

limpas e competitivas. Por isso a cidadania pressupõe um governo não só democrático mas também republicano. A dimensão republicana é indispensável para a efetiva garantia dos direitos da democracia política: sem ela esses direitos podem existir de fato, porém estarão constantemente ameaçados por um poder não-republicano - isto é, por um poder que não concebe a si mesmo como sujeito à lei. Neste plano pouco importam as crenças objetivas dos atores em seus discursos: um poder desse tipo inevitavelmente não é democrático. A raiz disso pode ser encontrada na incapacidade - típica de relações sociais e políticas de dominação - de distinguir entre o público e o privado, bem como de estabelecer instituições representativas dos sujeitos coletivos dessas relações. Max Weber pode ajudar-nos; um dos tipos de dominação tradicional que formula, a patrimonialista, consiste na confusão pelo governante entre o público e o que lhe é privado ou pessoal.³⁴

O mesmo Guillermo O'Donnell refletindo acerca das perplexidades geradas por uma pesquisa junto à população argentina, no início do regime militar (1976) e logo após o seu término (1983), acaba constatando, além do aspecto autoritário do Estado, a presença de um autoritarismo disseminado nas relações sociais cotidianas. O autor traça duras considerações sobre as relações cotidianas em seu País:

" indo direto ao ponto, num tema ingrato: tenho a impressão de que, juntamente com o comparativamente considerável igualitarismo no trato pessoal e entre classes no nosso país, e juntamente também com a aguda consciência dos direitos que a cada um corresponde enquanto membro desta ou daquela classe ou categoria ocupacional (elementos estes que em outro contexto global seriam muito positivos para estabelecer e fundamentar uma polis democrática), as relações sociais, os padrões de autoridades em diversos micro contextos e até os critérios de percepção e avaliação desse outro-que-não-é-como-a-gente, há já muito tempo que são sumamente autoritários e intolerantes na Argentina. O moralismo puritano e hipócrita da direita e, freqüentemente da esquerda; a sempre remanescente visão maniqueísta da nossa história e dos nossos fracassos; o racismo de não poucos, não somente como anti-semitismo, mas também como o arrogante mito do país 'branco' e 'europeu' frente a uma América Latina índia e mulata; a descomunal repressividade de hábitos e identidades sexuais; a interação epitomizada pela sinistra figura dos bedéis encarregados de 'disciplinas' nos colégios entre uma autoridade educacional repressiva e infantilizante por um lado, e rebeliões de raiva anônima, por outro; a reprodução do modelo rigidamente patriarcal de organização familiar... enfim, a repetição do gesto duro que barra, por via das dívidas, uma atitude cooperativa, respaldando-se na suposição de que somente os bobos podem pensar mais além de sua pessoa, do seu grupo, ou do segmento social a que pertencem." (O'Donnell, 1988. p. 46)

Entendemos que na expressão dessas "tricas e futricas", das "questiúnculas locais" encontra-se a manifestação da privatização do público, ou seja, a autoridade, em qualquer nível que a exerça, apela para a lei movida, geralmente, por uma desavença pessoal (privada) aproveitando-se de uma prerrogativa que lhe confere o cargo (público). Além de apontar para a ausência de uma tradição republicana como situa O'Donnell, sinaliza na direção do autoritarismo das relações cotidianas, das pequenas autoridades exacerbadas por força de um autoritarismo do Estado que só as faz acentuar. Essa é a medida de sua aceitação e permanência. Existe um autoritarismo latente

³⁴ O'DONNELL, Guillermo. Transições, continuidade e alguns paradoxos. In: REIS, Fábio Wanderley e O'DONNELL, Guillermo. A democracia no Brasil - dilemas e perspectivas. SP, Vértice, 1989. (p. 64-65)

desde há muito no dia-a-dia das pessoas. O que a administração da justiça nos mostra nesse contexto sobre o funcionamento da sociedade, é que o cotidiano tende a ser "mais realista que o rei", mais punitivo e repressivo que a própria instituição julgadora militar de um regime militar.

Considerações finais

No estudo das relações Estado/sociedade no que tange, particularmente, ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 e à imprensa, apontamos, inicialmente, uma hipótese que pode ser corroborada pela própria bibliografia sobre o tema e que encaminha na direção de se pensar um certo maniqueísmo das posições. De um lado, teríamos a imprensa que (quase na sua totalidade comprometida com o golpe de Estado de 1964) retira o seu apoio ao Estado constituído após o golpe e se entrincheira numa reação de resistência, a partir do momento em que este manifesta um caráter de endurecimento das atitudes políticas, no sentido da restrição dos espaços de participação da sociedade. De outro, teríamos esse mesmo Estado que se caracteriza pelo exercício da dominação coibindo as possibilidades de manifestação das práticas sociais dos agentes.

Entretanto, a análise das fontes documentais com as quais trabalhamos vem apontar outros aspectos.

Gostaríamos de destacar alguns elementos que foram desenvolvidos ao longo desses capítulos. Inicialmente, no que tange ao material de imprensa selecionado para a pesquisa, queremos salientar os quadros gerais daquelas que se constituíram as unidades temáticas trabalhadas na análise dos artigos/editoriais/colunas.

Concentrando-se os 180 editoriais analisados de OESP, entre abril de 1964 e março de 1979, nas unidades temáticas anteriormente apontadas chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 1

Unidades Temáticas de OESP

(abril/1964 a março/1979)

Unidade temática	Frequência	%
Críticas ao regime militar	89	49
Defesa do regime militar	29	16
Questões de política local	14	08
Questões de política educacional	12	07
Questões de política internacional	11	06
Imprensa	07	04
Sucessão presidencial	05	03
Diversos	13	07

Concentrando-se os 278 artigos/editoriais/colunas analisados de UH/SW (distribuídos pelos jornais UH/RJ, UH/SP e FSP), entre março/1964 e setembro/1980, chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 2

Unidades Temáticas de UH/SW

(março/1964 a setembro/1980)

Unidades temáticas	Frequência	%
Críticas ao regime militar	118	42
Considerações sobre o regime militar	36	13
Questões de política partidária	32	12
Imprensa	30	11
Questões de política local	14	05
Questões de política internacional	11	04
Defesa do regime militar	11	04
Questões de política educacional	06	02
Diversos	20	07

Queremos chamar a atenção para dois aspectos que se seguem.

Inicialmente, para o fato de que, no momento em que se desencadeia o golpe, OESP e UH encontravam-se em posturas diversas frente à efetivação do mesmo, tendo o primeiro apoiado e mesmo conspirado para a sua concretização e o segundo permanecido na defesa das plataformas do governo de João Goulart, inclusive, demorando-se a reconhecer a existência da ruptura institucional.

Depois, para o dado acima apontado, em relação aos jornais/jornalistas estudados, mostrando que a unidade predominante nas duas séries documentais é a das **Críticas ao regime militar** correspondendo, em ambos os casos, a quase metade do material analisado.

Esses dois aspectos poderiam nos levar às seguintes observações.

De um lado, dadas as posturas iniciais de OESP e UH entender que estávamos frente a dois projetos absolutamente distintos que tenderiam a evoluir, o primeiro, na direção, da manifestação do apoio ao regime instituído após o golpe, o segundo, no sentido da resistência ao mesmo.

De outro, levando em conta o dado percentual mais elevado nos temas enfocados pelos artigos/editoriais/colunas, tender a corroborar a hipótese da constituição de uma resistência da imprensa em relação às manifestações de autoritarismo do Estado implantado no Brasil após 1964.

Entretanto, o que o acompanhamento das práticas sociais desses jornais/jornalistas nos mostra?

Em relação à OESP, num primeiro momento, essas **Críticas ao regime militar** apontam para um descontentamento com o regime no sentido de que o "desvio de rota" observado concentra-se, na concepção do periódico, no aspecto político, observando-se um alinhamento do mesmo com os militares da chamada "linha dura" que entendiam ser necessário um maior recrudescer das atitudes políticas do Estado. O descontentamento se acentua com as eleições de 1965 que dão a vitória a alguns governadores identificados com setores oposicionistas. Nessa fase, há uma valorização da política econômica seguida pelos governos pós-64, considerada o aspecto absolutamente defensável dos mesmos.

Com o passar do tempo, contudo, o que se observa é que essas **Críticas** serão canalizadas para uma lenta e constante construção de uma imagem de resistência do periódico que estaria na oposição ao **regime militar**, fundamentalmente, devido ao fato de que este teria politicamente caminhado na direção do cancelamento das possibilidades de exercício das chamadas liberdades democráticas. Começa-se a apontar o estabelecimento do Ato Institucional número 2 (27 de outubro de 1965) e, mais tarde, a edição do Ato Institucional número 5 (13 de dezembro de 1968) como "divisores de águas" que separariam o apoio inicial da oposição posterior, como instrumentais repressivos que foram. Isto foi acentuado pela instauração da censura prévia que atinge o jornal durante parte do tempo.

Em relação à política econômica desenvolvida pelo Estado Autoritário brasileiro pós-64, com o passar do tempo, alguns elementos de divergência se instauram. OESP aponta para o descontentamento com os índices inflacionários que começam a sua espiral crescente, com o montante da dívida externa, com a corrupção observada nos setores governamentais. Entretanto, elemento de peso que acentua essas críticas é o abandono da política de defesa da iniciativa privada, caminhando para um aumento do papel do Estado na economia com a crescente estatização.

Para corroborar esse discurso construído de resistência, buscando o rumo de uma distensão política, formalmente, os editoriais do jornal passam por transformações que atingem desde a sua diagramação até a construção de parágrafos, frases e a utilização de palavras e recursos estilísticos. A diagramação vertical é substituída pela horizontal. Ocorre uma diminuição do tamanho dos parágrafos e das frases. Adota-se um estilo mais direto e abandonam-se palavras e expressões de difícil entendimento.

Porém, um elemento que faz pensar nessa "resistência" construída (além do fato já apontado dos pedidos iniciais de um maior endurecimento das atitudes políticas governamentais) relaciona-se com a temática da política externa. O alinhamento incontestado em relação à política norte-americana, aos poucos, vai apresentando sinais de desgaste que são recorrentes no que diz respeito à críticas feitas por parte de políticos ou representantes do governo dos EUA em relação à violação dos direitos humanos no Brasil ocorridas na vigência dos governos militares.

Se o motivo do descontentamento de OESP em relação ao Estado Autoritário brasileiro pós-64 relacionava-se, diretamente, com o recrudescer de suas atitudes políticas, como explicar a não aceitação de críticas quanto a violações dos direitos humanos no Brasil que, nada mais são, de que expressão desse mesmo recrudescer?

No que diz respeito a UE/SW, se observa que, desde o princípio, serão realizadas **Críticas ao regime militar** contestando-se, fundamentalmente, a restrição às liberdades

democráticas que, num primeiro momento se voltam contra a instauração dos Inquéritos Policiais Militares e, depois, contra as limitações que caracterizam a ausência de um Estado de Direito.

Em relação à política econômica desenvolvida pelos governos militares há uma oscilação. Num primeiro momento, ela é criticada tendo em vista o fato de que se busca fazer o controle da inflação pela aplicação de uma política recessiva e de arrocho salarial e por intermédio de abertura ao capital estrangeiro. Mais tarde, há a tendência ao reconhecimento do "sucesso" dessa mesma política, na medida em que teria preservado o desenvolvimento econômico. Por fim, a preocupação com o empobrecimento e a marginalização de parcela da população brasileira, ao lado da denúncia de irregularidades financeiras é temperada com elogios a personagens de destaque na condução da política econômica do País.

Um elemento proeminente nesses artigos/editoriais/colunas é a presença de uma plataforma reformista/conciliatória que faz, de um lado, com que se critique a oposição por intermédio da estratégia da luta armada (denominado de "terrorismo") encarada como desencadeador da maior repressividade do regime e, de outro, com que se peça a contemporização (da parte da própria imprensa) em relação às articulações palacianas do grupo frotista (vinculado ao ministro do Exército Sílvio Frota e à "linha dura" entre os militares).

Em relação ao aspecto formal, por comparação a OESP, os artigos/colunas/editoriais de UH/SW, caracterizam-se por uma maior leveza do seu texto, apresentando parágrafos e frases mais curtas, em estilo direto, preferencialmente, utilizando palavras e expressões menos eruditas, com o emprego, inclusive, de provérbios e ditos considerados populares. Por vezes, entretanto, a presença da ironia, da metáfora e de expressões em desuso torna o texto de difícil compreensão.

Que resistência é essa ao regime militar se se reconhece o "sucesso" da política econômica, se se entende que o governo "reagiu" à invectivas "radicais" dos agrupamentos de oposição pela luta armada, se se pede conciliação da imprensa com as articulações da "linha dura" militar?

Podemos salientar outros aspectos que transparecem na análise das matérias e que vêm contribuir para estruturar essas conclusões.

Durante todo o tempo, tanto em OESP como em UH/SW, observaram-se menções à *opinião pública*, ao *povo* e à *Nação* em nome dos quais acreditavam falar. Isso deixa entrever, de um lado, o desrespeito à diversidade, a homogeneização autoritária que desconhece a diferença e, de outro, a crença no projeto do grupo que representam como se fosse hegemônico em relação à sociedade que entendem, de fato e de direito, representar.

A par disso, construímos, tanto em OESP como em UH/SP, como opostos recorrentes, em diferentes momentos, o par Civilização X Barbárie que, fundamentalmente, fixando-se no "ideal civilizatório" representado por São Paulo o opõe à "barbárie" das outras regiões sobre as quais exerce um predomínio "natural". É a preponderância do "avanço" sobre o "atraso" e a apologia do "progresso" e da "modernidade".

Dentre os presidentes militares que obtiveram destaque nas matérias selecionadas de OESP e de UH/SW, três deles tiveram suas imagens delineadas (com oscilações) por esses jornais/jornalistas: Castelo Branco, Costa e Silva e Geisel (mais recorrente em OESP). Poucas vezes, houve recorrência ao presidente Médici ou à Junta Militar - exatamente os momentos em que houve o maior recrudescer das ações políticas do Estado Autoritário brasileiro pós-64 - seja para defender, seja para criticar.

Acompanhamos, durante todo o tempo, o exercício desses jornais/jornalistas na construção de uma imagem para o golpe de 1964. Inicialmente, OESP e UH/RJ encontram-se em posturas divergentes no que se refere ao momento de eclosão do mesmo, com o primeiro apontando

para a data de 31 de março e o segundo fazendo questão de afirmar o dia 1º de abril. Quanto à denominação aplicada, o primeiro vai se caracterizar por utilizar, basicamente o termo *Revolução* seguido de *movimento*. O segundo, com uma variedade maior, usa, preferencialmente, *revolução*, *movimento*, "*revolução*" e chega a falar em *golpe*. Com o passar do tempo, o que se observa, é o abandono dessa diferenciação entre as datas e o dia 31 de março passa a ser a data tacitamente aceita por esses jornais/jornalistas. OESP persiste no termo *Revolução* e UH/SW utilizam *Revolução*, *revolução* ou *movimento*.

Entendemos que OESP e UH/RJ, no momento em que se efetiva o golpe de Estado, possuíam projetos distintos para o Brasil. Ambos ancorados numa concepção de *democracia*, sendo que o primeiro se aproximava mais do que se compreende como *democracia formal* (governo do povo), mais preocupada com a "liberdade" do que com a "igualdade", e o segundo, ligado à *democracia substancial* (governo para o povo), incluindo o igualitarismo (defesa dos interesses dos trabalhadores que deviam partilhar dos benefícios conquistados pelo desenvolvimento). As divergências entre os dois projetos se explicitavam no tipo de desenvolvimento pensado para o País. OESP, partidariamente vinculado à proposta da UDN, fincava-se nas plataformas de defesa da iniciativa privada e da livre iniciativa e do desenvolvimento (voltado, fundamentalmente, para a industrialização) com base na participação do capital externo. UH, levantando as bandeiras do getulismo, e, partidariamente, mais vinculado às plataformas do PTB, entendia o desenvolvimento (também voltado, basicamente, para a industrialização) com base no capital nacional e com o Estado ocupando um papel forte no controle de setores estratégicos da economia.

O Estado Autoritário brasileiro pós-64 afastou-se, igualmente, desses dois projetos que, com a sua efetivação, caminham para o esgotamento e para a diminuição de sua proximidade com setores sociais amplos. O regime militar cancela paulatinamente as possibilidades de exercício das liberdades democráticas, restringindo os espaços de participação da sociedade. Seu projeto de desenvolvimento econômico, num primeiro momento, exerce o controle da economia, controlando a espiral inflacionária com arrocho salarial, acelerando a industrialização com base no ingresso do capital e tecnologia externos. Entretanto, num segundo momento, este Estado todo poderoso e centralizado politicamente estabelece uma correlação com a economia, ampliando a sua presença em diversos setores. Desse modo, o Estado Autoritário brasileiro pós-64, aos poucos, aponta nas suas relações com a sociedade para uma correlação de forças diferente daquela que estava colocada no momento da efetivação do golpe e que predominava, fundamentalmente, a partir de 1945.

A resistência ao Estado Autoritário brasileiro pós-64, por parte desses jornais/jornalistas, apesar da constância das **Críticas ao regime militar** será circunstancial e localizada, permitindo uma aproximação desses projetos aparentemente antagônicos que, no seu caminhar, vão mostrando suas limitações. Limitação presente na concepção de imprensa que se entende como "formadora de opinião", na medida em que seu projeto deve ser universalizado para o *povo* concebido, autoritariamente, de forma homogênea. Limitação presente na tentativa de construção de uma imagem para o golpe de 1964, vinculada ao conceito de *revolução* (imagem esta que não se consolida, pelo afastamento do encaminhamento dado ao Brasil pós-64, em relação a esses dois projetos). Limitação presente na oposição construída entre Civilização X Barbárie, ancorada na diferença "natural" entre regiões "avançadas" e "atrasadas", vinculada ao ideal de "progresso" único e pré-determinado. Limitação presente na elaboração de personagens/presidentes maniqueisticamente colocados ora personificando o "bem", ora o "mal", mas com o hiato cômodo do período mais repressivo - mostra do caráter restrito de sua resistência.

Finalmente, estudando um dos instrumentais repressivos construídos pelo Estado Autoritário brasileiro pós-64, qual seja, a montagem de processos de natureza política para civis com tramitação e julgamento no âmbito militar, e, especificamente, localizando como fonte, aqueles que foram movidos contra profissionais de imprensa, tivemos condição de aprofundar nosso entendimento, ao mesmo tempo, da "lógica do Estado" e do funcionamento da sociedade.

O editorial de OESP, selecionado em outubro/1977¹ faz críticas ao deputado - ligado ao grupo frotista - Sinval Boaventura pela apresentação de dois projetos: um relativo à introdução do estado de emergência na Constituição (ampliando o poder da Presidência da República na cassação de um político que perderia o direito de defesa) e o outro propondo alteração na Lei de Imprensa:

"Quanto à Lei de Imprensa, muito simples: os donos de empresas de comunicação tornam-se por decreto, senhores de barão e cutelo na fiscalização do trabalho de seus contratados. E, para coagi-los a imprimir mais depressa essa indole às relações de trabalho, as punições decretadas pelo governo serão sempre aplicadas aos jornais, não aos jornalistas, suspendendo-lhes a circulação."

A maior parte dos processos analisados buscaram atingir, mais do que os jornalistas, os proprietários ou os responsáveis pelos periódicos, tendo sido um deles, inclusive, peça importante, no encerramento das atividades do jornal CM. Mas, entretanto, peças incriminatórias ou temas por elas veiculados encontravam-se presentes em outros órgãos de divulgação sem que seus autores ou responsáveis fossem incriminados com base na Lei de Segurança Nacional.

Do ponto de vista da sociedade, caracterizada pelos que se consideraram atingidos pelas matérias jornalísticas, a estruturação desses processos nos possibilita pensar o plano micro das relações sociais, permeado de um autoritarismo que se reforça, mas não se esgota, com o plano macro institucional do Estado Autoritário brasileiro pós-64.

Do ponto de vista da atuação do Estado, esses processos mostram, de um lado, a face mais repressiva do mesmo na sua busca de, ao atingir o jornal e não prioritariamente o jornalista, ter um raio de ação potencializada na procura de calar formas de expressão oposicionista e, de outro, o desejo do estabelecimento de limites a essa contenção dos espaços de participação social, ao absolver todos os réus, no âmbito do Superior Tribunal Militar. Os processos colocam-nos frente à explicitação das contradições presentes na correlação de forças sociais das quais o Estado é expressão.

Ao nos debruçarmos sobre as práticas sociais dos agentes situados na imprensa e a forma de atuação do Estado na construção de um instrumental repressivo de controle desse setor social, esperamos ter contribuído para ampliar a compreensão das relações Estado/sociedade na vigência do Estado Autoritário brasileiro pós-64.

¹ A democracia à moda do sr. Boaventura. SP, OESP, 9out1977. p. 3.

Fontes utilizadas

1. OESP¹

A etapa final da revolução. SP, OESP, 12abr1964.
A política da Revolução. SP, OESP, 10maio1964.
NÃO há pressa, senhores do Governo. SP, OESP, 14jun1964.
A UDN e a questão dos mandatos. SP, OESP, 12jul1964.
O discurso da Bahia. SP, OESP, 9ago1964.
AJUDA da Alemanha Ocidental. SP, OESP, 13set1964.
O único poder revolucionário. SP, OESP, 11out1964.
A função da UDN. SP, OESP, 8nov1964.
ANISTIA? SP, OESP, 13dez1964.
AINDA a crise militar. SP, OESP, 10jan1965.
UM pronunciamento histórico. SP, OESP, 14fev1965.
REFORMAS institucionais? SP, OESP, 14mar1965.
COIBINDO abusos. SP, OESP, 11abr1965.
CORRIGINDO um erro grave. SP, OESP, 9maio1965.
A sucessão presidencial SP, OESP, 13jun1965.
BOAS notícias. SP, OESP, 11jul1965.
DOIS pesos e duas medidas. SP, OESP, 8ago1965.
O embaixador J. Magalhães e o momento. SP, OESP, 12set1965.
O caminho certo. SP, OESP, 10out1965.
AS duas falas presidenciais. SP, OESP, 14nov1965.
O ato adicional nº 5. SP, OESP, 12dez1965.
MUDANÇA fora de tempo. SP, OESP, 9jan1966.
AS contradições do Presidente. SP, OESP, 13fev1966.
MAIS uma vitória da corrupção. SP, OESP, 13mar1966.
CONSPIRA-SE contra a imprensa livre. SP, OESP, 10abr1966.
SINAIS de bonança. SP, OESP, 8maio1966.
O governo e a corrupção. SP, OESP, 12jun1966.
PARALELO instrutivo. SP, OESP, 10jul1966.
O governo da República e o café. SP, OESP, 14ago1966.
O sr. Costa e Silva na Bahia. SP, OESP, 11set1966.
A deturpação dos espíritos. SP, OESP, 9out1966.
PALAVRAS, palavras, palavras... SP, OESP, 13nov1966.
A educação no anteprojeto da nova Carta - 2. SP, OESP, 11dez1966.
O sr. Castelo Branco e a AII. SP, OESP, 8jan1967.
O fim de uma era de erros. SP, OESP, 12fev1967.
O sindicalismo em S. Paulo. SP, OESP, 12mar1967.
MARCHA à ré. SP, OESP, 9abr1967.
A nossa política exterior. SP, OESP, 14maio1967.
A ARENA procura seu destino. SP, OESP, 11jun1967.
9 de julho. SP, OESP, 9jul1967.
MELHORA a situação econômica. SP, OESP, 13ago1967.
O governo e o analfabetismo. SP, OESP, 10set1967.

¹ Como todos os artigos selecionados de OESP são editoriais e, na medida em que o jornal manteve a regularidade da localização dos mesmos que se situam à página 3, não é necessário apontar para a página em que se situam.

A carta do sr. Carlos Lacerda. SP, OESP, 8out1967.
SAICÁ dirimiu dúvidas. SP, OESP, 12nov1967.
UM acontecimento de monta. SP, OESP, 10dez1967.
PASSIVIDADE de mau agouro. SP, OESP, 14jan1968.
LIÇÕES de uma vitória. SP, OESP, 11fev1968.
VIRACOPOS, a grande solução. SP, OESP, 10mar1968.
A posição de São Paulo. SP, OESP, 14abr1968.
NÓS e a energia nuclear. SP, OESP, 12maio1968.
REFORMA penitenciária. SP, OESP, 9jun1968.
OS acontecimentos do Uruguai e o Brasil. SP, OESP, 14jul1968.
A prevenção contra o estrangeiro. SP, OESP, 11ago1968.
A integração das Nações Americanas. SP, OESP, 9set1968.
D. Helder e o ministro Passarinho. SP, OESP, 13out1968.
A insensatez do liberalismo ritualista. SP, OESP, 10nov1968.
PADRES estrangeiros. SP, OESP, 8dez1968.
ESTABILIZAÇÃO do custo de vida. SP, OESP, 12jan1969.
A formação de professores para o ensino médio. SP, OESP, 9fev1969.
A União e o ensino paulista. SP, OESP, 9mar1969.
O governo da Universidade. SP, OESP, 13abr1969.
UM aspecto da realidade brasileira. SP, OESP, 11maio1969.
RECONSIDERAÇÃO que se impõe. SP, OESP, 8jun1969.
A luta continua. SP, OESP, 13jul1969.
"COMÉRCIO feito com sangue". SP, OESP, 10ago1969.
FISCALIZAÇÃO da dívida externa. SP, OESP, 14set1969.
REFORMA do ensino colegial. SP, OESP, 12out1969.
UMA obra excepcional. SP, OESP, 9nov1969.
MINÉRIO: um teste para o governo. SP, OESP, 14dez1969.
FESTIVAL indígena. SP, OESP, 11jan1970.
PROBLEMA político-constitucional. SP, OESP, 8fev1970.
PROJETO Rondon. SP, OESP, 8mar1970.
O Problema do Ciclo Básico. SP, OESP, 12abr1970.
OS eternos problemas da seca. SP, OESP, 10maio1970.
NORDESTE (conclusão). SP, OESP, 14jun1970.
HOMENS iguais e regimes diferentes. SP, OESP, 12jul1970.
O direito de resposta - 3. SP, OESP, 9ago1970.
COOPERAÇÃO, recessão e inflação. SP, OESP, 6set1970².
O "bispo vermelho". SP, OESP, 11out1970.
A formação do orientador educacional. SP, OESP, 8nov1970.
UM jornalismo sujo. SP, OESP, 13dez1970.
UMA escandalosa iniciativa. SP, OESP, 10jan1971.
CURSOS de curta duração. SP, OESP, 14fev1971.
NOVOS mandatos. SP, OESP, 14mar1971.
SINDICATOS e segurança nacional. SP, OESP, 11abr1971.
CONFRONTO de mentalidades. SP, OESP, 9maio1971.
A reforma do ensino de 1º e 2º graus - 2. SP, OESP, 13jun1971.
AMPLIAÇÃO da indústria de cimento. SP, OESP, 11jul1971.
PROBLEMAS de reeducação de menores. SP, OESP, 8ago1971.

² No Arquivo do Estado de São Paulo, onde foi realizada a pesquisa do ano 1970, não localizamos o segundo domingo do mês de setembro. Optamos, portanto, excepcionalmente, por selecionar o editorial do primeiro domingo do referido mês.

O "Concorde" no Brasil. SP, OESP, 12set1971.
EMPRESÁRIOS, operários e governo. SP, OESP, 10out1971.
O senador e a visitar de Médici. SP, OESP, 14nov1971.
UM desserviço à liberdade da imprensa. SP, OESP, 12dez1971.
PROVIDÊNCIAS que não se excluem. SP, OESP, 9jan1972.
EVOLUÇÃO da economia paulista. SP, OESP, 13fev1972.
A visita do presidente argentino. SP, OESP, 12mar1972.
PROINDE, uma jogada política. SP, OESP, 9abr1972.
O "Esquadrão" perde mais uma batalha. SP, OESP, 14 maio1972.
LIBERALISMO e Democracia. SP, OESP, 11jun1972.
9 de Julho. SP, OESP, 9jul1972.
SALÁRIOS e poder aquisitivo. SP, OESP, 13ago1972.
O acordo atômico. SP, OESP, 10set1972.
"O preço da liberdade é a eterna vigilância". SP, OESP, 8out1972.
AS eleições da próxima 4ª feira. SP, OESP, 12nov1972.
SURPRESA por quê? SP, OESP, 10dez1972.
O mau aluno de Direito. SP, OESP, 14jan1973.
A procura de um bode expiatório. SP, OESP, 11fev1973.
AINDA uma vez os vestibulares. SP, OESP, 11mar1973.
A represália do governador. SP, OESP, 8abr1973.
O Brasil e os investimentos estrangeiros. SP, OESP, 13maio1973.
EM nome do povo. SP, OESP, 10jun1973.
INQUIETAÇÃO na faixa portuária. SP, OESP, 8jul1973.
65 bilhões sem fiscalização. SP, OESP, 12ago1973.
NOSSA economia a imigração estrangeira. SP, OESP, 9set1973.
DECLARAÇÕES do Mal. Juarez Távora. SP, OESP, 9out1973.
A campanha contra S. Paulo. SP, OESP, 11nov1973.
UMA ficção o processo legislativo. SP, OESP, 9dez1973.
É preciso confiar na Justiça. SP, OESP, 13jan1974.
E São Paulo? SP, OESP, 10fev1974.
BALANÇO de um Governo: Fazenda. SP, OESP, 10mar1974.
A inflação. SP, OESP, 14abr1974.
NÓS e Portugal. SP, OESP, 12maio1974.
E a vontade dos Estados? SP, OESP, 9jun1974.
CRESCIMENTO acelerado e possibilidades. SP, OESP, 14jul1974.
VOLTAM as aulas - e a meningite? SP, OESP, 11ago1974.
UMA nova política para a Amazônia. SP, OESP, 8set1974.
INCONGRUÊNCIA na política agropecuária. SP, OESP, 13out1974.
OTIMISMO econômico e realismo. SP, OESP, 10nov1974.
O delicado período de transição. SP, OESP, 8dez1974.
O "modelo político brasileiro". SP, OESP, 12jan1975.
A nota oficial reticente. SP, OESP, 9fev1975.
ARBÍTRIO e reparação da liberdade. SP, OESP, 9mar1975.
A pobreza geral de um episódio. SP, OESP, 13abr1975.
O divórcio e a realidade. SP, OESP, 11maio1975.
A realidade atômica. SP, OESP, 8jun1975.
A multa simbólica ao DNER. SP, OESP, 13jul1975.
UMA no cravo, outra na ferradura. SP, OESP, 10ago1975.
A distensão, entre o pensar e o agir. SP, OESP, 14set1975.
A 25ª hora da dependência. SP, OESP, 12out1975.
OS militares e a América Latina. SP, OESP, 9nov1975.
HORA de mudar. SP, OESP, 14dez1975.
A nota sem novidade. SP, OESP, 11jan1976.

A sabatina do ministro Simonsen. SP, OESP, 8fev1976.
 O acaso e a necessidade. SP, OESP, 14mar1976.
 LIBERDADE e lei. SP, OESP, 11abr1976.
 O êxito e o desafio. SP, OESP, 9maio1976.
 O desafio que aceitamos. SP, OESP, 13jun1976.
 A sabedoria da simplicidade. SP, OESP, 11jul1976.
 O futuro da Revolução. SP, OESP, 8ago1976.
 EXORCIZAR os fantasmas. SP, OESP, 12set1976.
 ABUSOS no âmbito do Proterra. SP, OESP, 10out1976.
 E depois do plebiscito? SP, OESP, 14nov1976.
 UMA singular "loucura corintiana". SP, 12dez1976.
 O papel dos catões da nacionalidade. SP, OESP, 9jan1977.
 OS dados do problema. SP, OESP, 13fev1977.
 OS riscos da mobilização. SP, OESP, 13mar1977.
 A virtude do tranqüilizante. SP, OESP, 10abr1977.
 A agitação estudantil. SP, OESP, 8maio1977.
 O Congresso como poder fiscalizador. SP, OESP, 12jun1977.
 A quinta estrela. SP, OESP, 10jul1977.
 INICIATIVAS infelizes. SP, OESP, 14ago1977.
 QUAIS as garantias para o futuro? SP, OESP, 11set1977.
 A democracia à moda do sr. Boaventura. SP, OESP, 9out1977.
 O anúncio da terapia instantânea. SP, OESP, 13nov1977.
 A única saída política possível. SP, OESP, 11dez1977.
 A costureira da faixa. SP, OESP, 8jan1978.
 QUEM tem realmente votos? SP, OESP, 12fev1978.
 A presença da esquerda na Igreja. SP, OESP, 12mar1978.
 O primeiro auditório. SP, OESP, 9abr1978.
 A Declaração dos Advogados. SP, OESP, 14maio1978.
 A tradição a serviço do casuísmo. SP, OESP, 11jun1978.
 NÃO esquecer, não transigir, não perdoar. SP, OESP, 9jul1978.
 NÃO se pode desmoralizar o Estado. SP, OESP, 13ago1978.
 ENTRE a totalização e a adesão. SP, OESP, 10set1978.
 QUEM rouba o reino é digno de glória. SP, OESP, 8out1978.
 AS eleições e nosso sistema político. SP, OESP, 12nov1978.
 O futuro é das novas lideranças. SP, OESP, 10dez1978.
 UM conjunto heterogêneo. SP, OESP, 14jan1979.
 PARA que possamos sobreviver. SP, OESP, 11fev1979.
 A genuína abertura política. SP, OESP, 11mar1979.

2. UH/RJ³

UM novo jornal e uma revista numa só edição. RJ, UH, 24mar1964. (p. 1).
 A Marinha não morre. RJ, UH, 30mar1964. (p. 4).
 RESPONSABILIDADE do Congresso. RJ, UH, 31mar1964. (p. 4).
 SUBDESENVOLVIMENTO. RJ, UH, 31mar1964. (p. 4).
 DISCURSO histórico. RJ, UH, 1abr1964. (p. 4).
 REPERCUSSÕES da crise. RJ, UH, 1abr1964. (p. 4).
 A vindita fria. RJ, UH, 2abr1964. (p. 1).
 "TERRORISMO, não!" RJ, UH, 3abr1964. (p. 1).

³ O material oriundo de UH/RJ e UH/SP possui uma variedade de localização nos respectivos jornais. Por isso serão apontadas as páginas de origem.

TAVARES, Flávio. Os Últimos Momentos de Jango em Brasília. RJ, UH, 3abr1964. (p. 4).
 AOS Seus Leitores. RJ, UH, 6abr1964. (p. 1).
 CAMINHO Pacífico Para a Solução da Crise. RJ, UH, 13abr1964. (p. 1).
 FASCISMO, não! RJ, UH, 14abr1964. (p. 1).
 A Bandeira Certa. RJ, UH, 14abr1964. (p. 4).
 UM grito de consciência. RJ, UH, 15abr1964. (p. 1).
 EXEMPLO de caráter. RJ, UH, 15abr1964. (p. 4).
 EXEMPLO de coerência. RJ, UH, 15abr1964. (p. 4).
 A palavra dos bispos. RJ, UH, 16abr1964. (p. 4).
 UMA carta de mãe. RJ, UH, 16abr1964. (p. 4).
 LEIS em eclipse. RJ, UH, 18abr1964. (p. 4).
 TÉCNICA marota. RJ, UH, 18abr1964. (p. 4).
 EDUCAÇÃO & cultura. RJ, UH, 18abr1964. (p. 4).
 LEMBRANÇA de Vargas. RJ, UH, 20abr1964. (p. 4).
 VERGONHA. RJ, UH, 20abr1964. (p. 4).
 VERDADE Para Múmias. RJ, UH, 20abr1964. (p. 4).
 O exemplo de Tiradentes. RJ, UH, 21abr1964. (p. 4).
 DEVASSA na bossa nova. RJ, UH, 21abr1964. (p. 4).
 PERSEGUIÇÃO a jornalistas. RJ, UH, 22abr1964. (p. 4).
 O expurgo nos IAPs. RJ, UH, 22abr1964. (p. 4).
 "DEDO-DURO" & Supremo. RJ, UH, 22abr1964. (p. 4).
 FIM do "kennedismo"? RJ, UH, 23abr1964. (p. 4).
 NO caminho certo. RJ, UH, 23abr1964. (p. 4).
 DIREITOS e liberdades. RJ, UH, 24abr1964. (p. 4).
 A medalha de Dubois. RJ, UH, 24abr1964. (p. 4).
 CONTA de mentiroso. RJ, UH, 24abr1964. (p. 4).
 AOS Leitores de UH. RJ, UH, 25abr1964. (p. 1).
 COM a Palavra o Presidente. RJ, UH, 30abr1964. (p. 1).
 O Ato e o Regulamento. RJ, UH, 30abr1964. (p. 4).
 A Mania do Dr. Campos. RJ, UH, 30abr1964. (p. 4).
 WAINER, Samuel. Esta é a Nossa Bandeira. RJ, UH, 11maio1964. (p. 1).
 CORRUPÇÃO e cassação. RJ, UH, 6jun1964. (p. 4).
 O apelo do marechal. RJ, UH, 8jun1964. (p. 4).
 DISCIPLINA para lucros. RJ, UH, 11jul1964. (p. 4).
 PRINCÍPIO e tática. RJ, UH, 13jul1964. (p. 4).
 ESPÍRITO civilista. RJ, UH, 8ago1964. (p. 4).
 O Drama do Marechal. RJ, UH, 8ago1964. (p. 4).
 O Nome é Saque. RJ, UH, 8ago1964. (p. 4).
 O STF e os inquéritos. RJ, UH, 10ago1964. (p. 4).
 ILUSÕES perdidas. RJ, UH, 10ago1964. (p. 4).
 A grande expectativa. RJ, UH, 10out1964. (p. 4).
 OS Efeitos do Ato. RJ, UH, 10out1964. (p. 4).
 UNIVERSIDADE e democracia. RJ, UH, 12out1964. (p. 4).
 CAFAJESTADA. RJ, UH, 12out1964. (p. 4).
 "PAÍS em calma". RJ, UH, 12dez1964. (p. 4).
 SURPRESA e fúria em Lima. RJ, UH, 14dez1964. (p. 4).
 PARLAMENTARISMO de novo. RJ, UH, 11jan1965. (p. 4).
 ENCONTRO. RJ, UH, 11jan1965. (p. 4).
 DESCANSO. RJ, UH, 11jan1965. (p. 4).
 MARINHA X FAB. RJ, UH, 11jan1965. (p. 4).
 DANTON Jobim Assume "UH". RJ, UH, 1fev1965. (p. 1).
 O mínimo e a empresa. RJ, UH, 6fev1965. (p. 4).
 DISCRIMINAÇÃO chocante. RJ, UH, 8fev1965. (p. 4).

QUAIS serão os donos do golpe? RJ, UH, 12mar1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. A voz que faltava. RJ, UH, 15mar1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Democracia do IPM. RJ, UH, 1abr1965. (p. 1).
 AS promessas e os fatos. RJ, UH, 1abr1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Não Esqueceremos! RJ, UH, 2abr1965. (p. 1).
 JOBIM, Danton. Que Exagero! RJ, UH, 3abr1965. (p. 1).
 EXPECTATIVA. RJ, UH, 10abr1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Eleições ou farsa eleitoral? RJ, UH, 12abr1965. (p. 1).
 NORMALIZAÇÃO. RJ, UH, 12abr1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Doutrina Johnson. RJ, UH, 8maio1965. (p. 1).
 DUALIDADE. RJ, UH, 8maio1965. (p. 4).
 ASSIM, não. RJ, UH, 10maio1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Anistia às Avestas. RJ, UH, 1jun1965. (p. 1).
 14 Anos de "Última Hora". RJ, UH, 12jun1965. (p. 1).
 O grande teste. RJ, UH, 14jun1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Nada Fora da Lei. RJ, UH, 7ago1965. (p. 1).
 DESENCONTROS. RJ, UH, 7ago1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Armadilha Para a Oposição. RJ, UH, 9ago1965. (p. 1).
 INTERPRETAÇÃO. RJ, UH, 9ago1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Pela disciplina e pela ordem! RJ, UH, 9out1965. (p. 1).
 CONSPIRAÇÃO. RJ, UH, 9out1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. O Governo e a Provocação de Lacerda. RJ, UH, 11out1965. (p. 1).
 IMPREVISÍVEL. RJ, UH, 11out1965. (p. 4).
 CUSTO de vida. RJ, UH, 6nov1965. (p. 4).
 ATO "Atrasado". RJ, UH, 6nov1965. (p. 4).
 DECEPÇÃO. RJ, UH, 8nov1965. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Quem Ganhou? RJ, UH, 11dez1965. (p. 1).
 SEVERIDADE. RJ, UH, 11dez1965. (p. 4).
 INIQUIDADE. RJ, UH, 13dez1965. (p. 4).
 UH-66. RJ, UH, 3jan1966. (p. 1).
 ESTA é a sua UH-66. RJ, UH, 4jan1966. (p. 1).
 JOBIM, Danton. Dança Das Estrelas. RJ, UH, 6jan1966. (p. 1).
 JOBIM, Danton. O Problema Não é da Oposição. RJ, UH, 10jan1966. (p. 1).
 CONJUNTURA Morna. RJ, UH, 10jan1966. (p. 4).
 JOBIM, Danton. O Dedo na Ferida. RJ, UH, 12fev1966. (p. 4).
 CARESTIA Alarmante. RJ, UH, 14fev1966. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Um Documento Revolucionário. RJ, UH, 14mar1966. (p. 1).
 REVESES da Arena. RJ, UH, 15mar1966. (p. 4).
 JOBIM, Danton. O Diabo São os Fatos. RJ, UH, 9abr1966. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Cartas na Mesa. RJ, UH, 11abr1966. (p. 4).
 CRISE na Educação. RJ, UH, 11abr1966. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Desertar, Não! RJ, UH, 11jun1966. (p. 4).
 SEM Provas. RJ, UH, 11jun1966. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Retrato de um jornal. RJ, UH, 13jun1966. (p. 1).
 O Caso Cordeiro. RJ, UH, 13jun1966. (p. 4).
 WAINER, Samuel. Mensagem de Samuel Wainer. RJ, UH, 13jun1966. (p. 1).
 GOLPE e Revolução. RJ, UH, 1jul1966. (p. 4).
 MAL Graduado. RJ, UH, 11jul1966. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Drama da Imprensa. RJ, UH, 6ago1966. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Decisão Certa. RJ, UH, 8ago1966. (p. 4).
 O Pior Estatismo. RJ, UH, 8ago1966. (p. 4).
 JOBIM, Danton. Bandeira de Luta. RJ, UH, 1set1966. (p. 1).
 CASSAÇÃO e Outorga. RJ, UH, 1set1966. (p. 4).

JOBIM, Danton. Um grito na solidão. RJ, UH, 2set1966. (p. 1).

JOBIM, Danton. Nem JK Nem JG. RJ, UH, 10set1966. (p. 4).

POLÍTICA de Fome. RJ, UH, 12set1966. (p. 4).

JOBIM, Danton. A Vez da Imprensa. RJ, UH, 4out1966. (p. 4).

VOTO de Confiança. RJ, UH, 4out1966. (p. 4).

JOBIM, Danton. Riscos Calculados. RJ, UH, 8out1966. (p. 4).

JOBIM, Danton. O "Mito JK". RJ, UH, 10out1966. (p. 4).

JOBIM, Danton. Os trabalhadores na hora da decisão. RJ, UH, 12nov1966. (p. 1).

DEVER de Protesto. RJ, UH, 12nov1966. (p. 4).

CONTRA o Cabresto. RJ, UH, 14nov1966. (p. 4).

OPOSIÇÃO. RJ, UH, 10dez1966. (p. 4).

VETO Aos Liberais. RJ, UH, 10dez1966. (p. 4).

COLABORACIONISMO. RJ, UH, 12dez1966. (p. 4).

ÚLTIMOS Passos. RJ, UH, 11fev1967. (p. 4).

JOBIM, Danton. O Futuro Governo. RJ, UH, 13fev1967. (p. 4).

RECONSTRUIR Sobre Ruínas. RJ, UH, 1mar1967. (p. 1).

RECONSTRUÇÃO. RJ, UH, 11mar1967. (p. 4).

PRESENÇA Militar. RJ, UH, 13mar1977. (p. 4).

A Porta Aberta. RJ, UH, 8abr1967. (p. 4).

O Regresso de JK. RJ, UH, 10abr1967. (p. 4).

EMENDA e Pressões. RJ, UH, 6maio1967. (p. 4).

O Mata-Mendigo. RJ, UH, 8maio1967. (p. 4).

GENERAIS Políticos. RJ, UH, 10jun1967. (p. 4).

RASGAR de Sedas. RJ, UH, 12jun1967. (p. 4).

JOBIM, Danton. O fato e o pretexto. RJ, UH, 14ago1967. (p. 2).

JOBIM, Danton. A semana da imprensa. RJ, UH, 9set1967. (p. 2).

JOBIM, Danton. JK e o Governo. RJ, UH, 11set1977. (p. 2).

JOBIM, Danton. Falais do mau aparelhai o pau. RJ, UH, 11nov1967. (p. 2).

JOBIM, Danton. Teste para Costa e o Congresso. RJ, UH, 13nov1967. (p.2).

JOBIM, Danton. Pacificação. RJ, UH, 7fev1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. O Presidente e a pacificação. RJ, UH, 8fev1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. Universidade no banco dos réus. RJ, UH, 10fev1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. Escândalo. RJ, UH, 6abr1868. (p. 2).

JOBIM, Danton. O grupo da reforma. RJ, UH, 6jul1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. Imprensa livre e ditadura. RJ, UH, 10ago1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. Um líder continental. RJ, UH, 9set1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. Confusão de encomenda. RJ, UH, 12out1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. Não percamos a cabeça. RJ, UH, 13out1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. A ordem que está faltando. RJ, UH, 9nov1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. O Exército e o Poder. RJ, UH, 11nov1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. Bispos e coronéis. RJ, UH, 7dez1968. (p. 2).

JOBIM, Danton. Expulsão de padres. RJ, UH, 9dez1968. (p. 2).

A direção de UH. RJ, UH, 3mar1969. (p. 1).

JOBIM, Danton. Caos político e desenvolvimento. RJ, UH, 3mar1969. (p. 2).

JOBIM, Danton. Navio-fantasma. RJ, UH, 8mar1969. (p. 2).

JOBIM, Danton. Militares e Políticos. RJ, UH, 10mar1969. (p. 2).

JOBIM, Danton. Crise esvaziada. RJ, UH, 12abr1969. (p. 2).

JOBIM, Danton. Um belo gesto. RJ, UH, 10maio1969. (p. 2).

JOBIM, Danton. Um documento lúcido. RJ, UH, 7jun1969. (p. 2).

JOBIM, Danton. Realismo. RJ, UH, 12jul1969. (p. 2).

JOBIM, Danton. Júlio Mesquita o moço. RJ, UH, 15jul1969. (p. 2).

JOBIM, Danton. A hora da grande opção. RJ, UH, 9ago1969. (p. 2).

JOBIM, Danton. Dinamismo democrático. RJ, UH, 11ago1969. (p. 2).

CONDENAR o terrorismo é lutar pela democracia. RJ, UH, 11ago1969. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Corrigindo o rumo. RJ, UH, 6set1969. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Diagnóstico certo, remédio impróprio. RJ, UH, 8set1969. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Rumos democráticos. RJ, UH, 11out1969. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Oposição e segurança. RJ, UH, 13out1969. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Habeas-corpus e júri. RJ, UH, 6dez1969. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Realismo no MDB. RJ, UH, 8dez1969. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Sucessão carioca. RJ, UH, 10jan1970. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Estranho rebate. RJ, UH, 12jan1970. (p. 2).
 JOBIM, Danton. E a reforma agrária? RJ, UH, 7mar1970. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Repulsa à fusão. RJ, UH, 9mar1970. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Necessidade de uma imprensa livre. RJ, UH, 11abr1970.
 JOBIM, Danton. O Governo e o Esquadrão. RJ, UH, 13abr1970. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Confusão na Arena. RJ, UH, 11maio1970. (p. 2).
 JOBIM, Danton. Brasil - MDB. RJ, UH, 8jun1970. (p. 2).

3. UH/SP

A carreira de um líder. SP, UH, 19jun1973. (p. 2).
 "GEISEL, uma conversa política". SP, UH, 21jun1973. (p. 2).
 CONDENADOS os matadores do industrial Boilesen. SP, UH, 21jun1973. (p. 2).
 MORRE o "crioulo" do comando da ALN. SP, UH, 14jul1973. (p. 2).
 GEISEL quer diálogo. SP, UH, 21ago1973. (p. 2).
 UM Exército moderno (depois da Revolução). SP, UH, 22ago1973. (p. 2).
 O presidente anuncia mais quatro projetos-impacto. SP, UH, 7set1973. (p. 2).
 ARENA aclama Geisel presidente. SP, UH, 15set1973. (p. 2).
 KRIEGER: Arena é um partido de doutrina. SP, UH, 15set1973. (p. 2).
 ESTABILIDADE e crescimento, marca dos 4 anos de Médici. SP, UH, 28out1973. (p. 8).
 CUSTO de vida, uma base política para o MDB. SP, UH, 28out1973. (p. 8).
 NO quarto ano do governo, três projetos-impacto. SP, UH, 31out1973. (p. 2).
 FINALMENTE, um encontro entre velhos inimigos. SP, UH, 8nov1973. (p. 2).
 ULISSES: campanha do MDB toma vulto surpreendente. SP, UH, 11nov1973. (p. 9).
 O MDB deve participar da eleição? Autênticos firmam sua posição hoje. SP, UH, 21nov1973. (p. 2).
 GEISEL chegou, assistiu e não falou de política. SP, UH, 8dez1973. (p. 2).
 CINCO políticos dominaram os debates do Senado em 1973. SP, UH, 8dez1973. (p. 3).
 "GEISEL conduzirá o Brasil à normalidade". SP, UH, 27dez1973. (p. 2).
 GEISEL ou Ulisses: amanhã a eleição do novo presidente. SP, UH, 14jan1974. (p. 3).
 ERNESTO Geisel eleito: "Mensagem de verdade e franqueza à Nação". SP, UH, 16jan1974. (p. 5).
 PESSSEDISMO mostra sua força no MDB. SP, UH, 20jan1974. (p. 7).
 DELFIM aos Secretários da Fazenda: "Nem o Estado mais próspero poderá sê-lo se não for próspero o Brasil". SP, UH, 16fev1974. (p. 2).
 QUEM vai ser o futuro ministro da Justiça? (Uma das únicas dúvidas do Governo Geisel). SP, UH, 17fev1974. (p. 8).
 GOVERNO Geisel: Economia austera e inimiga de ostentação. SP, UH, 22fev1974. (p. 2).
 O pensamento, o estilo e a ação do novo governo, segundo Simonsen. SP, UH, 10mar1974. (p. 4-5).
 GOLBERY, a filosofia de um superministro. SP, UH, 10mar1974. (p. 7).
 GEISEL: tempo do diálogo político. SP, UH, 19mar1974. (p. 2).
 DE onde vêm e para onde vão os nossos políticos? SP, UH, 24mar1974. (p. 4-5).

- GEISEL: "Revolução foi o momento fulgurante que nos ilumina até hoje". SP, UH, 1abr1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. O MDB está morrendo em São Paulo: a menos que uma "velha raposa" dispute o Senado. SP, UH, 9abr1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. Geisel em diálogo: Paulo Egídio não "loteará" o seu governo mas dará preferência ao setor político. SP, UH, 25abr1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. Arena pacificada (pelo menos em termos de Senado) com apoio geral a Carvalho Pinto. SP, UH, 15maio1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. O MDB (pelo menos por enquanto) deve se contentar em ser apenas uma voz na multidão. SP, UH, 16maio1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. Sodré: Que estranha ditadura sem ditador? SP, UH, 1-2jun1974. (p. 3).
- DO Editor. SP, UH, 4jun1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. País pobre e políticos ricos? SP, UH, 4jun1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. Sinal vermelho aos "contestadores". SP, UH, 2jul1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. Uma paz muito à paulista. SP, UH, 19jul1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. O gelo vai sendo derretido. SP, UH, 10-11ago1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. A reforma inoportuna. SP, UH, 17-18ago1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. O tempo dos comícios já passou. SP, UH, 17set1974. (p. 2).
- O novo governador. SP, UH, 4out1974. (p. 1).
- LIMA, Jorge da Cunha. Paulo Egídio e a cidade. SP, UH, 4out1974. (p. 2).
- A intocabilidade do monopólio. SP, UH, 5-6out1974. (p. 10).
- INFLAÇÃO é meio loteria. SP, UH, 12-13out1974. (p. 2).
- PETRÓLEO: Ueki fala claro. SP, UH, 12-13out1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. Os caminhos da descompressão. SP, UH, 28out1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. A primeira eleição (aberta) desde 64. SP, UH, 14nov1974. (p. 2).
- EM São Paulo, o repúdio total ao voto em branco. SP, UH, 14nov1974. (p. 3).
- FORBES, Geraldo de F.. "A república viva". SP, UH, 16-17nov1974. (p. 2).
- FORBES, Geraldo de F.. A primeira tarefa da revolução de novembro de 74. SP, UH, 23-24nov1974. (p. 2).
- FORBES, Geraldo de F.. As tarefas da Revolução de Novembro de 74. SP, UH, 30nov e 1dez1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. O povo "cassou" os antigos partidos. SP, UH, 4dez1974. (p. 2).
- FORBES, Geraldo de F.. O capital estrangeiro e a independência do Brasil. SP, UH, 7-8dez1974. (p. 2).
- FORBES, Geraldo de F.. A participação na riqueza. SP, UH, 14-15dez1974. (p. 2).
- PAOLELLA, José Carlos. A lição de um presidente calado. SP, UH, 27dez1974. (p. 2).
- BITTENCOURT, José Carlos. Política sim, pluripartidarismo não. SP, UH, 31dez1974. (p. 3).
- BITTENCOURT, José Carlos. Só desprendimento gera abertura. SP, UH, 3jan1975. (p. 2).
- MATIAS, J. Rodrigues. Algumas respostas a algumas pessoas. SP, UH, 3jan1975. (p. 3).
- WILCHES, Mário. Governo e Oposição. SP, UH, 11-12jan1975. (p. 2).

4. SW/FSP⁴

- O Dedo da CIA. SP, FSP, 12jun1977.
- A Boa Utopia. SP, FSP, 12jul1977.
- O Caminho de Volta. SP, FSP, 14ago1977.
- Hora de Reflexão. SP, FSP, 11set1977.
- Nariz de Cera. SP, FSP, 9out1977.

⁴ Todos os artigos abaixo são de autoria de Samuel Wainer e foram publicados na página 2 da FSP.

No Palco da Democracia. SP, FSP, 13nov1977.
Uma Imperdoável Abstenção. SP, FSP, 11dez1977.
O banquete dos outros. SP, FSP, 8jan1978.
Para Meditação dos Políticos. SP, FSP, 12fev1978.
Pausa Pessimista. SP, FSP, 10mar1978.
Liturgia sem Fé. SP, FSP, 9abr1978.
Esses Bravos Juristas. SP, FSP, 14maio1978.
Renovar ou Perecer. SP, FSP, 10jun1978.
Falta de Seriedade. SP, FSP, 9jul1978.
Vais com Endereço Errado. SP, FSP, 13ago1978.
O Sindicato do Alarmismo. SP, FSP, 12set1978.
Uma Campanha Suicida. SP, FSP, 8out1978.
A Oposição é o Brasil Moderno. SP, FSP, 12nov1978.
A Suspeita Conciliação. SP, FSP, 10dez1978.
O Duelo na Assembléia. SP, FSP, 14jan1979.
Hora de São Paulo Servir. SP, FSP, 11fev1979.
Uma Ruptura Explosiva. SP, FSP, 11mar1979.
Hora do Tarzan Negro. SP, FSP, 11abr1979.
A Verdade Atômica. SP, FSP, 13maio1979.
A Palavra do João. SP, FSP, 10jun1979.
A Verdadeira Austeridade. SP, FSP, 8jul1979.
A Verdade Vai Prevalecendo. SP, FSP, 12ago1979.
Impactos Históricos. SP, FSP, 9set1979.
Laranja Mecânica. SP, FSP, 14out1979.
O Estímulo da Impunidade. SP, FSP, 11nov1979.
O Povo Fora da Jogada. SP, FSP, 9dez1979.
A Última Missão Portela. SP, FSP, 13jan1980.
Macunaima, o político. SP, FSP, 10fev1980.
Maluf e o Homem Providencial. SP, FSP, 9mar1980.
Fuga à realidade. SP, FSP, 13abr1980.
Nem Tudo Está Perdido. SP, FSP, 11maio1980.
Heil, Cals! SP, FSP, 8jun1980.
Palavra Revalorizada. SP, FSP, 14jul1980.
A Ronda aos Quartéis. SP, FSP, 10ago1980.
Uma Vitória do Progresso. SP, FSP, 2set1980.

5. Processos - BNM

Número em BNM	Réus	Jornais
154	Sebastião Nery	TI/RJ
235	Hélio Pellegrino	CM/RJ
243	Dickson Fragoso Veras	GP/PR
270	Paulo da Costa Ramos	OE/SC
325	Túlio Fontoura	DM/RS
359	Carlos Augusto Vinhaes	LD/RJ
369	Inácio Mendes da Silva	OC/RO
417	José de Arimatéia Gomes da Cunha	CB/DF
444	Evandro de Oliveira Bastos	TI/RJ
449	Niomar Moniz Sodré Bittencourt	CM/RJ
545	Tibério Vargas Ramos Damião Ribas José Rubens Martins de Abreu	FT/RS OCA/RS
560	Hélio de Azevedo	FO/PR
564	Selby Mendes da Silva	CO/RO
615	Manoel José de Andrade Netto Bianor Garcia	AN/AM
616	Ernest Mann	OEPR/PR

6. Legislação

BRASIL. Leis, decretos, etc. Ato Institucional número 2. Brasília, **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 27out1965.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei 5250 de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação de pensamento e dá outras providências. Brasília, **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 9fev1967.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-Lei número 314 de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 13mar1967.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Ato Institucional número 5. Brasília, **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 13dez1968.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-Lei número 510 de 20 de março de 1969. Altera dispositivo do Decreto-Lei número 314, de 13 de março de 1967, e dá outras providências. Brasília, **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 20mar1969.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-Lei número 898 de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social, estabelece seu processo e julgamento, e dá outras providências. Brasília, **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 29set1969.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. Crime, Justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri. SP, *Revista da USP*, 21:132-151, mar-abr-maio/1994.
- ALTHUSSER, Louis et alii. *Discutir el Estado*. México, Folios Ediciones, 1982.
- ALTHUSSER, Louis. *Posições - 2*. RJ, Ed. Graal, 1980.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. RJ, Nova Fronteira, 1993
- ANDRADE, Jefferson de. *Um jornal assassinado - a última batalha do Correio da Manhã*. RJ, José Olympio, 1991.
- ANTÔNIO, João. Escapada - considerações em torno à censura imposta a um jornal alternativo "MOVIMENTO", nos anos de 1975-1981. Nicolau, Secretaria de Estado da Cultura, Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 6, ano I, 1987.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78) - o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O ESTADO DE SÃO PAULO e MOVIMENTO*. SP, FFLCH/USP, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. SP, Cia. das Letras, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. SP, Ática, 1988.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. RJ, Civilização Brasileira, 1983.
- BARBOSA ASSIS, Sulamita Maria. *Censura à Imprensa no Regime Brasileiro: seus fundamentos ideológicos e seus parâmetros políticos*. BH, UFMG, 1987. (Dissertação de Mestrado).
- BARROS, Antônio Magalhães. *Última Hora e a renovação da imprensa brasileira*. RJ, UFF, Departamento de Arte e Comunicação Social (Jornalismo), 1978. (Tese para Concurso de Titular).
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. SP, Atual, 1988.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo - 1945-1964*. SP, Brasiliense, 1989.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. RJ, Paz e Terra, 1976.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. SP, Brasiliense, 1987.

- BENJAMIN, Walter. **Documentos de Cultura e Barbárie**, Escritos escolhidos. SP, Cultrix/EDUSP, 1986.
- BETTO, Frei. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. RJ, Civilização Brasileira, 1982.
- BOBBIO, Norberto et alii. **Dicionário de Política**. Brasília/DF, UnB, 1992.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade; por uma teoria geral da política**. RJ, Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. SP, Brasiliense, 1988.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo**. RJ, Paz e Terra, 1986.
- BOCCANERA, Sílio. **An Experiment in Prior Restraint Press Censorship in Brazil, 1972-1975**. California, University of Southern California, 1978. (Dissertação de Mestrado).
- BRAGA, José Luiz. **Pasquim - Hebdo Brésilien d'Humour**. Paris, Université de Droit d'Economie et des Sciences Sociales de Paris, 1984. (Tese de Doutorado).
- BRASIL: Nunca Mais. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Liberalismo: Ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 e 1910)**. SP, FFLCH/USP, 1976. (Tese de Doutorado).
- BURKE, Edmond. **Reflections on the revolution in France**. NY, Delphin Books, Doubleday & Co., 1961.
- CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá: guerrilha do Araguaia**. RJ, Record, 1993.
- CAETANO, Eliane Kati. **História, Sociedade e Discurso Jornalístico - análise de alguns jornais veiculados em Corumbá durante o Estado Novo**. SP, FFLCH/USP, 1981. (Dissertação de Mestrado).
- CALDEVILLA, Vinicius. **Vitral do tempo**. SP, Xamã, 1994.
- CAMPOS, Anderson (coord.). **A Última Hora de Samuel - Nos tempos de Wainer**. RJ, ABI-Copim, 1993.
- CAMPOS, Roberto. Roberto Campos analisa as várias fases do movimento. SP, OESP, 31mar1994. (p. X4).
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino - Imprensa e Ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO**. SP, Alfa-Omega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)**. SP, Brasiliense, 1989.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da Sociedade**. RJ, Paz e Terra, 1982.
- CHAUÍ, Marilena de Souza e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. RJ, Paz e Terra:CEDEC, 1978.

- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. SP, Cortez, 1989.
- COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. SP, Ed. Nacional, 1978.
- COLLIER, David (org.). **O Novo Autoritarismo na América Latina**. RJ, Paz e Terra, 1982.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia, 1822-1842**. Petrópolis, Vozes/UNICAMP, 1979.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Liberalismo e Oligarquia na República Velha: O PAIZ e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909-1910)**. SP, FFLCH/USP, 1976. (Dissertação de Mestrado).
- D'ARAÚJO, Maria Celina et alii (org.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. RJ, Relume-Dumará, 1994.
- DASSIN, Joan R.. Press censorship and the military State in Brazil. In: - _____. **Press control around the world**. NY, Praeger Publisher, 1982.
- DASSIN, Joan R.. Press censorship - how and why. **Index on censorship**, 8(4):13-19, july-august/1979.
- DECCA, Edgar S. de. **1930 - o silêncio dos vencidos**. SP, Brasiliense, 1986.
- DECCA, Edgar S. de e VESENTINI, Carlos Alberto. A revolução do vencedor. **Revista de Ciência e Cultura (SBPC)**, 29(1), jan/1977.
- DELLASSOPPA, Emilio. Reflexões sobre a violência. SP, **Revista da USP**, 9:65-78, mar-abr-maio/1991.
- DELLEUZE, Gilles. **Foucault**. SP, Brasiliense, 1988.
- DEPOIMENTO (de Samuel Wainer a Hélio Silva). SP, **Revista Status**, 51:45-46, Ed. Três, out/1978.
- DINES, Alberto. trabalho (sem título) apresentado ao Instituto de Estudos Latinoamericanos, Columbia University, 1975.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e Redemocratização no Brasil - um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978**. SP, PUC, 1987. (Dissertação de Mestrado).
- DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e Redemocratização no Brasil**. **Dados**, 26(2):181-195, 1983.
- DUARTE, Paulo. **Pequena história de um grande jornal: de 1875 a 1940**. (datilografado).
- ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa, Edições 70, 1970.
- ESPECIAL Domingo - Caderno 2. AI-5. A resistência 25 anos depois. SP, OESP, 12dez1993.
- ESPECIAL Domingo. SP, OESP, 27mar1994.
- ESPECIAL. SP, JT, 31mar1994. (Caderno de Sábado).

- ESPECIAL: a história da censura prévia em MOVIMENTO. SP, MOVIMENTO, 12 a 26jun1978.**
- FENELON, Déa Ribeiro. Estado, poder e classes sociais. SP, Revista Brasileira de História, 7:33-57, Marco Zero, 1984.**
- FERNANDES, Hélio. 10 anos de censura. RJ, TRIBUNA DA IMPRENSA, 15jun a 27set1978.**
- FERREIRA, Oliveiros. "Que jornal subversivo estávamos fazendo". SP, OESP, (Extra - 30 anos depois...), 31mar1994.**
- FIORI, José Luís. Para uma crítica da teoria latino-americana de Estado (I). MG, Síntese (nova fase), 50(XVII):55-72, jul-set/1990.**
- FIORI, José Luís. Para uma crítica da teoria latino-americana de Estado (II). MG, Síntese (nova fase), 51(XVII):79-103, out-dez/1990.**
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. SP, Contexto, 1992.**
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. SP, Ática, 1988.**
- FIORIN, José Luiz. Regime de 64: discurso e ideologia. SP, Atual, 1988.**
- FON, Antônio Carlos. Tortura; a história da repressão política no Brasil. SP, Global, 1979.**
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. RJ, Paz e Terra, 1979.**
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1977.**
- FRANCIS, Paulo. Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi. SP, Cia. das Letras, 1994.**
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra. SP, FFLCH/USP, 1985. (Tese de Doutorado).**
- GABEIRA, Fernando. O que é isso, companheiro? RJ, Nova Fronteira, 1982.**
- GASPARI, Élio. Os documentos da censura. RJ, JORNAL DO BRASIL, 18jun1978.**
- GEBARA, Ademir. Campinas - (1869/1875) - Republicanismo, Imprensa e Sociedade. SP, FFLCH/USP, 1975. (Dissertação de Mestrado).**
- GENOVESE, Eugene. A Terra Prometida. RJ, Paz e Terra, 1988.**
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. Do jornalismo político à indústria cultural. SP, Summus, 1987.**
- GORENDER, Jacob. Combate nas trevas; a esquerda brasileira: das ilusões à luta armada. SP, Ática, 1990.**
- GREIMAS, Algirdas Julien. Semântica estrutural. SP, Cultrix/EDUSP, 1973.**
- GREIMAS, Algirdas Julien. Sobre o sentido: ensaios semióticos. Petrópolis, Vozes, 1975.**
- HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. RJ, Paz e Terra, 1985.**
- HELLER, Agnes e FEHER, Ferenc. Anatomia de la izquierda ocidental. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1985.**

- IGNATIEFF, Michael. **Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico.** SP, *Revista Brasileira de História*, 7(14):185-193, Marco Zero, mar-ago/1987.
- INSTITUIÇÕES em frangalhos. SP, OESP, 13dez1968. (p. 3).
- JORDÃO, Fernando Pacheco. **Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil.** SP, Global, 1979.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários - nos tempos da Imprensa Alternativa.** SP, Página Aberta, 1991.
- LEFORT, Claude. **A invenção democrática.** SP, Brasiliense, 1987.
- LEFORT, Claude. **Pensando o político - Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade.** RJ, Paz e Terra, 1991.
- LINZ, Juan J.. **O regime brasileiro.** SP, Veja, 5dez1973. (p.3-12).
- MACHADO, J.A. Pinheiro. **Opinião X Censura.** RS, L&PM, 1978.
- MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978).** SP, Global Editora, 1980.
- MARSON, Izabel Andrade. **Posições políticas na imprensa pernambucana: 1842-1849.** SP, FFLCH/USP, 1974. (Dissertação de Mestrado).
- MATTA, Roberto da. **Carnavais, Malandros e Heróis.** RJ, Zahar, 1981.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro.** Petrópolis, Vozes, 1985.
- MIR, Luis. **A revolução impossível.** SP, Best Seller, 1994.
- MOISÉS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (org.). **Dilemas da Consolidação da Democracia.** RJ, Paz e Terra, 1989.
- MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia.** SP, Martins Fontes, 1983.
- MOORE JR., Barrington. **Injustiça - as bases sociais da obediência e da revolta.** SP, Brasiliense, 1987.
- MORAES, João Luiz de. **O calvário de Sonia Angel.** RJ, Gráfica MEC, 1994.
- MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981).** SP, Impres, 1981.
- MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso e COLLARES, Cecília Azevedo Lima. **Sobre alguns preconceitos no Cotidiano Escolar.** SP, Alfabetização: passado, presente, futuro, FDE, Diretoria Técnica, 1993. (Série Idéias: n. 19).
- NUNCA Mais (Informe da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina presidida por Ernesto Sábato). RS, L&PM, 1984.
- NUNES, Augusto. **Ligações Perigosas.** SP, Playboy, 132, jul/1986.
- O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático.** RJ, Paz e Terra, 1990.

- O'DONNELL, Guillermo. *Argentina: a macro política e o cotidiano*. SP, *Lua Nova, Revista de Cultura Política*, 14:38-48, abr-jun/1988.
- O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos, Autoritarismo e Democratização*. SP, Vértice, 1986.
- OLIVEIRA, José Flávio. *Liberalismo & Oligarquia na República Velha: "O ESTADO DE S. PAULO" e a campanha civilista - 1909-1910*. SP, FFLCH/USP, 1976. (Dissertação de Mestrado).
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. SP, Annablume, 1993.
- PATTO, Maria Helena. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. SP, T. A. Queiroz, 1990.
- PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *A Classe Operária: uma temporada no Paraíso - Rio de Janeiro (1923-1924)*. SP, PUC, 1987. (Dissertação de Mestrado).
- PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil: 1968-1978*. Roma, Centro Internazionale per gli studi sull'Opinioni Publica (CISOP), 1982. (Tesi Giornalismo).
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Autoritarismo e Transição*. SP, *Revista da USP*, 9:45-56, mar-abr-maio/1991.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Estado Autoritário e Movimentos Populares*. RJ, Paz e Terra, 1980.
- POULANTZAS, Nicos. *Estado, Poder e Socialismo*. RJ, Paz e Terra, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. *Nota de pesquisa sobre o Estado e Sociedade*. SP, *Revista Economia e Desenvolvimento*, 3:5-16, Cortez, 1982.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura: a III Internacional face ao fascismo*. Porto, Portucalense, 1972.
- PROJETO "Brasil Nunca Mais". *As Leis Repressivas (a repressão excedendo a Lei e a estrutura repressiva)*. Arquidiocese de São Paulo, 1985. (Tomo IV).
- PROJETO "Brasil: Nunca Mais". *A Pesquisa BNM (Os instrumentos de pesquisa e a fonte)*. Arquidiocese de São Paulo, 1985. (Projeto "A"- Tomo II, Volume 1).
- PROJETO "Brasil: Nunca Mais". *Perfil dos Atingidos*. Arquidiocese de São Paulo, 1985. (Tomo III).
- REIS, Fábio Wanderley e O'DONNELL, Guillermo (org.). *A Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas*. SP, Vértice, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. SP, Brasiliense, 1989.
- RITTER, Marcelino. *A nova fase de vida d'O ESTADO DE S. PAULO: de 1945 a 1964*. (datilografado).

- SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. RJ, José Olympio, 1981.
- SILVA, Hélio. **1964:Golpe ou Contragolpe?** RS, L&PM, 1978.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello**. RJ, Saga, 1976.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 4(10):21-43, jun/1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. SP, Martins Fontes, 1983.
- STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política - As mudanças de padrões na vida brasileira**. RJ, Artenova, 1975.
- STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. RJ, Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred. **Os Militares: da Abertura à Nova República**. RJ, Paz e Terra, 1986.
- SUPLEMENTO do Centenário: A Liberdade de Informação no Brasil. SP, OESP, 15nov a 13dez1975.
- TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento; Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. RJ, Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, Edward P.. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. RJ, Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward P.. **A formação da Classe Operária Inglesa**. RJ, Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward P.. **Senhores & Caçadores: a origem da lei negra**. RJ, Paz e Terra, 1987.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **De la démocratie en Amérique**. Paris, Gallimard, 1961.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. SP, Brasiliense, 1993.
- UM governo sem mistérios. SP, OESP, 12out1975. (p.3).
- UNIDADE-DEBATE (Publicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo). SP, jul/1978.
- VARAS, Augusto et alii. **Chile, Democracia, Fuerzas Armadas**. s/l, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 1980.
- VENTURA, Zuenir. **1968; O ano que não terminou**. RJ, Nova Fronteira, 1988.
- VESENTINI, Carlos Alberto. A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930. RJ, **Revista Tempo Brasileiro**, 87, out-dez/1986.
- VIEIRA, Maria do Pilar Araújo et alii. **A pesquisa em História**. SP, Ática, 1989.
- WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um reporter**. RJ, Record, 1988.
- WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo**. SP, Cia. das Letras, 1990.